

MONTE DOS CASTELINHOS E AS DINÂMICAS DA CONQUISTA ROMANA DA PENÍNSULA DE LISBOA E BAIXO TEJO

II
vol.

João Pimenta

MONTE DOS CASTELINHOS E AS DINÂMICAS DA CONQUISTA ROMANA DA PENÍNSULA DE LISBOA E BAIXO TEJO

vol.

João Pimenta



UNIVERSIDADE
DE LISBOA



CENTRO DE ARQUEOLOGIA
DA UNIVERSIDADE
DE LISBOA

uniarq



C Â M A R A
M U N I C I P A L



LETRAS
LISBOA



Fundação
para a Ciência
e a Tecnologia



estudos & memórias

Série de publicações da UNIArq
(Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa)

Direcção: Ana Catarina Sousa
Série fundada por Victor S. Gonçalves (1985)

24.

PIMENTA, João (2024) –

Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e Baixo Tejo.
estudos & memórias 24 Lisboa: UNIArq/FL-UL. Vol I. 536 pp.; Vol II. 300 pp.

Capa: Rui Roberto de Almeida

Foto da capa: Lunulas do Castro de Pragança (fotografia: José Pessoa, 2021).

Foto da contracapa: Muralha do Castro de São Salvador, Cadaval (fotografia: João Machado).

Paginação e artes finais: Rui Roberto de Almeida

Impressão: Soartes - Artes Gráficas, Lda.

400 exemplares

ISBN: 978-989-8068-47-7 / Depósito legal: 535340/24

DOI Vol. 1: <https://doi.org/10.51427/chi.2024.24>

DOI Vol. 2: <https://doi.org/10.51427/chi.2024.25>

Obra adaptada de Tese de Doutoramento defendida na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

Este trabalho foi distinguido com o *Prémio de Arqueologia Eduardo da Cunha Serrão* 2023, 8ª edição, na categoria de Doutoramento - Menção Especial, atribuído pela Associação dos Arqueólogos Portugueses

Copyright textos e imagens ©, 2024, o autor

O cumprimento do acordo ortográfico de 1990 é opção de cada autor. Os autores são responsáveis pelos seus originais, respeitando a UNIArq a sua autoria e não sendo responsável por quaisquer elementos que, de alguma forma, possam prejudicar terceiros.

Esta publicação é financiada por fundos nacionais através da FCT - Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P., no âmbito dos projetos UIDB/00698/2020 e UIDP/00698/2020.

Lisboa, 2024.

ÍNDICE

VOLUME I

Agradecimentos.....	7
Prefácio	
FERNANDO PAULO FERREIRA	9
Monte dos Castelinhos: uma nova referência da Arqueologia romana do baixo Tejo e do ocidente da Península Ibérica	
CARLOS FABIÃO	11
I. SPATIUM ET TEMPUS	
1. Apresentação.....	17
2. O espaço geográfico.....	20
3. <i>Tagus flumen</i> - como eixo de penetração	23
4. História da investigação	26
5. A península de Lisboa e o baixo tejo nas vésperas da conquista	29
6. a conquista militar romana: modelos de estudo	35
II. MONTE DOS CASTELINHOS	
1. O sítio do ponto de vista geológico e sua implantação	41
2. Enquadramento histórico	46
3. O projecto MOCRATE	49
4. Sequências estratigráficas	53
4.1. Sondagem 4	53
4.2. Sondagem 5	62
4.3. Sondagem 8	64
4.4. Sondagem 9	78
5. Geofísica – primeiras leituras	81
6. Faseamento	83
7. A arquitetura	88
8. Os materiais arqueológicos	113
8.1. Questões prévias, limitações e opções metodológicas.....	113
8.2. As cerâmicas finas de mesa	115
8.2.1.A cerâmica de verniz negro itálico	116
8.2.2. As imitações em pasta cinzenta das formas de cerâmica de verniz negro itálico (vni)	125
8.2.3. Cerâmica tipo Kuass	133
8.2.4. Paredes finas	138
8.2.5. Unguentários	156
8.3. Lucernas	158
8.4. As ânforas	171
8.5. A cerâmica comum	239
8.5.1. A cerâmica comum de produção local ou regional	242
8.5.1.1. A cerâmica cinzenta	332

8.5.2. A cerâmica comum não regional	341
8.5.2.1. Cerâmica comum itálica	341
8.5.2.2. Cerâmica comum da <i>Ulterior/Baetica</i> (grupos 1 e 2)	347
8.5.2.3. Cerâmica comum da <i>Ulterior/Baetica</i> (grupos 3 e 4)	390
8.6. Produções cerâmicas subsidiárias de outras actividades	402
8.6.1. Cossoiros	402
8.6.2. Pesos de tear – <i>pondera</i>	406
8.6.3. Pesos de rede	417
8.6.4. Marcas de jogo	417
8.7. Os materiais de construção cerâmicos	419
8.8. Artefactos líticos	426
8.8.1. Moinhos rotativos – <i>molae manuariae</i>	426
8.8.2. Balas de pedra	428
8.9. Artefactos em vidro	430
8.10. Artefactos em osso	432
8.11. Os artefactos metálicos	433
8.11.1. As armas e a <i>militaria</i>	436
8.11.1.1. Armas ofensivas	438
8.11.1.2. Armas defensivas	450
8.11.1.3. <i>Militaria</i>	457
8.11.2. Utilitários agro-florestais	487
8.11.3. Utilitários domésticos	487
8.11.4. Utilitários de carpintaria	488
8.11.5. Utilitários de comércio	490
8.11.6. Utilitários de escrita	492
8.11.7. Instrumentos médico-cirúrgicos	492
8.11.8. Baixela metálica	494
8.11.9. Objectos de adorno	497
8.11.10. Objectos indeterminados	498
8.11.11. comentário final: artefactos metálicos	514
8.12. O conjunto numismático	515
8.13. breves considerações sobre as faunas	524
9. A ocupação romana republicana de Monte dos Castelinhos	526

VOLUME II

III. DINÂMICAS DE POVOAMENTO

1. A leitura possível sobre os dados disponíveis	543
2. Em torno do Monte dos Castelinhos	544
3. <i>Olisipo</i> e a foz do Tejo	583
4. A Península de Setúbal	598
5. Entre a <i>Móron</i> estraboniana e <i>Scallabis Praesidium Iulium</i>	614
6. O interior da Península de Lisboa	646

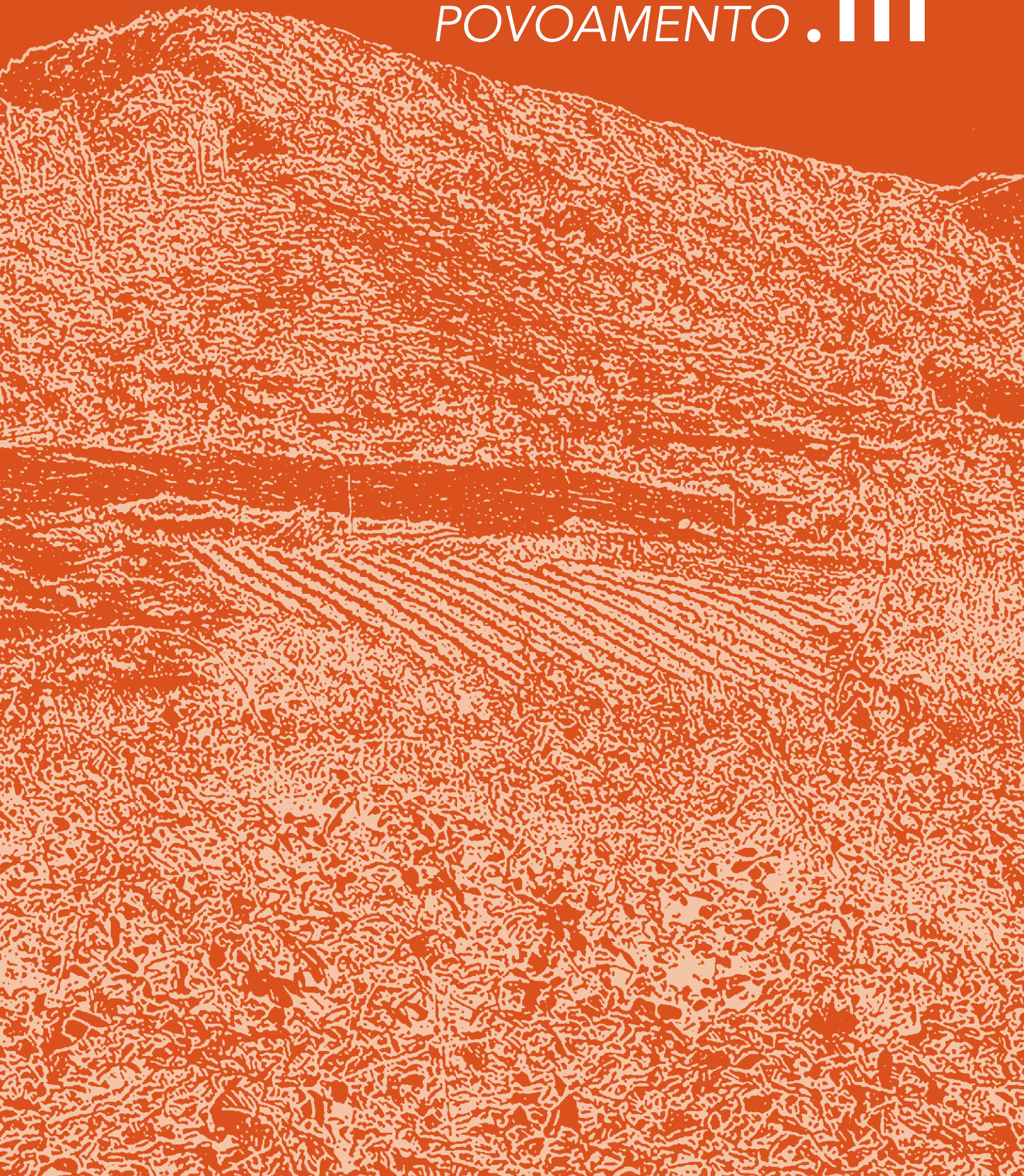
IV. A CONQUISTA ROMANA DA PENÍNSULA DE LISBOA E BAIXO TEJO. UMA LEITURA DE CONJUNTO

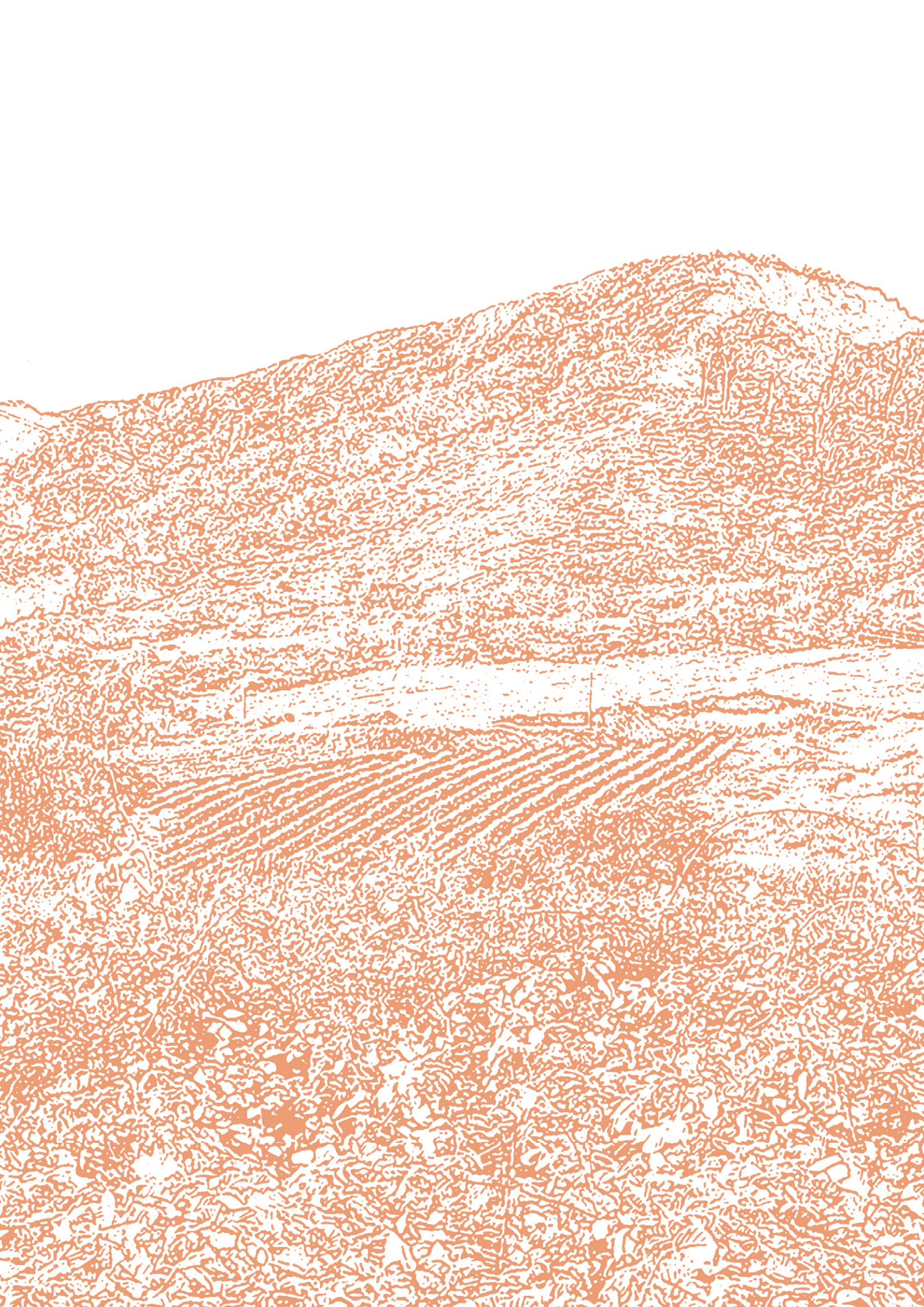
1. O vale do Tejo no século II a.C.	667
2. O período sertoriano	673
3. O vale do Tejo no século I a.C.: novas centralidades	677
4. A criação da província da Lusitânia e o novo desenho territorial	684
5. Monte dos Castelinhos, uma fundação <i>ex nihilo</i>	688
6. O papel desempenhado pelo Vale do Tejo nas dinâmicas de conquista romana da <i>Ulterior Lusitania</i>	697

Bibliografia	703
--------------------	-----

ANEXO I	763
---------------	-----

DINÂMICAS DE POVOAMENTO .





1. A LEITURA POSSÍVEL SOBRE OS DADOS DISPONÍVEIS

Os elementos arqueológicos sobre o período romano republicano na área da Península de Lisboa e baixo Tejo são prolixos ainda que careçam, na maior parte dos casos, de informação contextual. Apesar de se encontrarem inventariados dezenas de sítios que facultaram materiais que são, sem dúvida, associáveis a ocupações datáveis entre os meados do século II e os finais do I a.C., os dados passíveis de ser trabalhados são provenientes, sobretudo, de coleções antigas e descontextualizadas, ou resultam de recolhas pontuais efetuadas durante trabalhos de prospeção. Os trabalhos de escavação sistemáticos são raros e os que têm ocorrido desenvolvem-se muitas vezes em áreas muito limitadas, não permitindo uma leitura clara e inclusiva das estruturas arquitetónicas que caracterizam os povoados, os seus sistemas defensivos, ou mesmo a cultura material associada.

Tendo presente o quadro de indagações do trabalho em epígrafe, pretendeu-se, numa primeira fase, investir numa visão de conjunto e assim rever a totalidade da informação disponível, desencadeando-se o estudo de muitas destas estações, seus registos e espólios. Contudo, face aos limites impostos por um trabalho desta natureza, no decorrer da investigação tivemos que matizar as leituras, valorizando-se os dados de Monte dos Castelinhos como sítio base nesta análise. Partindo-se assim desta base empírica para o estudo do território numa ótica de análise das dinâmicas de povoamento. Porém parece-me ser pertinente nesta abordagem fazer o ponto de situação das estações desta época para as quais dispomos de alguma informação.

Ao cartografarmos o povoamento romano republicano nesta área, temos que ter presente que não existiu uma metodologia específica de pesquisa territorial, resultando este mapear do estado da arte, tendo em conta diversas variáveis. Ou seja, este cenário reflete a própria história da investigação e da praxis arqueológica em cada um dos diversos municípios em que se esparsa a nossa análise. Existindo municípios com tradição de pesquisa arqueológica, em que se encontram presentes gabinetes de arqueologia e em que já se dispõe de ferramentas de ordenamento territorial como as Cartas Arqueológicas e os Planos Directores Municipais (PDM) e outros em que poucos dados existem. Na ótica da metodologia, envereda-se nesta tentativa de leitura pela sistematização da informação ao nível de uma base de sistema de informação geográfica (SIG), partindo esta, da compilação da informação ao nível da literatura da especialidade, e da base de dados Endovélico, da DGPC, sendo seguida de perto por trabalho de campo de visita e registo fotográfico de todos os sítios inventariados. Optou-se ainda pela realização de trabalhos pontuais de prospeção de novas realidades, tendo em conta algumas ocorrências que surgiram no decorrer deste levantamento. Estes novos trabalhos localizam-se especificamente na margem esquerda do Tejo, em frente ao planalto da alcáçova de Santarém, em particular nos terraços fluviais de Almeirim, onde muitas foram as surpresas, mas igualmente em torno de Monte dos Castelinhos, em particular nos Concelhos de Alenquer e Cadaval.

As diferentes estratégias de implantação e localização dos diversos sítios inventariados englobam, simultaneamente, sítios de altura com dimensões variáveis, outros de implantação em áreas aplanadas, mas também achados isolados, entre os quais se destacam os tesouros numismáticos. Quando examinado de forma mais detalhada a distribuição geográfica destes diferentes sítios, é possível vislumbrar um padrão, que permite uma peculiar e pertinente distinção em cinco zonas dentro da área em análise: **1** - Em torno de Monte dos Castelinhos, destacando-se nesta área o *cluster* da Serra de Montejunto; **2** - *Olisipo* e a foz do Tejo; **3** - O interior da Península de Lisboa; **4** - Entre *Móron* e *Scallabis Praesidium Iulium*; **5** - A Península de Setúbal.

2. EM TORNO DO MONTE DOS CASTELINHOS

Desde cedo, no projeto de investigação de Monte dos Castelinhos entendeu-se que para compreender o sítio e sua implantação teríamos que olhar para o território envolvente. Do alto dos Castelinhos visualiza-se, de forma clara, os contornos de diversos sítios que, sendo mais antigos, terão coexistido com este, como é o caso do Castro do Amaral (Alenquer); Castelo (Arruda dos Vinhos); Castro da Ota (Alenquer); Barradinha (Alenquer) e Castro do Salvador (Cadafais), se estes não se observavam diretamente pela distância, seria certamente perceptível a presença humana pelo fumo das suas fogueiras. O amplo campo visual de Castelinhos abrange a bacia do rio Grande da Pipa, a Serra de Montejuento, que lhe marca de forma indelével o panorama, o vale do Tejo até ao planalto de Santarém, e na margem esquerda do Tejo, a antiga foz do rio Sorraia e os terraços quaternários taganos desde Benavente a Salvaterra de Magos. Contudo, o estado de conhecimento é muito diverso entre ambas as áreas.

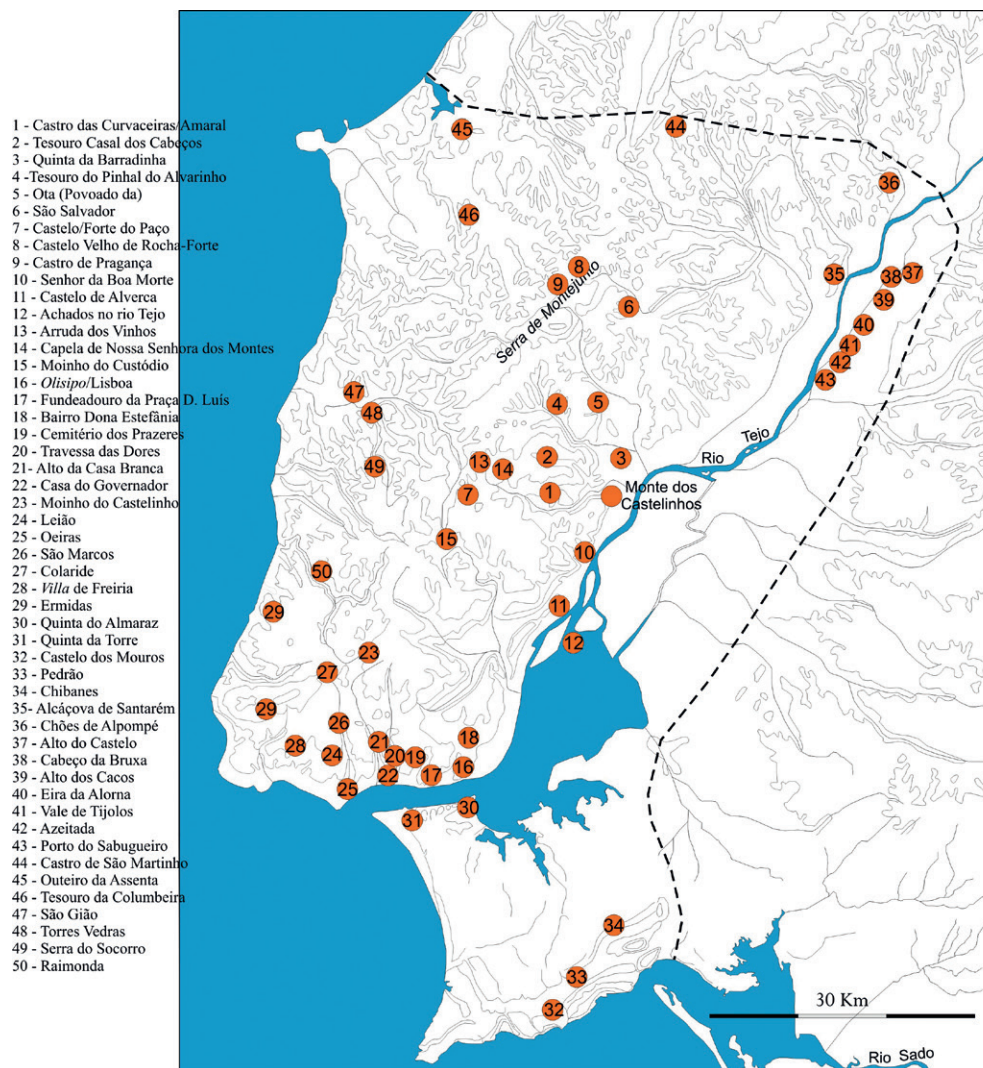


Figura 120 – Estações com ocupação do período romano republicano na área em estudo.

2.1. CASTRO DA CURVACEIRA/CASTRO DO AMARAL (CNS 18155)

O alto do Amaral, Freguesia de Carregado e Cadafais, Concelho de Alenquer, evidencia-se ao longe na paisagem, em particular na margem esquerda do Tejo, assumindo-se como um verdadeiro marco geológico constituído por uma singular formação de calcários corálicos (Machado, 1999, p. 20). Do ponto de vista de implantação, atinge cerca de 290 metros de altura, com encostas escarpadas de grande defensibilidade, dominando visualmente todo o vale do rio Grande da Pipa e o vale da ribeira de Santana da Carnota, assim como uma parte considerável do estuário do Tejo.

Descoberto em inícios do século XX na sequência de prospeções de Hipólito Cabaço e Sousa de Alte (Andrade, 1973), a sua exploração nunca mereceu a atenção do investigador de Alenquer, pelo menos, com a dimensão dos trabalhos que o mesmo desenvolveu no vizinho povoado da Pedra de Ouro (Barbosa, 1956b). Conquanto, as recolhas aí efetuadas permitiram a Ernâni Barbosa divulgar pela primeira vez esta estação, na sua Tese de Licenciatura em Ciências Históricas e Filosóficas apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (Barbosa, 1955). Nos anos sessenta, esta estação voltou a ser alvo de atenção pelo então secretário da secção de Arqueologia da Sociedade de Geografia de Lisboa, Gil Miguéis Andrade. Pouco se sabe dos resultados destas prospeções a não ser o exposto nos resumos das actas existentes sobre duas comunicações que proferiu sobre o sítio respetivamente em 1963 e 1973 (Andrade, 1963 e 1973).

Desde a primeira comunicação, ficou clara a existência de quatro fases da ocupação do Castro: a mais recuada, contemporânea da fortificação da Pedra de Ouro (Calcolítica); outra, da Idade do Bronze Final, que designa como do Ferro II, surgindo “Cerâmica tipo Alpiarça lisas e com decoração brunida” (Andrade, 1973); a terceira, da Idade do Ferro, com “cerâmica de roda tipo St.^a Olaia” (Andrade, 1973); e uma fase já de época romana que situa em cerca de 200 a.C.

O sítio volta a ser referenciado em 1974 no âmbito do trabalho sobre a “Cultura de Alpiarça” (Marques e Andrade, 1974). Aí, é sublinhada a existência de vestígios de estratigrafia e a presença de muralhas. Em relação ao espólio daí proveniente, os seus autores mencionam a existência de materiais em depósito no Museu do Instituto de Antropologia da Universidade do Porto.

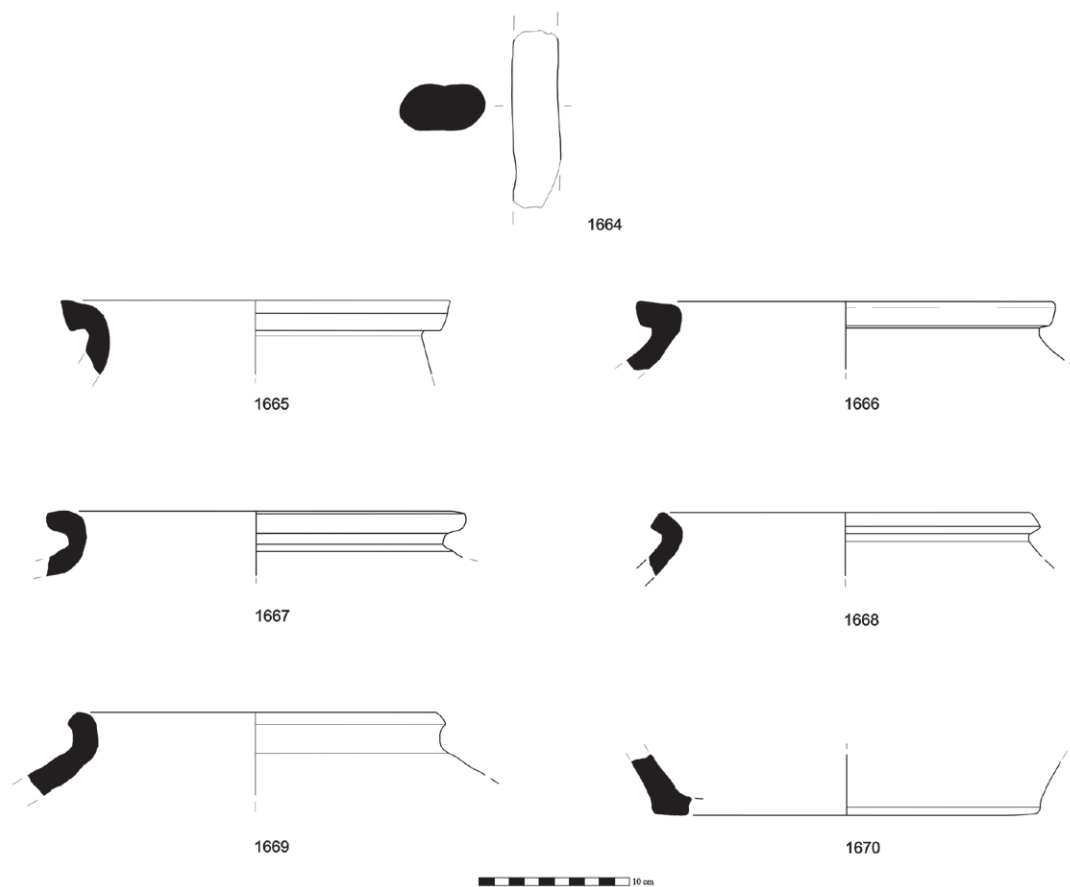
No decorrer das investigações que tenho vindo a desenvolver sobre a Idade do Ferro, no baixo Tejo e em particular no vale do rio Grande da Pipa, revisitou-se o sítio e suas coleções, em particular os espólios depositados no Museu Hipólito Cabaço (Pimenta e Mendes, 2010-2011). No decorrer deste trabalho foi ainda possível ampliar esta leitura com revisão dos materiais aqui recolhidos e depositados no Museu de História Natural e da Ciência da Universidade do Porto. No ano de 2014, no âmbito do projeto de investigação FETE, foram efetuadas escavações no sítio com alguma extensão, dirigidas por Ana Margarida Arruda. Estes trabalhos, ainda inéditos, incidiram em diversas áreas do extenso povoado, em particular no seu sistema defensivo datado da Idade do Ferro.

Das diversas visitas ao sítio, resulta evidente que estamos perante uma estação de grande relevância, que bem merecia um projeto de investigação em profundidade. Apesar de estarmos a lidar com uma área profundamente antropizada por trabalhos agrícolas, com partes do terreno profundamente eolizado e apresentando estratigrafias esqueléticas, alguns dos sectores evidenciam potencialidades para futuros trabalhos. À superfície é ainda visível uma grande dispersão de materiais que permite vislumbrar uma extensa área ocupada. A presença de taludes e estruturas pétreas de grande dimensão nas áreas com menor proteção natural confirma a presença de muralhas delimitando uma área de cerca quatro hectares. Este sistema defensivo já referido por Gil Miguéis Andrade foi recentemente confirmado pelos trabalhos de arqueologia aqui realizados, parecendo assim confirmar-se a sua datação pré-romana.

A análise dos espólios aqui recolhidos e depositados no dois Museus que acima mencionámos permite confirmar a existência de uma longa diacronia de ocupação, ainda que com prolongados hiatos, desde o Calcolítico até época romana republicana (Pimenta e Mendes, 2010-2011, p. 610-614). Destaca-se a relevância da ocupação pré-romana, evidenciando fortes contactos com o mundo fenício ocidental a partir de meados do século VII a.C. e que se parece manter até aos alvares da conquista romana. Entre estes, destacamos a presença dos contentores de armazenamento de tipo *pithoi*, a cerâmica cinzenta fina polida e a abundância de fragmentos de ânforas de produção meridional, quer da baía de Cádiz, quer das produções regionais do vale do Tejo, em particular dos tipos 3, 4 e 6 (Sousa e Pimenta, 2014).



Figura 121 – Vista aérea do Castro do Amaral ou das Curvaceiras.



Estampa 164 – Castro do Amaral ou das Curvaceiras: N.º 1664 - asa de ânfora itálica; N.º 1665 a 1670 - talhas em cerâmica comum.

Alguns elementos sustentam que o sítio parece ter assumido relevância a nível regional até à fase da conquista romana. Mendes Corrêa, apresenta no seu capítulo da História de Portugal, dita de Barcelos, um numisma hispano-cartaginês aqui recolhido (Corrêa, 1928), tendo o mesmo recentemente sido revisto e classificado como um AE (metade), de cunhagem Hispânica com datação posterior a 221 a.C. CNH 41 (Faria, 1987; Ruivo, 1993-1997, p. 62). Entre o conjunto cerâmico estudado, alguns materiais, como as cerâmicas de armazenamento, similares às recolhidas em Monte dos Castelinhos, assim como a presença de ânforas vinárias itálicas do Tipo Dressel 1 remetem e confirmam igualmente uma ocupação romana republicana, com cronologias centradas entre os finais do século II e o I a.C. (ver Estampa 164). Destaca-se pela ausência as ânforas de produção da baía gaditana e do vale do Guadalquivir que como vimos dominam já em Monte dos Castelinhos e caracterizam os contextos da segunda metade do século I a.C. Este momento da história do Castro das Curvaceiras ou do Amaral parece ter sido determinante no percurso diacrónico do sítio, sendo que após esta fase o sítio é abandonado. Terá esta ocorrência decorrido do período de instabilidade então vigente no baixo Tejo?

2.2. TESOURO DO CASAL DOS CABEÇOS (CNS 1822)

Em agosto de 1979 foi encontrado no decorrer de trabalhos agrícolas no sítio do Casal dos Cabeços, Freguesia de Santana da Carnota, Concelho de Alenquer, não muito longe do povoado acima descrito, um tesouro de joias e numismas em prata que ditosamente foi recolhido na integridade e se encontra depositado hoje no Museu Nacional de Arqueologia (Viegas e Parreira, 1984). O tesouro é constituído por 134 denários romano republicanos 1 denário de *bolskan* e 1 de *sekobirikes*, 3 colares de prata e 10 brinços em ouro. O numisma mais recente corresponde a RRC 390/1, datado de 76 a.C. (Ruivo, 1997, p. 92).



Figura 122 – Tesouro do Casal dos Cabeços, Santana da Carnota, Alenquer. Conjunto de denários (Au 692 a Au 827). Museu Nacional de Arqueologia: Luísa Oliveira, 2013; Museus e Monumentos de Portugal E.P.E. / Arquivo de Documentação Fotográfica.



Figura 123 – Tesouro do Casal dos Cabeços, Santana da Carnota, Alenquer. Conjunto de colares de prata (Au 828 a Au 830). Museu Nacional de Arqueologia: Luísa Oliveira, 2013; Museus e Monumentos de Portugal E.P.E. / Arquivo de Documentação Fotográfica.



Figura 124 – Tesouro do Casal dos Cabeços, Santana da Carnota, Alenquer. Arrecadas em ouro (Au 840, Au 834). Museu Nacional de Arqueologia: Luísa Oliveira, 2013; Museus e Monumentos de Portugal E.P.E. / Arquivo de Documentação Fotográfica.

2.3. QUINTA DA BARRADINHA (CNS 50)

Corresponde a um expressivo sítio arqueológico situado, na Freguesia de São Sebastião e Triana, Concelho de Alenquer, atualmente dentro de uma vasta propriedade privada com o mesmo nome. A ampla área de dispersão de materiais romanos da estação de Barradinha localiza-se numa suave colina na margem direita do Rio de Alenquer, oscilando entre a cota 26 e os 7 metros, encontrando-se hoje em dia profusamente ocupada por uma prolífera e ativa vinha.

Apesar de nunca terem sido realizados trabalhos arqueológicos sistemáticos, parece corresponder a uma importante *Villa* romana com uma lata diacronia de ocupação (Alarcão, 1988, Silva, 2012). As primeiras referências ao sítio remontam a meados do século XIX, quando Bento Pereira do Carmo deu a conhecer a relevância da estação mencionando a presença de “lanços de parede subterrâneos, e grandíssima quantidade de telhas e tijolos de tamanho descomunal” e a recolha de numismas de Trajano, Adriano e Antonino Pio (Costa, 2010, p. 122). Em meados dos anos trinta do século passado, Rui Serpa Pinto refere a existência de importantes mosaicos romanos aqui descobertos (Pinto, 1934, p. 170). Infelizmente o seu paradeiro é hoje em dia desconhecido.

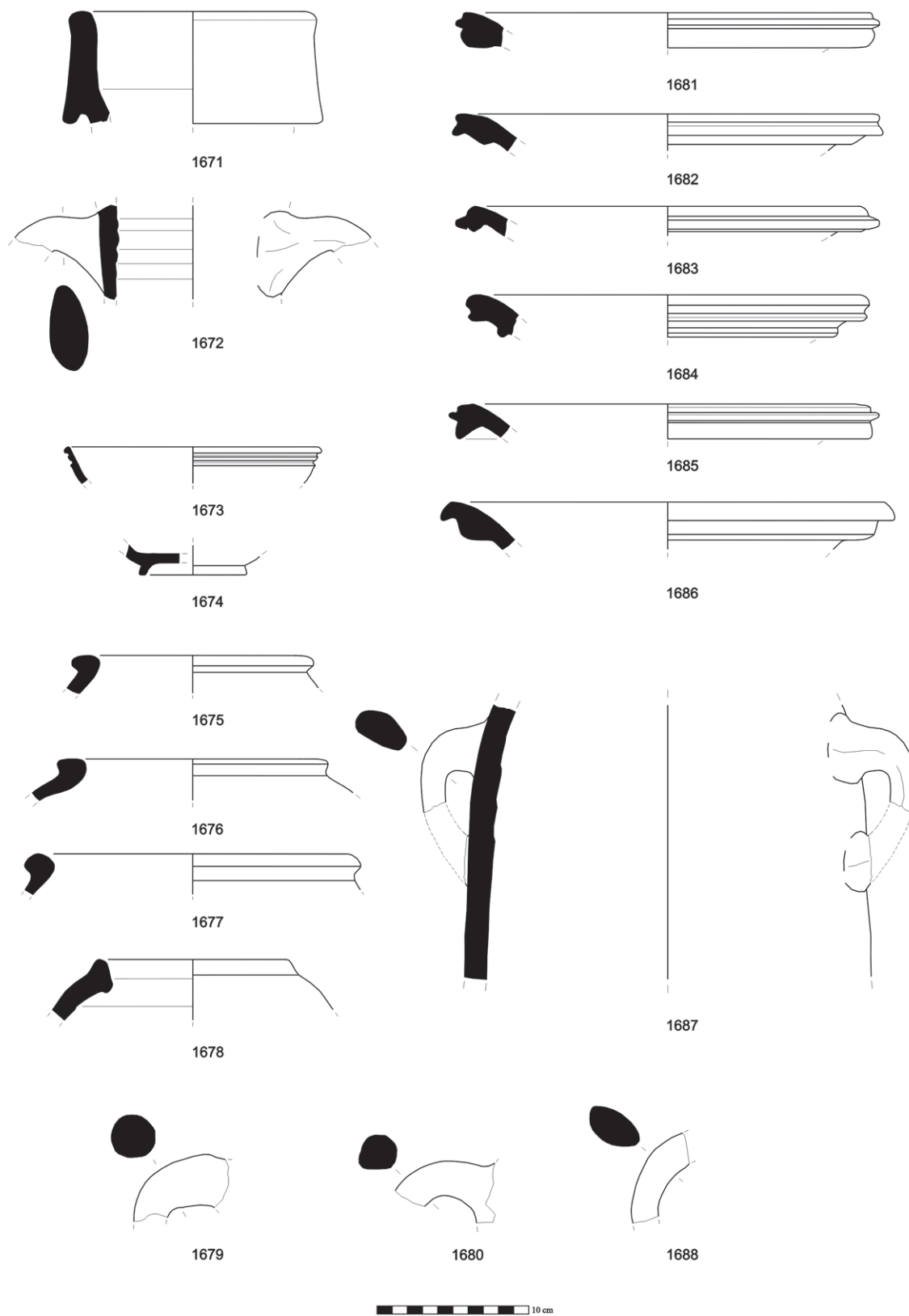
A Quinta da Barradinha, volta a ser referenciada no início dos anos setenta no âmbito de uma dissertação de Licenciatura apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, intitulada “Vestígios romanos do Concelho de Alenquer” (Duarte, 1972). Nesse trabalho, a autora publica um conjunto de numismas aí recolhidos atribuídos a diversos Imperadores do Baixo-Império, tais como Galieno, Constâncio Cloro, Constâncio II e Honório (Duarte, 1972). Jorge de Alarcão, no inventário das estações de época romanas apenso ao volume *Roman Portugal*, adiciona a esta informação o da existência no sítio de uma necrópole de inumação (Alarcão, 1988, p. 118). Posteriormente, Vasco Mantas, no âmbito de estudos viários na área de Torres Vedras, refere a existência no aro deste sítio, de um miliário romano onde se leria o nome de um Imperador da dinastia dos flávios (Mantas, 2000, p. 17). De acordo com a base de dados Endovélico, realizaram-se trabalhos de escavação arqueológica no sítio em 1980 da responsabilidade de João Gomes, então diretor do Museu Hipólito Cabaço. Esta intervenção decorre do surgimento de uma estrutura funerária na sequência do alargamento da estrada que conduz à Quinta. Contudo, pouco sabemos quer sobre a estrutura, quer sobre o putativo enterramento que é mencionado.

No Museu Hipólito Cabaço em Alenquer encontra-se depositada uma significativa coleção de cerâmicas e metais com esta proveniência, destaque-se a presença de duas marcas de ânfora Dressel 20, fragmentos de ânfora da forma Dressel 14, Lusitana 3 e Almagro 51C, assim como um numisma de Crispina (?) (sob *Commodus*) datado do século II d.C. (Ruivo, 1993-1997, p. 62; Fabião et al., 2016).

No âmbito do Projecto MOCRATE, efetuou-se prospeções no sítio com o intuito de relocar a estação, determinar a sua extensão tendo como quadro de indagações prévias, aferir o início da sua ocupação. Ao contactar-se com o proprietário da Quinta, o Sr. Félix Rocha (entretanto falecido), foi concedido o acesso ao interior da propriedade, assim como autorização para a realização de levantamentos da área de dispersão dos vestígios. Este reconhecimento permitiu a recolha de numeroso conjunto de informação atestando a dinâmica económica e a capacidade aquisitiva desta *Villa*. O sítio arqueológico encontra-se muito afetado pelos contínuos trabalhos agrícolas. Porém, numa das extremidades da Quinta, preserva-se um enorme monturo, com os resultados da prolífica “limpeza” dos terrenos. Foi aí que se recolheram de forma sistemática os materiais cerâmicos, que apesar de descontextualizados, apresentam informação pertinente, tais como as cerâmicas finas (*Terra Sigillata*, paredes finas, lucernas) e as ânforas. Estas recolhas, apesar de ainda não estarem completamente estudadas permitiram já a outros investigadores debruçar-se sobre este sítio: Rodrigo Banha da Silva no âmbito da sua Tese de Doutoramento, estudou o vasto conjunto de *Terra Sigillata*, proveniente do sítio, referindo que “(...) as recolhas sugerem um lapso temporal longo de ocupação do sítio, pelo menos cobrindo os séculos I e IV d.C. (Silva, 2012, p. 511). Encontrando-se o conjunto de ânforas romanas a ser analisado por Rui de Almeida no âmbito da sua dissertação de Doutoramento. Foi igualmente publicado um pequeno conjunto de marcas de ânfora de produção Lusitana, e de ânforas oleícolas do Guadalquivir aqui recolhidas (Pimenta e Mendes, 2017; Fabião et al., 2016).

A par dos materiais compatíveis com a ocupação do tipo *Villa*, expectáveis face aos dados já existentes na literatura da especialidade, fomos surpreendidos, durante os trabalhos de reconhecimento, com a constatação numa área bem definida da encosta virada ao rio de Alenquer, de uma ocupação anterior, datada da Idade do Ferro e que se prolonga de forma bastante evidente ao período romano republicano. As evidências são expressivas e pautam-se pela presença de amplo conjunto cerâmico que permite supor a localização de um habitat que se poderia inserir dentro do que tem vindo a ser denominado de casal agrícola da Idade do Ferro (Cardoso, 2004). Esta ocupação pré-romana encontra-se plasmada na presença de cerâmica cinzenta fina, cerâmica de engobe vermelho e ânforas do Tipo 3 e 6 da tipologia pré-romana de produção regional do vale do Tejo (Sousa e Pimenta, 2005) (Estampa 165, n.º 1675 a 1680).

As evidências da ocupação romano republicana surgem concentradas numa área bem delimitada com cerca de 50 metros de diâmetro, numa área de encosta, onde são evidentes a presença de elementos pétreos que parecem sustentar a existência de estruturas preservadas. O conjunto cerâmico aqui recolhido à superfície é significativo, sendo constituído por cerâmica comum, cerâmicas finas, um vasto conjunto de ânforas e alguns elementos metálicos, sustentando uma cronologia de meados do século I a.C. Entre o primeiro conjunto, dominam os grandes contentores de armazenamento de tipo talha com bocais espessados e amplos diâmetros, inseríveis nos Tipo 1 e 2 de Monte dos Castelinhos. Entre as cerâmicas



Estampa 165 – Quinta da Barradinha. N.º 1671 e 1672 - ânforas itálicas; N.º 1673 e 1674 - verniz negro itálico; N.º 1675 a 1680 - ânforas pré-romanas; N.º 1681 a 1688 - contentores do Tipo 7.4.3.2. -7.4.3.3. (Mañá C2B).

finas encontram-se plasmadas as cerâmicas de verniz negro itálico, sendo estas dominadas pelas importações provenientes da colônia latina de Cales (Campânia setentrional) (Soria, 2018). Os únicos fragmentos que permitem classificação inserem-se dentro das taças do tipo Lamb. 1 (F 2300) (Morel, 1981) (ver Estampa 165, n.º 1673 e 1674), tendo-se ainda identificado alguns fragmentos de paredes finas itálicas, ainda que não tenha sido possível reconstituir graficamente nenhum exemplar devido ao seu estado de fragmentação. As ânforas são o conjunto mais numeroso, onde proliferam os exemplares de contentores do Tipo 7.4.3.2. - 7.4.3.3. (Mañá C2B), com fabricos da área meridional da *Uterior*, associados à baía gaditana (García Vargas e Saéz Romero, 2019). Ver Estampa 165, n.º 1681 a 1688. Contudo, encontram-se igualmente atestados alguns envases vinários provenientes da costa tirrénica da Península Itálica do tipo Dressel 1, que podem ser associados à variante C destes modelos, tida como mais recente e centrada no século I a.C. (Lamboglia, 1955). Ver Estampa 165, n.º 1671 e 1672. Entre os poucos elementos de metal identificados sobressai uma fíbula anular romana ou em “ómega” em liga de cobre, integrada nos Tipos Ponte 51-52 (Ponte, 2006, p. 394-409). Ainda que tenhamos presente a ampla cronologia deste modelo de fíbulas, como vimos em Castelinhos, a sua génese e difusão decorre durante o período romano republicano (Estampa 166, n.º 1701).

2.4. TESOURO DO PINHAL DO ALVARINHO (CNS 3184)

Em 1892, Hübner no suplemento ao volume II do *Corpus Inscriptionum Latinarum*, com base numa carta de Estácio da Veiga de 10/06/1881, publica uma inscrição gravada num vaso de prata, [Sucnin(us) Asedi F(ilius)], infelizmente desaparecido, que continha cerca de mil denários romanos e que teria sido recolhida próxima à povoação do Camarnal, Alenquer, no Pinhal do Alvarinho (Ruivo, 1993-1997, p. 37). Hipólito Cabaço, ainda terá observado três destas moedas que datou de 125 a.C. (Ruivo, 1997, p. 93). Tendo em conta a dispersão deste amplo conjunto numismático não é certa a sua cronologia de entesouramento. Porém, os numismas que se conhecem e a dimensão deste tesouro, é hipoteticamente atribuível ao conflito sertoriano (Ruivo, 1997, p. 92-93).

2.5. OTA (POVOADO DA) (CNS 3036)

A estação arqueológica denominada, na literatura arqueológica como “Castro” de Ota situa-se num promontório, a rondar os 150 metros de altitude, dominando a margem direita do rio homónimo e o complexo geológico do Canhão Cársico, na Freguesia de Ota, Concelho de Alenquer.

Este sítio foi descoberto pelo incansável investigador Hipólito Cabaço em 1932, seguindo a pista do apelativo topónimo “Casal da Moura”. Face à relevância do então detetado, Hipólito Cabaço terá desenvolvido diligências para aí realizar escavações, que promove em 1934. Contudo, o que sabemos desses trabalhos e dos seus expressivos espólios, devemos a Ernâni Barbosa que em 1956 publica no *Arqueólogo Português* o artigo “Castro de Ota (Alenquer)” (Barbosa, 1956a). Apesar de carecer de quaisquer coordenadas contextuais, este artigo apresenta-se ainda hoje de grande interesse por apresentar fotograficamente o espólio com esta proveniência existente no Museu Hipólito Cabaço, funcionando assim como base ilustrativa dessa coleção.

Desde a publicação deste trabalho, ficou clara a ampla diacronia de ocupação do sítio, que remonta ao Neolítico/Calcolítico e se estende até ao período Romano, e atinge ainda que aparentemente com hiatos a época Islâmica. A relevância das suas coleções e em particular os exemplares metálicos da Idade do Bronze (Pereira, 1969) fez com que o Castro de Ota tenha alcançado alguma notoriedade,

constando em todas as sínteses dos povoados pré e proto-históricos e da distribuição dos artefactos metálicos (Kalb, 1980 e Coffyn, 1985).

Apesar deste precoce interesse, o sítio tardou a ter a atenção que merecia. Afortunadamente, em 2016 o Castro de Ota é revisitado num estudo de maior fôlego que conjuga a análise científica em moldes modernos da coleção arqueológica aí recolhida na década de trinta, com novos trabalhos de prospeção e reconhecimento no campo (Texugo, 2016). Intitulada “O 4º e o 3º milénio a.n.e. sítio da Ota (Alenquer): perscrutando por entre colecções antigas e projectos recentes”, esta dissertação de Mestrado permite um novo reposicionamento da estação em particular no que diz respeito às suas ocupações mais recuadas. Estes trabalhos têm nos últimos anos sido reforçados com a realização de novas escavações arqueológicas, enquadradas no projeto de Doutoramento de André Texugo, que certamente darão uma nova visão do sítio.

Apesar da percepção da existência de uma contínua ocupação do espaço da Ota, ela é mais intuída do que real, bastando uma análise mais séria para assumirmos que essa leitura não se encontra alicerçada em dados concretos. Se os dados são sólidos para o 4º e o 3º milénio, já não é claro se para os finais da Idade do Bronze, exista uma ocupação efetiva do espaço ou se os conjuntos metálicos resultam de uma deposição ritual (Pereira, 1969), similar às que têm vindo a ser identificadas em outros povoados coetâneos com ancestrais ocupações (Sousa e Sousa, 2018). Para a Idade do Ferro, temos que reconhecer que desconhecemos em absoluto qualquer evidência que ateste um povoamento orientalizante, a par do reconhecido nas margens do Tejo. Antes pelo contrário, quer entre os materiais depositados no Museu Hipólito Cabaço quer das diversas visitas ao terreno nunca se verificou uma ocorrência que corrobore essa hipótese.



Figura 125 – Vista aérea do povoado da Ota (Fotografia André Texugo).

Voltamos a ter informação sim, para momento que podemos situar entre os finais da Idade do Ferro e o período romano republicano. No atual estado dos conhecimentos, parece que o sítio volta a ser escolhido nesta fase para o estabelecimento de um assentamento de dimensão significativa que tiraria partido das condições naturais de defesa e de controlo das vias de comunicação naturais.

De acordo com o artigo de Ernâni Barbosa, ficamos a saber que no local foram identificados denários da república, “segundo indicações do descobridor do Castro, mas que não fazem parte do espólio actualmente na posse do Museu (...)” (Barbosa, 1956a, p.117). Infelizmente não podemos saber de que numismas se trata nem qual a sua cronologia, mas esta referência a par do conjunto de fíbulas que figura em fotografias no artigo supracitado e que posteriormente são devidamente estudadas por Salete da Ponte, são dois indicadores da ocupação do sítio nesta fase (Ponte, 1982/83). O conjunto de fíbulas é composto por dois exemplares do tipo “Charneira e Arco Triangular”, Tipo Ponte 41.1a/2, N.º Inv. 1438/13 e 1850/1 (Ponte, 1982/83, p. 112), com cronologias centradas entre a segunda metade do século I a.C. e os inícios do século II d.C. (Ponte, 2006, N.º 215-216) e uma Fíbula tipo Camulodunum B, Tipo Ponte 42, N.º Inv. 3840 (Ponte, 1982/83, p. 112), com cronologias centradas entre a segunda metade do século I a.C. e os inícios do século II d.C. (ver Estampa 166, n.º 1689 a 1691). Este conjunto de fíbulas evidencia fortes paralelos com o que apresentamos de Monte dos Castelinhos.

Outro elemento a ter em conta sobre a relevância do sítio nesta época é a descoberta na década de setenta do século XX por Victor Gonçalves de um numisma hispano-cartaginês, durante trabalhos de prospeção, atualmente depositado no Museu Nacional de Arqueologia (Tab. 126/17). Corresponde segundo José Ruivo, que o analisou mais pormenorizadamente a um: 1/4 shekel. Hispânia, post. 237 a.C., CNH 15. S/p, 11,5 mm. 11 (com orifício de suspensão) (Ruivo, 1993-1997, p. 63).

Da análise das fotografias do artigo de Ernâni Barbosa é tentador tentar interpretar alguns dos elementos metálicos aí reproduzidos e que nos remetem para peças hoje mais facilmente reconhecidas e que aliás encontram bons paralelos nos contextos em análise de Monte dos Castelinhos (Barbosa, 1956a, p.117). As peças em ferro reproduzidas no canto inferior esquerdo da fotografia 14 poderão ser interpretadas como elementos de armamento ofensivo. Nomeadamente a da direita como uma ponta de seta de lâmina bipiramidal e a da esquerda como uma ponta de um *pilum* ou de um projétil do tipo *pilum catapultarium*. Ambos os elementos encontram bons paralelos entre o conjunto metálico de Monte dos Castelinhos. Outro dos elementos que aponta inexoravelmente para o mundo militar é a terceira peça a contar do lado de cima do lado esquerdo da fotografia 11, parece corresponder a um botão em L em liga de cobre de extremo circular (Barbosa, 1956a, p.130), sendo que esta peça ainda hoje se preserva em bom estado entre o conjunto do acervo do Museu de Alenquer. Corresponde como vimos no estudo do conjunto de *militaria* de Monte dos Castelinhos a um elemento do sistema de união da bainha do *Gladius* e o cinturão militar (Wild, 1970, p. 145-146).



Figura 126 – Numisma Hispano Cartaginês (237.18.1). Museu Nacional de Arqueologia: José Paulo Ruas, 2023; Museus e Monumentos de Portugal E.P.E. / Arquivo de Documentação Fotográfica.

Entre o conjunto cerâmico aí recolhido reportam-se igualmente elementos que apontam para uma ocupação centrada no século I a.C. Destaca-se a presença de um fragmento de verniz negro itálico provenientes da colónia latina de Cales, correspondendo a um fundo de taça do tipo Lamb. 1 (F 2300) (Morel, 1981). Assim como fragmentos de asas e um bocal de ânfora vinária itálica do tipo Dressel 1 e de alguns elementos de modelos ovóides da baía gaditana. Por último, a cerâmica comum é pautada pelos grandes contentores de armazenamento de tipo talha do Tipo 1 e 2 de Monte dos Castelinhos.

A ocupação do sítio parece manter-se durante o principado, sendo conhecidos materiais compatíveis com essas cronologias, constando alguns exemplares de *Terra Sigillata* Itálica e Sud-gálica, assim como lucernas e paredes finas na coleção do Museu Hipólito Cabaço (Ver Barbosa, 1956a, Fot. 17 e Gomes e Domingos, 1994, p. 15). A reforçar essa aceção, Adília Alarcão publica um fragmento de uma taça de *Terra Sigillata* Hispânica Drag. 37 do Castro da Ota existente na coleção de arqueologia do Museu de Antropologia da Universidade do Porto (Alarcão, 1958, p. 267).

Do ponto de vista das estruturas existentes, nomeadamente os seus sistemas defensivos, não é clara a sua cronologia, tendo em conta a presença de uma expressiva ocupação Calcolítica. Ernâni Barbosa afirma que o sítio do seu lado de mais fácil acesso a ocidente foi reforçado por duas linhas de muralhas “(...) cujos vestígios foram identificados pelo explorador do castro.” (Barbosa, 1956, p.117). Nos recentes trabalhos de prospeção aqui conduzidos por André Texugo, e mais recentemente nas escavações de 2019 e 2020, foi reconhecida uma linha de muralha de cronologia calcolítica, implantada no sítio de mais fácil acesso, apresentando um total de 150 metros de comprimento, com cerca de 3,27 m de largura, sendo que o autor reconhece que esta última medida é necessariamente aproximada, já que o paramento externo é difícil de definir pelo extenso derrube (Texugo, 2016, p. 37-38; Texugo et al., no prelo). Porém, o próprio autor, não nega que este complexo sistema defensivo seja multifásico e comporte um relevante aproveitamento em fase romana republicana. A semelhança das técnicas de talhe dos blocos calcários e método de construção entre a edificação de alguns sectores deste dispositivo defensivo e o que vemos em Castelinhos e no “Castro” de São Salvador é realmente assinalável.

2.6. SÃO SALVADOR (CNS – 3453)

Implantado no lado oriental da Serra de Montejunto, no alto da Penha da Lapa, na Freguesia de Lamas e Cercal, Concelho de Cadaval, apresenta uma altitude entre os 262 e os 248 metros. O povoado fortificado de São Salvador goza assim de uma extraordinária implantação em termos geoestratégicos, dominando por um lado a via natural de comunicação Norte Sul que passa no seu sopé e por outro uma das travessias naturais da Serra de Montejunto.

A relevância estratégica desta implantação conduziu a que, apesar da sua topografia ser praticamente inexpugnável, ter sido dada uma particular atenção à sua fortificação, tendo sido erigidas duas linhas de muralhas de planta oval circunscrevendo a parte superior do sítio com apenas cerca de 0,3 hectares (Cardoso, 2014, p. 202). Estas muralhas, ainda hoje são bem visíveis atestadas por um amplo talude em torno do povoado, o que faz com que São Salvador seja um sítio particularmente interessante para que de futuro se desenvolva um projeto de estudo dirigido para a análise do seu sistema defensivo.

São esparsas as notícias acerca da sua investigação. Terá sido identificado em meados dos anos quarenta do século XX por Hipólito Cabaço. Contudo, não existe qualquer informação acerca dos trabalhos então aí desenvolvidos, a não ser a coleção dos materiais com esta denominação que se encontra ainda hoje depositada no Museu que ostenta o nome deste investigador, em Alenquer. Sublinhe-se pela notoriedade que conferiu ao sítio o conjunto de cinco fíbulas aqui então recolhido e que foi publicado por Salete da Ponte (Ponte, 1982).

Em 1989, João Ludgero Marques Gonçalves arqueólogo da Assembleia Distrital de Lisboa, inicia um projeto de investigação em torno de São Salvador, face à ameaça que este sofria devido ao plantio de eucaliptais na área circundante e tendo em conta a possibilidade de este integrar a reserva natural da



Figura 127 – Vista aérea do Castro de São Salvador.



Figura 128 – Pormenor da muralha que rodeia o Castro de São Salvador.

Serra de Montejunto. Efetuaram-se então três sondagens entre 1989 e 1991, que permitiram perceber a técnica de construção da segunda linha de muralhas e registar a estratigrafia associada a esta, que este investigador data do período romano republicano, de acordo com a informação disponibilizada pela base de dados Endovélico.

Após um interregno na investigação, em 1996, inicia-se uma nova fase do estudo de São Salvador, devido ao interesse demonstrado pela Câmara Municipal do Cadaval na salvaguarda, conhecimento e divulgação do património arqueológico do seu território. Guilherme Cardoso assume a direção dos trabalhos. Durante os anos de 1996 e 1997 promove mais três sondagens arqueológicas, situadas no interior da linha de muralhas.

Os resultados da Sondagem D15 são particularmente interessantes. Aí foram identificados pela primeira vez estruturas que podem ser interpretadas como de cariz habitacional. Correspondendo a “vestígios de alicerces de uma parede de um edifício de planta circular, junto à qual se encontravam abundantes fragmentos de cerâmica indígena do período correspondente à Idade do Ferro e fragmentos de ânforas romanas” (Cardoso, 2014, p. 211). No centro deste edifício individualizou-se uma estrutura de combustão com 80 cm de diâmetro delimitada por pequenas pedras e que foi interpretada por Guilherme Cardoso como forno de fundição (Cardoso, 2014, p. 211). Da análise destas evidências é assaz relevante podermos estar perante os indícios de uma construção de planta circular associada a uma lareira central.

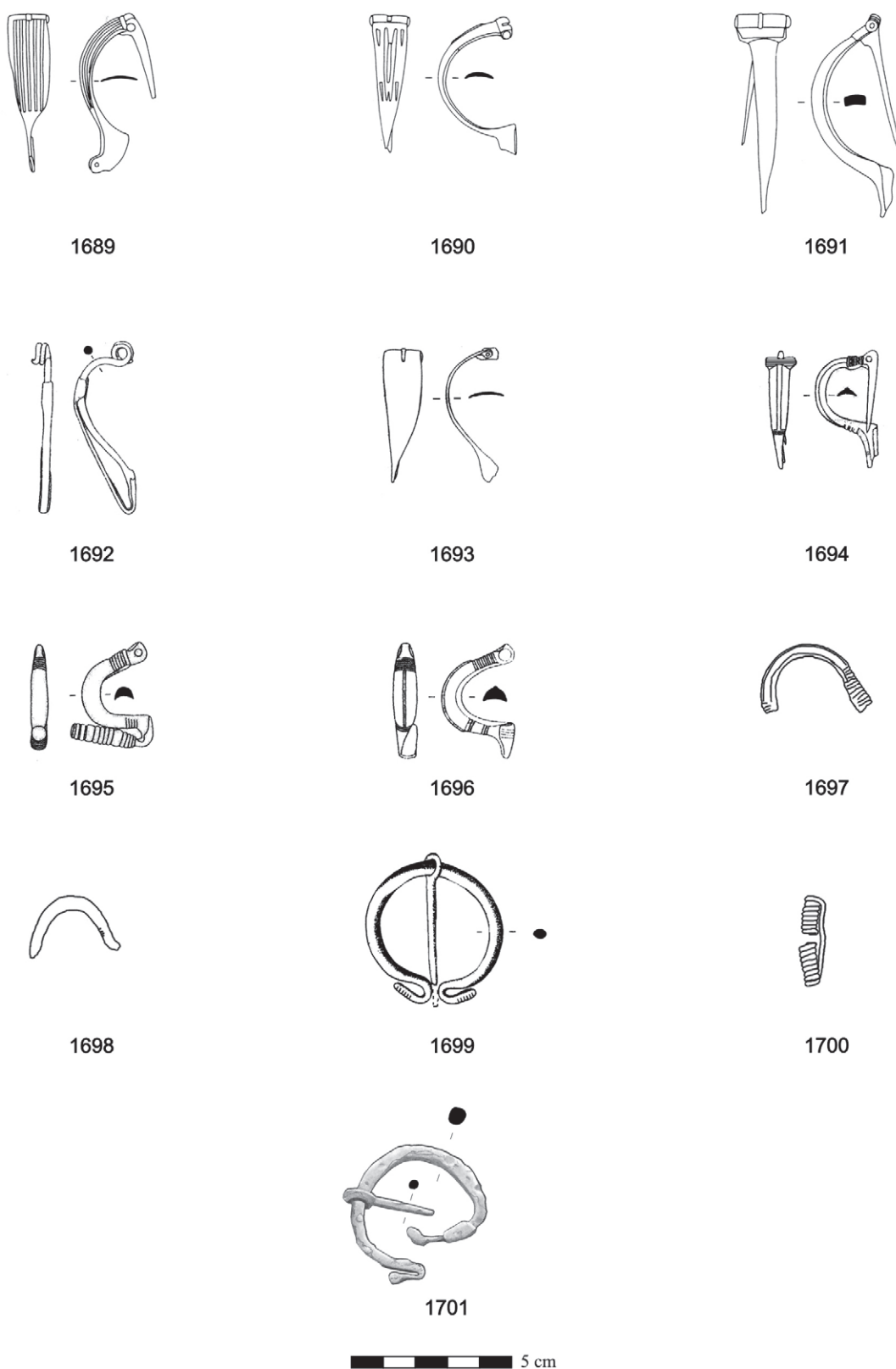
Da análise da estratigrafia identificada nas diversas sondagens realizadas verifica-se que a ocupação é relativamente circunscrita no tempo. Constatação, aliás, já assinalada pelo investigador que o estudou: “Durante a vida útil do castro deu-nos a impressão de não ter havido tempo para a formação de camadas arqueológicas quantitativas.” (Cardoso, 2014, p. 206).

O espólio associado a esta ocupação que se encontra publicado é significativo (ver Cardoso, 2014). Destaca-se o grupo da cerâmica comum e entre esta a presença de contentores de armazenamento, amplas talhas caracterizando-se por bocais moldurados, corpos de morfologia ovoide e fundos planos com ressalto externo. Estes contentores encontram bons paralelos com o espólio do Castro de Pragança (Cadaval), do sítio do Castelo (Arruda dos Vinhos) e com as talhas recolhidas no Monte dos Castelinhos em contextos bem datados de meados do século I a.C. O grupo dos potes/panelas, assim como dos jarros, encontra-se igualmente bem representado (Estampa 167, n.º 1710 a 1712). Identifica-se ainda, entre o conjunto das cerâmicas comuns, uma série de fragmentos de jarros em cerâmica cinzenta, apresentando uma característica decoração em retícula brunida efetuada por polimento sendo munidos de uma asa maciça (Cardoso, 2014, p. 219, fig. 29). Estes típicos jarros têm vindo a assumir-se como uma morfologia característica dos sítios da Península de Lisboa e Setúbal, encontrando-se bem datados em sítios como Santarém, Lisboa, Castelo (Arruda dos Vinhos) e Chibanes em contextos de meados do século II a I a.C. (Pimenta et al., 2014) (Estampa 167, n.º 1716 e 1717). A atividade de fiação encontra-se atestada pela presença de uma peça em osso interpretada como separador de tear e quatro cossoiros de forma troncocónica e discoidal (Cardoso, 2014, p. 226, fig. 36).

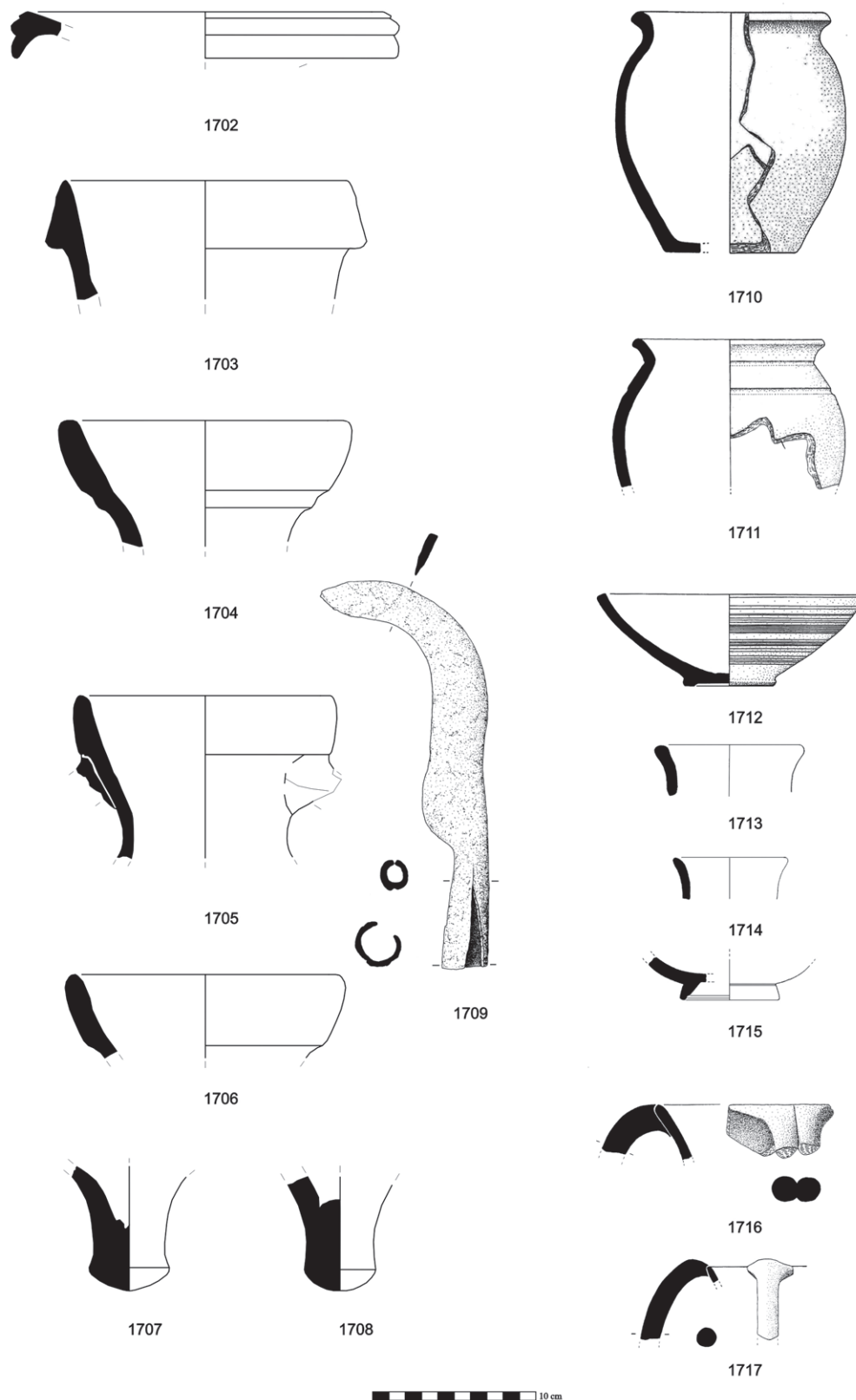
Assinala-se a presença de três fragmentos de cerâmica de verniz negro itálico provenientes da colónia latina de Cales, correspondendo a dois bordos de *pyxides* da forma Lamb. 3 e um fragmento de fundo de taça possivelmente uma Lamboglia 1 (Cardoso, 2014, p. 222, fig. 31, n.º 1 a 3) (Estampa 167, n.º 1713 a 1715).

Encontra-se ainda atestado um pequeno, mas coerente, conjunto de ânforas. Composto por um fragmento de bocal e uma asa de uma ânfora vinária Itálica do Tipo Dressel 1; três fragmentos de ânforas Mañá C2b, sendo representados na publicação um bocal e um fundo; um bocal possivelmente de uma Dressel 9 da baía de Cádis; um fragmento de Ovoides 1 do Guadalquivir e três fragmentos possivelmente de Ovoides 4 (Cardoso, 2014, p. 218, fig. 28, n.º 1 a 13) (Estampa 167, n.º 1702 a 1708). Poderíamos assim estar perante um conjunto de associações de ânforas típico de meados da segunda metade do século I a.C., encontrando os paralelos mais próximos em Monte dos Castelinhos e na Alcáçova de Santarém (Almeida, 2008).

A par da cerâmica, destaca-se em São Salvador o conjunto significativo de artefactos metálicos. As fíbulas encontram-se particularmente bem representadas com um conjunto de 9 exemplares (Ponte, 1982; Cardoso, 2014, figura 24 e 26). Quatro correspondem ao tipo *Schüle 4h* (Schüle, 1969, p. 271-280) ou



Estampa 166 – Fíbulas em liga de cobre. N. 1689 a 1691 - Castro de Ota, a partir de Ponte, 1982/83, p. 112; N.º 1692 a 1696 - São Salvador, segundo Ponte 1982, p. 216; N.º 1697 e 1700 - São Salvador, segundo Cardoso, 2014, fig. 26, modificado; N.º 1701 - Barradinha.



Estampa 167 – Materiais do povoado fortificado de São Salvador, segundo Cardoso, 2014, fig. 26, 28, 31 e 32, modificado. N.º 1702 a 1708 - ânforas; N.º 1709 - podão em ferro; N.º 1710 a 1712 - cerâmica comum; N.º 1713 1 1715 - verniz negro itálico; N.º 1716 e 1717 - jarros em cerâmica cinzenta fina.

Ponte 32 (Ponte, 2006, p. 218-244), em liga de cobre, preservando uma delas o característico apêndice caudal moldurado, que pode ser incluído na variante I recentemente definida por J. Miguez (Miguez, 2011) (Estampa 166, n.º 1695 a 1698). Um exemplar engloba-se no tipo pseudo-La-Tène II (Estampa 166, n.º 1692). A peça n.º 1693 insere-se no tipo de charneira, de arco triangular, Pré Aucissa, Tipo 21 de Feugère (Feugère, 1985, p. 299-311) ou Tipo Ponte 41 (Ponte, 2006, p. 343-354) (Estampa 166). A fíbula n.º 1694 enquadra-se no tipo Camulodunum B, Tipo Ponte 42 (Ponte, 2006, p. 354-374). Um exemplar bem preservado insere-se dentro do tipo anular romano ou em “ómega”, englobado nos Tipos Ponte 51-52 (Ponte, 2006, p. 394-409). Por último, entre as fíbulas, encontra-se presente um exemplar de mola em liga de cobre que pode inserir-se nos exemplares do Tipo Ponte 24B, com bons paralelos entre os exemplares do Castro de Pragança (Ponte, 2006, p. 233-244). Encontram-se ainda atestados um pequeno conjunto de artefactos metálicos com pertinência para a compreensão do sítio. Um podão ou foice em ferro com encabamento de alvado (Cardoso, 2014, figura 26), encontra bons paralelos no conjunto metálico da Cabeça de Vaimonte, inserindo-se no Tipo de Foice II, aí definido (Pereira, 2018, p. 169, Apênd. IV, 4) (Estampa 167, n.º 1709). Sublinhe-se que apesar de estas peças se encontrarem associadas diretamente a práticas agrícolas, a sua presença em ambientes miliares é habitual, como são os casos dos acampamentos Numantinos, do acampamento de Cáceres el Viejo, mas também do nível de massacre de cronologia Sertoriana plasmada na escavação de L'Almoína, Valência (Ribera i Lacomba, 2013, fig. 6). Entre os metais de São Salvador recolheu-se um pequeno mas interessante conjunto de peças que identificamos e atribuímos à categoria dos utilitários de comércio (Cardoso, 2014, fig. 27). Por último, sublinhe-se a presença de um botão possivelmente de arreio de cavalo com decoração em alto-relevo (Cardoso, 2014, p. 216, fig. 27-6).

Tendo presente o estudo da realidade material exumada quer pelas escavações quer pelas recolhidas aqui efetuadas e depositadas no Museu Hipólito Cabaço poderíamos circunscrever a ocupação de São Salvador a um momento já de cronologia romana republicana, enquadrada na primeira metade do século I a.C. Esta cronologia é particularmente interessante pois torna este pequeno sítio contemporâneo de Monte dos Castelinhos, sendo fundado igualmente de raiz, sem qualquer antecedente pré-romano. Tendo em conta o investimento dispensado na construção do seu sistema defensivo, penso ser plausível estarmos perante um pequeno fortim de controlo da via terrestre que passaria no seu sopé e da transitabilidade da Serra de Montejunto durante o conturbado período da guerra civil entre a fação Cesariana e Pompeiana.

2.7. CASTELO/FORTE DO PAÇO (CNS 3588)

O sítio arqueológico do Castelo, Freguesia de Arranhó, Concelho de Arruda dos Vinhos, implanta-se de forma dominante face ao vale do Rio Grande da Pipa e às atuais povoações de Pontes de Monfalim e do Paço. Situado no alto de um amplo cabeço rochoso, entre os 281 e os 285 metros de altitude, com falésias a Norte e a Este, sendo o terreno mais inclinado para Oeste e relativamente plano para Sul, goza de ampla visibilidade e de condições excecionais de defesa.

Os vestígios arqueológicos foram identificados à superfície, em 1987, por Joaquim Gonçalves, durante trabalhos de prospeção conducentes ao levantamento da Carta Arqueológica do Concelho de Sobral de Monte Agraço (Gonçalves, 1997). Face à relevância da descoberta e ao interesse demonstrado pela Câmara Municipal de Arruda dos Vinhos, no ano seguinte e até 1993, João Ludgero Gonçalves, então arqueólogo da Assembleia Distrital de Lisboa, iniciou uma série de seis campanhas de escavações. O sítio volta a ser intervencionado em 1997 e 1998, por Guilherme Cardoso (Cardoso, 2014). Os resultados das oito campanhas de escavações arqueológicas são complementares e permitem a existência de um conjunto de dados consistentes que fazem com que esta estação se assuma como um caso de estudo, numa Península de Lisboa onde os dados objetivos provenientes de trabalho de campo são assaz escasos. Objetivamente, verifica-se a existência de três distintas fases de ocupação:

Uma inicial, datada do Calcolítico médio e final, onde se assistiu à construção neste esporão de um povoado fortificado com uma muralha de alvenaria seca reforçada por torreões semicirculares que defenderia o ponto mais alto do planalto (Gonçalves, 1997, p. 9). Uma segunda fase, que os autores que têm estudado este sítio datam do Final da Idade do Ferro (Gonçalves, 1997, p. 9; Cardoso, 2014, p. 227), ainda que reconhecendo que “Entre os achados apareceram alguns materiais de origem romana do período republicano. Pela análise da cerâmica, poderemos estar em presença de materiais proto-romanos, do final da Idade do Ferro, de populações indígenas já em contacto com os Romanos (...)” (Gonçalves, 1997, p. 12). E uma terceira utilização deste morro, como forte militar, inserido na ampla estratégia do sistema defensivo das Linhas de Torres.

Detendo-nos na segunda fase, importa reter que esta assenta sobre os estratos do povoado Calcolítico, sendo as estruturas escassas. A escavação identificou apenas “uma estrutura constituída por dois alinhamentos convergentes de pedras posta a cutelo, entre os quais se encontram núcleos de argila cozida. No meio desta argila cozida apareciam fragmentos de placas de barro, assemelhando-se a tijolos.” (Gonçalves, 1997, p. 9). Tendo presente a descrição e os registos publicados é possível estarmos perante vestígios do soco em pedra de estruturas edificadas em adobe e os respetivos pavimentos em argila. Qual a planta destes edifícios, não é claro, ainda que a planta publicada permita vislumbrar um alinhamento reto de uma destas estruturas (Cardoso, 2014, figura 41).

O espólio associado a esta fase que se encontra publicado é assaz abundante. Destaca-se, o grupo da cerâmica comum e entre esta a esmagadora presença de contentores de armazenamento, composto por amplas talhas caracterizando-se por bocais moldurados, corpos de morfologia ovoide e fundos planos com ressalto externo (Estampas 168 e 169). Estes contentores encontram bons paralelos no espólio que ora apresentamos do Castro de Pragança (Cadaval, ver *infra*) e com as talhas recolhidas no Monte dos Castelinhos, em contextos já de meados do século I a.C. O grupo dos potes/panela assim como dos jarros encontra-se igualmente bem representado. É, contudo, interessante registar nesta ampla amostragem a ausência do grupo das tigelas e dos pratos (Gonçalves, 1997, p. 10).

Identifica-se ainda entre o conjunto das cerâmicas comuns do sítio do Castelo, uma série de fragmentos de recipientes fechados apresentando uma característica decoração em retícula brunida efetuada por polimento (Estampa 168, n.º 1724). O exemplar melhor preservado permite caracterizar estas peças como jarros, caracterizando-se por um bocal com um bico vertedor, de lábio simples esvasado, de onde arranca uma asa maciça de secção circular. O colo é curto, por vezes marcado por caneluras,



Figura 129 – Vista geral do sítio do Castelo/Forte do Paço. Fotografia Guilherme Cardoso (Cardoso, 2014, fig. 39).

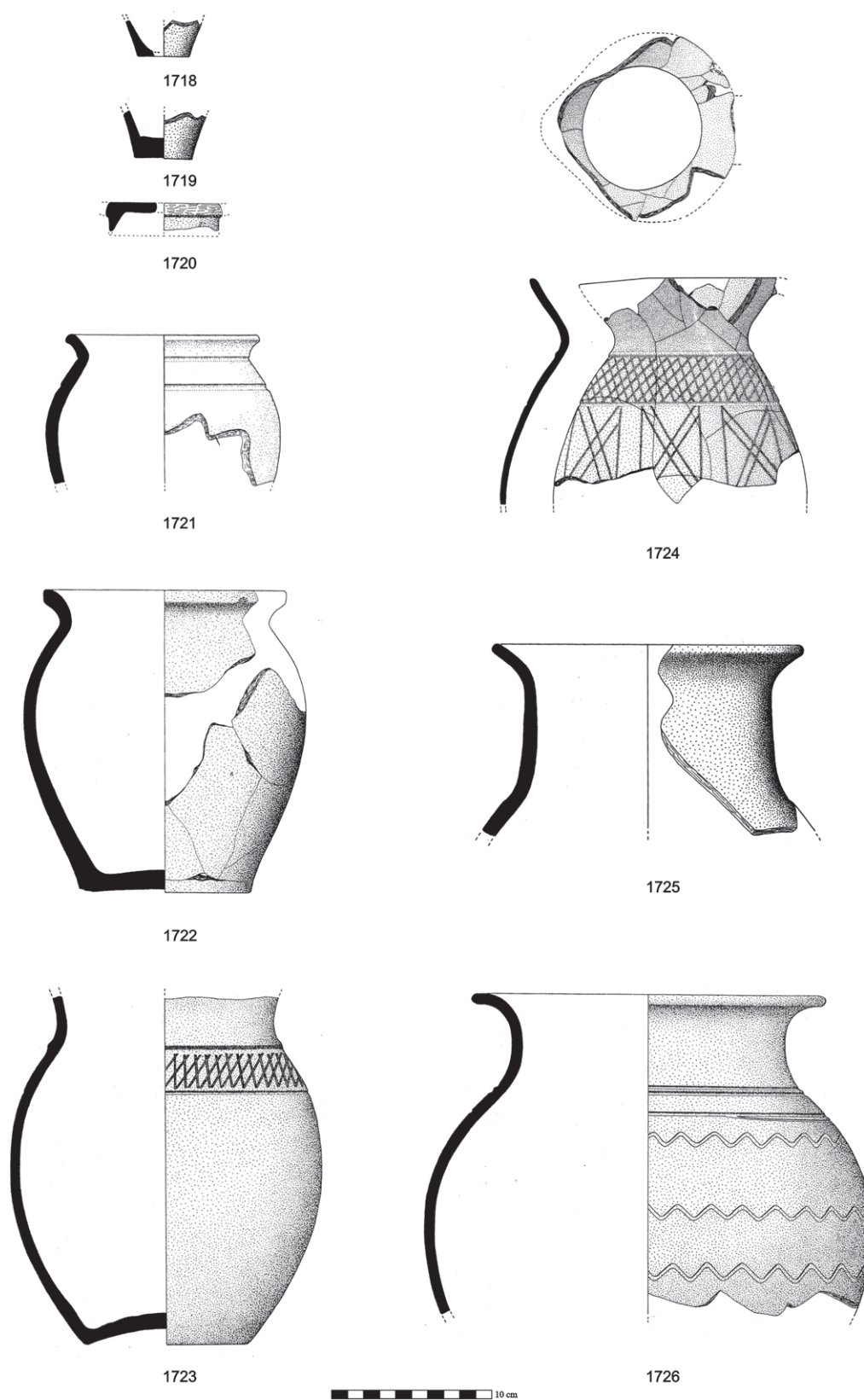
como em alguns exemplares de Lisboa, marcando a transição para o corpo de perfil troncocónico, profusamente decorado, terminando num fundo em ônfalo. Peças com decorações similares têm nos últimos anos vindo a surgir em diversas estações da Península de Lisboa e vale do Tejo (Pimenta, Calado e Leitão, 2013, p. 720), nomeadamente na cidade de Lisboa em contextos do final do século III a.C., no caso da intervenção de São da Praça, mas sobretudo em contextos bem datados do terceiro quartel do século II a.C. (Pimenta, 2005; Pimenta et al., 2014; Mota, Pimenta e Silva, 2014). Trata-se de uma morfologia herdeira de uma longa tradição do mundo indígena e que se pode rastrear até aos modelos de meados do século V a.C., do qual o exemplar mais emblemático é o recolhido no sítio de Outorela, Oeiras (Cardoso et al., 2014).

A atividade de fiação encontra-se atestada pela presença de dois pesos de tear quadrangulares e sete cossoiros de forma troncocónica e discoidal.

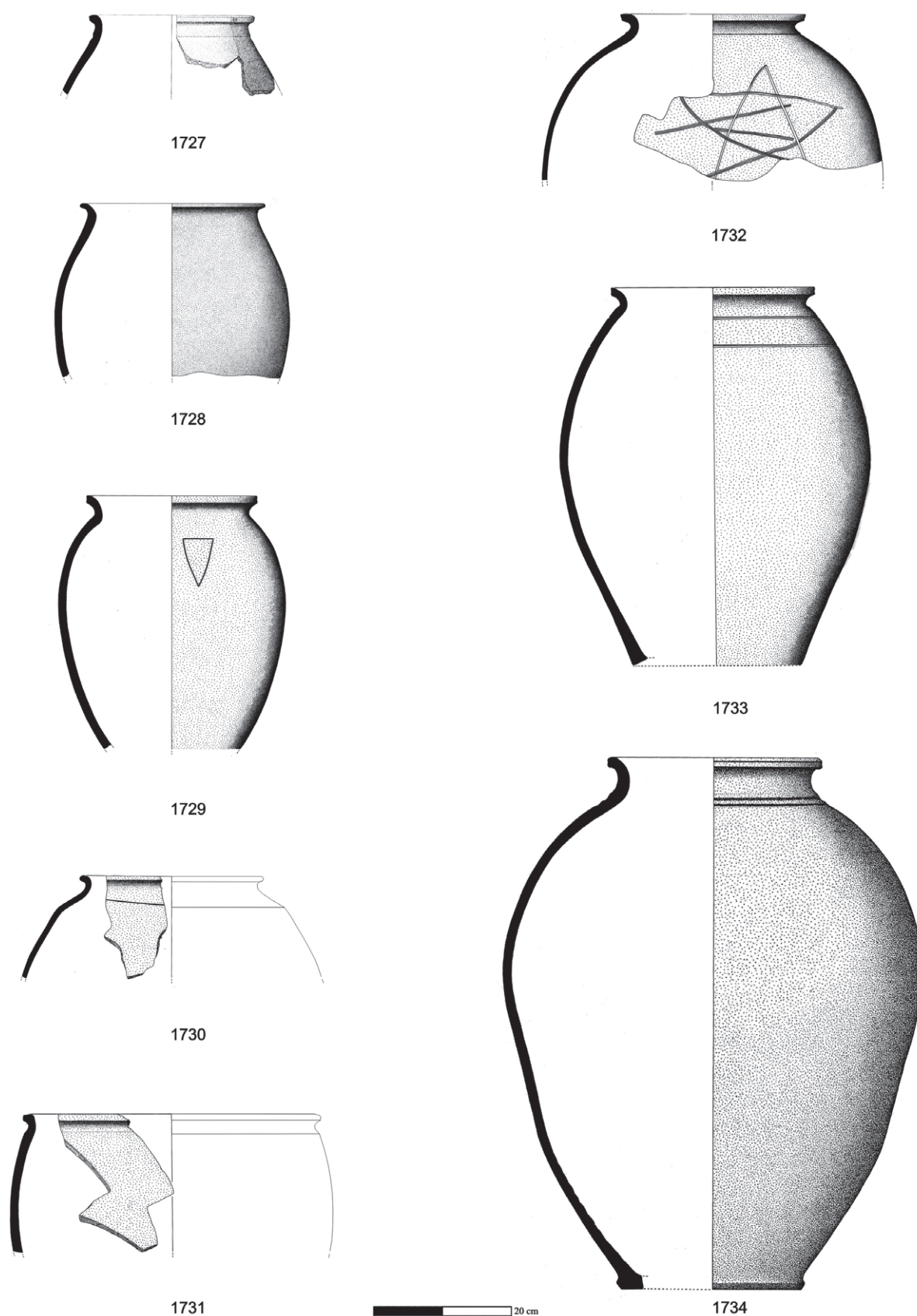
A presença de três fragmentos de cerâmica de verniz negro do grupo Campaniense A, dois fundos e um fragmento do qual não temos descrição, auxilia na cronologia deste conjunto. Contudo, na publicação onde os mesmos são apresentados, apenas duas das peças são desenhadas (Gonçalves, 1997, p. 37, fig. 34, peças n.º 2 e 3). Se o fragmento de fundo aí apresentado sob o n.º 2 é compatível com as peças napolitanas (Estampa 168, n.º 1720), já a peça desenhada como número 3 apresenta-se de mais difícil enquadramento.

Por último, no que diz respeito ao grupo da cerâmica comum, são apresentados dois fragmentos de pequenos copos que o autor descreve como de pasta fina rosa (Gonçalves, 1997, p. 49, fig. 46, peças n.º 2 e 3). A sua pequena dimensão, perfil e características de pasta poderão permitir a sua interpretação como fragmentos de copos de paredes finas, possivelmente de exemplares da forma I ou II de Mayet (Mayet, 1975) (Estampa 168, n.º 1718 e 1719). Merece ainda um breve comentário a inexplicável ausência ou pelo menos referência à presença de ânforas romanas ou mesmo pré-romanas no sítio. O porquê desta ausência é difícil de explicar sem rever os materiais recolhidos, sendo que uma asa de rolo que é apresentada na publicação até poderá atestar a presença de ânforas de morfologia pré-romana (Gonçalves, 1997, p. 37, fig. 34, peça n.º 5).

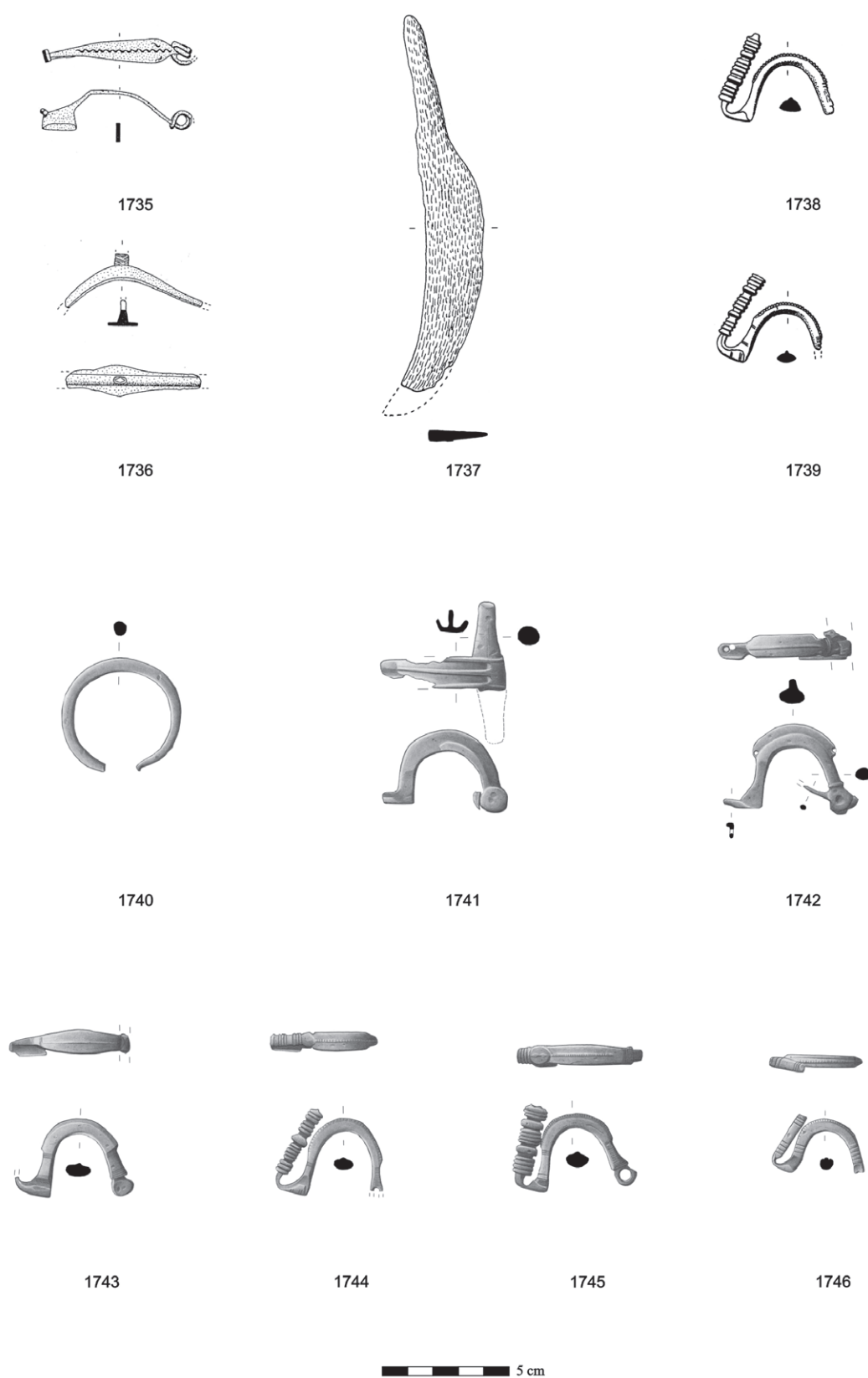
A par do conjunto cerâmico, recolheu-se ainda um coeso conjunto de peças metálicas. Os elementos de indumentária encontram-se representados por um exemplar de alfinete de cabelo em bronze e por três fíbulas (Gonçalves, 1997, p. 35, fig. 32, peças n.º 1, 2, 3 e 5). Duas correspondem ao tipo *Schüle 4h* (Schüle, 1969, p. 271-280) ou *Ponte 32* (Ponte, 2006, p. 218-244), em liga de cobre, preservando o característico apêndice caudal moldurado, que pode ser incluído na variante I recentemente definida por J. Miguez (Miguez, 2011) (Estampa 170, n.º 1738 e 1739). Este tipo de fíbulas encontra-se bem representado no território português, tendo recentemente sido cartografadas as suas ocorrências (Ponte, 2006, Miguez, 2014). A cronologia e o enquadramento cultural destas típicas fíbulas têm sido alvo de distintas e divergentes propostas, desde as que defendem a sua antiguidade (Schüle, 1969; Ponte 2006), às que as colocam numa fase já avançada da Idade do Ferro ou mesmo romana republicana (Berrocal Rangel, 1992, p. 137; Fabião, 1998). Recentemente, uma revisão *global deste tipo de fíbulas* veio com argumentos sólidos e consistentes redefinir a sua cronologia e enquadrar a sua produção já em época romana republicana, situando-se o apogeu da difusão destas peças entre os meados do século II e os finais do século I a.C. (Miguez, 2014). Identificou-se igualmente uma invulgar fíbula em prata variante de *Nauheim* decorada com motivo *a tremollo* serpenteante, *Ponte 40* (Ponte, 2006) (Estampa 170, n.º 1735). Salette da Ponte para o território português, divide o seu tipo 40 em diversos subtipos, que cronologicamente situa desde o séc. I a.C. até finais do séc. II d.C. (Ponte, 2006, p. 325-342). Os achados destas fíbulas em sítios indubitavelmente militares, como os acampamentos do Cerco de *Numantia* (Schulten, 1929, p. 213 e Taf. 31, n.º 1 e 5), Cáceres el Viejo (Ulbert, 1984, p. 53.8, Taf. 7, n.º 15-16 e Taf. 8, n.º 17-21), Castelo da Lousa (Ruivo, 2010, p. 511, n.º 25 e 26, o povoado do Pedrão (Soares e Silva, 1973, Est. 9; Ponte, 1983, Fig. 1 N.º 2 e 3); Cabeça de Vaiamonte (Pereira, 2018), Lomba do Canho (Nunes, 1959, fig. 8 e 10; Nunes et al., 1988, fig. 11, n.º 1 a 3), Monte dos Castelinhos, a par de outros sítios como Mesas do Castelinho (Miguez, 2011, Est. X e XI), documentam a introdução e difusão das produções de La Tene III centro-Europeias, no âmbito da conquista militar romana, séculos II a.C. e I a.C. (Fabião, 1998a, Vol. II, p. 535). Contudo, temos presente que estes modelos alcançam cronologias já imperiais, como atestam os exemplares de Conímbriga, Miróbriga e Collipo (Ponte, 2006).



Estampa 168 – Materiais do sítio do Castelo, segundo Cardoso, 2014, fig. 49 e 50, modificado. N.º 1718 e 1719 - cerâmica de paredes finas itálica?; N.º 1720 - verniz negro itálico; N.º 1721 a 1723, 1725 e 1726 - cerâmica comum; N.º 1724 - jarro em cerâmica cinzenta fina.



Estampa 169 – Materiais do sítio do Castelo, segundo Cardoso, 2014, fig. 51, modificado. N.º 1727 a 1734 - grandes contentores de armazenamento em cerâmica comum.



Estampa 170 – N.º 1736 a 1739 - Materiais do sítio do Castelo (segundo Cardoso, 2014, fig. 48, modificado). N.º 1735 - fibula Nauheim; N.º 1738 e 1739 - fibulas tipo Schüle 4h; N.º 1736 - possível espora; N.º 1737 - Lâmina de faca; N.º 1740 a 1746 - fibulas do Castro de Pragança depositadas no MNA.

A nível do espólio metálico, recolheu-se ainda uma lâmina de faca em ferro, e um fragmento em bronze a que João Ludgero Gonçalves atribui de difícil classificação (Gonçalves, 1997, p. 11, fig. 32, peças n.º 4 e 6) (Estampa 170, n.º 1736 e 1737). Recentemente, Teresa Rita Pereira interpreta esta peça (n.º 1736) como correspondendo, a uma espora romana-republicana análoga a uma outra recolhida em Cabeça de Vaíamonte, integrando-se no grupo 6 de Quesada deste tipo de elemento de cavalaria (Pereira, 2018, p. 32).

Associada a esta fase recolheram-se ainda três denários romanos forrados (Gonçalves, 1997, p. 11).

1 – C.MAIANI. ROMA. 153 a.C., RRC 203/1. 18mm. Encontra-se perfurado.

2 – C.ABVRI GEM. 134 a.C., RRC 244/1. 18mm.

3 – Denário forrado similar na sua dimensão aos anteriores. O seu estado de preservação não possibilita classificação. Encontra-se perfurado.

Não deixa de ser relevante que dois dos três numismas se encontrem perfurados para suspensão o que poderá relacionar-se com um uso *alodóxico* da cultura material, ou seja, com um uso diferente do que lhe foi originalmente destinado. A época do final da Idade do Ferro e os primeiros momentos do mundo romano permitem supor uma fase de transição entre os usos alodóxicos e os usos “corretos” da cultura material importada, nem sempre fácil de vislumbrar, sendo que a partir de meados do século I a.C. as importações crescem bastante e os seus usos tornam-se cada vez mais standardizados.

Tendo presente os dados disponíveis, a ocupação do sítio do Castelo, Arruda dos Vinhos, parece corresponder a um breve momento no tempo, que podemos situar tendo presente a análise dos numismas, das fíbulas, do possível fragmento de espóra, dos fragmentos de cerâmica Campaniense A e os dois fundos de paredes finas, em meados da segunda metade do século II inícios do século I a.C. Nesta fase a instabilidade decorrente da própria conquista do interior da Península de Lisboa terá forçado as comunidades indígenas a procurarem refúgio em sítios com implantação estratégica na paisagem que permitam o controlo das vias e corredores naturais de penetração tal como é o caso do rio Grande da Pipa. Teresa Rita Pereira, com base nos mesmos argumentos propôs uma ocupação militar relacionada com o período das Guerras Sertorianas para este sítio (Pereira, 2018, p. 151). Ainda que tentadora esta hipótese carece de comprovação no terreno.

2.8. CASTELO VELHO DE ROCHA-FORTE (CNS – 641)

Esta emblemática estação da Freguesia de Lamas e Cercal, Concelho do Cadaval, encontra-se ainda hoje envolta em mistério. Identificada precocemente, em finais do século XIX, por Maximiano Apolinário (Apolinário, 1895), vê a sua relevância ser reconhecida, sendo incluído no primeiro documento de salvaguarda das estruturas monumentais, como Castro de Rocha-Forte, classificado como Monumento Nacional através do decreto 136, de 23-06-1910.

Apesar da sua salvaguarda, pouco sabemos sobre este sítio, para além do facto de estar situado num local de difícil acesso, ocupando uma vasta área entre o Picoto do Cabeço do Velho e o Picoto das Furnas. As suas boas condições de defesa e ampla visibilidade terão sido potenciadas pela construção de um forte sistema defensivo, que tem vindo a ser datado da Idade do Ferro e que no fundo foram a razão da sua precoce classificação dentro da categoria de “Monumentos Lusitanos”, no decreto de 1910. Maximiano Apolinário dá conta desta putativa muralha na vivida descrição do sítio, “(...) uma muralha tão espessa que cabiam sobre ella dois carros a par” (Apolinário, 1895, p. 50); “Acompanhando o Sr. José Leite de Vasconcellos, visitei o Castello-Velho, pela primeira vez, em Setembro de 1893, nesta ocasião pude verificar a existência do que se diz serem os restos da antiga muralha e que se apresenta como uma cinta de pedras (de maiores dimensões que as que se vêem espalhadas no cimo do planalto), a qual circunda o cabeço (...)” (Apolinário, 1895, p. 51).

No âmbito da realização deste trabalho, tivemos oportunidade de rever os materiais aqui recolhidos e depositados quer no Museu Nacional de Arqueologia, quer no Museu do Cadaval. Com esta prove-

niência existem dois conjuntos distintos que podem sustentar duas ocupações diferenciadas. O Museu Nacional de Arqueologia guarda entre o acervo do Castro da Rocha-Forte um conjunto de elementos de pedra polida, composto por machados e enxós que apontam para uma primeira ocupação do período Calcolítico. A par desta, encontram-se alguns materiais que remetem para um momento dos finais da Idade do Ferro ou mesmo do período da conquista, estes são constituídos essencialmente por um conjunto de grandes bocais de talhas, em tudo idênticos aos que temos vindo a apresentar, dos sítios do Castelo (Arruda dos Vinhos), São Salvador (Cadaval) e Monte dos Castelinhos.

2.9. CASTRO DE PRAGANÇA (CNS – 1260)

A estação de Pragança é um dos mais representativos sítios arqueológicos da Península de Lisboa, localizando-se na União das Freguesias de Lamas e Cercal, Concelho do Cadaval. Implantado numa posição estratégica, no topo de uma elevação com a cota máxima de 334 metros de altitude, escarpada de forma inexpugnável a Oeste e a Noroeste, o sítio domina uma das principais portas de acesso e de travessia da Serra de Montejunto.

A descoberta do Castro de Pragança deve-se a Leite de Vasconcelos, que residiu e exerceu Medicina no Cadaval entre 1887 e 1888 (Branco, 1962). O fundador do Museu de Belém irá aqui promover escavações arqueológicas, nos anos de 1895, 1905 e 1915, recolhendo um significativo acervo de materiais atualmente depositados no Museu Nacional de Arqueologia (Vasconcellos, 1895, 1905a, 1913 e 1915).

Posteriormente, outros investigadores detiveram a sua atenção sobre esta estação, como é o caso do Cónego Joaquim Botto, cujo espólio por ele recolhido se encontra depositado no Museu de Faro, e o arqueólogo Leonel Trindade, que nas décadas de trinta e quarenta do século XX terá promovido extensas escavações (Domingos e Gomes, 2005). Mais recentemente, João Ludgero Marques Gonçalves efetuou uma nova fase de investigação e valorização de Pragança, incidindo o seu quadro de indagações nas estruturas defensivas do sítio, especificamente em uma ampla torre semicircular, na cota mais elevada do cabeço, datada por radiocarbono da primeira metade do terceiro milénio a.C. (Gonçalves, 1990-1992).

Os amplos espólios aqui recolhidos, que englobam cerâmicas, líticos, artefactos metálicos, contas de vidro e numismas, encontram-se dispersos por vários museus: o Museu Nacional de Arqueologia, Museu Arqueológico do Carmo, Museu dos Serviços Geológicos de Portugal, Museu de Faro, Museu Hipólito Cabaço, entre outros.

Apesar do precoce interesse pela relevância científica e patrimonial de Pragança, pouco se sabe acerca das suas ocupações. Em 1905, Leite de Vasconcellos sintetiza assim os espólios por ele recolhidos: *“Pragança, en Estremadura est le crasto le mieux représenté dans le Musée, à cause de ses riches dépouilles, appartenante à toutes les époques, en commençant par le néolithique. On y trouve: des pointes de flèche en silex et en cuivre, des lances en silex et en bronze, des haches en pierre et en bronze, des marteaux en pierre, des meules, des pendeloques en pierre et en ivoire, des perles en pierre, en verre et en ambre, des fibules en bronze, des vases, des fragments de poterie ornementée, des poids d’argile semblables à ceuz d’Árgar (Espagne), des fusairoles.”* (Vasconcellos, 1905a, p. 67). Deste primeiro alinhar de ideias, ficou bem evidente que nesta estação se encontravam espólios documentando uma ampla diacronia de ocupação, remontando ao neolítico, até ao período romano. Porém, apesar destes *“riches dépouilles”*, foi escassa a atenção atribuída ao estudo de Pragança, carecendo até hoje de uma monografia da totalidade dos dados aí exumados.

Um dos vetores da investigação em torno do sítio de Pragança tem sido a análise da sua coleção de metais. Com mais de 500 peças inventariadas só no acervo do Museu Nacional de Arqueologia, faz deste um dos maiores conjuntos proto-históricos do território português (Figueiredo, Melo e Araújo, 2007). A presença de diversos elementos de armamento proto-históricos fez com que o povoado de Pragança fosse englobado na cartografia da Idade do Bronze Final peninsular, alcançando assim ampla



Figura 130 – Vista aérea do Castro de Pragança.

notoriedade (Monteagudo, 1977; Coffyn, 1983 e 1985). Ao conjunto de machados e de armas da Idade do Bronze Final foi acrescentado o estudo de um invulgar conjunto de dezasseis ponderais em bronze (Vilaça, 2003), assim como o estudo de duas contas de âmbar báltico (Odriozola et al., 2017).

Apesar destes avanços relativos ao conhecimento do sítio e das suas ocupações mais recuadas, as fases mais recentes permaneceram em grande parte inéditas, tendo sido apenas estudadas um conjunto de nove fíbulas que abrangem a Idade do Ferro e o período romano republicano (Ponte, 1982, 2006; Melo et al., 2009), assim como o conjunto numismático do qual se destacam dois denários republicanos (Ruivo, 1993-1997). Recentemente surgiu oportunidade em conjunto com Ana Melo de nos determos sobre a ocupação sidérica de Pragança, em particular para a sua fase mais recuada remontando a meados do século VII-VI a.C. (Melo e Pimenta, 2020).

Foi assim, tendo presente a ampla diacronia do Castro de Pragança, desde pelo menos a Idade do Bronze Final até ao período romano, que se decidiu no âmbito deste trabalho rever os seus espólios. Não é aqui o local para apresentar de forma desenvolvida os resultados desse trabalho. Todavia, importa ter presente em linhas gerais as dinâmicas de ocupação deste promontório. Apesar dos conjuntos de materiais aqui recolhidos carecerem de coordenadas contextuais, uma análise com base tipológica e comparativa permite comprovar essa espessura cronológica das ocupações atravessando toda a Idade do Ferro. Uma das novidades da revisão destas coleções foi a da existência de uma relevante ocupação que podemos conotar com a fase da conquista romana.

O espólio que podemos associar a esta fase é assaz abundante. Destaca-se, o grupo da cerâmica comum de produção regional e entre este, tal como temos vindo a ver em diversos sítios de altura da área em análise, a presença assinalável dos grandes contentores de armazenamento, composto por amplas talhas de bocais moldurados, corpos de morfologia ovoide e fundos planos com ressaltos externos (ver Estampa 174). Alguns exemplares destes contentores evidenciam uma invulgar decoração que consiste na gravação de círculos quer no interior do bocal (Estampa 174, n.º 1786) quer na superfície externa, sendo estes acompanhados da aplicação de decoração plástica (Estampa 174, n.º 1787 e 1788), decorações idênticas são conhecidas na estação de Outeiro da Assenta (Pereira, 1914, p. 140).

O grupo dos potes/panela, encontra-se igualmente bem representado, com uns invulgares bocais com acabamento cuidado polido e espatulado (Estampa 173, n.º 1768 a 1770). Um fragmento de pote evidencia uma decoração com pequenas estampilhas quadrangulares com motivo geométrico, formando duas linhas em torno do colo do recipiente (Estampa 173, n.º 1772). Não é porém claro, se esta peça se insere em cronologias pré-romanas ou já da fase romana republicana.

Sobressai entre o conjunto das cerâmicas comuns de Pragança, uma série de fragmentos de recipientes fechados em cerâmica cinzenta fina apresentando uma característica decoração em retícula brunida efetuada por polimento (Estampa 173, n.º 1773 a 1781). O exemplar melhor preservado permite caracterizar estas peças como jarros, caracterizando-se por um bocal com um bico vertedor, de lábio simples, de onde arranca uma asa maciça de secção circular. Estes jarros como já referimos são elemento característico dos contextos dos momentos finais da Idade do Ferro em toda a área em análise (Pimenta et al., 2014).

Da análise do extenso e heterogéneo conjunto cerâmico, sobressai um profundo regionalismo da sua cultura material, não se tendo identificado até hoje, em qualquer dos museus onde se encontram depositados coleções do Castro de Pragança, qualquer fragmento de ânfora ou de cerâmica fina de importação. Esse dado é ainda mais invulgar quando estes materiais se encontram presentes, como vimos, no vizinho povoado de Salvador (Cadaval). Contudo, tal circunstância pode revelar um indicador cronológico e assim estarmos em Pragança perante uma cronologia mais recuada, centrada em meados do século II a.C.

A par do conjunto cerâmico, encontra-se depositado no Museu Nacional de Arqueologia e Museu Municipal do Cadaval um expressivo conjunto de peças metálicas em ferro e liga de cobre, que podemos com alguma segurança atribuir a esta fase.

O conjunto de fíbulas já era parcialmente conhecido (Ponte, 1982, 2006; Melo et al., 2009), ainda que a este se tenha aduzido mais alguns exemplares depositados no Museu do Cadaval. Oito correspondem ao tipo *Schüle 4h* (Schüle, 1969, p. 271-280) ou Ponte 32 (Ponte, 2006, p. 218-244), em liga de cobre, preservando o característico apêndice caudal moldurado, que pode ser incluído na variante I recentemente definida por J. Miguez (Miguez, 2011) (Estampa 170, n.º 1741 a 1746). Como já se referiu o apogeu da difusão destas peças centra-se entre os meados do século II e os finais do século I a.C. (Miguez, 2014). Entre os materiais de Pragança, no acervo do Museu Nacional de Arqueologia, identificou-se um fragmento incompleto de arco circular de uma fíbula anular romana ou em “ómega” em liga de cobre, integrada nos Tipos Ponte 51-52 (Ponte, 2006, p. 394-409). Ainda que tenhamos presente a ampla cronologia deste modelo de fíbulas, como vimos em Monte dos Castelinhos, São Salvador e Barradinha a sua génese e difusão decorre durante o período romano republicano (Estampa 170, n.º 1740).

Apesar desta expressividade das fíbulas, a grande surpresa da revisão das coleções de Pragança foi a presença de um expressivo conjunto de armamento militar, que remete para o papel desta invulgar estação no controle do território. Apesar de se encontrarem muito fragmentados, identifica-se entre o conjunto de armas hasteadas 4 elementos de ferro que interpretamos como pertencentes a *pila*, 6 pontas de lança e 4 contos de lança/*pilum* (Estampa 171, n.º 1747 a 1757).

Começando pelos *pila* tal como entre o conjunto de metais de Monte dos Castelinhos, identificam-se diversos fragmentos que interpretamos, ainda que com certa ousadia, como pertencente a este tipo de armamento. Ainda que o seu estado de conservação impossibilite na maioria dos casos uma classificação categórica, trata-se de pontas maciças em ferro, identificadas já fragmentadas, não sendo perceptível qual o seu encabamento (Estampa 171, n.º 1749, 1751 e 1752), devendo corresponder a *pila* ligeiros. A peça melhor preservada coloca alguns problemas de interpretação (Estampa 171, n.º 1753). Com um comprimento conservado de cerca de trinta centímetros, evidencia uma extremidade fragmentada, conservando na outra ponta uma placa saliente de formato arredondado, uma peça em tudo análoga a outra recolhida no povoado do Pedrão (Setúbal), mas que aí foi interpretada como de uso desconhecido (Soares e Silva, 1973, Est. V, n.º 36 e 37). Entre o conjunto metálico do acampamento romano de Cáceres El Viejo, conhece-se uma série de 4 *pila* ligeiros com extremidades de encabamento idênticos ao exemplar aqui em análise, que sem margem de dúvidas resolve a questão da interpretação da peça de Pragança e do Pedrão (Ulbert, 1984, Taf. 24). O exemplar n.º 1748 (Estampa 171) evidencia um apêndice lateral, pelo que podemos interpretar esta ponta como pertencendo a um dardo incendiário, com bons paralelos entre o

conjunto metálico da Cabeça de Vaiamonte (Pereira, 2018, p. 136-138). Duas pontas de lança apresentam encabamento de alvado (Estampa 171, n.º 1747 e 1750), com características do armamento indígena pré-romano (Quesada Sanz, 1997a, p. 352-404). Contudo, importa reforçar que a sua presença em contextos romano-republicanos se encontra bem documentada como é o caso entre outros das lanças de Cáceres El Viejo (Ulbert, 1984, Tafel 24, n.º 184) ou da Cabeça de Vaimonte (Pereira, 2018, p. 133, Est. 17). O exemplar de ponta de lança, n.º 1759 (Estampa 172) apresenta-se de enquadramento mais complexo evidenciando um encabamento por espigão. Por último identificaram-se quatro contos de lança/*pilum* em ferro (Estampa 171, n.º 1754 a 1757). O seu uso encontra-se bem documentada entre o armamento do mundo indígena peninsular, sendo usual a sua associação ao grupo das lanças (Quesada Sanz, 1997a, p. 431). Porém, sabemos que os *pila* seriam igualmente providos de contos na sua extremidade (Bishop, 2017).

Entre os metais de Pragança no acervo do Museu Nacional de Arqueologia, encontra-se um fragmento que interpretamos como possível espigão de capacete, englobando-se assim na categoria de armamento defensivo passivo (Estampa 172, n.º 1766). Trata-se de uma peça maciça de liga de cobre de secção semicircular, com um arranque fragmentado, que faz supor a sua ligação com um eventual capacete no mesmo metal. Espigões de capacete similares são conhecidos no tipo Montefortino e Buggenum (Quesada Sanz, 1997b, fig. 7). Peças similares encontram-se presentes na Cabeça de Vaiamonte e nas Mesas do Castelinho (Fabião, 1998a, fig. 74, n.º 3; Pereira, 2018, Est. 12).

Ainda associado à *Militaria*, encontra-se presente um fragmento de liga de cobre, que interpretamos como placa de cinturão militar (Estampa 172, n.º 1762). Infelizmente, apresenta-se fragmentado em três das suas extremidades, mas denota morfologia retangular evidenciando decoração incisa em forma de três círculos concêntricos. Uma peça em tudo idêntica é conhecida do sítio de El Castillejo (Santiago del Campo, Cáceres) (Heras Mora, 2018, p. 123, fig. 6, C). Preserva-se ainda entre o espólio metálico de Pragança, uma curiosa argola em bronze com dois olhais de suspensão, que foi apresentada por Leite de Vasconcellos no volume III das Religiões da Lusitânia e aí interpretada como argola de cinturão (Vasconcellos, 1913, p. 144, fig. 62). A sua morfologia e dimensão, sugere-nos antes uma utilização como elemento de arreio de cavalo (Estampa 172, n.º 1763).



Figura 131 – Vista aérea de Pragança e da portela natural de travessia da Serra de Montejuento.

Entre o vasto conjunto de artefactos metálicos que podemos associar ao mundo doméstico e quotidiano destacam-se algumas lâminas de facas, das quais apresentamos duas (Estampa 172, n.º 1758 e 1760). Tal como referimos ao apresentar os metais de Monte dos Castelinhos, não se nega uma utilização destas facas como armas, na senda da recente publicação dos conjuntos de armamento de *Libisosa* e onde estas são incluídos (Quesada Sanz e Uroz Rodríguez, 2020, p. 53, fig. 13). São conhecidas, na bibliografia da especialidade, como facas afalcatadas, por lembrarem com a sua lâmina curva as Falcatas ibéricas (Quesada Sanz, 1997a, p. 167-168).

Os instrumentos médico-cirúrgicos, asseverando assim a prática da medicina em Pragança, encontram-se igualmente presentes. Destacando-se a presença de um instrumento cirúrgico que se classifica como gancho bifurcado (*hamus*) de liga de cobre (Estampa 172, n.º 1761), tendo paralelo num instrumento recolhido na Cabeça de Vaiamonte e igualmente depositado no Museu Nacional de Arqueologia (Pereira, 2018, p. 300, Est. 117, n.º 1).

Entre os metais de Pragança, recolheu-se ainda um pequeno mas relevante conjunto de peças que se inserem na categoria dos utilitários de comércio, atestando assim a realização de práticas comerciais e a relevância da mensuração de bens e produtos. Trata-se de dois elementos de possíveis pratos de balança em ferro e um elemento de ponderal. Dos possíveis pratos de balança, apresentamos o registo gráfico de um, carecendo a sua classificação perentória de trabalhos de restauro, para verificar a presença dos orifícios de suspensão que a corrosão não permite verificar (Estampa 172, n.º 1765). O ponderal, consiste numa peça em chumbo de forma discoidal, com orifício central, pesando 34gr e com a marca S em ambas as faces incrustada em liga de cobre. Este tipo de ponderal, encontra bons paralelos entre o conjunto metálico da Cabeça de Vaiamonte, correspondendo ao Grupo I de ponderais aí definido (Pereira, 2018, p. 178-188, Est. 77). Um exemplar morfologicamente idêntico de chumbo e com decoração de “S” obtidos a molde, foi recuperado em Chões de Alpompé (Santarém) (Fabião, Pereira e Pimenta, 2015, p.137, Fig. 21 e 22, n.º 20).

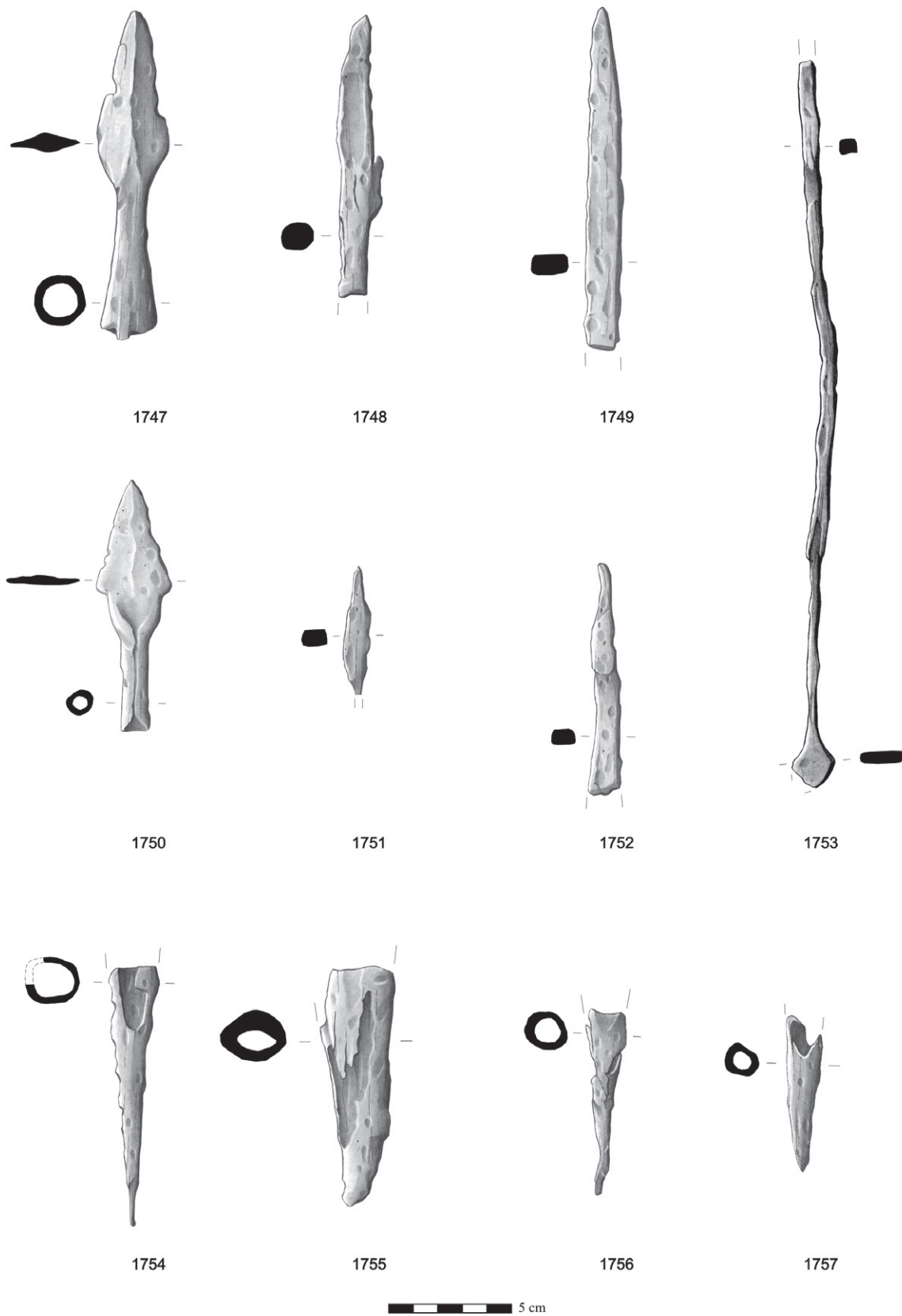
Como acima referimos, entre os espólios metálicos de Pragança encontra-se um pequeno, mas significativo conjunto numismático, tendo este sido já alvo de publicação (Ruivo, 1993-1997, p. 58). É constituído por 10 numismas, sendo dois de cronologia romana republicana e os restantes oito já com cronologias do principado (Ruivo, 1993-1997, p. 58). Os dois exemplares de cronologia romano republicana correspondem a dois denários bem preservados, RRC 206/1 e RRC 235/1c. datados entre 150 e 137 a.C. (Crawford, 1975).

Por último, não podemos deixar de referir um conjunto de materiais excepcionais em prata e ouro, recolhidos em Pragança e que têm vindo a ser designados como “Tesouro de Pragança” (CNS 1994). Trata-se de um conjunto encontrado em 1934, “a pouca profundidade e junto dumas pedras (...) no extremo da estrada que conduz ao cimo do castro” (Heleno, 1935, p. 239). Deste conjunto, fazem parte oito peças: uma conta e uma lúnula em ouro, a par de três lúnulas, um torques e dois vasos em prata (Figura 132). As lúnulas possuem caneluras feitas por puncionamentos punctiformes e circunferências simples e concêntricas, associadas a SSS, organizados em motivos geométricos. O torques e o vaso, de colo estrangulado, são lisos. Este conjunto inscreve-se no final da II Idade do Ferro, tendo as lúnulas um paralelo muito próximo em exemplar de Viseu (Heleno, 1935, Est. VI, Fig. 25; Silva, 1986, Est. CXIX, n.º 3). Os paralelos aduzidos por este último autor indicam cronologia do final da Fase II da Cultura Castreja, situável cerca de meados do século II a.C., ou seja, podemos estar já perante um episódio de entesouramento relacionado com a fase de conquista romana, como tem vindo a ser recentemente referido (Correia, 2013; Correia et al., 2013). A presença deste entesouramento em Pragança merece ainda um breve comentário, mais em tom de problematização. Terá a sua ocultação decorrido de algum episódio de instabilidade durante a fase tardia do processo de conquista?

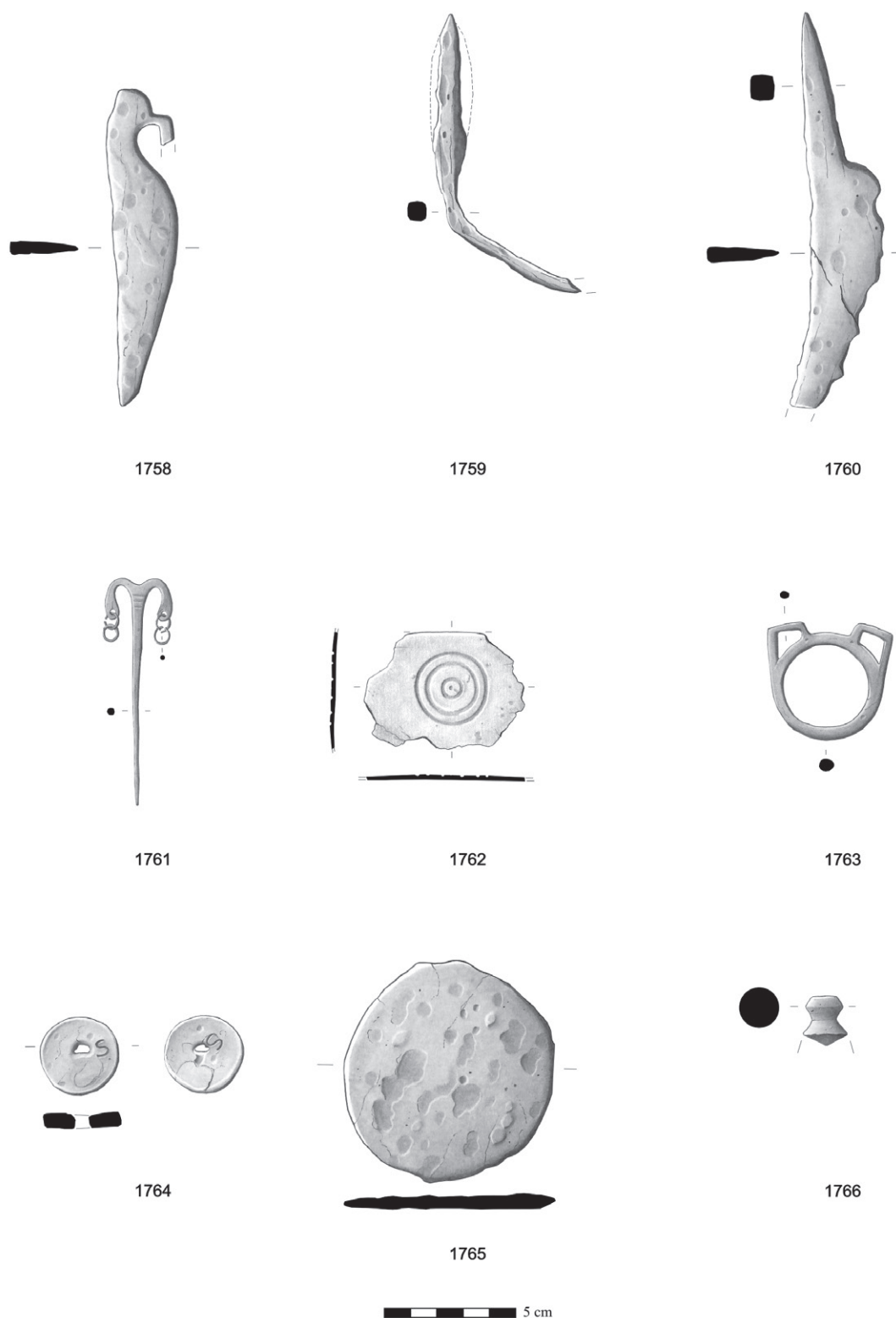
A presença de diversos elementos de armamento, itálicos e indígenas, que ora tornamos públicos, leva a sublinhar relevância científica deste povoado. Essa relevância certamente que se interliga com a necessidade de controlo da transitabilidade da serra de Montejunto e com o papel crucial que a implantação de Pragança tem no assegurar dessa dinâmica. O entesouramento, a presença das armas, o padrão cerâmico tão marcadamente indígena, pode mesmo sugerir um assédio / ataque a um aglomerado indígena, pelos romanos. algo que só futuros trabalhos poderão averiguar.



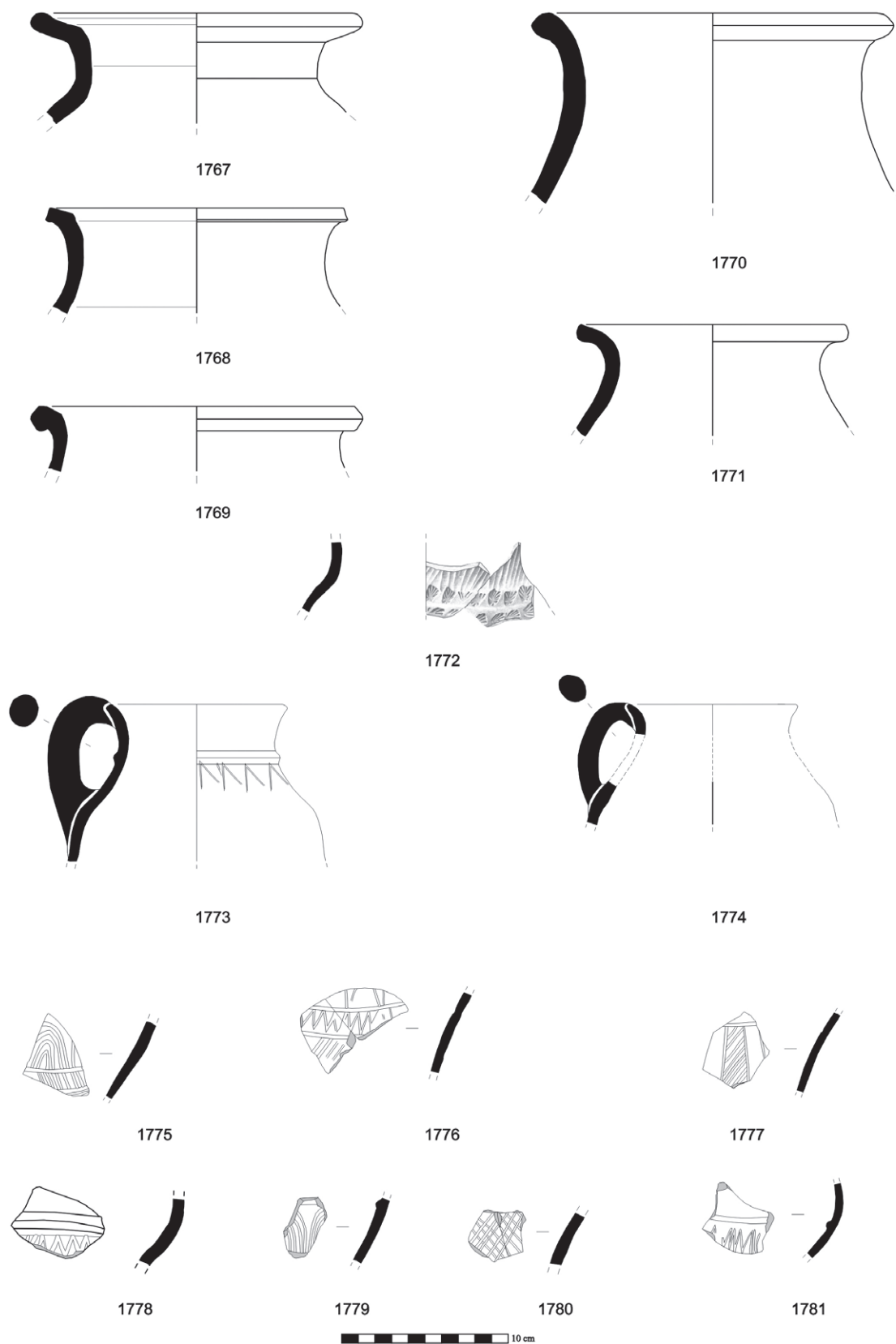
Figura 132 – Tesouro de Pragança: Lúnula em Ouro (Au 207); colar de prata (Au 211); Lúnulas em prata (Au 208, 209 e 210); vasos de prata (Au 212 A e 212 B). Museu Nacional de Arqueologia: José Pessoa, 2001; Museus e Monumentos de Portugal E.P.E. / Arquivo de Documentação Fotográfica.



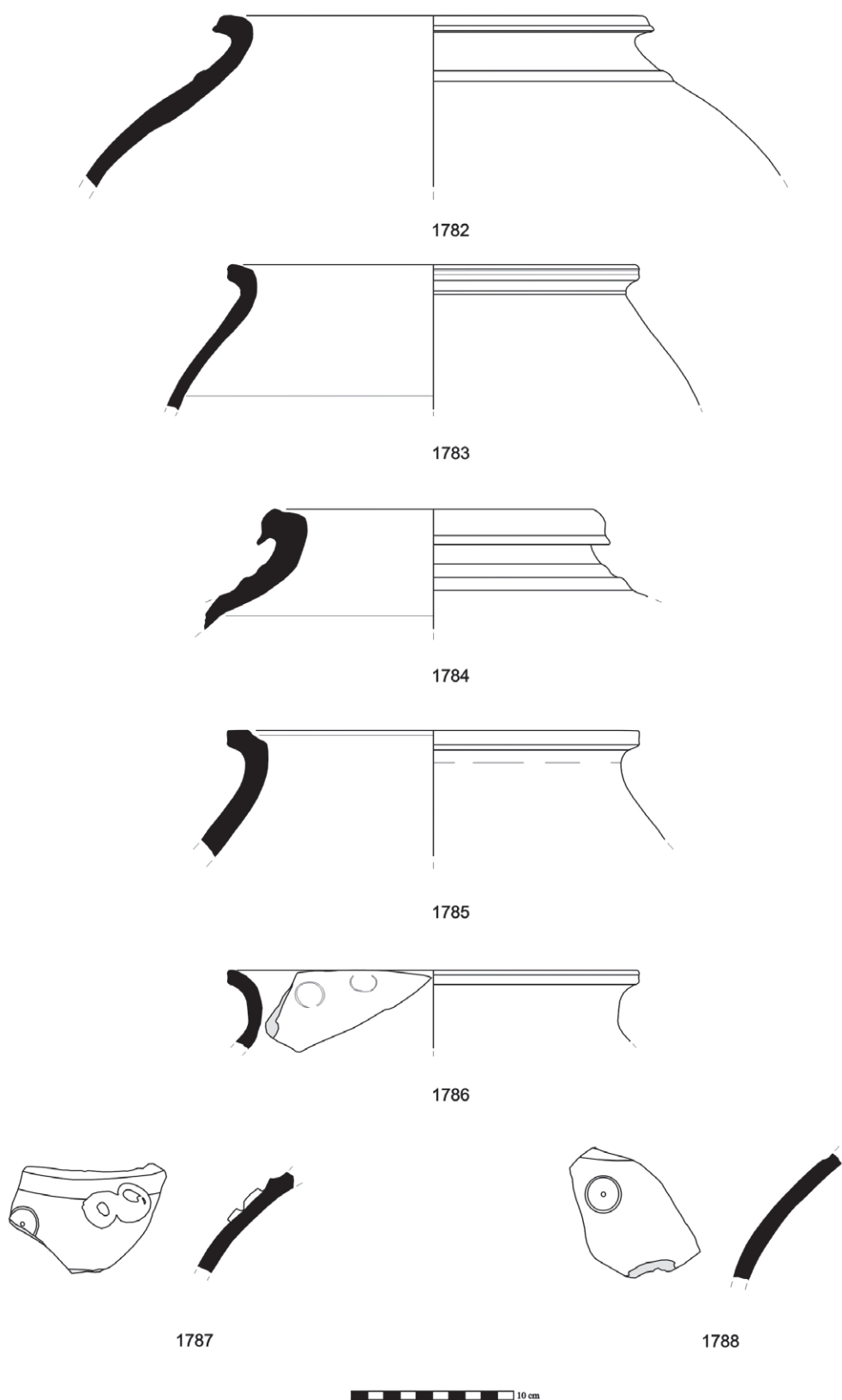
Estampa 171 – Conjunto de armamento militar em ferro, composto por armas hasteadas do Castro de Pragança.



Estampa 172 – Amostragem do espólio metálico proveniente do Castro de Pragança. N.º 1758 e 1760 - lâminas de facas; N.º 1759 - ponta de lança; N.º 1761 - elemento cirúrgico; N.º 1762 - placa de cinturão militar; N.º 1763 - elemento de arreio de cavalo; N.º 1764 - ponderal em chumbo; N.º 1765 - prato de balança; N.º 1766 - possível espigão de capacete em liga de cobre.



Estampa 173 – Castro de Pragança. N.º 1767 a 1771 – cerâmica comum; N.º 1772 - fragmento de cerâmica estampilhada; N.º 1773 a 1781 – jarros em cerâmica cinzenta.



Estampa 174 – Castro de Pragança. Grandes contentores de armazenamento em cerâmica comum.

2.10. MONTE DO SENHOR DA BOA MORTE (CNS – 984)

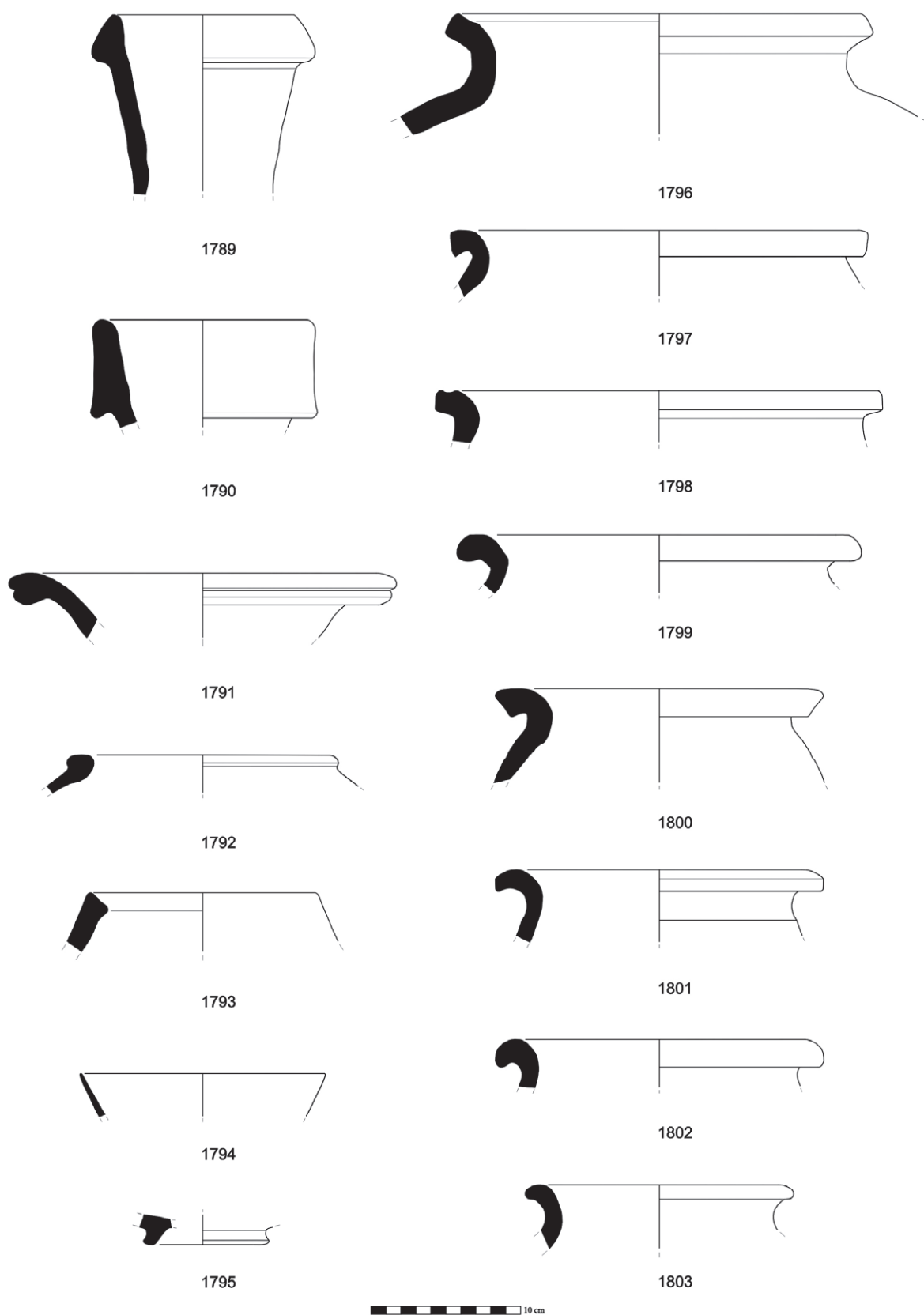
O Monte do Senhor da Boa Morte ou Castelo de Povos ergue-se de forma dominante sobre o antigo porto fluvial da Vila de Povos, ativo até ao século XVIII (Guerra, Blot e Quaresma, 2000). Localiza-se no Concelho e Freguesia de Vila Franca de Xira. Implantado num morro de grande valor estratégico, no topo de uma elevação com a cota máxima de 110 metros de altitude, escarpada de forma inexpugnável, o sítio domina uma das principais vias naturais paralelas ao rio Tejo e uma portela de acesso ao interior da Península de Lisboa.

As escavações aqui desenvolvidas entre 1991 e 1995, da responsabilidade de Cristina Calais, permitiram caracterizar a presença Islâmica (Calais, 1995-97). No âmbito da revisão do estudo das coleções arqueológicas, depositadas nas reservas do Museu Municipal, deparámo-nos entre o espólio de época islâmica e medieval cristã do Castelo de Povos com a existência de materiais de cronologia mais recuada. Ainda que estes materiais tenham sido recolhidos em contexto de deposição secundária, claramente posterior à sua cronologia, a sua presença no morro do castelo permite afirmar a existência neste espaço de uma ocupação anterior à fortificação islâmica, ocupação essa, que até há bem pouco tempo era de todo desconhecida (Lucas, 2000).

O estudo destes materiais permite atribuir-lhes uma cronologia pré-romana e romana republicana, balizada entre os meados do século VI a.C. e o I a.C. Os dados sobre a ocupação da Idade do Ferro não são numerosos, resumindo-se a algumas cerâmicas comuns, taças em cerâmica cinzenta fina polida e um bocal de ânfora do Tipo 3 do estuário do Tejo (Sousa e Pimenta, 2014), ver Estampa 175, n.º 1792. Os elementos da fase romano republicana são assaz mais superlativos. A associação entre ânforas vinárias itálicas do tipo greco-italico tardio (Estampa 175, n.º 1789), ânforas gaditanas do tipo 7.4.3.2. e 7.4.3.3. (Mañá C2b) (Estampa 175, n.º 1791); ânforas do tipo 7 do estuário do Tejo (Estampa 175, n.º 1793) e fragmentos de cerâmica campaniense A, nomeadamente um bocal de uma taça da forma Lamb. 31 (Estampa 175, n.º 1794), remetem-nos para os contextos mais antigos da presença militar romana no vale do Tejo, com bons paralelos em Lisboa e em Chões de Alpompe (Pimenta, 2005). A continuação da ocupação ao longo do século I a.C. encontra-se atestada por ânforas vinárias do tipo Dressel 1C de produção da



Figura 133 – Imagem aérea do Monte do Senhor da Boa Morte.



Estampa 175 – Castelo de Povos. N.º 1789 a 1793 - ânforas; N.º 1794 e 1795 - verniz negro itálico Napolitano, N.º 1796 a 1803 - cerâmica comum.

costa Tirrénica da Península Itálica (Estampa 175, n.º 1790), fragmentos de ânforas importadas do vale do Guadalquivir, destacando-se um bocal de ânfora do tipo Ovoide 4 e um fundo de cerâmica de verniz negro itálico da colónia Latina de Cales (Estampa 175, n.º 1795). Ainda relacionado com a ocupação do período romano republicano identificaram-se diversos bocais, fundos e paredes de grandes contentores de armazenamento do tipo talha, com bons paralelos entre o conjunto de Monte dos Castelinhos (Estampa 175, n.º 1796 a 1803).

Face à redescoberta e estudo destes materiais, efetuou-se uma campanha de prospeção intensiva no morro do Castelo e nas suas encostas. Estes trabalhos lograram identificar diversas plataformas com ocupação de cariz habitacional islâmica ao longo do monte, assim como evidências estruturais da presença de outra linha defensiva, possivelmente medieval ainda que não seja de descartar maior antiguidade. Da fase mais antiga agora vislumbrada, foi possível recolher fragmentos de ânforas e cerâmicas comuns que levam a supor uma relevante ocupação desta época (Pimenta e Mendes, 2012 e 2016).

A presença romana republicana no Castelo de Povos, numa área aparentemente ocupada por um povoado pré-romano, leva-nos a problematizar o seu significado. A sua cronologia precoce, associada à posição de domínio sobre a área portuária e via natural de circulação, leva-nos a conjecturar, que este povoado fortificado, tiraria partido da defensibilidade natural do sítio e da sua ampla visibilidade, assumindo-se como um elemento de controlo territorial bem evidenciado na paisagem Tagana.

2.11. CASTELO DE ALVERCA DO RIBATEJO (CNS – 5881)

O monte alcantilado, onde se veio a erguer o antigo castelo medieval de Alverca, apresenta uma implantação estratégica sobre a antiga via de penetração paralela ao Rio Tejo, mais tarde estrada romana e um amplo domínio visual sobre a antiga foz do Rio Crós Cós e Rio da Silveira. Esta localização privilegiada, associada a condições naturais de defesa em duas das suas vertentes, fez com que este local fosse ocupado desde épocas remotas. Ainda que os dados disponíveis sobre as mais antigas fases de ocupação deste espaço sejam escassos, a intervenção levada a cabo no Núcleo de Alverca do Museu Municipal de Vila Franca de Xira (CNS 23634) permite, pela primeira vez, recuar a presença humana no núcleo histórico até inícios do primeiro milénio antes de Cristo, sendo abundantes as informações sobre a ocupação da Idade do Bronze final (Pimenta e Mendes 2015d).

Ainda que não se tenham detetado quaisquer níveis estratigráficos preservados da Idade do Ferro, a presença em níveis posteriores, de época romana e medieval, de materiais claramente pré-romanos de cariz orientalizante autoriza-nos a supor a sua existência. Estes materiais, ainda que escassos e carecendo de um contexto primário, merecem a nosso ver umas breves observações. Trata-se, essencialmente, de fragmentos de bojos de grandes recipientes de tipo *pithoi*, tendo apenas três permitido reconstituição formal: um bocal de *pihtos* com vestígios do arranque de asa bífida e dois fragmentos correspondendo a ânforas de tipologia pré-romana, nomeadamente uma asa de rolo e um bocal de ânfora. Este contentor corresponde a uma produção do Estuário do Tejo, recentemente designada como Tipo 1, com cronologias centradas entre o século VI e V a.C. (Sousa e Pimenta, 2014).

O período romano republicano encontra-se igualmente atestado, permitindo supor alguma relevância do povoado do Castelo de Alverca. Os materiais que suportam esta ocupação, foram exumados em níveis de revolvimento posterior (Pimenta e Mendes, 2007b). Destaca-se a presença de diversos fragmentos de ânforas vinárias itálicas, tendo sido possível reconstituir um bocal de uma ânfora do tipo Greco-itálico. As cerâmicas de verniz negro itálico encontram-se igualmente presentes, tendo sido identificado um bocal de uma pátera em Campaniense B Calena do Tipo Lamb. 5 (Pimenta e Mendes, 2007b, figura 4, n.º 27 a 31). A par destes elementos importados encontra-se presente, diversificado conjunto de cerâmica comum, entre o qual dominam os grandes contentores de armazenamento do tipo talha.

Qual a extensão da ocupação proto-história do morro do Castelo de Alverca e a sua real importância, só a realização de novas intervenções com um quadro de indagações previamente definido poderá

vir esclarecer. Porém, a análise da sua localização e implantação topográfica faz supor podermos estar perante um povoado “fortificado” que tiraria partido da sua implantação dominando uma área de bom ancoradouro, junto a uma via principal de comunicação terrestre e controlando o acesso ao interior do território pelo vale do Rio Crós Cós e Rio da Silveira.

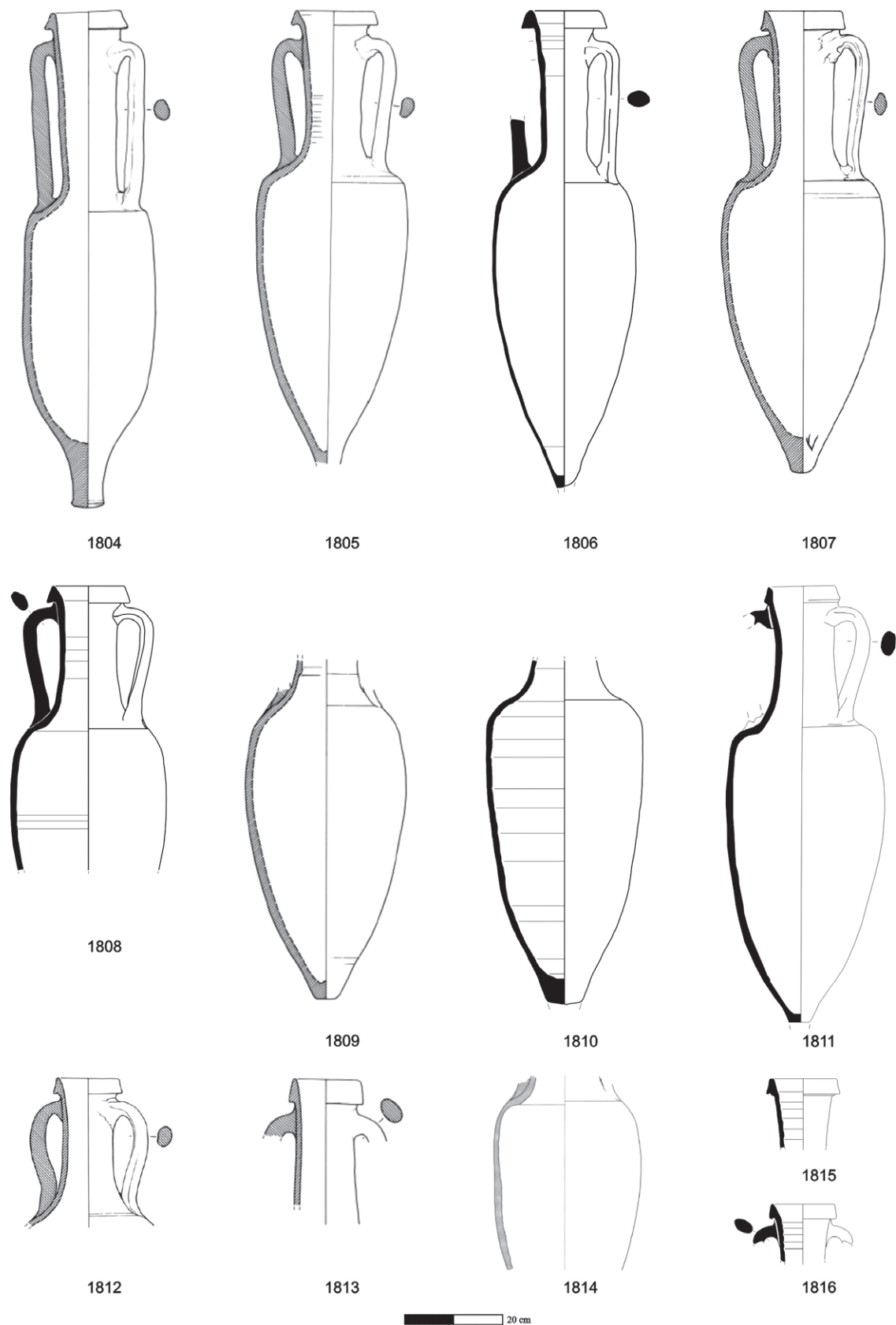
2.12. ACHADOS NO RIO TEJO, EM TORNO DE VILA FRANCA DE XIRA

Ao longo dos anos, têm vindo a ser recolhidos por pescadores e entregues no Museu Municipal de Vila Franca de Xira diversos elementos cerâmicos provenientes do leito do rio, que atestam de forma contundente a sua relevância enquanto via de comunicação. Grande parte deste acervo resulta da prática da pesca de arrasto de fundo. Esta consiste, como a sua designação revela, na utilização por uma ou mais embarcações de uma ampla rede que é arrastada pelo(s) barco(s) ao longo de determinado percurso, utilizando pesos para manter a rede à profundidade pretendida. O facto de esta técnica de pesca roçar o fundo do Tejo, leva a que por vezes prenda e liberte materiais inertes de alguma volumetria. Entre o acervo com esta proveniência sobressaem os materiais cerâmicos de época romana, tendo estes sido já alvo de alguma atenção, nomeadamente as ânforas (Diogo, 1987-88; Diogo e Alves, 1988-89 e Quaresma, 2005). Todavia, outros períodos encontram-se igualmente atestados, desde a pré-história ao período contemporâneo (Pimenta e Mendes, 2016).

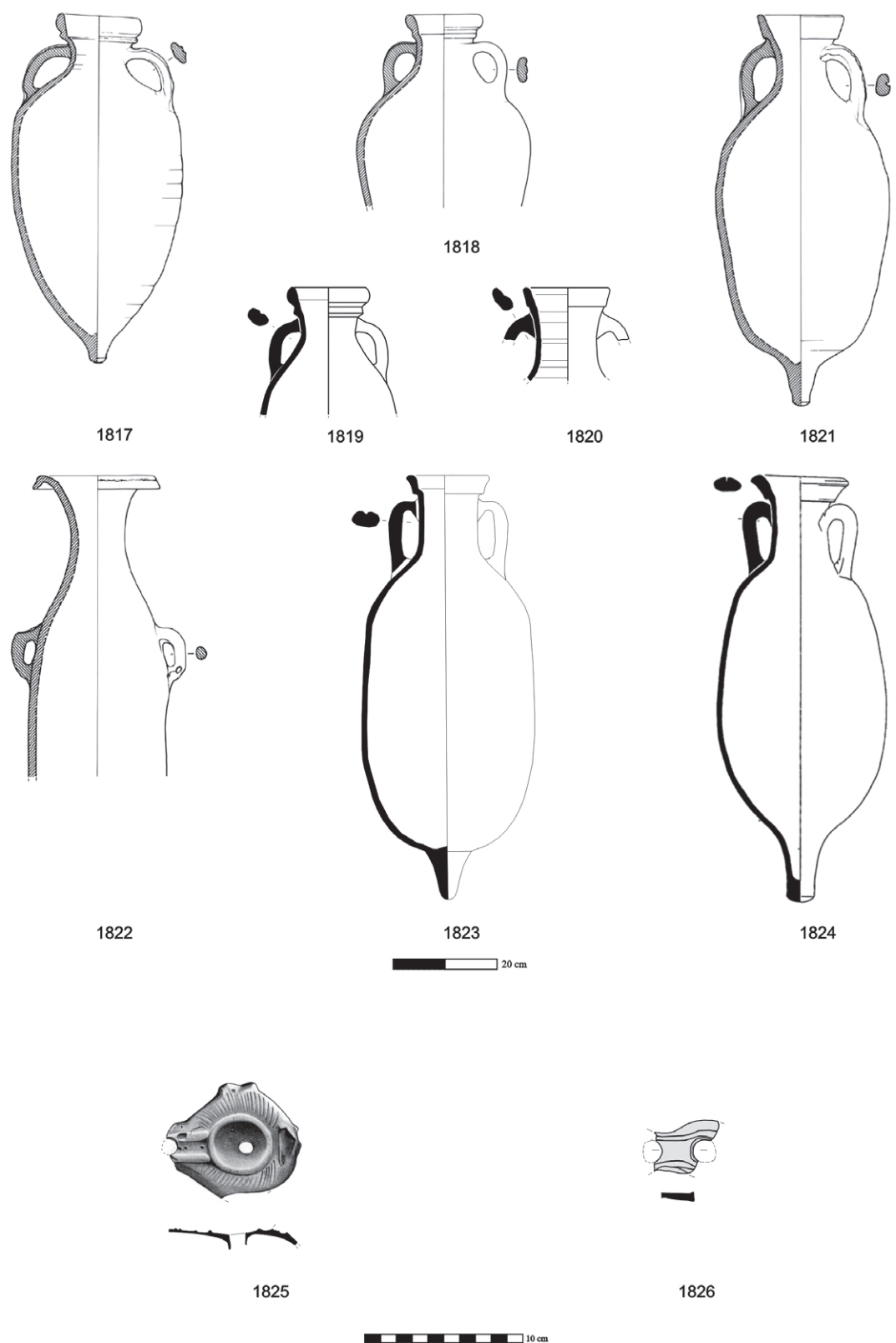
Sendo as ânforas os contentores por excelência de transporte de produtos alimentares a longa distância, por via marítima e fluvial, é natural a sua presença onde a intensidade desse comércio se fez sentir. O rio Tejo, verdadeira estrada para o interior da província da *Ulterior/Lusitania*, com o seu amplo estuário, a sua extensa navegabilidade e dinâmica dos seus portos, seria à data sulcado por múltiplos navios, que o cruzariam numa intrincada rede de abastecimentos. São assim as ânforas o contentor melhor representado nestas recolhas, ainda que como veremos se tenham recolhido outros materiais cronologicamente coerentes, como cerâmicas comuns, fragmentos de verniz negro itálico e lucernas (Pimenta, Mendes e Correia, 2016/2017).

Desde os primeiros trabalhos sobre os conjuntos de ânforas recolhidos no baixo Tejo e depositados no Museu de Vila Franca, era clara a existência de dois núcleos distintos de materiais, distintos, quer no espaço, quer no tempo (Diogo, 1987-88, Quaresma, 2005). Uma primeira área, tendo em conta a informação dos seus achadores, nas imediações da atual Póvoa de Santa Iria, onde se têm recolhido exemplares completos de fabrico Lusitano de dois tipos distintos, as formas Dressel 14 e Lusitana 3. E uma segunda área, procedente de dois locais não localizados de forma satisfatória, nas proximidades de Alhandra e Alcochete (Quaresma, 2005, Pimenta, Mendes e Correia, 2016/2017). Aqui, as ânforas enquadram-se cronologicamente no período romano republicano, séculos II-I a.C., encontrando-se particularmente bem documentadas as ânforas vinárias itálicas dos tipos Greco-itálica e Dressel 1, mas igualmente uma ânfora do Tipo 7.4.3.3. (Mañá C2B), uma Dressel 7/11 e diversas ânforas Ovoides do Guadalquivir, nomeadamente a forma Ovoide 1 e Ovoide 4 (Pimenta, Mendes e Correia, 2016/2017) (Estampas 176 e 177).

A par do numeroso conjunto de ânforas, destaca-se devido à sua raridade a presença entre o acervo de Vila Franca de Xira com esta proveniência de duas lucernas itálicas de cronologia romano republicana, ver Estampa 177, n.º 1825 e 1826. Trata-se de um fragmento bem preservado do tipo Dressel 2, e de um reservatório de lucerna do Tipo H de Ricci (Pimenta, Mendes e Correia, 2016/2017, fig. 9 n.º 17 e 18). Existem ainda no acervo alguns fragmentos de verniz negro itálico da colónia Latina de Cales, das formas Lamb. 1 e 2, a par de imitações dos mesmos modelos em cerâmica cinzenta. As cerâmicas comuns são numerosas e carecem de estudo, porém encontram-se já publicados os conjuntos de almorfarizes importados, quer itálicos quer do vale do Guadalquivir (Pimenta, Mendes e Correia, 2016/2017, fig. 9 n.º 21 e fig. 12).



Estampa 176 – Ânforas recolhidos no leito do rio Tejo e depositados no Museu de Vila Franca (a partir de Quaresma, 2005; Pimenta, Mendes e Correia, 2016/2017), modificado e acrescentado. Material inédito: N.º 1806, 1815 e 1816.



Estampa 177 – Ânforas e lucernas recolhidos no leito do rio Tejo e depositados no Museu de Vila Franca (a partir de Quaresma, 2005, Pimenta, Mendes e Correia, 2016/2017, modificado).

Transparece destas evidências a riqueza em informação que jaz no leito do Tejo. Que tipo de contextos estarão a ser afetados e perturbados por esta pesca de arrasto? Serão apenas materiais resultantes de descartes dos navios e que assim sendo atestam a ampla circulação naval em época romana? Serão dados provenientes de zonas de fundeadouro, onde as embarcações permaneciam a aguardar mudanças na maré? Ou podemos estar perante zonas de naufrágios? Tendo em conta a coerência cronológica de alguns exemplares, esta hipótese é assaz apelativa, ainda que tenha que reconhecer que carece de provas mais contundentes.

2.13. OUTROS SÍTIOS

Por último, ainda relativo, ao povoamento em torno de Monte dos Castelinhos existem algumas referências que importa ter presente, mas que nesta fase mais não são que pistas para futuras leituras. É o caso de alguns dados provenientes das escavações no núcleo antigo da Vila de Arruda dos Vinhos. Uma escavação de cariz preventivo realizada entre março e junho de 2012 no adro da Igreja matriz, revelou a par de vestígios de uma necrópole medieval moderna uma ocupação anterior que permite recuar a ocupação deste ponto fulcral do vale do rio Grande da Pipa à Idade do Ferro (Antunes-Ferreira, Cardoso e Santos, 2017). Pouco ainda sabemos sobre os materiais aí recolhidos, apenas é referido: “Das camadas mais profundas em contacto com o substrato geológico ou em estratos de revolvimento provem fragmentos de cerâmicas de feitura manual e cinzentas finas de bordos de secção em voluta características de uma população indígena do final da 2.^a Idade do Ferro.” (Antunes-Ferreira, Cardoso e Santos, 2017, p. 1112). Aparentemente os contactos deste povoado com o mundo itálico são precoces, encontrando-se atestada pela presença de cerâmica de verniz negro itálico do tipo Campaniense B e ânforas vinárias itálicas. O sítio evidencia uma ampla diacronia, continuando a ser ocupado ao longo do período romano, tendo essas evidências vindo a ser interpretadas como sendo de uma *villa* (Lopes e Cardoso, 2019, p. 39).

Outro sítio interessante é a estação da Capela de Nossa Senhora dos Montes, Arruda dos Vinhos (CNS – 35432). O morro onde se ergue este arqueossítio corresponde a um cone basáltico que flanqueia uma ampla curva do rio Grande da Pipa, dominando a transitabilidade do vale. Pouco se sabe sobre esta estação, além dos dados de superfície aí recolhidos e que remetem para uma cronologia dos momentos finais da Idade do Ferro (Cardoso e Gonzalez, 2008, p. 127 e 128). Os vestígios reportam-se apenas a fragmentos de grandes contentores de armazenamento do tipo talha, similares aos identificados em Monte dos Castelinhos (Lopes, 2017, p. 199, fig. 77), porém, a presença de um fragmento de ânfora vinária itálica do tipo Dressel 1 leva-nos a ponderar uma ocupação romano republicana.

A última das estações é o Moinho do Custódio, Arruda dos Vinhos/Arranhó (CNS – 35431), conhecida essencialmente pelas suas ocupações pré-históricas calcolíticas (Sousa e Lopes, 2017). O sítio evidencia igualmente uma ocupação datada dos últimos momentos da Idade do Ferro, idêntica à acima descrita para o monte da Capela de Nossa Senhora dos Montes (Cardoso e Gonzalez, 2008, p. 129). Os recentes trabalhos de prospeção aí realizados, no contexto da Carta Arqueológica de Arruda dos Vinhos, revelaram a presença de cerâmica de paredes finas, cerâmica comum e fragmentos de ânforas que remetem para uma ocupação romano republicana (Lopes, 2017, p. 190-193). Localizado num esporão entre os rios dos Matos e o rio Pequeno, domina uma das portelas de acesso natural ao vale de Bucelas, tendo assim um papel relevante na circulação de pessoas e bens nas dinâmicas internas da Península de Lisboa. O sítio foi alvo de escavações recentes que certamente permitiram clarificar o seu faseamento.

3. OLISIPO E A FOZ DO TEJO

O grande povoado da foz do Tejo, teve um papel determinante nas dinâmicas de conquista e implantação romana no extremo ocidente peninsular. Através de Estrabão (III, 3.1), sabemos que, em 138 a.C., o novo governador da província romana da *Ulterior*, o procônsul *Décimo Júnio Bruto*, utilizou o vale do Tejo como eixo principal da sua campanha militar ao Noroeste peninsular, tendo usado *Olisipo*, junto à foz, como cidade de retaguarda, controlando a entrada do rio, mantendo livre a navegação e assegurando o abastecimento aos exércitos.

Como é que os primórdios da presença de Roma em *Olisipo* se fez sentir no seu território e em particular no seu entorno imediato? É sem dúvida uma questão relevante para entendermos o processo da implantação do mundo rural no *agri olisiponense* e da sua transição a partir do mundo indígena. Na análise possível, do povoamento regional, parece uma constante a implantação dos sítios rurais romanos de exploração agropecuária precisamente sobre, ou na imediação de locais onde existia ocupação pré-romana, sendo que essa ocupação é assaz antiga, começando a estruturar-se ainda em meados do século I a.C. As evidências que, como veremos, suportam estas leituras são a persistente frequência de cerâmicas importadas de verniz negro e de ânforas de vinho itálico nos inventários dos sítios, ainda que estes sejam muitas vezes resultante de recolhas de superfície ou de deposições secundárias (Cardoso, 2002).

3.1. OLISIPO - LISBOA

O extenso povoado portuário de *Olisipo*, mencionado em diversas fontes clássicas, é desde cedo interpretado como estando na origem da atual cidade de Lisboa. Realmente, nunca se dissipou a noção da antiguidade do casco histórico e da sua sobreposição à urbe romana.

A génese do povoado indígena situa-se na colina do Castelo de São Jorge. Possui uma disposição topográfica ímpar que lhe outorga condições de defesa excecionais, com vertentes escarpadas, que seriam facilmente defendidas. O amplo controlo visual da entrada da barra do Tejo e do estuário, assim como da margem Sul e de boa parte dos vales que a circundam a Norte, permite o domínio estratégico da foz do Tejo e o controlo do acesso ao interior do território. As suas características de implantação e apetências naturais como área portuária tornaram este povoado um sítio de excecional importância estratégica.

As recentes pesquisas arqueológicas que têm vindo a ser efetuadas no morro do Castelo de São Jorge, na colina e na área portuária têm permitido definir de uma forma clara, os primeiros momentos de contacto com o mundo Itálico (Pimenta, 2014; Pimenta et al., 2014; Mota, Pimenta e Silva, 2014; Silva, 2014; Carvalhinhos, Mota e Miranda, 2017). Em todas as leituras realizadas é incontornável a referência à importância e ao dinamismo económico que este grande aglomerado urbano alcançou desde meados do século VIII a.C., mantendo fortes contactos com o Sul peninsular (Sousa, 2016a e 2016b). É, contudo, marcante, ao estudarmos as estratigrafias da cidade, verificarmos a súbita e maciça presença em meados do século II a.C. das primeiras importações itálicas. Estas evidências estão omnipresentes e levam a sublinhar o significado deste momento para o subsequente desenvolvimento da urbe (Pimenta, 2019 e 2020).

O estudo dos contextos exumados, em diversos pontos da cidade, mas em particular na área do Castelo de São Jorge, permitiu definir de uma forma clara e contundente a primeira fase da presença romana. O estudo contextual destas realidades e a análise detalhada das importações cerâmicas e do conjunto numismático permite aferir uma cronologia bem definida, centrada no terceiro quarto do

século II a.C. (150-125 a.C.), mais precisamente entre 140-130 a.C., tendo em conta a coerência das cerâmicas finas provenientes de distintos pontos do Mediterrâneo identificadas e a sua comparação com os resultados aferidos em contextos similares em estações com cronologias bem definidas (Pimenta, 2005, 2007, 2014).

Recompilando os dados das distintas intervenções arqueológicas, importa reter nos atributos gerais das importações que circunscrevem esta fase e que permitem individualizá-la (ver Estampas 178 e 179). Sublinhe-se que não existia qualquer tradição de comércio com a Península Itálica antes deste momento, sendo este ponto muito claro nas sequências estratigráficas analisadas. A nível das cerâmicas finas, assiste-se à massiva chegada de cerâmicas de verniz negro de produção da Península Itálica. Entre estas, existe um claro predomínio da cerâmica campaniense A de produção na área do golfo de Nápoles, encontrando-se igualmente representada cerâmica Campaniense B da colónia Latina de Cales e a Campaniense B Etrusca, nomeadamente a taça Lamboglia 8a (Estampa 179, n.º 1846 a 1853). A par destas, encontram-se bem representados os delicados copos de paredes finas de produção Itálica, das formas I e II de Mayet, os unguentários cerâmicos, assim como lucernas de tradição helenística (Pimenta, Ribera I Lacomba, Soria, 2018) (Estampa 179, n.º 1840 a 1844). A importação de produtos alimentares em ânforas encontra-se particularmente bem representada, sendo um dado eloquente do papel do porto de *Oli-sipo* enquanto plataforma distribuidora a nível regional, assim como no contexto mais alargado do vale do Tejo (Pimenta, 2005; Filipe, 2019). Os contentores vinícolas da Península Itálica dominam de forma clara, em particular os produtos da área da costa Tirrénica envasados nas ânforas dos tipos Greco-Itálico tardio ou de transição e nas ânforas da forma Dressel 1 (Estampa 178, n.º 1827 a 1834). Surgem igualmente, ainda que em menor número, ânforas da costa Adriática da Península Itálica, dos tipos Greco-Itálicos tardios e do tipo Brindisi. Paralelamente aos produtos itálicos, assiste-se a uma estreita conexão com o mundo da área púnica do Sul peninsular, em particular a baía gaditana e a área Líbio-Tunisina. Os preparados piscícolas da área do estreito de Gibraltar estão bem representados, sendo transportados nas ânforas do Tipo 9.1.1.1. (CCNN) e T. 7.4.3.3. de Ramón Torres (1995) (Estampa 178, n.º 1836 a 1838). Estão também presentes imitações dos modelos itálicos, mas reproduzidos na área da baía gaditana (Estampa 178, n.º 1839). A importação de azeite da área Líbio Tunisina está documentada pela presença de numerosas ânforas oleícolas, denominadas “Africanas antigas” (Estampa 178, n.º 1835). Assim como, ânforas do Mediterrâneo oriental, nomeadamente ânforas do tipo Dressel 4 de Cos (Filipe, 2019).

A cerâmica Ibérica encontra-se documentada nestes níveis. As formas mais representadas são os *kalathoi*, estando igualmente presentes as grandes *Tinajas* de lábio moldurado (Estampa 178, n.º 1855 a 1857). Entre a cerâmica comum, ainda que dominem as cerâmicas do mundo indígena local (Estampa 178, n.º 1854, 1858, 1859, e 1865 a 1872), encontram-se presentes cerâmicas produzidas na Península Itálica com as típicas pastas campanienses (Estampa 178, n.º 1860 a 1864). Entre estas, destaca-se as formas de cerâmica comum Itálica: *Patina* Lt 6 C e E e a *Couvercle* 7 A e os almofarizes (Pimenta, 2014).

A datação proposta para esta fase remete-nos para o seu enquadramento dentro do que sabemos acerca da conquista romana do território atualmente português, sendo a sua cronologia compatível com a primeira grande campanha militar romana no extremo Ocidente da Península Ibérica, desencadeada em 138 a.C. pelo procônsul *Décimo Júnio Bruto*. Do ponto de vista de enquadramento histórico, os contextos olisiponenses permitem situar cronologicamente um momento concreto, que encontra paralelos em tudo idênticos nos níveis de fundação de *Valentia* (Valência), cidade fundada segundo Tito Lívio durante o consulado de *Décimo Júnio Bruto* em 138 a.C. Tendo em conta os naufrágios do mediterrâneo, estaríamos perante associações de materiais similares aos dos navios *Giannutri* e *Pedrosa*, datado o primeiro entre 150-140 a.C. e o segundo entre 140-130 a.C. (Ribera I Lacomba, 2009). Esta fase da vida da cidade e que atesta de forma eloquente a chegada dos exércitos romanos ao vale do Tejo situa-se assim, a nível de cronologia, a meio caminho entre os níveis de destruição da cidade de *Karthago* em 146 a.C. e os acampamentos militares do cerco da cidade CeltIbérica de *Numancia* em 133 a.C. (Ribera I Lacomba, 1998).

Os dados relativos ao urbanismo da cidade nesta fase são relativamente escassos, mantendo-se muitas questões em aberto. Contudo, parece-nos oportuno sublinhar algumas linhas gerais e perspectivas de investigação. Numa ótica de leitura de continuidades ou descontinuidades com o povoado indígena, os dados disponíveis permitem afirmar termos uma rutura clara. Entenda-se, não se assiste

à reutilização de estruturas pré-existentes de cronologia pré-romana, mas sim à construção de novas, assistindo-se nestas a distintas orientações do modelo urbano e a técnicas de construção inovadoras e desconhecidas no ocidente à data. Este novo desenho urbano, associado a todo um pacote artefactual de procedência exógena, permite-nos afirmar que a chegada dos exércitos itálicos teve um profundo impacto no povoado pré-existente. Os dados do Castelo de São Jorge são elucidativos, sendo plausível supor que esta área privilegiada, onde deveriam residir as elites do povoado, assiste nesta fase à implantação de um novo desenho urbano que apaga as pré-existências. Poderá esta leitura corresponder à instalação de um contingente militar dentro da cidade indígena de *Olisipo*, como forma de controlo da urbe e do seu porto? Julgamos que sim, ainda que tenhamos presente a carência de materiais relacionados diretamente com o exército, entenda-se armamento e *militaria*.

Um dos edifícios melhor conhecidos corresponde ao detetado no Beco do Forno do Castelo n.º 16 – 20. Aí, as evidências estruturais, correspondem a um amplo compartimento de planta retangular, o qual denota um pavimento de argamassa impermeabilizante denominado *opus signinum*. Embora existam alguns antecedentes no mundo Ibérico e Púnico noutras áreas peninsulares, no extremo ocidente este tipo de argamassa foi introduzido pelos romanos tendo uma origem centro Itálica (Pimenta et al., 2014). A interpretação do edifício é difícil devido ao facto de se tratar de um compartimento isolado. A escavação da área envolvente não revelou qualquer outra estrutura associada desta época, o que poderá significar que o desenvolvimento de uma edificação mais complexa poderia existir a uma cota altimétrica mais elevada e que foi subtraída por ações humanas mais recentes. Não obstante, pelas suas características, poderá ter tido uma função hidráulica, enquanto equipamento termal ou de captação e reserva de água. Em relação à cronologia de construção deste edifício, os dados de momento são escassos. Resulta mais claro a sua fase de abandono, bem balizada por um extenso nível de lixeira com importações do terceiro quartel do século II a.C. Tudo leva a crer que este edifício foi desativado precocemente e deliberadamente entulhado (Pimenta, Mota e Baptista, 2021).

Nas escavações do Museu do Teatro Romano, foi possível detetar a presença de vestígios estruturais correspondendo a um edifício de época republicana que ficou preservado sob os aterros para a construção deste monumento. Corresponde a um compartimento de planta retangular, com paredes de pedra seca e que usa o próprio substrato geológico calcário para a sua implantação, tendo este sido escavado para o efeito. Associado ao seu abandono, detetou-se um interessante contexto de finais do século II inícios do século I a.C. Neste nível, recolheu-se um elemento de pavimento romboidal, que atesta a existência de pavimentos em *opus figlinus*. Trata-se de um pavimento tipicamente itálico, que encontra bons paralelos no edifício republicano de Monte dos Castelinhos (Pimenta, 2020). Junto à área portuária, alguns elementos dispersos, tais como a escavação do Claustro da Sé de Lisboa; Pátio da Senhora de Murça; Rua de São João da Praça; Armazéns Sommer ou a Casa dos Bicos, revelaram alguns contextos que podemos associar a esta fase. Do ponto de vista da análise do seu urbanismo, detetamos pequenos troços de paredes de pedra seca de edifícios de planta quadrangular. A dimensão das áreas intervencionadas e a sua sobreposição com estruturas posteriores não permite grandes interpretações das suas funcionalidades. Importa reter, porém, que se encontram associados a remodelações ou abandonos com cronologias centradas no século II a.C. ainda que se mantendo ativos, como no caso do compartimento da Rua de São João da Praça e no Pátio da Senhora de Murça, no século I a.C. (Pimenta, Calado e Leitão, 2005 e 2013; Filipe, 2019).

Se, a nível da organização do urbanismo da cidade republicana, começamos a vislumbrar a existência de um novo desenho de matriz itálica que se estende pela encosta até às margens do rio Tejo, em relação ao sistema defensivo pouco sabemos, ou melhor pouco sabíamos, sendo mais uma vez a prova que o conhecimento científico é cumulativo e que se encontra num contínuo devir. Recentemente, a apresentação pública de novos e de antigos dados, que perduraram durante décadas inéditos, vieram trazer a público a existência de uma ampla estrutura negativa, de perfil em V, de cronologia republicana, identificada em três escavações distintas no lado oriental da antiga cidade pré-romana, permitindo assim supor a sua interpretação como um fosso defensivo e por inerência supor a existência de uma muralha associada. É o caso das escavações na Fundação Ricardo Espírito Santo Silva/ Largo das Portas do Sol (Silva, 2014); na Rua Norberto de Araújo (Carvalhinhos; Mota e Miranda, 2017) e ainda que inédita, igualmente na ampla escavação do pátio da Fundação Ricardo Espírito Santo e Silva, no já distante ano

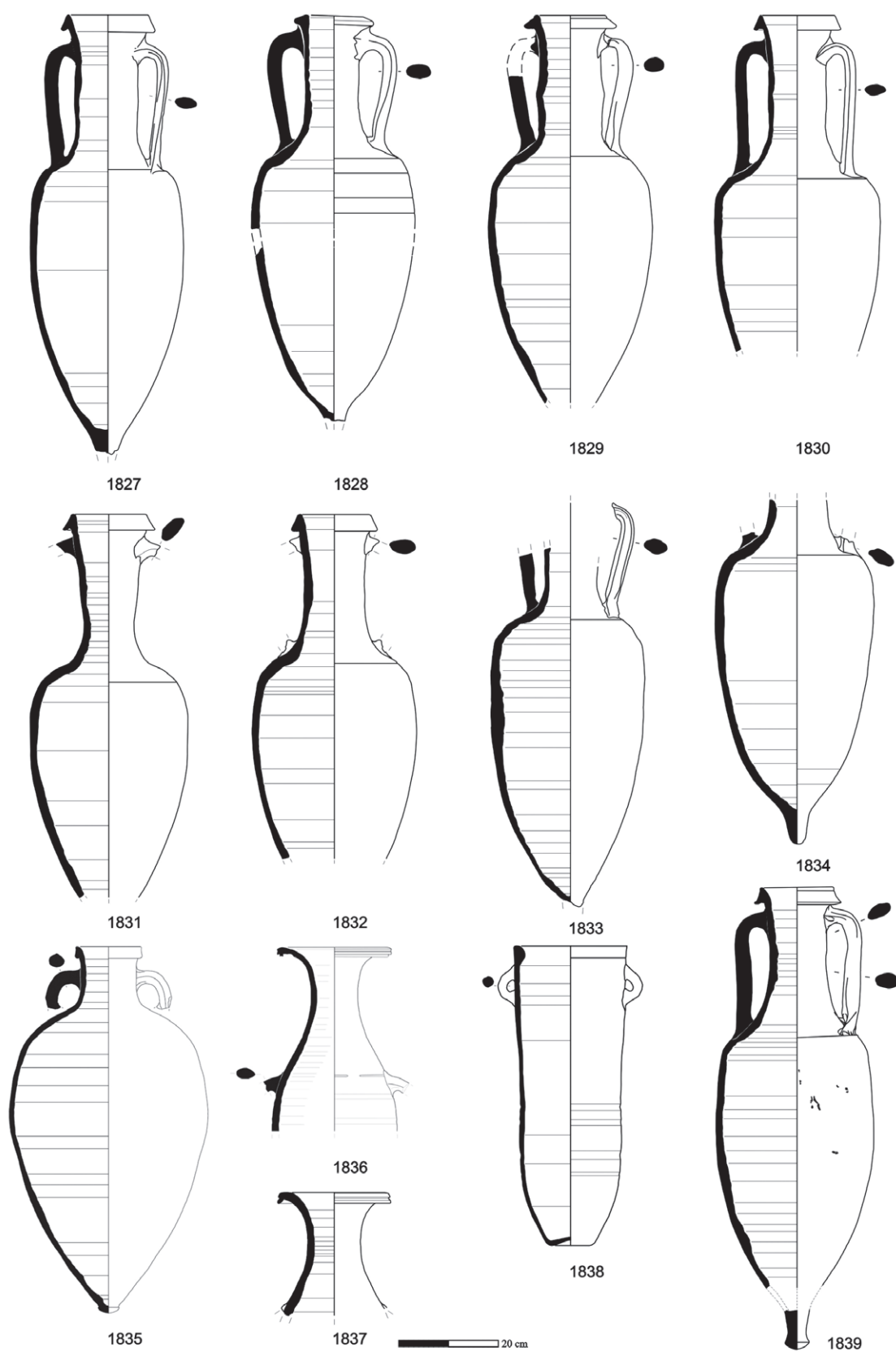
de 1997. Ainda que não se encontre comprovada a sua cronologia, não posso deixar de trazer aqui à colação alguns dados dos trabalhos da Praça Nova do Castelo de São Jorge. As escavações aí realizadas nos anos noventa do século passado, revelaram que o amplo troço da muralha medieval que circunda esse canto da alcáçova não assenta, como seria norma, no geológico. Antes pelo contrário, assenta numa estrutura pré-existente que se caracteriza por uma ampla largura, que não foi possível definir com exatidão, mas que teria mais de três metros, e que era composta por blocos calcários não aparelhados ligados por argila. Igualmente na campanha de escavações dos Armazéns Sommer, verificou-se a existência sob a muralha dita fundacional, que podemos datar de época tiberiana, de um forte enrocamento composto por grandes blocos calcários, sobre o qual assentava o *opus caementicium* (Gaspar e Gomes, 2007). É tentador ver nestas evidências a materialização da fortificação de *Olisipo* referida por Estrabão por parte do procônsul Décimo Júnio Bruto. A confirmar-se a construção de uma obra desta envergadura, outorgaria uma prova da relevância que *Olisipo* e o seu porto gozariam para a estratégia de Roma no extremo ocidente peninsular.

Não é igualmente de excluir, antes pelo contrário, que a passagem estraboniana aludisse igualmente, a par da construção ou reconstrução das eventuais muralhas, à presença física de um dispositivo militar, instalado no próprio povoado. Esse contingente asseguraria a função logística do abastecimento, coordenando a partir do porto da foz do Tejo a entrada dos víveres para alimentar as legiões em campanha.

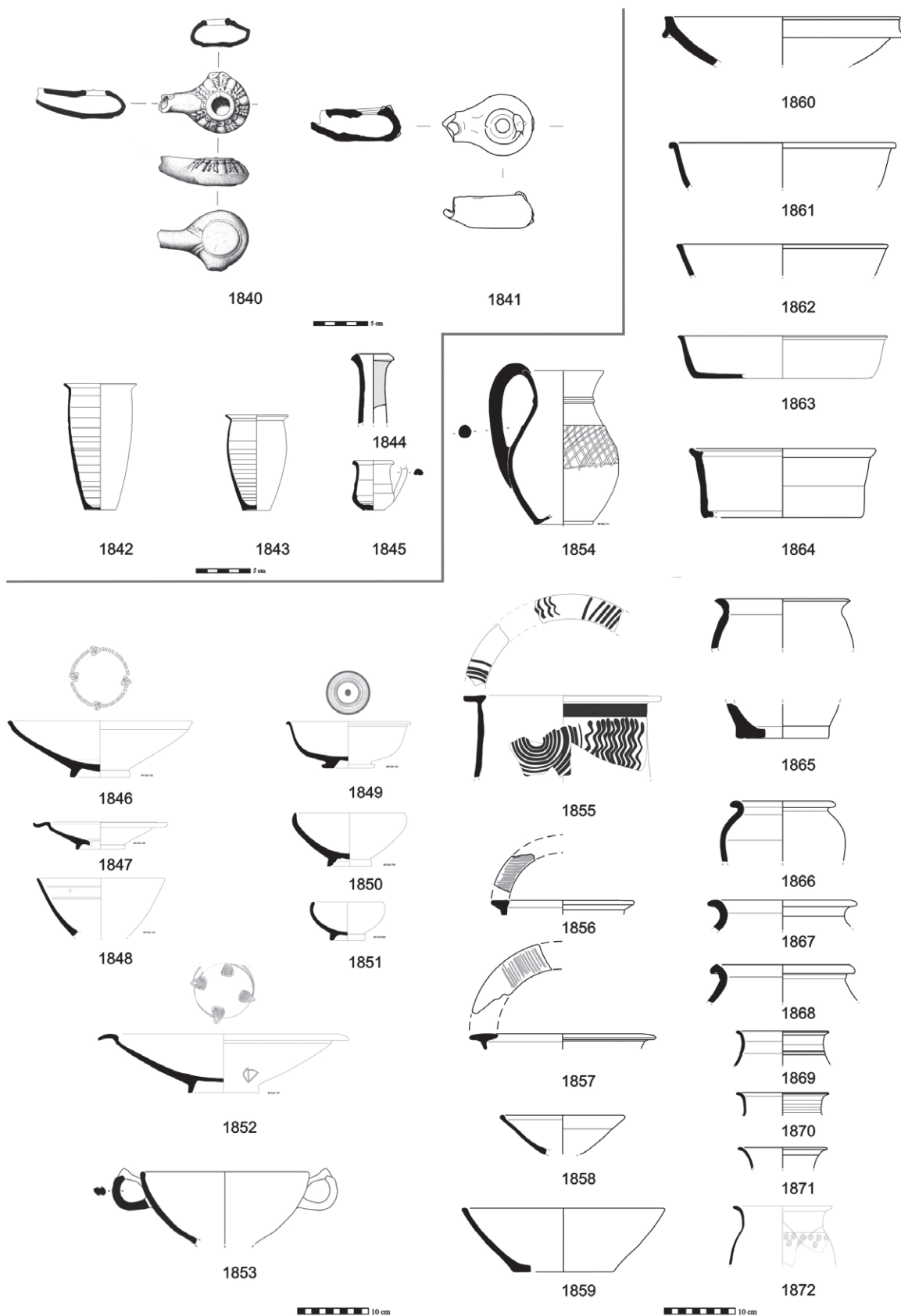
A informação disponível para a cidade durante o século I a.C. é de momento menos expressiva, pelo menos em comparação com a exuberância dos contextos conhecidos para o século II a.C. Contudo, os elementos disponíveis permitem-nos sublinhar a importância que o porto de *Olisipo* terá conhecido durante este período instável, transparecendo o seu papel como polo distribuidor de bens e produtos para o seu vasto e diversificado território (Dias, 2013, 2016, Filipe, 2015, 2019). Os dados arqueológicos com que podemos lidar atestam a pujança económica das importações que continuam a chegar de diversas partes do mediterrâneo ao longo do século I a.C. O volume de dados permite-nos verificar a alteração da dinâmica económica e produtiva peninsular, assistindo-se ao nível da importação de produtos alimentares transportados em ânforas à substituição dos contentores destinados ao vinho e azeite, omnipresentes nos contextos do século II e primeira metade do I a.C., pelos produtos do Sul peninsular, em especial do vale do Guadalquivir e da baía de Cádiz, a partir da década de 60/50 a.C. Em termos económicos, podemos interpretar esta evidência que começa a vislumbrar-se de uma forma clara no ocidente como o princípio do “vizinho mais próximo”, isto é, da valorização da proximidade geográfica no abastecimento (Fabião, 2000).

Em relação à dinâmica urbanística da cidade, os recentes avanços da investigação permitem afirmar que é durante o século I a.C. que parece ter-se gizado o primeiro desenho urbano da cidade em moldes itálicos. Ainda que a monumentalização da cidade decorrente da sua elevação a capital de *Civitas*, em época Augustana, tenha obliterado muita informação, algumas sondagens recentes deixam vislumbrar que podemos ter em *Olisipo* um urbanismo tipicamente romano em época tardo-republicana. Os elementos mais contundentes são os dados das escavações do Claustro da Sé de Lisboa, onde foi possível verificar que a rua aí identificada e que na sua última fase era dotada de um pavimento lajeado foi criada em meados do século I a.C., sendo então apenas provida de um piso de terra batida e de seixos (Pimenta, 2007). Esta evidência revela que tendo em conta a relevância estratégica, militar e comercial deste entreposto marítimo-fluvial, o seu desenho urbano remonta a uma fase precoce, tendo este pelo menos se pautado por um novo delinear de artérias e consequentemente dos edifícios limítrofes. A par dos dados na Sé, recentes dados provenientes de escavações na frente ribeirinha da cidade romana, dos quais ainda dispomos de escassa informação, permitem vislumbrar a relevância destes contextos para o estudo da urbe nesta fase precoce do período cesariano (Pinheiro; Santos e Rebelo, 2017).

O mundo funerário desta fase encontra-se identificado com uma área de necrópole, na zona da baixa pombalina, no núcleo arqueológico da rua dos Correeiros e mais a Norte numa outra intervenção na mesma rua. Trata-se de um espaço que teria sido utilizado durante cerca de um século entre 50 a.C. e 50 d.C. e onde se encontra atestada a prática de inumação e incineração com deposição em urna (Aruda, Bugalhão e Sousa, 2013). A localização desta área de necrópole é reveladora dos limites da cidade antiga, definindo assim a zona do *pomerium*, ou seja, dos limites físicos e sagrados da cidade.



Estampa 178 – Ânforas dos contextos romano republicanos de Lisboa (a partir de Pimenta, 2005; Filipe, 2019 e Silva, 2014, modificado).



Estampa 179 – Materiais dos contextos romano republicanos de Lisboa (a partir de Pimenta, 2005, 2014; Pimenta et al., 2014; Pimenta, Ribera I Lacomba e Soria, 2018, modificado).

3.2. FUNDEADOURO DA PRAÇA D. LUÍS I E NOVA SEDE DA EDP (CNS 32983)

Nas imediações do núcleo central do povoado de *Olisipo*, recentes trabalhos de arqueologia preventiva têm revelado contextos de interface entre o mundo aquático e as áreas portuárias que têm vindo a ser definidos como contextos de fundeadoiro (Parreira e Macedo, 2013), reveladores das amplas dinâmicas portuárias do porto de Lisboa ao longo da sua diacronia, tem proporcionado alguns dados interessantes sobre o período romano republicano. De facto, tanto na intervenção da Praça D. Luís I (Parreira e Macedo, 2013 e 2016), como na extensa escavação da nova sede da EDP (Quaresma et al., 2017) detetaram-se ânforas romanas que se reportam a esta fase inicial da entrada de *Olisipo* na esfera do mundo romano, nomeadamente contentores vinários do tipo Dressel 1, sendo reveladores do papel que o porto da foz do Tejo assume como placa distribuidora de produtos alimentares.

3.3. BAIRRO DE DONA ESTEFÂNIA (CNS 6205)

Infortunadamente, por razões que se prendem com o crescimento da cidade de Lisboa, muitos dos sítios que sem dúvida existiriam nos férteis vales que rodeavam o grande povoado da colina do castelo foram obliterados do nosso conhecimento. Um exemplo dessas implantações é o sítio da Estefânia, do qual apenas temos conhecimento pela recolha por Leite de Vasconcellos de um denário de Bolskan datado de 80/72 a.C. e de um As de Arse-Saguntum, de meados do século II-I a.C. (Ruivo, 1993-1997, p. 66). Poucos são as informações sobre este sítio e se algo ainda existirá preservado nesta zona. De acordo com Leite de Vasconcellos, estes numismas terão sido recolhidos num quintal do bairro da Estefânia encontrando-se hoje depositadas no Museu Nacional de Arqueologia (Tab. 125/20-22). Não existem mais dados, apenas a referência de que o denário terá aparecido com outras moedas em 1892 e a outra moeda em 1893 (Vasconcellos, 1910, p. 285). Infelizmente o Professor da Faculdade de Letras e Director do Museu de Belém não especifica a localização precisa da ocorrência.

Ao analisarmos os dados com mais detalhe constata-se que o bairro da Estefânia, encontrava-se em fase de crescimento e urbanização na última década do século XIX, talvez daí resulte precisamente a imprecisão da descrição. Toda esta zona da cidade foi alvo de um amplo processo de mutação, extremamente condicionado pelas características da malha histórica, com a particularidade de a mesma assentar num geomorfismo moldado por vales cavados em encostas tortuosas, que conduziram a alguns projetos de urbanismo arrojados (Ribeiro, 2000). Tal foi o caso da urbanização da antiga Quinta dos Castelhinhos situado nesta zona que vem a ser transformada com o crescimento urbano. Não deixa de ser interessante esta referência toponímica, que talvez seja reminiscência de algum antigo estabelecimento humano tirando partido das condições naturais de topografia, hoje em dia de difícil percepção, mas que certamente controlariam o vale do antigo regueirão dos Anjos, via natural de penetração para o interior.

Dentro da área urbana atual de Lisboa, mas correspondendo a espaços ocupados nas imediações do antigo povoado de *Olisipo*, foram recentemente identificadas diversas ocupações antigas que remontam ao período romano republicano, em diferentes pontos da área ocidental da cidade, ainda que infortunadamente, apenas se possa ter presente a existência de materiais e não seja possível abordar questões de interpretação da funcionalidade dos sítios ou das suas arquiteturas.

3.4. CEMITÉRIO DOS PRAZERES (CNS ?)

No sítio do cemitério dos Prazeres, foram coligidos em recolhas de superfície materiais que apontam para um início da ocupação nos séculos II-I a.C. (Silva, 2018a). Os dados sobre estas ocupações mais recuadas são escassos: um fragmento de cerâmica de verniz negro itálico, interpretado como de produção de Campaniense B Etrusca (Silva, 2018a, p. 186), a par de ânforas vinárias itálicas possivelmente do tipo Dressel 1 (Silva, 2018, p. 188) e de alguns elementos de cerâmica comum de tradição pré-romana.

Apesar de parques, os dados são relevantes e indicativos da existência de um núcleo populacional, que certamente tiraria partido da sua posição de domínio do vale de Alcântara e da sua área de ancoradouro natural.

3.5. TRAVESSA DAS DORES (CNS 33797)

O sítio arqueológico da Travessa das Dores, na Freguesia da Ajuda, recentemente identificado veio aduzir novas informações sobre a ocupação antiga desta área da actual cidade. As escavações de emergência aqui realizadas vieram revelar um grande povoado pré-histórico do Neolítico e Calcolítico, assim como outras ocupações posteriores da Idade do Bronze, Idade do Ferro e período romano (Neto, Rebelo e Cardoso, 2017). Os dados relativos às ocupações da Idade do Ferro revelaram a presença de uma estrutura de combustão de planta subcircular, tendo os materiais a ela associada permitido sustentar uma cronologia de meados do século V a.C. (Cardoso, Neto e Rebelo, 2020).

A informação que dispomos sobre a ocupação romana republicana, circunscreve-se à referência da presença, em contextos de deposição secundária, de materiais de época romana republicana (Neto, Rebelo e Cardoso, 2017, p. 27). Contudo, a sua presença é significativa. Estaremos assim, perante um povoado indígena de meia encosta, que dominaria um amplo alcance visual sobre a foz do Tejo, alcançando os primeiros momentos de contacto com o mundo romano?

3.6. ALTO DA CASA BRANCA (CNS 3340)

O sítio arqueológico do Alto da Casa Branca, situado dentro da Tapada da Ajuda, foi descoberto em 1982 por Clementino Amaro, tendo então sido detetadas duas sepulturas de inumação de cronologia romana (Cardoso, Amaro e Batalha, 2017).

A recente revisão dos dados desta escavação revelou, a par da utilização do espaço enquanto necrópole, alguns elementos cerâmicos que sustentam uma presença anterior, de momentos finais da Idade do Ferro (Cardoso, Amaro e Batalha, 2017). Trata-se de um significativo conjunto cerâmico composto por ânforas pré-romanas de produção regional da área do estuário do Tejo, enquadradas dentro dos Tipos 5 e 6 (Sousa e Pimenta, 2014), que surgem a par de cerâmicas cinzentas finas polidas e cerâmicas comuns (Cardoso, Amaro e Batalha, 2017, fig. 2). Tendo em conta as ânforas atribui-se uma cronologia tardia para esta ocupação, centrada entre o século III-II a.C.

Tivemos oportunidade de visitar o sítio com Rodrigo Banha da Silva e constatar que estes materiais recolhidos na área da necrópole devem corresponder a um núcleo de povoamento situado a uma cota superior dentro dos terrenos da Tapada da Ajuda, numa zona muito alterada pelas pedreiras aí existentes. Todavia, recolheram-se à superfície do terreno elementos que permitem sustentar uma relevante ocupação romana republicana que bem merecia ser indagada. Destaca-se os fragmentos de parede de ânforas vinárias itálicas, tendo-se recolhido uma asa de Dressel 1, surgindo a par de fragmentos de ânforas do vale do Guadalquivir, tendo-se identificado um bocal de Ovoide 1 e um fragmento de parede de cerâmica de verniz negro itálico do tipo Campaniense B.

As profundas alterações que o terreno sofreu devido às pedreiras aí existentes não permitem compreender quer a dimensão quer a topografia do povoado. Contudo, sobressai a sua ampla visibilidade sobre o vale da Ribeira de Alcântara e rio Tejo.

3.7. CASA DO GOVERNADOR DA TORRE DE BELÉM (CNS 18071)

A escavação realizada no antigo edifício da Casa do Governador da Torre de Belém inseriu-se no âmbito da minimização de impactes resultantes da adaptação deste espaço para a construção de um

hotel (Filipe, 2011), sendo que, sem dúvida, a descoberta de maior relevo patrimonial e científico desta intervenção foi a insuspeitada presença de uma unidade de produção de preparados piscícolas romana de grande dimensão. Para o presente trabalho são assaz relevantes os escassos indícios recolhidos de uma ocupação mais recuada (Filipe e Fabião, 2010).

De facto, ainda que não seja clara qual a sua expressão, recolheram-se alguns fragmentos cerâmicos em contexto de deposição secundária que permitem recuar a ocupação nesta zona de praia em Belém ao período romano republicano. Os elementos publicados incluem uma asa de Dressel 1 Itálica (Filipe, 2011, p. 79), um fragmento de parede de cerâmica campaniense B (Filipe, 2011, p. 87 e p. 151 – Est. XIV) e dois fundos de paredes finas classificados como de produção bética da forma Mayet VIII (Filipe, 2011, p. 87 e p. 151 – Est. XIV). Face a esses elementos, pode-se balizar com alguma segurança esse início da ocupação romana em meados do século I a.C., possivelmente na segunda metade, sendo que essa presença anterior à edificação da fábrica de preparados piscícolas encontra-se atestada igualmente para o século I d.C. por um conjunto coerente de materiais cerâmicos, tais como *Terra Sigillata* de tipo Itálico, ânforas vinárias itálicas do Tipo Dressel 2-4.

Penso que é interessante reforçar que a relevância e perenidade desta ocupação romana em Belém são assinaláveis mantendo-se até pelo menos à antiguidade tardia (Fabião, 2009). Existiria aqui um povoado portuário que tiraria partido das reconhecidas e nunca por de mais reforçadas condições portuárias da baía de Belém?

3.8. MOINHO DO CASTELINHO (CNS 1589)

O sítio arqueológico de Moinho do Castelinho situa-se na Freguesia da Falagueira – Venda Nova, Concelho da Amadora, implantando-se no sopé de uma pequena elevação onde se erguia o moinho de vento epónimo. Foi detetado na década de sessenta do século passado, contudo apenas em 2009 se constatou da existência de contextos preservados (Miranda et al., 2009). As escavações iniciaram-se em 2011 e decorreram até ao ano de 2019.

As diversas campanhas de escavação permitem distinguir duas fases de ocupação: a primeira, como núcleo de povoamento em época romana republicana e alto-imperial, entre inícios do século I a.C. e finais do I d.C. e a segunda na antiguidade tardia, enquanto necrópole, entre os meados do século III d.C. e o V d.C. (Encarnação e Dias, 2018).

Os contextos de ocupação romano republicana encontram-se atestados em três dos seis setores e apresentam perturbações decorrentes da utilização contemporânea do espaço como área fabril (Encarnação e Dias, 2018). No setor VI, foram recuperadas as maiores evidências estruturais, tendo-se identificado parte de um edifício de planta retangular, composto por dois compartimentos (Almeida, Dias e Encarnação, 2019). As técnicas de construção são assaz similares às que descrevemos de Monte dos Castelinhos, com o uso de pedra sem qualquer argamassa de ligação. Destaca-se a presença nos níveis de derrube de materiais de construção cerâmicos, atestando a presença de *tegulae* e *imbrices* como solução ao nível de cobertura, se não totalmente pelo menos de forma parcial (Almeida, Dias e Encarnação, 2019, p. 92).

Os materiais arqueológicos são significativos (Cravinho, Encarnação e Dias, 2017; Encarnação e Dias, 2018, Almeida, Dias e Encarnação, 2019), compostos por verniz negro itálico, dominando as produções da colónia Latina de Cales, das formas Lamboglia 1 e 5/7, mas encontrando-se igualmente presente alguns elementos de Campaniense A e B etrusca. As cerâmicas de paredes finas estão atestadas por produções itálicas das formas Mayet I, II, III e VIII de Mayet. A importação de produtos alimentares em ânforas atesta uma significativa capacidade aquisitiva, quer de vinho itálico nas formas Greco-itálicas e Dressel 1, quer de preparados piscícolas da costa Sudoeste da *Ulterior*, especificamente da área da baía gaditana, sendo a ânfora do Tipo 7.4.3.2. - 7.4.3.3. (Mañá C2B) a forma melhor atestada. Os produtos do vale do Guadalquivir, encontram-se igualmente presentes, com referências à forma Ovoide 1 e Haltern 70. Conhecem-se ainda alguns elementos metálicos, nomeadamente um cabo de *simpulum*, uma fíbula do tipo Alésia e um punção em liga de cobre (Almeida, Dias e Encarnação, 2019, p. 95). Ainda que fora do seu contexto primário, recolheu-se uma interessante peça glíptica em pasta vítrea com a figura de

um caprídeo gravada, com cronologia que se enquadra no século I a.C. (Cravinho, Encarnação e Dias, 2017). Os dados do estudo das faunas, revelam um predomínio dos ovino-caprinos, tendo-se identificado cabra, porco, gado bovino e coelho (Almeida, Dias e Encarnação, 2019, p. 96). Destaca-se, quando comparado com os dados das faunas de Monte dos Castelinhos, a ausência de cervídeos.

O Moinho do Castelinho tem vindo a ser identificado como um “pequeno estabelecimento rural romano-republicano”, com cronologia centrada entre a segunda metade e o final do século I a.C. (Almeida, Dias e Encarnação, 2019, p. 101). Porém, parece-me contida esta interpretação. Do ponto de vista da cronologia, tendo em conta as importações, quer de cerâmicas finas quer de ânforas, existem alguns elementos que permitem de forma consistente recuar esta ocupação a momentos finais do século II a.C. Em relação à interpretação, de facto os dados são ainda lacunares e, tendo em conta as destruições que o sítio sofreu ao longo dos anos, difíceis de ultrapassar. Conquanto, parece-me que devemos ter em conta, que apesar de ser conhecido uma ampla rede de povoamento pré-romano no território do atual concelho da Amadora, com cronologias centradas na segunda metade do primeiro milénio a.C. (Sousa, 2013), estes sítios foram descontinuados, não sendo clara qual a data do seu abandono, se ainda durante a Idade do Ferro se decorrente do próprio processo de conquista e consolidação do poder de Roma na foz do Tejo. É assim que a meu ver deve ser olhada e valorizada a fundação, aparentemente de raiz, do sítio de Moinho do Castelinho. Estaremos perante uma nova forma de assentamento rural ou perante um local de controle do território e de uma via natural de penetração que surge em rutura com as dinâmicas de povoamento que o antecede? Sublinhe-se o domínio que este sítio tem sobre o vale do Rio da Costa, onde hoje se desenvolve a cidade de Odivelas e Loures.

3.9. LEIÃO (CNS 13578)

A acuidade arqueológica do sítio de Leião, Freguesia de Porto Salvo, Concelho de Oeiras, foi descoberta em 1975, na sequência de trabalhos agrícolas (Cardoso e Cardoso, 1993). As escavações aí realizadas em 2008 decorrem de um projeto de empreendimento urbanístico. O sítio implanta-se num terreno de ondulações suaves, com ligeiro pendente para poente, na margem esquerda da ribeira de Porto Salvo (Cardoso et al., 2010/2011b).

Entre os principais resultados, destaca-se a descoberta de um edifício retangular, compartimentado em quadro dependências (ver Volume 1, Fig. 46). A estratigrafia identificada indica um curto período de ocupação, tendo o seu abandono decorrido de um incêndio que terá destruído totalmente este núcleo habitacional. Com base no criterioso estudo dos materiais cerâmicos, metálicos e conjunto numismático, o edifício terá sido construído no principado de Augusto, tendo permanecido ocupado até ao reinado de Cláudio (Cardoso et al., 2010/2011b, p. 143).

O sítio parece ter sido antecedido de uma ocupação romano-republicana, centrada em meados da segunda metade do século I a.C. (Cardoso, Cardoso, 2005). Destaca-se a presença de um fragmento de fundo de verniz negro itálico Caleno, da forma Lamboglia 1 (Cardoso et al., 2010/2011b, p. 125), algumas cerâmicas de paredes finas itálicas da forma II e III de Mayet (Cardoso et al., 2010/2011b, p. 128) e um expressivo conjunto de cerâmica comum (Cardoso et al., 2010/2011b, p. 131-135). Um elemento invulgar é a raridade neste estabelecimento de ânforas. Apenas dois elementos foram coligidos, um bocal proveniente do vale do Guadalquivir interpretado como da forma Oberaden 83 e outro interpretado como uma ânfora pré-romana do tipo Mañá Pascual A4 (Cardoso et al., 2010/2011b, p. 135). Porém, uma análise mais atenta leva-nos a interpretar este bordo de ânforas, como um modelo de produção regional do Tipo 7 da proposta tipológica para as ânforas pré-romanas do estuário do Tejo, com cronologias centradas entre o século III e o I a.C. (Sousa e Pimenta, 2014).

O conjunto metálico, apesar de datado já de época de Augusto, merece ainda uma breve menção, tendo em conta a sua raridade nos sítios em análise. Sobressaem dois elementos que remetem para o mundo militar: nomeadamente um pendente em forma de crescente em liga de cobre, associado a ornamentos equestres, com bons paralelos em Vindonissa (Unz e Deschler-erb, 1997, Tafel 47); uma ponteira de bainha de punhal em liga de cobre; assim como duas fíbulas do Tipo Aucissa (Cardoso et

al., 2010/2011b, fig. 33 e 34). Estes elementos podem ser um indicador de estarmos, perante a presença de um militar *Emerito*, que aqui se teria estabelecido. Recorde-se a presença da inscrição de Laveiras, igualmente no concelho de Oeiras, correspondendo ao monumento funerário do *aquilifer* da II Legião, Flávio Quadrado (Cardoso e Cardoso, 2005).

Uma ocupação pré-romana, datada de meados do século VII-V a.C. foi igualmente detetada no decorrer dos trabalhos de escavação, a cerca de 160 metros, reforçando a relevância desta zona para a ocupação humana (Cardoso et al., 2010/2011a). Não é, porém, claro se a mesma teria tido continuidade ou não até aos momentos finais da Idade do Ferro. Algumas peças em cerâmica cinzenta provenientes do denominado sítio de Leão, núcleo da Idade do Ferro (CNS – 28082), parecem remeter para momento mais recentes podendo ser imitações de cerâmica de verniz negro itálico em cerâmica cinzenta. É o caso da peça n.º 38 da Figura 15 e o da peça n.º 42 da figura 16 (Cardoso et al., 2010/2011a).

3.10. VILLA ROMANA DE OEIRAS (CNS 217)

Implanta-se em encosta suave, voltada a poente, situada na margem esquerda da ribeira da Lage, em pleno centro histórico da Vila de Oeiras (Cardoso e Cardoso, 2005). A sua descoberta ocorre em 22 de janeiro de 1903, com a identificação de um pavimento de mosaico bem preservado, à profundidade de 1.40m, quando se procedia a obras no edifício n.º 32 a 38 da rua das Alcáçimas (Gomes, Cardoso e André, 1996, p. 372). O sítio é alvo de trabalhos de escavação arqueológica na década de noventa do século XX, tendo em conta o estudo e cuidada análise do mosaico romano aí existente (Gomes, Cardoso e André, 1996). Mais recentemente, as ocupações antigas deste núcleo de povoamento são alvo de nova intervenção em 2017/2018, na vizinha Rua Marquês de Pombal, n.º 3-7 (Cardoso, Cardoso e Martins, 2018).

Os materiais recolhidos permitem remontar a ocupação desta área desde o Calcolítico, passando pela Idade do Bronze Final, época Romana até aos dias de hoje (Cardoso, 2011, Cardoso, 2016-2017). O estabelecimento romano parece ter sido fundado ainda no período romano republicano, como atestam alguns fragmentos de ânfora do Tipo 7.4.3.2. -7.4.3.3. (Mañá C2B), a par de ânforas de tradição pré-romana (Cardoso e Cardoso, 2005, fig. 4; Cardoso e André, 2019).

Os dados estruturais e estratigráficos identificados na escavação da Rua Marquês de Pombal, n.º 3-7, sobre estas primeiras ocupações são particularmente interessantes (Cardoso, Cardoso e Martins, 2018). Ainda que os resultados das fases mais recuadas não tenham sido ainda totalmente divulgados, foi definida uma primeira fase composta por muros de pedra seca retilíneos. Estas estruturas parecem corresponder a parte de uma habitação de planta sub-rectangular, com uma divisória interna (Cardoso, Cardoso e Martins, 2018, fig. 3). Como é referido pelos autores, esta habitação encontra similitudes com o edifício de Leão, parecendo tal como este ser alvo de um precoce abandono, em meados do século I d.C. (Cardoso, Cardoso e Martins, 2018, p. 474).

3.11. SÃO MARCOS (CNS 14828)

A estação arqueológica de São Marcos, Freguesia do Cacém, Concelho de Sintra, foi identificada em 1978, desenvolvendo-se numa encosta suave, formando uma área tendencialmente de esporão, com altitude média de 200 metros. Em 1979 iniciaram-se um conjunto de sondagens arqueológicas com o objetivo de detetar vestígios estruturais e estratigráficos conservados, sendo estas prosseguidas em 1984 e posteriormente em 2004 (Maia, 1980; Coelho, 2005).

Observaram-se então, construções que apontavam para várias fases de ocupação do sítio. A identificação de um fragmento de ânfora do Tipo 7.4.3.2. -7.4.3.3. (Mañá C2B), e de um fragmento de *sigillata* foceense tardia estendia essa mesma presença desde o século II a.C. ao século VI/VII d.C. (Maia, M. 1978b e Maia, M., 1978c).

A longa diacronia de ocupação do sítio de São Marcos, traduzida pela grande diversidade tipológica e, sobretudo, cronológica dos materiais arqueológicos exumados, “revelou, em primeiro lugar,

a existência de um povoado proto-histórico em pleno funcionamento, pelo menos, desde o século III a.C. Nos alvares do Império Romano deverão ter ocorrido alterações arquitectónicas e funcionais neste aglomerado populacional, tendo-se transformado muito possivelmente numa grande propriedade fundiária, dedicada à exploração agro-pecuária.” (Coelho, 2005, p. 336).

Apesar de os dados não serem numerosos, a presença de cerâmica de verniz negro itálico, imitações de campaniense em pasta cinzenta (Sousa, 1996), importação de produtos alimentares em ânforas, quer da Península itálica quer da costa Sudoeste da *Ulterior* do Tipo 7.4.3.2. - 7.4.3.3. (Mañá C2B) (Maia, 1978c, Pimenta, 1982-83) revelam a relevância deste povoado e da sua precoce romanização.

A posição de domínio assumido pelo povoado de São Marcos, com ampla visibilidade natural, a par da ligação através do vale da Ribeira dos Ossos/Ribeira de Barcarena que permitiam um importante e fácil acesso natural às margens do Rio Tejo, junto à atual praia de Caxias, fizeram com que este sítio assumisse posição relevante nas dinâmicas de povoamento regional.

3.12. COLARIDE (CNS 12074)

A estação romana de Colaride, Freguesia de Agualva - Mira Sintra, Concelho de Sintra, ocupa uma área com dimensões significativas, desenvolvendo-se num esporão, com uma altitude média entre os 193 m e os 184 m. Controla a paisagem envolvente, com excelente visibilidade, nomeadamente a sul, para a Ribeira dos Ossos.

A notícia da descoberta desta estação data de 1898, aquando da publicação de uma breve notícia na *Gazeta de Sintra*, referindo a presença de diversas ossadas humanas. Na década de 70 do século passado, foram recolhidos alguns materiais à superfície nesta estação, como tijolos, *tegulae*, ímbrices, pesos de tear, fragmentos de ânforas e fragmentos de recipientes cerâmicos de cozinha e de armazenagem, bem como fragmentos de *terra sigillata* (Coelho, 2002). Face a estas duas ocorrências é presumível a existência de uma área de necrópole, assim como um espaço de habitat.

Em 1998, ao ser projetado para esta área, a implantação das condutas da Rede Primária de Gás Natural, houve a necessidade de se proceder a intervenções de emergência no local. Nas diversas sondagens realizadas, pela equipa do Museu de São Miguel de Odrinhas, dirigidas por Maria Catarina Coelho e José Cardim Ribeiro, ocorreram resultados muito desiguais. Destaca-se a descoberta na sondagem 23 de vestígios interpretados como correspondendo a uma pedra romana e respetivo telheiro de apoio à exploração (Coelho, 2002, p. 289).

Este local revelou-se, de facto, um espaço de trabalho artesanal, claramente distinto do recinto habitacional. Por isso, levantou-se a hipótese da exploração da pedra estar ligada à necessidade de matéria-prima para a construção dos edifícios do núcleo de habitat próximo. Através dos materiais arqueológicos exumados, pode-se apontar para uma exploração da pedra entre os séculos I e III, época durante a qual se verificou o seu entulhamento (Coelho, 2008).

Nos níveis de colmatação da área artesanal, assim como noutras das sondagens realizadas, recolheu-se um espólio cerâmico e metálico que remete para ocupações mais recuadas, são estas evidências que nos levam a sublinhar a relevância deste sítio neste contexto.

Na sondagem 21, foi recolhido no interior da fossa elíptica a única moeda registada no decorrer dos trabalhos arqueológicos (U.E. 12). Trata-se de um dupondio de C. *Asinius Gallus*, datado entre 22 e 21 a.C. Na sondagem 17, destaca-se, segundo a autora, um *pilum* em ferro, de forma fusiforme com espigão de secção quadrada (Coelho, 2002, p. 288). Infelizmente, do mesmo não foi até ao momento apresentado qualquer desenho ou fotografia. No contexto de escombreira da pedra foi recolhido um pequeno elemento em bronze decorado, que pertenceria a um objecto de adorno pessoal. Apesar do seu estado fragmentário é possível a sua classificação como uma fíbula tipo “charneira e arco triangular” precedendo as fíbulas “tipo Aucissa” (Coelho, 2002, p. 305, Est. 2, n.º 6). O pequeno conjunto de ânforas aqui recolhido é significativo: identificou-se um exemplar de uma ânfora vinária itálica do Tipo Dressel 1, cuja morfologia de bordo nos remete para os exemplares do século II a.C. de transição com os modelos greco-itálicos (Coelho, 2002, p. 311, Est. 2, n.º 2); um pequeno fragmento de bordo de uma

ânfora importada do vale do Guadalquivir do Tipo Haltern 70 de morfologia antiga (Coelho, 2002, p. 311, Est. 2, n.º 1); um bocal de ânfora Dressel 7/11 e um fundo oco de morfologia ovoide, ambos de produção da bética costeira (Coelho, 2002, p. 311, Est. 2, n.º 3 e 4).

A cronologia antiga atestada para alguns materiais importados, séculos II e I a.C., a par de alguns fragmentos de cerâmica comum e de ânforas de tipologia pré-romana, remete-nos para a existência de um núcleo de povoamento romano relativamente precoce, nomeadamente, se tivermos em consideração a comum designação *uilla* para este local (Coelho, 2002, p. 311, Est. 4 e 5). No entanto, este limite precoce, em torno do século I a.C., para a presença romana em Colaride poderá justificar-se pela existência de povoados atribuídos à Idade do Ferro nas áreas circundantes.

3.13. VILLA ROMANA DE FREIRIA (CNS 4035)

O sítio arqueológico de Freiria, situado na Freguesia de São Domingos de Rana, Concelho de Cascais, foi amplamente escavado entre 1985 e 2002, sob direção de José d' Encarnação e Guilherme Cardoso. Implantado numa suave encosta virada a Sul, desenvolve-se ao longo um pequeno afluente da ribeira da Lage, numa área de abundantes recursos hídricos e terrenos com alto potencial agrícola (Encarnação, 2005).

As diversas leituras estratigráficas e trabalhos de prospeção nas imediações da *Villa* romana permitiram atestar uma ampla diacronia de ocupação. Sob as estruturas dos edifícios romanos, descobriram-se e documentaram-se ocupações pré-históricas, desde o neolítico e calcolítico (Cardoso, Cardoso e Encarnação, 2013). A cerca de quatrocentos metros para Oeste, no Cabeço do Mouro, foi detetada e posteriormente intervencionada uma importante ocupação da Idade do Bronze Final (Cardoso, 2006). O sítio de Freiria volta a ser ocupado, desta vez de forma extensa, na Idade do Ferro, a extensão dos vestígios e a dispersão dos materiais leva a que se tenha proposto que não estejamos perante um simples casal agrícola, mas sim, perante um núcleo de povoamento de maior expressão (Cardoso e Encarnação, 2013). Os abundantes dados existentes sobre esta fase permitem vislumbrar um povoamento bem organizado com vestígios de habitações, fossas detriticas e de uma possível muralha (Cardoso e Encarnação, 1999). A análise dos conjuntos cerâmicos e metálicos sustentam uma presença centrada na segunda metade do primeiro milénio a.C., alcançando o período romano republicano. Um bom exemplo deste dinamismo é a abundância de ânforas de fabrico regional, da área do estuário do Tejo, encontrando-se presentes os Tipos 3, 4, 6 e 7 (Sousa e Pimenta, 2014).

Não é ainda claro como ocorre a transição entre este povoado pré-romano e a primeira ocupação romana. Os vestígios cerâmicos, metálicos e numismáticos permitem, contudo, vislumbrar a existência de contactos precoces com o mundo itálico, datados entre os momentos finais do século II e o século I a.C. É o caso da presença de cerâmica de verniz negro itálico, documentado por um fragmento de prato de Lamb. 7 em Campaniense A, assim como diversos elementos de Campaniense B, atestados por um bordo e um fundo de Lamb. 2, e um fundo de Lamb. 5/7 (Cardoso, 2018a, p. 263 e 263). As imitações de verniz negro itálico em pasta cinzenta parecem igualmente estar presentes, tendo em conta a descrição de alguns exemplares de cerâmica cinzenta inseridos no capítulo da cerâmica comum (Cardoso, 2018a, p. 326 e 327). As cerâmicas de paredes finas itálicas estão presentes, com exemplares da forma Mayet 3 e 8 (Cardoso, 2018a, p. 293 e 294). As ânforas romanas republicanas encontram-se bem documentadas: quer com modelos pré-romanos de produção regional inseridos nos Tipos 6 e 7 do estuário do Tejo (Cardoso e Encarnação, 2013), quer com importações da Península Itálica atestadas pela presença de um bocal de contentor vinário itálica do tipo greco-itálico e outro de Dressel 1 (Cardoso, 2018a, Fig. 238, n.º 1 e 2), os produtos alimentares do vale do Guadalquivir estão bem documentados com três envases da forma Ovoide 1 (Cardoso, 2018a, Fig. 238, n.º 3 a 5); e com ânforas Ovoide 4 (Cardoso, 2018a, Fig. 238, n.º 10 a 12). Os primeiros modelos de ânforas de morfologia ovoide de produção Lusitana e que como vimos ao apresentar os dados de Monte dos Castelinhos se encontram bem datados em contextos da segunda metade do século I a.C. estão igualmente bem atestados (Cardoso, 2018a, Fig. 239, n.º 15 a 20). Entre o conjunto de cerâmica comum associado a esta primeira fase da presença romana destacam-se

as produções de tradição pré-romana, sobressaindo entre estas os jarros em cerâmica cinzenta fina com decoração geométrica brunida (Cardoso, 2018a, Fig. 249), que como temos vindo a ver se assumem como uma forma de sucesso em toda esta área da Península de Lisboa (Pimenta, Calado e Leitão, 2013). Alguns elementos metálicos merecem ainda ser associados a esta fase. É o caso de duas das fíbula apresentadas (Cardoso, 2018a, Fig. 290, n.º 1 e 2): um fragmento de torre do tipo *Schüle 4h* (Schüle, 1969, p. 271-280) ou Ponte 32 (Ponte, 2006, p. 218-244), em liga de cobre, correspondendo ao característico apêndice caudal moldurado, que pode ser incluído na variante I recentemente definida (Miguez, 2011) e um elemento de fíbula anular romano ou em “ómega” em liga de cobre, integrada nos Tipos Ponte 51-52 (Ponte, 2006, p. 394-409). Por último, entre o conjunto de numismas encontra-se publicado um exemplar de *Salacia*, pertencendo à emissão que tem no anverso a cabeça de Neptuno e no reverso a legenda IMP. SAL entre dois golfinhos, datada de 45-44 a.C. (Ruivo, 1993-1997, p. 115; Cardoso, 2018a, p. 224, Fig. 193).

De acordo com as cuidadas leituras espaciais efetuadas por Guilherme Cardoso, nesta “(...) fase inicial, um dos espaços mais nobres se localizava na zona do celeiro e um outro mais a norte, na zona do lagar. Ao mesmo tempo, (...) criaram os romanos, a quatrocentos metros para sudeste, um novo espaço habitacional no sítio arqueológico do Outeiro (...)” (Cardoso, 2018a, p. 49). Estamos assim, perante uma fase inicial do povoamento romano, possivelmente em rutura com as dinâmicas do povoado pré-romano. A transformação deste espaço em *ubi* de uma grande *Villa* romana ocorre em meados do século I d.C., assistindo-se então a uma profunda transformação da forma de ocupar e explorar o território (Cardoso, 2018a).

3.14. SANTA EUFÉMIA (CNS 3246)

O povoado de Santa Eufémia localiza-se na Freguesia de S. Pedro de Penaferrim, Concelho de Sintra. Localiza-se numa elevação com excelentes condições naturais de defesa e domínio da envolvente, possuindo uma altitude de cerca de 436 metros. A dispersão dos materiais permite estimar uma área ocupada considerável de cerca de 25.000 m² (Marques, 1982-1983, p. 60). Foi identificado em inícios do século XX por Joaquim Fontes. Em 1973, Gustavo Marques efetuou trabalhos de prospeção integrando-o na sua cartografia da denominada “cultura de Alpiarça” (Marques e Andrade, 1974).

Em 1984, Gustavo Marques regressa ao local, que tinha, entretanto, sofrido algumas destruições, concretamente terraplanagens, o que lhe permitiu recolher e publicar um considerável conjunto cerâmico (Marques, 1982-1983). Os espólios aí recolhidos foram alvo de cuidada revisão (Sousa, 2014). O início da sua ocupação parece remontar ao século VI a.C., parecendo perdurar ao longo da segunda metade do primeiro milénio a.C. (Sousa, 2014, p. 273).

Para a problemática em análise neste trabalho, importa a referência a um fragmento de ânfora vinária itálica do tipo Dressel 1 (Marques, 1982-1983, p. 71, figura 13 – k). Apesar de os dados serem escassos, a presença desta ânfora permite sustentar uma continuidade deste povoado até ao período da conquista, tendo aparentemente sido abandonado precisamente neste momento.

A caracterização e interpretação desta estação não é ainda consensual. Enquanto alguns autores defendem uma função eminentemente agrícola integrada num sistema de povoamento rural (Cardoso, 2004, p. 259-260), outros, assumem a possibilidade de este sítio se configurar como um “Lugar Central” com controlo político e administrativo do território envolvente (Arruda, 1999-2000, Sousa, 2014).

3.15. OUTROS SÍTIOS

Por fim, ainda respeitante ao povoamento em torno de *Olisipo* e foz do Tejo existem algumas alusões que importa ter presente, mas que nesta fase mais não são que indícios para futuros trabalhos. É o caso de alguns dados provenientes dos concelhos de Sintra, Cascais e Loures, onde decorrente de

prospeções e escavações têm vindo a ser coligidos em estações romanas de lata cronologia alguns elementos cerâmicos e metálicos referentes às presenças mais recuadas enquadradas no período romano republicano (Cardoso, 2002, Silva, 2018).

Começando pelo território de Sintra, além dos já mencionados sítios de São Marcos e Colaride, foram recolhidos elementos de verniz negro itálico ou imitações de campaniense em pasta cinzenta nos sítios de São Miguel de Odrinhas (CNS 659), Granja dos Serrões (CNS – 3245), Armês (CNS – 1851), Casal de Pianos – Pombal (CNS – 19474), Tojeira (CNS - ?), Funchal (CNS – 1780), Lugar de Marcador (CNS – 2959) e Ermidas (CNS – 3268) (Sousa, 1996, Gonçalves, 2019). Neste último sítio de Ermidas, Assafora, Freguesia de São João das Lampas, são igualmente conhecidas ânforas romanas de cronologia antiga, nomeadamente um bocal e uma asa de um contentor vinário itálico do tipo Dressel 1, assim como um bocal de uma Haltern 70 de morfologia antiga do vale do Guadalquivir, resultantes de uma recolha de superfície aí efetuada em 1983 (Pimenta, 1982-1983, p. 126, n.º 14 a 16).

Na área do atual município de Cascais, além da *Villa* de Freiria, surgem dados relativos à primeira fase da presença romana, especificamente fragmentos de verniz negro itálico, no já mencionado sítio do Outeiro de Polima (CNS – 670), Freiria (Cardoso, 2002, p. 62), Alto de Caparide (CNS – 11267) (Cabral et al., 2002), Tires (CNS – 1767) (Cardoso, 2002, p. 64) e Miroiço (CNS – 2490) (Cardoso, 2002, p. 67). Nesta última estação, documenta-se a sobreposição de uma presença romana do período imperial a uma anterior da Idade do Ferro, o que pode sugerir uma continuidade de ocupação no local (Cardoso e Encarnação, 2013). Sublinhe-se a recolha em Miroiço de uma ponta de lança em ferro que pode ser interpretada como um *pilum* (Cardoso, 2002, Est. XXXIII, n.º 15).

Os dados relativos ao concelho de Loures, são assaz mais escassos (Fragoso, 2009). Sendo esta ausência algo inexplicável, tendo em conta a relevância estratégica e fertilidade dos vales de Loures e do rio Trancão, que certamente terão tido núcleos de povoamento nesta fase. Contudo, o rápido e desordenado crescimento urbano nesta zona certamente obliterou muita informação. Apenas o sítio de Unhos evidencia alguns elementos que fazem supor uma fase antiga na ocupação desta *Villa*. De facto, entre os elementos publicados de uma pequena intervenção de emergência aí realizada, há um fragmento de cerâmica cinzenta com decoração em retícula brunida que parece corresponder a um jarro, forma que como temos vindo é característica em toda esta vasta região, precisamente nestes momentos de transição (Silva e Santos, 2009, p. 26).

4. A PENÍNSULA DE SETÚBAL

A peculiar rede hidrográfica e orográfica da Península de Setúbal faz com que todo este território esteja amplamente interligado quer com a foz do Tejo, quer com a foz do Sado. De facto, a margem sul do Tejo evidencia até tempos históricos uma ampla rede de navegabilidade através dos profundos braços do rio que permitiam interligar a foz do Tejo com o interior da Península de Setúbal, quer com navios marítimos, quer para trajetos em menor profundidade, com barcos de menor calado. Estes barcos de rio, designados no período moderno como *canoa* ou *varino*, permitiam sem se ter que fazer ao mar e dobrar o cabo Espichel seguir pelos esteiros do interior da Península que ligavam os sapais da Moita-Montijo às praias do Sado, alcançando assim a região de Setúbal (Torres, 1994, p. 80). Na feliz expressão de António Nabais, estamos assim perante “as duas margens do mesmo rio” (Nabais, 1994).

A Península de Setúbal é profundamente marcada no seu relevo pela Serra da Arrábida, que se desenvolve ao longo de cerca de 35 km, de Setúbal até 5 km para Oeste do Cabo Espichel (Pereira, 2003). Os corredores naturais de circulação proporcionados pela Serra do Louro e de São Francisco, entre Azeitão e Palmela, assim como a Serra de São Luís, flanqueiam o acesso natural à foz do Sado e à área da cidade de Setúbal. É precisamente nestas zonas que se vêm a implantar os sítios de Chibanes e do Pedrão.

4.1. QUINTA DO ALMARAZ (CNS 6579)

O povoado da Idade do Ferro da Quinta do Almaraz, Freguesia e Concelho de Almada, implanta-se num esporão alongado sobranceiro ao rio Tejo, em frente a Lisboa. Atualmente, o terreno do sítio arqueológico desenvolve-se em socacos, com uma altitude máxima de 70 metros e uma mínima em torno dos 28. Ocupa uma área significativa de cerca de 4 hectares, que se estima que durante a proto-história fosse maior, visto o que a erosão e desmoronamento natural da arriba onde se implanta, assim como o crescimento urbano o obliteraram (Barros, Cardoso e Sabrosa, 1993). A sua localização proporciona-lhe um amplo domínio visual sobre o estuário e bacia do Tejo, apenas interrompido a Norte pela Serra de Sintra e a Sul pela Serra da Arrábida (Barros e Soares, 2004).

A relevância científica de Almaraz, decorre das suas ocupações pré-romanas e das fortes e precoces influências do mundo Mediterrânico bem patentes nos seus abundantes conjuntos cerâmicos, metálicos assim como no que se conhece da sua arquitetura (Barros e Soares, 2004; Arruda, 1999-2000; Olaio, 2018; Olaio, Henriques e António, 2020). Fundado nos primeiros momentos da presença fenícia no extremo ocidente peninsular (Arruda, 1999-2000), apresenta um dinamismo que atravessa toda a Idade do Ferro e alcança o período romano (Barros e Henriques, 2002). O domínio que tem sobre a foz do rio é significativo, devendo-se certamente a escolha desta localização pelas suas invulgares condições topográficas e boas condições portuárias, numa zona natural de travessia do Tejo. A relação que existiu com o povoado de Lisboa já foi por diversas vezes sublinhada, especificamente pela identidade dos seus espólios, tendo-se colocado a hipótese de ambos terem partilhado o controlo de uma mesma unidade político-administrativa (Arruda, 1999-2000; Sousa, 2014).

Os dados que conhecemos sobre as suas ocupações mais recentes são escassos. Todavia, a informação disponibilizada permite comprovar a ocupação de Almaraz durante o período romano republicano, sendo esta a sua “última fase” (Barros e Henriques, 2002, p. 97). De acordo com a distribuição à superfície dos materiais cerâmicos é proposto que durante os séculos II-I a.C. se teria dado uma contração da área habitada “(...) deslocando-se os núcleos habitacionais para cima, na direcção do castelo e para baixo, na direcção de Cacilhas.” (Barros e Henriques, 2002, p. 97).

Os vestígios cerâmicos permitem descortinar a existência de precoces interações com o mundo itálico, datados entre os momentos finais do século II e o século I a.C. É o caso da presença de cerâmica de verniz negro itálico, que se encontra bem representada por diversos fragmentos de Campaniense A, formas Lamb. 5, 25, 36 e 49; assim como diversos elementos de Campaniense B, formas Lamb. 1, 2, 7 e M. 12222 (Barros e Henriques, 2002, p. 106). As cerâmicas de paredes finas itálicas estão presentes, com exemplares da forma Mayet 3 (Barros e Henriques, 2002, p. 106, n.º 34). Destaca-se pela sua parca representatividade no ocidente peninsular, a presença de um fragmento de disco de Lucerna. Pela sua descrição parece corresponder a uma produção itálica, com vestígios de aplicação de um verniz negro, integrando-se no tipo Dressel 2 (Barros e Henriques, 2002, p. 106, n.º 43). As ânforas romanas republicanas encontram-se bem documentadas: identificando-se modelos pré-romanos de produção regional inseridos nos Tipos 6 e 7 do estuário do Tejo (Olaio, 2018); importações da Península Itálica, atestadas pela presença de diversos bocais de contentores da forma Dressel 1 (Barros e Henriques, 2002, p. 105, n.º 19 a 26); ânforas da área meridional da província da *Uterior*, associada à baía gaditana, proliferando os exemplares de contentores do Tipo 7.4.3.2. - 7.4.3.3. (Mañá C2B), mas também bocais de Ovoide gaditanas e de Dressel 7/11; por último, os produtos alimentares do vale do Guadalquivir estão bem documentados com três envases da forma Ovoide 1, exemplares de Ovoide 6 e uma ânfora Mañá C2B (Almeida, 2008, p. 58).

Da análise dos dados disponibilizados até ao momento, é de facto claro que o povoado da Quinta do Almaraz, mesmo admitindo-se alguma contração na área ocupada, se mantém ativo e dinâmico durante todo o período da conquista até momentos avançados do século I a.C. Uma leitura ressalta do conjunto: não parece existir aqui o mesmo cenário de *Olisipo*, ou seja, um contexto coeso que aponta para o terceiro quartel do século II a.C., com um conjunto expressivo de importações. Parece que a Quinta do Almaraz ficou à margem desse processo e que claramente foi preterida em relação ao grande povoado portuário da margem direita do Tejo. É interessante ter presente o caso idêntico, como veremos mais à frente, do binómio povoado Alcáçova de Santarém / Chões de Alcampé, apesar de serem dois povoados relativamente próximos, os dados parecem conferir distintos significados cronológicos e interpretativos. Outra das incontornáveis consequências inerentes no estudo do Almaraz, mas que parece tem sido pouco sublinhada, é a de que este grande povoado portuário, que assume durante a Idade do Ferro um inegável papel nas dinâmicas de povoamento regional, é alvo de uma rutura. Ou seja, ainda que, como veremos, seja conhecida uma ocupação de época romana no sopé do povoado na área portuária de Cacilhas (Barros e Henriques, 1998), esta não parece ter assumido o papel de relevo que outrora este espaço gozava na foz do Tejo, rivalizando mesmo com o povoado do outro lado do rio. É assim plausível sustentar que o povoado pré-romano de Almaraz é abandonado no final do período romano republicano. Tendo em conta os materiais que se conhecem, este abandono terá ocorrido já em meados do século I a.C., possivelmente tendo em conta a presença de ânforas do Guadalquivir algures entre as décadas de 60 e 40 a.C.

4.2. CACILHAS – LARGO ALFREDO DINIS (CNS 2483)

Diversas intervenções arqueológicas de emergência e de cariz preventivo, realizadas entre 1981 e 2008 em Cacilhas, Almada, vieram revelar uma longa diacronia desta área portuária que recua a momentos recuados da Idade do Ferro (Barros e Henriques, 1998). Destaca-se a descoberta e escavação em área de um complexo de preparados piscícolas de época romana.

Os dados relativos à arquitetura e cultura material associada aos níveis da Idade do Ferro foram recentemente alvo de estudo aprofundado (Olaio et al., 2019). O conjunto cerâmico estudado permite centrar o início desta ocupação no século VI a.C. (Olaio et al., 2019, p. 154). Os vestígios estruturais, identificados em dois pontos distintos das intervenções, são interpretados como contextos habitacionais de apoio às atividades marítimas do porto de Almaraz (Olaio et al., 2019, p. 154), ficando, porém, em aberto a questão da interpretação da ampla estrutura denominada como “cais pré-romano”, especificamente em relação à sua cronologia. Esta estrutura corresponde a um muro “constituído por blocos aparelhados

de calcário conquífero de dimensões médias” identificado sob o complexo de preparados piscícolas de época romana e patenteando distintas técnicas de construção relativas às cetárias aí identificadas (Barros e Henriques, 1998, p. 102). Apresenta vestígios de erosão fluvial até cerca de um metro de altura, assentando diretamente sobre o substrato geológico. De acordo com a primeira publicação que refere esta estrutura, a ela estariam associados alguns materiais pré-romanos e outros de período romano (Barros e Henriques, 1998, p. 102). Infelizmente não dispomos de grandes dados sobre que materiais romanos seriam estes... Porém, tendo em conta a sobreposição das cetárias a esta estrutura, terá que ser necessariamente anterior, sendo inutilizada pela construção da fábrica de preparados piscícolas aqui identificada. De facto, conhece-se desde as primeiras publicações sobre este sítio, a presença de um bocal de ânfora vinária itálica do Tipo Dressel 1b, que sustenta uma ocupação mais recuada desta área portuária (Barros e Amaro, 1985, p. 34, n.º 3). Só futuros trabalhos, ou uma fina leitura da estratigrafia e sequência do faseamento das ocupações, bem como o estudo sistemático dos materiais recolhidos poderá esclarecer esta questão. Porém, seria interessante podermos estar perante uma construção do período romano republicano, compreendendo-se assim a leitura da associação de materiais de tradição pré-romana com as primeiras importações itálicas. Tendo em conta a tipologia e dimensão da estrutura, não me parece ser um cais, mas sim a parede externa de um possível armazém portuário (ver planta com localização da estrutura e sua ligação com as cetárias em Olaio et al., 2019, fig. 5). A erosão fluvial que se verifica na sua face externa, virada à margem do rio, pode decorrer da sua exposição a esse elemento.

4.3. QUINTA DA TORRE (CNS 21782)

Em 1978, na sequência da construção da primeira fase da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa, na antiga Quinta da Torre, Monte de Caparica, Concelho de Almada, uma equipa do Centro de Arqueologia de Almada identificou à superfície um vasto conjunto cerâmico, atestando uma longa diacronia de ocupação da qual se destacava a Idade do Ferro (Cardoso, 1996).

A área de dispersão dos materiais correspondia a uma zona aplanada, sem condições naturais de defesa, situada na zona de cabeceira de linha de água que desagua no estuário do Tejo na enseada natural de Porto Brandão (Cardoso, 1996).

O estudo exaustivo do conjunto recolhido, apesar de carecer de coordenadas contextuais, permitiu caracterizar o sítio e sua ocupação (Cardoso e Carreira, 1997/98). Resulta claro, do estudo do amplo conjunto cerâmico, que este configura um conjunto coerente e que atesta uma ocupação tardia dentro da Idade do Ferro, entrando mesmo pelo período romano republicano e que equivale a uma ocupação circunscrita no tempo e centrada nos séculos III-II a.C.

As ânforas de tipologia pré-romana são dos recipientes melhor representados nesta estação, ainda que esta representatividade se encontre apenas explícita pelos fragmentos de asas, o que se entende, visto serem os elementos mais facilmente reconhecíveis no contexto de recolha de superfície. Alguns dos exemplares evidenciam uma depressão longitudinal na asa, o que configura um elemento de interesse cronológico, visto encontrar-se bem atestado em contextos da segunda metade do primeiro milénio a.C. na região de Lisboa (Sousa, 2014). Contudo, apesar de escassos, recolheram-se e publicaram-se quatro bocais de ânforas de tipologia sidérica (Cardoso e Carreira, 1997/98, Fig. 7, n.º 3; Fig. 8, n.º 1 e 5 e Fig. 12, n.º 9). Trata-se de peças, como aliás é referido pelos autores, que encontram paralelos, em momentos finais da Idade do Ferro (séculos IV-II a.C.) (Cardoso e Carreira, 1997/98, p. 193). Os exemplares em questão, integram-se em produções de âmbito regional do vale do Tejo/Sado e que foram recentemente alvo de uma proposta de tipologia, de acordo com esta, estas ânforas integrar-se-iam no Tipo 6, com cronologias compreendidas entre o século III e o II a.C. (Sousa e Pimenta, 2014, p. 311).

As ânforas itálicas encontram-se representadas por fragmento de asa do Tipo Dressel 1, não sendo claro qual a variante presente, destes característicos contentores vinários provenientes da Península Itálica (Cardoso e Carreira, 1997/98, fig. 3, n.º 6). Importa sublinhar, que até ao momento não se encontra documentada qualquer tradição de importação destes produtos anterior à chegada dos exércitos

romanos ao extremo ocidente peninsular (Fabião, 1998b). Ou seja, a presença desta ânfora vinária indica contactos com o mundo romano, mas igualmente uma cronologia onde estes e outros produtos já circulariam entre o mundo indígena, cronologia essa que teremos que centrar na segunda metade do século II a.C. ou mesmo inícios do I a.C.

O conjunto de cerâmica comum é diversificado e de difícil enquadramento cronológico e funcional. Sobressaem os contentores de armazenamento de lábio pendente e destacam-se os fragmentos de jarros em cerâmica cinzenta, com uma asa maciça a arrancar do bordo, preservando-se num exemplar uma característica decoração em retícula brunida (Cardoso e Carreira, 1997/98, fig. 11, n.º 7). Forma que, como temos vindo a sublinhar é característica em toda esta vasta região, precisamente nestes momentos de transição. Apresentam ainda um fundo de uma peça em cerâmica cinzenta fina, correspondendo de acordo com os autores a uma taça alta (Cardoso e Carreira, 1997/98, fig. 15, n.º 9) e dois pequenos fragmentos de asa de secção quadrangular, igualmente em cerâmica cinzenta, que apresentam como de jarro (Cardoso e Carreira, 1997/98, fig. 3, n.º 1 e 3). Trata-se do meu ponto de vista, de peças que podem ser interpretadas à luz do atual estado da arte sobre os serviços de cerâmica cinzenta dos momentos finais da Idade do Ferro no vale do Tejo, como taças que reproduzem ou imitam modelos da cerâmica grega. Peças com fundos e asas similares, porém melhor preservadas, foram alvo de reavaliação recente (Sousa e Pimenta, 2017).

4.4. CASTELO DOS MOUROS (CNS 5217)

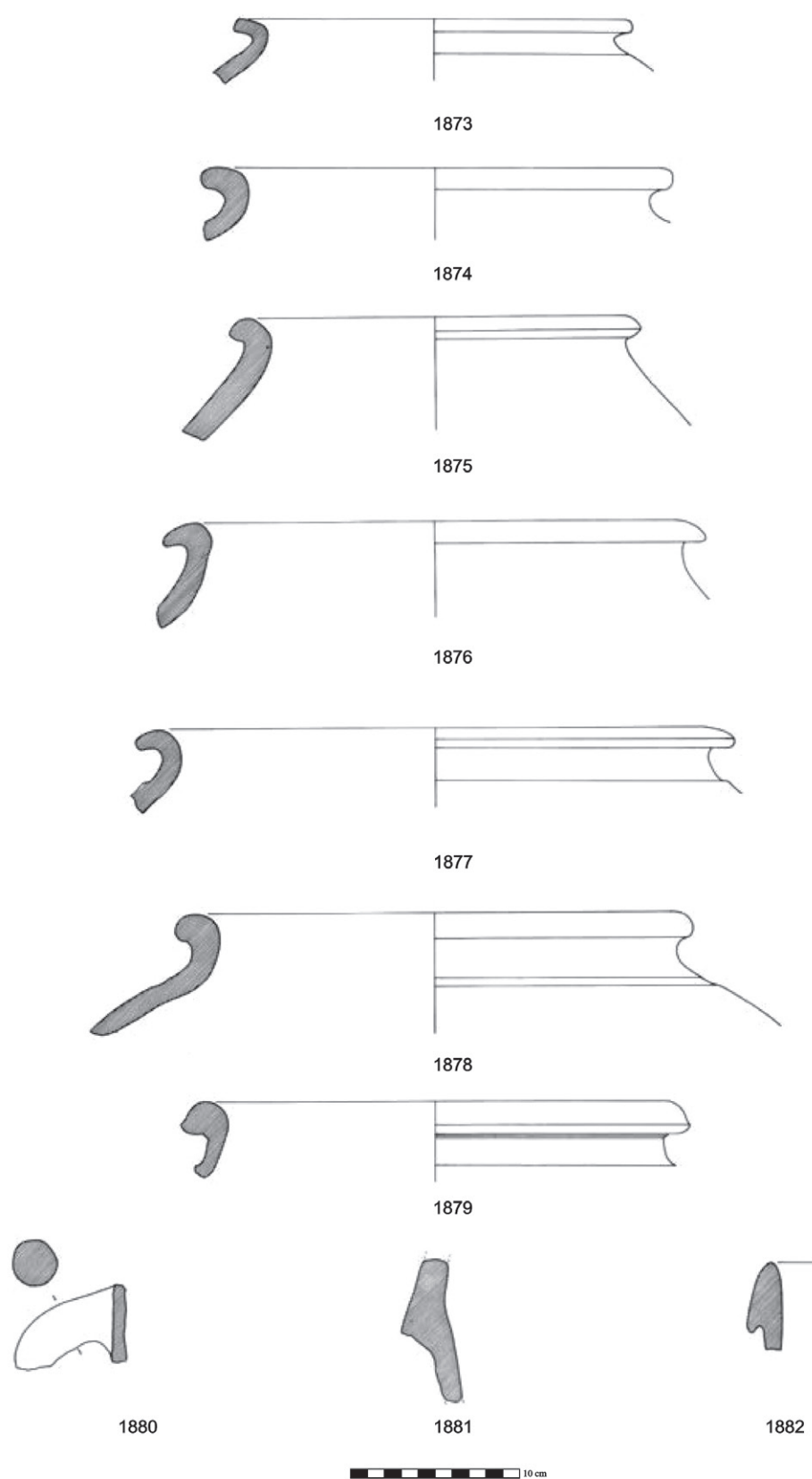
O sítio arqueológico do Castelo dos Mouros, Freguesia de São Lourenço e São Simão, Concelho de Setúbal, implanta-se na encosta Norte da Serra da Arrábida, num elevado morro em crista de difícil acesso, com excepcionais condições de defesa, com a altitude média de 330 metros (Silva e Soares, 1986, p. 129).

O sítio foi pela primeira vez referenciado em 1897 num extenso artigo publicado no *Archeólogo Português* intitulado “Notícias arqueológicas da Arrábida (Rasteiro, 1897). Ergue-se num monte “(...) chamado de Alivide ou Olivide. Parece de uma só pedra, é nu, alveja ao longe como lençol gigante estendido na serra (Rasteiro, 1897, p. 33). Sendo descrita a presença de um complexo sistema defensivo, “(...) umas construções cyclopicas, que no monte existem, e apresentam toda a rudez dos tempos pré-históricos (...). Poderá ter-se a construção como lugar fortificado dos mais antigos e incultos habitantes da península da Arrábida.” (Rasteiro, 1897, p. 33).

O Castelo dos Mouros volta a ser alvo de atenção nos anos oitenta do século passado, no contexto de uma síntese sobre a Arqueologia da Arrábida (Silva e Soares, 1986). É então atribuída a existência



Figura 134 – Fotografias da fortificação do Castelo dos Mouros, Setúbal.



Estampa 180 – Cerâmica comum e ânforas do Castelo dos Mouros (segundo Silva e Soares, 1986, fig. 117, modificado).

de duas fases distintas de ocupação. Uma da Idade do Bronze Final e outra mais recente que “Evidencia a situação instável do período de impacte entre as forças romanas e as populações indígenas (...)” (Silva e Soares, 1986, p. 149). Os materiais que sustentam esta última fase, associada ao período romano republicano, resultam de prospeções de superfície, destacando-se a presença de inúmeros fragmentos de grandes contentores de armazenamento do tipo talha, com bons paralelos em Chibanes e em Monte dos Castelinhos, a par de fragmentos de ânforas vinárias itálicas do tipo Dressel 1 e de tradição pré-romana de fabrico regional do vale do Tejo/Sado (Silva e Soares, 1986, fig. 117) (Estampa 180).

Recentes trabalhos de levantamento arqueológico conducentes à realização da Carta Arqueológica de Setúbal vieram aduzir novos dados sobre a planimetria deste sítio (Soares, 2014). Apesar da inexpugnabilidade natural do Castelo dos Mouros, as suas condições naturais de defesa foram incrementadas com a construção de uma potente fortificação. Desenvolve-se ao longo da crista, com 160 metros de comprimento máximo, defendendo uma faixa estreita que não ultrapassa os 20 metros de largura. Apesar da sua complexidade, a sua cronologia tem vindo a ser atribuída à Idade do Bronze Final (Soares, 2012, p. 54-55). Apesar de esta fortificação nunca ter sido intervencionada arqueologicamente, não me parece de todo coadunar-se com uma datação tão recuada. De facto, tendo em conta as suas dimensões, técnicas de construção e planta, parece-me mais plausível estar associada à sua última fase de ocupação, séculos II-I a.C. De facto, o uso de aparelho ciclópico, a largura da muralha (1,75m), a planta aproximadamente retangular, associado à existência de um profundo poço escavado no geológico, remetem para a planimetria das fortificações bem conhecidas do mundo Alentejano (Mataloto, 2002, 2004a, 2008), remetendo o poço aqui existente para a estrutura em torno da qual se desenvolve o Castelo da Lousa (Alarcão, Carvalho e Gonçalves, 2010). Só a realização de um cuidado levantamento do que é visível à superfície e a realização de uma campanha de trabalhos arqueológicos pode esclarecer a datação desta fortificação. Porém, penso ser interessante como hipótese de trabalho vislumbrar a interpretação do Castelo dos Mouros como um forte destinado ao controlo da transitabilidade da Serra da Arrábida, nestes conturbados momentos da conquista romana.

4.5. PEDRÃO (CNS 4090)

O sítio arqueológico do Pedrão, Freguesia e Concelho de Setúbal, implanta-se num pequeno pátio rochoso da encosta este da Serra de São Luís, dominando o vale e a sua envolvente com os seus 165 metros de altitude. Com escarpas a Este e com uma encosta Sul praticamente inacessível devido à sua acentuada pendente, apenas do lado Norte e Oeste o acesso seria mais fácil. A opção pela sua implantação revela um cuidado especial do ponto de vista estratégico, como ponto de domínio de uma zona de controlo natural e com uma ampla visibilidade do estuário do Sado e da sua envolvente de acesso à serra.

Alvo de algumas sondagens de diagnóstico ainda nos anos sessenta, o sítio volta a ser intervencionado em 1973, por Carlos Tavares da Silva e Joaquina Soares, procedendo-se então a uma escavação em extensão. Dos seus resultados é dado à estampa ainda no mesmo ano uma detalhada publicação, resultado da apresentação dos trabalhos às II Jornadas Arqueológicas da Associação dos Arqueólogos Portugueses (Soares e Silva, 1973).

Nesse trabalho é nos dado conta de que, após a remoção da camada superficial, se verificou a existência de um sistema invulgar de construções, constituído por um amuralhado de planta ovalada com a espessura de 1,20 metros e a extensão conservada de 30 metros, que defende o lado de mais fácil acesso e com uma organização interna de grandes compartimentos retangulares encostados à muralha que os delimita (Soares e Silva, 1975). O acesso é efetuado por uma porta com dupla entrada, recuada em relação ao plano da fortificação e defendida por um espessamento da muralha no compartimento 3, podendo este funcionar como uma torre. A seguir a esta entrada foi registada uma estrutura, composta por quatro muros paralelos, espaçados apenas por intervalos de quarenta centímetros e que tem vindo a ser interpretada como uma base de celeiro (Fabião, 2004 e 2004a).

O espólio associado à primeira ocupação destas estruturas revelou-se assaz coerente e homogéneo e permitiu a atribuição de uma cronologia bem definida centrada na segunda metade do século I a.C.,

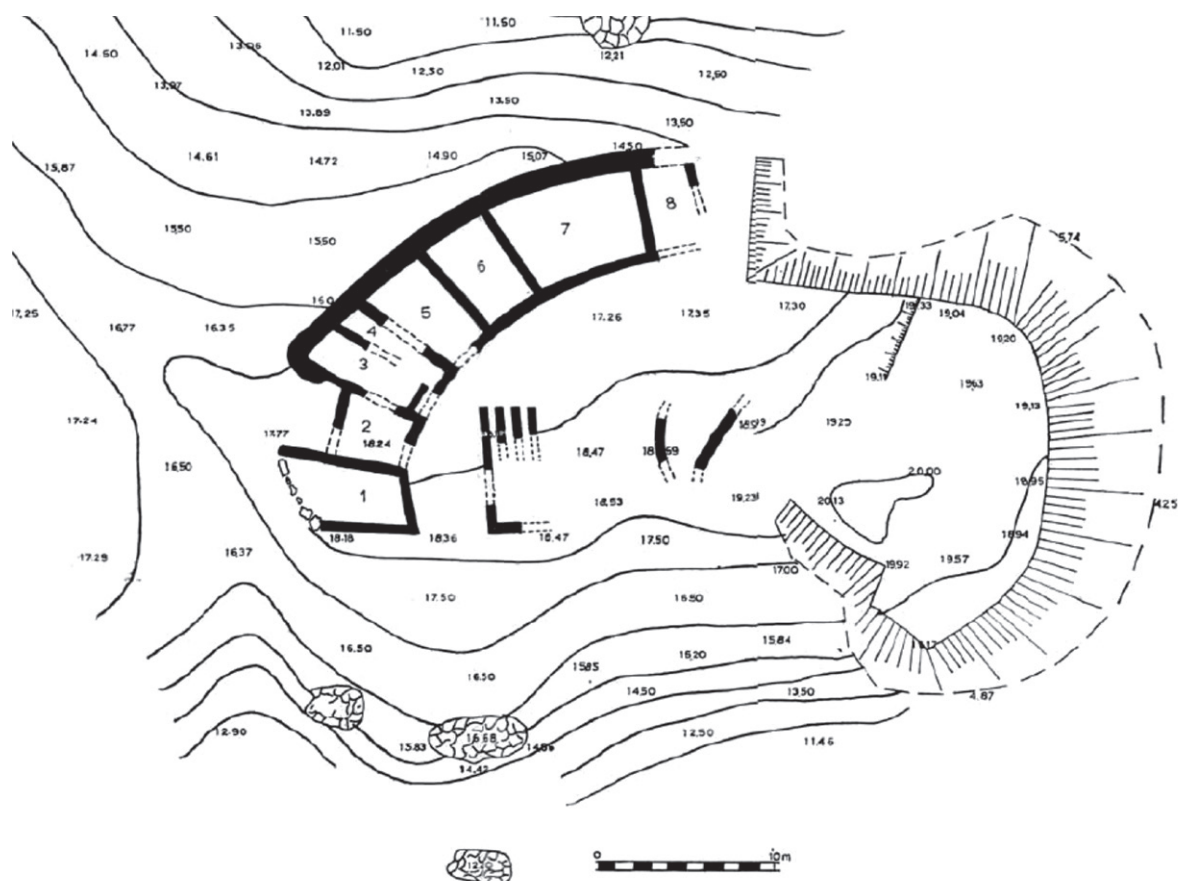
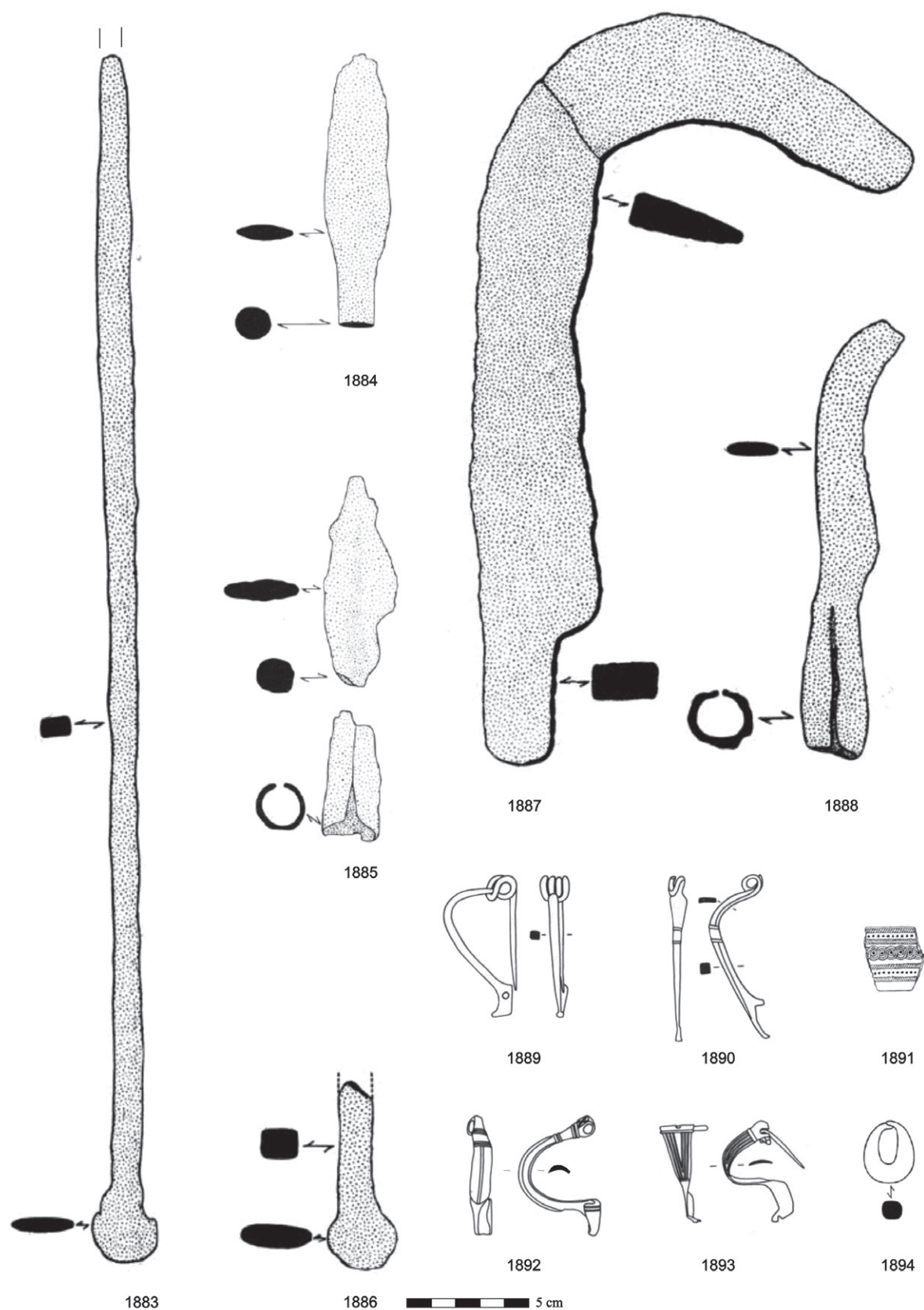
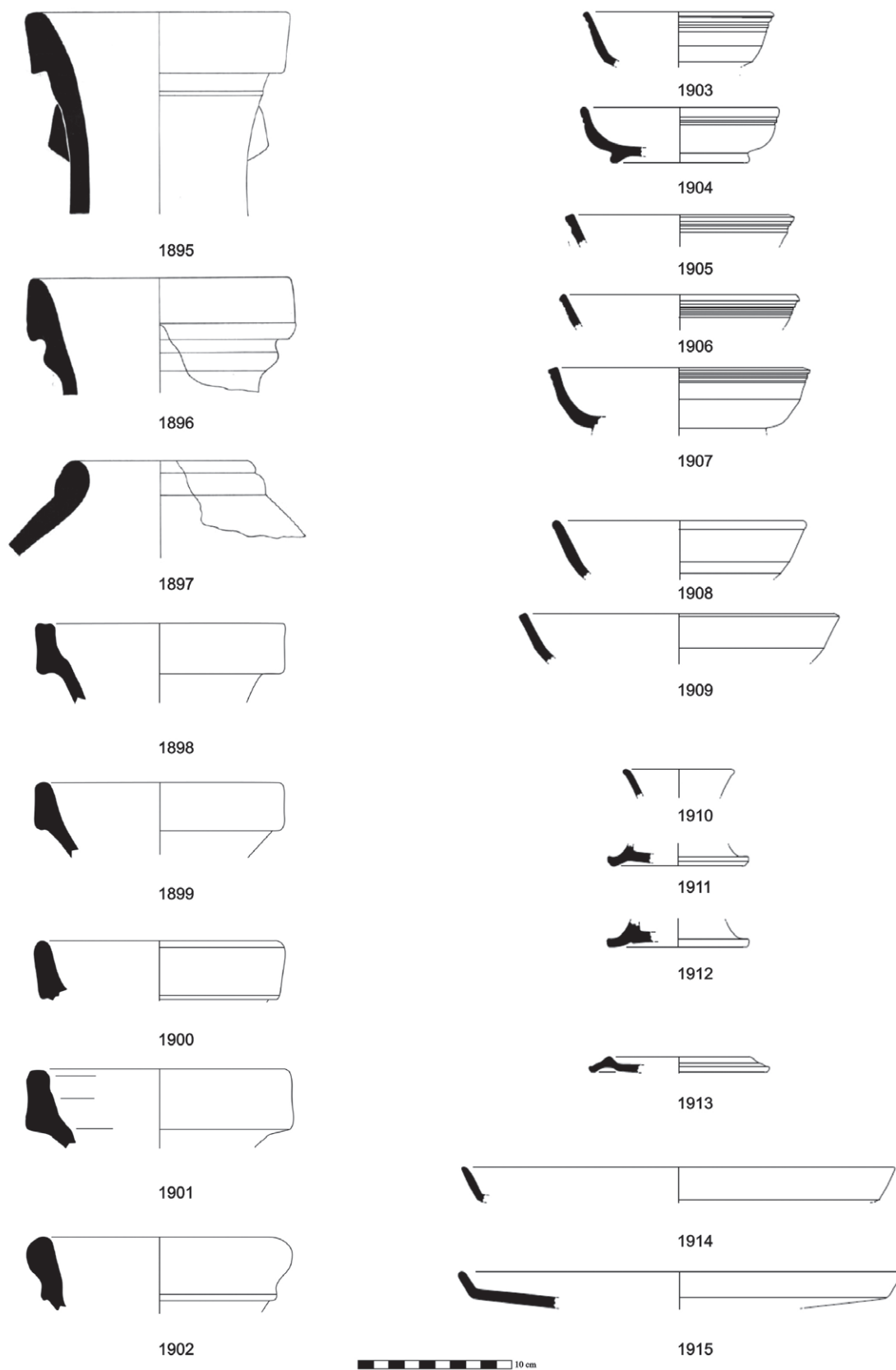


Figura 135 – Planta do povoado/fortim do Pedrão, Setúbal (segundo Silva, Soares e Santos, 1973, fig. 24).

momento que os seus autores definiram como “(...) um óptimo de ocupação centrado em 50 a.C. (...)” (Silva e Soares, 1986, p. 141) (ver Estampa 181 e 182). O contexto de ocupação é composto por ânforas republicanas: das quais se conhece um bocal de ânfora vinária itálica; um exemplar de Ovoide 1, possivelmente de origem gaditana; um bocal de ânfora de tradição pré-romana (Soares e Silva, 1975, Est. II, n.º 12 e 8; Est. VI, n.º 42); e diversos contentores de morfologia ovoide de produção do vale do Tejo/Sado, correspondendo às primeiras produções da fachada atlântica da *Ulterior* (Mayet e Silva, 2016, fig. 6) (ver Estampa 182, n.º 1895 a 1902). O conjunto de verniz negro itálico aqui recolhido, foi alvo de um recente estudo (Soria, 2018). Da sua análise ressalta que entre a amostragem, só se identificam fragmentos de produção Calena, tendo-se identificado um *fácies* muito concreto de produção do atelier caleno que se centra no segundo e o terceiro quartel do século I a.C. (Soria, 2018, p. 179). O predomínio das taças Lamb. 1 e do prato Lamb. 7 constitui o elemento que caracteriza o perfil de importação (Estampa 182, n.º 1903 a 1915), encontrando-se igualmente atestado os recipientes Lamb. 2, Lamb. 3 e Lamb. 4 (Soria, 2018, p. 180). As cerâmicas de paredes finas itálicas encontram-se apestadas por exemplares das formas 2 e 3 de Mayet (Soares e Silva, 1975, Est. III, n.º 19 e 20). Entre a cerâmica comum, destacam-se exemplares de tradição pré-romana, como os potes talhas e os fragmentos de jarros com decoração em retícula brunida (Soares e Silva, 1975, Est. VI, n.º 46). As cerâmicas comuns importadas estão documentadas por fragmentos de almofarizes da área do Guadalquivir ou baía de Cádiz (Soares e Silva, 1975, Est. II, n.º 10). O conjunto metálico é numeroso e significativo, composto por um conjunto de fíbulas em liga de cobre (Ponte, 1983), encontrando-se representados o tipo *Schüle 4h*, ou Ponte 32 (Ponte, 2006, p. 218-244); o tipo *Nauheim* ou Ponte 40 (Ponte, 2006) e um exemplar do tipo Alésia, Tipo 21 de Feugère (Feugère, 1985, p. 299-311), ou Tipo Ponte 41 (Ponte, 2006, p. 343-354) (Estampa 181, n.º 1889 e 1893).



Estampa 181 – Metais povoado/fortim do Pedrão (segundo Soares e Silva, 1975, Est. V-VI; Ponte, 1983 modificado).



Estampa 182 – N.º 1895 a 1902 - Ânforas romanas provenientes do Pedrão (segundo Soares e Silva, 1975, Est. II, n.º 8 e 12; Est. VI, n.º 42; Mayet e Silva, 2016, fig. 6, modificado). N.º 1903 a 1915 - verniz negro itálico caleno (segundo Soria, 2018, Est. 104 a 107, modificado).

Entre os metais identificam-se diversos elementos que podem ser inventariados na categoria de armamento ofensivo, é o caso de duas pontas de lança (Soares e Silva, 1975, Est. VI, n.º 34 e 35) (Estampa 181, n.º 1884 e 1885) e de duas peças em ferro que têm vindo a ter problemas de identificação (Soares e Silva, 1975, Est. V, n.º 36 e 37) (Estampa 181, n.º 1881 e 1886). Estes exemplares patenteiam evidentes analogias com uma peça, recolhida em Pragança (Cadaval) que tivemos oportunidade de descrever *supra* e que foi interpretada como elemento de *pilum*. Entre o conjunto metálico do acampamento romano de Cáceres El Viejo são conhecidos uma série de quatro *pila* ligeiros com extremidades de encabamento idênticos ao exemplar aqui em análise, que sem margem de dúvidas resolve a questão da interpretação das peças do Pedrão (Ulbert, 1984, Taf. 24). Encontram-se ainda representados um podão com encabamento de alvado e uma grande foice em ferro (Soares e Silva, 1975, Est. V, n.º 28 e 27), encontra bons paralelos no conjunto metálico da Cabeça de Vaimonte, inserindo-se no Tipo de Foice II, aí definido (Pereira, 2018, p. 169, Apênd. IV, 4) (Estampa 181, n.º 1887 e 1888). Sublinhe-se que apesar de estas peças se encontrarem associadas diretamente a práticas agrícolas, a sua presença em ambientes miliares é habitual, como são os casos dos acampamentos Numantinos, do acampamento de Cáceres el Viejo, mas também do nível de massacre de cronologia Sertoriana plasmada na escavação de L'Almoína, (Valência) (Ribera i Lacomba, 2013, fig. 6). Por último, a circulação numismática encontra-se particularmente bem atestada (Silva, Soares e Santos, 1973), com asses de Gades, emissões de *Bevipo/Salacia*, um semis de Castulo e denários romanos datados de 119-110 a.C. e 88-87 a.C. (Silva, Soares e Santos, 1973).

O sítio foi considerado pelos responsáveis pela escavação como um povoado indígena, com fortes indícios de romanização, ou como foi chamado, local onde se regista uma ocupação “proto-romana” (Soares e Silva, 1973). Todavia, tem-se que matizar que a sua singularidade no parco panorama dos conhecimentos sobre as realidades sidéricas e os primeiros momentos de ocupação romana não autorizava grandes termos comparativos à data da sua escavação. O estreito paralelismo entre o espólio recolhido no Pedrão e o sítio da Lomba do Canho, Arganil (Guerra e Fabião, 1987, Nunes, Fabião e Guerra, 1988 e 1989), as particularidades da sua arquitetura, dimensão e implantação conduziram à proposta de se poder tratar de um pequeno forte romano (Fabião, 1989, p. 95; Fabião, 1998a, p. 218, Fabião, 2004a, p. 119 e 2004b, p. 63-64).

Trata-se realmente de um sítio de grande interesse, fundado de raiz num momento já avançado do século I a.C., evidencia estreitos paralelismos com o Monte dos Castelinhos, parecendo corresponder a um mesmo momento e lógica estratégica de controle e domínio do território. Voltaremos a esta questão mais à frente.

4.6. CHIBANES (CNS 635)

O sítio arqueológico de Chibanes, Concelho de Palmela, ocupa uma área com dimensões significativas na crista da Serra do Louro, gozando de excelentes condições de defesa e de uma ampla e invulgar visibilidade, quer para a bacia do rio Tejo, quer para o fértil vale dos Barris e bacia do rio Sado.

A sua descoberta deve-se a A. I. Marques da Costa, que no ano de 1904, durante umas prospeções que fez nos arredores de Palmela, terá aí descoberto alguns materiais de superfície (Costa, 1906). Marques da Costa conduziu no alto de Chibanes, extensas prospeções e algumas sondagens entre 1905 e 1910, das quais dá circunstanciada notícia nas páginas de *O Archeólogo Português* (Costa, 1908, 1910).

A diversidade e riqueza do espólio recolhido, que se encontra depositado no Museu Nacional de Arqueologia, patentearam-se em publicações de bastante rigor, com ampla documentação gráfica e descrição pormenorizada, que ainda hoje são de extrema utilidade, apesar de infelizmente carecerem de coordenadas estratigráficas. Apesar da sua importância, esse espólio apenas despertou maior interesse a partir dos anos setenta do século passado. Nessa época, alguns dos materiais arqueológicos foram objeto de atenção, nomeadamente a cerâmica de verniz negro, campaniense (Delgado, 1971) e as ânforas ditas “neopúnicas” (Maia, 1978c, p. 200-203, Ests. I, II e III, 1-5), inserindo-se o seu estudo em contextos de análise dos materiais idênticos no território nacional. Recentemente, tivemos oportunidade de nos deter de forma circunstanciada sobre este acervo, analisando as diversas categorias artefactuais e o historial da sua incorporação no Museu de Belém (Pimenta et al., 2019).

Em 1996, iniciou-se uma nova fase de investigação em torno desta estação, com um programa estruturado de escavações com um quadro de indagações bem direcionado, integrado no projeto de estudo “Povoamento e Arqueologia da paisagem durante a Pré-história recente e proto-História no sector ocidental da Arrábida” (Silva e Soares, 1997). As escavações arqueológicas promovidas pelo Museu de Arqueologia e Etnografia do Distrito de Setúbal (MAEDS), sob a direção científica de Joaquina Soares e Carlos Tavares da Silva, de 1996 até 2018, têm permitido consubstanciar a relevância científica e patrimonial de Chibanes, divulgando-a de forma exemplar (Silva e Soares, 1997, 2012, 2014; Soares e Silva, 2014; Clemente, Soares & Mazzuco, 2014; Detry, Silva e Soares, 2017; Soares et al., 2019; Silva et al., 2019a e 2019b), encontrando-se em preparação a monografia da escavação, com data prevista de apresentação pública no final do ano de 2021 e incidindo especificamente sobre os contextos pré-romanos e romano republicanos.

As leituras estratigráficas e estruturais efetuadas pela equipa do MAEDS permitiram distinguir três fases principais de ocupação: “A mais antiga é datada do III milénio a.C. e abrange o Calcolítico e o Bronze Antigo. Após longo período de abandono (cerca de 1700 anos), ocorre a ocupação da II Idade do Ferro, datável do século IV/III à primeira metade do século II a.C. A terceira fase, do Período Romano Republicano, inicia-se na segunda metade do século II e prolonga-se até ao terceiro quartel do século I a.C.” (Silva e Soares, 2012, p. 73).

A ocupação do povoado de Chibanes em época pré-romana encontra-se ainda pouco conhecida. De acordo com os responsáveis pelo projeto, teria sido fundado num momento tardio datado já do século III a.C., ainda que possa remontar a meados do IV a.C. (Silva e Soares, 1997, p. 53). Assiste-se então à construção de uma muralha, com 1,3m de largura, guarnecida por torres subcirculares, seguindo aproximadamente o traçado da fortificação Calcolítica, tendo-se identificado no seu interior compartimentos retangulares (Silva et al., 2019b, p. 136). Um dado revelador das dinâmicas da implantação romana no sítio é o derrube intencional da muralha III, associada aos primeiros momentos da presença itálica (Silva e Soares, 1997, p. 44, fig. 4 e 53, fig. 8). Sobre os escombros desta, é construído uma nova estrutura, mas esta apresenta, porém, metade da espessura da sua antecessora, dificilmente podendo ser denominada de muralha (Fabião, 1998a, p. 214).

O período romano republicano, Fase III, encontra-se amplamente documentado, por uma estratigrafia com cronologias bem definidas, tendo em conta o estudo das cerâmicas de verniz negro itálico (Soria, 2018, p. 156-179); cerâmicas de paredes finas; lucernas; importação de ânforas e conjunto metálico (Silva et al., 2019b). As sequências estratigráficas e as estruturas registadas suportam a divisão da Fase III em duas subfases (IIIA e IIIB), separadas, de um modo geral, por níveis de derrubes (Silva e Soares, 2014).

“Durante a Subfase IIIA, (...) (último quartel do século II a.C. e primeiro quartel do século I a.C.), foram construídas, nas extremidades ocidental e oriental da linha de cumeada, estruturas defensivas limitadas por muralhas retilíneas e abaluartadas que defendiam o mais fácil acesso ao povoado, pela crista da Serra do Louro, ligadas por um muro de delimitação da área habitacional, na vertente Norte. A encosta Sul era defendida pela escarpa natural da costeira” (Detry, Silva e Soares, 2017, p. 114). O interior do espaço entre as duas estruturas abaluartadas foi objeto de urbanização, com a construção de edifícios segmentados em compartimentos de planta rectangular (Soares et al., 2019).

“Na Subfase IIIB, (...) (segundo quartel e meados do século I a.C.), a fortificação parece ter perdido as funções militares prístinas, sendo internamente segmentada em diversos compartimentos, de carácter doméstico, com lareiras e bancos ou poiais; na antiga área habitacional ocorre uma reorganização do espaço edificado com uma divisão dos compartimentos preexistentes.” (Detry, Silva e Soares, 2017, p. 115).

As campanhas de escavação de 2012 a 2017 vieram aduzir maior complexidade a estas leituras, tendo permitido recolher e efetuar novas leituras estratigráficas, assim como associar a estas duas fases de urbanismo, diverso armamento e equipamento militar itálico, que levaram os investigadores responsáveis pelo projeto a afirmar “Os trabalhos de 2012, comprovam a instalação em Chibanes de um estabelecimento romano-republicano, muito provavelmente de carácter militar, com início na segunda metade, ou mais propriamente no último quartel do século II a.C.” (Soares e Silva, 2014, p. 93).

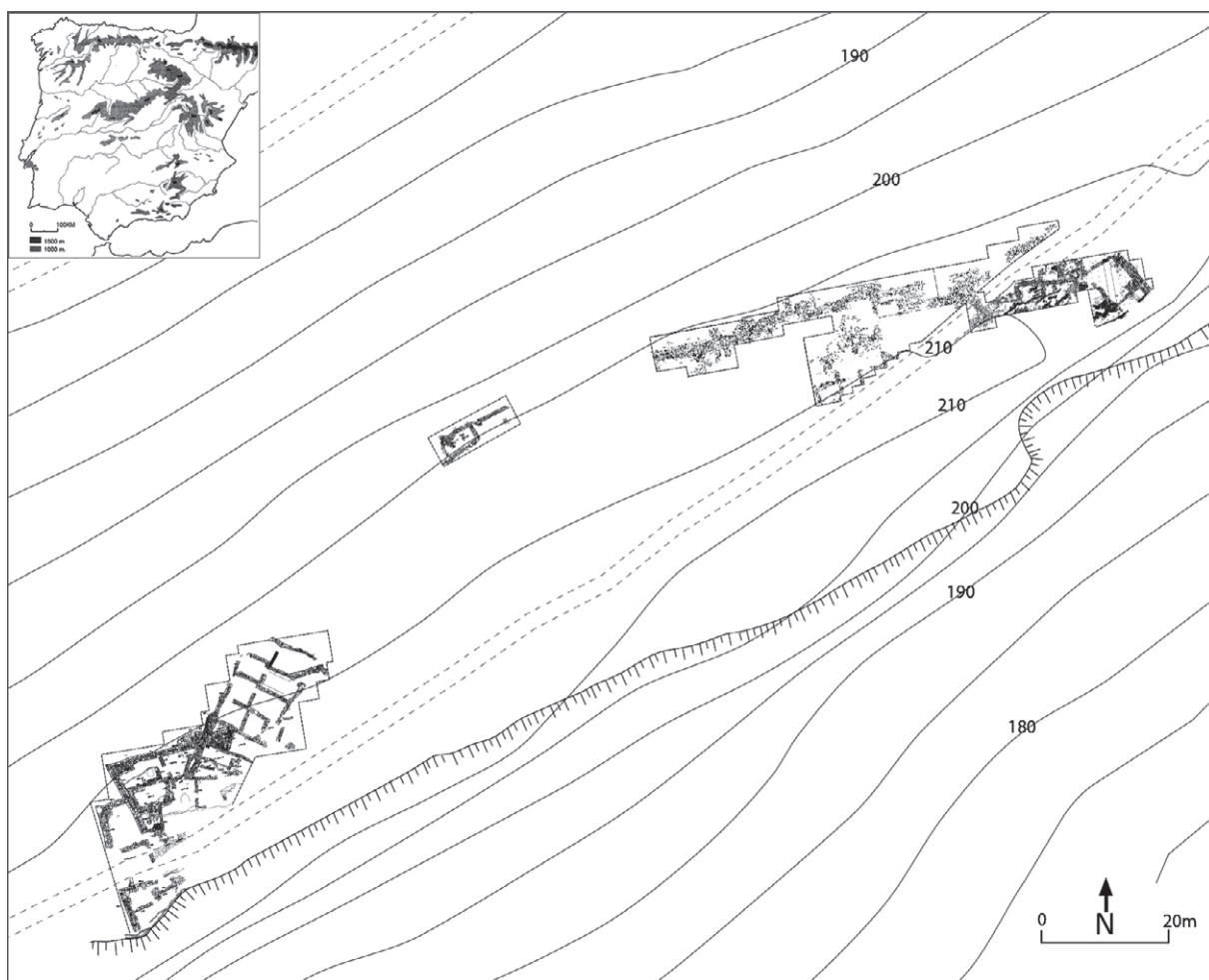


Figura 136 – Planta da área escavada do povoado de Chibanes, Palmela (segundo Silva et al., 2019b, fig. 1).

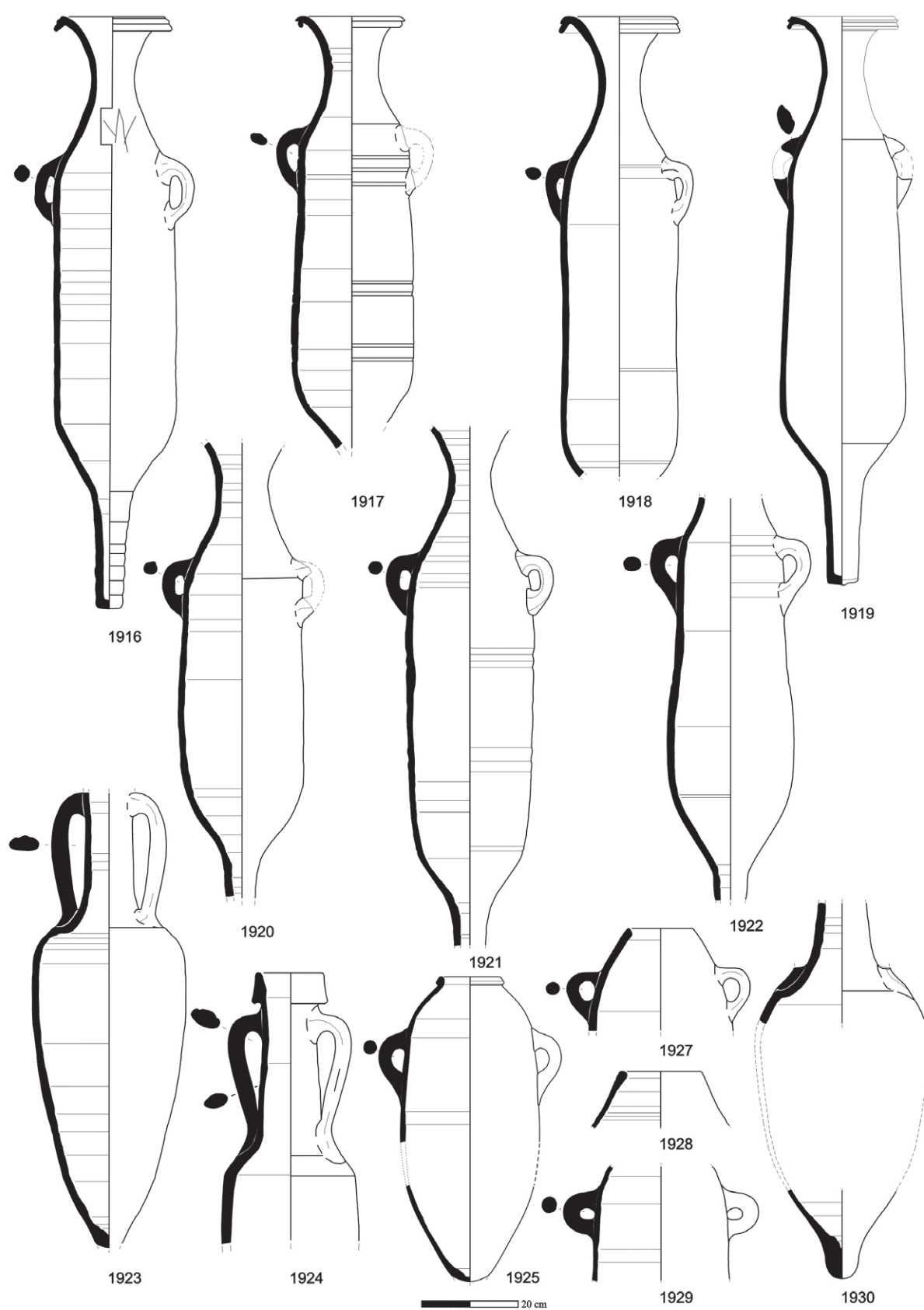
Esta leitura, tal como os autores acertadamente referem, vem ao encontro da proposta desenvolvida por Amílcar Guerra, em associar o sítio de Chibanes ao topónimo (Castr) *Caepiana* e a uma proposta de identificação desta, com uma fundação de cariz militar de Quinto Servílio Cepião (Guerra, 2004). Como se sabe pelas Fontes Clássicas, Cepião, a partir de 109 e talvez até 107 a.C. foi pretor e prócônsul na Hispânia *Ulterior*. Desta personagem na realidade pouco se sabe, sendo, porém, de sublinhar que venceu os Lusitanos e que a sua pretura se ilustrou com a celebração do triunfo em Roma (Guerra, 2004, p. 222).

Não sendo aqui o local para fazer o balanço do estado da investigação sobre esta complexa estação arqueológica, importa, porém, tendo em conta os objetivos deste trabalho, matizar os dados disponíveis. O conjunto de verniz negro itálico é composto por 164 fragmentos sendo o principal centro atestado a colónia latina de Cales (107 frag.), seguido pelas produções napolitanas (Camp. A, 51 frag.), destaca-se a ausência de imitações em pasta cinzenta dos protótipos de verniz negro itálico (Soria, 2018, p. 156-179). Esta ausência parece assumir pertinência cronológica, apontando para uma datação do segundo quartel/meados do século I, momento em que este fenómeno parece alcançar uma certa dimensão, como testemunhado estratigraficamente em Monte dos Castelinhos (Pimenta et al., 2013). O conjunto de importação de bem alimentares em ânforas é significativo e encontra-se bem documentado desde as primeiras escavações de Marques da Costa. A recente revisão da totalidade do conjunto que pude elaborar no decurso desta dissertação e que será plasmado na monografia do sítio, permite traçar um quadro do seu abastecimento com uma leitura, diga-se, algo inesperada (Pimenta, no prelo).

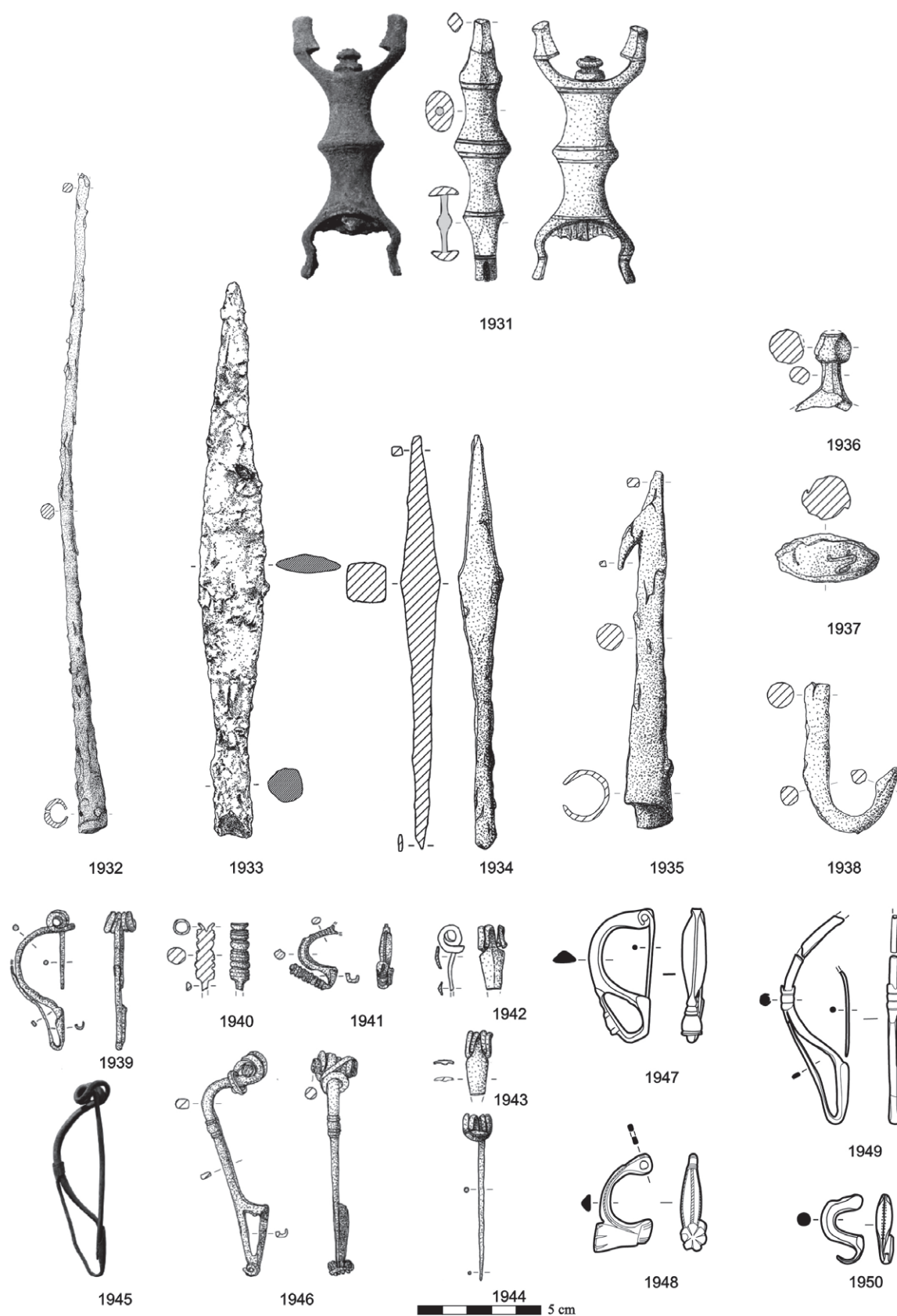
O estudo das ânforas, revelou uma intrincada rede de abastecimentos a Chibanes com importações da Península Itálica, do Norte de África, da baía gaditana, do vale do Guadalquivir e Ilha de Ibiza (ver Estampa 183). A primeira ocupação do período romano republicano, Fase IIIA, revela uma lógica de abastecimento datada dos momentos finais do século II a.C., em que dominam as importações vinárias itálicas, com ânforas do tipo Greco-italico tardio e da forma Dressel 1. Tal como seria de esperar, nas duas fases romano republicanas do sítio as ânforas vinárias itálicas do tipo Dressel 1 encontram-se bem representadas, correspondendo a 15% (Estampa 183, n.º 1923 e 1924). Todavia, a região melhor documentada pelo perfil das importações é sem dúvida a costa Sudoeste da província da *Ulterior*, com fabricos genericamente atribuíveis à baía de Cádis, representando estes 29% do total das ânforas nos contextos romano republicanos. Entre esta região destaca-se o papel assumido pelas ânforas do Tipo 7.4.3.3. (Mañá C2b) (Estampa 183, n.º 1916 a 1922). Da análise global da totalidade do conjunto das ânforas resulta claro que as importações em geral e as da Península Itálica em particular, no cômputo geral, se encontram longe da representatividade bem conhecida da comercialização destes modelos na fachada atlântica e em particular no vale do Tejo. A par deste cenário, verifica-se um quadro que à partida não seria o espectável, destacando-se de forma preeminente os contentores de proveniência da *Ulterior/Lusitania*, nomeadamente com fabricos da região dos vales do Tejo/Sado de tradição tipológica pré-romana, correspondendo estes a um total de 53% da amostragem global (Estampa 183, n.º 1925 a 1929), surgindo mesmo alguns exemplares que tentam imitar regionalmente as morfologias itálicas (Estampa 183, n.º 1930). Tendo presente a interpretação de que o sítio poderá corresponder a uma instalação militar possivelmente relacionada com o período Sertoriano (Soares et al., 2019), esta leitura poderá deflectir com problemas de abastecimento e com a necessidade imperiosa de os assegurar localmente, num período de conflitualidade crescente. É uma hipótese a desenvolver, mas que tendo em conta os dados disponíveis e a singularidade do registo, mas também as leituras nos sítios coetâneos, se apresenta plausível.

Por último, destaca-se, entre o conjunto de metais recuperado em Chibanes, a presença de diversos elementos que se podem relacionar com a presença do exército, encontrando-se atestado, quer armamento ofensivo e defensivo, quer *militaria* (Soares et al., 2019) (Estampa 184). Destaca-se a presença de uma empunhadura, em liga de cobre, de punhal de antenas de tipo “Santa Trega” com lâmina de ferro (Soares et al., 2019, p. 87, fig. 9, n.º 1); elementos de *pilum* ligeiro em ferro (Soares et al., 2019, fig. 9, n.º 4); um dardo de artilharia de torção (Soares et al., 2019, fig. 9, n.º 5); pontas de lança (Soares et al., 2019, fig. 9, n.º 6); projéteis de funda em chumbo (Soares et al., 2019, fig. 9, n.º 3) e um botão terminal de capacete de ferro de tipo *Buggenum* (Soares et al., 2019, fig. 9, n.º 2). As fíbulas encontram-se particularmente bem documentadas, com fíbulas anulares hispânicas, tipos Schüle 4h, tipo Ponte 36 também designados como “pseudo-La Tène II” e Nauheim (Soares et al., 2019, p. 89, fig. 10). Por ter pertinência para a cronologia do ocaso de Chibanes, destaca-se as ausências, nomeadamente de modelos de fíbulas associados a momentos posteriores a 60 a.C., como as fíbulas anulares romanas, Alésia ou Aucissa, que como já vimos encontramos bem documentadas em Monte dos Castelinhos e que se encontram presentes no fortim do Pedrão.

Em suma, tudo indica que o morro da Serra do Louro, verdadeiro caminho natural de transitabilidade entre a baixa de Azeitão e a zona de Palmela e foz do Sado, é escolhido no âmbito do processo tardio de conquista romana no baixo Tejo/Sado para a implantação de um forte romano. A diminuta dimensão da sua fortificação elíptica, (o comprimento máximo do estabelecimento é de 200m e a largura cerca de 50m), não autorizam estarmos perante um acampamento. Pelo menos, na plataforma da crista da Serra. Mas seria interessante em futuros trabalhos olhar de outra forma para a planície no seu sopé a Norte e através de meios não intrusivos, tentar diagnosticar se a putativa localização da *Castra Caepiana* não se articularia aí com este núcleo em altura. Penso que os dados da proporcionados pela fotointerpretação possam aqui ser relevantes. Não querendo nesta fase avançar com qualquer leitura, porém não posso deixar de sublinhar a percepção nessa área da existência de um padrão com potencial interesse. Realmente ao nos determos sobre a fortificação romana de Chibanes, é peculiar o desinvestimento que esta tem no seu lado Norte virado a esta planície. Todo o esforço é direccionado para a edificação do amuralhamento das portas, ladeadas de robustas torres de planta retangular, na zona do caminho natural pela cumeada da Serra (Soares et al., 2019). Todavia, qualquer ataque que se fizesse a Chibanes pela encosta virada a Norte, encosta essa pouco ingreme, apenas se depara com um muro de 0,65/0,70m de largura.



Estampa 183 – Ânforas dos contextos romano republicanos do povoado de Chibanes (segundo Pimenta, no prelo).



Estampa 184 – Metais e elementos de armamento militar do povoado de Chibanes (segundo Soares et al., 2019, fig. 9; Pimenta et al., 2019, fig. 11, modificado).

Se os dados sobre o momento da sua fundação itálica se coadunam com a referência a Quinto Servílio Cepião, 109 - 107 a.C., a estratigrafia do sítio revelou um episódio de destruição na transição da primeira subfase de ocupação romana (Chibanes IIIA) para a segunda (Chibanes IIIB), representada por derrubes de muros, especialmente de taipa e adobes, associados a um nível de incêndio. Esta destruição foi relacionada ainda que de forma muito cautelosa com o período de conflito decorrente das guerras sertorianas, o que me parece bastante provável (Soares et al., p. 91). O sítio como vimos é reconstruído, Chibanes IIIB, ocorrendo o seu definitivo abandono ainda no século I a.C. tendo em conta o seu contexto de importações cerâmicas, o conjunto numismático e as evidências da análise das fíbulas em meados da década de 60 a.C.

4.7. OUTROS SÍTIOS

Por último, ainda concernente ao povoamento em torno da Península de Setúbal, existem ainda algumas alusões que importa ter presente, mas que nesta fase mais não são que indícios para futuros trabalhos.

Uma das questões mais relevantes prende-se com as dinâmicas de ocupação pré-romana da colina de Santa Maria, na área urbana de Setúbal. A fundação deste núcleo de povoamento, cuja origem remonta ao Bronze Final, assume durante a Idade do Ferro papel de relevo na foz do Sado (Soares e Silva, 1986). Contudo, parece ter sido abandonado ou pelo menos perdido importância, nos momentos finais do período sidérico, tendo mesmo sido sugerido que Chibanes terá emergido na sequência do abandono do povoado da colina de Santa Maria (Silva e Soares, 1997, p. 59). Ainda que objetivamente não existam dados que sustentem uma leitura alicerçada, parece-me interessante colocar a questão, nem que seja como hipótese de trabalho, de este núcleo de povoamento ter sido preterido e abandonado precisamente no conturbado período da conquista romana da foz do Sado. De facto, a concentração de diversos povoados fortificados nesta zona revela uma situação de alguma instabilidade, que não seria consentânea com a orografia pouco defensável da colina de Santa Maria. Em paralelo com esta problemática, mas dela decorrente, surge a questão da génese do núcleo urbano de *Caetobriga*. Os dados da arqueologia urbana no núcleo antigo da cidade de Setúbal sustentam a sua firme localização nesta área (Soares, 2000; Soares e Silva, 2018). Contudo, a informação disponível deixa perceber que a povoação romana emerge durante o período imperial, mais propriamente a partir de meados/3º quartel do século I d.C., quando *Salacia* começa a perder importância económica (Silva et al., 1980-81). Coloca-se assim a discussão de o núcleo de *Caetobriga* não ser de origem pré-romana, mas antes uma fundação romana de raiz, ainda que criada sobre as ruínas de um povoado indígena anterior. Essa fundação decorre já do processo de desenho da Província da Lusitânia e da necessidade de se consolidar um núcleo de relevo na foz do rio Sado.

Por último ainda na Península de Setúbal, a presença de um fundo de ânfora vinária itálica do Tipo Dressel 1 recolhida à superfície no recentemente identificado sítio da Ponta do Mato, Seixal, permite supor uma maior antiguidade para este núcleo ribeirinho da margem sul do Tejo (Raposo, Santos e Henrique, 2014, p. 22, Fig. 14, PMt. 6)

5. ENTRE A *MÓRON* ESTRABONIANA E *SCALLABIS PRAESIDIUM IULIUM*

Como referimos *supra* é justamente a ampla navegabilidade e o acesso direto de navios de mar, aproveitando a força das marés, ao fundo do estuário do Tejo, que fez com que a zona em torno de Santarém assumia uma posição estratégica do ponto de vista militar na fase de conquista romana do território da *Uterior/Lusitania*. Sublinhe-se que ainda hoje as marés sobem o rio durante 80 km até ao Porto de Muge (Ribeiro, 1994, p. 116). Esse conhecimento particularizado do território encontra-se bem evidenciado na obra de Estrabão, tendo sido, sem dúvida, estas características peculiares, desde longa data do conhecimento dos navegadores atlânticos, fenícios, púnicos e gaditanos, que levaram os estrategas militares que planearam a campanha de Bruto a apostar do Tejo como eixo da sua campanha para a conquista do Noroeste peninsular. A par da estrada fluvial tagana, a zona de Santarém assume desde cedo um papel crucial na articulação das vias terrestres do território da *Uterior/Lusitania*, daqui irradiam caminhos quer em direção a Norte ao vale do Mondego e Douro; quer em direção ao interior peninsular pelo médio e alto Tejo pela enigmática *Tabucci*; e flanqueando o rio pela margem esquerda delineiam-se caminhos naturais em direção ao alto e baixo Alentejo (Mantas, 2011).

5.1. ALCÁÇOVA DE SANTARÉM (CNS 85)

No vale do Tejo, entre os múltiplos sítios arqueológicos que se reportam à fase da conquista romana, sobressai pela qualidade e quantidade da informação o caso da cidade de Santarém. Palco de um projeto de arqueologia urbana coordenado por Ana Margarida Arruda, estruturado em torno de amplas e profundas leituras estratigráficas na área da antiga Alcáçova Islâmica e que se tem plasmado por um vasto acervo de publicações (para uma síntese da prolífera lista bibliográfica produzida ver Arruda, 1999-2000, Viegas, 2003; Arruda e Viegas, 2014 e Arruda, 2018).

A identificação da cidade de Santarém com *Scallabis* - povoação indígena na qual foi instalado o *Praesidium* Cesariano, posteriormente colónia, capital de *civitas* e de *conventus* - é hoje um dado adquirido (Mantas, 1993; Faria, 1999, Arruda e Viegas, 1999).

O sítio arqueológico da Alcáçova de Santarém implanta-se num vasto morro sobranceiro ao Tejo, gozando de excelentes condições naturais de defesa e de ampla visibilidade pelas planícies circundantes. Dele se avista os Chões de Alpompé, situados apenas a 12,5 Km, mas também o Alto do Castelo e o Porto do Sabugueiro, assim como os sítios que irão surgir ao longo do século I a.C. como o Alto dos Cacos, Almeirim e o Monte dos Castelinhos, Vila Franca de Xira.

Os primeiros contactos com o mundo romano encontram-se atestados pela chegada no terceiro quartel do século II a.C. de ânforas centro mediterrânicas do tipo greco-italico a par das cerâmicas de verniz negro itálico napolitanas (Arruda, 1993; Bargão, 2006; Soria, 2013 e 2018). Apesar destas evidências, tem vindo a ser sublinhado que a sua expressividade é distinta das realidades dos contextos da primeira fase da conquista de Lisboa identificados na área do Castelo, ou das evidências dos Chões de Alpompé (Bargão, 2006; Arruda e Viegas, 2014).

Nas diversas leituras estratigráficas efetuadas na área da Alcáçova são poucos os contextos arqueológicos primários, tendo em conta a longa diacronia de ocupação do espaço e a intensa utilização do subsolo como área de armazenamento durante o período islâmico (Arruda, 1999-2000). Um terreno mais amplo no espaço dos viveiros camarários, estudado em 1999 e 2000, permitiu uma escavação em área (Viegas, 2003). Revelou um conjunto de estruturas que correspondem a edifícios alinhados de forma

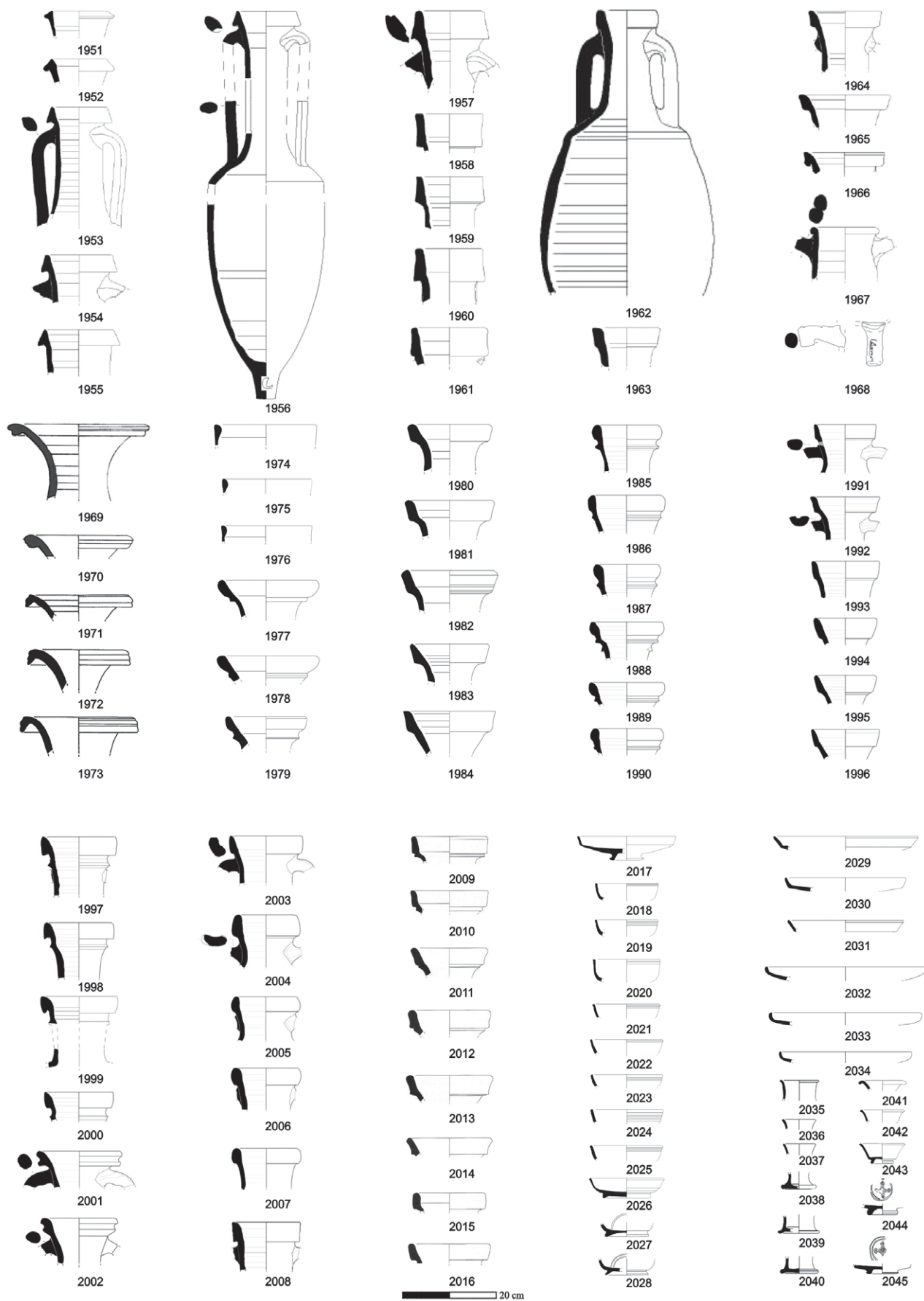
ortogonal, em função de arruamentos. A análise da sua planimetria permite identificar diversos compartimentos de planta retangular, cuja construção evidencia uma clara descontinuidade com o urbanismo anterior da Idade do Ferro (ver Volume 1, Fig. 47). Trata-se portanto das primeiras edificações romanas da Alcáçova de Santarém e foram integradas no que foi designado pelos seus autores como fase 1 de cronologia tardo republicana, concretamente do segundo quartel/meados do séc. I a.C. (Almeida, 2008).

Tendo em conta os estudos dos conjuntos de materiais importados das diversas intervenções realizadas na área da Alcáçova de Santarém, é ainda nas últimas décadas do século II a.C. que o *oppidum* pré-romano inicia o processo da romanização (Arruda e Viegas, 2014). Contudo, a partir do 2º quartel do século I, as realidades alteram-se consideravelmente. É este o momento em que se constroem os edifícios identificados na área dos viveiros e que chegam a *Scallabis* quantidades impressionantes de ânforas da costa Sudoeste da *Ulterior* e do vale do Guadalquivir (Arruda, Viegas e Bargão, 2005; Almeida, 2008), assim como cerâmicas de verniz negro itálico da colónia latina de Cales e suas imitações em pasta cinzenta (Soria, 2018), quantidades significativas de cerâmicas de paredes finas itálicas (Arruda e Sousa, 2013) e um expressivo conjunto de lucernas (Pereira, 2014). Pode-se igualmente associar a esta fase, os exemplares de projéteis de *glandes plumbeae*, o *simpulum*, o estrígil e as fíbulas em liga de cobre (Arruda, Viegas e Almeida, 2002, peças n.º 204 e 205; 140; 193 a 196) (Estampa 185).

A entrada do importante povoado pré-romano de *Scallabis* na esfera do mundo romano evidencia um percurso aparentemente distinto do que conseguimos traçar para *Olisipo* e *Móron*. Apesar de ter entrado em contacto com o mundo itálico ao mesmo tempo, este contacto parece se ter restringido a algumas importações, tendo a alcáçova de Santarém ficado à margem da geografia militar desta primeira fase. O mesmo aparentemente parece ter ocorrido na foz do Tejo com o antigo povoado de Almaraz, que tanto quanto sabemos recebe algumas importações, mas longe da expressividade que estas alcançam em Lisboa (Barros e Henriques, 2002). É em meados do século I a.C., possivelmente durante ou após o conflito Sertoriano e as alterações das geografias estratégico/políticas do baixo Tejo, que *Scallabis* ganha outra relevância, sendo então a opção para o estabelecimento de uma base militar, parecendo possível admitir que será então que o topónimo *Praesidium Iulium Scallabis* se impõe (PLIN. 4, 117) (López Vilatela 2000, p.187). Tem vindo a ser proposto que o *praesidium* corresponda a um



Figura 137 – Vista da Alcáçova de Santarém e do seu franco domínio sobre o curso do rio Tejo. Fotografia de Henrique Mendes.



acampamento fundado por César durante o seu pretorado na *Ulterior*, em 61-60 a.C. (Arruda e Viegas, 1999), porém, não existe consenso em relação à cronologia do mesmo, oscilando entre o pretorado de César e a guerra civil entre César e Pompeio (49-44 a.C.) (Alarcão, 2002, p. 39).

Desde cedo, a referência pliniana a um *Praesidium* foi interpretada de forma linear como a evidência da instalação de um acampamento militar na área de Santarém (Alarcão, 1983, p. 79). Contudo, a recente reflexão de François Cadiou em torno dos *Praesidia* nas fontes literárias, levam-nos a problematizar e matizar esta interpretação (Cadiou, 2015). De facto, ao analisarmos as referências aos diversos *praesidia* atestados nas fontes clássicas, verifica-se a presença de cerca vinte sítios, mencionados como *praesidia* ou associados a um *praesidium* desde o início do processo de conquista em 218 até à guerra civil entre César e Pompeio, 49 e 45 a.C. referidos no *Bellum Civile* e no *Bellum Hispaniense* (Cadiou, 2003, p. 86). Contudo, um *Praesidium* pode designar um posto fortificado, mas também um simples destacamento militar encarregado de ocupar temporariamente uma posição estratégica (Cadiou, 2015, p. 241). Na província da *Ulterior*, no ano 49 a.C., Varrão cria precisamente diversos *praesidia* com o intuito de assegurar certas aglomerações indígenas após a vitória de César em *Ilerda* (Cadiou, 2015, p. 237). Seria esse o caso de *Scallabis*? Voltaremos mais à frente a este assunto na IV parte deste trabalho.

5.2. TESOURO REGIÃO DE SANTARÉM

Um elemento eloquente da relevância desta zona durante o período romano republicano é a recolha de diversos conjuntos de numismas ao longo do tempo, ainda que na maioria das vezes, estes apenas sejam conhecidos de forma parcelar e sem um apurado registo do seu contexto. É o caso do denominado “Tesouro da região de Santarém”. Trata-se de um vasto conjunto numismático, interpretado como tesouro, descoberto algures na região escalabitana antes do ano de 1989, sem que seja possível rastrear o local exato da sua identificação (Barbosa, 1995). É constituído por 200 moedas em AR, tendo sido inventariados 192 denários (Ruivo, 1993-1997, p. 34 e 35). O exemplar mais recente, corresponde ao RRC 394/1, datado de 74 a.C., permitindo associar assim esta ocultação à instabilidade ou movimentações militares decorrentes do conflito Sertoriano (Ruivo, 1997, p. 92).

5.3. CHÕES DE ALPOMPÉ (CNS 245)

O sítio arqueológico de Chões de Alpompé corresponde a um vasto e recortado planalto de mais de 20 hectares, com cerca de 96 metros de altura, implantado de forma contundente sobre o rio Alviela, a escassa distância da sua confluência com o rio Tejo. A mais antiga referência à importância arqueológica do planalto de Alpompé remonta a 1883 quando, se mencionou a descoberta de “fundamentos de grandes muralhas”, moedas em grande quantidade e diversos objetos romanos de grande valor (*apud* Diogo, 1993). Apesar desta alusão, o seu real reconhecimento pela comunidade científica apenas se

Estampa 185 (página anterior) – Alcáçova de Santarém: N.º 1951 a 2016 - ânforas (segundo Bargão, 2006; Arruda e Almeida, 1998; Arruda, Viegas e Bargão, 2005; Almeida, 2008; Arruda, Viegas e Bargão, 2006; modificado); N.º 2017 a 2045 - Verniz Negro Itálico e imitações em pasta cinzenta (segundo Soria, 2018, modificado). N.º 1951 e 1952 - ânforas itálicas do Tipo Greco-italico; N.º 1953 a 1961 - ânforas itálicas do Tipo Dressel 1; N.º 1962 e 1963 - ânforas itálicas do Tipo Lamboglia 2; N.º 1964 a 1966 - Tripolitanas antigas; N.º 1967 e 1968 - ânforas ródias (Bargão, 2006); N.º 1969 a 1963 - contentores do Tipo 7.4.3.2. -7.4.3.3. (Mañá C2B) (Arruda e Almeida, 1998); N.º 1974 a 1976 - ânforas Tipo 9.1.1.1.; N.º 1977 a 1979 - Ovoide 1 gaditanas; N.º 1980 a 1964 - Ovoides gaditanas (Arruda, Viegas e Bargão, 2005); N.º 1865 a 1990 - Ovoides 1 do Guadalquivir; N.º 1991 a 1996 - Ovoide 4 do Guadalquivir; N.º 1997 a 2000 - Ovoide 5 do Guadalquivir; N.º 2001 a 2002 - Ovoide 3 do Guadalquivir; N.º 2003 a 2007 - Ovoide 6 do Guadalquivir; N.º 2009 - Dressel 1 do Guadalquivir (Almeida, 2008); N.º 2009 a 2016 - Ânforas Ovoides Lusitanas (Arruda, Viegas e Bargão, 2006); N.º 2017 a 2045 - cerâmicas de Verniz Negro Itálico e imitações em pasta cinzenta (Soria, 2018).

verificou nos anos cinquenta do século passado, quando Amorim Girão e Bairrão Oleiro classificaram o planalto de Chões como acampamento militar romano, propondo a sua identificação com a *Móron* de Estrabão (Girão e Oleiro, 1953, p. 79). Recentemente, tivemos oportunidade de sintetizar e refletir sobre a já longa história dos trabalhos e das distintas leituras sobre as suas ocupações, remetemos assim para esse trabalho (Pimenta e Arruda, 2014). Importa, porém, reter que o sítio corresponde a um povoado indígena da Idade do Ferro com fortes ligações com o mundo mediterrânico, pelo menos desde o século VII a.C.

A grande extensão deste sítio arqueológico, a par da quantidade e qualidade do espólio recuperado, assim como a visibilidade de um sistema defensivo em talude ainda bem preservado conferiram ampla notoriedade a esta estação no panorama arqueológico peninsular (Fabião, 2002, 2004 e 2006). Contudo, até ao ano de 2015, nunca aí haviam sido realizadas escavações arqueológicas, correspondendo os dados existentes a trabalhos de prospeções e recolhas carecendo de enquadramento institucional (Arruda et al., 2018).

Destaca-se de forma assinalável os conjuntos cerâmicos, sobressaindo os extensos conjuntos de ânforas aqui recolhidos e publicados por diversos autores, em distintos enquadramentos temporais e institucionais (para a extensa lista de trabalhos ver síntese em Pimenta e Arruda, 2014). Importa aqui ter presente o conjunto de ânforas, visto que parece atestar um quadro de abastecimento de cariz institucional normalmente associado aos exércitos consulares, destacando-se um conjunto de materiais com perfil antigo que remetem para os contextos bem definidos de Lisboa (Pimenta 2005) e de Valência (Ribera Lacomba 1998; 2002), datados do terceiro quartel do século II a.C. (ver Estampa 186).

O facto de estarmos a lidar com dados de superfície, explica a escassez de cerâmicas finas, que, contudo, se encontram referidas desde os primeiros trabalhos sobre o sítio, notando-se a presença de cerâmica de verniz negro itálico, de tipo Campaniense A e B, paredes finas itálicas e lucernas. Em recentes trabalhos de prospeção realizados no planalto do Alviela, no âmbito da realização da Carta Arqueológica de Santarém, foi recolhida uma lucerna praticamente completa a que falta apenas a asa (Matias, 2018, CD anexos Fichas). Apesar de não termos podido analisar o exemplar pessoalmente, trata-se de uma Lucerna do Tipo E de Ricci, ainda que o seu fabrico nos coloque dúvidas sobre a sua proveniência, podendo tratar-se de uma produção local do vale do Tejo (Ricci, 1973, p. 216-218).

Outro vetor relevante do acervo de espólios recolhidos no sítio é a presença de conjuntos significantes de metais, nomeadamente numismas, armamento e *militaria*. O conjunto numismático conhecido é muito numeroso, composto por um pequeno tesouro de 20 denários e por 131 unidades correspondentes a perdas isoladas (Ruivo, 1999). Destas, 128 são anteriores a 80 a.C. e três pertencem já ao reinado de Augusto. Tendo em consideração estes elementos, José Ruivo sugeriu que o local teria sido abandonado no âmbito dos conflitos sertorianos (Ruivo, 1999, p. 106). A favor de uma instalação militar no local a partir do terceiro quartel do século II a.C. falam ainda outros artefactos metálicos, concretamente os que



Figura 138 – Lucerna de Chões de Alpompe (segundo Matias, 2018, CD anexos Fichas, modificado).

entram na categoria de *militaria*, armas e projéteis de arremesso, como as glandes de chumbo, muito abundantes no sítio (112 exemplares), os componentes de cinturão militar (*balteum militare* ou *balteus*); os botões em anel; as fíbulas; os elementos de arreio associados à cavalaria; mas também, os utilitários agroflorestais (Fabião, Pereira e Pimenta, 2015). O extenso conjunto de glandes *plumbeae* merece um breve comentário. Infelizmente, não dispomos de qualquer registo da sua recolha, impedindo-nos uma avaliação da sua distribuição no sítio. Contudo, quem as recolheu, refere que as mesmas se concentravam do lado externo dos taludes defensivos dos Chões. Esta leitura poderia indiciar um cenário de campo de batalha e/ou de um momento de preparação da mesma, uma vez que grande parte deste lote poderá indiciar uma produção sob algum tipo de pressão. Destaca-se no conjunto, a identificação de duas glandes *plumbeae* em processo de fabrico, obtidas por molde e nunca utilizadas, uma vez que se conservam por entre as rebarbas excedentárias. Esta peça demonstra cabalmente a existência de uma oficina de fabrico de glandes *plumbeae* no local (Fabião, Pereira e Pimenta, 2015, p. 114-129) (Estampa 187, n.º 2062).

Apesar da relevância do sítio de Chões de Alpompe para a análise do processo de conquista romana do território português, apenas em 2015 e 2016 foi possível aí realizar pela primeira vez trabalhos arqueológicos. Apesar de enquadrados num projeto de investigação com outro quadro de problemáticas, as três leituras estratigráficas verticais realizadas permitiram atestar as hipóteses que tinham vindo a ser construídas com base nos materiais de superfície aí recolhidos. Nomeadamente: 1 - Que o sítio tem uma relevante ocupação da Idade do Ferro de forte matriz orientalizante, que atravessa todo o primeiro milénio antes da nossa era; 2 - Que o planalto é ocupado de forma intensa na segunda metade do século II a.C. com uma forte componente itálica; 3 - Que as características defensivas do sítio são incrementadas com um sistema defensivo composto de muralha de talude de terra e fosso. No entanto, o resultado mais relevante da intervenção foi sem dúvida o de verificar as amplas potencialidades que esta ímpar estação ainda tem para a investigação (Arruda et al., 2018).

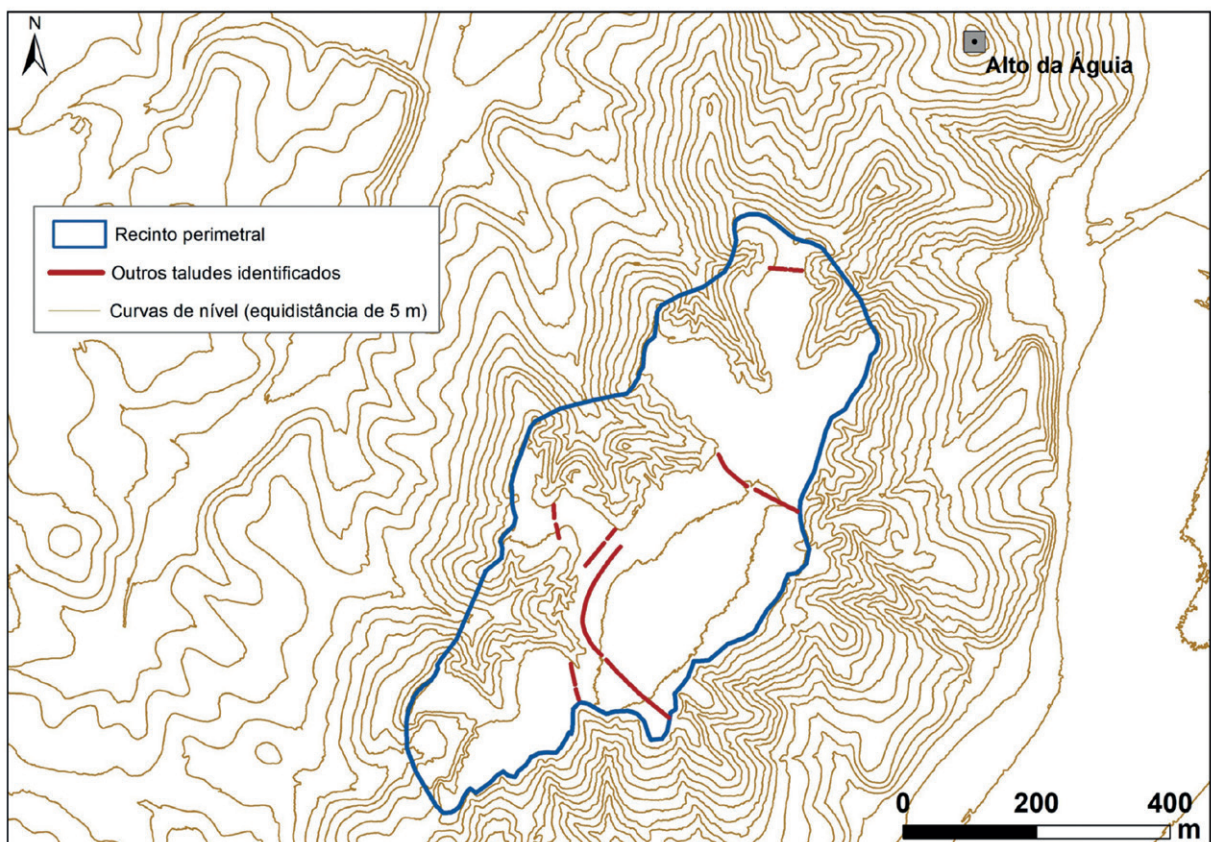
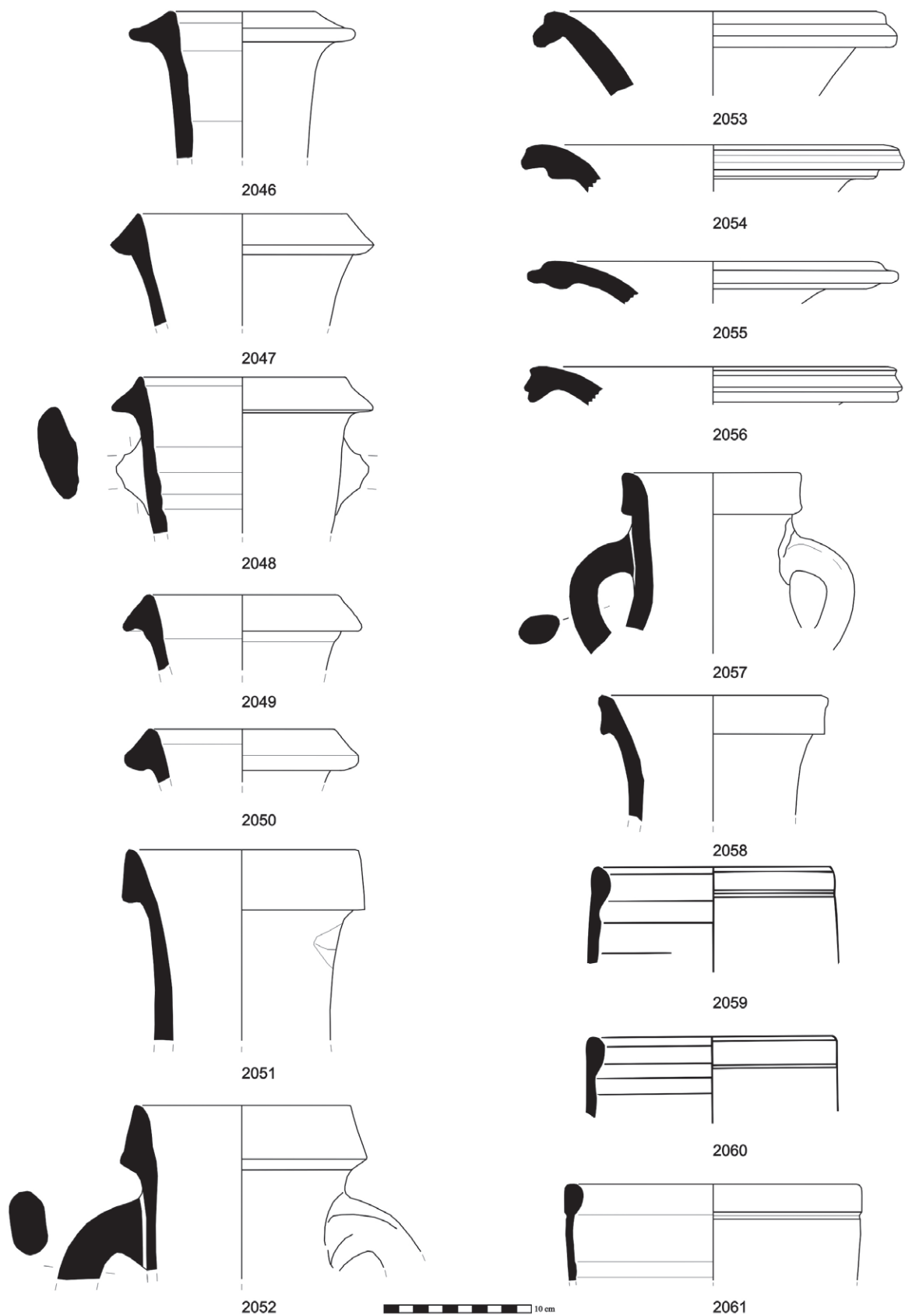
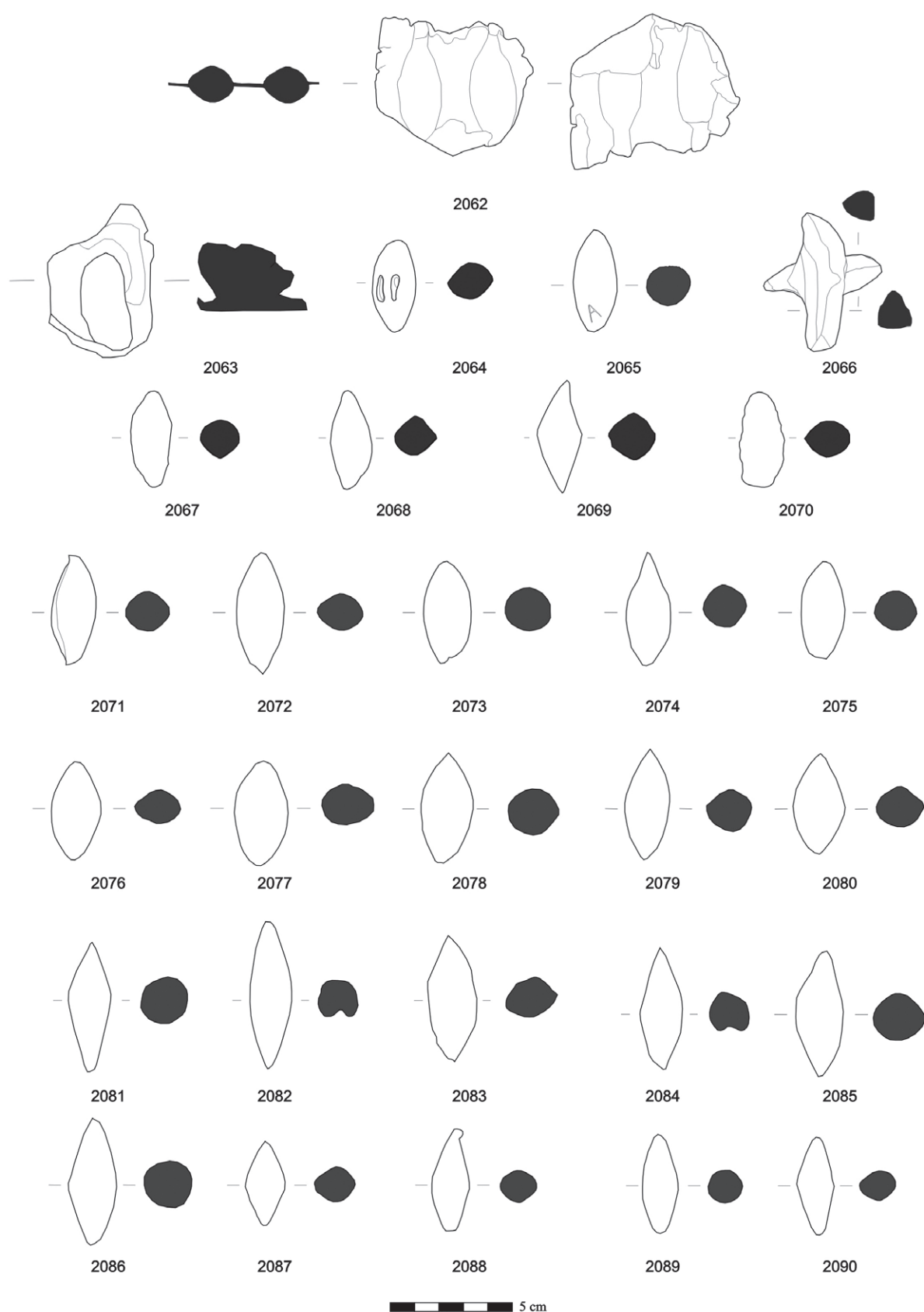


Figura 139 – Planimetria das novas evidências arqueológicas identificadas no planalto dos Chões de Alpompe relacionadas com a existência de dois possíveis recintos militares romanos (segundo Fonte et al., 2020, fig. 19).



Estampa 186 – Materiais de Chões de Alpompé (segundo Pimenta e Arruda, 2014, modificado e acrescentado).



Estampa 187 – Glandes de Chumbo de Chões de Alompé (segundo Fabião, Pereira e Pimenta, 2015, modificado).

Uma das questões, sempre em aberto, em relação a Chões de Alpompé foi a dos seus sistemas defensivos, quer na sua cronologia quer na sua planimetria. No âmbito desta dissertação, foi possível realizar recentemente num trabalho, em colaboração com outros investigadores, reavaliando essa questão (Fonte et al., 2020). De facto, a definição dos taludes térreos e pétreos perimetrais ao sítio, desde cedo valorizados (Girão e Oleiro, 1953), foi sempre complexa, situação que resulta em parte da densa cobertura florestal e da profunda erosão dos terraços fluviais onde o sítio se ergue. A recente disponibilidade, para esta zona do baixo Vale do Tejo, de dados de laser aéreo, bem como a sua combinação com fotografia aérea histórica, permitiu identificar e mapear novas estruturas arqueológicas que autorizam uma visão renovada sobre as estruturas do sítio. Esta nova leitura, permite propor a existência de pelo menos dois recintos militares romanos: um maior e mais irregular que circundava todo o planalto e que muito provavelmente se poderá associar com a campanha de Bruto; e outro menor e mais regular, ocupando a parte central do recinto, que possivelmente se poderá relacionar com o conflito Sertoriano. Esta hipótese carece ainda de validação arqueológica, que só futuros trabalhos poderão vir a esclarecer.

5.4. ALTO DO CASTELO (CNS 269)

O sítio do Alto do Castelo, Freguesia e Concelho de Alpiarça, está implantado em uma ampla plataforma amesetada que corresponde a um terraço quaternário, localizada na confluência da Ribeira dos Patudos e da Atela. Está relativamente bem destacado na paisagem, implantando-se a cerca de 32 metros de altura sobre as margens aluvionares do Tejo e do antigo rio Alpiarça. O sítio é delimitado por uma imponente estrutura defensiva que circunscreve 28 hectares de área, sendo composta por muralha de terra, associada a um duplo fosso, que foi interpretado, embora com algumas reservas e hesitações, como estabelecimento militar romano (Kalb; Höck, 1982, 1984a; 1988a). Sendo esse papel reforçado em trabalhos de síntese mais recentes (Fabião, 2004a, 2004b, 2006b, 2013 e 2014).

O local é conhecido desde há longa data, desde sempre relacionado com o complexo fenómeno dos *urnenfelder* de Alpiarça (Correia, 1916 e 1936). Para o caso em apreço, interessa-nos apenas reter a informação respeitante ao sítio do Alto do Castelo, o vasto recinto onde se recolheram “...ânforas e outros grandes vasos de época romana” (Correia, 1936, p. 134), enviados para o Museu de Antropologia da Universidade do Porto (Correia, 1928, p. 286).

O planalto do Alto do Castelo foi, em inícios dos anos 70, intensivamente prospetado por Gustavo Marques, que então identificou de forma clara e cartografou as suas duas linhas de muralhas (Marques, 1972). O mesmo investigador prestou pela primeira vez atenção aos espólios aí recolhidos e que se encontravam e encontram depositados no Museu do Instituto de Antropologia do Porto.

Na década de 80 do século passado, o sítio foi objeto de um relevante projeto de investigação do Instituto Arqueológico Alemão, que infelizmente não teve continuidade, sendo alvo de escavações levadas a efeito por P. Kalb e M. Höck (1980, 1988). Foram então abertos dois cortes, tendo ficado clara a existência de duas linhas de muralhas de terra batida, idênticas do ponto de vista construtivo e funcional, ainda que atestem dois momentos distintos no espaço e no tempo. A primeira limitaria uma área de 5ha ocupada durante o Bronze Final, e a segunda, com fosso duplo, construída na época romano-republicana, com cerca de 1500 m. de extensão e quatro metros de altura, circundava a totalidade da plataforma de 28ha.

Os resultados destes trabalhos foram prontamente publicados (Kalb e Höck, 1982, 1984a; 1984b, 1988a), tendo sido definido que o sítio tinha tido diversas fases de ocupação. O povoamento inicia-se no período calcolítico, sucedendo-se uma extensa ocupação do Final da Idade do Bronze, que seria contemporânea das necrópoles que o circundam, e uma outra posterior de época romana, que os autores identificam, como um possível acampamento militar romano republicano (Kalb e Höck, 1984a).

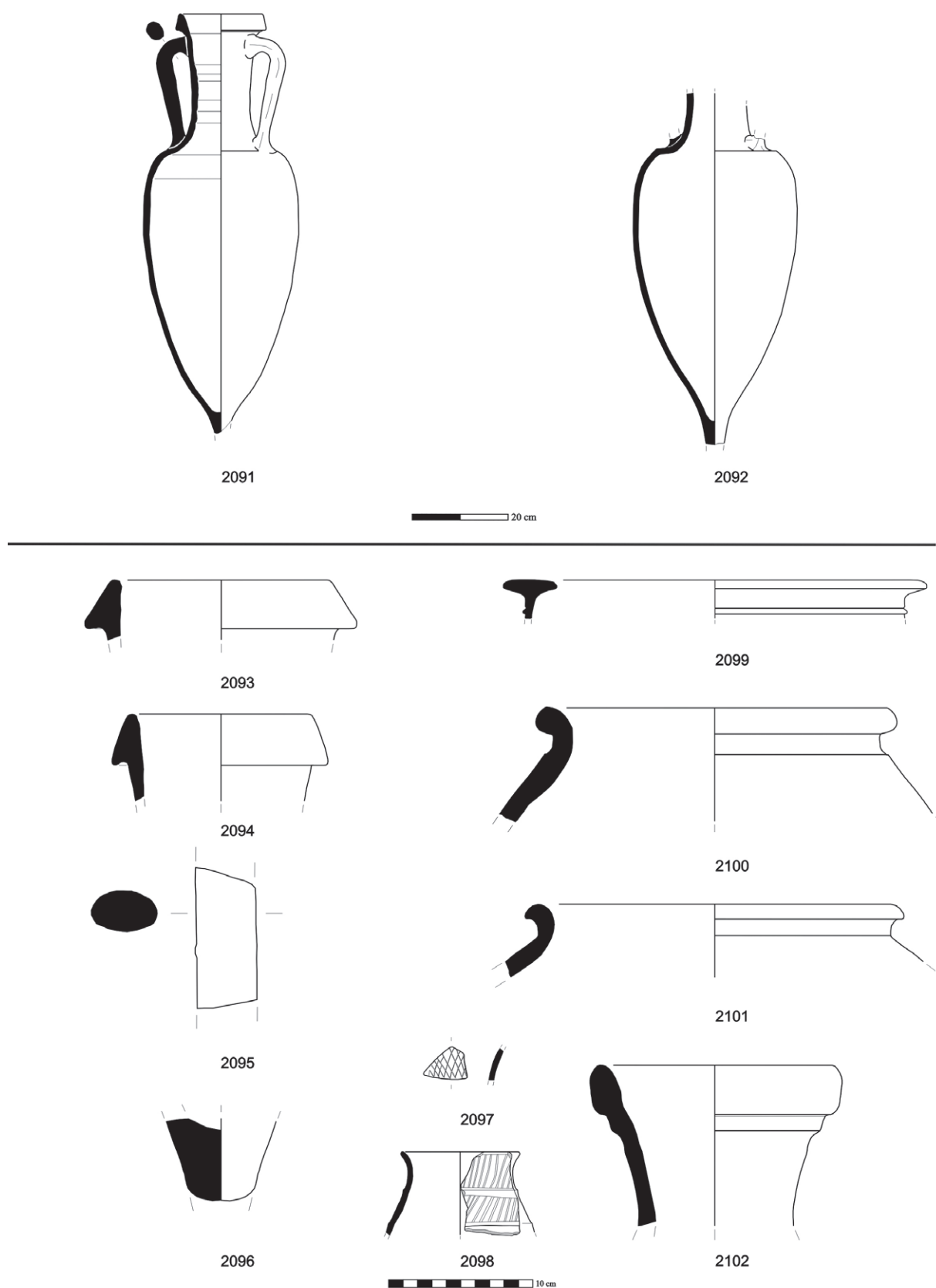
A presença de uma ocupação datada da Idade do Ferro é apenas referida brevemente, ao mencionarem que o fosso da “... fortificação [romana] cortou e destruiu uma provável sepultura que consideramos da Idade do Ferro” (Kalb e Höck 1988a, p. 195). Recentemente, constatou-se no âmbito da revisão das coleções antigas provenientes do Alto do Castelo a existência de uma inesperada e rica ocupação do planalto durante a Idade do Ferro, denotando esta tal como na vizinha alcáçova de Santarém, fortes influências orientalizantes (Arruda et al., 2014).

Desde os trabalhos de Gustavo Marques (Marques, 1972), ficou claro que este espaço fortificado teria sido ocupado entre os meados do século II-I a.C. como atestam as duas ânforas de proveniência Itálica do Tipo Dressel 1, recolhidas algures no planalto do Alto do Castelo. Todavia, os dados disponíveis limitavam-se a essas duas peças. A reanálise dos milhares de fragmentos cerâmicos, líticos e metálicos provenientes do Alto do Castelo e depositados nas reservas da Casa dos Patudos em Alpiarça, elaborada no decorrer da presente dissertação, vem reforçar a relevância da ocupação nesta fase. A presença de numismas romanos recolhidos dentro do vasto recinto do Alto do Castelo é abundantemente referida, contudo, não foi possível até ao momento a sua análise visto desconhecer-se o seu paradeiro (Marques, 1972, p. 8). Entre os materiais que se encontram em depósito e que tem como coordenadas gerais apenas o facto de terem sido recolhidos à superfície do vasto recinto intramuros do Alto do Castelo destaca-se a presença de fragmentos de ânforas romanas republicanas, a par de outras cerâmicas coetâneas, tais como contentores de armazenamento em cerâmica comum, cerâmicas cinzentas, destacando-se a presença de jarros com decoração brunida, e um fragmento de *Kalathos* importado possivelmente do mundo Ibérico (Estampa 188, n.º 2099). O conjunto de ânforas é pouco numeroso, mas o seu estudo permite algumas ilações interessantes, nomeadamente o aspeto inesperado de o sítio de Alto do Castelo ter igualmente ocupação durante o século I a.C. Estão representadas as ânforas vinárias itálicas do tipo Greco-Itálica e Dressel 1, a par de exemplares com macro fabricos típicos do vale do Guadalquivir, nomeadamente um bocal de ânfora de tipo ovoide 1 (González Cesteros; Almeida; García Vargas, 2016) (Estampa 188, n.º 2093 a 2096 e 2102).

A par da análise dos materiais em reserva na Casa dos Patudos, Alpiarça, pareceu-me relevante visitar os materiais provenientes do Alto do Castelo e que teriam rumado ao Porto, onde ainda hoje se encontram, fazendo atualmente parte do acervo do Museu de História Natural e da Ciência da Universidade do Porto. Estes eram compostos por duas ânforas bem preservadas, assim como outros vasos cerâmicos de grande dimensão. Este espólio foi revisto e publicado no início dos anos setenta por Gustavo Marques (Marques, 1972). A sua observação e análise tipológica e macroscópica permitiram concluir que o conjunto de vasos publicados (Marques, 1972, Est.VI, C3 e C4) não correspondia como aliás já os desenhos conhecidos levavam a supor a peças de cronologia romana, mas sim a peças de cronologia islâmica e de época moderna. O estudo das ânforas permitiu a realização de um novo e mais preciso registo gráfico, assim como a sua análise macroscópica (Estampa 188, n.º 2091 e 2092).

A revisão da informação em relação a esta emblemática estação permitiu atestar uma longa diacronia da ocupação, desde o calcolítico final até ao período romano. Esta impressionante continuidade resulta acima de tudo das favoráveis condições de implantação e da relevância estratégica do sítio. É precisamente sobre esta localização de um sítio indígena da Idade do Ferro, com fortes influências do mundo meridional (Arruda et al., 2014), que se vem a instalar um enorme recinto militar de época romana republicana. Nesta fase dos trabalhos e sem a existência de novas leituras estratigráficas que permitam ver a sua sequência, não é claro se esta ocupação ocorre numa continuidade com as evidências do povoamento pré-romano orientalizante ou se apenas estamos perante uma mesma opção espacial (Arruda et al., 2014).

Consolida-se assim a hipótese de ter existido no Alto do Castelo, um estabelecimento militar do período da conquista romana (Kalb e Höck 1984a, reforçado em Fabião, 2004a e 2006b). A relevância estratégica da sua implantação e o seu claro papel de domínio da transitabilidade regional e do acesso às vias naturais de comunicação com o Alto-Alentejo levaram a que em época romana republicana o sítio assumisse protagonismo. Pode-se e deve-se discutir a que fase ou a que contexto(s) das dinâmicas de conquista se poderá associar. Voltaremos mais à frente a este assunto, porém, a sua extensão, regularidade do traçado, natureza das fortificações, combinando uma massiva muralha de terrapleno a um sistema de duplo fosso, a par do registo cerâmico e estrutural no seu interior convergem para podermos estar perante um acampamento militar. Nesta fase dos trabalhos será de ponderar regressar ao sítio e tentar abordar esta estação com novas metodologias com o intuito de solucionar muitas das questões ainda em aberto.



Estampa 188 – N.º 2091 e 2092 - Materiais do Alto do Castelo depositados no Museu de História Natural e da Ciência da Universidade do Porto; N.º 2093 a 2102 - nas reservas da Casa dos Patudos em Alpiarça.

5.5. CABEÇO DA BRUXINHA (CNS 15679)

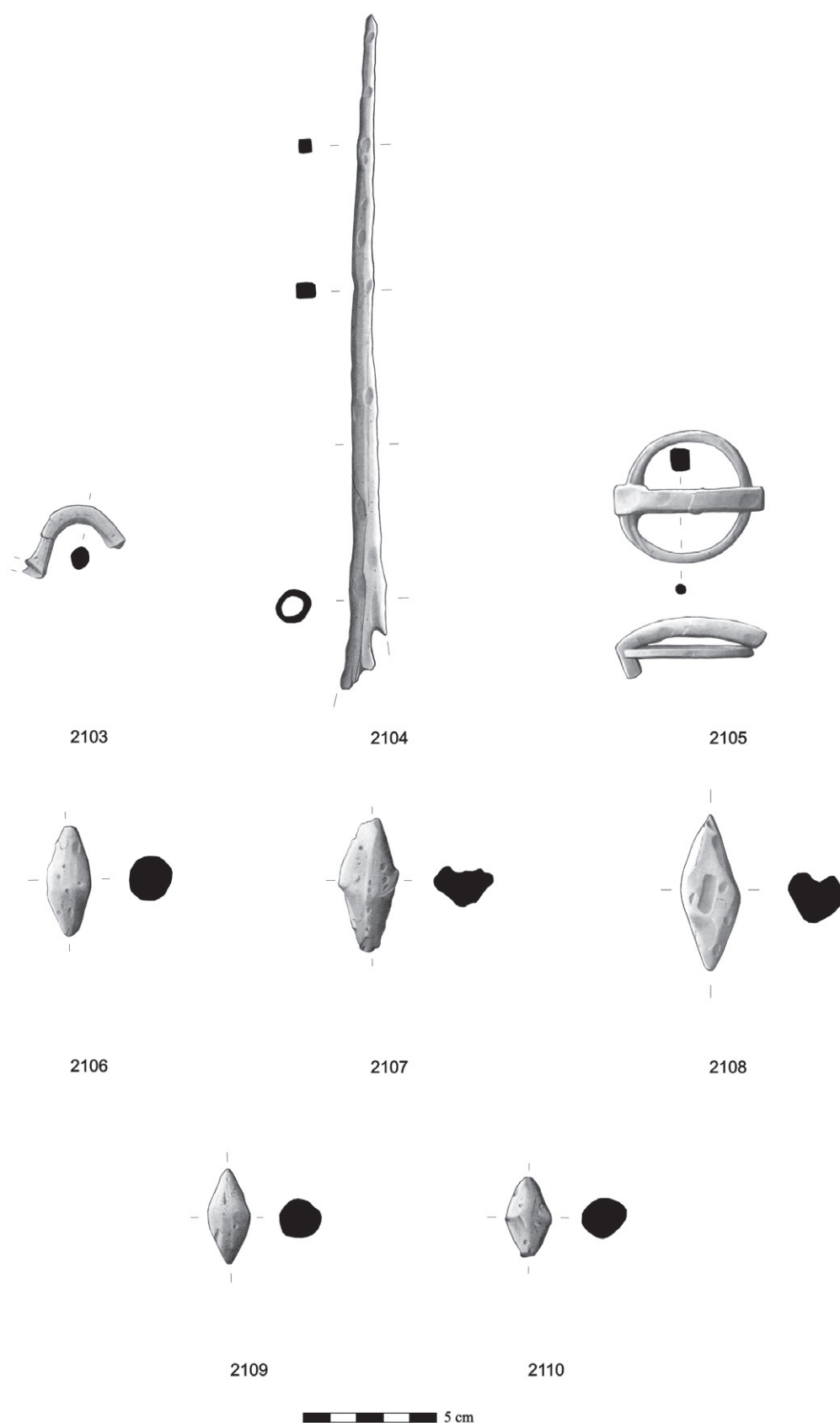
O sítio de Cabeço da Bruxinha, Freguesia e Concelho de Alpiarça, foi identificado por Mendes Corrêa, designando-a então como Cabeço da Bruxa e esclarecendo que existe para Oeste uma outra estação com idêntico nome (Correia, 1934). Por uma questão de organização dos sítios e para evitar equívocos com a estação homónima, Gustavo Marques, rebatiza este sítio com a designação de Cabeço da Bruxinha (Marques, 1972, p. 10).

Cabeço da Bruxinha é uma curiosa e mal conhecida estação, diretamente relacionada com o Alto do Castelo, na qual até aos dias de hoje ainda não foram realizados quaisquer trabalhos arqueológicos, ainda que seja mencionado desde cedo a presença de blocos calcários indicadores de construções a par de tégulas e de mós manuais. Situa-se num pequeno outeiro, na confluência da ribeira dos Patudos com a vala de Alpiarça. De acordo com a perspicaz descrição de Gustavo Marques, esta estação “(...) parece ter sido artificialmente separado do Alto do Castelo, por uma larga depressão com cerca de 15 metros de largura, numa época indeterminada, (...). Por ela corre a estrada Almeirim-Alpiarça.” (Marques, 1972, p. 10). Esta proximidade física com o Alto do Castelo leva mesmo Gustavo Marques a hesitar, sobre a legitimidade da sua separação enquanto sítios autónomos.

No âmbito deste trabalho, foi possível visitar e observar de forma atenta este sítio. Verifica-se, apesar do forte coberto vegetal aí existente, a presença de taludes de terra indicadores de uma estrutura defensiva rodeando o cabeço. Qual a sua cronologia e funcionalidade é uma incógnita. Porém, tendo em conta a sua implantação de domínio em relação à estrada nacional, não deixa de ser pertinente supor que este Cabeço da Bruxinha poderia ter tido em época romana a par do Alto do Castelo uma função de controle/defesa em relação à estrada romana que aqui passaria em direção a *Augusta Emerita* por *Aritium Praetorium* e que se encontra bem atestada por marcos miliários (Mantas, 2002).

Poucos são os dados que nos permitam vislumbrar a cronologia de ocupação do outeiro de Cabeço da Bruxinha. Nas reservas do Museu da Casa dos Patudos, preserva-se pouco espólio com esta proveniência, contudo, alguns dos materiais permitem sustentar uma ocupação romana, tais como bojos de cerâmica comum, fragmentos de ânforas, assim como material de construção como tégulas. Destaca-se neste conjunto a presença de um fragmento de bojo de ânfora vinária itálica com as típicas pastas tirrénicas plenas de areias vulcânicas.

No já citado trabalho de revisão dos espólios de Alpiarça depositados no Museu do Instituto de Antropologia do Porto, Gustavo Marques refere a existência de uma ponta de dardo de ferro romana, proveniente do Cabeço da Bruxinha (Marques, 1972, p. 21). Tendo em conta esta referência, desenvolvimos os procedimentos conducentes à procura e estudo deste eventual elemento de índole militar. De facto, no Museu de História Natural e da Ciência da Universidade do Porto, preserva-se a peça em questão assim como um postal manuscrito associado à entrega no Museu de duas peças provenientes do então designado Cabeço da Bruxa. Trata-se de uma curta missiva datada de Outubro de 1945, que refere a recolha por Carlos Melancia “de um (...) dardo? em ferro/colheita de Carlos Melancia no Cabeço da Bruxa Alpiarça.” O projétil, corresponde a uma ponta de arma de arremesso perfurante, mais ligeira que um *pilum*, denominada na literatura da especialidade como *veruta* (Quesada Sanz et al., 2015) (Estampa 189, n.º 2104). Encontra bons paralelos nos sete exemplares deste tipo identificados no campo de batalha de Las Albahacas – *Baecula*, (208 a.C.) (Quesada Sanz et al., 2015). O exemplar em apreço tem 20 cm de comprimento total, com um alvado circular com diâmetro interno de 1,3 cm. Este alvado, tendo em conta os paralelos supracitados, deveria ser dotado de um orifício para um passador de fixação, contudo verifica-se que esta peça se encontra fragmentada precisamente nesta área. Evidencia um perfil cónico, sendo na sua extremidade distal de secção quadrada e maciça, com cerca de 0,8 a 1 cm de lado. O ponto de transição para a zona do alvado, de secção circular, é marcado por um ligeiro ressalto conferindo-lhe assim um perfil piramidal. Seria assim uma arma para ser arremessada à mão e seria dotada de uma notável capacidade perfurante em especial contra escudos e proteções corporais como a *lorica hamata* (Quesada Sanz et al., 2015, p. 331).



Estampa 189 – N.º 2104 - *Pilum* do Cabeço da Bruxinha; N.º 2103 a 2108 – fíbulae e glandes de chumbo de Vale dos Tijolos; N.º 2109 e 2110 - projeteis de funda em chumbo do sítio da Azeitada.

5.6. CABEÇO DA BRUXA (CNS 92)

O Cabeço da Bruxa localiza-se na Quinta da Goucha, Freguesia e Concelho de Alpiarça. O sítio hoje em dia muito modificado pelos contínuos trabalhos agrícolas consiste numa elevação de areia com cota em torno dos 6 metros sobre a planície de aluvião. A sua relevância científica é pela primeira vez referida por Mendes Corrêa em 1934. A primeira campanha de escavações ocorre em 1979, por uma equipa do Instituto Arqueológico Alemão liderada por Philine Kalb e Martin Höck (Kalb e Höck, 1981-82). Mais recentemente em 2013 o sítio volta a ser alvo de trabalhos arqueológicos no quadro do projecto PIPA Fenícios no Estuário do Tejo, dirigidos por Ana Margarida Arruda (Arruda et al. 2017).

Sendo conhecido essencialmente pelas suas ocupações pré-históricas, enquanto espaço de habitat durante o Calcolítico e espaço de necrópole na Idade do Bronze Final o sítio volta a ser reocupado em fases mais recentes. Destaca-se a recente constatação de uma fase da Idade do Ferro com fortes influências orientalizantes (Arruda et al., 2017). Alguns elementos, recolhidos à superfície nos últimos trabalhos aqui realizados, sustentam igualmente uma ocupação durante o período romano republicano, cerâmica de verniz negro itálico Caleno, ânforas Ovoide 1 e 4 do vale do Guadalquivir, sem que seja claro qual o seu enquadramento. Sublinhe-se que aqui foi recolhido um invulgar numisma hispano-cartaginês (Kalb e Höck, 1980, p. 104, Taf. 21, fig. e-f). A presença romana parece continuar em épocas posteriores ainda que sem grande expressividade (Delgado, 1981-1983).

5.7. ALTO DOS CACOS (CNS - 3108)

O sítio de Alto dos Cacos, Freguesia e Concelho de Almeirim, situa-se nas imediações da Vala de Alpiarça e do Rio Tejo. Ocupa uma plataforma relativamente baixa e plana de orientação NE-SE, mas que evidencia uma posição geoestratégica dominante sobre a zona envolvente, constituída por baixas aluvionares alagadiças. Trata-se de um vasto sítio arqueológico, que foi detetado no início dos anos oitenta do século passado, na sequência de profundas e extensas destruições fruto de trabalhos agrícolas. Apesar das ações de levantamento das realidades então observadas, da recolha de numeroso espólio e dos repetidos alertas às entidades que tutelavam o património, este sítio caiu no esquecimento e apenas recentemente foi reconhecida a sua relevância e interpretado como possível acampamento militar romano do período tardo republicano (Pimenta, Henriques e Mendes, 2012).

A sua localização permite um contacto visual direto com espaços de ocupação romana e pré-romana da região: mesmo em frente, do outro lado do rio Tejo, situa-se em posição de sobrançeria o planalto e núcleo ribeirinho da antiga urbe de *Scallabis*; alguns quilómetros mais à direita, mas em perfeito contacto visual, ergue-se o povoado fortificado dos Chões de Alpompé; na mesma margem, a cerca de 2 km situa-se o antigo povoado do Cabeço da Bruxa e a 3 km o amplo planalto fortificado de Alto do Castelo.

Dos dados que foi possível compilar e sistematizar até ao momento, pode presumir-se que durante o período conturbado do final período tardo-republicano se tenha aqui edificado um acampamento militar romano de traçado regular. Esta interpretação assenta nos materiais arqueológicos, que permitem sustentar a existência de uma significativa ocupação centrada no terceiro quartel do século I a.C., no expressivo conjunto de *militaria* presente nas coleções depositadas no Museu de Almeirim e que atestam uma coesa presença de cariz bélico em Alto dos Cacos e por último nos dados da fotografia aérea, que permitem vislumbrar, em consonância com o que se vê no terreno, a existência de uma antiga estrutura subrectangular regular, rodeada de fossos e possivelmente com muralhas de talude em terra. As dimensões do sítio, com 450 por 260m, configuram uma extensa área ocupada de cerca de 11 hectares, orientada aos pontos cardiais (Pimenta, Mendes e Henriques, 2014).

Os dados aferidos a partir do estudo dos materiais recolhidos no início dos anos oitenta, bem como dos recentes trabalhos de prospeção que aí pude efetuar em 2010, levam a destacar a relevância que o sítio apresenta em época romana tardo-republicana. É a esta fase que se reporta a maior parte dos materiais recolhidos durante as destruições de 1981, elevando-se estes a várias centenas de artefactos

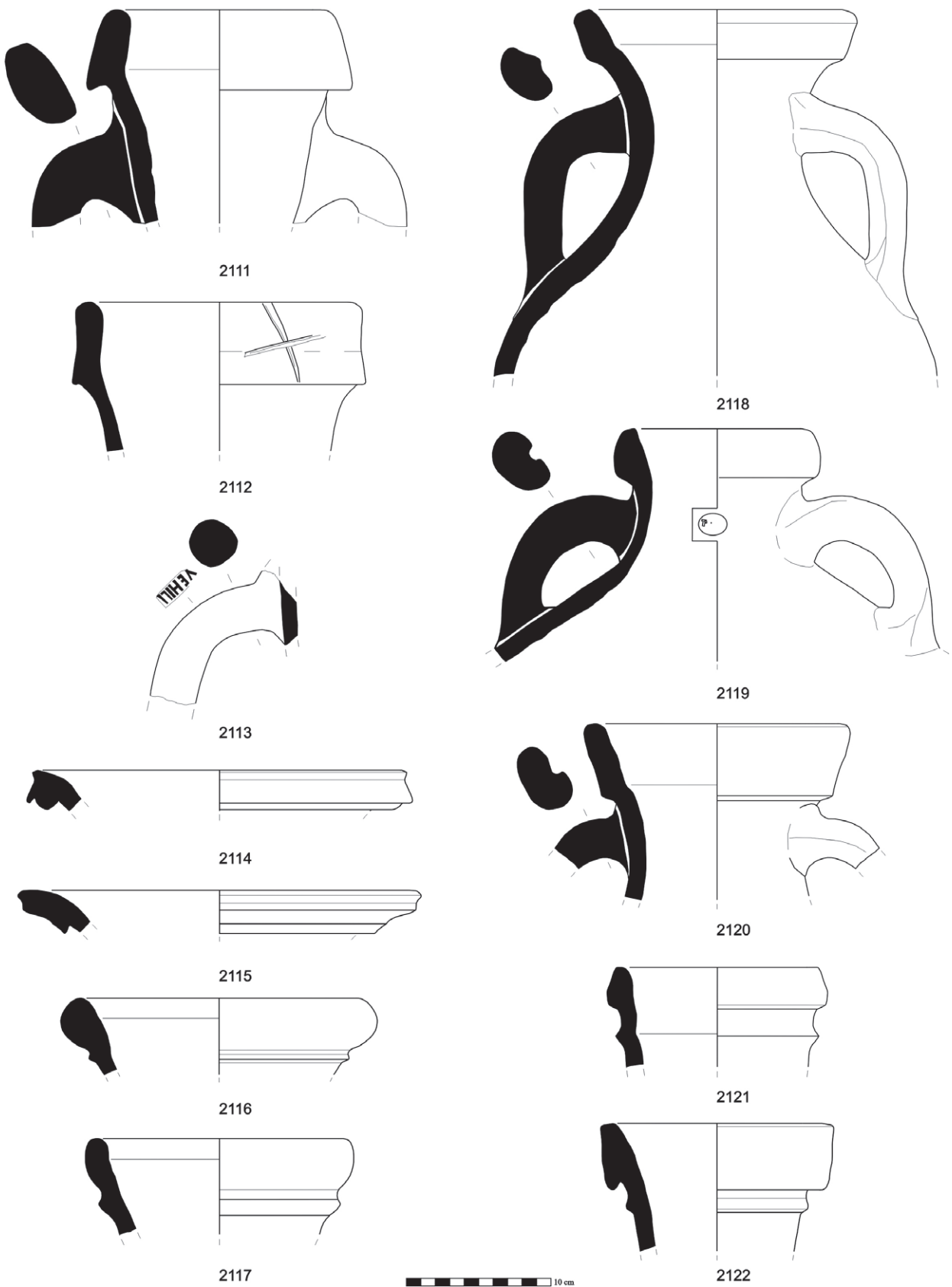


Figura 142 – Ortofoto do voo USAF de 1958 (CIGeoE), as setas indicam a área do eventual acampamento.

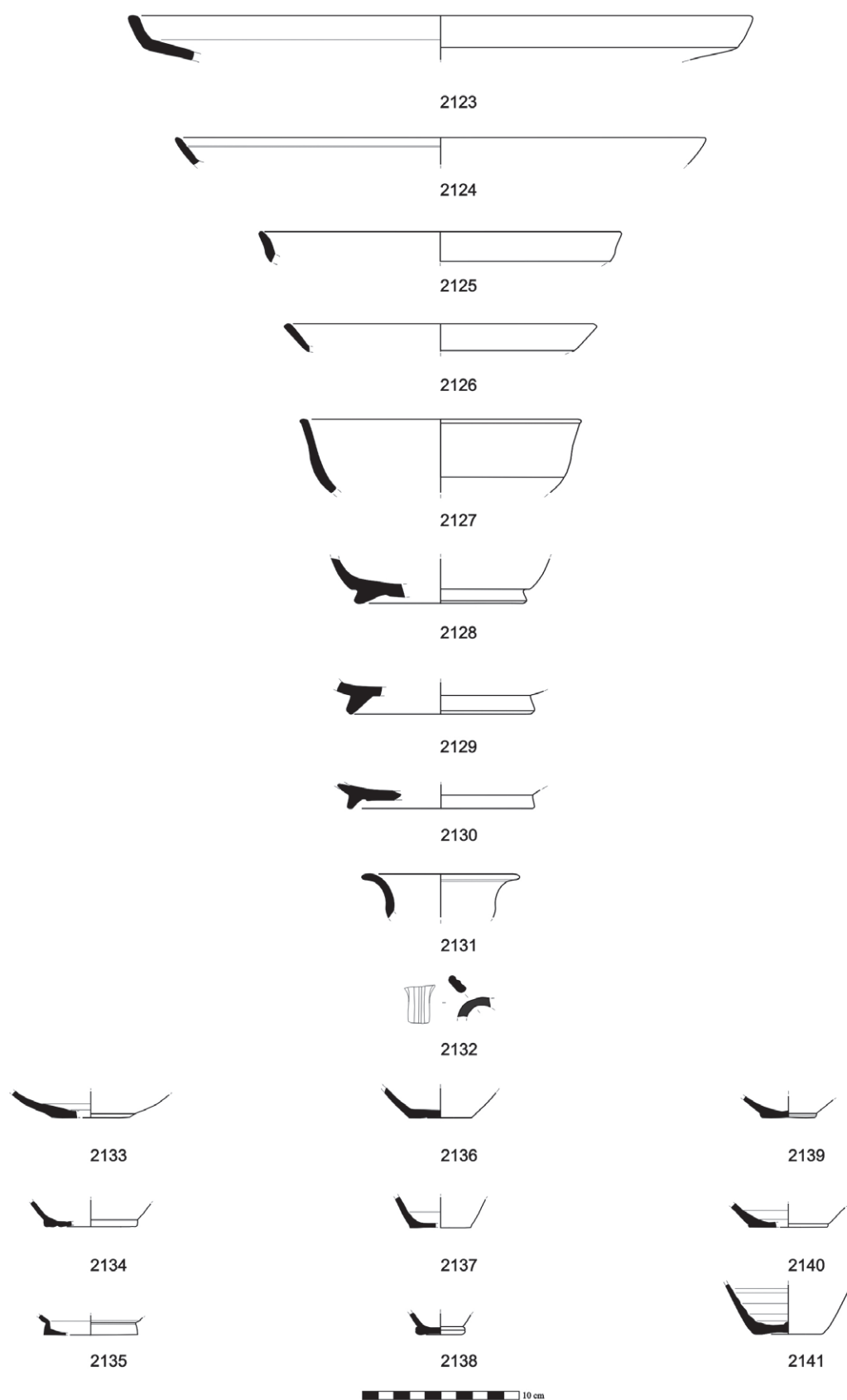
dos mais diversos tipos, ainda que sejam conhecidas ocupações pretéritas quer pré-históricas quer proto-históricas, atestando a localização estratégica deste local no controle da travessia do Tejo (Sousa et al., 2016/2017).

O conjunto de cerâmica de verniz negro Itálico encontra-se bem representado, sendo dominado por produções da colónia Latina de Cales, das formas Lamb. 1, 2, 7 e 10, assim como imitações em pasta cinzenta da forma Lamb. 2 e 28, que sustentam uma cronologia centrada no século I a.C. (Soria, 2018, p. 92). Ver Estampa 191, n.º 2123 a 2132. Destaque-se, entre as produções de imitação de VNI em pasta cinzenta, a presença de um fundo decorado com um losango central inserido num círculo, sendo este um bom indicador cronológico tendo em conta a cronologia proposta para os protótipos Calenos (Pedroni, 2001). Entre as cerâmicas finas, encontram-se igualmente bem atestadas as importações de copos e taças em paredes finas de produção itálica adstritos às formas Mayet 2 e 3 (Estampa 191, n.º 2133 a 2141).

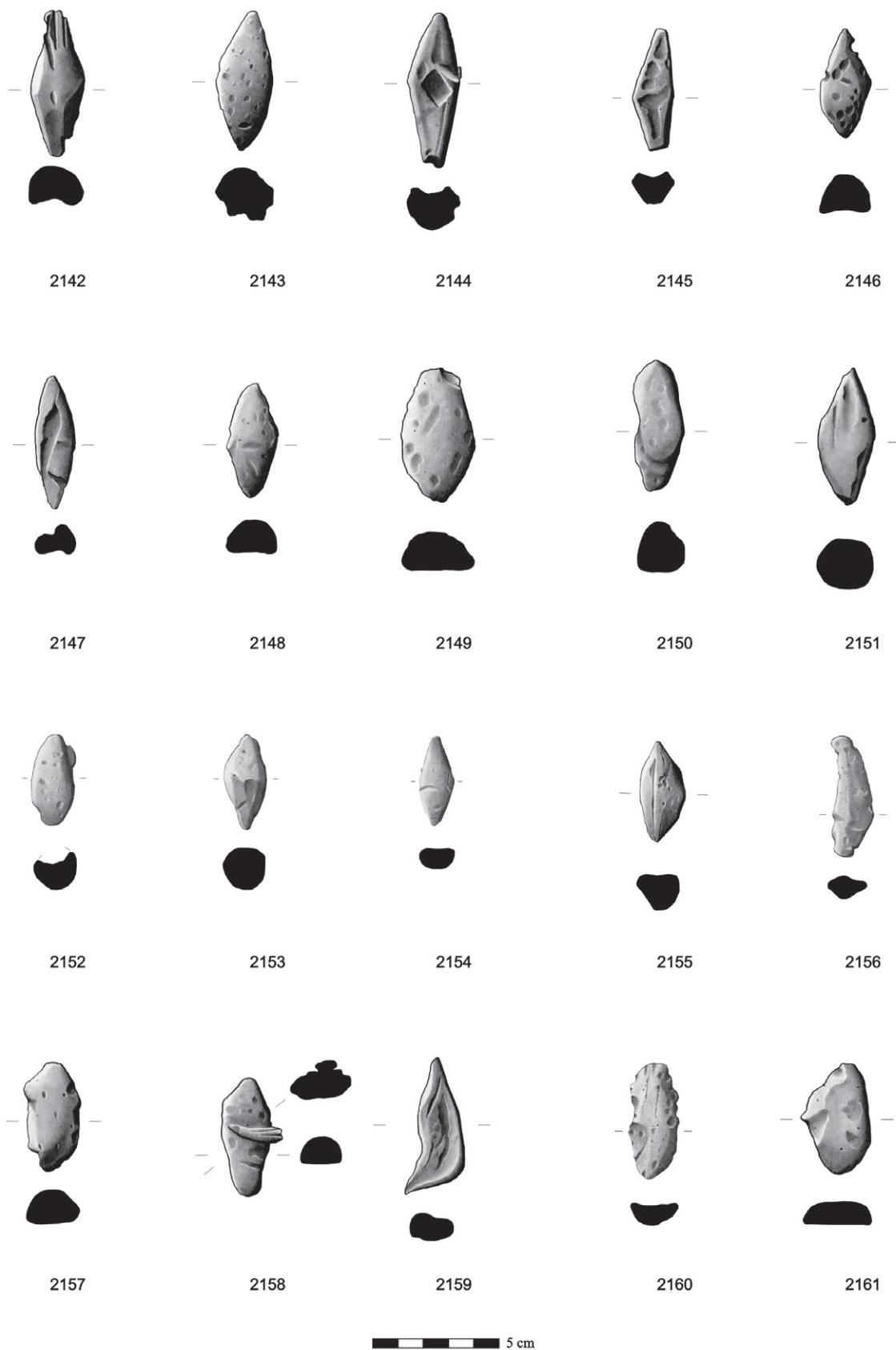
O estudo do significativo conjunto de ânforas aqui recolhido parece corresponder a um padrão de recepção/consumo de produtos alimentares já de momentos terminais da República e inícios do último quartel do século I a.C., quando os produtos do vale do Guadalquivir, conjuntamente com os da área da costa Sudoeste, em particular da baía de Cádiz e da fachada ocidental atlântica da *Ulterior* (primeiras produções dos vales do Tejo/Sado), dominam o abastecimento. Transposto em anos de calendário, poderia estar hipoteticamente compreendido entre 50/40 e 20/10 a.C., com maior peso e importância, dada a sua aparente natureza militar, nas primeiras décadas (Almeida e Pimenta, 2018) (Estampa 190).



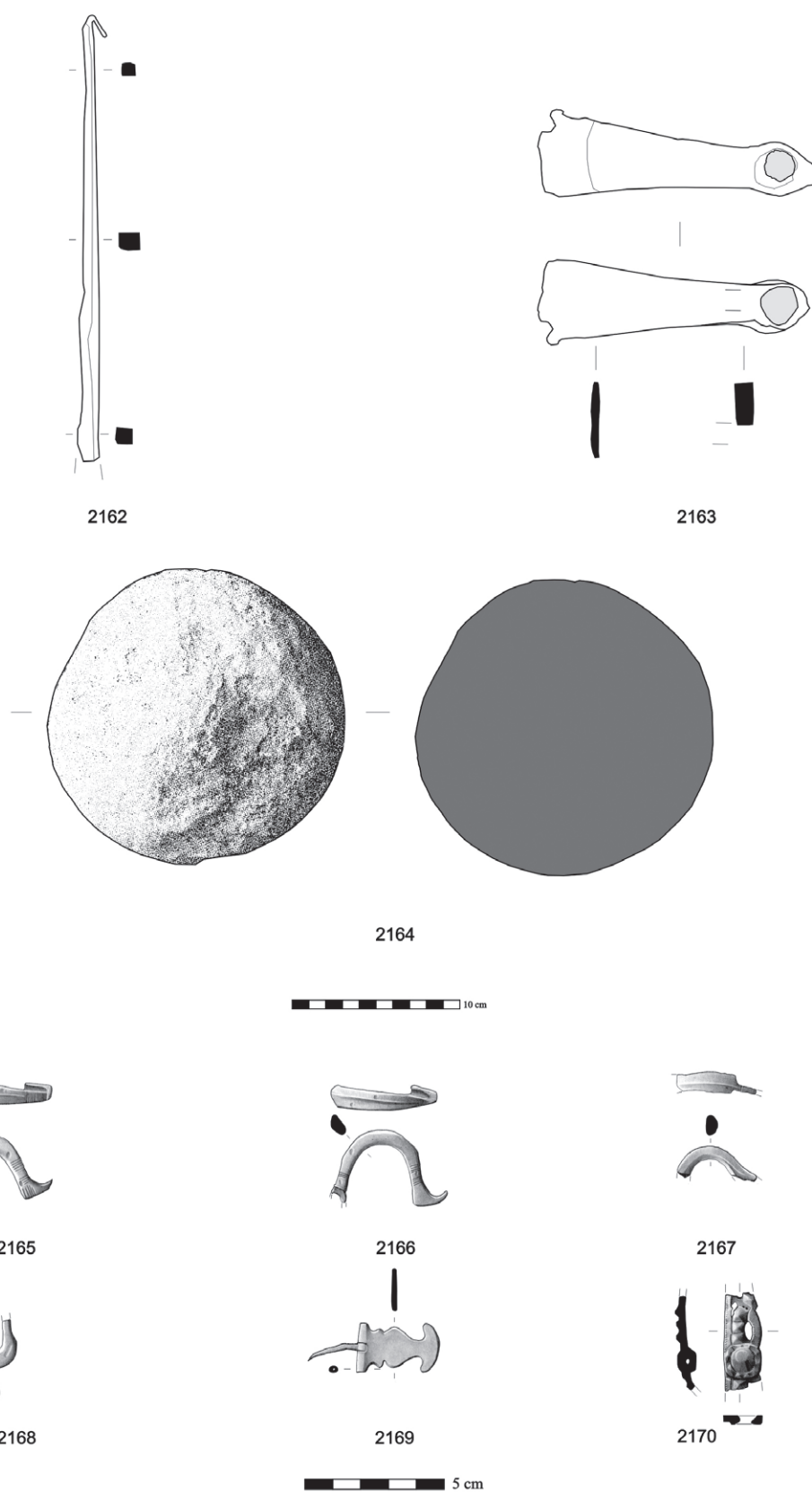
Estampa 190 – Ânforas do Alto dos Cacos (segundo Almeida e Pimenta, 2018, modificado).



Estampa 191 – Cerâmica de Verniz Negro Itálico e paredes finas de Alto dos Cacos (segundo Pimenta, Henriques e Mendes, 2012, modificado).



Estampa 192 – Conjunto de gandes *plumbeae* de Alto dos Cacos.



Estampa 193 – N.º 2162 - *pilum* em ferro; N.º 2163 - dolabra; N.º 2164 - bala de catapulta em calcário; N.º 2165 a 2167 - fibulas do tipo Schüle 4h; N.º 2168 - pendente tipo "sanguessuga" em liga de cobre; N.º 2169 - elemento de fivela; N.º 2170 - elemento de arreio de cavalo.

A presença de elementos de armamento Itálico em Alto dos Cacos é um dos elementos mais contundentes para a interpretação do sítio como local de estacionamento de tropas romanas. Entre o numeroso conjunto de artefactos metálicos recolhidos no sítio conotados com a *militaria* destaca-se a presença de um *pilum* em ferro (Estampa 193, n.º 2162), de uma *dolabra* (Estampa 193, n.º 2163), de elementos de arreio de cavalo (Estampa 193, n.º 2170) e de um conjunto expressivo de projéteis de funda, as glandes *plumbeae* (Guerra, Pimenta, Sequeira, 2014; Gomes et al., 2013). Ao conjunto já publicado de 76 projéteis, vêm juntar-se 20 novos exemplares entretanto depositados no Museu Municipal de Almeirim (Estampa 192). A presença de diversas peças inacabadas, evidenciando ainda as rebarbas da fundição, em processo de fabrico ou com evidente defeito, que as inutiliza enquanto projéteis, sustentam a produção local deste tipo de armamento. A reforçar a presença de armamento arremessado por propulsor, regista-se a presença de uma bala de catapulta em calcário de dimensão e peso considerável (Estampa 193, n.º 2164). As fíbulas encontram-se atestadas por três exemplares do tipo *Schüle 4h* (Schüle, 1969, p. 271-280) ou Ponte 32, (Ponte, 2006, p. 218-244) em liga de cobre (Estampa 193, n.º 2165 a 2167). O conjunto numismático encontra-se igualmente bem documentado, com forte presença da numária itálica atestada por três denários, sendo o único que permite classificação exata o RRC 287/1 datada de 115-114 a.C., e por um As itálico com proa de navio de classificação complexa. As cunhagens hispânicas em liga de cobre, encontram-se atestadas nomeadamente com exemplares das cidades de Castulo, Obulco e Kelse.

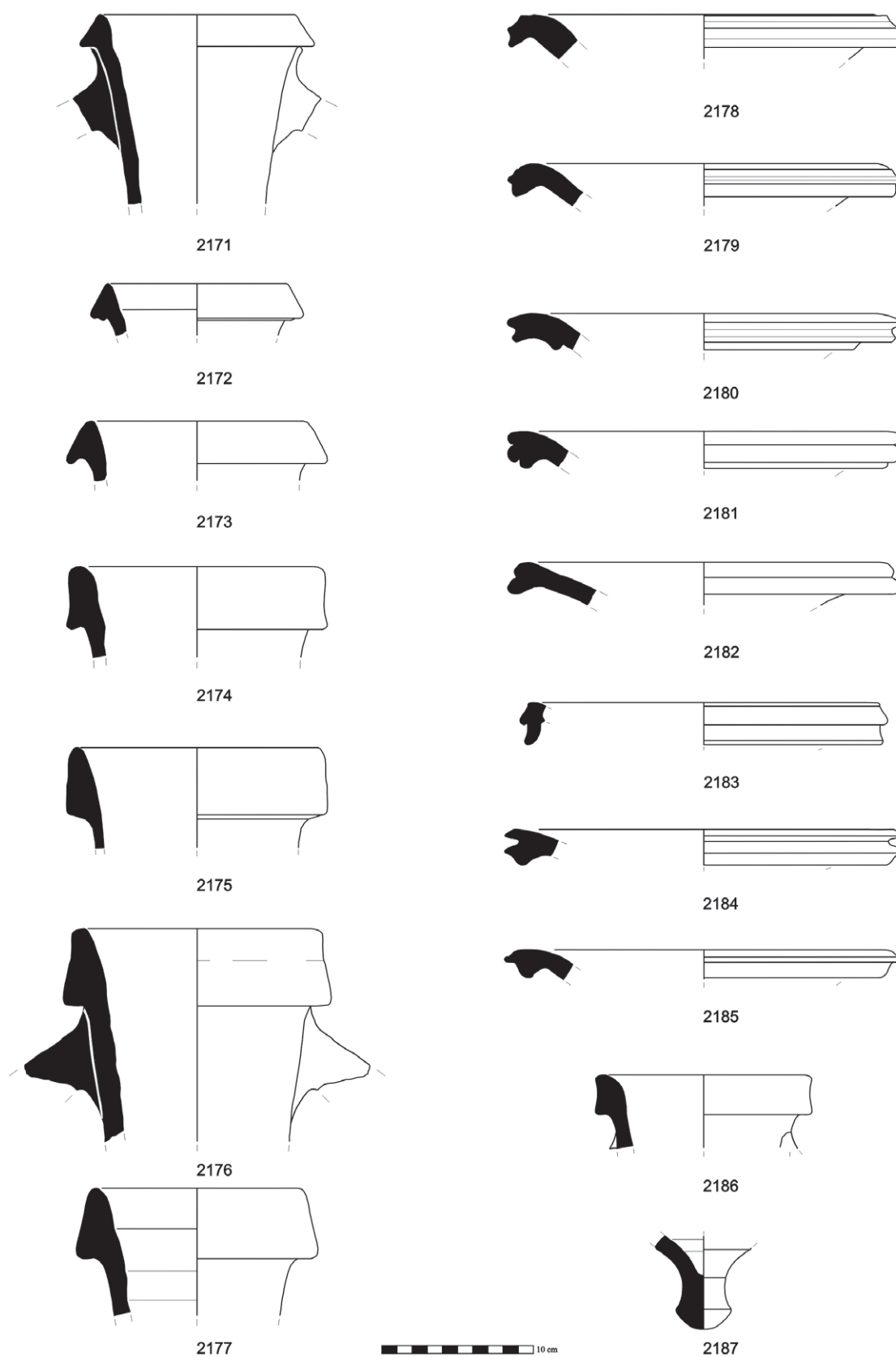
Tal como referimos *supra*, ainda que a informação disponível com que lidamos neste estudo careça de confirmação estratigráfica, julgamos defensável avançar-se com a proposta de estarmos perante uma ocupação de índole militar com início na segunda metade do século I a.C. (50-40 a.C.). Tendo em conta a cronologia, é plausível estarmos perante uma instalação militar correlacionável com o período de instabilidade reinante no Ocidente resultante da eclosão e desenvolvimento do conflito entre os partidários de César e Pompeio na *Ulterior*, durante o qual a Península Ibérica voltou a ser palco de importantes episódios da luta pelo poder. Alto dos Cacos apresenta-se assim como um significativo e relevante contexto militar, com fortes paralelismos com Monte dos Castelinhos, podendo enquadrar-se ambos na mesma dinâmica histórico estratégica.

5.8. EIRA DA ALORNA (CNS 2165)

O sítio arqueológico da Eira da Alorna, Concelho de Almeirim, situa-se num amplo terraço quaternário do Tejo sobre uma curva da Vala de Alpiarça, mesmo em frente à cidade de Santarém, gozando de uma ampla visibilidade sobre o planalto da Alcáçova medieval.

As mais antigas referências a uma eventual ocupação proto-histórica deste sítio remontam aos anos setenta, quando Schubart (1971, p. 166), no âmbito de um trabalho de revisão sobre a cerâmica da Idade do Bronze tardio, refere a existência de materiais com esta proveniência depositados no Museu Nacional de Arqueologia. Posteriormente, Gustavo Marques e Gil Migueis de Andrade mencionam a Eira da Alorna, atribuindo-lhe o n.º 51 da lista de sítios inseridos no seu questionável conceito de “cultura de Alpiarça” (Marques e Andrade, 1974). Nos anos oitenta do século passado, no contexto do levantamento da Carta Arqueológica do concelho de Almeirim, o sítio é referenciado e inventariado, tendo sido reconhecida, pela primeira vez, uma ocupação romana (Henriques, 1987). Posteriormente, José Quinteira realiza trabalhos de prospeção no local, no âmbito da sua dissertação de mestrado sobre o povoamento romano na área da cidade de *Scallabis*, inventariando a jazida como *villa* Romana (Quinteira, 1996, p. 113 e 114).

Desde os anos oitenta do século XX que a Associação de Defesa do Património Histórico e Cultural do Concelho de Almeirim tem desenvolvido um papel relevante na recolha e inventariação dos mais remotos vestígios de ocupação do seu território, entre os quais se contam os da Eira da Alorna. A frutífera colaboração com esta instituição tem conduzido ao estudo e à divulgação das ricas coleções depositadas quer no Museu da Associação de Defesa do Património Histórico e Cultural, quer no Museu Municipal de Almeirim (Pimenta et al., 2014). Apesar de, como vimos, a riqueza arqueológica e a longa diacronia de ocupação de Eira da Alorna ter sido reconhecida e assinalada desde cedo, nunca houve no



Estampa 194 – Ânforas Eira da Alorna. N.º 2171 a 2177 - contentores vinários itálicos do tipo greco-italico e Dressel 1; N.º 2178 a 2185 - envases de preparados piscícolas da área da baía gaditana do Tipo 7.4.3.2. -7.4.3.3. (Mañá C2B); N.º 2186 e 2187 - ânforas oleícolas provenientes do norte de África da forma Africana Antiga.

local qualquer intervenção arqueológica devidamente organizada que visasse o seu estudo integrado, que, assim, tarda em ser efetuado. Paralelamente, mantém-se a intensa exploração agrícola do local, com as consequentes destruições de um rico e diversificado património arqueológico. No âmbito do Projecto FETE - Fenícios no Estuário do Tejo, efetuou-se um estudo detalhado dos espólios. Este trabalho veio trazer à colação a relevância desta estação e a sua forte relação durante a Idade do Bronze Final e Idade do Ferro com a Alcáçova de Santarém (Pimenta et al., 2018).

O povoado de Eira da Alorna evidencia grande dinamismo e poder aquisitivo ao longo da Idade do Ferro alcançando os primeiros momentos de contacto com o mundo romano. Tendo em conta os dados disponíveis, tudo indica que o sítio é abandonado nesta fase, mais precisamente no decorrer do conflito Sertoriano. A atestar essa descontinuidade, regista-se um pequeno entesouramento desta fase que se encontra depositado no Museu Municipal de Almeirim (Pimenta et al., 2014). O conjunto é composto por seis denários itálicos, o mais antigo corresponde a um denário de C.FONT - 114-113 a.C. (RRC, 290/1). O restante conjunto é mais tardio, de inícios do séc. I a.C., sendo da primeira década o denário de Q. TITL., de 90 a.C. (RRC, 341/1) e o de L.PISO L.F.L.N. FRVGI, datável de 90 a.C. (RRC, 340/1). Imediatamente posterior a estes é o denário de L.TITVRI LF. SABINVS datado de 89 a.C. (RRC, 344/2B) seguido do de L.CENSOR datável de 82 a.C. (RRC, 363/1d). O mais recente é o denário de L. LUCRETI TRIO datado de 76 a.C. (RRC, 390/1).

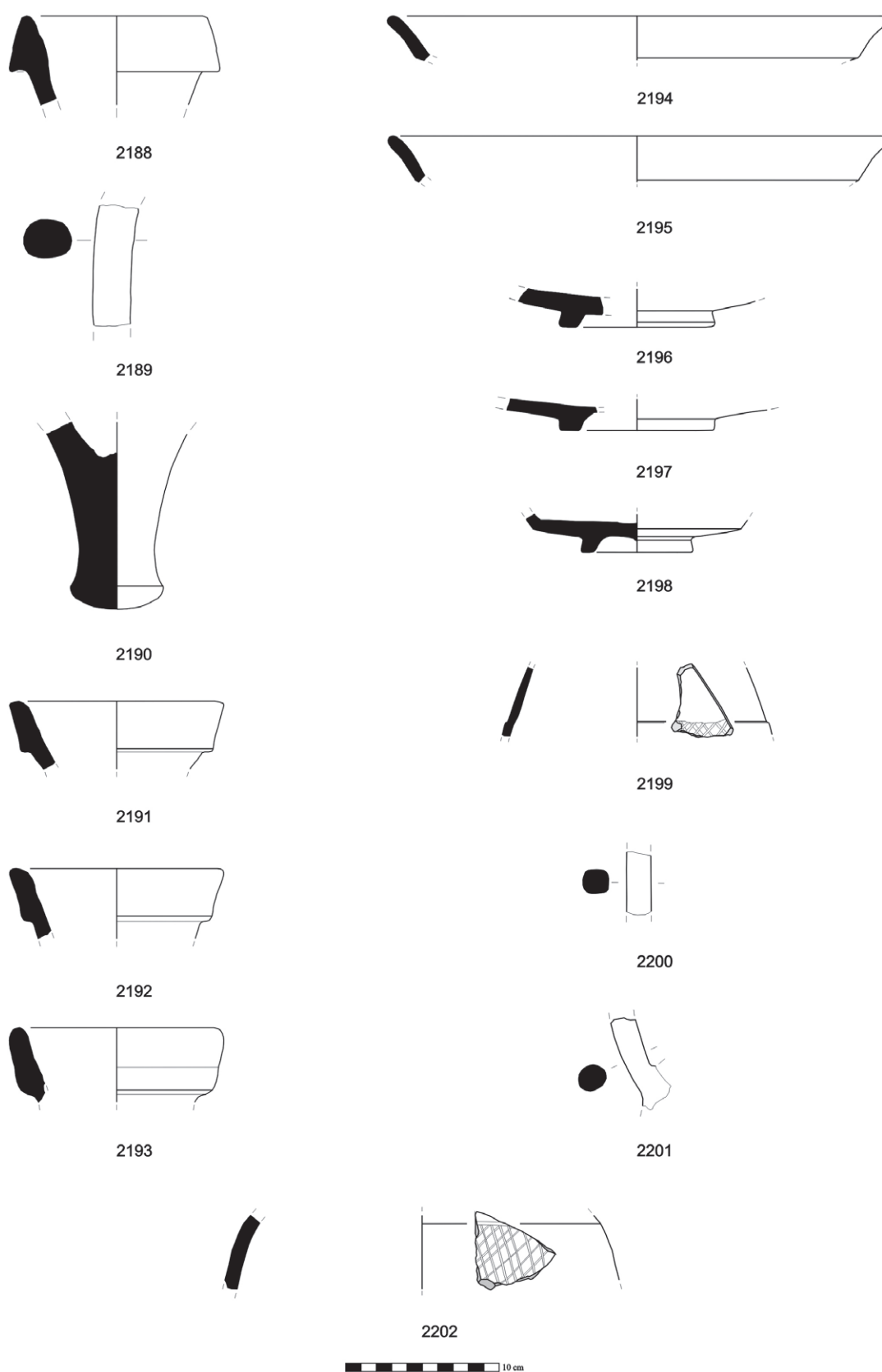
A par destas evidências foi possível estudar um expressivo acervo de materiais cerâmicos, composto por ânforas, verniz negro Itálico, paredes finas e cerâmicas comuns. As ânforas são dominadas por importações de contentores vinários itálicos do tipo greco-itálico e Dressel 1 (Estampa 194, n.º 2171 a 2177), surgindo estas a par dos envases de preparados piscícolas da área da baía gaditana do Tipo 7.4.3.2. - 7.4.3.3. (Mañá C2B) (Estampa 194, n.º 2178 a 2185). A aduzir a esta quadro de importações, atesta-se ainda a presença de exemplares de ânforas oleícolas provenientes do Norte de África da forma Africana antiga (Estampa 194, n.º 2186 e 2187). O conjunto de verniz negro itálico é dominado por fragmentos de cerâmica campaniense A, tendo sido possível classificar um fragmento de bordo de uma taça da forma Lamb. 31. As cerâmicas de paredes finas estão atestadas com produções itálicas das formas 2 e 3 de Mayet. O conjunto de cerâmica comum é assaz significativo, essencialmente constituído por grandes recipientes do tipo talha e alguidares.

5.9. VALE DE TIJOLOS (CNS 3110)

O sítio arqueológico de Vale de Tijolos, concelho de Almeirim, é conhecido na literatura arqueológica pelos vastos vestígios de superfície datados de época romana, que devem corresponder a uma *Villa* e suas necrópoles (Henriques, 1987; Quinteira, 1996, 1997, Silva, 2012). A ampla área de dispersão dos materiais arqueológicos espalha-se pelo topo e encostas de uma colina aplanada, que se debruça sobre o vale de Tijolos a nascente e sobre o pego da Rainha, a Norte, alcançando uma área de cerca de 7 hectares de extensão.

As mais antigas referências ao sítio e à ou às suas putativas ocupações pretéritas remontam aos anos vinte do século passado. Em 23 de Fevereiro de 1923, é publicado no *Correio da Estremadura* um artigo intitulado “Alguns subsídios para uma monografia de Almeirim”, surgindo aí uma interessante referência à descoberta na Quinta de Vale de Tijolos do “(...) achado de um púcaro de barro com cerca de 80 moedas de prata, romanas, dos Imperadores Tito, Vespasiano, Nerva, Trajano e Adriano.” (Vasconcelos, 1923).

Em 1949, voltam a existir dados relativos a achados de materiais romanos no sítio, decorrentes da realização de trabalhos agrícolas. De acordo com os dados transmitidos por Eurico Henriques no Levantamento Arqueológico do Concelho de Almeirim, sabemos que terão sido então recolhidas uma ânfora completa e uma moeda do Imperador Calígula (Henriques, 1987). O mesmo autor refere ainda que “aparecem em determinados locais vestígios de fundações”, assim como relata a destruição de um túmulo romano na sequência do alargamento da área de estacionamento existente a entrada da Quinta junto à Estrada Nacional N.º 118.



Estampa 195 – Vale de Tijolos. N.º 2188 a 2190 - ânforas itálicas do tipo Dressel 1; N.º 2191 a 2193 - ânforas do Guadalquivir do tipo Ovoide 4; N.º 2194 a 2198 - imitações de verniz negro itálico em cerâmica cinzenta; N.º 2199 e 2201 - jarros em cerâmica cinzenta com decoração brunida; N.º 2202 - pote com decoração brunida.

É precisamente graças aos trabalhos promovidos na década de oitenta do século passado, que se recolheu uma significativa coleção de materiais arqueológicos, essencialmente cerâmicos, que se encontram depositados na sede da Associação de Defesa do Património Histórico e Cultural do Concelho de Almeirim. A acrescentar a esta informação, no Museu Nacional de Arqueologia preserva-se sob o Código MNAE 0535 uma ampla coleção de materiais arqueológicos provenientes desta estação. Poucos sabemos sobre essas recolhas, sobre quem as efetuou e em que contexto. Preserva-se, porém, entre os materiais uma etiqueta manuscrita datada de 11 do 8 de 64 e com a indicação de “Vale de Tijolo”.

Em meados dos anos noventa, António Quinteira volta a chamar a atenção sobre esta estação realizando aí trabalhos de prospeção arqueológica no âmbito da sua dissertação de mestrado apresentada à Universidade do Minho (Quinteira, 1996). Nesse estudo, individualiza sob a denominação de Quinta de Vale de Tijolos uma estação arqueológica que define como *Villa* e publica alguns materiais aí recolhidos nomeadamente uma pequena, mas significativa coleção de materiais metálicos (Quinteira, 1997).

No decorrer do Projeto de Investigação MOCRATE, Monte dos Castelinhos e a romanização do baixo Tejo, voltámo-nos a debruçar sobre esta estação e os materiais aí recolhidos dispersos por diversos Museus. Nesse sentido temos vindo a estudar estas coleções, nomeadamente o conjunto anfórico do qual já se publicaram as marcas (Fabião et al., 2016), o conjunto de *Terra Sigillata* (Silva, 2012; Silva, Pimenta e Mendes, 2017). No decorrer desses estudos, deparámo-nos com uma inesperada e até ao momento desconhecida ocupação anterior, datada de época proto-histórica, em concreto da Idade do Bronze Final (Soares et al., 2015) e Idade do Ferro (Pimenta et al., 2020), que tivemos oportunidade de atestar com novos trabalhos de prospeção arqueológica no sítio.

Tendo em conta os dados disponíveis, não é claro se o sítio se mantém ocupado até momentos finais da Idade do Ferro, alcançando o período romano republicano, ou se é abandonado ainda durante a segunda metade do primeiro milénio a.C. Os dados dos materiais aqui recolhidos permitem, porém, sustentar que Vale de Tijolos evidencia um novo dinamismo em meados do século I a.C. O estudo da presença e dispersão das cerâmicas finas, das ânforas e do conjunto de metais aqui recolhidos permitem consolidar a hipótese que o sítio terá surgido ainda em meados do século I a.C., concentrando-se a sua presença no topo da colina que domina o vale homónimo. Qual a tipologia deste sítio? Não é de todo claro, ainda que a possibilidade de estarmos perante as primeiras instalações rurais do *ager Scallabitanus* seja forte.

Estão presentes as ânforas vinárias itálicas do tipo Dressel 1, ânforas do Guadalquivir do tipo Ovoide 4 e 6, cerâmica de verniz negro itálico do tipo Campaniense B, imitações em cerâmica cinzenta de formas de campaniense, paredes finas e cerâmica comum, destacando-se os característicos e já mencionados jarros de cerâmica cinzenta fina com decoração brunida (Estampa 195). Entre o espólio metálico estão atestadas três gândes *Plumbeae* (Estampa 189, n.º 2106 e 2108), uma fíbula em liga de cobre do tipo *Schüle 4h* (Schüle, 1969, p. 271-280) ou Ponte 32 (Ponte, 2006, p. 218-244) (Estampa 189, n.º 2103) e uma fíbula anular em ferro (Estampa 189, n.º 2105). Os numismas conhecidos do sítio reportam-se essencialmente a exemplares já mais recentes, contudo dois exemplares são coincidentes com esta ocupação mais recuada: é o caso de um Quadrante da cidade de *Malaka* (Post 63 a.C. 2,93 g. 15 mm 12h. CNH 102/20. A/MLK') e de um Quinário de *Augustus* com cunhagem em Mérida (RIC I, 1a), com datação entre 25 a 23 a.C.

5.10. AZEITADA (CNS 3106)

O sítio da Azeitada, Freguesia de Benfica do Ribatejo, Concelho de Almeirim, corresponde a um vasto sítio arqueológico de época romana. Desenvolve-se sobre uma extensa área, numa plataforma aplanada sobre a Vala de Alpiarça e a ribeira do Vale de Fonte da Moça. As mais antigas referências à acuidade arqueológica deste sítio, reportam-se a 1946, quando se recolheu uma tigela de *Sigillata* sudgálica do tipo Drag. 24/25 (Henriques, 1987, Silva, 2012, p. 632). No ano de 1981, na sequência de intensos trabalhos agrícolas foram revelados ossos humanos e fragmentos cerâmicos que conduziram a uma intervenção arqueológica de emergência. Foi então identificada a presença de duas sepulturas romanas de incineração e uma outra de inumação, atestando a presença de uma necrópole (Quinteira, 1996). Infelizmente estes trabalhos não tiveram qualquer continuidade, resumindo-se os dados hoje

disponíveis a recolhas de superfície que apesar de extensas e prolíferas apenas se encontram parcialmente publicadas (Quinteira, 1996, 1998). Apesar dessas limitações, a presença de inúmeros materiais de construção, assim como a cartografia da dispersão dos vestígios permitiram classificar o sítio como *Villa* romana e respetiva área de necrópole (Quinteira, 1998). O estudo do significativo conjunto de *terra sigillata* recentemente produzido dá-nos bem a noção da capacidade aquisitiva do sítio e da sua longa diacronia de ocupação que se estende deste os finais do século I a.C. até ao século V d.C. (Silva, 2012).

No decorrer deste trabalho pudemos rever as coleções provenientes do sítio da Azeitada depositados no Museu de Almeirim e do Museu da Associação de Defesa de Património Histórico e Cultural de Almeirim. Aí constatou-se que a par de uma consistente ocupação de época alto Imperial, do qual se destaca o conjunto de ânforas romanas que urge estudar e divulgar de forma mais consistente, existiam inúmeros vestígios de outras vivências mais recuadas. Uma dessas evidências, já publicada, é a presença de alguns materiais que apontam para uma ocupação da Idade do Ferro (Pimenta et al., 2020). A par desta detetou-se uma forte presença do período romano republicano atestada por cerâmica campaniense B, ânforas vinárias Itálicas do tipo Dressel 1, ânforas do vale do Guadalquivir do tipo Ovoide 4 e 6 e ânforas da área da costa Sudoeste da *Ulterior* do Tipo ovoídes gaditanas. Entres os conjuntos metálicos destaca-se a recolha de um conjunto de glandes *plumbeae*, do qual apenas foi possível recuperar e registar dois projéteis de um conjunto mais vasto de acordo com os seus descobridores (Estampa 189, n.º 2109 e 2110). De acordo com a mesma fonte, estes elementos de armamento terão sido recolhidos a par de numária itálica, nomeadamente denários da república. Ao visitarmos o local, constata-se que a localização destes vestígios mais recuados não coincide com a dispersão conhecida da *Villa* da Azeitada. As evidências, quer da Idade do Ferro, quer do período romano republicano, registam-se do lado contrário da estrada Nacional n.º 218, numa colina aplanada sobre a Ribeira do Vale da Fonte da Moça com o topónimo Alveque Grande.

5.11. PORTO DO SABUGUEIRO (CNS 2693)

A importância científica do Porto do Sabugueiro, Freguesia de Muge, Concelho de Salvaterra de Magos é assaz significativa. Contudo, o conhecimento sobre este notável sítio arqueológico é ainda escasso, apesar de ter sido alvo de distintos trabalhos arqueológicos, de prospeção e de escavação, desde a sua descoberta por Mendes Corrêa, nos anos 30 do século passado (Pimenta et al., 2014).

O sítio implanta-se na margem esquerda do Tejo, na confluência deste com a Vala de Alpiarça, encontrando-se materiais arqueológicos à superfície do terreno numa vasta área com cerca de 1500 por 400 metros, o que perfaz um total de 60 hectares. Trata-se de um sítio ribeirinho, plano de baixa altitude e com poucas discontinuidades altimétricas, entre os 5,5 e os 8 metros, cuja lógica incide precisamente nas suas peculiares apetências de cariz portuário fluvial.

Em artigo recente (Pimenta e Mendes, 2008), tive oportunidade de descrever, com detalhe, os trabalhos de prospeção e escavação de que o sítio foi alvo, desde a primeira referência publicada por Mário de Saa, nos anos 50 do século passado (Saa, 1956). Ainda assim, merecem aqui destaque as descobertas da década de sessenta (Oleiro, 1960-61; Alarcão, 1987), que evidenciaram a existência da ocupação romana da área, interpretada como de tipo *villa*, tendo por base a presença de um mosaico e dos materiais que lhe estavam associados, o que confirmava as referências de Mário de Saa e fornecia outra leitura aos espólios que integram as coleções da Casa do Cadaval. Em meados da década de 80, Guilherme Cardoso e Severino Rodrigues tiveram a oportunidade de identificar uma área de produção de ânforas no local (Cardoso, 1990). A morfologia dos contentores permitiu avançar com uma cronologia de produção em torno ao século I e II d.C.

Já na primeira década deste século, tive oportunidade em colaboração com Henrique Mendes de me debruçar sobre este extenso povoado portuário, tendo as prospeções que aqui realizámos permitido a descoberta de uma extensa ocupação da Idade do Ferro (Pimenta e Mendes, 2008). Esta identificação veio confirmar os dados que a presença de um escaravelho e de um escarabóide já deixavam antever (Pereira, 1975). Estes dois artefactos, recolhidos na década de 30 do século XX por Hipólito Cabaço e

depositados no Museu de Alenquer, apresentam cartela com *praenomen* do faraó Tutmosis III (XVIII dinastia) e devem datar entre os meados do século VII e o VI a.C. (Almagro Gorbea e Torres Ortiz, 2009b). Nos anos seguintes, essa ocupação foi alvo de escavações, tendo confirmado a ocupação pré-romana e encontrado uma muito expressiva quantidade de espólios romano republicanos (Pimenta e Mendes, 2013c). Posteriormente no verão de 2013, procedeu-se, no âmbito do Projecto (FETE – Fenícios no Estuário do Tejo - PTDC/EPH-ARQ/4901/2012), a uma nova e extensa escavação arqueológica no Porto de Sabugueiro, tendo sido intervencionada uma área de 51 m², dispersa por várias sondagens em distintos locais.

A existência de uma ocupação tardo-republicana na área de Muge foi pela primeira vez sugerida por Jorge de Alarcão, numa breve referência na sua obra de síntese Portugal Romano: “No local das *Villae* do Porto do Sabugueiro (Muge) (...) recolheu-se cerâmica campaniense que atesta uma ocupação anterior ao século I a.C.” (Alarcão, 1987, p.115). Os recentes trabalhos de prospeção e escavação permitiram corroborar esta proposta, tendo sido detetada uma inesperada ocupação centrada nos séculos II e I a.C. A análise dos dados de superfície, e em particular da dispersão dos elementos cerâmicos, leva a considerar que as ocupações da Idade do Ferro e romano republicana apenas se sobrepuseram parcialmente. Com efeito, a última estende-se preferencialmente para Norte, para área que se integra já no território do Concelho de Almeirim, enquanto a primeira se desenvolveu mais nas proximidades da atual povoação.

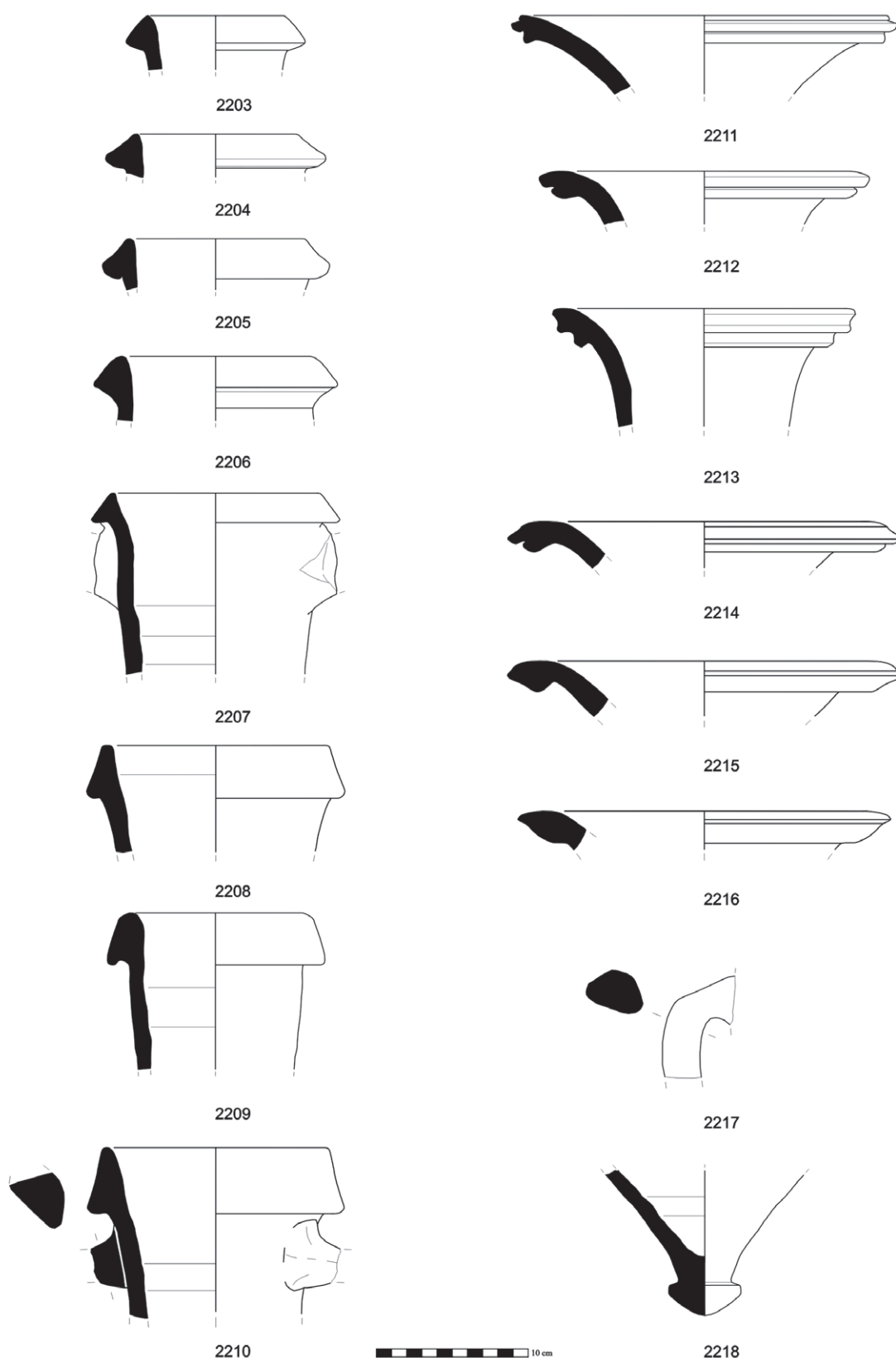
Ao contrário do que aconteceu na campanha de 2013, a escavação concretizada em 2010 permitiu identificar contextos preservados. Correspondendo a uma fossa detritica de perfil e secção ovalada, cujos materiais recolhidos no seu interior permitiram datar do século II a.C. (Pimenta e Mendes, 2013c). A análise dos dados permite afirmar a precocidade da presença itálica no local, centrada no terceiro e último quartel do século II a.C., confirmando os dados de outros sítios do vale do Tejo. Ainda que, maioritariamente, se trate de recolhas de superfície, as evidências são coerentes e homogêneas, encontrando paralelos nas associações atestadas para o porto de Lisboa (Pimenta, 2005) e nas recolhas de superfície levadas a efeito nos Chões de Alpompe (Fabião, 1989, Diogo, 1993, Diogo e Trindade, 1993).

O conjunto de verniz negro itálico proveniente dos trabalhos arqueológicos de 2008 e 2010, foi recentemente analisado, compõe-se de 24 fragmentos, 12 de produção napolitana, 11 de produção calena e um fragmento de B etrusca (Soria, 2018, p. 94). O reportório formal Napolitano é constituído pelas formas Lamb. 27ab, 27B, uma provável Lamb. 31, e um prato Lamb. 6; o reportório caleno pelas formas Lamb. 1, 5 e 5/7 inserindo-se o único fragmento de produção etrusca na forma Lamb. 1 (Soria, 2018, p. 94) (Estampa 197, n.º 2219 a 2225). Os serviços de mesa incluem ainda cerâmica de paredes finas, nomeadamente copos e taças destinadas a beber, também com origem na costa tirrénica da Península Itálica.

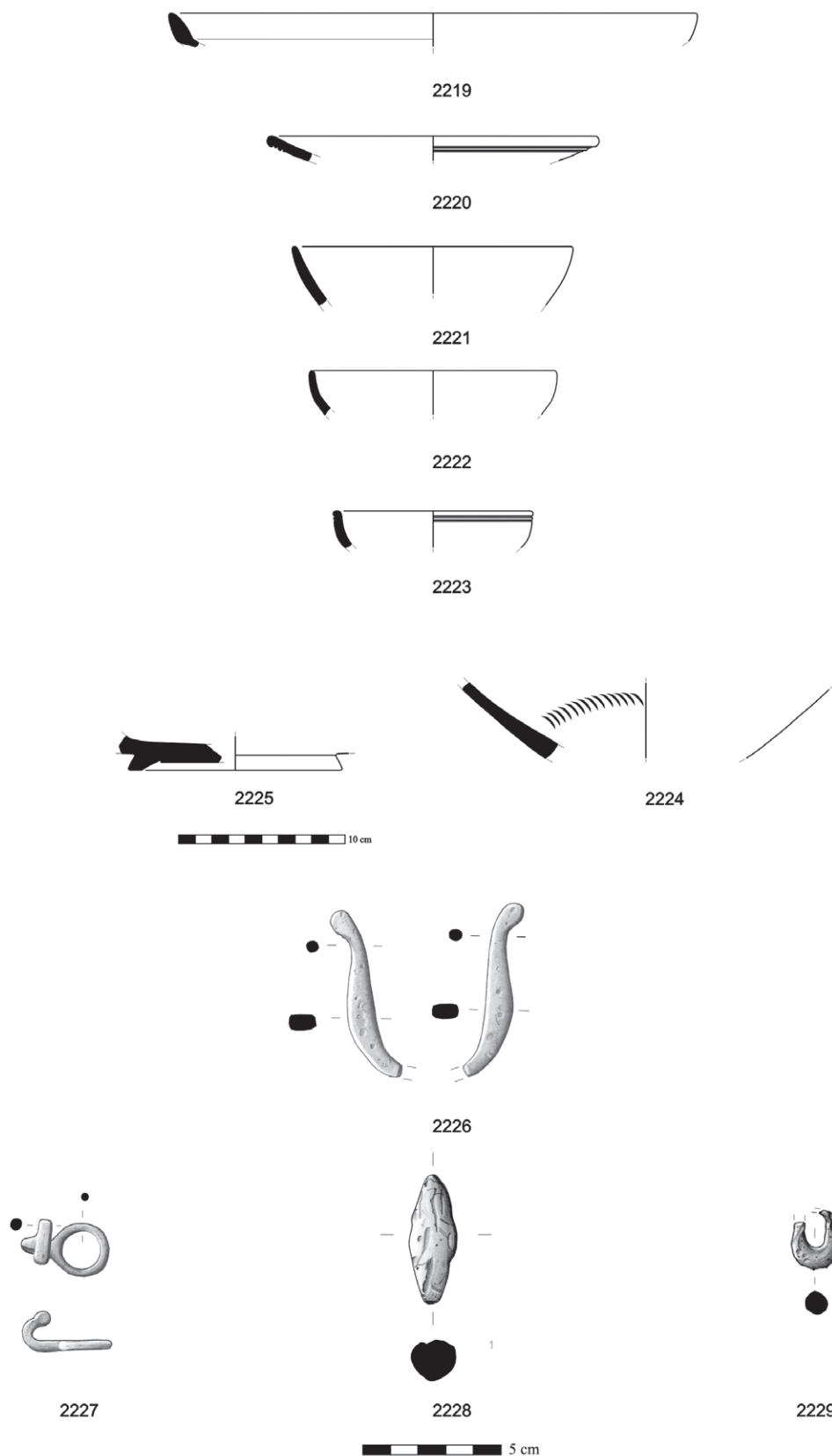
As ânforas são dominadas por importações de contentores vinários itálicos do tipo greco-itálico e Dressel 1 (Estampa 196, n.º 2203 a 2210), ânforas oleícolas adriáticas do tipo Brindisi (Estampa 196, n.º 2218), surgindo estas a par dos envases de preparados piscícolas da área da baía gaditana do Tipo 7.4.3.2. - 7.4.3.3. (Mañá C2B) (Estampa 196, n.º 2211 a 2216). A aduzir a este quadro de importações, atesta-se ainda a presença de exemplares de ânforas oleícolas provenientes do Norte de África da forma Africana antiga (Estampa 196, n.º 2217). Completa este panorama do transporte de produtos alimentares em ânforas, um numeroso conjunto de produção regional, do vale do Tejo/Sado, e que se inserem nas formas 6 e 7 destas produções taganas (Sousa et al. 2016/2017, fig. 11 e 12).

Outras cerâmicas de produção local e/ou regional completam o quadro formal identificado, concretamente vasos de armazenamento (grandes potes) e outros usados à mesa (jarros e tigelas), mas também na cozinha, para preparar alimentos. As cerâmicas cinzentas finas, nomeadamente os jarros com decoração brunida, foram já alvo de publicação específica (Rodrigues et al., 2019, fig. 10).

Os espólios metálicos estão representados por alguns elementos associados à presença militar romana, como é o caso da glante de chumbo recuperada, que aqui apresentamos e que faria parte de um conjunto mais numeroso que se extraviou (Estampa 197, n.º 2228). Outro elemento presente em Porto do Sabugueiro e que cabe dentro do equipamento militar é um pequeno botão em L de extremo em anel, fabricado em liga de cobre (Estampa 197, n.º 2227). Como referimos supra ao apresentar os elementos metálicos de Monte dos Castelinhos, a sua presença em diversos sítios com vocação militar, e alguma iconografia, colocou a proposta de um uso como sistema de união da bainha do *Gladius* e o cinturão militar (Ble Gimeno, 2015, p. 262-266). Outros elementos que se podem prender com uma presença militar são dois elementos em liga de cobre, infelizmente encontrados fragmentados, que interpretamos



Estampa 196 – Porto do Sabugueiro. N.º 2203 a 2210 - contentores vinários itálicos do tipo greco-itálico e Dressel 1; N.º 2211 a 2216 - envases de preparados piscícolas da área da baía gaditana do Tipo 7.4.3.2. -7.4.3.3. (Mañá C2B); N.º 2217 - asa de ânfora oleícolas norte africana da forma Africana antiga; N.º 2218 - fundo de ânfora adriática.



Estampa 197 – Porto do Sabugueiro. N.º 2219 a 2225 - verniz negro itálico; N.º 226 - peça em liga de cobre, possivelmente elementos de um fecho de armadura; N.º 227 - botão em L de extremo em anel; N.º 228 - glande de chumbo; N.º 2229 - pendente tipo “sanguessuga” em liga de cobre.

como elementos de um fecho de armadura (Estampa 197, n.º 2226). Este tipo de acessórios articulados unidos no centro do peito, teriam como intuito servir para prender as armaduras nos ombros (Bishop e Coulston, 1993, p. 85-87, fig. 48 e 49). Não é claro a que tipo de armadura poderia este fecho corresponder. Normalmente este tipo de peças, ainda que de morfologia mais evoluída, encontram-se associados a *lorica segmentata*, sendo estas de cronologia mais recente, essencialmente do principado. Poderíamos estar antes perante um exemplar associado a uma *lorica hamata* ou mesmo uma forma híbrida de *lorica plumata*? Por último entre os metais regista-se a presença de um conjunto de fíbulae que não foi possível registar graficamente, mas que se inserem dentro do tipo *Schüle 4h* (Schüle, 1969, p. 271-280) ou Ponte 32 (Ponte, 2006, p. 218-244), em liga de cobre. Entre os materiais de adorno regista-se ainda um pendente tipo “sanguessuga” em liga de cobre (Estampa 197, n.º 2229). A cronologia de produção e utilização destes elementos de adorno parece datar-se da Idade do Ferro, porém no território português, estas peças foram já recolhidas em contextos bem datados do período romano republicano, como é o caso do povoado do Pedrão, Setúbal (Soares e Silva, 1973, p. 31 e p. 36-37) e Chões de Alompé (Fabião, Pereira e Pimenta, 2014).

Ainda no que diz respeito aos acervos metálicos de Porto do Sabugueiro, sabe-se que os “deteccionistas” que, infelizmente, actuam na área de forma continuada têm vindo a recolher um abundante espólio numismático, de chumbo, bronze e prata, havendo referências orais a numerosas moedas de época republicana, algumas das quais encontradas conjuntamente, permitindo equacionar a existência de “tesouros”. Destes apenas chegaram até nós dois denários, um exemplar de RRC 325/1b de L. Senti C. f., datado de 101 a.C. (Crawford, 1974, p. 327-328) e outro de RRC 342/5b de C. VIBIVS C.F PANSA datado de 90 a.C. (Crawford, 1974, p. 346). Em trabalhos anteriores, foi também identificado um exemplar de uma tessera de *Ossonoba*, de chumbo, cuja cronologia aponta já para um momento consideravelmente avançado desta época (Batata e Gaspar 1993).

Apesar de até ao momento a ocupação romano republicana de Porto do Sabugueiro ainda não ter sido devidamente valorizada e investigada, os dados disponíveis permitem sublinhar a sua relevância. Sobressai quando comparando com os dados do vale do Tejo a sua implantação numa área plana sem quaisquer condições de defesa naturais, sem evidências de qualquer sistema defensivo. Estaremos perante uma área de porto fluvial, certamente com as suas estruturas de apoio e armazéns fazendo um papel relevante na travessia do Tejo e como área de ancoradouro ou mesmo de fundeadouro directamente articulado com o porto de *Scallabis*. Seria pertinente em trabalhos futuros tentar indagar com meios não intrusivos o estado de preservação destas putativas estruturas.

A análise da distribuição dos materiais à superfície do terreno, ainda que possa ser questionável, permite verificar que os materiais republicanos incidem maioritariamente em área desocupada durante a Idade do Ferro o que indicia uma ocupação diferenciada do ponto de vista cronológico. Por outro lado, o espólio identificado apresenta-se bastante coerente do ponto de vista temporal, apontando para uma ocupação centrada na segunda metade do século II a.C., que é compatível com os movimentos militares atestados pelas fontes clássicas para esta área do Vale do Tejo, onde, segundo Estrabão, se teria implantado o quartel general de Décimo Júnio Bruto.

Assim, tudo indica que o Porto do Sabugueiro, não sendo um sítio estritamente militar, esteve certamente relacionado com a conquista e romanização desta área do território actualmente português, podendo ter funcionado como porto onde se descarregavam os produtos que abasteceram os exércitos, que, nesta margem do Tejo, se encontravam instalados no Alto do Castelo em Alpiarça (Pimenta et al., 2014, p. 45).

5.1.2. OUTROS SÍTIOS

Por fim, ainda concernente ao povoamento em torno de *Móron* e *Scallabis Praesidium Iulium*, existem ainda algumas alusões que importa ter presente, mas que nesta fase mais não são que pistas para futuros trabalhos. Uma das questões mais relevantes prende-se com as dinâmicas de ocupação na margem esquerda do Tejo em frente ao morro da Alcáçova de Santarém e em estreita articulação visual

com este. De facto, nos últimos anos descobriu-se uma inusitada rede de povoamento pré-romano na margem oposta a Santarém (Pimenta et al., 2019). Os estudos dos vestígios que chegaram até nós têm vindo a ser estudados e devidamente publicados (Pimenta e Mendes, 2008; Arruda et al., 2014; Pimenta et al., 2014, 2018; Sousa et al., 2016/2017). A investigação desenvolvida veio evidenciar uma invulgar concentração de sítios com ocupação da fase romano republicana quer sobre, quer nas imediações destes sítios pré-romanos, ainda que aparentemente em franca descontinuidade quer espacial quer estrutural. Compare-se os dados das ocupações pré-romanas de Alto dos Cacos e do Alto do Castelo com as suas evidências para a fase romano republicana. Como denominador comum de todos estes sítios, denota-se o da sua localização nas proximidades do rio. Por outro lado, a densidade do povoamento nesta fase tem de ser devidamente valorizada, sendo que a proximidade dos sítios entre si deixa antever um funcionamento em rede, em padrões que ainda não conseguimos esclarecer na sua totalidade. Parece também importante insistir na fertilidade dos terrenos onde se implantam estes sítios e que certamente estará na base da sua lógica de implantação, facilitando os abastecimentos e a autarcia.

Ao analisarmos a cartografia da dispersão de sítios, na margem esquerda do Tejo, deparamo-nos com uma inexplicável ausência de estações a sul da baía de Muge. Este vazio cremos que mais não é do que ausência de trabalho sistemático, visto que as investigações decorrentes do projeto MOCRATE não se prenderam nas bacias hidrográficas que aí se desenvolvem. Mas basta ter presente os dados do vale do Sorraia, como é o caso do sítio de São Pedro em Coruche (CNS - 19089), para perceber que também aí se fez sentir desde cedo a presença romana. Como bem evidencia a presença de ânforas ovoide 1 do Guadalquivir e modelos antigos de Haltern 70 (Quaresma e Calais, 2005, Est. 18 e 19).

Ainda no baixo Tejo, mas fora já da área que decidimos abordar neste trabalho, existem algumas questões em aberto, relativo à geografia de dispersão de prováveis implantações de índole militar: O sítio de *Aritium Praetorium* corresponde a um topónimo de evidente significado militar, que o Itinerário de Antonino situa no eixo de uma das vias que estabelecia a comunicação entre *Olisipo* e *Avgvsta Emerita* (Fabião, 2014). Qual o seu enquadramento no quadro das dinâmicas de conquista é uma incógnita. De acordo com o itinerário de Antonino, *Aritium Praetorium* ficaria a XXXVIII milhas, devendo estas ser lidas a partir da travessia do Tejo na zona de *Scallabis* (Alarcão, 2006). Tendo em conta o traçado da estrada romana, que segue a ribeira de Alpiarça pelo vale de Ulme, a presença de miliários e a identificação epigráfica do segundo ponto do itinerário *Abelterium* com Alter do Chão, Jorge de Alarcão, propôs o sítio de Água Branca – Bemposta/Abrantes (CNS - 4428), como a provável localização de *Aritium Praetorium* (Alarcão, 2006, p. 224). A proposta é interessante, tendo o sítio fortes evidências e potencialidade que só futuros trabalhos poderão vir a clarificar.

Desde cedo relacionados com a temática da identificação de *Aritium Praetorium*, tem vindo a ser chamados à colação a descoberta de glandes de chumbo na área do vale de Ulme, na zona de Tamazim (Fabião, 2013). Duas referências cruzadas têm vindo a ser observadas e valorizadas em separado, contudo a reanálise atenta da literatura e a ida ao terreno permitem afirmar tratar-se de uma única descoberta e de um único sítio arqueológico. Sítio esse que por casualidade do destino se desenvolve em duas freguesias e concelhos distintos, o que tem contribuído para a dispersão da informação (Guerra e Pimenta, 2013). A primeira notícia radica na referência de Mário de Sá, na obra “As Grandes Vias da Lusitânia” a “uma boa provisão de pelotas de chumbo (balas de dois bicos, do feitio de bolotas), que serviam aos fundibulários romanos” (Saa, 1956, p. 256-257). Esta teria sido descoberta no Casal de Tamazim, freguesia de Bemposta, concelho de Abrantes. A segunda notícia, corresponde a um conjunto de nove glandes de chumbo, depositadas no Museu Nacional de Arqueologia, provenientes do Casal da Cascalheira, freguesia de Ulme, concelho de Chamusca e publicadas por Amílcar Guerra (Guerra, 1987). Estas duas referências cruzam-se com o recente testemunho plasmado na Carta Arqueológica de Abrantes em que se refere que em 1936, foi encontrado no sítio do “Terroal”, junto do casal do Tamazim, o depósito de glandes de chumbo que deu origem à referência de Mário de Saa. Nessa mesma obra se acrescenta, ainda a relevante e inesperada informação de que esse achado estaria depositado numa fossa e que teria um peso global de 96 quilos (Silva, Batista e Gaspar, 1999) e que foram oferecidas pelo proprietário a pessoas interessadas diversos exemplares dos projéteis. Daqui proviria o conjunto de nove glandes depositadas no Museu Nacional de Arqueologia, dado como originário do vizinho lugar de Casal da Cascalheira (Guerra e Pimenta, 2013). Se tivermos em consideração que os objetos provenientes do Casal

da Cascalheira pesam, em média, menos de 40 gramas estaríamos perante uma reserva constituído por mais de dois milhares de peças (Guerra e Pimenta, 2013). Apesar da dimensão do achado, desconhece-se o contexto arqueológico associado a estes materiais e, portanto, a natureza do sítio. Na visita ao local é clara a sua implantação de controlo e domínio sobre a estrada romana, contudo só futuros trabalhos arqueológicos poderão esclarecer e clarificar qual a sua real dimensão e significado.

Na mesma zona, do vale de Ulme, foi recentemente trazido a público a evidência de um novo tesouro monetário romano republicano que mais uma vez vem refletir a relevância deste vale enquanto via de comunicação natural com o Alentejo. O sítio tem o topónimo de Encosta do Lopes da Costa, onde terá sido recolhido um expressivo conjunto de 800 denários, dos quais o autor do estudo apenas pode analisar dois exemplares. Nomeadamente: Denário - RRC 224 de L.IVLI, Roma, 141 a.C., 3,85g, 19 mm e Denário - RRC 283 de Q.MAR, C.F,L.R., Roma, 118-117 a.C., 3,86g, 19 mm. (Ribeiro, 2016).

6. O INTERIOR DA PENÍNSULA DE LISBOA

De entre as distintas zonas que aqui individualizámos no âmbito da nossa análise, o grupo com esta denominação acaba por ser o mais heterógeno. Entende-se pelo interior da Península Lisboa, correspondendo a uma vasta região geográfica delimitada a Norte pela Serra de Aire e Candeeiros, marcada por linhas de água de maior ou menor dimensão como a baía da lagoa de Óbidos e os vales dos rios Alcabrichel, Sizandro e Lizandro. Como veremos essas linhas de água foram amplamente utilizadas como vias naturais de penetração para o interior durante a fase da conquista romana, podendo no futuro pesquisas devidamente direccionadas para estas problemáticas vir aduzir novos sítios aos ora inventariados. Optou-se por excluir deste grupo os sítios da Serra de Montejunto, já acima apresentados, face à sua ligação natural com o Monte dos Castelinhos.

6.1. CASTRO DE SÃO MARTINHO (CNS 2908)

O sítio arqueológico denominado como Castro de São Martinho, Freguesia de Alcobertas, Concelho de Rio Maior, ocupa a cumeada do Monte epónimo, com uma cota máxima de 300 metros. Possui um amplo domínio visual sobre a envolvente, alcançando Santarém, a Serra de Montejunto e a Serra de Aire. Apenas a Oeste, a sua visibilidade se encontra limitada pelo obstáculo da cumeada da Serra dos Candeeiros, a qual não permite avistar a linha de costa.

O Castro de São Martinho é conhecido da comunidade arqueológica, pelo menos desde a década de trinta do século passado. De facto, Saavedra Machado faz referência a uma visita ao sítio por parte do Director do Museu Nacional de Arqueologia, Manuel Heleno, desconhecendo-se, contudo, se foi então recolhido ou não algum espólio (Machado, 1964).

Apesar desta visita, é apenas no final da década de cinquenta que esta estação é alvo de uma primeira notícia. O Coronel Afonso do Paço com Francisco Barbosa e Francisco Bergstrom Barbosa, formaram uma equipa que durante algum tempo se interessou por este e outros sítios na Freguesia de Alcobertas (Paço et al., 1959; Paço, Barbosa e Barbosa, 1962). Descrevem então o sítio como (...) “na de S. Martinho, de forma cónica, existem ruínas de um grande Castro, com três ordens de muralhas.” (Paço et al., 1959, p. 285). Desde esta primeira abordagem ficou claro que o sítio é ocupado deste a Idade do Bronze Final e durante a Idade do Ferro.

Infelizmente, ao longo das últimas décadas do século XX, esta estação arqueológica foi alvo de diversas destruições que subtraíram informação relevante sobre a sua planimetria e alteraram a percepção do seu complexo sistema defensivo, com muralhas de talude de planimetria ovoide, que ainda são bem visíveis nas fotografias aéreas antigas desta zona (Figura 143). Estas perturbações decorreram da abertura de caminhos florestais, da plantação de eucaliptos, e acima de tudo da laboração de uma pedreira numa das suas extremidades.

No final dos anos oitenta, António Diegues elaborou e apresentou ao Instituto Português do Património Cultural – IPPC, em parceria com Salete da Ponte o “Projecto de arqueologia Espacial para a Serra dos Candeeiros – PAESC”, centrado na investigação do Castro de São Martinho. Em 1989 a equipa liderada por este investigador leva a cabo uma primeira e promissora campanha arqueológica (Diegues, 1989). Por motivos que desconhecemos, este projeto e suas campanhas de trabalho de campo são descontinuadas, permanecendo praticamente inéditas.

Em 2005 inicia-se uma nova fase de trabalhos arqueológicos, dirigidos por Carlos Pereira da Câmara Municipal de Rio Maior e Paul Thacker da Norte Americana Wake Forest University, com o intuito de minimizar e salvaguardar o sítio que, entretanto, tinha sido profundamente afetado na sua estabilidade

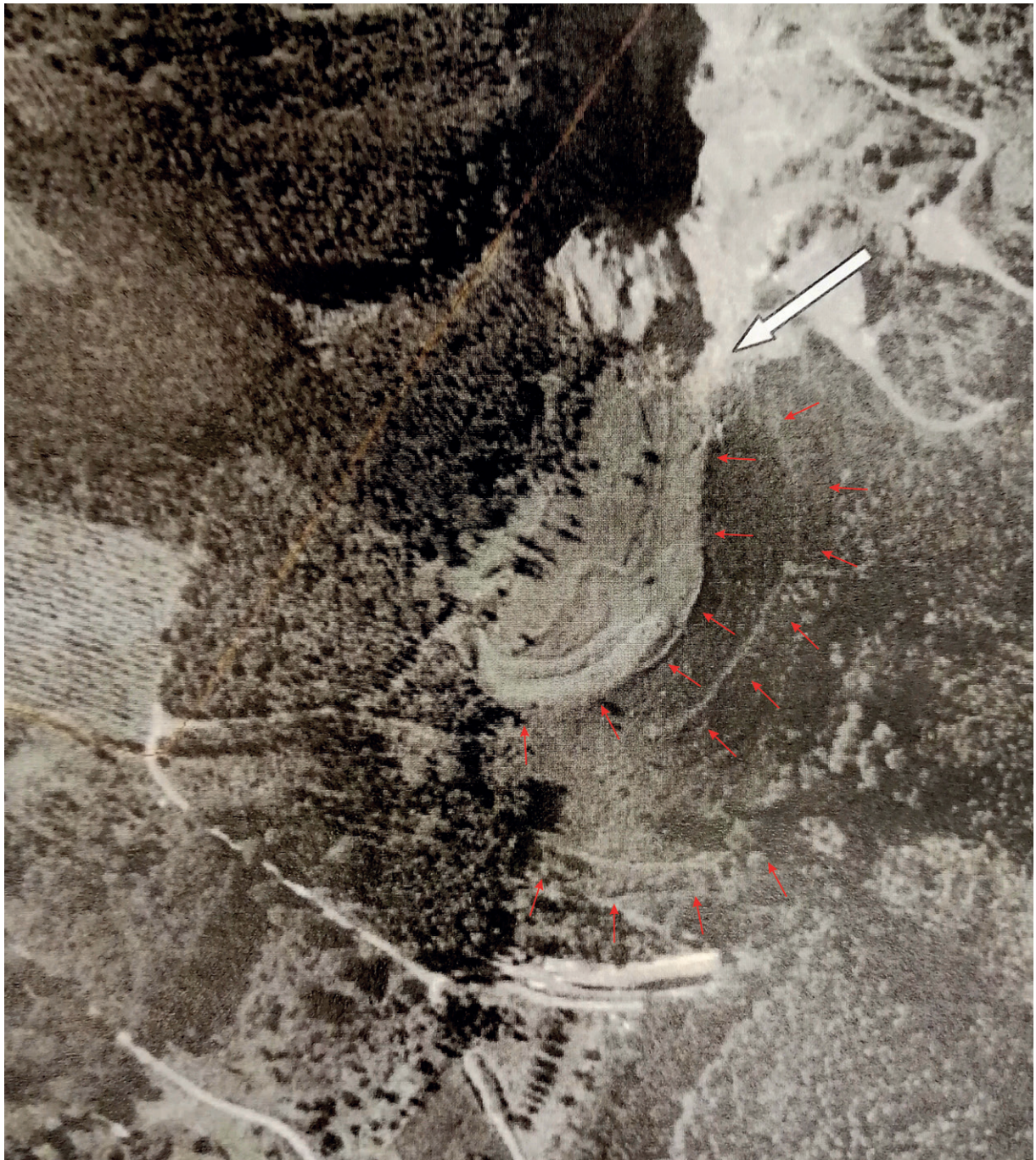
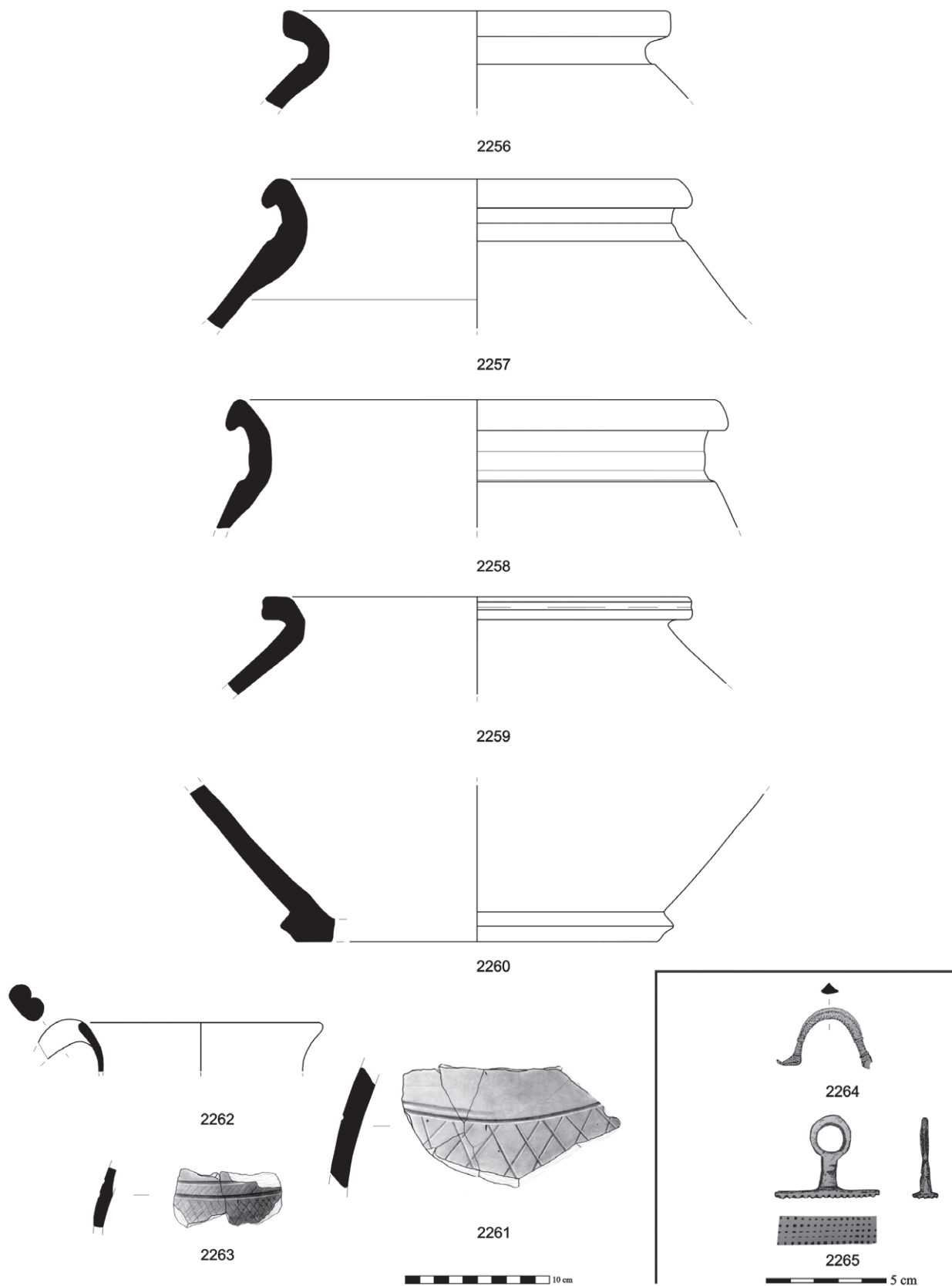


Figura 143 – Fotografia aérea do Castro de São Martinho em 1999, já se fazendo sentir as destruições da pedra (a partir de Diegues, 1989, modificado).

pela lavra da pedreira “Teira” (Thacker e Pereira, 2008). Da análise dos resultados desta intervenção fica claro o profundo revolvimento do sítio e a sua estratigrafia esquelética. Apenas se identificou um nível preservado, a unidade VII, reportando-se esta à Idade do Bronze Final. Porém, ainda que desconcontextualizados, foram recolhidas quantidades significativas de materiais essencialmente cerâmicos que permitem vislumbrar a diacronia do sítio. Mantém-se em aberto a questão da datação do seu sistema defensivo, assim como a cronologia das estruturas de cariz habitacional e planta ortogonal ainda hoje em dia visíveis no sítio e alvo de escavações mais ou menos antigas.



Estampa 198 – Castro de São Martinho. N.º 2256 a 2261 - grandes talhas em cerâmica comum; N.º 2262 e 2263 - fragmentos de jarro em cerâmica cinzenta com decoração brunida; N.º 2264 - fíbula do tipo Schüle 4h (segundo Diegues, 1991, fig. 1, modificado); N.º 2265 - matriz metálica (segundo Paço et al, 1959, fig. 7, modificado).

No âmbito deste estudo analisou-se a totalidade do espólio recolhido neste sítio fortificado depositado na Câmara Municipal de Rio Maior. Fica clara a existência de três fases distintas de ocupação, aparentemente com profundos hiatos entre si: Idade do Bronze Final; Idade do Ferro e época Medieval Cristã. A primeira fase já percebida desde os trabalhos da equipa liderada por Afonso do Paço, reporta-se à Idade do Bronze Final, com um conjunto expressivo de cerâmicas manuais, entre as quais se destacam as cerâmicas de ornatos brunidos e de um conjunto metálico em bronze. Não se verifica entre o acervo do sítio qualquer evidência deste povoado ter sido tocado pelo processo de Orientalização patente no vale do Tejo, sendo plausível que o Castro de São Martinho seja abandonado no final da Idade do Bronze. O sítio volta a ser ocupado em momentos finais da Idade do Ferro, ou já mesmo no decorrer do processo de conquista romana do território. Os dados que se reportam a esta fase são mais abundantes, constituídos essencialmente por um registo monótono de grandes contentores de armazenamento do tipo talha com um característico fundo com ressalto externo. Este tipo de recipiente encontra bons paralelos no povoado do Outeiro da Assenta, no Castro de Pragança, no Castro de São Salvador e em particular no Monte dos Castelinhos (ver Estampa 198, N.º 2256 a 2261). Os omnipresentes jarros em cerâmica cinzenta com decoração brunida, e que como temos vindo a ver ao longo deste trabalho são um marcador característico desta fase, encontram-se igualmente presentes (Estampa 198, N.º 2262 e 2263). O único elemento importado registado até ao momento é um colo de ânfora vinária itálica de fabrico tirrénico, que nos auxilia a precisar a cronologia desta fase e a reportá-la aos séculos II-I a.C.

A par deste vasto conjunto cerâmico do qual aqui apenas apresentamos uma ténue amostragem identificaram-se igualmente alguns elementos metálicos, particularmente interessantes. Destaca-se a presença de uma fíbula do Tipo Schüle 4h (Diegues, 1991, fig. 1) (Estampa 198, n.º 2264), assim como uma peça que tem vindo a ser interpretada como uma invulgar matriz metálica para decoração cerâmica, possivelmente para estampilhar, ainda que não se reconheça no sítio peças com esta decoração (Paço et al., 1959, fig. 7). Uma análise, mais atenta, do desenho da peça que se encontra publicado, leva-nos a questionar essa interpretação e colocar a hipótese de estarmos antes perante uma pintadeira, ou seja um pequeno objeto usado para imprimir uma marca na massa crua do pão ou dos bolos cozidos em fornos coletivos, integrando-se assim possivelmente em época medieval? (Estampa 198, n.º 2265). Por último, são conhecidas três pequenas peças circulares em liga de cobre com perfuração central, com diâmetros entre os 13mm e os 8mm, interpretadas como aplicações de cinturão, o que me parece interessante enquanto proposta (Diegues, 1986, p. 10, fig. 2).

O Castro de São Martinho afigura-se como uma estação de grande interesse para o estudo da romanização desta vasta região. Parece corresponder a um grande povoado fortificado que emerge nesta fase conturbada. Apesar de se situar relativamente próximo de sítios onde cedo se faz sentir a presença do mundo itálico e onde esta se manifesta em múltiplas importações materializadas no registo arqueológico em ânforas e cerâmicas finas, a sua presença neste povoado é pouco relevante. Qual o significado deste registo? Estaremos perante um sítio indígena fundado como resposta às dinâmicas de conquista? Tudo leva a crer que o Castro de São Martinho é fundado de raiz nesta fase e dotado de um complexo sistema defensivo em que se reconhecem três linhas de muralhas.

Não deixa de ser pertinente ter em conta na análise deste sítio a referência de Leite de Vasconcellos datada de 1895 à descoberta de um tesouro de numismas de prata e objectos de ouro, recolhidos no sopé deste castro na estrada que conduz à povoação de Alcobertas (Vasconcellos, 1895, p. 223). Infelizmente desconhece-se a datação das moedas aí recolhidas e imediatamente dispersas (Barbosa, 1998-2002, p. 81).

6.2. OUTEIRO DA ASSENTA (CNS 167)

O sítio arqueológico do Outeiro da Assenta, Freguesia de Santa Maria, Concelho de Óbidos, implanta-se num amplo cabeço alongado, com condições naturais de defesa, impondo-se no alto dos seus 73 metros de forma dominadora face à vasta planície aluvial, a várzea da Rainha. Esta planície aluvial apesar de encontrar-se hoje colmatada por depósitos recentes, corresponde à antiga lagoa de Óbidos cujo limite atingia precisamente a base do morro epónimo (Cardoso e Martins, 2009, p. 264).

O sítio arqueológico do Outeiro da Assenta foi precocemente conhecido e investigado em inícios do século XX por equipas do então Museu Etnológico Português, tendo sido alvo de duas campanhas de escavação uma realizada em 1911 por Félix Alves Pereira e uma segunda em 1913 dirigida por Luís Chaves. Ambas as intervenções foram alvo de atempada e circunstanciada notícia nas páginas de “O Arqueólogo Português” (Pereira, 1914 e 1915; Chaves, 1915).

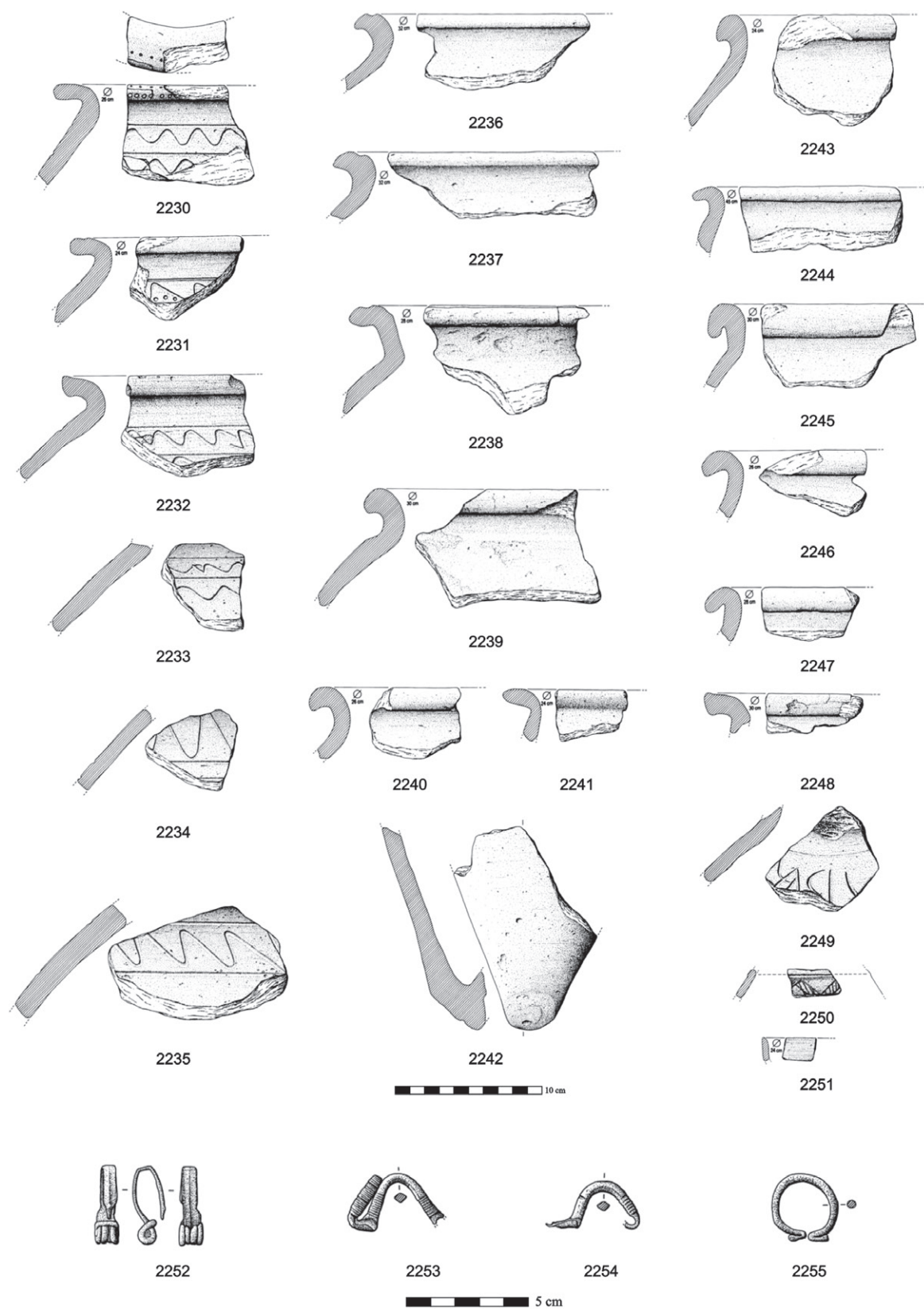
Apesar da inegável relevância dos dados obtidos, dos seus espólios e das potencialidades do sítio para o estudo do povoamento humano na região, a estação acabou por cair no esquecimento. Apenas nos últimos anos esta estação é alvo de uma cuidadosa revisão que enquadra os dados obtidos em ambas as campanhas e que se preservam nas reservas do Museu Nacional de Arqueologia (Cardoso e Martins, 2009).

De acordo com os dados obtidos pelas duas campanhas que incidiram em diversas plataformas do morro, o sítio foi alvo de distintas ocupações. Uma inicial pré-histórica iniciando-se no neolítico Antigo e continuando no Calcolítico (Cardoso e Martins, 2009, p. 268 a 282). Aparentemente o sítio volta a ser ocupado na Idade do Bronze Final, ainda que alguns dos materiais atribuídos a este período não sejam esclarecedores acerca desta atribuição, podendo como os seus autores bem referem, ser igualmente integrados na Idade do Ferro (Cardoso e Martins, 2009, p. 283). Indubitavelmente o sítio é um relevante núcleo habitacional durante a Idade do Ferro, sendo esta de fácies tardio, situando-se tendo em conta os elementos que conhecemos aferidos pelas escavações de inícios do século passado, em meados da segunda metade do primeiro milénio a.C. A fase melhor representada reporta-se precisamente aos momentos finais da Idade do Ferro, datada pelos autores dos séculos II-I a.C. (Cardoso e Martins, 2009, p. 290).

Esta fase, que aqui mais particularmente nos interessa, encontra-se particularmente bem documentada, dominando os conjuntos cerâmicos essencialmente constituídos por grandes talhas em cerâmica comum, com decoração ondeada, com bons paralelos, entre outros, no Monte dos Castelinhos (ver Estampa 199, n.º 2230 a 2248). Um fragmento de parede de talha evidencia uma inscrição em caracteres latinos, atestando assim a literacia desta comunidade. Ainda entre as cerâmicas comuns, destaca-se a presença de um fragmento de jarro em cerâmica cinzenta com decoração brunida (Estampa 199, n.º 2250). Associado a esta fase estão atestadas diversas importações itálicas, tais como um fragmento de fundo de ânfora vinária possivelmente do tipo Dressel 1 (Estampa 199, n.º 2242) e diversos fragmentos



Figura 144 – Elemento de cinturão militar / *balteum militare* do Outeiro da Assenta (986.104.151). Museu Nacional de Arqueologia: José Pessoa, 2000; Museus e Monumentos de Portugal E.P.E. / Arquivo de Documentação Fotográfica.



Estampa 199 – Outeiro da Assenta. N.º 2230 a 2241, 2243 a 2249 - grandes talhas em cerâmica comum; N.º 2242 - fundo de ânfora vinária itálica; N.º 2250 - fragmento de jarro em cerâmica cinzenta com decoração brunida; N.º 2251 - bordo de Lamb. 5/7 em verniz negro itálico caleno; N.º 2252 a 2255 - fibulas em liga de cobre (segundo Cardoso e Martins, 2009, modificado).

de verniz negro itálico de produção Calena (Soria, 2018, p. 386), do qual é apenas reconstituído graficamente um prato de Lamb. 5/7 (Cardoso e Martins, 2009, p. 285, fig. 64, n.º 2) (Estampa 199, n.º 2251). Por último, destaca-se as peças metálicas que permitem sublinhar a relevância desta fase: encontram-se presentes quatro fíbulas em liga de cobre (Cardoso e Martins, 2009, p. 286, fig. 66), um exemplar do Tipo Nauheim, equivalente ao Tipo 40 de Ponte (Ponte, 2006, p. 325-342) (Estampa 198, n.º 2252), dois do Tipo *Schüle 4h* (Schüle, 1969, p. 271-280) ou Ponte 32 (Ponte, 2006, p. 218-244) (Estampa 199, n.º 2253 e 2254) e um exemplar de fíbula anular romano ou em “ómega” em liga de cobre, integrada nos Tipos Ponte 51-52 (Ponte, 2006, p. 394-409) (Estampa 199, n.º 2255). Sublinhe-se a existência de uma pequena peça em liga de cobre de morfologia trapezoidal, com alguns problemas de identificação (Cardoso e Martins, 2009, p. 287, fig. 66, n.º 3). Peças idênticas foram recolhidas no “Castro” de São Salvador (Cardoso, 2014, p. 216, fig. 27, n.º 9), no Monte dos Castelinhos e na Cabeça de Vaimonte, tendo sido interpretadas como lingotes (Pereira, 2018, p. 192, Est. 78, n.º 2 a 7). Por último uma peça de ferro, infelizmente incompleta é interpretada como um elemento de armamento, nomeadamente como ponta de lança com encabamento em espigão (Cardoso e Martins, 2009, p. 287, fig. 66, n.º 2).

A aduzir a esta informação, destaca-se entre os elementos metálicos uma peça recuperada por Luís Chaves na Vala n.º 7 e por ele reproduzida (Chaves, 1915, Fig. 15) que não foi valorizada na mais recente abordagem ao sítio. Trata-se de placa moldurada de contorno sub-quadrangular, de liga de cobre, cujas perfurações nos cantos atestam tratar-se de uma aplicação a qual, ao centro, ostenta uma decoração fálca (Cardoso e Martins, 2009, p. 287). A esta peça foi atribuída uma cronologia do século I a IV d.C., por razões que desconhecemos, no catálogo da Exposição Religiões da Lusitânia, tendo-lhe sido atribuída uma função de placa com elemento fálco (Ribeiro, 2002, p. 487, n.º 165). Uma análise mais atenta leva-nos, porém, a concordar com a interpretação inicial de se tratar de um artefacto coetâneo do restante conjunto recolhido do Outeiro da Assenta, ou seja, de cronologia romano republicana. Tendo em conta a sua morfologia, parece tratar-se de um elemento de cinturão militar / *balteum militare*. Peças em tudo idênticas, quer na morfologia quer na temática, são conhecidas do acampamento militar de Vindonissa (Unz e Deschler-Erb, 1997, Taf. 60).

Ainda associado ao conjunto metálico, destaca-se a presença de um numisma de bronze republicano que se encontra no Museu Nacional de Arqueologia, inventariado como proveniente do Outeiro da Assenta. Trata-se de um As Anónimo, cunhado em Roma e datado de 169-152 a.C. (RRC 195/1) (Ruivo, 1993-1997, p. 50). José Ruivo refere igualmente que de acordo com Saavedra Machado, no mostrador 47, onde se expunham os materiais do Outeiro da Assenta, existiriam mais algumas moedas, contudo estas atualmente encontram-se perdidas (Machado, 1964, p. 295).

A revisão do conjunto de evidências artefactuais recolhidas nas escavações antigas do povoado do Outeiro da Assenta vem reforçar a relevância da sua fase romano republicana e a precocidade dos seus contactos com o mundo itálico. O estudo da antiga linha de costa permite ter em conta a ampla navegabilidade da lagoa de Óbidos, que certamente fez desta um eixo de penetração dos exércitos romanos na fachada atlântica, como parecem indicar alguns elementos aqui recolhidos, como o conjunto de fíbulas e o elemento de cinturão militar. A proximidade do povoado do Outeiro da Assenta com o local onde em época Imperial se vem a estabelecer a cidade de *Eburobrittium* tem que ser valorizada no âmbito das dinâmicas da implantação romana nesta região do Oeste da Península de Lisboa.

6.3. TESOURO DA COLUMBEIRA (CNS 1607)

Ainda na região Oeste da fachada atlântica destaca-se os dados recolhidos na Columbeira e nunca devidamente pesquisados, ressalve-se a existência de alguns indicadores da existência de um povoamento antigo neste local derivado da sua importância como via natural de comunicação ao longo da diacronia. Em 1958, ao procederem-se a um desaterro foi descoberto nos arredores da povoação de Columbeira, Concelho do Bombarral, um contentor cerâmico, contendo cerca de 980 denários romano republicanos. Deste vasto conjunto encontram-se publicados 128 numismas correspondendo a 165 unidades (tal situação explica-se pelo facto de algumas das peças repetidas apenas terem sido conta-

bilizadas uma única vez). Sendo que a moeda mais recente é o denário RRC 361/1, com datação de 82 a.C. (Hipólito, 1960-1961, p. 75-77; Ruivo, 1997, p. 92), o que faz com que este conjunto tenha vindo a ser associado ao conflito Sertoriano.

6.4. QUINTA DE SÃO GIÃO (CNS 4388)

O vasto sítio arqueológico da Quinta de São Gião, Freguesia de Santa Maria, São Pedro e Matacães, Concelho de Torres Vedras, implanta-se nas imediações do amplo estuário do rio Sizandro. O sítio foi detetado em 1866 na sequência de trabalhos agrícolas, tendo então sido descoberta parte de uma necrópole de incineração (Mantas, 1982). No Museu Municipal Leonel Trindade preserva-se um vasto espólio proveniente desta estação atestando a sua ampla diacronia de ocupação, que abarca todo o período romano (Cardoso e Luna, 2005; Sepúlveda e Sousa, 2000 e 2001).

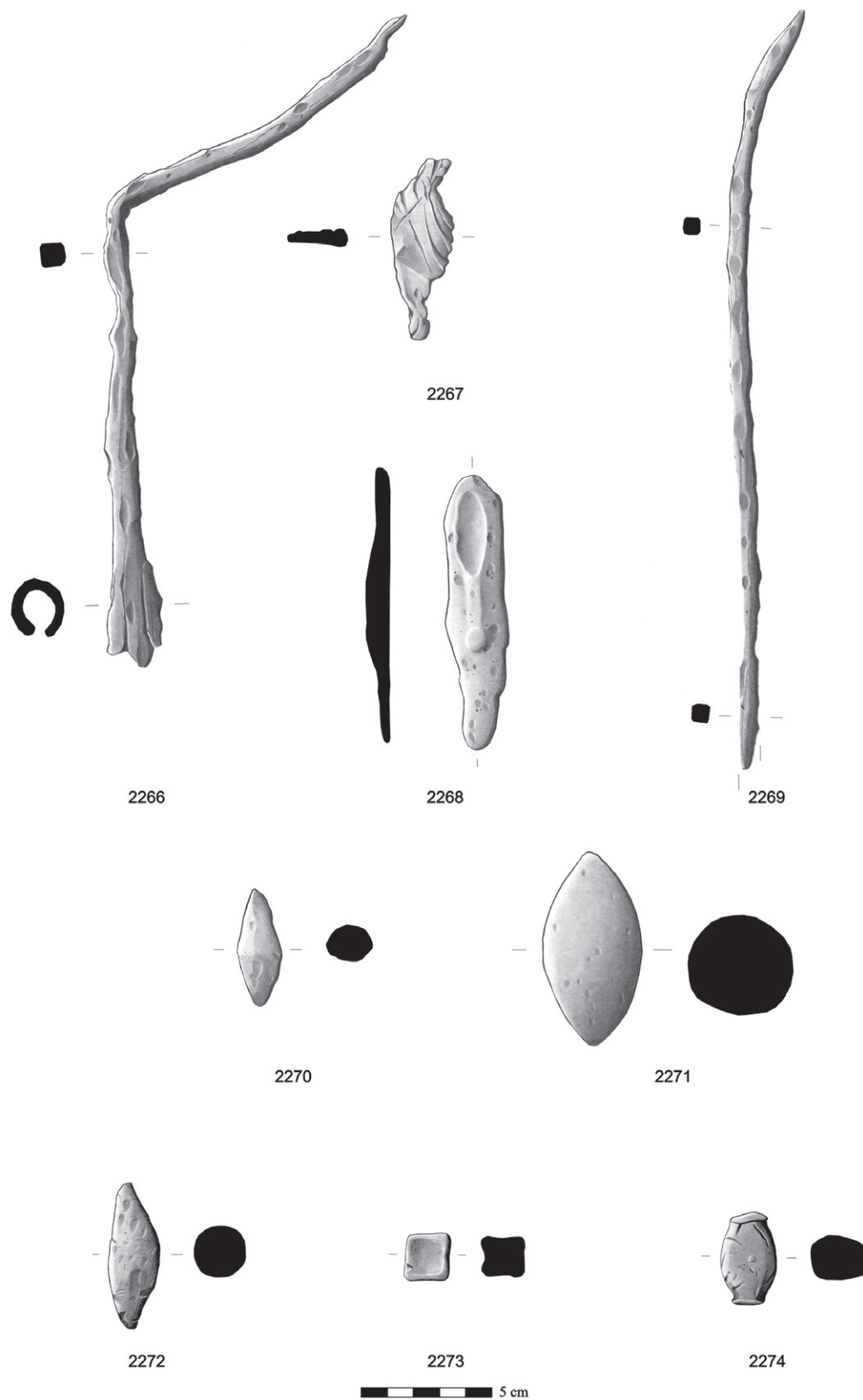
Destaca-se entre este acervo a presença de algumas peças metálicas que sustentam uma cronologia mais recuada para a génese do sítio datada da fase da conquista. Infelizmente, desconhecemos qual o contexto da sua recolha, porém a presença de dois elementos de armamento militar em ferro, nomeadamente um *pilum* com encabamento de alvado (Estampa 200, N.º 2266), uma ponta de outro *pilum* identificado fragmentado na parte proximal (Estampa 200, N.º 2269) e dois elementos em chumbo, atestando o trabalho deste metal (Estampa 200, N.º 2267 e 2268) remetem para uma forte presença do exército. A recolha à superfície do terreno de um fragmento de verniz negro itálico e fragmentos de parede de ânforas vinárias itálicas dão consistência a esta suspeita. Contudo, só futuros trabalhos poderão vir a esclarecer esta hipótese.

6.5. CASTELO DE TORRES VEDRAS (CNS 1231)

O morro do Castelo de Torres Vedras destaca-se no alto dos seus 72 metros de altitude da várzea do rio Sizandro, gozando de uma singular implantação estratégica e de um amplo domínio visual sobre uma via de comunicação natural da Península de Lisboa. Contornado a Norte pelo rio supramencionado, esta hidrografia confere a este monte um verdadeiro fosso natural, dotando-o de excecionais condições naturais de defesa.

Apesar de referida em diversos trabalhos, a ocupação romana do morro do Castelo e casco antigo de Torres Vedras carecia até há pouco de uma síntese que articulasse os diversos elementos aí recolhidos e que se encontram dispersos na literatura (Cardoso e Luna, 2005). Neste trabalho, pela primeira vez, tenta-se de forma coerente valorizar a sua ocupação de época romana, propondo-se: “Tendo em conta a sua excelente localização, tudo leva a crer que o Castelo tenha sido um *oppidum* da Idade do Ferro, posteriormente romanizado, que tenha dado origem à vila Medieval.” (Cardoso e Luna, 2005, p. 70).

Esta proposta vem na continuidade dos trabalhos de Vasco Mantas, investigador que, alicerçado na concentração de vestígios romanos na região torriense, nomeadamente de natureza epigráfica, coloca a pertinente hipótese de colocar em Torres Vedras a localização de *Chretina* mencionado por Ptolomeu (Mantas, 1985 e 2000). Segundo esta proposta, o cálculo das distâncias ptolemaicas, obtidas por triangulação das coordenadas de sítios cuja localização é bem conhecida, como as cidades de *Olisipo* e de *Scallabis* permitiriam localizar esta *Chretina* no paralelo de Torres Vedras (Mantas, 2000, p. 15). Não sendo claro qual a origem deste topónimo, Vasco Mantas levanta a hipótese de poder estar associada ao nome *Cretius*, atestado epigraficamente na Bética, ou mesmo ao cognome *Creticus*, utilizado por numerosos *Caecilli Metelli* ou ainda de derivar meramente da palavra latina *creta* – Argila (Mantas, 2000, p. 15, nota de rodapé n.º 26). Esta segunda hipótese, de podermos estar no lugar ptolemaico *Chretina*, perante uma eventual ligação com os *Caecilli Metelli* e em concreto com *Quintus Caecilli Metelli Creticus* que foi cônsul em 69 a.C., apesar de não ser possível de comprovar, é interessante como hipótese tendo em conta os dados que sustentam uma ocupação romana republicana e alguns elementos de índole militar.



Estampa 200 – N.º 2266 e 2269 - *pila* em ferro de São Gião, Torres Vedras; N.º 2267 e 2268 - artefatos em chumbo, São Gião; N.º 2270 - gande *plumbeae* do Castelo de Torres Vedras; N.º 2271 - gande em ferro do Castelo de Torres Vedras; N.º 2272 e 2274 - glandes *plumbeae* de Raimonda, Mafra; N.º 2273 - pequeno ponderal em chumbo de Raimonda, Mafra.

Mas deixando de lado esta problemática de geografia histórica, para a qual nada de novo tenho a acrescentar, e que a bem da verdade pouco permite aduzir à temática aqui em análise, resulta mais interessante, do meu ponto de vista, a análise dos dados de natureza arqueológica já existentes e cuja reavaliação pode contribuir para novas leituras. Pegando na hipótese de estarmos em Torres Vedras perante um povoado da Idade do Ferro que teria sido a dado momento transformado e aglutinado ao mundo provincial romano, é interessante trazer à coação os dados da antiga necrópole do cemitério de São João (Trindade e Ferreira, 1965). Seria esta necrópole sidérica de fortes influências do mundo Tartéssico, o espaço sepulcral da comunidade residente no morro do Castelo?

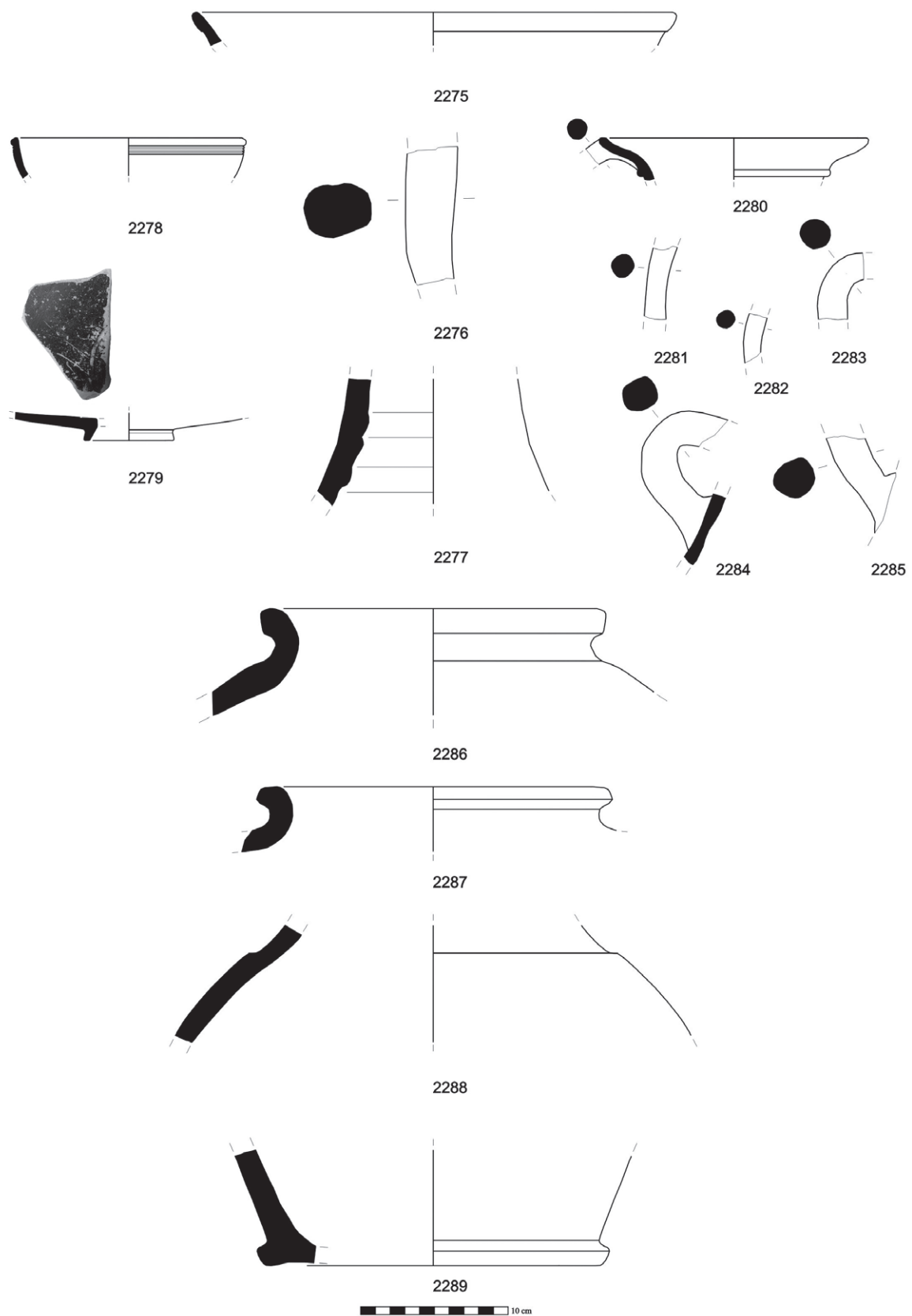
Em relação à ocupação pré-romana, os dados são relativamente escassos nas intervenções feitas até ao momento no núcleo histórico, não permitindo recuar a génese do povoado ao mundo orientalizante. Contudo, alguns materiais recolhidos, e que iremos mais à frente analisar de forma mais circunstanciada, provenientes das escavações dos Paços do Concelho e de São Tiago, permitem sustentar uma origem na segunda metade do primeiro milénio a.C. para este núcleo de povoamento.

Os dados disponíveis para o morro onde em época medieval se vem erguer o Castelo de Torres Vedras reportam-se às intervenções aqui conduzidas pelo Departamento de Arqueologia do antigo IPPAR, dirigidos por Clementino Amaro e numa segunda fase, em 2003, trabalhos de escavação a cargo da Câmara Municipal de Torres Vedras sob a direção de Isabel Luna com a colaboração de Clementino Amaro (Luna e Amaro, 2009).

A primeira fase dos trabalhos decorreu de forma intermitente entre 1984 e 2001, permitindo aprofundar o conhecimento do castelo, nomeadamente no que respeita à necrópole medieval (Amaro, 1986a, 1986b e 1994). A segunda fase dos trabalhos incidiu na sequência de trabalhos de conservação, recuperação de estruturas e valorização paisagística do Castelo na zona fronteira ao antigo Palácio dos Alcaldes, cuja escavação tinha sido iniciada em 1988 (Luna e Amaro, 2009). Importa reter da análise da estratigrafia de ambas as intervenções que não se atingiram níveis preservados de época anterior ao período medieval. Contudo, foram recolhidos em deposição secundária espólios cerâmicos e metálicos que permitem sustentar uma ocupação do período romano republicano. Aliás em conformidade com algumas recolhas mais antigas de alguns numismas, nomeadamente denários, mas também artefactos metálicos recolhidos de forma pouco esclarecedora na sequência de obras (Belo, 2002). Tendo presente estas referências antigas e a menção à recolha de “(...) duas balas de chumbo, para funda, romanas, na área do cemitério medieval.” (Cardoso e Luna, 2005, p. 70), decidiu-se no contexto da presente investigação rever a informação proveniente das diversas escavações da área do Castelo e do núcleo histórico de Torres Vedras.

Na área do Castelo, nomeadamente nas paredes da fortificação, são observáveis diversos materiais reutilizados que indicam pelo seu aparelho uma origem romana, sendo de destacar quanto a estruturas mais antigas aí existentes e que poderiam ainda ter uma origem romana a presença de uma imponente cisterna geminada, cujo reboco em *opus signinum* parece indicar uma origem romana (Mantas, 2000, p. 16). Entre o conjunto de artefactos cerâmicos e metálicos recolhidos na área do Castelo de Torres Vedras e que se encontram depositados no Museu Municipal Leonel Trindade, destaca-se a presença de elementos de verniz negro itálico de produção calena (Estampa 201, n.º 2275) e de fragmentos de ânforas vinárias itálicas (Estampa 201, n.º 2276). Estes elementos surgem a par de grandes contentores de armazenamento do tipo talha com bocais espessos e fundos com ressalto externo. Entre os metais sobressai a presença de um numisma hispânico de cunhagem da cidade de Cástulo (CNH 15), datado de meados do século II a.C. (Ruivo, 1993-1997, p. 59), encontrando-se este, a par de dois projéteis de funda, uma glande em chumbo (Estampa 200, n.º 2270) e uma invulgar glande em ferro de maior dimensão, mas que penso se possa associar a esta fase tendo em conta a sua morfologia (Estampa 200, n.º 2271).

Ainda no núcleo histórico da cidade de Torres Vedras, destacam-se duas outras intervenções arqueológicas que pudemos rever no âmbito deste trabalho e que permitem vislumbrar a extensão da ocupação do povoado durante o período romano republicano à parte mais baixa junto do rio. A primeira dessas intervenções é a escavação das antigas instalações da Casa Hipólito (CNS - 27488), num quarteirão a Norte da Igreja de S. Tiago, dirigida por Isabel Luna e Guilherme Cardoso em novembro de 2001. O principal objectivo da intervenção consistiu em obter uma visão transversal do terreno, que permitisse verificar a eventual existência de vestígios arqueológicos ou de níveis de ocupação e, consequentemente,



Estampa 201 – Materiais cerâmicos de Torres Vedras.

verificar a potência estratigráfica do sítio. A camada 4 aí identificada corresponde a um nível de depósitos da Idade do Ferro e do período romano (Cardoso e Luna, 2005). A reanálise dos espólios aí exumados permite atribuir essas evidências a um momento do final da Idade do Ferro ou mesmo já do período romano republicano, destacando-se os grandes contentores de armazenamento do tipo talha e as asas de ânfora de tipologia pré-romana de produção regional (Estampa 201, n.º 2283 a 2286). A segunda, é a escavação do edifício dos Paços do Concelho (CNS – 27487), da responsabilidade dos mesmos arqueólogos. Aí foi encontrado um nível de ocupação datado da Idade do Ferro e alguns materiais que atestam uma ocupação do período da conquista romana (Cardoso e Luna, 2005). A estrutura mais significativa corresponde a um nível de combustão, composto por uma placa de argila rubefacta assentando sobre fragmentos de grandes contentores cerâmicos dispostos de forma horizontal. A análise do espólio associado a esta sequência estratigráfica, apesar de escasso em material classificável, permite atribuir-lhe uma cronologia de meados do século I a.C. Sublinhe-se a presença de cerâmica de verniz negro itálico, com produções Napolitanas, das quais foi possível reconstituir graficamente um fundo de Lamb. 5/7 (Estampa 201, n.º 2279) e um bordo de Lamb. 1 da colónia latina de Cales (Estampa 201, n.º 2278). As ânforas encontram-se presentes, ainda que infelizmente apenas com fragmentos de parede, tendo-se apenas conseguido reconstituir um colo de contentor do Tipo 7.4.3.2. -7.4.3.3. (Mañá C2B), com fabrico da área meridional da *Uterior* associado à baía gaditana (Estampa 201, n.º 2277). As cerâmicas comuns encontram-se igualmente representadas, com grandes fragmentos de talhas (Estampa 201, 2287 a 2289) e os característicos jarros em cerâmica cinzenta fina com decoração brunida (Estampa 201, n.º 2280 a 2282).

Do núcleo antigo de Torres Vedras, conhecem-se ainda dois numismas romano republicanos que se encontram no Museu Leonel Trindade (Ruivo, 1993-1997, p. 59). Um é proveniente do Mercado Novo e o outro possui apenas a indicação de ser provenientes da cidade. Trata-se do denário RRC 239/1 datado de 136 a.C. e do denário RRC 364/1 com cronologia de 83-82 a.C.

Atesta-se, assim, uma ocupação desta época também na zona de várzea que se estende em redor do monte do castelo, contrariando a ideia de uma presença primitiva apenas do topo da colina. A área de dispersão destes achados informa-nos, ainda, sobre a dimensão da área de ocupação durante a Idade do Ferro e o período romano, que se revela de dimensão significativa (Luna e Cardoso, 2019). A presença de fortes e consistentes evidências de uma significativa ocupação do período romano republicano leva a que reforcemos a relevância desta posição no controle de uma das mais importantes vias de comunicação natural na Península de Lisboa. A fortificação desta posição pode e deve ser entendida no quadro de instabilidade e na natural necessidade de controle da transitabilidade. Neste quadro deve igualmente ser valorizado o papel do vale do rio Sizandro como via de comunicação natural, quer com a fachada atlântica, quer desta com o interior da Península de Lisboa.

6.6. NUMISMAS DA REGIÃO DE TORRES VEDRAS

Ainda que sem indicação precisa de proveniência, mas seguramente da área do Concelho de Torres Vedras, identifica-se entre o acervo do Museu Municipal Leonel Trindade um significativo conjunto de numismas de cronologia romano republicana, que são um marcante indicador da relevância deste território durante a fase da conquista. O conjunto foi revisto recentemente, sendo constituído por 18 denários (Ruivo, 1993-1997, p. 62). O mais antigo RRC 210/1 é datado de 149 a.C. e o mais recente RRC 440/1 de 49 a.C.

6.7. QUINTA DA PORTUCHEIRA (CNS 37482)

Proveniente do sítio arqueológico da Quinta da Portucheira, Freguesia de Santa Maria, São Pedro e Matações, Concelho de Torres Vedras, encontra-se no acervo do Museu Municipal Leonel Trindade um fragmento de lucerna que atesta uma precoce ocupação da fase romano republicana. Tendo em conta a raridade de lucernas desta fase na área em análise, temos que sublinhar a sua presença. Trata-se de

um fragmento com perfil completo do reservatório de uma lucerna itálica do tipo Dressel-Lamboglia 2, datada de meados da segunda metade do século I a.C., mas que pode atingir o primeiro decénio do século I d.C. (Sepúlveda e Sousa, 2000, p. 15 e 43). O sítio situa-se sobre uma curva apertada do vale do rio Sizandro, onde se ergue um morro calcário com características e potencial de defesa natural.

6.8. SERRA DE SÃO JULIÃO (CNS 482)

Encontra-se depositado no Museu Municipal Leonel Trindade dois denários romano republicanos provenientes da Serra de São Julião, Freguesia de Carvoeira e Carmões, Concelho de Torres Vedras. Trata-se das cunhagens RRC 257/1 datado de 130 a.C. e o RRC 354/1 de 84 a.C. (Ruivo, 1993-1997, p. 60).

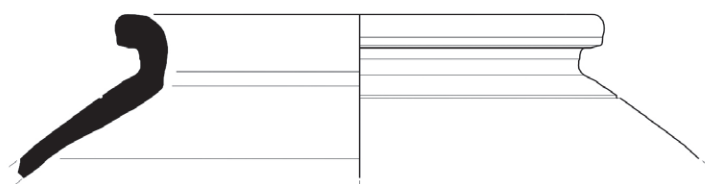
6.9. SERRA DO SOCORRO (CNS 986)

O sítio da Serra do Socorro, localizado na Freguesia de Enxara do Bispo, Concelho de Mafra e na Freguesia do Turcifal, Concelho de Torres Vedras, implanta-se no topo aplanado da serra homónima, numa altimetria máxima aproximada de 396 metros. Do planalto da Serra do Socorro, a imposição na paisagem imediata e mais distante é notável, avocando de forma evidente um franco e absoluto domínio e invulgar visibilidade natural. Com efeito, é possível visualizar, a Oeste, o Oceano Atlântico, a Noroeste, as Berlengas, a Nordeste, a Serra de Montejunto, e, a Sul, a Serra de Sintra. Localizada numa área geomorfologicamente acidentada, caracterizada por vales e elevações de menor dimensão, a Serra do Socorro beneficia de um forte destaque na paisagem. A plataforma superior, onde se parecem concentrar as ocupações antigas, assim como o atual edifício sacro que lhe confere a denominação, evidencia uma configuração ovalada, com um comprimento máximo de cerca 440 metros por 150 metros, integrando uma área de aproximadamente 6 hectares (Dias, 2018a).

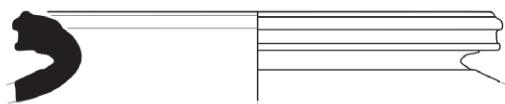
A relevância das ocupações pretéritas da Serra do Socorro é conhecida desde a primeira metade do século XX, tendo sido referenciada, desde então, em diversos trabalhos e cartografia sobre a proto-história da Estremadura (Dias, 2018b). A primeira referência científica deve-se ao Padre Eugénio Jalhay que, em 1946, associa a ocupação da Serra do Socorro à Idade do Bronze, sem se alongar nas razões que sustentaram a sua interpretação, enquadrando-a com outras estações arqueológicas da faixa litoral entre o Sado e o Mondego (Jalhay, 1946). As primeiras escavações realizaram-se na segunda metade do século XX por Gustavo Marques (Dias, 2018a), tendo estes trabalhos decorrido de forma descontínua, entre os anos de 1973 e 1989, sem qualquer autorização oficial, razão pela qual o acervo permaneceu praticamente desconhecido da comunidade científica. Parte dos materiais aí recolhidos, bem como o caderno de campo dando conta dos trabalhos realizados, foram depositados, em 1997, no Museu Nacional de Arqueologia, após a morte de Gustavo Marques.

Deve-se ao estudo de Carla Matias a chamada de atenção para a relevância deste sítio, assim como das diferentes fases ocupacionais, concretamente da Idade do Bronze e da Idade do Ferro (Matias, 2003). Apesar das potencialidades do sítio, os primeiros trabalhos arqueológicos programados decorreram apenas em 2007 e 2008, realizados pelo Gabinete de Arqueologia da Câmara Municipal de Mafra (Sousa et al., 2019). Na sequência dessas escavações, foi realizado um estudo académico de cariz monográfico de todos os materiais e evidências da Idade do Bronze aí detetados, sendo este complementado com a análise das coleções depositadas no Museu Municipal Leonel Trindade, Museu Nacional de Arqueologia e Depósito Oficial de Bens Arqueológicos de Mafra (Dias, 2018a).

Tendo em conta a premissa da relevância da ocupação da Serra do Socorro durante a Idade do Ferro; e da aparente leitura de que esta perdura desde meados do século VII até ao II/I a.C., podendo, assim, ter sido abandonada durante a fase da conquista romana (Matias, 2003), decidiu-se no âmbito deste trabalho rever as coleções existentes desta estação e que se encontram depositadas em três instituições distintas: o Museu Leonel Trindade, o Museu Nacional de Arqueologia e o Depósito Oficial de



2290



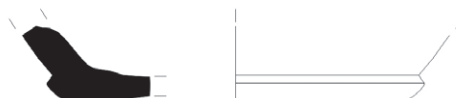
2291



2292



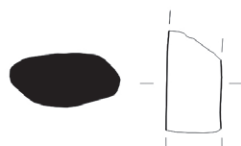
2293



2294



2295



2296



Estampa 202 – Materiais do Castro da Serra do Socorro

Bens Arqueológicos de Mafra. Essa revisão permitiu caracterizar melhor a ocupação da Idade do Ferro e sublinhar a sua relevância a nível regional e no quadro do povoamento da Península de Lisboa (Sousa et al., no prelo).

A revisão dos elementos relativos à ocupação da Idade do Ferro, provenientes das várias intervenções arqueológicas que foram aí efetuadas, permitiu atestar que os contactos deste povoado com as comunidades sidéricas da foz do Tejo tiveram início durante a segunda metade do século VII a.C. e que a Serra do Socorro terá mantido relações privilegiadas com a zona média e mesmo com a área meridional do estuário até ao século IV/III a.C. Alguns elementos, concretamente a asa de ânfora vinária do Tipo Dressel 1 (Estampa 202, n.º 2296), proveniente da Península Itálica, alguns grandes contentores de armazenamento (Estampa 202, n.º 2290 a 2294) e um bocal de jarro de cerâmica cinzenta (Estampa 202, n.º 2296) permitem sustentar uma continuidade da ocupação do sítio até meados do século II / século I a.C. Apesar de alguns, escassos, elementos cerâmicos indicarem que a Serra do Socorro mantém algum tipo de presença durante a época romana (Sepúlveda e Sousa, 2001), nada permite supor um aglomerado populacional. Antes pelo contrário, todos os dados apontam para que o amplo povoado aqui existente desde a Idade do Bronze Final, que atravessa toda a Idade do Ferro, assumindo o papel de centro regional estruturante do povoamento, encontra o seu ocaso no contexto da conquista militar romana da Península de Lisboa.

Seria interessante no futuro próximo voltar-se a efetuar escavações arqueológicas no povoado, tendo entre o quadro de indagações prévias a resolução desta problemática. Outra das questões em aberto é a da cronologia do seu complexo e imponente sistema defensivo, já evidenciado por Gustavo Marques e que ainda hoje é bem visível em qualquer atenta visita. Tudo indica este ser datado de momentos finais da Idade do Ferro, contudo, só futuros trabalhos poderão corroborar essa aceção.

6.10. SENHORA DO Ó (CNS 33866)

O sítio arqueológico da Senhora do Ó, Freguesia da Carvoeira, Concelho de Mafra situa-se na margem direita do rio Lizandro, desenvolve-se numa planície aluvionar. Os recentes trabalhos de arqueologia preventiva aí realizados, permitiram identificar vestígios consistentes com um extenso e multifacetado núcleo de povoamento que foi identificado como do tipo *Villa* (Batata, 2012). Importa, porém, reter que diversos elementos ainda que recolhidos fora de contexto primário sustentam uma ocupação mais recuada deste espaço durante o período romano republicano, é o caso de elementos de verniz negro itálico napolitano e caleno (Miranda et al., 2021, p. 309, fig. 8, n.º 2 e 3). Este núcleo oferece uma implantação estratégica, sendo possivelmente o limite da navegabilidade a partir do mar do rio Lizandro durante a antiguidade (Borges, 2018, p. 222-225).

6.11. RAIMONDA (CNS 4572)

O sítio arqueológico de Raimonda, Freguesia de Igreja Nova e Cheleiros, Concelho de Mafra, apresenta-se ainda hoje como um enigma. Implantado de forma sobranceira e dominante sobre o vale do rio Lizandro, o conhecimento de que dispomos é ainda insuficiente.

Nas Antiguidades de Mafra, Estácio da Veiga regista nos Casais de Raimonda a existência de numerosas tulhas, “algumas das quais foram abertas pelos muradores circunvizinhos” (Veiga, 1879, p. 20). A cerâmica nelas encontrada foi aparentada por Veiga à recolhida nas antas de Belas e na gruta de Cesa-reda, no entanto, de uma delas foram retirados vários artefactos de vidro branco, alguns com ornato de cores, claramente romanos (Veiga, 1879, p. 39 e 45). Encontra-se igualmente referido para esta localidade ou suas imediações, uma necrópole e “várias moedas de pequeno diâmetro, tendo todas um retrato” da mesma origem (Gandra e Caetano, 1995, p. 278). Nos anos oitenta do século passado, foram recolhidos por Maria Helena Cidade três peças em Chumbo enquadradas no período romano republicano,

em concreto, duas glandes *plumbeae* e um cubo, tendo estas sido depositadas no Museu regional de Sintra por Manuel e Maria Maia (Gandra e Caetano, 1995, p. 279). Apesar de referidos na Carta Arqueológica de Mafra, a relevância destes materiais não tem sido a meu ver devidamente valorizada.

Em 18 de Abril de 2018, tive oportunidade de estudar estes materiais graças à amabilidade e cooperação da equipa do Museu de São Miguel de Odrinhas. Confirmou-se a interpretação de estarmos perante dois projéteis em chumbo, glandes, característicos do mundo militar romano republicano (Estampa 200, n.º 2272 e 2274). A terceira peça, o dito cubo, corresponde a um ponderal, cuja tipologia e pátine compatível leva a assumirmos estar perante um pequeno, mas coerente conjunto de peças (Estampa 200, n.º 2273). Terão sido recolhidas em conjunto?

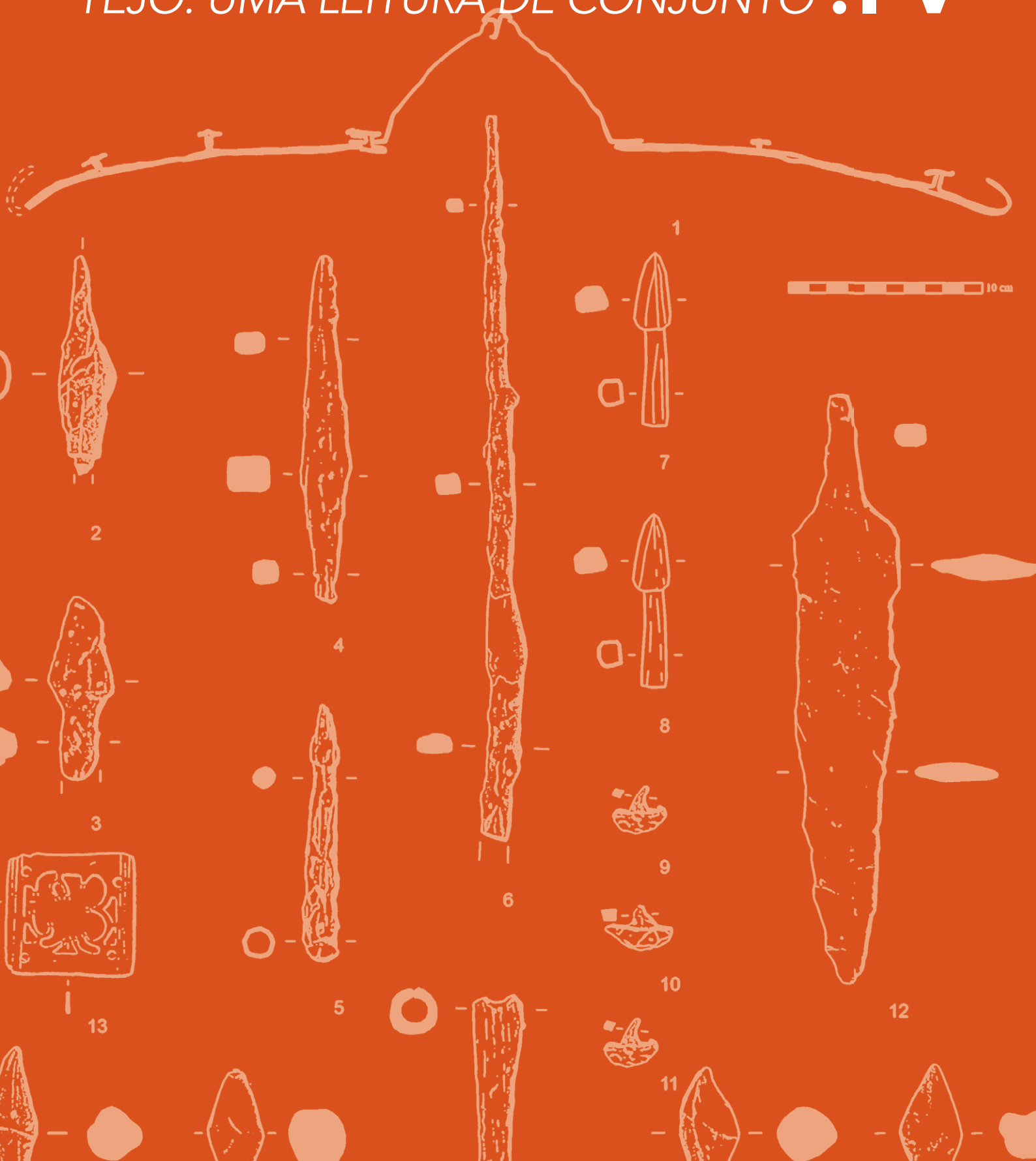
A presença destes invulgaes elementos levou-nos a revisitar o sítio e seu enquadramento. Porém, apesar de algumas visitas ao local, nada se logrou aferir que elucidasse que tipo de estabelecimento poderia aqui existir. Tendo em conta a sua posição, poderemos estar perante um eventual fortim romano republicano situado sobre uma via de comunicação natural, o vale do Lizandro.

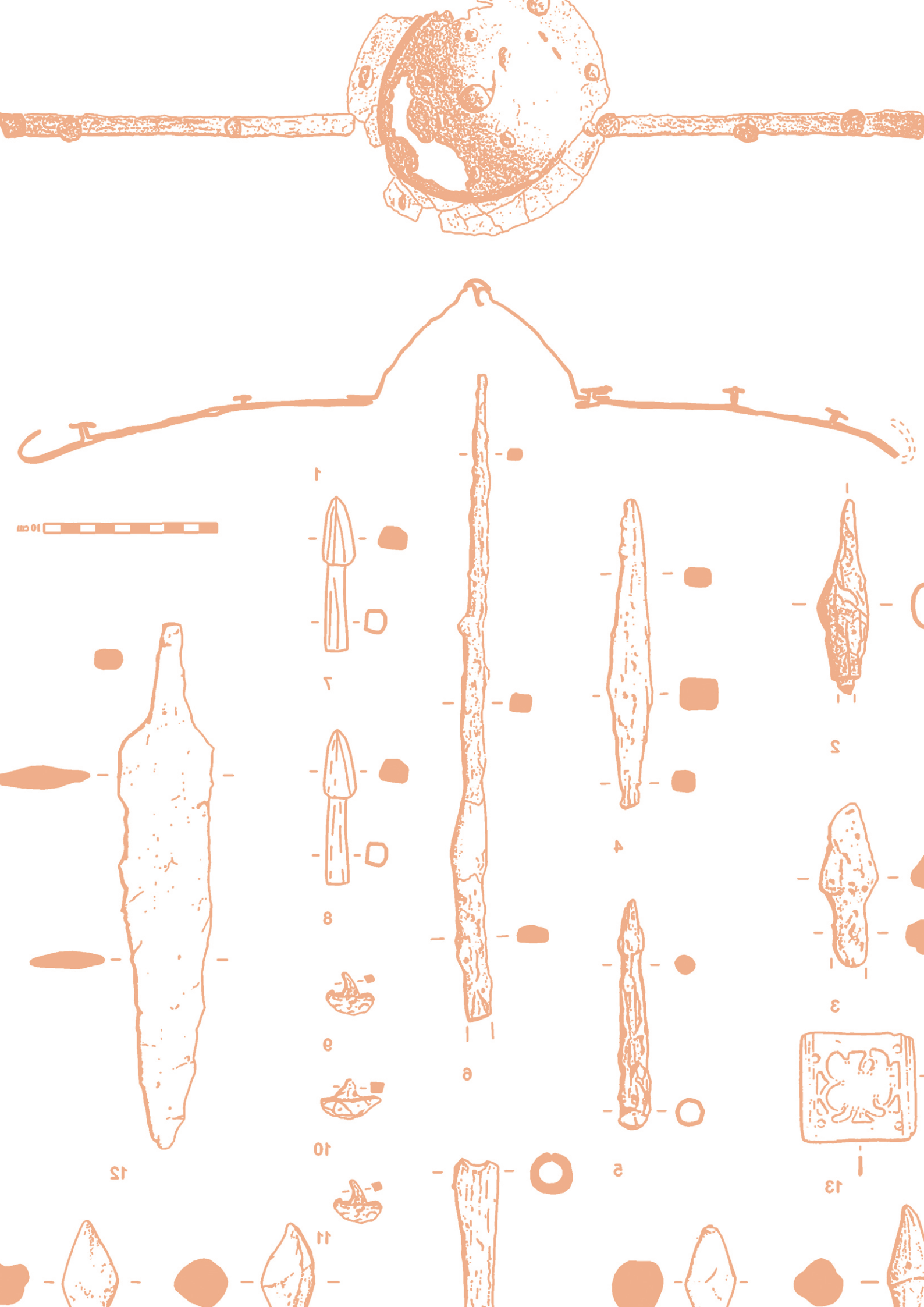
6.12. OUTROS SÍTIOS

Por fim, ainda concernente ao povoamento em torno do interior da Península de Lisboa existem algumas alusões que importa ter presente, mas que nesta fase mais não são que indícios para futuros trabalhos. Uma das questões mais relevantes prende-se com a concentração de sítios em redor da bacia do rio Lizandro, vindo assim sublinhar a relevância desta via de penetração para o interior do território.

O sítio arqueológico da Belavista ou Boavista (CNS – 39391,) localiza-se na Freguesia da Ericeira, Concelho de Mafra, encontrando-se hoje englobado na urbanização da vila, nas proximidades da igreja paroquial de São Pedro. O sítio arqueológico desenvolvia-se num cabeço gozando de ampla visibilidade e condições naturais de defesa, mas que hoje se encontra profundamente alterado com o crescimento urbanístico. Em trabalhos de prospeção, foram aqui recolhidos cerâmica comum, de construção, fragmentos de ânforas e terra *sigillata*. Sobressai entre o conjunto e pela sua raridade, no quadro da Península de Lisboa, um fragmento de colo de uma ânfora vinária itálica de produção adriática com a marca SALVIVS no ombro (Miranda et al., 2021, p. 320, fig. 8, n.º 1). A presença desta ânfora permite atestar uma ocupação mais recuada deste núcleo que remonta à fase da conquista romana. A estação do Moínho do Pitas (CNS – 37741), implanta-se num amplo morro com excelente visibilidade para o oceano a Oeste e a Norte para o vale da ribeira de Santa Margarida, na Freguesia de Ericeira, Concelho de Mafra. Sendo a sua descoberta recente, ainda dispomos de poucos dados sobre a mesma. Porém, a recente publicação da recolha de um denário da *Gens Caecilia*, possivelmente o exemplar RRC 374/2 datado de 82 a.C., leva-nos a assinalar a sua presença (Miranda et al., 2021, p. 320, fig. 19, n.º 1). O sítio de Lapa da Serra, Freguesia de Carvoeira, Concelho de Mafra (CNS – 33511), foi detetado na sequência de trabalhos de remodelação de uma casa de habitação, sendo poucos os dados de que dispomos. Todavia, a presença de fragmentos de ânforas romano republicanas, nomeadamente de contentores do Tipo 7.4.3.2. - 7.4.3.3. (Mañá C2B), com fabricos da área meridional da *Uterior*, associados à baía gaditana leva-nos a sublinhar enquanto ocorrência (Diogo e Costa, 2005, p. 412-420). A sua posição de sítio de altura, com bom domínio visual sobre o vale do rio Lizandro, leva-nos a correlacionar esta estação com o núcleo portuário da Senhora do Ó. Por último, nos níveis superficiais do bem conhecido povoado pré-histórico do Penedo do Lexim (CNS – 664), Freguesia de Igreja Nova e Cheleiros, Concelho de Mafra, tem vindo a identificar-se alguns materiais do período romano republicano (Sousa, 2010). Estas evidências já levaram a que se tenha proposto que o local tenha tido alguma função de vigia (Sousa, 2007, p. 308). Entre os materiais encontram-se fragmentos de ânforas vinárias itálicas e do Tipo 7.4.3.2. - 7.4.3.3. (Mañá C2B), a par de imitações de verniz negro itálico em pasta cinzenta (Miranda et al., 2021, p. 320, fig. 8, n.º 4 a 6).

A CONQUISTA ROMANA DA PENÍNSULA DE LISBOA E BAIXO TEJO. UMA LEITURA DE CONJUNTO .IV





Chegados a este ponto e uma vez apresentados e discutidos os dados relativos às ocupações humanas da área da Península de Lisboa e baixo Tejo, com particular ênfase nos seus espólios e arquiteturas, é tempo de fazer uma tentativa de leitura do conhecimento disponível, conjugando-a com a informação abundante, mas muitas vezes contraditória, das Fontes Clássicas.

Face às suas excelentes condições de navegabilidade, manifestas riquezas auríferas e recursos agropecuários, o vale do Tejo é desde cedo procurado por comunidades exógenas que aqui se estabelecem e interagem com as populações indígenas. É assim que, desde meados do primeiro milénio a.C., assistimos à presença do mundo fenício, que irá incrementar o desenvolvimento dos mais relevantes povoados portuários.

Os mercadores semitas irão ter um papel relevante no desenvolvimento destes núcleos, alcançando alguns deles dimensões significativas (Arruda, 2002; Sousa, 2014). Estes aglomerados de cariz urbano, tais como a colina do Castelo em Lisboa, Almaraz em Almada, Alcáçova de Santarém ou Chões de Alpompé, mantêm ao longo da Idade do Ferro fortes contactos com o mundo Mediterrâneo, parecendo assumir o papel de portos abertos à navegação. É precisamente nestes núcleos que assistimos à chegada das primeiras evidências da interação com o mundo itálico.

CARTHAGO DELENDA EST

Esta conhecida e muito glosada expressão latina, resulta de uma célebre expressão reiterada no senado de Roma, por um dos seus mais conhecidos e célebres senadores do período romano republicano, Catão, o velho. Reporta-se ao conflito que opôs as duas maiores potências do Mediterrâneo central (século II a.C.), Roma e Cartago, e significa que “Cartago tem que ser destruída”. É precisamente resultando desse conflito de mais largo espectro que se enquadra a primeira presença militar dos exércitos de Roma na Península Ibérica. O já acima referido desembarque das tropas de *Publio Cornélio Cipião* em Ampúrias em 218 a.C., marca assim o início do processo que historicamente se definiu como conquista do território da Península ibérica, denominada pelos romanos como *Hispania*.

Embora o extremo ocidental da Península tenha estado arredado da primeira fase de conquista da *Hispania* (218-154 a.C.), as consequências do conflito que opôs Roma e Cartago em solo Ibérico não deixaram de se fazer sentir. Existe mesmo uma referência não isenta de problemas, visto serem contraditórias as duas fontes que a transmitem, que nos informa que, em 210 a.C., os chefes dos exércitos cartagineses invernavam no Ocidente: Magão, além das colunas de Hércules, junto aos Cónios, e Asdrúbal, filho de Giscão, na Lusitânia, junto à foz do Tejo (Fabião, 1992, p. 211).

Nos últimos anos, o compulsar de nova informação tem vindo a reforçar a presença e difusão de numismas hispano-cartagineses no vale do Tejo. Sublinhe-se que não existe qualquer tradição de circulação de numismas antes desta época (Fig. 145). Não deixa de ser igualmente curioso atestar que todos os elementos numismáticos têm vindo a ser coligidos em povoados pré-romanos (Ruivo, 1999, p. 106). É o caso dos exemplares recolhidos no Cabeço da Bruxa, Alpiarça (Kalb e Höck, 1980, p. 140, Taf. 21, fig. e-f); no Castro da Curvaceira ou Amaral (Ruivo, 1993-1997, p. 62, n.º 68); no Castro da Ota (Ruivo, 1993-1997, p. 63, n.º 69) e nos Chões de Alpompé (Ruivo, 1999, p. 104). Podendo ainda aduzir-se a esta pouco usual concentração o exemplar da Cabeça de Vaiamonte (Fabião, 1998a, Vol. III, p. 10).

Ainda que seja provável estas moedas terem chegado ao vale do Tejo por via comercial ou resultarem de circulação residual em momentos mais tardios, parece-me mais plausível admitir que estes achados possam estar relacionados com uma polémica referência de Políbio (Fr.h. 10,7,4) de que no decurso da 2.ª Guerra Púnica, um exército Cartaginês, comandado por Asdrúbal, filho de Giscão, estivesse acantonado na foz do Tejo no inverno de 210 a.C. Em sentido diverso, se seguirmos o relato de Títo Lívio (*Ab Urbe*, XXVI. 20,6), por essa altura Asdrúbal encontrava-se na região da baía gaditana (Ruivo, 1999, p. 106). Apesar de não ser certa a presença militar Cartaginesa, a mera referência de Políbio é indicadora que esta região não deve ter ficado totalmente à margem deste conflito, tendo certamente por necessidades de abastecimento, recrutamento de tropas auxiliares, ou de controle desta rica região sido alvo da pressão dos agentes cartagineses (Guerra, 2001b, p. 33).

Nos últimos anos, os dados referentes às moedas achadas no território peninsular pertencentes ao período mais antigo da sua circulação, ou seja, à época anterior à presença romana na Ibéria têm vindo a aumentar de forma considerável (Chaves Tristán e Pliego Vásquez, 2015). Entre as moedas cartaginesas, predominam as emitidas em solo peninsular, realizadas na sua maioria em função dos preparativos e do desenrolar do conflito da II Guerra Púnica (Chaves Tristán e Pliego Vásquez, 2017, p. 549).

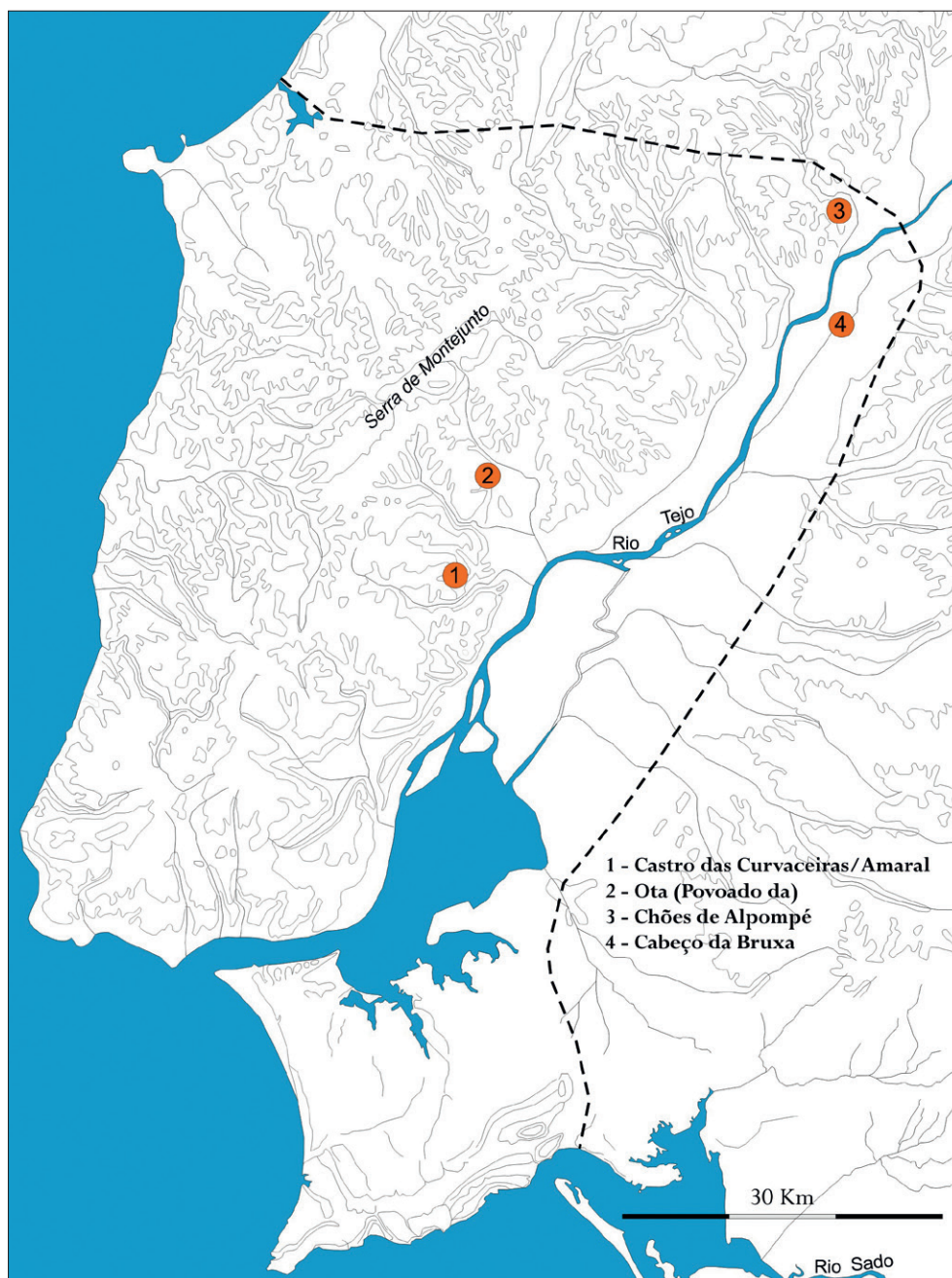


Figura 145 – Localização das estações onde foram detetados numismas hispano-cartagineses.

1. O VALE DO TEJO NO SÉCULO II A.C.

Com o término da Segunda Guerra Púnica, a necessidade de defender, controlar e explorar os territórios recentemente dominados na Península acaba por conduzir, em 197 a.C., à criação do primeiro esboço de uma administração da *Hispania*. O território controlado, nesta fase, restringia-se a uma faixa litoral, desde os Pirenéus até às faldas da Sierra Morena, na margem direita do Guadalquivir. Este território é dividido em duas províncias, a *Hispania Citerior* a oriente com capital em *Carthago Nova* (Cartagena) e a *Hispania Ulterior* a ocidente, com capital em *Corduba* (Córdova), sendo governadas por dois pretores (Fabião, 1992, p. 212). Apesar desta delimitação, a ocupação nesta fase era essencialmente militar, destinada a controlar e explorar o território, sendo o período subsequente marcado por múltiplas sublevações de cidades ou de regiões.

O confronto entre comunidades Lusitanas e Romanas ocorre em 194 a.C., quando os primeiros regressavam de uma campanha de saque a zonas ricas do sul peninsular. Atacados por P. Cornélio Cipião, os Lusitanos foram derrotados em *Ilipa*, (Lívio, 35, 1, *In F.H.A. III*, p. 194-195). A partir desta data, dispomos de diversas referências a vitórias e derrotas entre ambas as partes, sendo que estas incursões ocorrem em zona da atual Andaluzia (Alarcão, 1988, p. 16-21). Para o vale do Tejo importa ter presente a referência de Lívio (Liv, 39, 30, *In F.H.A. III*, p. 205), que descreve que os pretores L. *Quinctio Cristino* da *Citerior* e C. *Calpurnio Piso* da *Ulterior* em 186-185 a.C. partem da *Baeturia*, ou seja do vale do Guadalquivir, cruzam o Guadiana e implantam o seu acampamento nas proximidades do Tejo. Mencionam igualmente uma vitória junto do *Tagus*, que os romanos atravessam à vista do inimigo, num lugar onde o rio teria dois vaus e uma montanha nas proximidades, onde se refugiaram três mil inimigos.

Durante os anos seguintes, podemos mesmo dizer durante a primeira metade do século II a.C., a estratégia militar romana frente aos distintos territórios da Península caracteriza-se por uma falta de coerência, sendo as diversas ações descoordenadas e carentes de continuidade (Heras Mora, 2018, p. 77).

É com o eclodir do conflito conhecido como “Guerra Lusitana” (155-138 a.C.) que começamos a dispor de mais informações acerca dos movimentos dos exércitos romanos no extremo Ocidente peninsular. Ainda que grande parte dos acontecimentos relatados nas fontes clássicas ocorra em territórios mais meridionais, importa reter o impacto que estas intervenções militares em larga escala não devem deixar de ter tido nas relações comerciais, políticas e sociais dos portos do vale do Tejo. Só nos últimos anos do conflito, as fontes referem incursões ao Ocidente (Fabião, 1989, p. 41). Em 141 a.C. Q. Fábio Máximo Serviliano soma uma série de vitórias na atual Andaluzia, conquistando posições lusitanas e levando a guerra ao atual Algarve e Alentejo, tendo mesmo atravessado o Tejo (Apiano, 67-69, *In F.H.A. IV*, p. 117-121). Em 139 a.C., Q. Servílio Cipião, rompendo a paz com os Lusitanos estabelecida pelo seu antecessor, desencadeia uma ofensiva fulgurante, atacando os Lusitanos e entrando em conflito com os Vetões e os Galaicos (Apiano, 70, *In F.H.A. IV*, p. 122-123).

Os êxitos militares do governador da *Hispania Ulterior* levam Viriato a propor negociações, tendo, como se sabe, sido assassinado pelos seus próprios emissários, *Audax*, *Ditalkon* e *Minuros*, aliados por Cipião (Apiano, 71, *In F.H.A. IV*, p. 126-127). O já esgotado contingente lusitano, embora ainda tenha tentado uma incursão mal sucedida contra os territórios a sul, negociou a paz pouco depois e recebe territórios para se instalar, terminando assim a “Guerra Lusitana”.

É neste contexto, pós-morte de Viriato, que ocorre a primeira grande ofensiva militar romana no extremo ocidental da Península Ibérica (Fabião, 1989, p. 42). Essa campanha teve como intuito “apaziguar” de forma modelar esta região, génese da anterior rebelião. Desencadeou-se em 138 a.C., liderada pelo general *Décimo Júnio Bruto*. Graças ao geógrafo Estrabão, autor grego natural da cidade de *Amaseia* (atual Amásia, Turquia), que viveu no século I a.C. e foi autor de uma monumental *Geografia* em 17 volumes, obtemos pela primeira vez uma referência direta à entrada do vale do Tejo na esfera de Roma. Durante muito tempo foi seguida uma tradução da obra de Estrabão, que incluía nesta passagem uma

referência a *Olisipo* e à sua fortificação pelo Galaico. Contudo, trata-se de uma passagem corrompida, sendo essa interpretação um acrescento posterior, pouco confiável do ponto de vista hermenêutico (Pimenta, 2020). Neste trabalho e a bem da ciência optamos por seguir uma recente tradução crítica a partir do texto original grego, de Jorge Deserto e Susana Pereira: “(...) *Móron* cidade bem situada numa elevação perto do rio, a uns quinhentos estádios do mar [...] A esta cidade, Bruto, denominado o Calaico, usou-a como base de operações quando lutou contra os Lusitanos e os submeteu [...] poderia ter as navegações desimpedidas e o abastecimento de víveres, de modo que entre as cidades em redor do Tejo, são estas as mais poderosas.” (Estrabão, Geog. III.3.1 in Deserto e Pereira, 2016).

É assim através de Estrabão (III, 3.1) que sabemos que, em 138 a.C., o novo governador da província romana da *Ulterior*, o procônsul *Décimo Júnio Bruto*, utilizou o vale do Tejo como eixo principal da sua campanha militar ao Noroeste peninsular, tendo usado uma das principais cidades na margem direita, *Móron*, no fundo do estuário a cerca de 90 km da entrada do rio como base de operações (Fig. 146). Apesar da recente crítica textual não confirmar a referência estraboniana ao papel da cidade de *Olisipo* nesta campanha, a arqueologia tem consolidado a sua relevância, como cidade de retaguarda, controlando a entrada do rio, mantendo livre a navegação e assegurando o abastecimento aos exércitos (Pimenta, 2005, Filipe, 2019).

É de supor que antecedendo a campanha de *Décimo Júnio Bruto* teriam já existido contactos. Se não de índole comercial, visto que de facto estes não deixaram vestígios, mas certamente a nível político, entre as elites de *Olisipo* e de *Móron* e o poder de Roma na *Hispania*. Tendo presente a breve descrição estraboniana, não é mencionada nenhuma conquista, apenas, que esta cidade é utilizada como ponto de apoio no âmbito de uma campanha militar. Recorde-se, que a campanha de Bruto se destina a controlar a orla costeira e a penetrar em profundidade no território alcançando o território dos Galaicos, povo que vence e que lhe dá o cognome pelo qual passa à história – *Galaicus* (Cavada Nieto, 2009). O seu exército, após essa vitória, continua a avançar chegando a atravessar o rio Leça e alcançando a foz do rio Minho, onde observa pela primeira vez, assombrado, o pôr-do-sol no oceano. Não é assim de supor que avançassem para paragens tão distantes, deixando atrás de si uma zona instável ou pouco confiável. Face a este enquadramento, parece-me mais provável estarmos perante cidades que negociaram a sua aliança com Roma, tirando assim partido do novo quadro geopolítico que se estava a delinear. Esta opção pelo vale do Tejo e especificamente pela sua margem direita, como linha de retaguarda permite supor que a zona estaria já relativamente bem controlada e que deixava atrás de si um Alentejo e Algarve que se supõem pacificados (Fabião, 1989, p. 42). Não deixa de ser pertinente, neste exercício de tentativa de compreensão de como terá ocorrido esta integração na esfera de Roma, ter presente a título de exemplo, o caso da antiga cidade de *Gades*, o denominado *Foedus Gaditanum* de 206 a.C. (López Castro, 1995, p. 100-102). Este tratado resulta da *deditio* de Gádir, no contexto das guerras púnicas após a retirada de Magão. Por *deditio*, entenda-se, a sua capitulação negociada, consequência de um juramento de *fides* a Roma. O ato de *deditio* tinha como significado abandonar-se ao vencedor e à sua proteção muitas vezes com a instalação de uma força militar. Contudo, como foi o caso Gaditano, a *deditio*, não implicava a perda da autonomia jurídica do povo ou comunidade submetida, que sobrevive como sujeito de direito após a restituição da sua identidade e propriedades pelo vencedor (López Castro, 1995, p. 102). Este paralelismo entre *Olisipo*, *Móron* e o *Foedus Gaditanum* não é inócuo, resultando da constatação da relevância de que ambos os portos assumiram no contexto da conquista, sendo que essa relação se encontra como iremos ver plasmada no registo arqueológico, no abastecimento massivo de produtos alimentares envasados em ânforas. Reforce-se que *Gades* como cidade aliada estaria obrigada a fornecer a ajuda necessária a Roma nas suas campanhas, quer com tropas auxiliares, quer com mantimento e acima de tudo com o apoio das suas frotas navais (Morais, 2007a). Cícero no seu discurso *Pro Balbo* recorda aliás que os Gaditanos auxiliaram os romanos “nas guerras difíceis”, entre outras, precisamente na campanha de Bruto (López Castro, 1995, p. 158).

Em concreto, tendo presente os dados disponíveis, o que podemos sublinhar é que a partir da campanha de Bruto o vale do Tejo entre definitivamente na esfera do mundo romano. As evidências desse contacto e interação económica e cultural encontram-se bem marcadas no súbito surto do volume de importações de bens e produtos alimentares e da emergência da numária itálica no quotidiano. Apesar de todas as convulsões decorrentes dos períodos conturbados que o extremo ocidente da Península Ibérica atravessou durante os finais do século II e I a.C. não mais deixou de se fazer sentir a presença itálica.

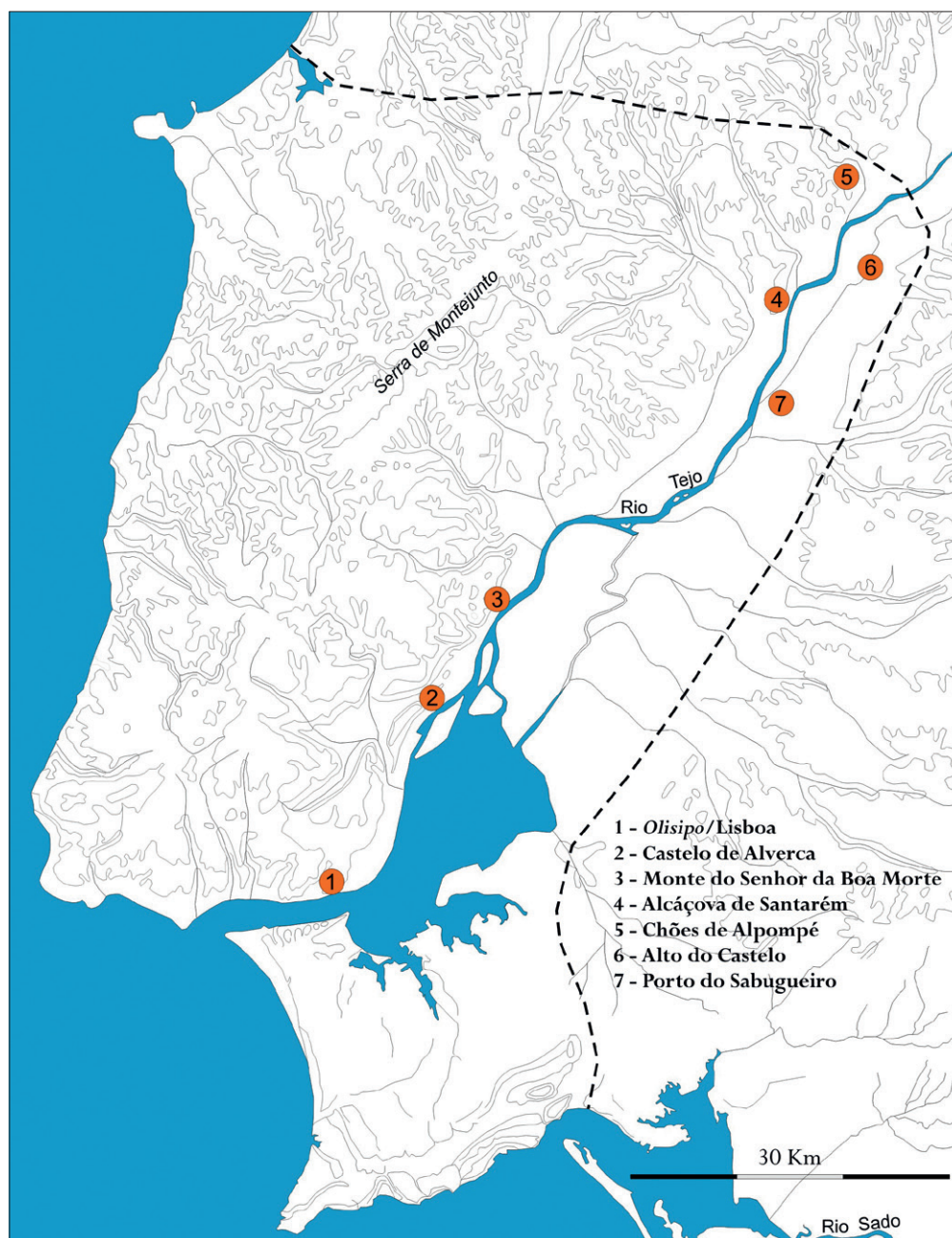


Figura 146 – Mapa do vale do Tejo e foz do Sado com a localização dos principais sítios para o século II a.C.

A campanha de Bruto, pela sua dimensão, relevância, duração merece-nos ainda um breve comentário (Fig. 147). As preocupações defensivas patentes na organização da sua retaguarda e linha de apoio levam a constatar que os exércitos consulares estariam perante um território adverso e desconhecido. O próprio comportamento das tropas expressa de forma bem vincada a intrepidez de uma ofensiva a paragens tão remotas (FHA, IV, p. 139-140). Partindo do Tejo, *Décimo Júnio Bruto* lidera uma fulgurante campanha que conduz até ao rio Minho, centrando a sua ação na conquista e submissão dos principais povoados lusitanos (Gomes, 2017). Não temos conhecimento exato de qual o trajeto desta campanha, Jorge de Alarcão propôs de forma pertinente que esta se tenha desenvolvido pelo percurso da posterior estrada entre *Olisipo* a *Bracara* (Alarcão, 1987, p. 36). Porém, até ao momento, apesar de alguns esforços têm sido goradas as tentativas de identificação de recintos militares que lhe possamos associar.

Recentemente, foram identificados três sítios que se podem prender com esta campanha: dois na bacia do rio Mondego, o sítio de Arruelas, Maiorca, Montemor-o-Velho (Imperial, 2017), com um conjunto material expressivo e inequivocamente desta fase, mas de interpretação difícil, face às especificidades da intervenção, mas que tem sido associado a um possível naufrágio (Soria, 2018); o povoado de Santa Olaia (Figueira da Foz), onde a revisão dos materiais das escavações antigas revelou um coerente conjunto de importações que se podem associar a esta época (Silva, Almeida e Pereira, 2021); e o sítio de Lomba do Mouro (Melgaço) correspondendo a um recinto militar de dimensões significativas, cerca de 21 hectares, que foi associado ainda que como hipótese de trabalho a esta campanha (Costa-García, Fonte e Gaco, 2019).

O papel da passagem de *Décimo Júnio Bruto* como governador da *Ulterior*, entre 138 e 133 a.C. foi sem dúvida marcante para o início da romanização dos territórios ocidentais (Salines de Frías, 2010). Os dados arqueológicos da área da Península de Lisboa e baixo Tejo parecem coincidir com esta leitura. De facto, os contextos arqueológicos mais antigos que podemos associar à presença romana encontram-se bem documentados na área do Castelo de São Jorge, em Lisboa, enquadrados no terceiro quartel do século II a.C., sendo assim coincidentes com a cronologia da presença dos exércitos do Galaico (Pimenta, 2005). A relevância e consistência dos dados provenientes de *Olisipo* sustentam mesmo uma forte presença militar associada a esta fase, materializada pelo volume de importações e o seu cariz alógeno (Pimenta, Ribera I Lacomba e Soria, 2018; Pimenta, 2014, 2020).

No fundo do estuário, os dados dos Chões de Alompé, apesar de ainda carecerem de contextos arqueológicos fiáveis, parecem seguir a mesma linha dos registados em Lisboa, com um peso significativo das importações itálicas (Pimenta e Arruda, 2014). Os dados parecem identificar este grande povoado com a *Móron* Estraboniana e ver nele a base operacional da campanha de Bruto ao Noroeste peninsular (Fabião, 1989; Fonte et al., 2020).

Apesar de a recente revisão dos dados disponíveis aduzir alguns novos elementos, mantém-se em aberto a questão da cronologia da génese do grande acampamento de Alto do Castelo (Alpiarça), a sua ocupação nesta fase encontra-se provada, ainda que só futuros trabalhos arqueológicos possam clarificar se foi fundado neste contexto, se corresponde a um recinto associado às guerras Lusitanas ou mesmo a algum momento mais tardio.

Podemos ainda associar a esta fase as primeiras importações itálicas, como cerâmicas napolitanas de Verniz Negro Itálico, acompanhadas de ânforas greco-itálicas, documentadas em povoados pré-romanos como a Alcáçova de Santarém, Castelo de Alverca, Monte do Senhor da Boa Morte ou no



Figura 147 – Mapa parcial da Península Ibérica com a localização de *Olisipo* e *Móron* assim como do trajeto provável da campanha do Galaico.

Porto do Sabugueiro. Sublinhe-se que estamos perante evidências essencialmente localizadas junto do Rio Tejo, sendo a informação do interior da Península de Lisboa mais complexa de situar do ponto de vista da cronologia, pela ausência de importações cerâmicas.

Possivelmente associado a esta campanha, e à personagem de *Décimo Júnio Bruto*, existe a referência à fundação da cidade de *Brutobriga* (Sculten, 1937, p. 140). A sua localização tem vindo a ser apontada para o vale do Tejo, nomeadamente para área de Santarém (Amela Valverde, 2016). A única informação de que dispomos é a de que esta cidade cunhou moeda durante o período romano republicano. Trata-se de uma única série de bronzes com boa execução e uma cronologia da segunda metade do século II a.C., apresentam do anverso uma cabeça masculina com o nome do magistrado T. MANLIVS T.F. SERGIA e no reverso um navio e aos seus pés o nome da cidade BRUTOBRIGA (Ruiz López, 2010, p. 619-620). Tendo em conta a dispersão destes numismas, nomeadamente na província de Cáceres e Badajoz, foi recentemente apontado uma localização para esta cidade na área de La Serena – Castuera (Heras Mora, 2015, p. 75).

Após a campanha de Bruto o vale do Tejo é inserido de forma definitiva na esfera de Roma. Contudo, subsequentemente a este momento, não se assiste a um esforço coerente de coesão destes territórios (Cadiou, 2003). De facto, resulta claro da análise das fontes que o processo de conquista não foi linear, uniforme, nem obedeceu a uma estratégia planificada. Tratou-se antes de um modelo heterogéneo assimétrico e marcado de avanços e retrocessos, de objetivos militares de alcance muitas vezes marcado pelos interesses e desejos de prestígio pessoal por parte dos Generais romanos (Heras Mora, 2018). A aduzir a este quadro, as lutas internas da política romana expandiram-se e alastraram-se aos territórios peninsulares, complexificando ainda mais o panorama hispânico. Nos anos seguintes à campanha de Bruto as fontes clássicas reduzem consideravelmente a sua atenção relativa a estes territórios (Edmondson, 2014). Apiano, a nossa principal fonte dos capítulos anteriores, translada-se de cenário e passa a narrar o que se passa na província da *Citerior*. Contudo, algumas notícias, assim como alguns notáveis elementos epigráficos permitem perceber que estes territórios estavam longe de pacificados (López Melero; Sánchez Abal e García Jimenez, 1984).

Apesar da quase ausência de fontes para acompanhar as dinâmicas da conquista no último terço do século II a.C. na província da *Ulterior* (FHA IV, p. 141-159) alguns indícios patentes nos *Fasti Triumphales* atestam que a partir do ano 115 até meados dos anos 90 a.C. alguns exércitos romanos tiveram que fazer frente a outra série de sublevações lusitanas. Tendo, devido a essas vitórias, diversos comandantes militares terão celebrado triunfos: por exemplo *Quinto Servílio Cepião* (*praetor* em 109) em 107; *Lucio Cornélio Dolabella* (*praetor*, c. 100) ex *Hispania Ulterior(e) de Lusitan(eis)* em 98, e *Publio Licínio Craso* (*consul*, 97) de *Lusitaneis* em 93 (Edmondson, 2014, p. 23). A contrastar com estes triunfos, encontram-se igualmente assinaladas algumas pesadas derrotas dos exércitos itálicos. Plutarco reporta genericamente os problemas que Gaio Mário enfrentou durante a sua pretura nesta província, ao longo do ano de 114 (*Plu. Mar.*, 6); no ano de 112, *L. Calpurnius Piso Frugi* foi morto no exercício da mesma função (*Cic. Verr.* 4,56); em 105 dá-se conta de uma derrota do exército romano frente aos lusitanos (*Obseq.* 105); assinalam-se de novo conflitos entre 102 e 100, os primeiros na pretura de M. Mário e os últimos quando era procônsul *L. Cornélio Dolabella*. Em 99 assinalam-se de novo conflitos com os *Lusitani rebellantes* (*Obseq.* 99) (*apud* Guerra, 2004, p. 223).

De acordo com a pertinente e sustentada proposta de Amílcar Guerra, deve inserir-se nesta fase a fundação da base militar de (*Castra*) *Caepiana* entre o baixo Tejo e o Sado, associada à figura do pretor e procônsul Q. Servílio Cepião, filho do cônsul homónimo e responsável pela província entre 109 e 107 a.C. (Guerra, 2004, p. 222). Desta personagem e do seu percurso no extremo ocidente peninsular, pouco se sabe além de que venceu os Lusitanos e que a sua pretura se consagrou com a celebração de um triunfo (FHA IV, p. 146-147).

A aduzir a esta situação de instabilidade, devemos ter em conta a descoberta de uma placa de bronze com o texto de uma rendição (*deditio*), descoberta no Castro de Villavieja (Castillejo de la Orden, Alcántara, Cáceres) (AE, 1984, 495; López Melero et al., 1984), demonstrando que pelo menos um *populus* nesta região se tinha revoltado contra a presença romana no ano de 105-104 a.C., o que requereu uma intervenção militar por parte do magistrado responsável pela *Ulterior*, *L. Caesius*.

Alguns ocultamentos de tesouros monetários republicanos, podem ser associados a esta fase, agrupados por Jorge de Alarcão, como “tesouros de c. 100 a.C.” (Alarcão, 1999, p. 1-3). A sua concentração centra-se a sul do Tejo, mas verifica-se alguns exemplares mais setentrionais, como é o caso do conjunto de S. Tibério, Pombal e o de Alvorge, Ansião (Alarcão, 1999, p. 2-3).

Nos anos de 96-94 a.C. o procônsul da *Ulterior*, Públio Crasso empreende uma expedição para Norte, aparentemente mais de exploração territorial do que de conquista (Estrabão, 176, in FHA IV, p. 153), tendo resultado na descoberta do acesso às zonas de extração do estanho, as ilhas Cassitérides, segredo cuidadosamente mantido pelos mercadores gaditanos (Fabião, 1989, p. 44). Este relevante episódio relembra-nos um dos objetivos fundamentais da conquista da *Hispania*, a sua riqueza de recursos mineiros. De facto, a implantação de estabelecimentos mineiros, associados à exploração com vista à obtenção de metais, desencadeou intensos sistemas de controlo do território, que pautaram as dinâmicas da implantação itálica (Heras Mora, 2018, p. 405).

2. O PERÍODO SERTORIANO

A fatídica cerva que o avisa:
Ele é Sertório, e ela a sua divisa.
(Os Lusíadas, Canto VIII, 8 Estrofe)

O cenário geopolítico altera-se substancialmente com o episódio das Guerras Civis romanas em território hispânico denominado como guerras Sertorianas (82-72 a.C.). Sertório obteve a pretura da *Hispania Citerior* em 82 a.C., contudo, o regresso de Sula a Roma levou a que o seu nome ficasse inscrito nas listas das proscrições dos apoiantes de C. Marius. Sertório apressou-se a vir para a Península, com o intuito de criar um foco de oposição e de resistência contra o governo de Sula. Expulso da *Hispania* pelo procônsul C. Annio Lusco, a quem o governo sulano tinha entregado a mesma província, depois de diversas peripécias navais, desembarca no Norte de África, onde os Lusitanos o encontram e lhe oferecem um exército se ele aceitar liderá-los contra Roma (Plutarco, Sertório, 7 in FHA IV, p. 168-169).

Não nos vamos aqui deter sobre a análise factológica das geografias do conflito, visto que esse trabalho se encontra plasmado em estudos recentes que reavaliam e problematizam o quadro inicial traçado por A. Schulten, quer na obra *Sertorio* (1926), quer nas *Fontes Hispaniae Antiquae* IV (1937), veja-se a Tese de Doutoramento de F. García Morá (1991) ou os recentes trabalhos de Salinas de Frías (2006a, 2006b e 2014) e de F. Cadiou (2008).

Da geografia dos confrontos militares é claro que o extremo ocidente da Península, face à situação de instabilidade e antagonismo generalizado, parece ter ficado entregue a si mesmo (Fabião, 1989, p. 45). Grande parte do teatro de operações onde ocorrem os principais conflitos relatados pelas fontes clássicas desenvolve-se longe do vale do Tejo, em territórios mais meridionais, embora com algumas incursões ao Sul do território atualmente português (Sala Sellés e Moratalla Jávega, 2014).

Para fazer frente à ameaça que Sertório apresentava, o governo *optimatus* envia à Península Ibérica no ano 79 a.C. Q. Cecilio Metelo Pio. Este tinha partilhado o consulado com Sula no ano 80 a.C. e, portanto, foi enviado como procônsul (Salinas de Frías, 2010, p. 47). Plutarco e Salústio narram diversos combates que ocorrem logo neste ano (Plutarco, Sertório, 13; Salústio, 1, 112, 1, 113 in FHA IV, p. 168-169). Metelo ataca as cidades de *Lancobriga* ou *Lacobrica*, que tem vindo a ser associado ao sítio de Monte Molião nas proximidades da cidade de Lagos (Arruda, 2007; embora existam opiniões divergentes, ver Guerra, 1998 e Alarcão, 2005) e a cidade de *Dipo*, possivelmente Evoramonte (Alarcão 1988, p. 98; 2002; Guerra, 2010, p. 90, ainda que exista uma tese que a coloca na bacia do Guadiana - Almagro Gorbea et al., 2009). *Conistorgis*, a capital dos cónios também se vê implicada nos combates desse ano, ainda que não seja certo o seu *ubi*, sendo que a última interpretação sobre a sua localização coloca esta cidade em Medellín na Extremadura Espanhola (Alarcão, 2001, p. 337; Almagro et al., 2008). Por outro lado, parece ficar patente a ideia da deslocação do conflito até às margens do Tejo (Salústio, Hist. I, 115 in FHA IV, p. 175), podendo mesmo ter atingido uma das grandes cidades aí existentes “*Lusitaniae gravem civitatem*” (Salústio, Hist. I, 114 in FHA IV, p. 175). Temos assim neste ano a ação centrada no ocidente da província da *Ulterior*, numa ação Sul-Norte, a partir da Baixa Andaluzia, onde o partido de Roma gozava de fortes apoios, como bem sublinha García Morá (1993).

Entre finais de 78 a.C. e o Verão de 76 a.C. as fontes praticamente deixam de se referir à *Ulterior*, assumindo-se que Sertório haveria conseguido estabelecer um verdadeiro *limes* meridional, empurrando Metelo para a região mais romanizada da *Ulterior*, onde facilmente recolhia bastante mais apoio que no ocidente lusitano (García Morá, 1994, p. 279-81). Neste sentido parecem apontar as glandes de

chumbo da Peña de San Sixto (Encinasola) com a inscrição Q·SERTORI· /PRO·COS (Chíc García, 1986, p. 172), as do Castrejón de Valencia del Ventoso (Berrocal, 2003, p. 206; Berrocal et al., 2014, p. 277), mas igualmente as de Azuaga com a inscrição de Q. Cecílio Metelo (Domergue, 1970).

Não voltamos a ter notícias tão particularizadas, da geografia deste conflito. De facto, as fontes que permitem reconstituir os acontecimentos dos anos 80 a 78 a.C., vão agora ocupar-se de outros aspetos da guerra (Heras Mora, 2018, p. 87). A chegada de Pompeio à Península, nos inícios de 76 a.C., iria provocar novas movimentações e atividade na *Ulterior*. Efetivamente, no Verão de 76 a.C., o lugar tenente de Sertório na *Ulterior*, Hirtuleio, defronta Q. Cecílio Metelo junto da cidade de Itálica, saindo completamente derrotado, rumando depois o curso da guerra mais para Oriente, de modo a evitar a união dos exércitos dos dois legados de Roma.



Figura 148 – Mapa dos tesouros atribuídos às guerras sertorianas. Com base em Ruivo, 1997; Barbosa, 1998-2002; Ruivo et al., 2015 e Blázquez Cerrato, 2002, modificado.

A evolução cronológica dos tesouros numismáticos identificados no ocidente peninsular, permite igualmente vislumbrar os ritmos da evolução do conflito, assim como a forte instabilidade que se viveu nesta área do vale do Tejo ao longo deste período (Ruivo, 1997) (Fig. 148). Um primeiro momento situar-se-ia em torno de 79 a.C. e a ele podem ser associados os tesouros localizados na bacia do Tejo: Columbeira, Charneca, Torres Novas, Idanha-a-Nova, Coiço, Valdesalor e Monroy (Blázquez Cerrato, 2002). Estes ocultamentos poderiam ser consequência da campanha de Q. Cecílio Metelo entre 79 e 77 a.C. na *Lusitania* meridional. Um segundo grupo situa-se entre o vale do Douro e o Tejo e têm uma data mais recente até 74 a.C., evidenciando uma deslocação da frente de guerra mais para o Norte e para a fachada atlântica. Pertencem a este grupo os tesouros de Santana da Carnota, Cabeça de Corte, Romariz Santarém, Monte Pindo, e Montedor (Blázquez Cerrato, 2002), podendo acrescentar a estes o tesouro descoberto no sopé do Castro de São Romão, Seia (Alarcão, 1993, p. 15; Barbosa, 1998-2002, p. 48-50). Estes depósitos podem associar-se com os movimentos de Sertório a partir da *Ulterior/Lusitânia* para enfrentar Pompeio na *Citerior*. É possível que este registo permita igualmente contextualizar a referência ao ataque de *Perpena* lugar-tenente de Sertório a *Cale* na *Gallaecia*, de que a única referência é uma citação indireta de *Salustio* feita por *Servio* (Salustio, Hist., 3, 43 *In FHA IV*, p. 233). Não é certo que esta *Cale* seja a que se conhece na foz do Douro, ainda que tal possa ser plausível (Alarcão, 1988, p. 24).

Após a morte de Sertório em *Oscá* e a derrota dos seus partidários a Península fica sob a órbita de Pompeio, que se ocupou ativamente em criar as suas clientelas (Salinas de Frías, 2010, p. 49).

Vários sítios arqueológicos nesta área, têm sido relacionados com este conflito, nomeadamente o grande acampamento militar de Cáceres El Viejo (Ulbert, 1984; Heras Mora, 2014), o povoado da Serra de Segóvia, Elvas (Gamito, 1987, Bargão, 2017), e o povoado da Cabeça de Vaiamonte (Fabião, 1996,



Figura 149 – Principais sítios republicanos na *Hispania* durante o conflito Sertoriano. Com base em Morillo Cerdán, 2014b, fig. 1, modificado e acrescentado.

1998a; Pereira, 2014, 2018) (Fig. 149). Para o vale do Tejo destaca-se o papel dos Chões de Alpompé, local escolhido como base operacional da campanha do Galaico, parece nesta fase ter sido igualmente a opção pelo menos nos momentos iniciais do conflito. De facto, com base no estudo do conjunto numismático, José Ruivo propõe que o vasto planalto do Alviela tenha sido utilizado em 79 a.C. como base de Q. Cecílio Metelo quando ataca os territórios Lusitanos (Ruivo, 1999, p. 106, nota 13). Ainda no baixo Tejo e associado a este momento, existe a referência no itinerário de Antonino e no Anónimo de Ravena ao topónimo *Caeciliana* (Heras Mora, 2015, p. 74 e 75). Situar-se-ia nas proximidades de *Olisipo*, no trajeto da via romana que conduzia a *Emerita* (Almeida, 2017). Uma possível associação deste topónimo com Q. Cecílio Metelo e a uma putativa posição militar *Castra Caeciliana*, foi levantada por Schulten (1937, p. 174-175) e tem vindo a ser proposta ainda que sem confirmação arqueológica para uma entidade militar (Alarcão, 1988, p. 24; tendo já sido apresentadas críticas a esta interpretação em Guerra, 2004, p. 219).

Os dados proporcionados pela arqueologia começam a traçar de forma clara um cenário de que no decurso ou no ocaso do conflito sertoriano terão ocorrido transformações consideráveis na zona e de que estas se estendem até áreas interiores, com o abandono, destruição ou a perda de importância de vários locais, relevantes no âmbito das dinâmicas de implantação romana da primeira fase da conquista (Fabião, 2014). É o caso da destruição/abandono da grande base militar de Cáceres El Viejo (Ulbert, 1984; Heras Mora, 2014); do acampamento de Valdetorres (Heras Mora, 2009); da base operacional de Villasviejas del Tamuja (Heras Mora, 2015 e 2018); da perda de importância ou mesmo destruição do centro operacional logístico da Cabeça de Vaia Monte (Fabião, 1998a, Pereira, 2018) ou da base fortificada do Castelo das Juntas, Moura (Mataloto, 2014).

Para o vale do Tejo, assiste-se ao abandono ou mesmo destruição de Chões de Alpompé (Fabião, 2004b, 2006b, 2013 e 2014). Aqui, os dados do estudo dos numismas sustentam que este vasto recinto tenha sido abandonado nos momentos iniciais do conflito Sertoriano, possivelmente em 78 a.C. (Ruivo, 1999, p. 106). Na margem esquerda do Tejo em frente a Santarém temos dados consistentes para um aparente abandono de sítios como Eira da Alorna e possivelmente Porto do Sabugueiro. No interior da Península de Lisboa, ainda que os dados não sejam claros, enquanto hipótese de trabalho a clarificar, é interessante associar a este momento o ocaso de grandes povoados de altura fortificados, que parecem não sobreviver a este período conturbado, é o caso de Pragança (Cadaval); Castelo (Arruda dos Vinhos); Serra do Socorro (Mafra/Torres Vedras); o Castro do Amaral ou das Curvaceira (Alenquer) ou o povoado de Santa Eufémia (Sintra). Em relação à presença militar ou militarizada da grande cidade da foz do Tejo, *Olisipo*, ainda que a informação não seja conclusiva, assiste-se após este episódio a um diminuir significativo da informação, que pode sustentar que o contingente militar que ocupava a área do Castelo de São Jorge, após este episódio, o abandona definitivamente. Por último, para a Península de Setúbal, nos últimos anos o avolumar de dados sobre o sítio arqueológico de Chibanes, possivelmente o *ubi* da (*Castra*) *Caepiana* ptolemaica, parece sustentar que esta terá sido igualmente destruída nesta fase (Soares et al., 2019).

3. O VALE DO TEJO NO SÉCULO I A.C.: NOVAS CENTRALIDADES

Com a morte de Sertório e a derrota do seu comandante Perpenna, a Península Ibérica parece ter atravessado um período de alguma estabilidade. A situação veio a alterar-se com a vinda para a Hispânia, em 61-60 a.C., de C. Júlio César, como propretor da província da *Ulterior*. César já tinha estado na Península em 68 a.C. como *quaestor* de Antistio Veto, o que sem dúvida lhe tinha proporcionado a hipótese de conhecer o território (Novillo López, 2010).

Dentro deste período, o governo provincial de César na *Ulterior* entre 61-60 a.C. não teve uma importância superlativa, a não ser do ponto de vista militar e do ponto de vista político para a fulgurante carreira do futuro Cônsul (Salinas de Frías, 2010, p. 50). César, no discurso que profere após a batalha de Munda em 45 a.C., afirma “*initio quaesturae suae eam provinciam ex omnibus provinciis peculiarem sibi constituisset et quae potuisset eo tempore beneficia largitum es*” (Bell. Hisp, 42 In FHA V, p. 6). Em tradução livre, “desde o princípio da sua questura tinha considerado a província (da *Ulterior*) como sua entre todas e que naquele tempo fez quantos benefícios pode”. Apesar desta afirmação, destinada a sublinhar a infidelidade de um território que durante a guerra civil se mostrou mais partidário de Pompeio do que de César, o facto de o futuro Ditador ter abandonado a província antes do término do seu cargo, para se ocupar da candidatura ao consulado, é bem evidente do interesse político de César por esta província (Quetglas Nicolau, 2005).

De acordo com Plutarco (Plut., César, 12 In FHA V, p. 11), César tendo vinte coortes, ou seja, uns dez mil soldados, reúne outras dez e com este contingente de quinze mil soldados, promove um conjunto de operações militares contra os Lusitanos e os Galaicos. Esta campanha vitoriosa é suficientemente relevante para ser agraciada com a celebração de um triunfo em 59 a.C. O texto de Díon Cássio (37, 52-55 In FHA V, p. 12) associa esta campanha ao *mons herminius*, afirmando que César obriga estas comunidades a abandonar as suas povoações e a estabelecer-se na planície. O *mons herminius* tem vindo a ser interpretado desde Schulten como a Serra da Estrela, porém mais recentemente tem vindo a ser matizada e estendido à zona da cordilheira central do território português, englobando as Serras do Açor e da Lousã (Alarcão, 2019, p. 91). No decorrer deste conflito ocorre o célebre episódio em que o exército romano persegue os Lusitanos até à costa, onde se vão refugiar numa ilha, tendo César que recorrer ao apoio naval gaditano para os vencer. Esta ilha tem vindo a ser associada com Peniche, porém tendo em conta a profunda alteração das linhas de costa da fachada atlântica em tempos históricos e mesmo tendo em conta a geografia do conflito, é possível que a mesma se possa situar de forma mais plausível na bacia do Mondego ou mesmo na do Vouga (Alarcão, 2019, p. 92). Após esta decisiva vitória, o contingente militar ataca os Galaicos, a Norte do rio Douro, alcançando na sua campanha, através da utilização de meios navais, *Brigantium* na Corunha, famosa pela sua riqueza em estanho.

As fontes não são muito ricas em aspetos relacionados com a organização e o avanço desta expedição, que tem vindo a ser interpretada como a segunda Guerra Lusitana (Novillo López, 2018). Infelizmente, ao contrário da campanha do Galaico, não nos é fornecida qualquer coordenada de onde esta campanha se estrutura e de onde arranca no seu fulgurante trajeto em direção ao *mons herminius* e à zona da Corunha. Tendo presente a lógica da intervenção militar e face à posterior referência pliniana ao povoado indígena de *Scallabis* ter sido um *Praesidium Iulium* (PLIN. 4, 117), tem sido aviltado que poderia ter usado o Tejo como base da sua campanha. Porém esta presunção encontra-se mal fundamentada. De facto, tem vindo a ser proposto que o *praesidium* corresponda a acampamento fundado por César durante o seu pretorado na *Ulterior*, em 61-60 a.C. (Arruda e Viegas, 1999), ainda que, não existe consenso em relação à cronologia do mesmo, oscilando entre o pretorado de César e a guerra civil com Pompeio (49-44 a.C.) (Alarcão, 2002, p. 39). Os escassos dados com que podemos lidar, no

que diz respeito ao início desta campanha, transmite-nos que César no início do seu governo, chega à Península depois de uma longa viagem desde Roma seguindo a rota continental (Plutarco, *Caesar*, 11, 3), chegando a *Corduba* capital da *Ulterior* em data próxima a 15 de maio de 61 a.C. (Morais, 2007a, p. 104). Rapidamente estrutura as diretrizes da campanha preparando o contingente militar e parte para a *Hispania Ulterior/Lusitania* em meados de junho do mesmo ano (Ferreiro López, 1988, p. 363). Qual a base onde organiza a campanha e a partir da qual avança para Norte? É uma incógnita. Ainda que a alusão à utilização de meios navais e a geografia de campanha abrangendo a área montanhosa do maciço central leve a que a opção pelo vale do Tejo como base de operações fosse a melhor opção (Novillo López, 2010, p. 214). Tendo em conta o conhecimento que Roma tinha desta área, a opção pelo estabelecimento do quartel-general na área de *Scallabis* faz todo o sentido. Algo que é inócuo para o sucesso desta incursão militar foi o auxílio dos meios navais Gaditanos. Aliás os mesmos são diretamente mencionados por Dión Cássio (37, 52-55 *In FHA V*, p. 12). Para esta tarefa, César contou com a ajuda imprescindível de um ilustre personagem das elites gaditanas, *L. Cornelius Balbo*, que elegeu como *Praefectus fabrum* (Morais, 2007a, p. 117; Cicerón, *pro Balbo*, 6, 3 *In FHA V*, p. 14). Independentemente das suas bases estratégicas e logísticas, resulta indubitável que esta campanha cesariana promoveu a abertura, ocupação e exploração da região entre o Tejo e o Douro bem como o acesso ao Noroeste peninsular (Fabião, 1989, p. 46).

Para o vale do Tejo, são escassos os dados que podemos coligar e ligar diretamente com este episódio. Passado o episódio Sertoriano, assiste-se a uma rápida reocupação do espaço, escolhendo agora o poder de Roma novas instalações. A esse novo desenho do povoamento, Carlos Fabião chamou de forma feliz de verdadeira refundação do poder de Roma no extremo Ocidente Peninsular (Fabião, 1998a, vol. 2, p. 288). Tendo em conta a cronologia, seria sugestivo ligar a este episódio a fundação de Monte dos Castelinhos, ou mesmo do acampamento de Alto dos Cacos, porém como teremos oportunidade de discutir nas considerações finais não dispomos de certezas, pelo menos, não neste momento da investigação, para uma cronologia tão específica. Poderemos associar a esta campanha, ou mais especificamente aos seus resultados de ocupação efetiva do espaço, diversos estabelecimentos militares que têm vindo a ser identificados na área das beiras e que parecem ter como eixo a exploração mineira. É o caso do acampamento militar da Lomba do Canho, Arganil, na bacia do Alva e dominando as suas explorações auríferas (Nunes, Fabião e Guerra, 1988); do acampamento do Valado de Santa Quitéria, igualmente em Arganil e dominando as bacias dos rios Alva e Ceira (Girão, 1955; Sánchez-Palencia e Currás Refojos, 2015); do acampamento de Mina da Presa, Penamacor (Sánchez-Palencia e Currás Refojos, 2015, p. 281); ou mesmo do possível recinto militar romano detetado no interior da monumental Cava de Viriato (Mantas, 2003); por último, seria igualmente interessante ligar a esta campanha o até agora enigmático acampamento de Antanhol, na bacia do Mondego, ainda que não disponhamos de dados contundentes para sustentar tal associação (Girão, Oleiro, 1953).

Na área do mundo Vetão, tem vindo a ser associado a este momento e a esta campanha o abandono de diversos povoados, como é o caso do Raso de Candeleda, (Ávila) e do Arroyo Manzanas (Las Herencias, Toledo) (Novillo López, 2010, p. 214).

Em 56 a.C., na conferência de Luca, as três principais figuras de Roma, César, Pompeio e Crasso dividiram entre si as províncias, cabendo ao primeiro a Gália, a Pompeio a Hispânia e a Crasso a Síria. Pompeio, delegou em Lúcio Afrânio o governo da *Citerior* com três legiões e em Marco Varrão e Petreio o da *Ulterior*. Varrão estava encarregue da *Ulterior* Bética, tendo duas legiões. Petreio fica responsável pela *Ulterior Lusitania* e *Vettonia* igualmente com duas legiões (Bell. Civ., 38, 1 *In FHA V*, p. 33-34). Ignoramos onde estariam estas duas legiões estacionadas. Sendo que é claro que a legião responsável pela *Ulterior Lusitania* teria que estar instalada numa área estratégica de fácil acesso, sendo o vale do Tejo uma forte possibilidade.

A partir de 49 a.C., com a eclosão da guerra civil entre Júlio César e Cneio Pompeio, a Península Ibérica volta a ser palco de importantes episódios da luta pelo poder. Depois de ter marchado sobre Roma e de Pompeio ter retirado para o Oriente, César marcha sobre a Hispânia, com o objetivo estratégico de destruir as forças daquele, antes de o enfrentar diretamente. Derrota, depois de uma complexa e dinâmica série de confrontos, os legados de Pompeio, Afrânio e Petreio em *Ilerda* (49 a.C.) (*FHA V*, p. 31-62). Aproveitando a situação favorável, César marcha de seguida para a *Hispania Ulterior*, onde Varrão

mantem na área da futura província da *Baetica* duas legiões. Após as cidades de *Corduba*, *Carmo*, *Hispalis* e *Gades* apoiarem o lado cesariano, Varrão acaba por se render. César abandona a Península Ibérica e marcha sobre a cidade de *Massalia* para continuar o seu assédio, deixando *Quinto Cássio Longino* como Governador da *Ulterior* com quatro legiões (Bell. Civ., II, 21,1 In FHA V, p. 65).

No ano de 48 a.C. *Longino*, segundo as fontes, reúne todo o seu exército num só local prometendo 100 sestércios a cada soldado e promove o assalto à cidade de *Medobriga* e ao *Mons Herminius* (De Bel. Alex., 48, 1 In FHA V, p. 82-83). Não é certo qual o local desta cidade. Jorge de Alarcão alvitra poder tratar-se da área atual do concelho de Meda (Alarcão, 1988, p. 27), podendo associar-se aos *Medobricenses Plumbari* registados entre os contribuintes para a construção da ponte de Alcântara (Guerra, 1995, p. 110). Podemos enquadrar neste momento os vestígios que têm vindo a ser coligidos na área da Beira interior e que atestam uma forte presença militar num momento avançado do processo de conquista: são o caso dos dois projéteis de funda em chumbo recolhidos nos povoados do médio vale do Côa de Castelo dos Mouros e de Castelo Mendo (Perestrelo, 2005) e o projétil de Carviçais (Moncorvo) (Guerra, 1987), assim como a evidente presença militar, atestada por *militaria* e pela fisionomia do recinto do sítio de Castelo dos Prados, Pinhel (Perestrelo, 2008).

No final desse mesmo ano, *Longino* recebe ordens de César para recolher as Legiões aquarteladas na *Ulterior/Lusitania* e para passar com elas para África (De Bel. Alex., 49, 1 In FHA V, p. 81). Nesse contexto, recruta tropas auxiliares com as quais cria uma *Legio Vernacula*, composta por soldados indígenas.

Apesar do sucesso desta campanha militar, o governo de *Quinto Cássio Longino* acaba por ser fatal para os interesses de César, visto que propiciará um volte face na *Ulterior*, província que estava do lado cesariano e que devido à sua má gestão acaba por virar-se para o lado pompeiano. O profundo descontentamento decorrente de forte carga fiscal e de políticas hostis aos provinciais e certamente da incorporação forçada de tropas indígenas, foram criando um sentimento profundamente hostil entre os habitantes da *Ulterior* (Quetglas Nicolau, 2005, p. 157), tendo este culminado na tentativa de assassinato de *Longino* na cidade de *Corduba* e na sublevação das legiões em prole de Pompeio (De Bel. Alex., 51, 1 In FHA V, p. 82-83).

Com a fuga de *Quinto Cássio Longino* e a sua morte na desembocadura do rio Ebro, em 47 a.C., foi nomeado *Caio Trebónio* como governador da *Ulterior*. A guerra civil recomeça na Hispânia, entre os partidários de César e os que se reúnem em torno dos filhos de Pompeio, *Cneio* e *Sexto*. Para esta fase da guerra contamos com uma fonte excecional, o *Bellum Hispaniense*, crónica bélica de autor anónimo que segue de perto os acontecimentos (Melchior Gil et al., 2005). Convém destacar a enorme vitalidade da causa pompeiana, renascida qual fénix após a morte de Pompeio Magno, confirmando o enorme peso das fações e clientelas forjadas em torno do *Magnus* e seus filhos.

Informado da difícil situação criada na *Ulterior*, César parte de Roma em direção à Península Ibérica em dezembro de 46 a.C. Após uma rápida cavalcada de vinte quatro ou vinte sete dias, que bem evidencia a célebre *celeritas* do ditador, chega a *Obulco*. Todo o cenário do conflito ocorre em torno da capital *Corduba* e no vale do Guadalquivir. César inflige em março de 45 a.C. uma pesada e decisiva derrota à facção pompeiana na batalha de *Munda*. Apesar da relevância desta batalha, ela não assegura a César o domínio da Península. Culminado *Munda*, César decide saldar as contas pendentes com a capital da *Ulterior*, a cidade de *Corduba*, onde continuava *Sexto Pompeio* acantonado. No decorrer da sua conquista ocorre o massacre de mais de vinte mil homens (Bel. Hisp., 34, 5 In FHA V, p. 119). Segue-se a tomada de *Hispalis*, ocorrendo ainda forte resistência. Desde episódio é nos relatado pelo *Bellum Hispaniense* de que um certo *Philon* da facção Pompeiana consegue escapar-se e dirige-se à Lusitânia, à cidade de *Lennium*, onde reúne tropas sobre as ordens de *Caecilius Níger*, entrando de noite em *Hispalis*, mata a guarnição de César e recupera a cidade (Bel. Hisp., 36, 4 In FHA V, p. 120 e 139).

Após *Munda* e a tomada de *Corduba*, *Sexto Pompeio* refugia-se no Norte da Península, em *Lacetania* ao pé dos Pirenéus orientais, regressando, após a morte de César em 44 a.C., a combater com êxito os legados de César, *M. Emilio Lépidio* na *Citerior* e *C. Asinio Polião* na *Ulterior*. A guerra só termina no Outono desse ano, quando Lépidio oferece a *Sexto Pompeio*, em nome do Senado romano, o comando da frota romana, *Praefectus Orae Maritimae*, e a restituição dos bens de família. *Asinio Polião* manteve-se no comando da *Ulterior*, tendo colocado em 43 a.C. as suas legiões na Lusitânia, onde aparentemente se seguia com instabilidade (Cícero, *Ad Fam.* 10, 33, 3 In FHA V, p. 174).

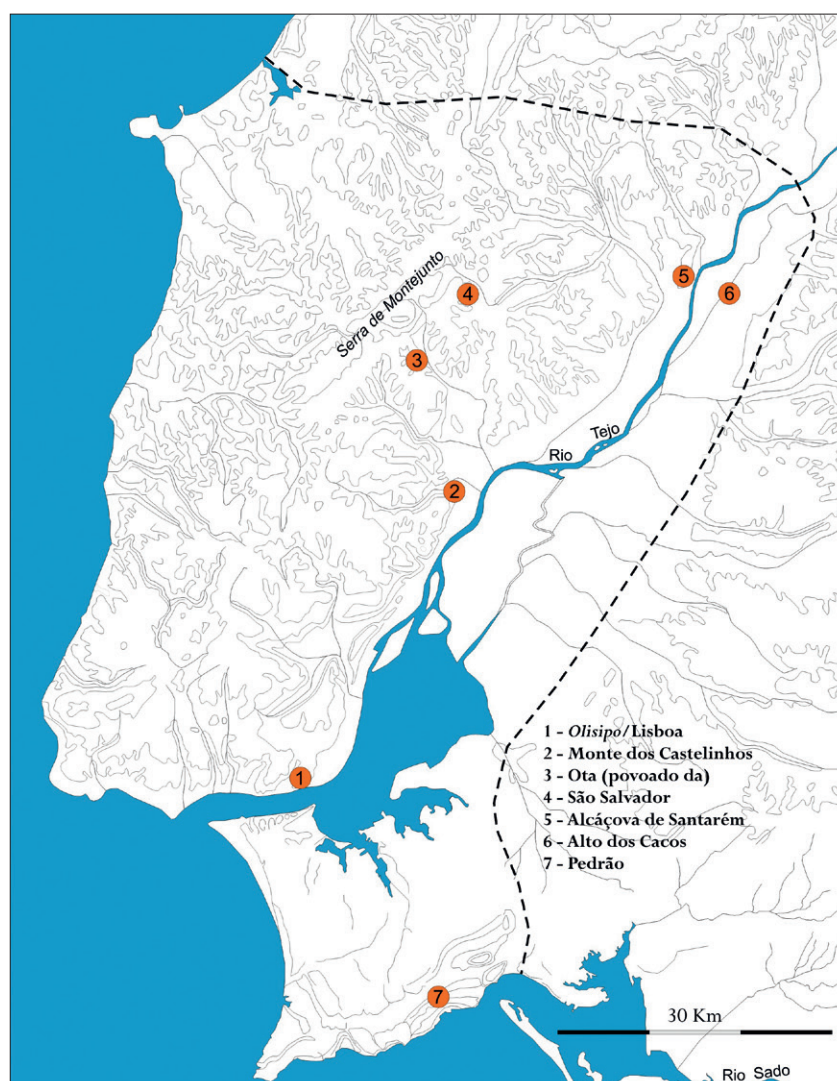


Figura 150 – Mapa do vale do Tejo e foz do Sado com a localização dos principais sítios para o século I a.C.

Por fim, é importante realçar o papel da *Hispania* no cenário das guerras civis que opuseram Pompeio Magno a Júlio César (49 a 45 a.C.), no âmbito das relações de clientela estabelecidas entre as comunidades peninsulares e ambos os generais. A guerra civil não foi um simples duelo entre César e Pompeio que poderia ter sido resolvido numa única batalha, como *Ilerda* e *Munda* bem atestaram, antes pelo contrário, foi um conflito complexo com múltiplos cenários bélicos (Melchior Gil; Mellado Rodríguez e Rodríguez-Neila, 2005). A presença de novas e inesperadas ocorrências militares, que se têm vindo a detetar no baixo Tejo e Península de Lisboa nos últimos anos parecem precisamente atestar esse intrincado conflito. Para a área que nos ocupamos, o vale do Tejo, destaca-se o emergir de novas centralidades, como o assumir da relevância do povoado de *Scallabis*, a fundação da base militar de Alto dos Cacos, Almeirim, e do sítio de apoio logístico e de controlo territorial de Monte dos Castelinhos. Sublinhe-se ainda os fortins do denominado Castro de São Salvador e do Pedrão no baixo-Sado, coetâneos destas realidades tardias, centradas em anos de calendário na década de 50 a.C. De facto, a cartografia de sítios para o século I a.C. revela uma maior complexidade assim como diferentes opções e estratégias de implantação que permitem vislumbrar um cenário de crescente complexidade (Fig. 150).

A ausência de emissões monetárias em cidades como *Olisipo* ou *Scallabis* durante o episódio hispânico da guerra civil entre César e Pompeio, ao contrário do que se verifica noutros portos atlânticos



Figura 151 – Principais sítios republicanos na *Hispânia* durante a guerra civil entre César e Pompeio.

do ocidente como *Ossonoba*, *Balsa*, *Ipses* e em particular em *Salacia*, levou a que se relacionasse este facto com a sua fidelidade ao partido Cesariano (Mantas, 1990, p. 161). Este apoio terá sido essencial durante um período em que os filhos de Pompeio dominavam as costas da *Ulterior* e em que o resultado do conflito dependia do controle de um porto desta magnitude. Esta lealdade não terá sido esquecida e pode justificar a atenção dispendida por César, ou pelo seu herdeiro, no futuro destas duas urbes taganas. O papel do porto de *Salacia* merece ser sublinhado. De facto, tem vindo a ser reiterado o apoio que esta cidade do vale do Sado teria dado à causa Pompeiana, auxílio que teria sido consagrado no nome *Imperatoria Salacia* e que está materializado na cunhagem, RPC S-51 A-B, atribuída a Sexto Pompeio e datada dos anos 45/44 a.C., como emissão comemorativa da sua presença no baixo Sado (Faria, 1989, p. p. 79; Amela Valverde, 2019, p. 118). Infelizmente, dispomos ainda de poucos dados sobre a ocupação e dinâmica económica de *Salacia* durante a fase romano republicana (Pimenta, Sepúlveda e Ferreira, 2015; Soria, 2018; Gomes, 2017a).

Para o território centro elentejano têm vindo a ser apontadas algumas instalações de âmbito militar que se associam precisamente a esta fase, é o caso do Monte da Nora (Terrugem), da grande fortaleza e ponto de controlo do Castelo da Lousa (Mourão), assim como diversos fortins ou recintos torre que têm vindo a ser mapeados nesta região (Mataloto, 2010) (ver Fig. 151), traçando-nos assim um cenário de maior robustez que consolida a ligação do baixo Tejo com a região centro Alentejana e com o eixo natural de circulação Oeste-Este partindo do vale do rio Sorraia (Mataloto, 2002, 2004a, 2008).

Apesar da geografia do conflito traçado pelas fontes clássicas não abranger a área da costa atlântica da *Ulterior*, resulta pertinente olhar para o mapeamento dos tesouros monetários (Fig. 152). De facto, é possível associar diversos conjuntos de entesouramentos essencialmente centrados entre o vale do Tejo e o Douro, a esta fase entre 60 e 40 a.C. (Barbosa, 1998-2002, mapa 5; Amela Valverde, 2000, fig. 1), materializando-se assim um cenário de forte volubilidade patenteado pela necessidade de resguardar os bens.

Uma leitura a meu ver interessante resulta igualmente da análise da dispersão dos conjuntos de glandes de Chumbo no território português, que tivemos oportunidade recente de rever em colaboração (Guerra e Pimenta, 2013, p. 57). A sua profusa concentração na área do baixo Tejo e Península de Lisboa é inequívoca da relevância militar estratégica nesta região e da forte concentração de efetivos militares nesta área no período que medeia entre Sertório e o fim das guerras civis entre os partidários de César e os Pompeianos (Fig. 152).

O período das guerras civis entre os partidários de César e os Pompeianos parece ter sido, apesar da situação de instabilidade e insegurança, uma época decisiva para a romanização da *Uterior/Lusitania* (Alarcão, 1988, p. 27). A emergente necessidade de abastecimento local aos contingentes militares aqui acantonados, a par da incorporação de Lusitanos nas Legiões romanas, não só como tropas auxiliares, mas como uma Legião per si, a *Legio Vernacula*, teve um papel determinante na disseminação de novos hábitos culturais e de construção de uma nova dinâmica económica.

Com o assassinato de Júlio César em 44 a.C. desencadeia-se um novo e amplo conflito entre os responsáveis pela conspiração e os herdeiros do *Dictator*. No ano seguinte, Octaviano, Marco António e Lépido acordam o denominado «segundo triunvirato». Este conflito decorre no Oriente, inicialmente contra os assassinos de César e, posteriormente, entre Octaviano e Marco António. Em 27 a.C. Octaviano assume o poder perpétuo em Roma e adota o título de Augusto.

Entre a saída de Sexto Pompeio da Hispânia em 44 a.C. e o assumir do poder vitalício de Augusto temos poucas notícias da Hispânia. Porém, a celebração de triunfos em Roma nos anos de 39 e 29 a.C., pelos governadores provinciais revela que a situação estava longe de totalmente pacificada (Perea Yébenes, 2017).

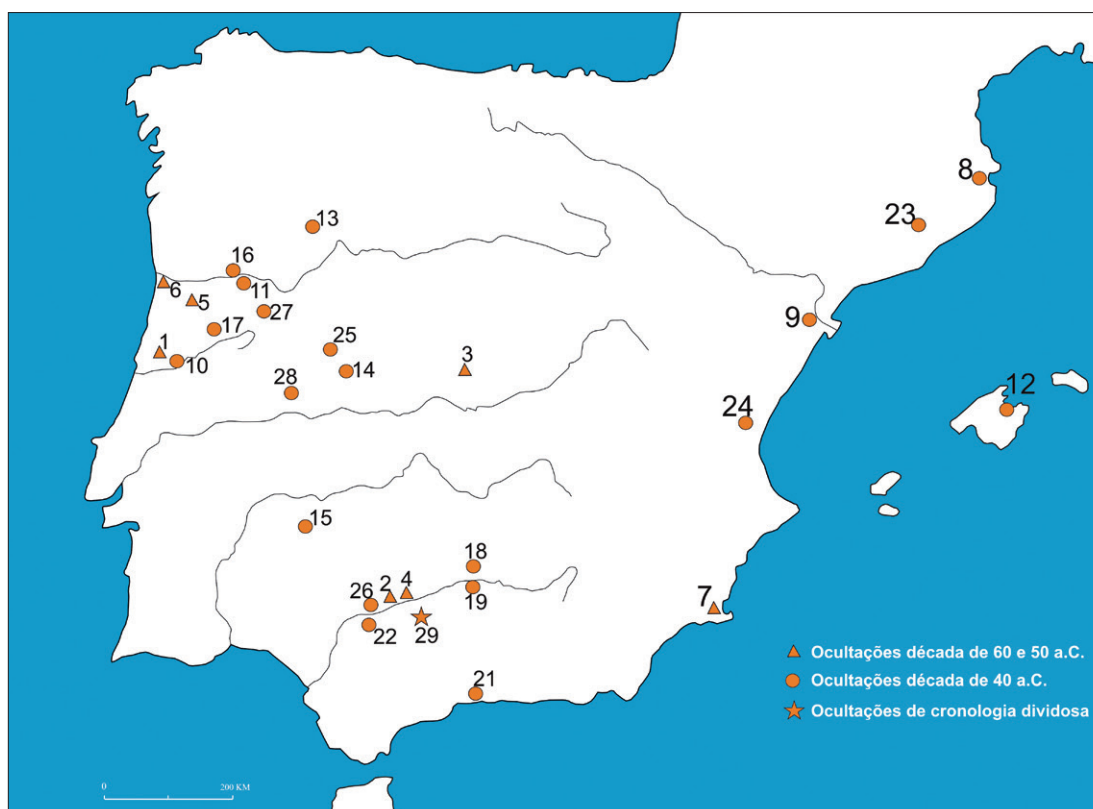


Figura 152 – Mapa dos tesouros atribuídos às guerras entre Pompeianos e Cesarianos (segundo Amela Valverde, 2000, fig. 1, modificado): 1) Moita; 2) Montoro I; 3) Alcalá de Henares; 4) Montoro II; 5) Calde; 6) Valadares; 7) La Grajuela; 8) Figueras; 9) Tortosa; 10) Coimbra; 11) Vila de Rua; 12) Son Siurana; 13) Izeda; 14) El Raso de Candeleda; 15) Fuente de Cantos; 16) Sao Mamede de Ribatua; 17) Sao Bartolomeu de Meruge; 18) El Centenillo; 19) Jaén; 20) Sedinho da Senhora; 21) Almuñécar; 22) Cortijo de Cosmes; 23) Cataluña; 24) Liria; 25) Cerro del Berrueco; 26) Córdoba; 27) Menoita; 28) Torre Millañera; 29) Espejo.

O Imperador Augusto volta rapidamente a sua atenção para a conquista definitiva da Península Ibérica. No ano de 29 a.C. concentra um poderoso dispositivo militar nas áreas mais setentrionais para o assalto final às áreas ainda não subjugadas. As forças romanas compreendiam a I Legião, a II Augusta, a IV Macedonica, a V Alaudae, a VI Vitrix, a X e possivelmente a IX Hispana e a XX (Alarcão, 1988, p. 28). Estas forças encontravam-se dispostas sob os dois *Legati*, Antístio Veto governador da *Citerior*, e Públio Carisio responsável pela *Ulterior*. A guerra dirigiu-se contra os Vaceus, Cântabros e Astúres, tendo estes, durante 10 longos anos resistido às legiões de Roma, até que em 19 a.C. toda a Hispânia ficou finalmente dominada.

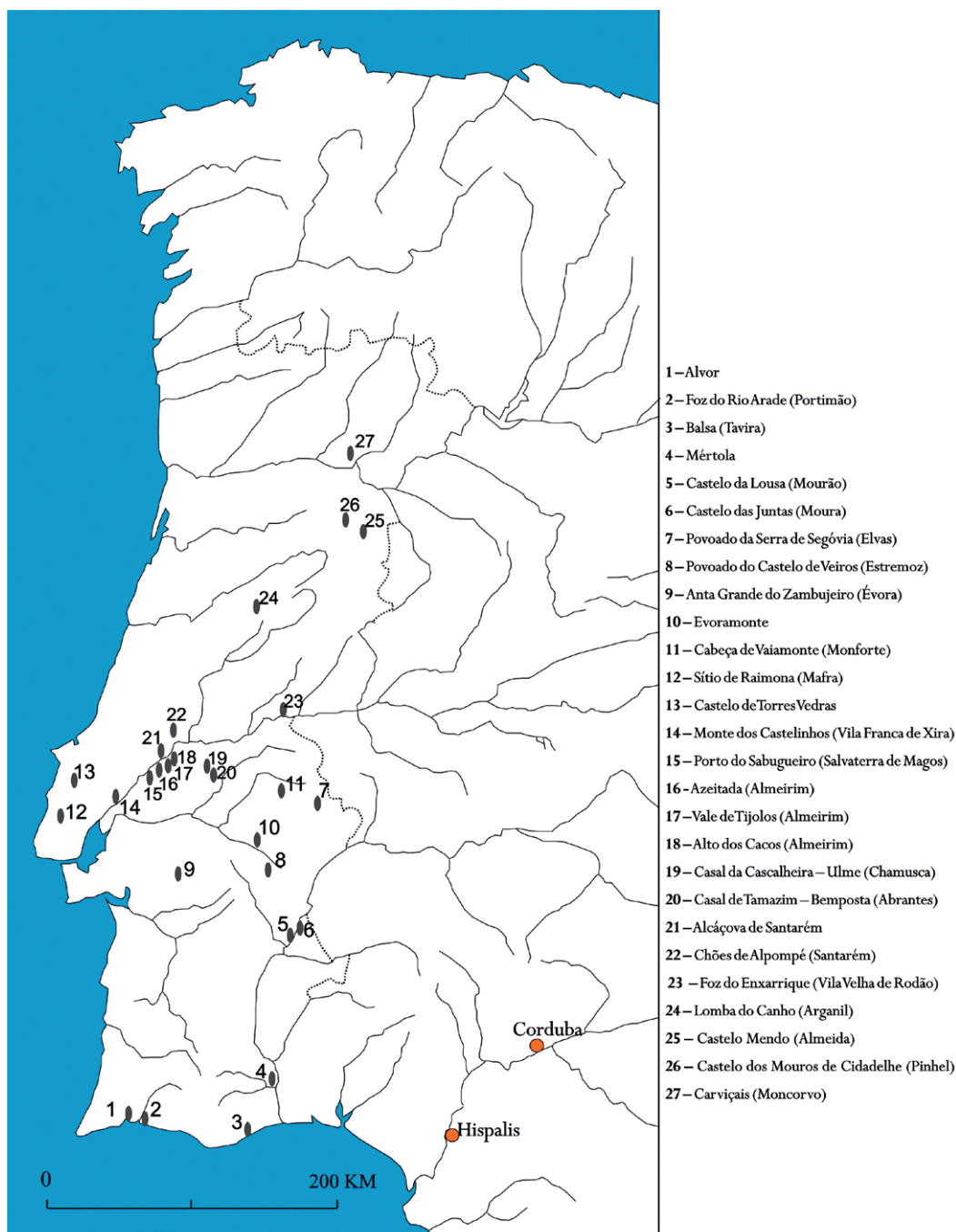


Figura 153 – Mapa do atual território português com a distribuição dos projéteis de funda (com base em Guerra e Pimenta, 2013, p. 57, modificado).

4. A CRIAÇÃO DA PROVÍNCIA DA LUSITÂNIA E O NOVO DESENHO TERRITORIAL

Uma das principais consequências da conquista romana foi a implantação de uma nova ordem administrativa. A progressiva governação itálica em solo peninsular ao longo do período tardo republicano leva a um sólido conhecimento da sua geografia, assim como, a um apurado inventário das suas riquezas naturais, geológicas e apetências económicas. Consequência deste desiderato, uma das mais significativas realizações da gestão romana da Hispânia foi a implementação de um novo modelo de sociedade, onde os centros urbanos se constituem como núcleos de governo regional, hierarquizados e inseridos numa lógica de um mais amplo poder à escala global de um império mediterrânico com sede na Península Itálica.

O Imperador Augusto foi o responsável pela organização e divisão do território peninsular em províncias romanas, tendo esse propósito sido estendido no tempo (Alarcão, 1988, p. 31). Entre 26-25 a.C. assume pessoalmente a direção das operações de conquista dos Cântabros e Ástures. Porém, apesar de relevante, esta data apenas marca uma etapa significativa do processo da conquista. Esta, apenas irá ser concluída em 19 a.C. com a presença de Agripa, genro de Augusto desde 20 a.C. Na sequência da pacificação da Península Ibérica, entre 16 e 13 a.C. Augusto no decurso de uma extensa viagem à *Galía* e à *Hispania* irá reorganizar estes vastos e diversificados territórios que estavam debaixo da sua alçada desde 27 a.C. (Le Roux, 2015, p. 99). Delimita então três províncias a *Hispania Citerior*, a mais extensa; a *Baetica* em torno do rio homónimo, e a *Lusitania* entre o oceano, o rio *Anas* e o *Durius*. A situação da província da *Hispania Ulterior* era complexa, com zonas bem diferenciadas no seu grau de romanização. Ao Sul, a futura *Baetica*, apresentava grande tradição urbana com elevado desenvolvimento económico e cultural, ao Norte do rio Guadiana, a nova circunscrição administrativa epónima do povo que durante tanto tempo e de forma tão feroz se opôs a Roma, continuava sendo uma terra de conquista (González Fernández, 2017, p. 248).

A província da *Lusitania* vem assim englobar um vasto território onde sabemos pelos Autores Clássicos se situavam os herdeiros dos Celtas do Sul (*Conii*, *Celtici*, *Turduli*), e os *Lusitani* e *Vetones* (Le Roux, 2015, p. 100). Nas regiões meridionais deste espaço temos referência à presença de aglomerados urbanos de alguma dimensão, com longa tradição de contactos com o mundo mediterrânico. Alguns destes sítios são escolhidos como eixos vertebrais da nova política municipal idealizada por César para a *Hispania*, mas que não terá tido tempo para executar. Este primeiro gizar de um programa de criação de cidades de estatuto privilegiado e de uma política coerente de colonização corresponde na Península Ibérica ao final das guerras civis entre César e Pompeio (Mantas, 1993), ainda que só tenha sido executado por Octaviano possivelmente entre 31 e 27 a.C. (Faria, 1999 p. 37). O milenar povoado de *Scallabis* será transformado numa Colónia de cidadãos romanos, o grande porto da foz do Tejo *Olisipo*, é alavancado na sua relevância política através do estatuto de Município de Cidadãos romanos (*Municipium Civium Romanorum*) sendo-lhe atribuído com ele o *cognomen* *Felicitas Iulia* (Guerra, 1995), os núcleos de *Salacia* no vale do Sado, *Ebora* no Alentejo central, e *Myrtilis* dominando o Guadiana recebem o estatuto menos definido de direito latino. Ainda antes da criação oficial da província, identificam-se igualmente as colónias de *Metellinum*, *Norba* e *Pax Iulia*.

Augusta Emerita, a grande cidade da *Lusitania*, corresponde a outro vértice da equação do fenómeno urbano da nova província, a fundação de novos centros. De acordo com a conhecida passagem do Livro 53 de Dião Cassio, terminada a guerra contra os Cântabros e Ástures, no ano de 25 a.C., Augusto licencia os seus soldados de mais idade e concede-lhes a fundação de uma cidade (Saquete, 2015, p. 119). Antecedendo em cerca de dez anos a própria fundação da província, irá rapidamente assumir o papel de capital e sede do governador.

As dinâmicas do principado de Octávio/Augusto significam um novo período da história de Roma, com fortes impactos para o extremo ocidente peninsular. A condição jurídica dos Hispânicos viu-se favorecida pela criação não só de colónias e municípios romanos, mas também latinos, em que os magistrados, junto com as suas famílias, acediam diretamente à cidadania romana *per honorem*. Por outro lado, com a fundação de Colónias de veteranos, como terá sido o caso no vale do Tejo de *Scallabis*, procurou solucionar o problema da necessidade de conseguir terras para os soldados licenciados após as guerras civis. O assegurar a sua instalação em território peninsular destes contingentes com forte formação militar, além de garantir a sua distância de Roma, permite prevenir possíveis revoltas das comunidades submetidas (González Fernández, 2017, p. 261).

Na área geográfica em análise neste trabalho, destaca-se de facto o papel que os núcleos de *Olisipo* e *Scallabis* assumem neste novo quadro político administrativo e que irão manter ao longo de toda a diacronia do Império romano. Porém a opção de eleger estes e não outros não é inócua e demonstra uma clara opção. Se na região de Santarém o grande povoado de Chões de Alompé, como vimos a localização mais provável da cidade de Móron, parece ter sido abandonada/destruída durante o conflito Sertoriano, na foz do Tejo é o grande povoado da margem direita que é a opção em detrimento do núcleo de Almaraz na margem oposta.

Na zona Noroeste da Península de Lisboa, apesar de existirem diversos povoados indígenas com alguma dimensão, como o caso apresentado do Outeiro da Assenta, a opção é distinta. Aqui decidiu-se por razões que nos escapam, a fundação de raiz de um novo centro político, económico e administrativo a cidade de *Eburobritium*. A sua localização constituiu um enigma durante muitos anos, até à sua descoberta fortuita na sequência da sua afetação pela construção da autoestrada n.º 8 (Moreira, 2002). Este núcleo urbano é referido por Plínio-O-Velho, entre as cidades da orla costeira da Lusitânia sendo mencionado como *Oppidum* (Guerra, 1995, p. 32-33). Apesar do nome ser seguramente pré-romano, de raiz celta ou celtizante (Guerra, 1998, p. 433-434), os dados das leituras estratigráficas e arquitetónicas efetuadas por José Beleza Moreira entre 1994 e 2006 sustentam estarmos perante uma fundação *ex nihilo*, podendo ter-se assistido à transferência do topónimo de algum povoado relevante nas proximidades.

Ainda na Península de Lisboa, precisamente entre *Olisipo* e *Scallabis* é referido o núcleo de *Ierabriga*. A existência deste núcleo é referida nas fontes Clássicas, no Itinerário de Antonino, na cosmografia do anónimo de Ravena e na Geografia de Ptolomeu (Guerra, 1995-1997). A sua presumível localização tem vindo a oscilar desde o século XVI entre a antiga Vila de Povos, as imediações de Alenquer (Paredes/Quinta do Bravo) e mais recentemente a cidade de Vila Franca de Xira (Guerra, 2012). A recente descoberta de um novo miliário que regista a milha XXXV proveniente da Quinta de Santa Teresa, Alenquer (Mantas, 2016-2017), assim como a reanálise do inventário do Museu da Associação dos Arqueólogos, onde se regista a entrada de um marco miliário (para além do já conhecido) igualmente proveniente da Quinta do Bravo onde se leria a milha XXXII, remete-nos para uma localização do sítio viário de *Ierabriga* numa posição que não a zona Alenquer. Ou seja, se tivermos em conta que ambos os marcos remetem para as milhas contadas a partir de *Olisipo*, e se ambos os itinerários viários colocam *Ierabriga* a XXX milhas. Este sítio terá forçosamente que se situar antes (Guerra, 2018). Em resumo, estas novas leituras vêm consolidar a hipótese de uma identificação de Monte dos Castelinhos com a povoação de *Ierabriga* (Pimenta e Mendes, 2012, p. 61; Mantas, 2011, 2012, p. 13). Tendo em conta esta proposta, estaríamos neste caso perante uma fundação de raiz em época tardo republicana de índole militar que parece ter evoluído para um núcleo urbano de certa importância, sendo alvo de um novo desenho urbanístico em época Augustana (Pimenta e Mendes, 2018).

Por último, na área da Península de Setúbal, temos ainda a questão da génese do núcleo urbano de *Caetobriga*. Os dados da arqueologia urbana no núcleo antigo da cidade de Setúbal sustentam a sua firme localização nesta área (Soares, 2000; Soares, Silva, 2018). Porém, a informação disponível deixa perceber que a povoação romana emerge durante o período imperial, mais propriamente a partir de meados/3º quartel do século I d.C., quando *Salacia* começa a perder importância económica (Silva et al., 1980-81). Coloca-se assim a discussão de o núcleo de *Caetobriga* não ser de origem pré-romana, mas antes uma fundação romana de raiz, ainda que criada sobre as ruínas de um povoado indígena anterior. Essa fundação, decorre já do processo de desenho da Província da Lusitânia e da necessidade de se consolidar um núcleo de relevo na foz do rio Sado.



Figura 154 – Mapa da Península Ibérica com a localização da província da Lusitânia e principal rede viária (segundo Mantas, 2015, fig. 2, modificado).

Resta ainda referir, as consequências da criação de uma colónia romana no baixo Tejo. Através de Plínio, sabemos que a *Scallabis*, foi conferido o estatuto de Colónia e que teve um papel de relevo incontestado a nível político, administrativo, judicial e económico, como sede de um dos três Conventos Jurídicos da província romana da Lusitânia (Amela Valverde, 2016b). Independentemente de ser uma criação de César ou já de Augusto, algo que é indiscutível é ter tido na sua génese uma origem militar, inserindo-se a sua fundação numa estratégia de defesa ou prevenção da linha do Tejo (Mantas, 1993, p. 485). A dedução da Colónia de *Scallabis* terá tido assim um forte impacto em toda a sua envolvente em particular entre as populações indígenas que habitavam esta fértil região. A chegada e implantação de um conjunto considerável de colonos, possivelmente veteranos das campanhas de César, desencadeou um processo de enérgicas transformações no território, que segundo alguns autores ainda hoje marcam a paisagem (Mantas, 1996, Quinteira, 1996). A implantação da colónia teve assim efeitos práticos sobre o seu território. De facto, implícito à implantação dos colonos encontra-se a centurição do seu território, que terá passado de mãos, das comunidades indígenas para os novos habitantes terra tenentes, a quem terá sido entregue uma parcela de terreno a explorar. Segundo Vasco Mantas, “Não faltam vestígios dessa grande operação de ordenamento económico e administrativo, cujo módulo foi o da *centuria quadrata* de 50 hectares (710×710m)” (Mantas, 2002, p. 111).

Qual o papel do acampamento romano de Alto dos Cacos, neste novo desenho político? A comprovada continuidade da sua ocupação ao longo do século I d.C. pelo menos até aos Flávios, numa fase já de paz e num novo cenário que se encontrava a implantar no território, leva-nos a propor que a sua continuidade esteja relacionada com a fundação e implementação física da *Colonia Scallabitan* (Silva, Pimenta e Mendes, 2013). Já tivemos precisamente oportunidade de propor, como hipótese de trabalho, este acampamento ter-se mantido como elemento estruturante e estruturador de uma nova paisagem política. Podendo os militares ter tido um papel de relevo na construção dessa paisagem, quer com ações físicas, como no assegurar de obras de engenharia essenciais como as construções viárias, quer assumindo com a sua presença uma ação no parcelamento do território da colónia (Pimenta, Mendes e Henriques, 2014).

Por último, importa ainda referir, por contraposição às fundações coloniais, como o caso supracitado, os núcleos elevados à categoria de Municípios seriam comunidades que devem ter prestado auxílio a César e que uma vez finalizada a guerra civil receberam como recompensa o favorecimento do seu estatuto jurídico e político (Amela Valverde, 2016b, p. 90). De facto, assim poderia ser no caso de *Gades*, *Italica*, *Dertosa* e *Olisipo*. A par deste favorecimento, assiste-se de forma clara nas cidades controladas ou abertamente filiadas na fação Pompeiana do conflito, após a batalha de *Munda*, a um diferente tratamento. Entenda-se, nenhum destes núcleos urbanos recebe a cidadania romana ou mesmo o direito latino, ou seja, se converte em Município. As cidades de *Urso*, *Corduba* e *Hispalis*, são colonizadas com tropas cesarianas como castigo pela sua infidelidade. Para a *Ulterior/Lusitania*, os dados não são claros, porém não podemos deixar de nos questionar em relação ao Monte dos Castelinhos, que relacionamos com o *ubi* do núcleo de *Ierabriga*, apesar da sua relevância como base operacional durante a fase da guerra civil, este local não é alvo de qualquer tratamento diferencial...

5. MONTE DOS CASTELINHOS, UMA FUNDAÇÃO *EX NIHILO*

O estudo monográfico dos contextos romano republicanos de Monte dos Castelinhos realizado com base num amplo e heterógeno conjunto de fontes, que engloba as cerâmicas finas de mesa, as lucernas, os unguentários, as ânforas, as cerâmicas comuns, os materiais cerâmicos de construção, os artefactos em osso, em pedra, mas também os metais na sua diversidade e o conjunto numismático na sua singularidade, permitem caracterizar de uma forma esclarecedora o sítio e suas ocupações. O volume de material recolhido e aqui apresentado detalhadamente, a sua associação a uma estratigrafia segura e enquadramento arquitetónico, a par de um período de ocupação circunscrito no tempo, tornam este sítio um caso singular para o estudo dos momentos finais do processo de conquista romana no extremo ocidente peninsular.

Os dados merecem ser novamente analisados, discutidos e integrados numa perspetiva de inter-relação regional mais ampla, que cubra não só a região do baixo Tejo, mas igualmente a restante província da *Ulterior*.

A estação arqueológica de Monte dos Castelinhos constitui, indubitavelmente, uma fundação militar romana, criada de raiz num local até então desabitado. A opção por esta localização é direcionada e releva um conhecimento apurado das dinâmicas geográficas da transitabilidade do baixo Tejo e Península de Lisboa. O morro de Castelinhos implanta-se de forma dominante sobre a via natural terrestre entre os principais núcleos urbanos regionais, controlando o acesso ao interior da Península de Lisboa e Serra de Montejunto, mas também ao Alentejo central pelo vale do rio Sorraia, cuja antiga foz se localiza precisamente em frente ao sítio. Porto fluvial, acessível por navios de mar, Castelinhos situa-se estrategicamente a meio dia de viagem da foz do Tejo e a igual distância do porto de *Scallabis*.

A interpretação de estarmos perante uma fundação de uma base de cariz militar reside em primeiro lugar, na quantidade e diversidade de armamento recolhido em ambas as fases do sítio. Entre os materiais identificaram-se diversos elementos de armamento ofensivo: como armas empunhadas (uma lâmina de espada e diversos punhais); armas hasteadas (elementos de *Pila*; e pontas de lanças); armas associadas a um propulsor (projéteis de arco – pontas de seta; projéteis de funda – glandes *plumbeae*; projéteis de artilharia – *pila catapultaria*; balas de catapulta em arenito). Mas também de armamento defensivo: destacando-se as armas defensivas ativas como um *Scutum* em ferro; e as armas defensivas passivas, como os elementos de capacete e peças metálicas de defesa corporal possivelmente pertencendo a uma armadura de escamas, *lorica squamata*. Merece ainda destaque o papel expressivo dos metais integráveis no campo da *Militaria*, ou seja, elementos de equipamento militar itálico típicos dos legionários da república, como os *clavi caligarii*; placas, botões e fivelas pertencentes ao cinturão militar; botões em L; fíbulas, elementos de arreio de cavalo; algemas grilhões; estacas de tenda, etc. (Fig. 156).

Outro vértice, contundente, para a caracterização de Monte dos Castelinhos reside na natureza do planeamento e execução da sua arquitetura, que se materializa num urbanismo de regularidade assinalável. Por último, a compleição profundamente romana do seu acervo cerâmico, marcada por um alto padrão de abastecimento exógeno, proveniente da Península Itálica e das áreas mais romanizadas da província da *Ulterior*, o vale do *Baetis* e baía gaditana, mas igualmente a sua autarcia a diversos níveis. Ou seja, a sua autossuficiência de produção artesanal patente quer na atividade têxtil, quer na produção, tratamento e manuseamento de metal, ferro, bronze e chumbo, quer no fabrico cerâmico atestada em produções regionais de lucernas, paredes finas, cerâmica comum, possivelmente ânforas e materiais de construção.

O urbanismo de Castelinhos merece uma breve observação, pelo seu ineditismo e estado de preservação. Destaca-se a um primeiro nível por estarmos perante um morro de forte pendente, que à partida não seria a melhor opção para a implantação de um traçado regular. Porém, como tive oportunidade

de descrever, as diversas áreas intervencionadas associadas aos recentes trabalhos de geofísica permitem sustentar a implantação de um potente sistema defensivo e dentro deste, de um traçado hipodâmico dos diversos quarteirões e a um segundo patamar, pelo seu ritmo de construção/demolição e remodelação, indicadores de uma forte consistente e rápida ocupação do espaço. Este faseamento com diversos desenhos que se sobrepõem no mesmo espaço é coerente com uma ocupação de cariz militar e com distintas presenças neste morro ao longo do tempo. De facto, encontramos os melhores paralelos para esta intensa atividade urbanística centrada em curtos espaços de tempo, precisamente em sítios de índole castrense.

A fase inicial de Monte dos Castelinhos é ainda de difícil perceção e enquadramento cronológico, atestada por estruturas negativas de difícil compreensão, algumas correspondem a buracos de poste, que parcialmente são sobrepostos pelos edifícios pétreos da primeira fase. Neste momento inicial de instalação privilegiou-se a construção em madeira e a ocupação do espaço em edifícios mais temporários do tipo tenda. Poderíamos, neste primeiro momento, estar perante uma ocupação deste morro como acampamento militar.

A primeira fase urbanística atesta uma presença mais efetiva, leia-se, permanente, com a construção da muralha e de amplos edifícios de cariz artesanal/oficinal. Os dados relativos ao urbanismo desta primeira fase resumem-se a quatro compartimentos edificados no interior de uma ampla estrutura que tira partido da topografia do terreno (ver Volume 1, Fig. 25). Este conjunto foi eliminado, destruído e parcialmente desmontado. Sendo este abandono relacionado ou sucedido com a construção de um novo desenho do espaço.

O novo desenho urbano que se sobrepõe encontra-se melhor conhecido, permitindo uma leitura coerente e apurado estudo da sua planimetria e técnicas de construção. É assim plausível antever entre o conjunto arquitetónico da Fase 2, três edifícios distintos (Figs. 44 e 45; Al.141 a Al.162). O edifício A, corresponde ao conjunto arquitetónico mais escavado da fase romano republicana do sítio. Tendo em conta a sua planta, organização interna e evidências materiais, estamos, claramente, perante um edifício de cariz habitacional, que pode ser interpretada como uma casa de pátio republicana com bons paralelos no mundo itálico e nas áreas mais romanizadas da Península Ibérica. Destaca-se entre os paralelos estabelecidos entre esta estrutura e os primeiros modelos arquitetónicos de matriz itálica, ainda que aqui de natureza claramente militar, os edifícios interpretados como “Casas dos tribunos” do acampamento Sertoriano de *Lager V* de Renieblas (Dobson, 2008).

Com o propósito de precisar o mais concreto no tempo cada uma das fases, optei metodologicamente por ter em conta, esse elemento, na individualização de cada uma das categorias de materiais. Apesar de se terem verificado algumas diferenças no registo, estas são mais de forma do que de substância. Ou seja, estamos em Castelinhos, perante uma ocupação humana muito circunscrita no tempo e centrada no segundo e terceiro e quartel do século I a.C. (75-25 a.C.).

Para a cronologia da Fase 1 do urbanismo, a primeira para a qual temos dados seguros, visto a fase inicial com estruturas de cariz temporário ser mais intuída do que materializada na estratigrafia, detemos alguns elementos seguros que nos dotam de um *terminus post quem* para a sua edificação. É o caso da recolha a um fragmento de bordo de ânfora do tipo Ovoide 1 do Guadalquivir, que se encontrava reutilizado no interior de uma das estruturas. Ou seja, a sua construção terá assim que ser contemporânea ou posterior à ânfora que foi recolhida reutilizada no seu interior, ou seja ou de 70/60 a.C. ou subsequente a esta data. A modo de sinopse para os materiais associados a esta Fase 1, importa reter: entre as cerâmicas finas, encontra-se bem representadas as cerâmicas campanienses, sendo estas na sua totalidade de produção calena. Destaca-se a presença de fragmentos atribuíveis às grandes páteras Lamb. 7 (F 2280) e às tigelas Lamb. 1 (F 2300), nas suas diversas variantes formais. É de sublinhar a presença pouco habitual para o extremo ocidente peninsular de três exemplares da forma Lamb. 10 (F 3450). O conjunto parece enquadrar-se na fase tardia do reportório formal das produções Calenas com uma cronologia entre 90/80 a 40/30 a.C. A ausência nos níveis da Fase 1 das típicas decorações em losango, que se encontram bem atestadas nos níveis de abandono da Fase 2, assim como, pela presença dos exemplares de Lamb. 10 e de um de uma Lamb. 4, levam a que possamos propor uma cronologia para esta fase centrada entre 80-60 a.C. Sobressai da análise das cerâmicas finas de mesa a parca representatividade das imitações de verniz negro itálico em pasta cinzenta, em contraponto à sua franca abundância nos níveis associados à Fase 2. Os copos de paredes finas de produção itálica encontram-se igualmente bem

documentados desde estes primeiros momentos do sítio, dominam os copos da forma 3 de Mayet, nas suas diversas variantes, seguidos da forma 2. O abastecimento de produtos alimentares em ânforas encontra-se particularmente bem documentado. Sobressai, a relevância que detêm a importação de ânforas provenientes dos diferentes âmbitos produtores da província da *Ulterior*, com um predomínio dos tipos do vale do Guadalquivir e da costa Sudoeste, nomeadamente da área costeira da baía de Cádiz (76,1% do total), mas em que as primeiras produções dos vales do Tejo/Sado já se encontram atestadas. Evidencia-se ainda a parca representatividade da importação das típicas ânforas vinárias produzidas na Península Itálica, da forma 1 de Dressel, representando uns escassos 1,5% do total da amostra. Por último ao nível do espólio metálico associado aos níveis desta fase, destaca-se a presença de dois numismas: um denário itálico de *P. Satrienus*, datado de 77 a.C. (RRC 388/1b) e um numisma de cunhagem hispânica, um As da cidade Ibérica de *Kelse*, com uma cronologia de cunhagem posterior a 133 a.C.

Tendo presente os diversos elementos associados aos níveis estratigráficos da Fase 1 de Castelhinhos, mas valorizando igualmente as ausências como é o caso dos vernizes negros itálicos napolitanos ou a fraca representatividade das ânforas itálicas e das características ânforas do estreito de Gibraltar do tipo T-7.4.3.3, parece-me defensável que a fundação de Monte dos Castelhinhos deva enquadrar-se num momento tardio dentro do processo de conquista, possivelmente na década de 70/60 a.C. Ou seja, após o ocaso do conflito Sertoriano.

Para a datação da Fase 2, os dados são mais substanciais. Vários vetores permitem alguma segurança na atribuição cronológica do momento quer de construção, quer de abandono/destruição deste conjunto arquitetónico. Os dados do conjunto numismático são reveladores e coesos. Associado aos níveis de construção recolheu-se um numisma no enchimento da vala de fundação da estrutura UE [54]. Corresponde a um Semis de cunhagem hispânica da cidade de *Kastilo/Castulo*, datado de 85 a.C. Associado aos níveis de destruição/abandono dos edifícios da Fase 2, exumaram-se um conjunto coerente de 13 numismas de liga de cobre e de prata, que sustentam uma cronologia, centrada em meados da segunda metade do século I a.C. (50/30 a.C.). Identificaram-se seis denários, associados a este momento: sendo o mais antigo um denário de *L. CVP* (RRC 218/1) datada de 147 a.C. sendo este seguido em antiguidade por uma peça forrada de *Q. Minucius Thermus* de 103 a.C. (RRC 319/1); e os mais recentes, um denário forrado de *Q. Sinivius* (RRC 444/1c) de 49 a.C. e outro por *Julio Cesar* (RRC 467/1a) de 46 a.C., ambos cunhados no decorrer da guerra civil numa ceca móvel. A única peça em bronze de cunhagem “itálica” corresponde a um exemplar de RRC 471/1 = RPC I 486 - CN.MAG.IMP, datado de 46-45 a.C., possivelmente cunhada na Península Ibérica na cidade de *Corduba*, por *Cneio Pompeio* filho.

Para uma análise global dos materiais associados à Fase 2, importa reter: o conjunto de verniz negro itálico é significativo, sendo dominantes as produções calenas. Destaca-se a presença de fragmentos atribuíveis às grandes páteras Lamb. 7 (F 2280) e as tigelas Lamb. 1 (F 2300), nas suas diversas variantes formais. Ainda que com menor expressividade encontram-se representados os pequenos recipientes das formas Lamb. 2 (F 1222), Lamb. 3 (F 7500), assim como o prato Lamb. 5 (F 2230), compondo e completando assim o repertório caleno do século I a.C. (Soria, 2018, p. 105). A reforçar a atribuição de uma cronologia tardia dentro das produções de VNI ao conjunto em análise da Fase 2, surge a análise das decorações atestadas. A presença de seis fundos com decoração impressa em “losango”, típica da fase tardia dos ateliers calenos, é um dado a sublinhar, visto a cronologia desta decoração centrar-se entre 70 e 40 a.C. (Pedroni, 2000, Ribera i Lacomba, 2006).

As imitações de verniz negro itálico em pasta cinzenta, são abundantes nesta fase. As páteras Lamb. 28 (F. 2653) são a morfologia melhor representada, seguidas das páteras Lamb. 5/7 (F. 2230-280). Segue-se a categoria funcional de “taças”, que podemos associar à forma Lamb. 1 (F. 2322-23) e à forma Lamb. 2 (F. 1222). O repertório formal dos grupos de pasta cinzenta imitando o verniz negro itálico é assim limitado na sua globalidade a poucas formas: as páteras Lamb.5/7 e a taça Lamb. 28 que parece inspirar-se já na cerâmica aretina de verniz negro, nomeadamente os modelos da sua fase final de laboração situada entre os inícios e a segunda metade do século I a.C. (Ponce e Ribera i Lacomba, 2003, p. 59-60). Sublinhe-se a presença no conjunto de imitação de VNI desta fase de fundos de pratos e taças, com decoração estampilhada em losango, o que remete para a típica decoração presente nas cerâmicas de verniz negro Caleno. Cronologicamente estas imitações de VNI difundem-se num momento tardio, do processo de conquista, sendo assim um elemento relevante, para a datação dos contextos de Castelhinhos, enquadrados entre o segundo quartel do século I a.C. e os princípios de Augusto.

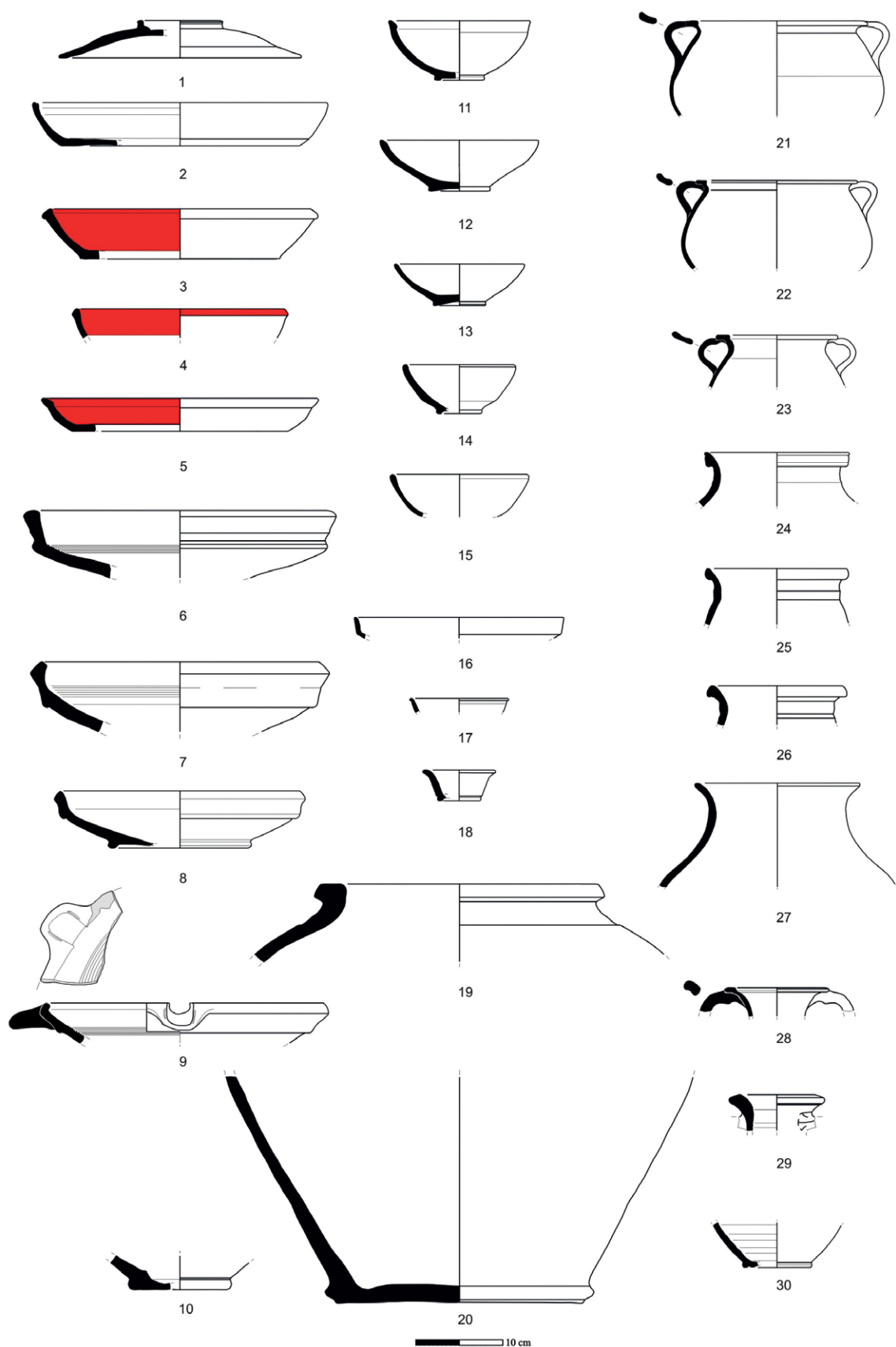


Figura 155 – Síntese dos conjuntos de cerâmica comum importada nos níveis estratigráficos de abandono da Fase 2 de Monte dos Castelinhos. N.º 1 a 5 - cerâmica comum itálica; N.º 6 a 30 - cerâmica comum do sul peninsular.

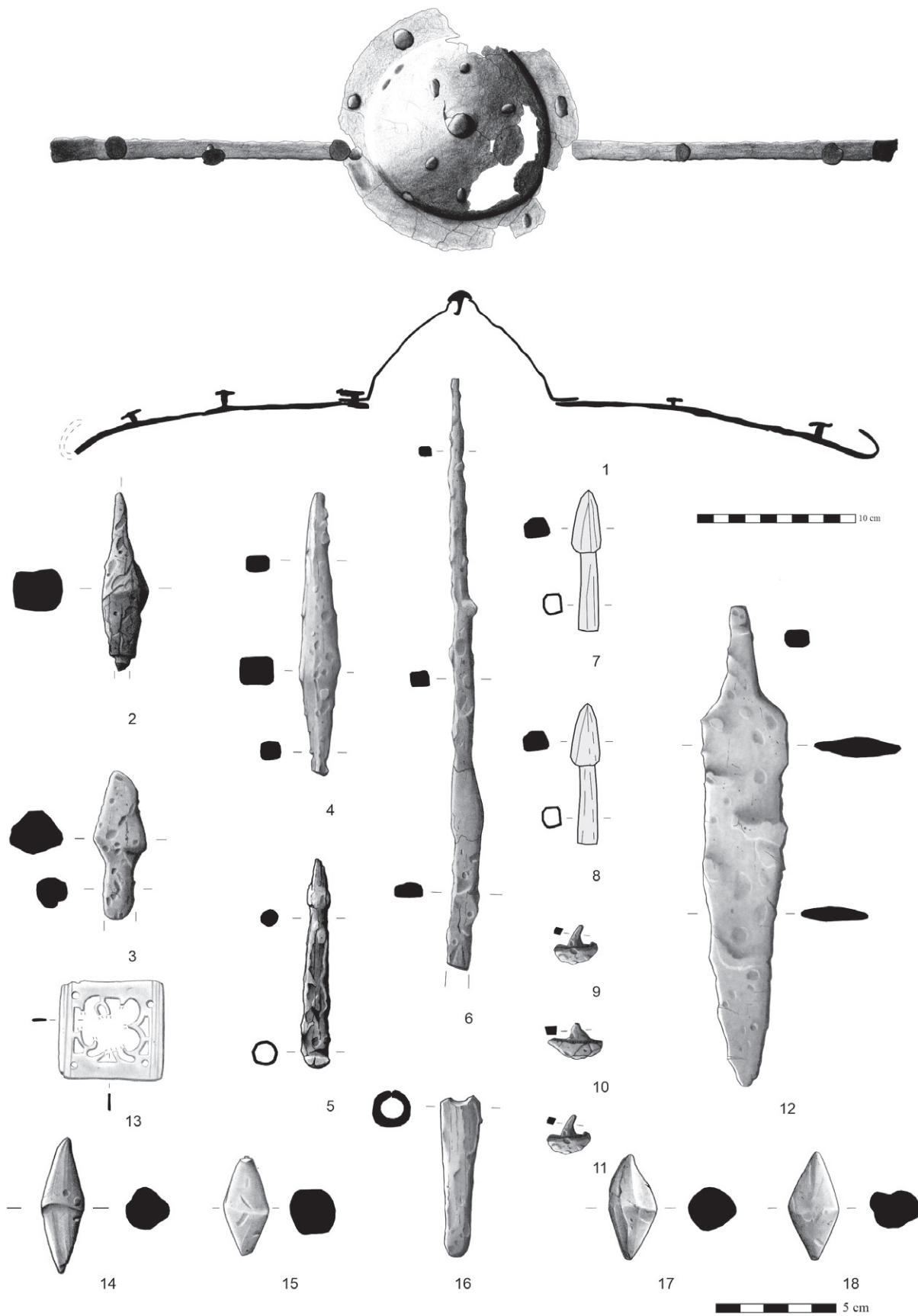


Figura 156 – Síntese dos elementos de armamento associados ao nível de destruição de Monte dos Castelinhos.

Entre as cerâmicas de paredes finas, dominam tal como na Fase 1 os serviços itálicos. Contudo, na Fase 2, surgem algumas peças que ainda que com cautelas identificamos como provenientes da área da *Ulterior/Baetica*, da ilha de *Ebusus* e uma produção regional/local imitando vasos da forma 1 de Mayet. Do ponto de vista formal e decorativo, estaremos perante produções centradas num momento tardio da fase republicana e que apontam para cronologias centradas no século I a.C., nomeadamente a partir do segundo quartel.

As lucernas encontram-se bem atestadas, do ponto de vista tipológico, coexistindo formas de tradição helenística com exemplares Itálicos do tipo Dressel/Lamboglia 2, 3 e 4. Estamos assim perante um conjunto coerente de lucernas, com uma cronologia centrada em meados da segunda metade do século I a.C., dado cronológico esse reforçado pela presença de um exemplar de Dressel/Ricci 3A com decoração no disco que remete para momentos avançados, possivelmente do terceiro quartel do século I a.C. É de destacar a presença de exemplares da forma Dressel/Lamboglia 2 de provável produção da área da baía gaditana, sendo mais um dado a reforçar a forte ligação do Monte dos Castelinhos com a área do sul peninsular. Por último, temos que reforçar a questão da provável produção local/regional de lucernas, com dois exemplares atribuídos ao tipo de lucernas abertas e duas asas de mais difícil enquadramento. Importa reforçar a ideia que são escassos e pouco numerosos os conjuntos conhecidos de lucernas do período romano republicano, sendo claro que estes artefactos de iluminação chegam ao extremo ocidente peninsular no âmbito do circuito que transporta e distribui outras exportações romanas, não tendo, porém, o sucesso generalizado das cerâmicas finas de mesa ou mesmo da baixela metálica. Os dados com que podemos trabalhar indicam de forma contundente que a difusão desta nova forma de iluminação entre as comunidades indígenas foi lenta e tardia. Tendo presente esta leitura e geografia de difusão destes singulares artefactos, as 18 lucernas, recolhidas em Monte dos Castelinhos em contextos estratigráficos bem definidos da Fase 2 ganham outro valor. Nomeadamente pelo seu significado cultural, mas igualmente pelo seu contributo para a aferição cronológica do faseamento do sítio.

O estudo do vasto conjunto de ânforas romanas recolhido associado a esta fase é assaz expressivo e revelador do forte abastecimento de cariz institucional que este sítio foi alvo durante esta fase. Entre os milhares de fragmentos recolhidos nos níveis associados à Fase 2 foi possível individualizar um número de 639 fragmentos, cuja análise e estudo resultou ser de 290 o NMI. Sobressai da análise do conjunto de ânforas, a escassa representatividade das ânforas vinárias itálicas e dos típicos contentores de preparados piscícolas na baía gaditana, as ânforas Mañá C2b, (T-7.4.3.3), aliados a uma forte representação dos tipos ovóides da costa e do interior da *Ulterior/Baetica*, representando estes 73,4% da amostragem, sendo que esta realidade configura, uma questão cronológica, mas também de lógica de abastecimento que patenteia um quadro provincial de crescente dinamismo com o eixo no vale do *Baetis*. Essas problemáticas cruzam-se com a relevância que o sítio parece alcançar precisamente nos momentos finais do período da conquista, assumindo um claro carácter militar relacionado com as Guerras entre César e Sexto Pompeio. É patente que as produções ovóides tardo-republicanas do Guadalquivir estão particularmente representadas e são já parte integrante da rede de produtos/abastecimento destinado aos destacamentos militares, pelo menos desde a época do pretorado de César, mas que se acentua ao longo da segunda metade do século I a.C. (García Vargas, Almeida e Gonzalez Cesteros, 2011). Essa realidade encontra-se aliás plasmada nas fontes clássicas, quando se refere que durante o conflito que opôs no território peninsular os partidários de César e de Pompeio, ambos os oponentes abasteciam localmente os seus exércitos. Não deixa de ser pertinente sublinhar encontrar-se documentado no presente registo o emergir das produções anfóricas do vale do Tejo/Sado precisamente neste contexto de necessidade de abastecimento.

Entre o conjunto de metais desta fase, sobressai ainda o conjunto de fíbulas sendo um bom indicador cronológico que remete com segurança para o terceiro quartel do século I a.C. O conjunto é dominado pelas fíbulas do tipo Alésia, ou Tipo Ponte 41 (12 exemplares). De acordo com Michel Feugère, as fíbulas Alésia correspondem a um modelo que acompanhou o exército Cesariano, sendo por ele difundido na sua expansão da Gália para o ocidente, encontrando-se estas peças bem documentadas em sítios com forte presença militar (Feugère, 2015, p. 65). A cronologia proposta para estes modelos centra-se no século I a.C., situada entre a década de 60 e 20 a.C. Em Monte dos Castelinhos, recolheram-se quatro exemplares associados à fase de abandono/destruição da Fase 2 que correspondem a modelos

do Tipo 21a3 de Feugère (Feugère, 1985). Estes modelos evidenciam uma peculiar decoração no arco, que se encontra recortado, característica dos modelos Alésia precoces. Estes exemplares surgem a par de quatro fíbulas do tipo *Nauheim*; dois exemplares do tipo Schüle 4h, ou Ponte 32; três fíbulas do tipo “pseudo” La Tène II, inserindo-se no modelo definido como 3 de Feugère; e três fíbulas de tipo anular romanas. Entre o vasto conjunto de metais merece ainda referência a presença associada a esta fase de elementos de baixela metálica possivelmente de produção itálica, atestando a introdução de novos hábitos culturais associados ao consumo e serviço do vinho. Identificam-se elementos de sítula, um jarro do Tipo *Piatra Neamt*, taças do tipo Idria, uma asa/armela do tipo Vaiamonte, elementos de *simpula* e um fragmento de um coador.

Podemos assim, tendo em conta o estudo do conjunto de VNI; das imitações de VNI em pasta cinzenta; do conjunto expressivo de paredes finas; das cerâmicas Kuass, do coleção de Lucernas; dos unguentários, do estudo detalhado da importação/abastecimento de bens alimentares transportados em ânforas; da análise dos metais em particular das fíbulas, mas também da baixela metálica, do armamento militar e do acervo numismático associado aos níveis da Fase 2, centrar a cronologia de abandono deste conjunto urbanístico numa fase avançada do século I a.C., possivelmente no seu terceiro quartel, especificamente entre 50 e 40 a.C.

Tendo em conta os dados sistematizados problematiza-se qual o seu significado, ou seja, que sítio é este? Estaremos perante um povoado indígena fundado no momento tardio da conquista? Podemos estar perante uma fundação romana de cariz urbano, um primeiro modelo de cidade? Ou estaremos perante um fâcies militar, interpretando assim este estabelecimento como um acampamento ou base logística de cariz permanente?

O registo arqueológico não remete para uma instalação indígena, antes pelo contrário, diversos elementos de análise remetem para uma instalação alógena ao território em questão. A hipótese de podermos estar perante uma fundação de cariz urbana é interessante e durante algum tempo foi colocada no âmbito das discussões do projeto Mocrate, contudo, os dados de que dispomos para o extremo ocidente da *Ulterior*, não autorizam a falarmos de fundação de centros urbanos antes do principado de Augusto, quando se implementa o projeto Cesariano das fundações coloniais (Mantas, 1993; González Fernández, 2017).

Um dos dados pertinentes para esta análise é o estudo do conjunto das cerâmicas comuns que nos remetem para o mundo do quotidiano das comunidades que aqui se instalaram. A clara leitura, de estarmos a lidar com sítio fundado, *ex nihilo*, numa área densamente povoada e com uma ampla e recuada diacronia de ocupação, levou inevitavelmente a estabelecer comparações com o mundo indígena. Infelizmente, ao encetar essa tentativa de leitura, deparou-se com o profundo desconhecimento existente relativo aos serviços cerâmicos dos momentos finais da Idade do Ferro do baixo Tejo (Sousa, 2017). Esta lacuna de informação é ainda maior, se tivermos presente o estado da arte relativo aos momentos centrados em meados do primeiro milénio a.C., onde dispomos já de um amplo número de sítios interencionados e publicados, assim como de uma sólida proposta tipológica para o conjunto das produções de cerâmica regional (Sousa, 2014). De modo linear temos que afirmar que apesar de existirem algumas pontes com as realidades sidéricas da foz do Tejo de meados do século V e IV a.C., não se nota uma evidente continuidade, antes pelo contrário. A ausência da cerâmica manual, das cerâmicas pintadas, das cerâmicas de engobe vermelho, a raridade das cerâmicas cinzentas, a presença de novas decorações e mesmo o emergir de novas morfologias, como os pratos, as grandes talhas, os barris etc... ausentes nos inventários da Idade do Ferro denotam alguma rutura. Esta ainda se adensa, se tivermos presente o mundo das cerâmicas não regionais (Fig. 155). É de facto de assinalar a presença das produções cerâmicas da *Ulterior/Baetica*, representando 16% do total da cerâmica comum atestada, tendo em conta o número de fragmentos classificáveis e 22% da amostragem tendo em conta a análise final dos NMI. Esta representatividade tem ainda que ser matizada, visto que não existe qualquer tradição comercial de importação de cerâmica comum do sul peninsular em época pré-romana na fachada atlântica (Sousa, 2014). Antes pelo contrário, a segunda metade do primeiro milénio a.C. até à chegada dos exércitos romanos foi pautada por uma diminuição dos contactos com as áreas mais meridionais em particular com a costa atlântica e mediterrânea do Sul peninsular (Sousa, 2017, p. 314). Estamos assim perante um fenómeno de comercialização plenamente romano que emerge num novo quadro de difusão de produtos e mercadorias.

A questão de base aqui presente é a de se a leitura resulta da própria evolução dos hábitos quotidianos das comunidades indígenas ou se é fruto de uma profunda romanização das comunidades e dos hábitos alimentares? Pode-se ainda colocar outra questão, que a meu ver poderá ser pertinente. Se esta leitura, de múltiplas influências ao nível formal e decorativo presente nas cerâmicas regionais, que se começa a materializar, resultante dos paralelos com as áreas do alto e baixo Alentejo, o denominado mundo Céltico, assim como com o da alta Extremadura, do designado mundo Vetónico, possa transparecer a chegada e incorporação nesta nova fundação de comunidades alógenas ao baixo Tejo?

Tendo em conta o estado dos nossos conhecimentos, julgo defensável interpretar a génese de Monte dos Castelinhos, como um estabelecimento de índole militar, leia-se um acampamento ou base militar, fundado no contexto pós conflito Sertoriano, no âmbito de uma nova política de refundação da presença de Roma no extremo Ocidente (Fabião, 1998a, vol. 2, p. 288). A relevância da sua implantação associada às suas características naturais e dimensão conduziram a que esta estabelecimento possivelmente de cariz temporário evoluísse para um estabelecimento permanente. É este cariz perene que inicialmente se materializa na fase 1 do urbanismo que detetámos. Qual a razão de este ser destruído e sobre ele sequencialmente instalado outro desenho urbano? Poderíamos como hipótese de trabalho estar perante vestígios de distintas ocupações conjunturais do mesmo espaço, fruto de distintos dispositivos militares que terão usado este espaço? Como já referi, é comum em estabelecimentos de índole militar a rápida dinâmica de destruição/reconstrução, no fundo obedecendo a um novo comando ou instalação de um novo contingente. Podemos assim interpretar Monte dos Castelinhos como uma base logística de aprovisionamento e segurança de tropas em trânsito na *Ulterior*. Como vimos *supra*, nesta fase existem precisamente algumas referências à existência de acampamentos permanentes na *Ulterior/Lusitania* que se podem coadunar com esta interpretação.

O nível de destruição/abandono de Monte dos Castelinhos é assaz esclarecedor que esta fase do sítio termina de forma brusca e violenta. É nestes níveis que se documenta a maioria dos elementos de armamento encontrando-se estes associados aos derrubes das paredes e colapso dos telhados (Fig. 155). O estudo de campos de batalha ou de cenários de guerra, como parece ser o caso de Castelinhos, tem nos últimos anos assistido a algum incremento (Quesada Sanz, 2008a). O tipo de registo identificado com material de alguma relevância, como um escudo, abandonado e não recuperado, remete para que possamos associar este momento a um período de conflito. Tendo em conta a cronologia proposta para este abandono, é tentador associar a destruição dos Castelinhos com o momento de instabilidade decorrente da guerra civil entre César e Sexto Pompeio (De Francisco Martin, 1989, p. 75 e 85; Amela Valverde, 2020, p. 92). Apesar de a geografia do conflito decorrer em paisagens mais meridionais, alguns elementos, autorizam a que se comece a vislumbrar uma frente mais ocidental (Fabião, 2006b).

Apesar desta destruição, o sítio de Monte dos Castelinhos não é abandonado definitivamente, sendo alvo de um projeto de urbanização em época augustana, com a construção de um novo desenho arquitetónico, do qual se destaca o traçado de uma ampla rua com um pórtico (Pimenta e Mendes, 2018 e 2019). Esta nova fase associa-se possivelmente à transformação do núcleo da base logística/militar num centro urbano regional, que tem vindo a ser associado à *Ierabriga* das Fontes Clássicas. Como acima referimos diversos elementos de natureza viária, epigráfica e arqueológica tem vindo a centrar a sua identificação com o Monte dos Castelinhos. Apesar do nome com o sufixo indo-europeu em *-briga* poder remeter para uma origem pré-romana, são múltiplos os exemplos que associam os nomes em *-briga* a fundações romanas de raiz, retenha-se o caso de *Brutobriga*, *Nertobriga*, *Augustobriga*, *Caetobriga* etc.

Paralelamente à interpretação do sítio, os dados do estudo das diversas componentes artefactuais aqui recolhidas permitem situá-lo no quadro das dinâmicas económicas, culturais e sociais da província em que está inserido. Os diversos parâmetros analisados associados ao fácies cerâmico das importações traduzem um cenário de profunda romanização presente no seu quadro cultural. O forte abastecimento de cerâmicas finas de mesa, lucernas e produtos alimentares transportados em ânforas encontra os melhores paralelos no vale do Tejo precisamente na Alcáçova de Santarém/*Scallabis* (Soria, 2013a, 2018; Arruda e Sousa, 2003; Almeida, 2008; Arruda e Viegas, 2014); no acampamento de Alto dos Cacos (Pimenta, Mendes e Henriques, 2014, Almeida e Pimenta, 2018), mas também, no fortim do Pedrão (Soares e Silva, 1973) e no que se conhece do denominado “Castro” do Salvador (Cardoso, 2014). Temos assim, a um primeiro nível, uma contextualização do quadro das importações que revela uma

forte e intrincada relação de Castelinhos com o baixo Tejo, sendo sintomático o papel que esta região assumiu nesta fase tardia do processo de conquista. Não deixa de ser interessante atestar que para a mesma época o registo da grande cidade da foz do Tejo não parece traduzir este panorama, quer no que se conhece do seu urbanismo, quer os dados do verniz negro itálico, quer da importação de ânforas (Pimenta, 2020; Soria, 2018; Filipe, 2019). Terá *Olisipo* nesta fase assumido um papel mais marginal, no quadro dos conflitos do final da república?

A Norte do Tejo, o fácies de ocupação aqui atestado encontra bons paralelos no quadro de importações do acampamento militar da Lomba do Canho, Arganil, ainda que este parece ser de cronologia um pouco mais recuada, centrado na década de 60-50 a.C. (Nunes, Fabião e Guerra, 1988). Porém o quadro do verniz negro itálico, das lucernas, das ânforas e mesmo do armamento estabelece estreitas correlações com o cenário que aqui tentámos apresentar (Fabião, 1989; Fabião e Guerra, 1987; 1996; Guerra, 1987).

A Sul do *Tagus flumen*, encontramos registos similares, antes de mais, no estabelecimento do Castelo da Lousa, Mourão. De fundação pós conflito Sertoriano, como o caso em análise, implanta-se na margem esquerda do Guadiana, com uma clara função militar de controlo territorial (Fabião, 2002b). As recentes escavações aí desenvolvidas motivadas pela construção da barragem do Alqueva entre 1997 e 2002 permitiram compulsar novos dados e publicar uma extensa e completa monografia (Alarcão, Carvalho, e Gonçalves, 2010). O conjunto de verniz negro itálico, paredes finas, lucernas, ânforas e mesmo os artefactos metálicos aqui recolhidos apresentam estreitos paralelismos com o fácies de Castelinhos. Ainda no Guadiana, mas junto à foz, encontramos no Castelo de Castro Marim dados substanciais referentes a uma forte presença romana nesta fase. Os contextos aí escavados têm sido interpretados como centrados entre 50 e 30 a.C., oferecendo um panorama idêntico aos associados à Fase 1 e 2 de Castelinhos (Viegas, 2011; Abade, 2018). Na área do Alentejo central, encontramos um estabelecimento que evidencia um quadro de importações ao nível das cerâmicas de verniz negro itálico, ânforas e em particular no expressivo conjunto de fíbula assaz similar ao aqui apresentado, o sítio do Monte da Nora, Terrugem (Teichner e Schierl, 2010). Ainda que interpretado como um núcleo indígena, a revisão dos dados das escavações permitiu sustentar uma proposta de índole militar romana (Mataloto, 2010, p. 73). Por último, o sítio de Soeiros, (Arraiolos), ainda que só conhecido por recolhas de superfície, evidencia um registo com estreitas similitudes com Castelinhos (Calado, Deus e Mataloto, 1999; Mataloto, Angeja, 2015).

No território peninsular os dados referentes a contextos bem definidos atribuídos ao terceiro quartel do século I a.C. são mais raros (Revilla e Roca, 2010). Em concreto, conhecem-se mais estações e dados contextuais associadas a momentos de destruição relacionados com o conflito Sertoriano do que relacionadas com os momentos de instabilidade decorrentes da guerra civil entre César e Pompeio (Ribera I Lacomba, 2006). Destaca-se a estação do Cabeço de Alcalá, Azaila (Teruel), cuja cronologia de destruição apesar de não ser consensual foi recentemente revista e apontada para a década de 50 a.C. (Ribera I Lacomba, 2006, p. 423; Romeo Marugán, 2021), o abandono do povoado de Raso da Candeleja, Ávila (Fernández Gómez, 1986), os níveis de destruição da cidade de Urso, Osuna (Quesada Sanz, 2008b), os recentes dados da cidade de *Hispalis* em particular os dados do Pátio de Banderas (Tabales Rodríguez e García Vargas, 2021) e o Cerro del Cabezo, Capilla, Badajoz, possivelmente a *Mirobriga* de Plínio (Heras Mora, 2018, p. 241-244). Podemos ainda associar a este momento de criação de novos estabelecimentos associados a uma nova forma de controle do território, o fortim de Castillo del Puerto (Cáceres), com um claro fácies militar e estreitos paralelismos com os conjuntos metálicos e cerâmicos de Castelinhos (Alonso Sánchez, 1991).

Na área da *Hispania Citerior* contextos cerâmicos de meados do século I a.C. têm vindo a ser detectados na zona de Múrcia, concretamente os estabelecimentos do *castellum* d'Archivel e da *turris* de Barranda (Caravaca), que os seus escavadores situam na metade da centúria e em concreto a partir de 47 a.C. (Brótóns Yagüe e Murcia Muñoz, 2008 e 2014), sobressaindo nesta região pela investigação aprofundada a estação arqueológica de Puig Ciutat, Oristà, Barcelona (Padrós, Pujol e Sala, 2015). Este relevante sítio arqueológico tem vindo a ser interpretado como um *praesidium* de controlo do acesso aos Pirinéus, encontrando-se a sua destruição violenta associada ao conflito entre a facção Cesariana e Pompeiana (Padrós Gómez, 2016; Pujol et al., 2019).

6. O PAPEL DESEMPENHADO PELO VALE DO TEJO NAS DINÂMICAS DE CONQUISTA ROMANA DA *ULTERIOR LUSITANIA*

A par desta abordagem de cariz monográfico, considereei pertinente olhar para o território e rever a informação disponível sobre a ocupação humana na área da Península de Lisboa e baixo Tejo, durante o final da Idade do Ferro e o período da conquista e implementação do domínio romano. Esta análise foi sempre aferida com o quadro de indagações prévio de tentar compreender a fundação de Monte dos Castelinhos numa ótica de continuidade e descontinuidade dos modelos de povoamento nesta vasta região.

Pelas descrições das Fontes Clássicas, são poucos os episódios da história militar que tiveram como palco de operações o território em análise. De facto, com exceção da célebre referência Estraboniana da utilização do vale do Tejo como base da campanha de Bruto, esta região apenas é fugazmente referida (Estrabão, *Geog.* III.3.1). Não temos aqui referências a episódios de conquista de cidades, cercos, batalhas... o que não quer dizer que eles não tenham acontecido, ou que a região não fosse relevante nas dinâmicas estratégicas de Roma. Talvez por esse oblívio tenha vindo a ser defendido uma continuidade entre o mundo pré-romano e a nova ordem que se vem a estabelecer. Em recentes sínteses, a amplitude do fenómeno tem vindo a ser interpretada como uma transição pacífica para o mundo romano realizada “(...) *sem grandes sobressaltos e tensões sociais*” (Cardoso, 2011, p. 123).

O rio Tejo, marca com o acidente geográfico da sua foz a geografia da fachada atlântica, quebrando a sua continuidade. As características singulares do seu estuário, pautado por um verdadeiro mar interior, deram origem a um dos raros portos de abrigo para a navegação, bem como, graças ao seu prolongado estuário, uma via de penetração navegável da maior importância para territórios francamente interiores. Estas características rapidamente intuídas pelos navegadores mediterrânicos fizeram com que este espaço assumisse desde os primeiros momentos do processo de conquista da *Hispania* um papel fulcral. Associado ao acesso a navios de mar até à região de *Móron/Scallabis*, não podemos descurar o controlo das vias de comunicação natural que partindo desta zona proporcionam o acesso natural ao centro e norte, no fundo o eixo vertebral do território, que mais tarde será materializado na estrada *Scallabis/Aeminium/Bracara Augusta*, assim como o acesso Oeste/Este ligando à via da Prata, precisamente a partir da margem esquerda do Tejo, e que irá ser materializado na via *Scallabis/ Augusta Emerita /Metellinum*. A aduzir a estas duas vias, existe ainda a antiga referência no poema da Orla Marítima de Avieno, que refere explicitamente um percurso terrestre que ligava o estuário do Tejo até ao litoral dos Tartéssios, em quatro dias (Ferreira, 1992, p. 170). A relevância destas amplas ligações ajuda-nos a perceber o valor estratégico do baixo Tejo, como base operacional e logístico no decorrer do processo da conquista romana da Península, justificando desde logo a concentração de sítios de índole militar.

A primeira grande ofensiva militar romana no extremo ocidental da Península Ibérica, teve como desígnio “apaciar” de forma exemplar esta região, génese da rebelião Lusitana. Desencadeou-se em 138 a.C. liderada pelo general *Décimo Júnio Bruto*. Através de Estrabão (III, 3.1) sabemos que, o novo governador da província romana da *Ulterior*, utilizou o vale do Tejo como eixo principal da sua campanha militar ao Noroeste peninsular, tendo usado uma das principais cidades na margem direita, *Móron*, no fundo do estuário a cerca de 90 km da entrada do rio como base de operações e *Olísipo* junto à foz como suporte logístico de abastecimentos.

Os dados contextuais e os acervos artefactuais recolhidos em sítios arqueológicos como Lisboa, Santarém, Chões de Alpompe, Alto do Castelo e Porto do Sabugueiro permitem verificar o forte impacto que se fez sentir no vale do Tejo após esta campanha. Em concreto, após este momento, não mais

se desvanece o comércio com a região centro mediterrânica. Nas estratigrafias de Lisboa, registadas em diversos pontos da urbe, verifica-se uma clara rutura nas dinâmicas aquisitivas do sítio, impondo-se repentinamente a presença das importações extra peninsulares e a chegada de todo um pacote exógeno que atesta uma nova fase e novos hábitos culturais e de comensalidade. É o caso dos serviços Napolitanos e Etruscos de verniz negro Itálico, das frágeis cerâmicas de paredes finas, das lucernas, mas também de conjuntos de cerâmica comum, atestando formas ausentes nos acervos do mundo indígena, como os pratos e os almofarizes. O abastecimento de produtos alimentares em ânforas marca de forma indelével esta fase, com a chegada massiva e sem qualquer tradição de comércio que a anteceda de quantidades significativas de contentores, destinados num primeiro momento a abastecer os exércitos, mas que rapidamente chegam, ainda que em quantidades reduzidas, aos povoados indígenas da área. Esta distinção é interessante, pois não é comparável as quantidades de ânforas itálicas que atestamos em sítios como os Chões ou Lisboa, com as que para a mesma cronologia podemos registar em sítios coetâneos como a Alcáçova de Santarém, Quinta do Almaraz ou mesmo Porto do Sabugueiro.

Nas amostragens dos dois grandes estabelecimentos desta fase inicial destaca-se a presença dos contentores vinícolas da Península Itálica que dominam de forma clara, em particular os produtos da área da costa Tirrénica envasados nas ânforas dos tipos Greco-Itálico tardio ou de transição e nas ânforas da forma Dressel 1. Surgem igualmente, ainda que em menor número, ânforas da costa Adriática da Península Itálica, dos tipos Greco-Itálicas tardias de Brindisi. Paralelamente aos produtos centro mediterrânicos, assiste-se a uma estreita conexão com o mundo da área púnica do sul peninsular, em particular a baía gaditana e a área Líbio Tunisina. Os preparados piscícolas do estreito de Gibraltar estão bem representados, sendo transportados nas ânforas do Tipo 9.1.1.1. (CCNN) e T. 7.4.3.3. de Ramón Torres (1995). Estão também presentes imitações dos modelos itálicos, mas reproduzidos na área da baía gaditana. A importação de azeite da área Líbio Tunisina está documentada pela presença de numerosas ânforas oleícolas, denominadas Africanas antigas. Assim como, ânforas do Mediterrâneo oriental, nomeadamente do tipo Dressel 4 de Cos.

O precoce estabelecimento de tropas romanas nesta área a partir das campanhas do Galaico, certamente terá contribuído para o conhecimento, inventariação e cartografia das riquezas desta região, sobressaindo entre estas, as mineiras, nomeadamente a aurífera, consagrada mais tarde nas fontes como o *aurifer Tagus*, sendo plausível que a sua exploração tenha sido desenvolvida logo desde o período romano republicano (Cardoso, Guerra e Fabião, 2012, p. 173). Por outro lado, não deve ter sido dispiciendo para a precoce concentração itálica nesta zona o facto de o Tejo configurar-se como o principal corredor de circulação entre o litoral atlântico e a zona montanhosa das Beiras e a Extremadura espanhola, ricas em metal, nomeadamente o cobre e estanho (Vilaça e Cardoso, p. 267). Afluíam assim ao baixo Tejo e aos seus principais núcleos urbanos os recursos mineiros, em bruto ou em lingotes, de onde seriam exportados e difundidos. Os registos de Chões de Alpompé, apesar de carecerem do devido enquadramento contextual, alertam-nos precisamente para a importância do trabalho do metal aí praticado, em particular o ferro, chumbo, as ligas de cobre, mas também a prata e o ouro.

Os dados das Fontes Clássicas são assaz frugais nos momentos posteriores à fulgurante campanha do Galaico. Apesar disso, como vimos *supra*, algumas referências e vestígios epigráficos permitem-nos sustentar que a zona estava longe de pacificada. Uma das mais estimulantes propostas é a da interpretação do sítio arqueológico de Castro de Chibanes como a localização da base militar de (*Castra*) *Caepiana*, associada à figura do pretor e procônsul Q. Servílio Cepião, responsável pela província entre 109 e 107 a.C. (Guerra, 2004, p. 222). Esta proposta tem vindo a ser consolidada com os recentes trabalhos de investigação aí promovidos pela equipa do MAEDS (Soares et al., 2019). Teríamos assim a reiterada predileção pelo baixo Tejo como área estratégica para a criação de núcleos a partir dos quais se iniciava o controle das comunidades pelo exército, entenda-se pela força, mas também a gestão, fiscalização e inventário das riquezas existentes ou que pudessem ser potenciadas e incrementadas tendo em conta os interesses itálicos.

Um dos dados que emergiu da revisão da leitura das dinâmicas de povoamento na zona objeto de estudo é da alteração na estratégia de povoamento do mundo indígena que ocorre nos momentos finais da Idade do Ferro, ou mesmo já no decorrer do processo de conquista romana. Apesar dos dados com que podemos lidar não disponham de muita firmeza, pela ausência de escavações extensas, assistimos

em diversos pontos da Península de Lisboa à concentração das comunidades em sítios de altura, assumindo estas dimensões significativas e relevantes funções de “vertebração” de territórios. Estes novos núcleos agregadores são selecionados devido às suas condições naturais de defesa e dotadas de sólidos sistemas defensivos. É o caso do sítio do Castro de São Martinho (Rio Maior), mas também do Castro de Santa Catarina, (Caldas da Rainha), já fora da área de estudo (Henriques, 2008), do Castelo Velho de Rocha-Forte (Cadaval), do sítio do Castelo/Forte do Paço (Arruda dos Vinhos), entre outros. Em todos os povoados em que pudemos rever os dados das escavações e dos seus espólios, deparámo-nos com conjuntos “monótonos”, dominados pela presença de cerâmica comum, sobressaindo o papel das grandes talhas. As importações estão praticamente ausentes, e quando se registam, limitam-se a uma ou duas ânforas vinárias itálicas, sublinhando o seu papel de artefacto de prestígio. Esta necessidade de armazenar víveres, no interior do espaço muralhado, materializada nas inúmeras talhas, é bem elucidativa do tipo de prioridade destes estabelecimentos. Este tipo de registo encontra-se igualmente documentado no Alentejo Central, onde tem vindo a ser associado ao conflito Lusitano (Mataloto, Alves e Carvalho, 2007; Mataloto, 2010). Uma das leituras possíveis é a de esta nova estratégia de povoamento resultar do próprio processo de conquista e da pressão da implantação ao longo do vale do Tejo dos exércitos itálicos sobre o mundo indígena. Ressalva-se que estas ocorrências surgem concentradas no interior da Península de Lisboa.

No decorrer do conflito Sertoriano, apesar da geografia dos episódios militares ocorrer em outras latitudes, toda esta região sofreu ampla instabilidade. Os dados que podemos correlacionar diretamente com este acontecimento são escassos. Contudo, tem vindo a ser matizado a importância do processo de entesouramento, ou seja, da ocultação de bens de valor venal, em que sobressaiem os numismas de prata, mas também jóias e baixela metálica em prata e ouro, e que pela cronologia dos denários pode ser associado com alguma segurança às diferentes fases do conflito. Tendo em conta igualmente os dados numismáticos, tem vindo a ser defendido desde os trabalhos de José Ruivo (1999), um abandono/destruição da cidade de Móron e base militar itálica de Chões de Alpompé no decorrer desta fase. Com base numa cuidada análise dos numismas, foi proposto mesmo, que o vasto planalto do Alviela tenha sido utilizado em 79 a.C. como base de Q. Cecílio Metelo quando ataca os territórios Lusitanos (Ruivo, 1999, p. 106, nota 13). Sublinhe-se que no decorrer deste livro foi possível num trabalho coletivo visitar o sítio, através de uma leitura Lidar, e constatar a existência de um dispositivo defensivo de menor entidade, de contornos retangulares, implantado dentro das amplas muralhas de talude do sítio. Colocou-se então a hipótese de estarmos perante um acampamento militar do período Sertoriano (Fonte et al., 2020).

Os recentes dados do estudo dos conjuntos artefactuais do povoado/base militar de Chibanes têm permitido associar o sítio a um momento de destruição cujo fácies parece sustentar que esta terá sido igualmente destruída nesta fase (Soares et al., 2019). O estudo deste episódio de destruição é assaz importante para o baixo Tejo e para a fachada atlântica, pois carecemos de dados contextuais deste período que nos permitam estabelecer comparações. Visto que se encontra em fase de conclusão a monografia das escavações de Chibanes, não nos vamos aqui deter na sua análise. Penso, porém, que o conjunto de ânforas, capítulo do qual me ocupei, merece algumas breves observações. O conjunto de importação de bem alimentares em ânforas é significativo e encontra-se particularmente bem documentado. O seu estudo revelou uma intrincada rede de abastecimentos a Chibanes com importações da Península Itálica, do Norte de África, da baía gaditana, do vale do Guadalquivir e Ilha de Ibiza. Tal como seria de esperar, as ânforas vinárias itálicas, do tipo Dressel 1 encontram-se bem representadas, ainda que a sua expressividade esteja longe da que vimos para os contextos do terceiro quartel do século II a.C., correspondendo agora apenas a 15% das importações. A região melhor documentada pelo perfil das importações é sem dúvida a costa Sudoeste da província da *Ulterior*, com fabricos genericamente atribuíveis à baía de Cádiz, representando estes 29% do total. Entre esta região destaca-se o papel assumido pelas ânforas do Tipo 7.4.3.3. (Mañá C2b). Da análise global da totalidade do conjunto das ânforas, resulta claro que as importações em geral e as da Península Itálica em particular, no cômputo geral, se encontram longe da representatividade bem conhecida da comercialização destes modelos na fachada atlântica e em particular no vale do Tejo. A par deste cenário, verifica-se um quadro que à partida não seria o espectável, destacando-se de forma preeminente os contentores de proveniência da *Ulterior*/

Lusitania, nomeadamente com fabricos da região do vale do Tejo/Sado de tradição tipológica pré-romana, correspondendo estes a um total de 53% da amostragem global, surgindo mesmo, alguns exemplares que tentam imitar regionalmente as morfologias itálicas. Tendo presente a interpretação de que o sítio poderá corresponder a uma instalação militar, esta leitura pode estar relacionada com problemas de abastecimento e com a necessidade imperiosa de os assegurar localmente, num período de conflitualidade crescente.

No interior da Península de Lisboa, ainda que os dados não sejam claros, pode-se colocar a hipótese de que o abandono a que se assiste dos grandes povoados de altura fortificados, que não chegam à segunda metade do século I a.C., encontrar-se correlacionado com este momento, são os casos de Pragança (Cadaval); do Castelo (Arruda dos Vinhos); da Serra do Socorro (Mafra/Torres Vedras); do Castro do Amaral ou das Curvaceira (Alenquer); do Senhor da Boa Morte (Vila Franca de Xira); do povoado de Santa Eufémia (Sintra) e do Castro de São Martinho (Rio Maior).

Após este momento e com a pacificação subsequente, assiste-se a uma nova estratégia locativa e mesmo dimensional do poder de Roma, ocorrida entre a propretura de César e o período das guerras civis entre os Cesarianos e os Pompeianos. Profundas transformações ocorrem nesta área, com o emergir de novas centralidades, como é o caso do antigo povoado de *Scallabis*. Mas também de novas fundações que parecem traduzir uma verdadeira nova forma de ocupar e controlar o território, dando ênfase às transitabilidades regionais. Surgem assim entre a década de 60 e 40 a.C., sítios de pequena dimensão de claro objetivo de controlo de paisagem, como o Pedrão (Setúbal), ou o Castro do Salvador (Cadaval), a par de novas fundações de dimensão significativa e destinadas a grandes contingentes humanos, caso do Monte dos Castelinhos (Vila Franca de Xira) e do Alto dos Cacos (Almeirim). Estas novas fundações traduzem uma nova realidade, mas também são corolário do conflito Sertoriano e da necessidade de subjugar o vale do Tejo assegurando alianças perenes após a instabilidade reinante.

O estudo monográfico das escavações de Castelinhos, a par dos dados de Alto dos Cacos e do estado da arte relativo aos contextos romano republicanos das escavações da Alcáçova de Santarém permitem um conhecimento detalhado do fâcies de importação para esta fase, centrada no terceiro quartel do século I a.C. Destaca-se o forte protagonismo exercido pelos abastecimentos peninsulares, nomeadamente da província da *Uterior*, evidenciados pelos serviços de cerâmica comum e pelas ânforas. Ao contrário do que se verifica nos momentos anteriores, assiste-se nesta fase a um protagonismo crescente e emergente dos produtos alimentares transportados em ânforas produzidas no vale do Guadalquivir e baía gaditana, com um novo quadro morfológico de tendência global ovoide e que nos últimos anos tem vindo a ser sistematizado (Almeida, 2008). Esta prevalência de uma nova lógica de abastecimento de cariz institucional aos exércitos remete para uma questão cronológica, mas também traduz um quadro provincial de crescente dinamismo com o eixo no vale do *Baetis* e do grande porto Gáditano. Os dados que apresentamos consolidam esta imagem, acrescentando o emergir das produções anfóricas do vale do Tejo/Sado, que surgem neste contexto de necessidade de abastecimento e que reproduzem morfológicamente os modelos ovóides então em voga no sul peninsular. O campo das cerâmicas comuns que tentei sistematizar no estudo do conjunto de Monte dos Castelinhos apresenta-se ainda como um campo estimulante, sendo provável que muitos dos recipientes chegassem ao extremo ocidente como contentores de produtos alimentares, a abundância de pequenos potes, associados a tigelas que serviriam como tampa, assim o leva a crer.

As reflexões do presente trabalho, decorrentes dos contextos observáveis na área em estudo e na sua comparação no contexto da província da *Uterior*, a um primeiro nível e no da Hispânia em geral permitem vislumbrar as dinâmicas do processo de conquista. O contexto social e político em que estes sítios se inserem permite reconhecer o papel de Roma como dominador hegemónico, mas numa permanente dialética com os grupos de poder local que condicionaram a ação efetiva do seu domínio. De leitura algo fluída, no registo arqueológico, esta linha de atuação encontra-se materializada na ação seletiva do poder romano sobre alguns centros de poder local em detrimento de outros, deixando assim transparecer as complexas teias de aliança e interação entre os distintos contextos sociopolíticos.

A concentração de sítios militares ou militarizados na zona do baixo Tejo revela a importância geoestratégica desta região, situação precocemente percecionada por Roma. Estamos perante um dos eixos da conquista da Hispânia, que a par do eixo interior que conduziu ao estabelecimento de uma

instalação militar de carácter permanente em Cáceres El Viejo (Ulbert, 1984) marcaram o devir das dinâmicas militares. Apesar das frentes de guerra, conjunturais, terem estado situadas fora deste espaço geográfico, esta zona foi a escolhida: primeiro, como base de retaguarda de campanhas ao Noroeste peninsular; sendo após o conflito Sertoriano e a partir da estabilização do processo de conquista, opção como zona a hibernar e estacionar com segurança e maior conforto as Legiões peninsulares atribuídas à *Ulterior/Lusitania*.

Os sítios que tentámos apresentar neste trabalho com maior detalhe, Monte dos Castelinhos, mas também Alto dos Cacos, revelam um novo panorama geopolítico, sendo provável que aglomerados de cariz mais permanente como o Monte dos Castelinhos tivessem um cariz plural, assumindo como missão a supervisão de atividades de intendência, como o fabrico e manutenção de armamento, a construção e recuperação de infraestruturas de comunicação, o recrutamento de forças auxiliares, a organização e abastecimento de víveres, etc. Arrogando assim um papel crucial na estruturação do povoamento deste território, pelo menos até ao eclodir da guerra civil entre partidários de Pompeio e César precipitar toda a Península para um novo conflito.

A análise dos dados do povoamento associada ao período romano republicano nesta região permitiu apresentar um quadro de alguma complexidade, ainda que com dados e informações muito desiguais. Se a título individual cada uma destas ocorrências descontextualizadas pouco significará, perspectivadas no seu conjunto elas encadeiam um padrão, informação a que se terá de atribuir o devido significado. A par da relevância dos sítios detetados ou revisitados nas margens do Tejo, deparamo-nos com fortes evidências de presenças relevantes onde o fácies militar emerge em zonas de penetração natural ao longo da fachada atlântica da Península de Lisboa. São assim de destacar os dados dos vales do rio Lizandro, com o sítio de Raimonda; os do rio Sizandro, com os dados do centro Histórico e Castelo de Torres Vedras, mas também com o sítio de Quinta de São Gião e os da zona da lagoa de Óbidos, com o povoado do Outeiro da Assenta. Mais do que um ponto de chegada, a leitura destas presenças configuram, de algum modo, linhas de orientação para futuras pesquisas, passíveis de serem desenvolvidas futuramente e estendidas ao longo da zona lagunar da fachada atlântica.

A revisão e análise dos dados do povoamento permite-nos ainda verificar a rápida disseminação no território da Península de Lisboa de alguns dos produtos que irradiam dos grandes centros regionais. É o caso das cerâmicas campanienses, mas também das ânforas vinárias itálicas, traduzindo novos hábitos culturais e fenómenos de interação com o mundo indígena. O conjunto dos dados configura a assinalada antiguidade dos sítios rurais romanos dos *agri olisiponenses* (Silva, 2018a), que ora podemos com alguma segurança estender igualmente ao campo Escalabitano. Os dados proporcionados pela abundante epigrafia da Península de Lisboa são importantes para esta discussão (Ribeiro, 1982-83; 2000; Guerra, 2002, 2003). A sua análise deixa transparecer um panorama onde as aristocracias locais são dominantes, onde se promoveram políticas de aliança internas e com elementos recém-chegados itálicos ou outros indivíduos altamente romanizados. Recentemente, esta concentração de fósseis onomásticos presentes na cidade de *Olisipo* e no seu território permitiu sustentar a proposta de que a emigração de itálicos foi assaz importante neste espaço em momentos finais da república até meados do século I d.C. (Cadiou e Navarro Caballero, 2010, p. 261).

Em jeito de conclusão, o presente trabalho merece-nos ainda algumas reflexões finais. Partindo do estudo monográfico dos dados dos contextos romano republicanos de Monte dos Castelinhos, pretendeu-se caracterizar as dinâmicas de ocupação nesta vasta região. Cedo se percebeu que para uma leitura global seria necessário estender a observação e rever os dados disponíveis, quer na literatura da especialidade, quer nos conjuntos artefactuais depositados em diversos Museus e múltiplas instituições. O panorama que se conseguiu traçar deixa transparecer uma dinâmica intensa e rápida de interação entre as comunidades indígenas e o mundo romano. Essa dinâmica não é estanque e vai oscilar ao longo do processo de conquista. Os dados de que dispomos para muitos dos sítios que aqui compilámos não nos permite atribuir com solidez uma interpretação funcional. Resulta pertinente comparar esta informação com os dados que dispomos para o Noroeste da província da *Citerior*, fruto de projetos de investigação de alguma profundidade (Pera et al., 2016; Principal et al., 2017; Naco del Hoyo e Principal, 2020). A escavação, estudo e publicação de diversos estabelecimentos permite dispor já de informações detalhadas de uma paisagem estrategicamente militarizada, onde é possível distinguir e caracterizar

diferentes espaços militares (Padrós Gomes, 2016), em que se individualizam os acampamentos/*Castra*; os fortins/*Castellum*; as torres/*turris* ou *propugnaculum* e *specula*; e os núcleos logísticos/*officina armorum* (Ñaco del Hoyo e Principal, 2020, p. 301-305). Não cabendo aqui espaço para a definição de cada uma destas tipologias, importa reter que estas implantações não tinham como intuito imediato manter debaixo de controlo ou subjugar as populações indígenas, na linha de um verdadeiro exército de ocupação, mas sim garantir o controlo das vias de transitabilidade. As dinâmicas de implantação dos espaços militares, sejam eles grandes estabelecimentos como o planalto dos Chões de Alpompé, o Alto do Castelo ou o Monte dos Castelinhos, ou pequenos fortins como o Castro de São Salvador, o Pedrão ou o Castelo dos Mouros, encontram-se vinculados com a gestão logística dos próprios exércitos e neste campo manter a fluidez das comunicações e o ritmo dos abastecimentos torna-se uma prioridade absoluta. Estaremos assim no vale do Tejo perante um “território militarizado”, na verdadeira aceção do mesmo, recentemente proposta (Morillo Cerdán e Adroher Auroux, 2014, p. 244).

Este trabalho não pretende assumir-se como um fim em si, mas como a revisão do estado da Arte e como plataforma de incitamento a novas investigações, quer no Monte dos Castelinhos, a carer de um projeto de conservação, classificação e musealização das ruínas, quer no sítio de Alto dos Cacos, ainda a requerer trabalhos arqueológicos que sustentem as interpretações aqui alvitadas. Que os próximos anos permitam voltar a posicionar a ciência como uma prioridade nas plataformas de conhecimento e que muitas das questões aqui alinhavadas possam ser aprofundadas com o devido fôlego. Sendo esta dissertação construída a partir do seio de um Museu Municipal, não posso deixar de terminar por afirmar que este deve ser o papel de uma instituição museológica: o estudo e a investigação das realidades históricas, arqueológicas, sociais ou culturais onde se encontra inserido.

Odivelas/Vila Franca de Xira, Outono de 2021



BIBLIOGRAFIA

- ABADE, P. E. A. (2018) – *A cerâmica de paredes finas do Castelo de Castro Marim*. Dissertação de Mestrado em arqueologia apresentado à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Disponível em <http://repositorio.ul.pt/handle/10451/32376>
- ADROHER AUROUX, A. (2014) - Cerámica Gris Bruñida Republicana (GBR): el problema de las imitaciones en ceramología arqueológica. In R. Morais, A. Fernández y M. J. Sousa (eds.). *As produções cerâmicas de imitação na Hispania. II Congresso Internacional da SECAH. Monografias Ex Officina Hispana*. II: Porto, p. 281-290.
- ADROHER AUROUX, A.; CABALLERO COBOS, A. (2012) - Imitaciones de campaniense en el mediodía peninsular. La cerámica gris bruñida republicana. In D. Bernal y A. Ribera (eds.). *Cerámicas hispanorromanas II. Producciones regionales: Cádiz*, p. 23-38.
- ADROHER AUROUX, A. M.; CARRERAS MONFORT, C.; ALMEIDA, R.; FERNÁNDEZ FERNÁNDEZ, A.; MOLINA VIDAL, J.; VIEGAS, C. (2016) – Registo para la cuantificación de cerámica arqueológica: Estado de la cuestión y una nueva propuesta. Protocolo de Sevilla. *Zephyrus*. LXXVIII: Universidade de Salamanca. Julio-diciembre 2016, p. 87-110.
- ADROHER AUROUX, A. M.; MOLINA PIERNAS, E. (2014) – La molienda en la Protohistoria del mediodía peninsular ibérico. *Revista d'Arqueologia de Ponent*. N.º 24, p. 215-237.
- AGUAROD OTAL, C. (1991) - *Cerámica común romana de cocina en la Tarraconense*. Zaragoza: Institucion Fernando el Catolico.
- AGUAROD OTAL, C. (1995) - La ceramica comun de produccion local, regional y importada. Estado de la cuestion en el Valle del Ebro. In Xavier Aquilue & Mercedes Roca (Eds), *Cerámica comuna romana d'època Alto-imperial a la Península Ibérica. Estat de la qüestió*. Monografies Empuritanes VIII. Empuries: Museu d'Arqueologia de Catalunya, p. 129-153.
- AGUAROD OTAL, C. (2017) – Cerámica común de mesa y de cocina en el valle del Ebro y producciones periféricas. In FERNÁNDEZ OCHOA, C.; MORILLO, A.; ZARZALEJOS, M. (Eds.). *Manual de cerâmica romana III. Cerámicas romanas de época altoimperial III: Cerámica comum de mesa, cocina y almacenaje. Imitaciones hispanas de series romanas. Otras producciones*. Alcalá de Henares: Museo Arqueológico Regional. Madrid: Colegio Oficial de Doctores y Licenciados en Filosofía y Letras y en Ciencias, Sección de Arqueología, p. 15-95.
- AGUAROD OTAL, C.; PÉREZ-ARANTEGUI, J.; PILAR LPUENTE, M.; LACUEVA, F.; CASTILLO, J. R. (2001) – Importaciones de cerâmica de cocina Itálica en la Tarraconense. Estudio de Caracterización composicional y de procedência. *III Congresso Nacional de Arqueolmetría*. Universidad de Sevilla, p. 261-269.
- AGUILAR SÁENS, A. ; GUICHARD, P. (1993a) – *Lacimurga*. La ciudad antigua y su entorno. *Revista de Arqueologia*. 144. Madrid, p. 32-38.
- AGUILAR SÁENS, A. ; GUICHARD, P. (1993b) – *Villes romaines d'Extremadura*. Doña Maria, La Sevillana et leus environnement. *Collection Casa de Velasquez*. 43. Madrid.
- AGUILAR SÁENS, A. ; GUICHARD, P. (1995) – *La ciudad Antigua de Lacimurga y su entorno rural*. Badajoz.
- ALAPONT MARTÍN, L.; CALVO GALVÉZ, M.; RIBERA i LACOMBA, A. (2009) - La destrucción de VALENTIA por Pompeyo (75 a.C.). Valencia. *Quaderns de Difusió Arqueològica*. N.º 6.
- ALARCÃO, A. (1958) – “Sigillata” hispânica em museus do norte de Portugal. In *Revista de Guimarães*. Guimarães. 68. 34, p. 249-315.
- ALARCÃO, A., M. (1976) - *Céramiques préromaines. Fouilles de Conimbriga VI. Céramiques diverses et verres*: Paris: Diffusion de Boccard, p. 3-17.
- ALARCÃO, A., M. e PONTE, M. S. (1976) – Les lampes. In *Fouilles de Conimbriga VI. Céramiques diverses et verres*: Paris: Diffusion de Boccard, p. 93-114.
- ALARCÃO, A., M. e PONTE, M. S. (1979) – Trouvailles Diverses. In *Fouilles de Conimbriga VII. Trouvailles Diverses Conclusions Générales*. Paris: Diffusion de Boccard, p. 13-80.
- ALARCÃO, J. de (1973) - *Portugal Romano*. Editorial Verbo. Lisboa.
- ALARCÃO, J. (1975) – *Fouilles de Conimbriga V. La Céramique commune locale et régionale*: Paris: Diffusion Boccard.
- ALARCÃO, J. (1976a) - Les Amphores. In *Fouilles de Conimbriga VI*. Paris: Diffusion Boccard, p. 79-91.
- ALARCÃO, J. (1976b) - Céramiques communes d'importation. In ÉTIENNE, R.; ALARCÃO, J., eds. - *Fouilles de Conimbriga*. Vol. VI: céramiques diverses et verres. Paris: Diffusion Boccard, p. 71-74 e 136-137.
- ALARCÃO, J. (1993) - *Arqueologia da Serra da Estrela*. Manteigas: ICN.
- ALARCÃO, J. (1987) – *Portugal Romano*. Lisboa: Editorial Verbo.

- ALARCÃO, J. de (1988) - *Roman Portugal*. Volume II. Fascicule 2. Aris&Phillips, Warminster.
- ALARCÃO, J. (1988) - *O domínio romano em Portugal*. Lisboa. Publicações Europa América.
- ALARCÃO, J. (1999) - O contexto histórico dos tesouros republicanos romanos em Portugal. *Rutas, ciudades y moneda en Hispania. Actas del II Encuentro Peninsular de Numismática Antigua* (Porto, marzo de 1997). Madrid: CSIC, p. 1-8.
- ALARCÃO, J. (2001) - Novas perspectivas sobre os Lusitanos (e outros mundos). *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Volume 4. Número 2: Instituto Português de Arqueologia, p. 293-349.
- ALARCÃO, J. (2002) - *Scallabis e o seu território*. In *De Scallabis a Santarém*: Lisboa, Museu Nacional de Arqueologia, p. 37-46.
- ALARCÃO, J. (2005) - Notas de arqueologia, epigrafia e toponímia - III. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Volume 8. Número 2: Instituto Português de Arqueologia, p. 293-311
- ALARCÃO, J. (2006) - As vias romanas de Olisipo a Augusta Emerita. *Conimbriga*. XLV. Instituto de Arqueologia. Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, p. 211-251.
- ALARCÃO, J. (2019) - *A Lusitânia e a Galécia: do séc. II a.C. ao séc. VI d.C.*: Imprensa da Universidade de Coimbra.
- ALARCÃO, J.; CARVALHO, P.C.; GONÇALVES, A. (2010) - *Castelo da Lousa - Intervenções Arqueológicas de 1997 a 2002*. *STUDIA LUSITANA* 5. Museu Nacional de Arte Romana. Mérida.
- ALARCÃO, J.; ÉTIENNE, R.; MAYET, F. (1990) - *Les villas romaines de S. Cucufate (Portugal)*. Paris: Diffusion De Boccard.
- ALBERGARIA, J. (2013) - Castelo das Juntas. In *Ocupação Proto-Histórica na margem esquerda do Guadiana*. Coord. ALBERGARIA, J.; MELRO, S. *Memórias d'Odiara* 2.ª Série. Estudos Arqueológicos do Alqueva, p. 211-243.
- ALFARO GINER, C.; MARTÍNEZ GARCÍA, M. J. (2019) - Producción y tratamiento de textiles In SÁNCHEZ LÓPEZ, E. H. e BUSTAMANTE-ÁLVAREZ, M. (eds.). *Arqueología Romana en la Península Ibérica*. Universidade de Granada: Granada, p. 819-840.
- ALMAGRO-GORBEA, M.; LORRIO, A.; MEDEROS, A.; TORRES, M. (2008) - La ciudad-estado de Medellín-Conisturgis y la cuenca del Guadiana en el Periodo Orientalizante. In ALMAGRO-GORBEA, M. (Dir.) *La Necrópolis de Medellín*: Madrid, p. 1033-1059.
- ALMAGRO-GORBEA, M.; RIPOLLÉS, P. P.; RODRÍGUEZ MARTÍN, F. G. (2009) - Dipo. Ciudad “tartésico-turdetana” en el Valle del Guadiana. *Conimbriga*. XLVIII: Instituto de Arqueologia da Universidade de Coimbra, p. 93-148.
- ALMAGRO-GORBEA, M.; TORRES ORTIZ, M. (2009a) - La colonización de la costa atlántica de Portugal: Fenicios o Tartesios. *Paleohispanica*. 9, p. 113-142.
- ALMAGRO-GORBEA, M.; TORRES ORTIZ, M. (2009b) - Los escarabeos fenicios de Portugal. Un estado de la cuestión. *Estudios Arqueológicos de Oeiras*. 17, p. 521-554.
- ALMEIDA, D. F. de (1972) - Inscrições romanas e moeda visigótica no Museu Municipal de Vila Franca de Xira. In 25.º Aniversário da Biblioteca Museu Municipal Dr. Vidal Baptista. *Boletim Comemorativo*. Vila Franca de Xira, p. 151-152.
- ALMEIDA, J. M. F. (1952) - Introdução ao estudo das lucernas romanas em Portugal. In *O Arqueólogo Português*. Série 2: Lisboa, p. 5-208.
- ALMEIDA, M. J. (2017) - *De Augusta Emerita a Olisipo por Ebora: uma leitura do território a partir da rede viária romana*. Tese de Doutoramento em História especialidade em Arqueologia. Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Disponível em <http://hdl.handle.net/10451/29682>
- ALMEIDA, N. J.; DIAS, V.; ENCARNACÃO, G. (2019) - Moinho do Castelinho e a época romano-republicana na Amadora. Estruturas materiais e subsistência. In CARDOSO, G.; NOZES, C. (Coord.). *Lisboa Romana/Felicitas Iulia Olisipo. O Ager Olisiponensis e as estruturas de povoamento*. *Caleidoscópio*, p. 90-101.
- ALMEIDA, R. R. (2008) - *Las ánforas del Guadalquivir en Scallabis (Santarém, Portugal). Una aportación al conocimiento de los tipos minoritarios*. Col. Lección Instrumenta. 28. Barcelona. Publicacions Universitat de Barcelona.
- ALMEIDA, R. R. (2010) - The incorporation of the baetican hinterland into the western supply during the Late Republic - a reading based on the distribution of the Guadalquivir's minority amphora types. In CARRERAS MONFORT, C., MORAIS, R. (Eds.), *The Western Roman Atlantic Façade A study of the economy and trade in the Mar Exterior from the Republic to the Principate*. BAR International Series, 2162, Oxford, p. 191-196.
- ALMEIDA, R. R.; FABIÃO, C. (2019) - The “early production” of Roman amphorae in Ulterior/Lusitania. State of play of a universe (still) under construction. *The Ovoid amphorae in the Central and Western Mediter-*

- anean. *Between the last two centuries of the Republic and the early days of the Roman Empire*. (García Vargas, E.; Almeida, R.R.; González Cesteros, H.; Saéz Romero, A. Eds.). Roman and Late Antique Mediterranean Pottery 13: Archaeopress Publishing, p. 175-190.
- ALMEIDA, R. R.; PIMENTA, J. (2018) – Ânforas do Acampamento / Sítio romano de Alto dos Cacos (Almeirim, Portugal). *ONUBA. Revista de Arqueología y Antigüedad*, 6: Universidade de Huelva, p. 3-56.
- ALMEIDA, R. R.; PINTO, I. V.; MAGALHÃES, A. P.; BRUM, P. (2014a) - Ânforas piscícolas de Tróia: contextos de consumo versus contextos de produção. In R. MORAIS, A. FERNANDEZ e M. J. SOUSA (eds.). *As produções cerâmicas de imitação na Hispânia*. Monografias Ex Officina Hispana II. Tomo I. Faculdade de Letras da Universidade do Porto, p. 405-423.
- ALMEIDA, R. R.; PINTO, I. V.; MAGALHÃES, A. P.; BRUM, P. (2014b) - Wich amphorae carried the fish products from Tróia (Portugal)? In *Rei Cretariae Romanae Favtorvm*. Acta 43, p. 653-661.
- ALMIRALL, J. (1972) – Contribución para el Estudio de los Denarios Forrados de Nerón. *Acta Numismática*. 2, p. 149-163.
- ALONSO MARTÍNEZ, N. (ed.) (2014) - Reunió Molins i molta al Mediterrani occidental durant l'edat del ferro. *Revista d'Arqueologia de Ponent*. 24, p. 99-362.
- ALONSO SÁNCHEZ, M. A. (1991) – El fortín Romano del “Castillo del Puerto”. Cáceres. El Control del Territorio. *I Jornadas de Prehistoria y Arqueología en Extremadura (1986-1990)*. Extremadura Arqueológica. 2, p. 417-430.
- ALVES, C. (2011) – A Cerâmica Campaniense em Mesas do Castelinho. Lisboa: Faculdade de Letras de Lisboa. 2 Volumes. Dissertação de Mestrado. Disponível em <http://repositorio.ul.pt/handle/10451/2994>.
- ALVES C. (2014) - Os Castella do Baixo Alentejo. O caso do Monte Manuel Galo. In FABIÃO, C. e PIMENTA, J. eds. *Atas do Congresso “Conquista e Romanização do Vale do Tejo”*. CIRA Arqueologia. 3: Vila Franca de Xira, p. 385-403.
- ALVES, C.; MATALOTO, R.; SORIA, V. (2014) - As produções de imitação da campaniense itálica em pasta cinzenta no interior Sul do território actualmente português. In *Actas del II Congreso Internacional da SECAH – Ex Officina Hispana 2* (Braga, 3-6 Abril de 2013). Tomo I, p. 165- 176.
- AMARO, C. (1986a) - Castelo de Torres Vedras: 2ª campanha arqueológica. *Informação Arqueológica*. 6 (1984). Lisboa: Instituto Português do Património Cultural, p. 95-96.
- AMARO, C. (1986b) - Castelo de Torres Vedras. *Informação Arqueológica*, 7 (1985). Lisboa: Instituto Português do Património Cultural, p. 54.
- AMARO, C. (1994) - Castelo de Torres Vedras. *Informação Arqueológica*, 9 (1987). Lisboa: Instituto Português do Património Cultural, p. 67-69.
- AMELA VALVERDE, L. (2000) – Las acuñaciones romanas de Sexto Pompeyo en Hispania. *AEspA*. 73, p. 105-119.
- AMELA VALVERDE, L. (2014) – El conjunto monetar de Andagoste. *Revista Numismática Hécate*. N.º 1, p. 25-40.
- AMELA VALVERDE, L. (2016a) – Lugares de emisión de los ases pompeyanos (RRC 471/1, 478/1 y 479/1). *Actas XV Congreso Nacional de Numismática*. Patrimonio numismático y museos. Madrid, 28-30 octubre de 2014: Madrid, p. 935-946.
- AMELA VALVERDE, L. (2016b) - “Las colonias “cesarianas” del mediodía peninsular. Una síntesis. *Hispania Antiqua*. 40, p. 85-117.
- AMELA VALVERDE, L. (2019) – *Monedas Locales de Hispania atribuídas a los Pompeyanos*. Puntorojo libros: Sevilha.
- AMELA VALVERDE, L. (2020) - *El segundo triunvirato en Hispania: Aspectos políticos-militares*. Sevilla: Punto Rojo Libros S.L.
- AMARÉ, M. (1988-89) - *Notas sobre un posible taller de lucernas romanas en Córdoba*. In *Ifigea*. V-VI, p. 103-115.
- AMARO, C. (1993) - Vestígios materiais orientalizantes do Claustro da Sé de Lisboa. *Estudos Orientais*. IV. Actas do Encontro “Os fenícios no território português”: Lisboa, p. 183–192.
- AMARO, C.; GONÇALVES, C. (2016) – The Roman *Figlina* at Garrocheira (Benavente, Portugal) in the Early Empire. In VAZ PINTO, I; ALMEIDA, R.; MARTIN, A – *Lusitanian amphorae-. Production and distribution*. Roman and Late Antique Mediterranean Pottery 10. Archeopress, p. 47-58.
- ANDRADE, G. M. (1963) – Castro do Amaral. Acta da Secção de Arqueologia de 14 de Novembro de 1963. *Boletim da Sociedade de Geografia*. Série 81. Lisboa, p. 236.
- ANDRADE, G. M. (1973) – Estações arqueológicas do Amaral ou das Curvaceiras (Alenquer). Actas da Secção de Arqueologia de 1973. *Boletim da Sociedade de Geografia*. Série 91. Lisboa, p. 143.
- ANDREAU, J. (1999) – *Banking and business in the Roman World*. Cambridge University Press.

- ANTUNES, A. S. (2018) - Moinhos de vaivém e giratórios da Azougada (Moura, Portugal). Um contributo para o estudo da moagem no Alentejo interior em meados do I milénio a.C. *CIRA Arqueologia*. N.º 6. Centro de Estudos Arqueológicos de Vila Franca de Xira, p. 70-99.
- ANTUNES, A. S.; OLIVEIRA, J. M.; MANSO, C. R. (2020) – Os fornos do Convento de Corpus Christi (Lisboa, Portugal). *IX Congreso Internacional de Estudios Fenicios y Púnicos / International Congress of Phoenician and Punic Studies*. MYTRA 5, p. 349-360.
- ANTUNES-FERREIRA, N.; CARDOSO, G.; SANTOS, F. (2017) – A necrópole medieval/moderno de Arruda dos Vinhos. *Arqueologia em Portugal 2017 – Estado da Questão*. Associação dos Arqueólogos Portugueses. Coord: José Arnaud e Andrea Martins: Lisboa, p. 1111-1117.
- A POLLINARIO, M. (1895) – O Castelo-Velho de Rocha-Forte: Reconhecimento arqueológico. *O Arqueólogo Português*. 1.ª Série, p. 49-54.
- AQUILUÉ ABADÍAS, J.; GARCÍA ROSELLÓ, J.; GUITART I DURAN, J. (2000) - *La ceràmica de vernís negre dels segles II i I a.C.: centres productors mediterranis i comercialització a la Península Ibèrica*. Taula rodona. Empúries (4 i 5 de juny de 1998). Mataró: Museu de Mataró/ Museu de Catalunya (Empúries)/ Universitat Autònoma de Barcelona.
- ARASA I GIL, F. (1994) – Material procedent del jaciment ibèric del Cormulló dels Moros (Albocàsser, Castelló) II. Els materials d'importació i les imitacions. *Quad.Preh.Cast.* 16: Castellón, p.125-155.
- ARCELIN, P.; TUFFREAU-LIBRE, M. (1998) - *La quantification des céramiques: conditions et protocole*. *Actes de la table ronde du centre archéologique européen du Mont Beuvray (Glux-en-Glenne, 7-9 avril de 1998)*. Centre Archéologique Européen du Mont Beuvray (Collection Bibracte, 2).
- ARNAUD, J. M. (1970) – O “Castelo Velho” de Veiros (Estremoz). Campanha Preliminar de Escavações de 1969. *Actas das I Jornadas Arqueológicas da Associação dos Arqueólogos Portugueses*. Lisboa 1969. Vol II: Lisboa, p. 311-328.
- ARRUDA, A. M. (1993) - Ocupação da Idade do Ferro da Alcáçova de Santarém no contexto da expansão fenícia para a fachada atlântica peninsular. *Estudos Orientais*. IV Actas do Encontro “Os fenícios no território português”: Lisboa, p. 193-214.
- ARRUDA, A. M. (1997) - *As cerâmicas áticas do Castelo de Castro Marim no quadro das exportações gregas para a Península Ibérica*. Lisboa: Edições Colibri.
- ARRUDA, A. M. (1999-2000) - *Los Fenicios en Portugal. Fenicios y mundo indígena en el centro y sur de Portugal (siglos VIII-VI a. C.)*. Cuadernos de Arqueología Mediterránea. 5-6. Barcelona.
- ARRUDA, A. M. (2005) – O 1.º milénio a.n.e. no centro e no sul de Portugal: leituras possíveis no início de um novo século. *O Arqueólogo Português*. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia. Série 4. 23, p. 9-156.
- ARRUDA, A. M. (2007) - *Laccobriga. A Ocupação Romana na Baía de Lagos*. Lagos: Câmara Municipal de Lagos. 80 páginas.
- ARRUDA, A. M. (2013) - Do que falamos quando falamos de Tartesso. In CAMPOS, J. M. - ALVAR, J. (eds.), *Tartesso. El emporio del metal*. Espanha, p. 211-222.
- ARRUDA, A. M. (2017) – A Idade do Ferro Orientalizante no Vale do Tejo: as duas margens de um mesmo rio. In Celestino Pérez, S. e Rodríguez González, E. (eds.), *Territorios comparados: los vales del Guadalquivir, el Guadiana y el Tago en época tartésica*. Madrid: CSIC, p. 283-294.
- ARRUDA, A. M. (2018) – A época romano-republicana. In MATIAS, A. (Coord.). *Santarém Carta Arqueológica Municipal*. Museu Municipal de Santarém. Santarém, p. 118-122.
- ARRUDA, A.M. e ALMEIDA, R. (1998) - As ânforas da Classe 32 da Alcáçova de Santarém. *Conimbriga*. 37: Instituto de Arqueologia da Universidade de Coimbra, p. 201-231.
- ARRUDA, A. M.; ALMEIDA, R. R. (1999) - Importações de vinho itálico para o território português: contextos, cronologias e significado. In *Économie et territoire en Lusitanie romaine*. Actes du III ème Table ronde sur la Lusitanie romaine Madrid: Casa de Velázquez, p. 307-337.
- ARRUDA, A. M.; ALMEIDA, R. R. (2001) - Importação e consumo de vinho bético na colónia romana de Scallabis. *Congreso Internacional Ex Baetica Amphorae. Conservas, Aceite y Vino de la Bética en el Imperio Romano (Écija-Sevilla 1998)*. Vol II, Écija: Editorial Sol, p. 703-715.
- ARRUDA, A. M.; FREITAS, V. (2008) - O castelo de Castro Marim durante os séculos VI e V a.n.e.. F. Jiménez Ávila (eds.), *Sidereum Ana I. El río Guadiana en época post-orientalizante*. Anejos de AEspA XLVI: Madrid, p. 429-446.
- ARRUDA, A. M.; FREITAS, V.; VALLEJO SÁNCHEZ, J. (2000) – As cerâmicas cinzentas da Sé de Lisboa. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa, 3 – n.º 2, p. 25-59.

- ARRUDA, A. M.; PEREIRA, C. (2010) – Fusão e produção: actividades metalúrgicas em Monte Molião (Lagos), durante a época Romano-Republicana. *Actas do 7.º Congresso de Arqueologia do Algarve*. XELB. 10. Silves, p. 695 – 716.
- ARRUDA, A. M.; PEREIRA, C.; PIMENTA, J.; SOUSA, E.; MENDES, H.; SOARES, R. (2016) – As contas de vidro do Porto do Sabugeiro (Muge, Salvaterra de Magos, Portugal). Glass beads from Porto do Sabugeiro (Muge, Salvaterra dos Magos, Portugal). *Cuadernos de Prehistoria y Arqueología da Universidade Autónoma de Madrid*. 42, p. 79-101.
- ARRUDA, A. M.; PEREIRA, C.; SOUSA, E. (2020) – Laccobriga: Estruturas romanas de Monte Molião (Lagos, Portugal). In PIZZO, A. (Ed.). *La arquitectura doméstica urbana de la Lusitania romana*. Mytra. Monografías y trabajos de arqueología. N.º 6: Mérida, p. 183-194.
- ARRUDA, A. M.; PEREIRA, C.; SOUSA, E.; PIMENTA, J.; DETRY, C.; GOMES, J. (2018) – Chões de Alpompe (Vale de Figueira, Santarém): Lendas e narrativas. *SPAL. Revista de Prehistoria y Arqueología*. N.º 27. 2: Universidad de Sevilla. Sevilla, p. 201-227.
- ARRUDA, A. M.; PEREIRA, C.; SOUSA, E.; VARANDAS, D. (2020) – Artefactos metálicos do Monte Molião (Lagos, Portugal): Os elementos de indumentária de época romana. *SAGVNTVM. Papeles del Laboratorio de Arqueología de Valencia*. 52: Universitat de Valencia, p. 117-133.
- ARRUDA, A. M.; SOUSA, E. (2003) – Cerâmica de paredes finas da Alcáçova de Santarém. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Vol. 6, n.º 1. Instituto Português de Arqueologia. Lisboa, p. 235 – 286.
- ARRUDA, A. M.; SOUSA, E. (2013) – Ânforas republicanas de Monte Molião (Lagos, Algarve, Portugal). *SPAL. Revista de Prehistoria y Arqueología*. N.º 22: Departamento de Prehistoria y Arqueologia. Faculdade de Geografia e Historia. Univesidad de Sevilla. Sevilha, p. 101-141.
- ARRUDA, A. M.; SOUSA, E. (2018) – The Greek pottery of the Tagus estuary. In R. MORAIS, R.; LEÃO, D.; PÉREZ, D.; FERREIRA, D. (Eds.). *Greek Art in Motion. Studies in honour of Sir John Boardman on the occasion of his 90th birthday*. Oxford: Archaeopress, p. 187-195.
- ARRUDA, A. M.; SOUSA, E.; BARRADAS, E.; BATATA, C.; DETRY, C.; SOARES, R. (2017) - O Cabeço Guião (Cartaxo - Portugal): um sítio da Idade do Ferro no Vale do Tejo. In S. Celestino Pérez & E. Rodríguez González (Eds.), *Territorios Comparados: Los valles del Guadalquivir, el Guadiana y el Tajo en época tartésica*. Anejos de AEspA. Vol. LXXX Mérida: Instituto Arqueología Mérida, p. 319-361.
- ARRUDA, A. M.; SOUSA, E.; PIMENTA, J.; MENDES, H.; SOARES, R. (2014) - Alto do Castelo's Iron Age occupation (Alpiarça, Portugal). *Zephyrus* 74, p. 143-155.
- ARRUDA, A. M.; SOUSA, E.; PIMENTA, J.; SOARES, R.; MENDES, H. (2017) – Phéniciens et Indigènes en contact à l'embouchure du Tage, Portugal. *Folia Phoenicia*. Pisa / Roma, 1, p. 243-251.
- ARRUDA, A. M.; VIEGAS, C. (1999) – The roman temple of Scallabis (Santarém, Portugal). *Journal of Iberian Archaeology*. Porto, 1, p. 185-224
- ARRUDA, A. M.; VIEGAS, C. (2002) - As cerâmicas de “engobe vermelho pompeiano” da Alcáçova de Santarém. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Vol. 5. N.º 1, p. 221-238.
- ARRUDA, A. M.; VIEGAS, C. (2004) - Les mortiers de l'Alcáçova de Santarém (Portugal). In Société Française d'Étude de la Céramique Antique en Gaule: *Actes du Congrès de Vallauris, 20-23 mai 2004*. Marseille: Société Française d'Étude de la Céramique Antique en Gaule - SFEACAG, p. 341-349.
- ARRUDA, A. M.; VIEGAS, C. (2014) – Santarém durante a época romano-republicana. In FABIÃO, C. e PIMENTA, J. eds. *Atas do Congresso “Conquista e Romanização do Vale do Tejo”*. CIRA Arqueologia. 3: Vila Franca de Xira, p. 242-255.
- ARRUDA, A. M.; VIEGAS, C. (2016) - As ânforas alto-imperiais de Monte Molião. In JÁRREGA DOMÍNGUEZ, R., BERNI MILLET, P. (eds.). *Amphorae ex Hispania: paisajes de producción y consumo*. Monografías Ex Officina Hispana III. ICAC. Vol. I. Tarragona, p. 446-463.
- ARRUDA, A. M.; VIEGAS, C.; ALMEIDA, M.J. (ed.) (2002) - *De Scallabis a Santarém*. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia.
- ARRUDA, A. M. ; VIEGAS, C. ; BARGÃO, P. (2005) - As ânforas da Bética costeira na Alcáçova de Santarém. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. Vol. 8. Número 1, p. 279-297.
- ARRUDA, A. M.; VIEGAS, C.; BARGÃO, P. (2006) - Ânforas lusitanas da Alcáçova de Santarém. In *Produção e comércio de preparados piscícolas durante a Proto-História e a época Romana no Ocidente da Península Ibérica*. Homenagem a Françoise Mayet. Setúbal Arqueológica, 13. Setúbal, Museu de Arqueologia e Etnografia do Distrito de Setúbal, p. 233-252.
- ARRUDA, A. M.; VIEGAS, C.; BARGÃO, P.; PEREIRA, R. (2006) - A importação de preparados de peixe em Castro Marim: da Idade do Ferro à época romana. In *Actas do Simpósio internacional de Homenagem a Françoise Mayet*. Setúbal. Setúbal Arqueológica, 13, p. 153-176.

- ARXÉ I GALVÉZ, J. (1982) – *Les llànties tardo-republicanes d'Empúries*. Barcelona. BAILEY, D. M. (1975) - *Catalogue of the Lamps in the British Museum, I: Greek, Hellenistic and Early Roman pottery lamps*: Londres.
- AURRECOECHEA, J. (2007) – Arneses equinos de época romana en Hispania. In *Mealistería de la Hispania Romana*. FERNÁNDEZ IBÁÑEZ (Edic.) Sautuol. XIII. Consejería de Cultura y Deporte del Gobierno de Cantabria, p. 321-344.
- AZCÁRRAGA CÁMARA, S.; BAQUEDANO PÉREZ, E.; MÄRTENS ALFARO, G.; CONTRERAS MARTÍNEZ, M.; RUIZ ZAPATERO, G. (2014) – Vajilla broncea tardorrepública en El Llano de la Horca (Santorcaz, Madrid). *Archivo Español de Arqueología*. 87, p. 109-121.
- AZEVEDO, T.; FREITAS, C.; FIGUEIRA, J. (1992) – A cobertura detritica da plataforma litoral portuguesa a Norte de Sintra. *Gaya*. Vila Nova de Gaia. 4 (1992). 4-8.
- BALFET, H.; FAUVET-BERTHELOT, M.F; MONZÓN, S. (1983) – *Pour la normalization de la description des poteries*. Paris: Musée de L'Homme. Laboratoire d'Ethnologie. Département de Technologie Comparée.
- BANHA, C. (2006) - *As ânforas romanas de Idanha-a-Velha (Civitas Igaeditanorum)*. Dissertação de Mestrado em Pré-história e Arqueologia, apresentado à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Lisboa. Policopiado.
- BANNING, E. B. (2002) – *The Archaeologist's Laboratory. The Analysis of Archaeological data*. Interdisciplinary contributions to archaeology: Kluwer Academic Publishers. New York.
- BARBOSA, E. (1955) - *Alenquer nas épocas Pré e Proto-históricas*. Monografia arqueológica apresentada como tese de dissertação de licenciatura em ciências Históricas e Filosóficas. Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
- BARBOSA, E. (1956a) – O Castro de Ota (Alenquer). *O Arqueólogo Português*. Lisboa. Série 2. 3: Museu Nacional de Arqueologia, p. 17-124.
- BARBOSA, E. (1956b) – O Castro da Pedra do Ouro (Alenquer). *O Arqueólogo Português*. Lisboa. Série 2. 3: Museu Nacional de Arqueologia, p. 75-85
- BARBOSA, E. (1970) - Notícias de alguns achados romanos no concelho de Alenquer. *Actas e Memórias do I Congresso Nacional de Arqueologia Lisboa 1958*. Volume II. Instituto de Alta Cultura. Lisboa, p. 27-33.
- BARBOSA, M. B. (1995) - Um tesouro setoriano da região de Santarém. In Centeno, R. M. S e García-Bellido, M. P. (eds.). *La moneda hispánica: Ciudad y Territorio*: Actas del I Encuentro Peninsular de Numismática Antigua. Anexos AEspA 14. Madrid, p. 239-244.
- BARBOSA, M. B. (1998-2002) – Tesouros monetários romanos em Portugal: da República ao reinado de Augusto. *Nummus*. II Série. XXI-XXV: Porto, p. 7-144.
- BARGÃO, P. (2006) - *As importações anfóricas durante a época romana republicana na Alcáçova de Santarém*. Tese de Mestrado em Pré-história e Arqueologia. Apresentado à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Orientado pela Professora Ana Margarida Arruda. Disponível em <http://repositorio.ul.pt/handle/10451/447>
- BARGÃO, P. (2017) - *O Castro de Segóvia. Estudo monográfico de um sítio arqueológico no Alto Alentejo*. Dissertação para a obtenção do grau de Doutor em História, especialidade em Arqueologia. Orientada pela Professora Doutora Ana Margarida Arruda. Apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Edição policopiada. Disponível em <http://hdl.handle.net/10451/28721>
- BARKER, P. (1986) – *Understanding archaeological excavation*. B. T. Batsford Limited: London.
- BARKER, P. (1989) – *Techniques of archaeological excavation*. Courier International Ltd. B. T. Batsford Limited: London.
- BARROS, L.; AMARO, C. (1985) - Fábrica de salga de peixe em Cacilhas – achegas para o seu conhecimento. *Al-madan*. N.º 4-5: Almada, p. 33-34.
- BARROS, L.; CARDOSO, J.; SABROSA, A. (1993) - Fenícios na margem Sul do Tejo. Economia e integração cultural do povoado de Almaraz – Almada. *Estudos Orientais IV*. Actas do Encontro “Os fenícios no território português”: Lisboa, p. 143-173.
- BARROS, L.; HENRIQUES, F. (1998) - Vestígios de um cais pré-romano em Cacilhas. In: SANTOS, M; ANTUNES, L. eds - *Actas das 2ª Jornadas de estudos sobre o concelho de Almada*. Almada: Câmara Municipal, p. 101-105.
- BARROS, L.; HENRIQUES, L. F. (2002) - A última fase de ocupação do Almaraz. In *Actas do 3º Encontro Nacional de Arqueologia Urbana*: Almada, p. 97-107.
- BARROS, L.; SOARES, A. (2004) - Cronologia absoluta para a ocupação orientalizante da Quinta do Almaraz, no estuário do Tejo (Almada, Portugal). *O Arqueólogo Português*. Série 4. N.º 22: Museu Nacional de Arqueologia, p. 333-352.

- BATALHA, L.; CANINAS, J. C.; CARDOSO, G.; MONTEIRO, M. (2009) – *A Villa Romana da Sub-Serra de Castanheira do Ribatejo (Vila Franca de Xira) trabalhos arqueológicos efectuados no âmbito de uma obra da EPAL – Empresa Portuguesa de Águas Livres SA*: Lisboa. EPAL/ Câmara Municipal de Vila Franca de Xira.
- BATATA, C. (2012) - *Relatório final da escavação arqueológica realizada junto a Senhora do Ó, Carvoeira, Mafra*. Relatório policopiado.
- BATATA, C.; GASPAR, F. (1993) – Novos dados sobre a estação arqueológica de Porto do Sabugueiro (Muge, Salvaterra de Magos). *O Foral. Conselho de Salvaterra de Magos da Pré-história ao século XVIII*. Câmara Municipal de Salvaterra de Magos, p. 24-34.
- BATS, M. (1993) – Céramique commune italique. *Dicocer[1], Dictionnaire des céramiques antiques (VIIe s. av. n. è.-VIIe s. de n. è.) en Méditerranée nord-occidentale (Provence, Languedoc, Ampurdan)*, p. 117-131.
- BAYO, S. (2010) – *El yacimiento ibérico de «El Tossal de la Cala»*. Nuevo estudio de los materiales depositados en el MARQ correspondientes a las excavaciones de José Belda y Miquel Tarradell. *Trabajos de Arqueología 1*. Alicante: Museo Arqueológico de Alicante.
- BELO, A. R. (2002) – *Nótulas sobre arqueologia de Torres Vedras e seu termo. Incluindo várias nótulas sobre História e Genealogia*. Badaladas. Torres Vedras: Museu Municipal de Torres Vedras.
- BELTRÁN LLORIS, M.; MOSTALAC, A. (1996) – La Casa Romana en Hispania. Estado de cuestión: *In La Maison urbaine d'époque romaine en Gaule narbonnaise et dans les provinces voisines* (Avignon, 1994): Avignon.
- BENDALA GALÁN, M. (2002) – Estructura urbana y modelos urbanísticos en la Hispania antigua: Continuidad y renovación con la conquista romana. *Zephyrus: Universidad de Salamanca*. 53-54, p. 413-432.
- BENDALA GALÁN, M.; RICO, C.; ROLDÁN GÓMEZ, L., eds. (1999) - *El ladrillo y sus derivados en la época romana*. Monografías de Arquitectura Romana. 4: U.A.M. Madrid.
- BENOIT, F. (1956) – Épaves de la côte de Provence: typologie des amphores. *Gallia*. 14, p. 23-34.
- BENQUET, L.; OLMER, F. (2002) - Les amphores. In BLÁZQUEZ MARTÍNEZ, J. M.; DOMERGUE, C. SILLIÈRES, P. (Direção). *La Loba (Fuenteovejuna, Cordoue, Espagne)*. *La Mine et Le Village Minier Antiques*. Institut Ausonius. Mémoires. Bordeaux, p. 295-331.
- BERNAL CASASOLA, D. (2007) - Vinos tarraconenses más allá de las Comunas de Hércules. Primeras evidencias en la Baetica, Lusitania y Tingitana. *La producció i el comerç de les àmfores de la Província Hispania Tarraconensis. Homenatge a Ricard Pascual i Guasch*. Monografies Museu d'Arqueologia de Catalunya 8: Barcelona, p. 319-352.
- BERNAL CASASOLA, D.; ARÉVALO, A.; LORENZO, L.; CÁNOVAS, A. (2007) Abandonos en algunas insulae del barrio industrial a finales del siglo II d.C. In A. Arévalo y D. Bernal (eds). *Las cetariae de Baelo Claudia. Avance de las investigaciones arqueológicas en el barrio meridional (2000-2004)*: Cádiz. Universidade de Cádiz, p. 383-453.
- BERNAL CASASOLA, D.; DÍAZ RODRÍGUEZ, J.J.; LAVADO-FLORIDO, M.L.; GARCÍA-GIMÉNEZ, R. (2019) - De la producción de ánforas Ovoid 1 gaditanas: aportaciones del alfar de Verinsur. *The Ovoid amphorae in the Central and Western Mediterranean. Between the last two centuries of the Republic and the early days of the Roman Empire*. (García Vargas, E.; Almeida, R.R.; González Cesteros, H. ; Sáez Romero, A. Eds.). *Roman and Late Antique Mediterranean Pottery 13*: Archaeopress Publishing, p. 191-214.
- BERNAL CASASOLA, D.; GARCÍA VARGAS, E.; SÁEZ ROMERO, A. M. (2013) – Ánforas itálicas en la Hispania meridional. *IMMENSE AEQUORA. Ricerche archeologiche, archeometriche e informatiche per la ricostruzione dell'economia e dei commerci nel bacino occidentale del Mediterraneo (metà IV sec. a.C. - I sec. d.C.)*: Roma, p. 351-372.
- BERNAL CASASOLA, D.; JIMÉNEZ-CAMINO ÁLVAREZ, R. (2004): El taller de El Rinconcillo en la bahía de Algeciras. El factor itálico y la economía de exportación (ss. I a. C.- I d. C.). *Figlinae Baeticae. Talleres Alfareros y Producciones Cerámicas en la Bética Romana (ss. II a.C. - II d.C.)* (Cádiz, 2003) (Bernal Casasola, D. y Lagóstena Barrios, L. Eds.). *British Archaeological Reports. International Series 1266*: Oxford, p. 589-606.
- BERNAL CASASOLA, D.; PECCI, A.; SÁEZ ROMERO, A. M. (2019) – Preliminary organic residue analysis of new Ovoid 1 and Ovoid 5 amphorae from the Guadalquivir valley. *The Ovoid amphorae in the Central and Western Mediterranean. Between the last two centuries of the Republic and the early days of the Roman Empire*. (García Vargas, E.; Almeida, R.R.; González Cesteros, H. ; Sáez Romero, A. Eds.). *Roman and Late Antique Mediterranean Pottery 13*: Archaeopress Publishing, p. 391-402.
- BERNI MILLET, P. (2011) - Tipología de la Haltern 70 bética. *Ánforas romanas de Lugo*. *Trabajos de Arqueología 3*. Lugo, p. 80-107.
- BERROCAL RANGEL, L. (1992) – *Los pueblos célticos del suroeste peninsular*. Madrid: Universidad Complutense de Madrid.

- BERROCAL RANGEL, L. (1994) – *El Altar prerromano de capote. Ensayo etno-arqueológico de un ritual céltico en el suroeste peninsular*. Madrid: Universidad Autónoma de Madrid. (Excavaciones arqueológicas en Capote (Beturia Céltica) – II).
- BERROCAL RANGEL, L. (2003) – Poblamiento y defensa en el territorio céltico durante la época republicana. In *Defensa y territorio en Hispania de los Escipiones a Augusto*. Casa de Velázquez – Universidad de León. Salamanca, p. 185-218.
- BERROCAL RANGEL, L. (2007) – De la mecánica a la molienda: un ensayo sobre los molinos giratorios de la España antigua. In BLÁNQUEZ PÉREZ, J.; ROLDÁN GÓMEZ, L. e JIMÉNEZ VILLALAR, H. (eds.). *Augusto Fernández de Avilés. En Homenaje*. Serie Varia, 6. Madrid: Universidad Autónoma de Madrid, p. 275-297.
- BERROCAL RANGEL, L.; BARRERA, J.; CASO AMADOR, R.; CABANILLAS DE LA TORRE, G. (2014) – Nertóbriga Concordia Iulia. La conquête de la Béturie. In CADIOU, F.; NAVARRO CABALLERO, M. (coords) *La Guerre et ses Traces. Conflits et sociétés en Hispanie à l'époque de la conquête romaine* (IIe - Ier). Bordeaux, p. 273-296.
- BERROCAL RANGEL, L.; MAFFIOTTE MARTINEZ, I.B.; RUIZ TRIVINO, C. (1994) – V. Las Fusayolas. In BERROCAL RANGEL, L., coord. – *El altar prerromano de Castrejon de Capote. Ensayo etno-arqueológico de un ritual céltico en el suroeste peninsular*. Madrid: Universidad Autónoma de Madrid, p. 201-230.
- BISHOP, M. C. (1988) – Cavalry equipment of the Roman army in the first century A.D. In Coulston, J.C. (ed.). *Military Equipment and the Identity of Roman Soldiers*, p. 67-197.
- BISHOP, M. C. (2011) – Weaponry and Military Equipment. In *Artefacts in Roman Britain: Their Purpose and Use*. ALLASON-JONES (Ed.). Cambridge: New York: Cambridge University Press.
- BISHOP, M. C. (2017) – *The Pilum. The Roman Heavy Javelin*. Osprey Publishing.
- BISHOP, M. C. ; COULSTON, J. C. N. (1993) – *Roman military equipment: from the Punic Wars to the fall of Rome*. Oxford: Oxbow Books.
- BLÁZQUEZ CERRATO, C. (2002) – Circulación monetaria en el área occidental de la Península Ibérica. *La moneda en torno al “camino de la plata”*: Montagnac, p. 171-179.
- BLÁZQUEZ CERRATO, C. (2010) – El proceso de monetización de Lusitania desde el siglo I a.C. al siglo I d.C. In J.-G. Gorges et T. Nogales Basarrate (éd.). *Naissance de la Lusitanie romaine (Ier s. av.-Ier s. ap. J.-C.) / Origen de la Lusitania romana (siglos I a.C.-I d.C.)*. VIIe Table Ronde internationale sur la Lusitanie romaine. Toulouse, les 8-9 novembre 2007: Toulouse-Mérida, p. 405-435.
- BLÁZQUEZ MARTÍNEZ, J. M.; DOMERGUE, C. SILLIÈRES, P. (Dir.) (2002) – *La Loba (Fuenteobejuna, Cordoue, Espagne)*. *La Mine et Le Village Minier Antiques*. Institut Ausonius. Mémoires. Bordeaux.
- BLE GIMENO, E. (2012) – *Tormenta Romana*. Análisis morfológico y funcional de la artillería romana tardorepublicana en el nordeste peninsular. *GLADIUS*. Estudios sobre armas antiguas, arte militar y vida cultural en oriente y occidente. XXXII, p. 25-48
- BLE GIMENO, E. (2015) – *Guerra y conflicto en el nordeste de Hispania durante el periodo romano republicano (218-45 a.C.)*. *La presencia del ejército romano a partir de sus evidencias arqueológicas*. Tesis Doctoral Universitat de Barcelona, Dirs. J. Noguera y F.X. Hernández Cardona, Barcelona. Disponível em <http://hdl.handle.net/2445/104489>
- BLECH, M. (2006) – Adolf Schulten, the German Archaeological Institute and field research in Hispania. In MORILLO CERDÁN, A. e AURRECOECHEA, (Eds.). *The Roman army in Hispania. An Archaeological Guide*: University of Leon, p. 25-35.
- BLOT, M. L. P. (2002) – *Os portos na origem dos centros urbanos. Contributo para a arqueologia das cidades marítimas e flúvio-marítimas em Portugal*. *Trabalhos de Arqueologia*. 28. Instituto Português de Arqueologia: Lisboa.
- BOAVENTURA, R. (2009) – *As antas e o Megalitismo da região de Lisboa*. Tese de Doutoramento em Pré-História apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Disponível em <http://hdl.handle.net/10451/587>
- BOAVENTURA, R.; BANHA, C. (2006) – Ânforas da região de Monforte: contributo para o conhecimento do comércio rural romano. *O Arqueólogo Português*. Série IV. N.º 24: Museu Nacional de Arqueologia, p. 360-399.
- BOLLA, M. (1991) – Considerazioni sulla funzione dei vasi in bronzo tardorrepubblicani in Italia settentrionale. M. Feugère y C. Rolley (eds.). *La vaisselle tardo-républicaine en bronze*. Actes de la table ronde du CNRS. Publications du Centre des recherches sur techniques gréco-romaines 13: Dijon, p. 143-153.
- BONET ROSADO, H.; KBIRI ALAOU, M.; VIVES FERRÁNDIZ, J.; HASSINI, H. (2001) – La ocupación púnico-mauritana. In ARANAGUI GASCÓ, C. *Lixus. Colonia fenicia y ciudad púnico-mauritana*. Anotaciones sobre su ocupación medieval (Saguntum. Papeles del Laboratorio de Arqueología de Valencia. Extra – 4), p. 51-71.

- BORGES, M. (2018) – Navegação comercial flúvio-marítima e povoamento no Ocidente do *Municipium Olisiponense*: em torno dos rios Lizandro (Mafra) e Colares (Sintra). In C. Soares, J. Brandão e P. Carvalho (coord.). *História Antiga: Relações Interdisciplinares Paisagens Urbanas, Rurais e Sociais*: Coimbra, p. 219-255.
- BOŽIČ, D.; FEUGÈRE, M. (2004) - Les instruments de l'écriture. *Gallia*. 61.
- BRANCO, F. C. (1962) – Pragança terá sido um Castro? *O Arqueólogo Português*. Série II. Vol. 4: Museu Nacional de Arqueologia, p. 303-307.
- BRANCO, M. G. A. (2007) – A Pedra de Ouro (Alenquer): Uma leitura actual da Colecção Hipólito Cabaço. *Trabalhos de Arqueologia* N.º 49. Instituto Português de Arqueologia. Lisboa.
- BROTÓNS YAGÜE, F.; MURCIA MUÑOZ, A. J. (2008) - Los castella tardorepublicanos romanos de la Cuenca Alta de los ríos Argos y Quípar (Caravaca, Murcia). Aproximación arqueológica e histórica. In M.ª. P. García-Bellido, A. Mostalac y A. Jiménez (eds.). *Del Imperium de Pompeyo a la Autoritas de Augusto. Homenaje a Michael Grant*. *Anejos A.Esp.A.* 47: Madrid, p. 49-66.
- BROTÓNS YAGÜE, F.; MURCIA MUÑOZ, A. J. (2014) – Una guarnición tardorrepública romana en la cuenca alta de los ríos Argos y Quípar. El castellum de Archivel y la turris de Barranda (Caravaca-Región de Murcia). In SALA SELLÉS, F.; MOROTALLA JÁVEGA, J. (eds). *Las Guerras Civiles Romanas en Hispania. Una Revisión Histórica desde la contestania*: Universitat d'Alicante. MARQ, p. 183-197.
- BROUQUIER-REDDÉ, V.; DEYBER, A. (2001) – Fourniment, Harnachement, quincaillerie, objets divers. In REDDÉ, M.; VON SCHNURBEIN, S. (Ed.). *Alesia. Fouilles et recherches franco-allemandes sur les travaux militaires romains autor du Mont-Auxois (1991-1997)*. II. *Le Matériel*: Paris. Diffusion De Boccard, p. 293-241.
- BUGALHÃO, J.; ARRUDA, A. M.; SOUSA, E.; DUARTE, S. (2013) – Uma necrópole na praia: o cemitério romano do Núcleo Arqueológico da Rua dos Correiros (Lisboa). *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Vol. 16, p. 243-275.
- BUGALHÃO, J.; LOURENÇO, S. (2006) - As ânforas romanas da Ilha da Berlenga. *Simpósio Internacional Produção e comércio de preparados piscícolas durante a Proto-História e a época Romana no Ocidente da Península Ibérica - Homenagem a Françoise Mayet (Setúbal, Maio 2004)*. Setúbal Arqueológica 13. Setúbal, p. 279-294.
- BUORA, M. (2017) - O studio delle lucerne romane dell'età tardorepubblicana e del primo-medio periodo imperiale nell'Italia settentrionale. In Omul, fluviul si marea. *Studii de arheologie si istorie in onorarea lui Florin Topoleanu la a 65-a aniversara*: Cluj-Napoca, p. 21-38.
- BURACA, I. (2005) - *Civitas Conímbriga: Ânforas romanas*. Dissertação de Mestrado em Arqueologia na área de especialização em Arqueologia Regional, apresentado à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Coimbra. Policopiado.
- BURACA, I. (2016) - Lusitanian amphorae in roman city of Conímbriga. In PINTO, I. V., ALMEIDA, R., MARTIN, A. (Eds.). *Lusitanian Amphorae: Production and Distribution*. Roman and Late Antique Mediterranean Pottery 10: Archaeopress Series, p. 231-240.
- BUSTAMANTE ÁLVAREZ, M. (2015) – Un contexto constructivo de época tardo Augustana en Augusta Emerita. In *Contextos Estratigráficos na Lusitânia (Do Alto Império à Antiguidade Tardia)*. Monografias Associação dos Arqueólogos Portugueses. 1, p. 25-39.
- BUSTAMANTE ÁLVAREZ, M.; PICADO PÉREZ, Y. (2018) – A Possible officina lanificaria in Augusta Emerita (Mérida, Spain). Architectural and functional analysis. In *MVLTA PER ÆQVORA. Il polisemico significato della moderna ricerca archeologica. Omaggio a Sara Santoro*. Vol. I: UCL Presses Universitaires de Louvain, p. 433-446.
- CABRAL, J.P.; CARDOSO, G.; ENCARNACÃO, J. D'; NIEUWENDAM, L. (2002) - Sondagens em Caparide“. *Al-Madan*. Almada, II Série, n.º 11, p. 6.
- CADIOU, F. (2008) - *Hibera em terra miles: Les armées romaines e la conquête de l'hispanie sous la république (218-45 AV. JC)*. Bibliothèque de la Casa de Velázquez. 38. Madrid: Casa de Velázquez.
- CADIOU, F. (2015) - *Praesidia et castella dans les sources littéraires Praesidia and castella in the literary sources*. *Revista d'Arqueologia de Ponent*. N.º 25: Universitat de Lleida, p. 231-243.
- CADIOU, F.; MAGALLÓN, M. A.; NAVARRO, M. (Coord.) (2008) – *La guerre et ses traces dans la péninsule Ibérique à l'époque de la conquête romaine: approches méthodologiques*. *Salduie*. N.º 8: Zaragoza.
- CADIOU, F.; NAVARRO CABALLERO, M. (2010) - Les origines d'une présence italienne en Lusitanie In J.-G. Gorges et T. Nogales Basarrate (éd.). *Naissance de la Lusitanie romaine (Ier s. av.-Ier s. ap. J.-C.) / Origen de la Lusitania romana (siglos I a.C.-I d.C.)*. VIIe Table Ronde internationale sur la Lusitanie romaine. Toulouse, les 8-9 novembre 2007: Toulouse-Mérida, p. 253-292.

- CADIOU, F.; NAVARRO, M. (Coord.) (2014) – *La guerre et ses traces dans la péninsule Ibérique. Conflicts et Sociétés en Hispanie à l'époque de la conquête romaine (IIIe-ler siècle av. J.C.)*. Ausonius ed. Mémoires 37: Bordeaux.
- CALADO, M.; DEUS, M.; MATALOTO, R. (1999) - O sítio dos Soeiros (Arraiolos): uma abordagem preliminar. *Actas do Congresso de Proto-História Europeia – Centenário da morte de Martins Sarmento*, Revista de Guimarães. N.º Especial: Guimarães. Sociedade Martins Sarmento, p. 759-774.
- CALAIS, C. (1995-97) – Outeiro de Povos – Resultado preliminar das primeiras intervenções arqueológicas. In: *Boletim Cultural. CIRA. Câmara Municipal de Vila Franca de Xira*. N.º 7, p. 47-74.
- CAMUS, A. (2016) – *A Peste*. Porto Editora. Tradução Ersílio Cardoso.
- CANDEIAS, C. (2015) - Prospeção arqueológica de superfície intra-sítio, o Cerro do Cavaco e a II Idade do Ferro em Tavira. *Actas del VII Encuentro de Arqueología del Suroeste Peninsular (Aroche-Serpa, 29, 30 de noviembre y 1 de diciembre, 2013)*. Huelva: Ayuntamiento de Aroche, p. 711-738.
- CANO, A. I. (2003) - Aproximación al estudio de la minería del plomo en Extramadura y sus usos en Época Romana. *Bolskan* 20, p. 119-130.
- CANHÃO, V. L. (2001) – *Relatório Villa Romana da Ponte de Lisboa (Beringel): 2ª Campanha*. OCRIMIRA – Investigação Arqueológica & Patrimonial, Lda. Disponível em <https://biblioteca.edia.pt/BiblioNET/Upload/PDFS/Mo2681.pdf>
- CARANDINI, A. (1977) - La ceramica a pareti sottili di Pompei e del Museo Nazionale di Napoli. In ANNECHINO, M. *L'instrumentum domesticum di Ercolano e Pompei*. Roma. 25-32: 172.
- CARDOSO, G. (1990) - O forno de ânforas de Muge. *Les amphores lusitaniennes. Typologie, production et commerce (Conimbriga, 1988)*. Alarcão, A. y Mayet, F. Eds. Paris: E. De Boccard, p. 153-165.
- CARDOSO, G. (2002) - Aspectos da Romanização do Ager Olisiponensis (Trabajo de Investigación de Tercer Ciclo presentado por Guilherme Cardoso bajo la Dirección del Prof. E. Cerrillo M. De Cáceres). Cáceres. Universidad de Extremadura / Departamento de Historia / Área de Arqueología (policopiado).
- CARDOSO, G. (2014) - Duas fortificações do final da Idade do Ferro/ início da romanização: São Salvador (Cada-val) e sítio do Castelo (Arruda dos Vinhos). In FABIÃO, C. e PIMENTA, J. eds. *Atas do Congresso “Conquista e Romanização do Vale do Tejo”*. CIRA Arqueologia. 3: Vila Franca de Xira, p. 200-241.
- CARDOSO, G. (2015) – *Estudio Arqueológico de La Villa Romana de Freiria*. Tesis Doctoral apresentada à Universidad de Extremadura. Policopiado.
- CARDOSO, G. (2018a) – *Villa Romana de Freiria. Estudo Arqueológico*: Câmara Municipal de Cascais.
- CARDOSO, G. (2018b) – A circulação de bens entre Olisipo e o seu Ager, à luz do material anfórico e da “Indústria” de Tinturaria. Meios Vias e Trajetos... *Entrar e Sair de Lisboa. Fragmentos de Arqueologia de Lisboa*. 2: Câmara Municipal de Lisboa, p. 122-134.
- CARDOSO, G.; AMARO, C.; BATALHA, L. (2017) - O sítio arqueológico do Alto da Casa Branca (Tapada da Ajuda, Lisboa). *Al-Madan on-line*. Almada, 22-1, p. 35-40.
- CARDOSO, G.; CARDOSO, J. L. (2005) – A ocupação agrária do concelho de Oeiras na Época Romana. *Actas VI Encontro de História Local do concelho de Oeiras – História, Espaço e Património Rural*. Oeiras: Câmara Municipal de Oeiras, p. 41-55.
- CARDOSO, G.; ENCARNÇÃO, J. d' (1999) - Notas sobre a ocupação proto-histórica na Villa Romana de Freiria Norte. *Revista de Guimarães*. Guimarães. Volume Especial. II, p. 741-757.
- CARDOSO, G.; ENCARNACAO, J. d' (2013) - O povoamento pré-romano de Freiria-Cascais. *CIRA-Arqueologia*. N.º 2. O Tejo, palco de interação entre Indígenas e Fenícios: Vila Franca de Xira, p. 133-181.
- CARDOSO, G.; GONZALEZ, A. (2008) – Novos dados sobre Arruda dos Vinhos na Idade do Ferro. In *Actas do IV Seminário do Património da Região Oeste*. 24 e 25 de Novembro de 2006. Arruda dos Vinhos: Câmara Municipal de Arruda dos Vinhos, p. 127-133.
- CARDOSO, G.; LUNA, I. (2005) – Últimos dados sobre a romanização no concelho de Torres Vedras. *Actas do congresso “A presença romana na região Oeste”*. Bombarral: Câmara Municipal do Bombarral, p. 65-82.
- CARDOSO, G.; NETO, N.; REBELO, P. (2020) – A freguesia da Ajuda (Lisboa) durante a época clássica – Séculos V a.C. a VII d. C. In *Actas do Colóquio Ajuda: O espaço O tempo A sociedade*. 18 a 20 de outubro de 2018. Palácio Nacional da Ajuda: Câmara Municipal de Lisboa, p. 13-20.
- CARDOSO, G.; RODRIGUES, S. (1996) - O contexto oleiro de Muge na produção romana do Médio e Baixo Tejo. In FILIPE, G.; RAPOSO, J. M. C., (Eds). *Ocupação romana dos estuários do Tejo e do Sado*. *Actas das Primeiras Jornadas sobre Romanização dos Estuários do Tejo e do Sado*. Seixal: Câmara Municipal. Lisboa. Dom Quixote, p. 167-178.

- CARDOSO, G.; RODRIGUES, S. (2005) - Olaria romana do Morraçal da Ajuda. *Actas do Congresso A Presença Romana na Região Oeste*. Bombarral. Câmara Municipal do Bombarral, p. 83-102.
- CARDOSO, G.; RODRIGUES, S.; SEPÚLVEDA, E. (2006) - A olaria romana de Peniche. In *Simpósio Internacional Produção e comércio de preparados piscícolas durante a proto-história e a época romana no Ocidente da Península Ibérica. Homenagem a Françoise Mayet (Setúbal, 7-9 Maio 2004)*. Setúbal Arqueológica 13, p. 253-278.
- CARDOSO, G.; RODRIGUES, S.; SEPÚLVEDA, E.; RIBEIRO, I. (2016) - Production during the Principate in Peniche (Portugal). Raw Materials, Kilns and Amphora Typology. In I.V. Pinto, R.R de Almeida, A. Martin (eds.). *Lusitanian Amphorae: Production and Distribution*. Roman and Late Antique Mediterranean Pottery. 10. Oxford, p. 3-17.
- CARDOSO, J. L. (1990) - A Presença Oriental no Povoamento da I Idade do Ferro na região ribeirinha do estuário do Tejo. *Estudos Orientais*. I. Lisboa: Instituto Oriental da Universidade Nova de Lisboa. p. 119-134.
- CARDOSO, J. L. (1995) - O Bronze Final e a Idade do Ferro na Região de Lisboa: Um ensaio. *Conimbriga*. Vol. XXXIV: Instituto de Arqueologia da Universidade de Coimbra, p. 33-74.
- CARDOSO, J. L. (1996) - A Idade do Ferro no concelho de Almada. Estação da Quinta da Torre. *Al-madan*. Série II. 5, p. 200.
- CARDOSO, J. L. (2004) - A baixa Estremadura dos finais do IV milénio a.C. até à chegada dos romanos: Um ensaio de História Regional. Oeiras: Câmara Municipal Estudos Arqueológicos de Oeiras. 12.
- CARDOSO, J. L. (2006) - A estação do Bronze Final do Cabeço do Mouro (Cascais): resultados das escavações realizadas. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Volume 9. N.º 1, p. 21-46.
- CARDOSO, J. L. (2011) - Arqueologia do concelho de Oeiras. *Do Paleolítico ao século XVIII*. Oeiras: Câmara Municipal de Oeiras.
- CARDOSO, J. L. (2016-2017) - A ocupação do Bronze Final do Centro Histórico de Oeiras. Os materiais da Rua das Alcássimas. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. N.º 23: Câmara Municipal de Oeiras, p. 531-554.
- CARDOSO, J. L.; ANDRÉ, M. da C. (2019) - O povoamento romano do concelho de Oeiras. Antecedentes, economia e sociedade (séculos I a.C. -V d.C.). In CARDOSO, G.; NOZES, C. (Coord.). *Lisboa Romana/Felicitas Iulia Olisipo. O Ager Olisiponensis e as estruturas de povoamento*. *Caleidoscópio*, p. 117-127.
- CARDOSO, J. L.; ARRUDA, A. M.; SOUSA, E.; REGO, M. (2014) - Outorela I e Outorela II, dois pequenos sítios da Idade do Ferro a norte do Estuário do Tejo (concelho de Oeiras). *Estudos Arqueológicos de Oeiras*: Câmara Municipal de Oeiras. 21, p. 393-428.
- CARDOSO, J. L.; CARDOSO, G. (1993) - Carta arqueológica do concelho de Oeiras. Oeiras: Câmara Municipal de Oeiras. Estudos Arqueológicos de Oeiras. N.º 4.
- CARDOSO, J. L.; CARDOSO, G.; ENCARNACAO, J. d' (2013) - O Campaniforme de Freiria (Cascais). *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. 20: Câmara Municipal de Oeiras, p. 525-588.
- CARDOSO, J. L.; CARDOSO, G.; MARTINS, F. (2018) - Oeiras na antiguidade tardia: alguns materiais recolhidos nas escavações arqueológicas realizadas na rua Marquês de Pombal, 3-7 (Centro Histórico de Oeiras). *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. 24: Câmara Municipal de Oeiras, p. 471-482.
- CARDOSO, J. L.; CARREIRA, J. R. (1997/98) - A ocupação de Época Púnica da Quinta da Torre (Almada). *Estudos arqueológicos de Oeiras*. 7: Câmara Municipal de Oeiras. p. 189-217.
- CARDOSO, J. L.; DETRY, C. (2005) - A lixeira baixo-imperial da villa da Quinta das Longas (Elvas): análise arqueozoológica e significado económico-social. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 8. N.º 1, p. 369-386.
- CARDOSO, J. L.; GUERRA, A.; FABIÃO, C. (2012) - Alguns aspectos da mineração romana na Estremadura e Alto Alentejo. In: CARDOSO, J. L.; ALMAGRO-GORBEA, M. (eds). *Lucius Cornelius Bocchus Escritor Lusitano da Idade da Prata da Literatura Latina*. Lisboa: Academia Portuguesa da História / Real Academia de la Historia, p. 169-188.
- CARDOSO, J. L.; MARTINS, F. (2009) - O Povoado pré-histórico do Outeiro da Assenta (Óbidos). *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. 17: Câmara Municipal de Oeiras, p. 261-356.
- CARDOSO, J. L.; SILVA, C. T. (2011) - O casal agrícola da Idade do Ferro de Ganelas 3 (Oeiras). *O Arqueólogo Português*. Série V. N.º 2: Museu Nacional de Arqueologia, p. 355-400.
- CARDOSO, J. L.; SILVA, C. T. da; MARTINS, F.; ANDRÉ, M. C. (2010/2011a) - O casal agrícola da I Idade do Ferro de Leão (Oeiras). *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. N.º 18. Oeiras. Câmara Municipal, p. 75-102.
- CARDOSO, J. L.; SILVA, C. T. da; MARTINS, F.; ANDRÉ, M. C. (2010/2011b) - O estabelecimento rural romano tardo-republicano e alto-imperial de Leão (Oeiras). *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. N.º 18. Câmara Municipal de Oeiras, p. 103-146.

- CARDOSO, J. P. (2013) - *Ânforas romanas recuperadas em meio subaquático em Portugal*. Edição de autor.
- CARVALHO, J. F. R.; RAMOS, R. (2020) - A ânfora romana Dressel 1 (Rei Ramiro, Castelo De Gaia): Características e contextualizações. *Apontamentos de Arqueologia e Património*. 14. Era Arqueologia/Núcleo de Investigação Arqueológica – NIA: Lisboa, p. 57-66.
- CARRE, M. B.; MATTIOLI, S.P. (2003) - Tentativo di classificazione delle anfore olearie adriatiche. *Aquileia Nostra*. LXXIV, p. 453-476.
- CARRE, M. B.; MONSIEUR, P.; PESAVENTO MATTIOLI, S. (2014) - Transport amphorae Lamboglia 2 and Dressel 6A: Italy and/or Dalmatia? Some clarifications. *Journal of Roman Archaeology*. 27, p. 417-428.
- CARRERAS MONFORT, C. (2003) - Haltern 70: a review. *Amphorae in Britain and in the Western Empire* (London, 1994). *Journal of Roman Pottery Studies*. 10. London, p. 85-91.
- CARRERAS MONFORT, C.; BERNI MILLET, P. (2016) - Haltern 70 (Guadalquivir Valley). *Amphorae ex Hispania. Paisajes de producción y de consumo* (<http://amphorae.icac.cat/amphora/haltern-70-guadalquivir-valley>). 08 julio, 2016
- CARRERAS MONFORT, C.; MARTÍN MENÉNDEZ, A.; PERA I SERN, J.; RODRIGO REQUENA, E. (2003) - Las ánforas de Brindisi en la Hispania Citerior. Pautas de distribución y consumo. *Sagvuntum*. Papeles del Laboratorio de Arqueología de Valencia. 48: Universidade de Valência, p. 103-121.
- CARVALHINHOS, M.; MOTA, N.; MIRANDA, P. (2017) - Indagações arqueológicas na muralha antiga de Lisboa: O lanço oriental entre a Alcáçova do Castelo e o miradouro de Santa Luzia. *I Encontro de Arqueologia de Lisboa. Uma cidade em escavação*. (Teatro Aberto, 26, 27 e 28 de Novembro de 2015). Câmara Municipal de Lisboa: Centro de Arqueologia de Lisboa – CAL, p. 299-336.
- CARVALHO, P. C. (1998) - *O Fórum de Aeminium*. Lisboa: Instituto Português de Museus.
- CARVALHO, P. C. (2002) - Acerca da cronologia do Fórum de Aeminium. In *Actas do 3º Encontro Nacional de Arqueologia Urbana (Almada, 20 a 23 de Fevereiro de 1997)*. Almada: Câmara Municipal de Almada. Divisão de Museus. (Col. Monografias Arqueologia), p. 317-332.
- CASTOLDI, M.; FEUGÈRE, M. (1991) - Les simpulums. FEUGÈRE, M.; ROLLEY, C. (eds.). *La vaisselle tardo-républicaine en bronze*. Actes de la table ronde du CNRS, Publications du Centre des recherches sur techniques gréco-romaines 13: Dijon, p. 61-88.
- CASTRO CUREL, Z. (1980) - Fusayolas ibéricas: antecedentes y empleo. *Cypsela* III, p. 127-146.
- CAVADA NIETO, M. (2009) - Décimo Junio Bruto en Hispania: las fuentes literárias. In LÓPEZ DÍAZ, M. (coord.). *Historia y Cultura. Estudios en homenaje al profesor José M. Pérez García*: vol. I. Vigo: Universidad de Vigo, p. 113-129.
- CERVEIRA, A. F.C. (2017) - A zona Norte de Conímbriga: A evolução das cerâmicas locais e regionais. *Resultados das Campanhas de 2013 e 2015-2016. Relatório de Estágio de Mestrado em Arqueologia e Território*. Universidade de Coimbra. Disponível em <http://hdl.handle.net/10316/85430>
- CHAVES, L. (1915) - Segunda exploração arqueológica do Outeiro da Assenta (Termo de Óbidos). *O Arqueólogo Português*. 1.ª Série. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia. 20, p. 258-271.
- CHAVES TRISTÁN, F. (2005) - Guerra y moneda en la Hispania del “Bellum Civile” In Rodríguez Neila, J.F., Melchor Gil, E., Mellado Rodríguez, J. (Coords). *Julio César y Corduba: Tiempo y espacio en la campaña de Munda (49-45 a.c.)*: Cordoba, p 207-245.
- CHAVES TRISTÁN, F.; PLIEGO VÁSQUEZ, R. (2017) - Nuevos testimonios monetales de emisiones Hispano-Cartaginesas en la Península Ibérica. *XV International Numismatic Congress Taormina 2015 Proceedings*. Volume I. Università degli Studi di Messina Dipartimento di Civiltà Antiche e Moderne Cattedre di Numismatica Antica e Medievale: Romna – Messina, p. 549-552.
- CHAZELLES, C. A. de (1997) - *Les maisons en terre de la Gaule méridionale*. Monographies Instrumentum. 2. Montagne.
- CHAZELLES, C. A. de; POUPET, P. (1984) - L’Emploi de la terre crue dans l’habitat gallo-romain en milieu urbain: Nîmes. *Revue Archéologique Narbonnaise*. XVII, p. 71-101.
- CHAZELLES, C. A. de; POUPET, P. (1985) - La fouille des structures de terre crue: définitions et difficultés. *Revue Aquitania*. 3, p. 146-160.
- CHIC GARCÍA, G. (1986) - Q. Sertorius, proconsul. *Actas de la reunión sobre Epigrafía hispánica de época romano-republicana*. Zaragoza, p. 171-176.
- CHIC GARCÍA, G.; GARCÍA VARGAS, H. (2004) - Alfares y producciones cerâmicas en la provincia de Sevilla. Balance y perspectivas. BERNAL CASASOLA, D.; LAGÓSTENA BARRIOS, L. (Coord.). *Figlinae Baetica. Talleres alfareros y producciones cerâmicas en la Bética Romana (ss. II a.C. – VII d.C.)*. Volume I. B.A.R. International Series 1266: Oxford, p. 279-348.

- CIPRIANO, M. T.; CARRE, M. B. (1989) - Production et typologie des amphores sur la côte adriatique de l'Italie. *Amphores Romaines et Histoire Économique: Dix Ans de Recherches (Actes du Colloque de Siena, 1986)*. Collection de L'École Française de Rome. 114 : Rome, p. 67-104.
- CIPRIANO, S.; MAZZOCHIN, S. (2017) - Western Adriatic amphorae productions: the research status". *ADRIAMPHORAE. Amfore kao izvor za rekonstrukciju gospodarskoga razvoja jadranske regije u antici: lokalna proizvodnja / Amphorae as a resource for the reconstruction of economic development in the Adriatic region in Antiquity: local production (Radovi s okruglog stola Zagreb, 21. travnja 2016. g. / Proceedings of the workshop Zagreb, 21st April 2016)* (LIPOVAC VRKLJAN, G., RADIC ROSSI, I. e KONESTRA, A. Eds.): Zagreb, p. 33-47.
- COFFYN, A. (1983) - *Le fin de l'Âge du Bronze dans le centre-Portugal*. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. Série IV. 1: Museu Nacional de Arqueologia, p. 169-196.
- COFFYN, A. (1985) - *Le Bronze Final Atlantique dans la Péninsule Ibérique*. Paris: Diffusion de Bocard.
- COELHO, C. (2002) - Estudo preliminar da pedra romana e outros vestígios identificados no sítio arqueológico de Colaride. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Volume 5. Número 2, p. 277-323.
- COELHO, C. (2005) - O sítio arqueológico de São Marcos (Sintra): criação de uma reserva arqueológica. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Volume 8. Número 2, p.335-362.
- COELHO, C. (2008) - Colaride: a roman quarry at the *Municipium Olisiponensis*. In Nogales, T.; Beltrán, J. (eds.) - *Marmora Hispana: Explotación y uso de los materiales pétreos en la Hispania Romana*. (Hispania Antigua. Série Arqueológica; 2). Roma: Erma di Bretschneider, p. 525-543.
- COELHO-SOARES, A.; SILVA, C. T. (1978) - Ânforas romanas da área urbana de Setúbal. *Setúbal Arqueológica*, 4. Setúbal: MAEDS/ADS, p. 171-201.
- COELHO-SOARES, A.; SILVA, C. T. (2018) - Cerâmica comum romana. In SILVA, C. (Coord.). *Caetobriga. O sítio arqueológico da Casa dos Mosaicos* (Setúbal Arqueológica, 17). Setúbal: Associação de Municípios da Região de Setúbal/Museu de Arqueologia e Etnografia do Distrito de Setúbal, p. 143-160.
- COLLS, D.; ÉTIENNE, R.; LEQUEMENT, R.; LIOU, B.; MAYET, F. (1977) - *L'épave Port-Vendres II et commerce de la Bétique à l' époque de Claude*. *Archeonautica*. Paris. 1.
- CONDE, M. J. (1992) - Una producció ceràmica característica del món ibèric tardà: el *kalathos*, "barret de copa". *Fonaments*. Barcelona. 7, p. 117-170.
- CONNOLLY, P. (1997) - *Pilum, gladius and pugio in the Late Republic*. *Journal of Roman Military Equipment Studies*. 8, p. 41-57.
- CORRÊIA, A. A. M. (1916) - Sobre alguns objectos Protohistóricos e Lusitano-Romanos, especialmente de Alpiarça e Silvã. *O Archeólogo Português*. 21, p. 331-337.
- CORRÊIA, A. A. M. (1928) - A Lusitânia Pré-romana. In Peres, D. (Dir.). *História de Portugal*. Vol. 1. Barcelos. Portucalense Editora, p. 217-290.
- CORRÊIA, A. A. M. (1936) - "Urnenfelder" de Alpiarça. *Anuario de Prehistoria Madrileña*. 4-6 (1933-35), p. 133-137.
- CORREIA, V. N. H. (2010) - *A Arquitetura Doméstica de Conimbriga e as Estruturas Económicas e Sociais da Cidade Romana*. Tese de Doutoramento em História, Especialidade em Arqueologia apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Disponível em <http://hdl.handle.net/10316/18134>
- CORREIA, V. N. H. (2013) - A ourivesaria arcaica no ocidente peninsular. Estado da questão, problemáticas arqueológicas e perspectivas de desenvolvimento do campo de estudo. *O Arqueólogo Português*. Série V: Museu Nacional de Arqueologia, vol. 3, p.15-114.
- CORREIA, V. H.; PARREIRA, R.; SILVA, A. C. F. (2013) - *Ourivesaria Arcaica em Portugal*. *O brilho do poder*. Lisboa: CTT.
- COSTA, A. M.; FREITAS, M. da C.; BUGALHÃO, J.; CACHÃO, M.; CURRAS, A. (2019) - O mar de Olisipo. In CACHÃO, M.; FREIRAS, M. da C.; GUERRA, A. (Coord.). *Lisboa Romana/Felicitas Iulia Olisipo. O território e a memória*. Caleidoscópio, p. 20-39.
- COSTA, A. I. M. da (1906) - Estações pré-históricas dos arredores de Setúbal. Castro de Chibanes. *O Archeologo Português*. Lisboa. XI. N.º 1-4, p. 40-50.
- COSTA, A. I. M. da (1908) - Estações pré-históricas dos arredores de Setúbal. Idade eo-metallica (ou do cobre e broze primitivos). *O Archeologo Português*. Lisboa. XIII. N.º 7-12, p. 270-283.
- COSTA, A. I. M. da (1910) - Estações pré-históricas dos arredores de Setúbal, Appendice. *O Archeologo Português*. Lisboa. XV, p. 55-83.
- COSTA, M. C. (2010) - *Redes viárias de Alenquer e suas dinâmicas. Um estudo de arqueogeografia*. Dissertação de Mestrado em Arqueologia e Território, especialidade em Arqueogeografia, apresentado à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Disponível em <http://hdl.handle.net/10316/18169>

- COSTA-GARCÍA, J. M.; FONTE, J.; GAGO, M. (2019) – The reassessment of the roman militar presence in Galicia and northern Portugal through digital tools: Archaeological diversity and historical problems. *Mediterranean Archaeology and Archaeometry*. Vol. 19. N.º 3, p. 17-49.
- COSTEIRA, C.; MATALOTO, R. (2013) – Os componentes de tear do povoado (Redondo, Alentejo Central). In JIMÉNEZ ÁVILA, J.; BUSTAMANTE, M.; GARCÍA CABEZAS, M. (eds.). *Actas del VI Encuentro de Arqueología del Suroeste Peninsular*: Villafranca de los Barros, p. 625 -667.
- COSTEIRA, R.; CARVALHO, P. C.; FERNÁNDEZ FERNÁNDEZ, A. (2018) - La cerámica de importación de los contextos de época Claudia del forum de Aeminium (Coimbra, Portugal). *Spal* 27.1, p. 119-143. DOI: <http://dx.doi.org/10.12795/spal.2018i27.05>
- COUTINHO, J. E. R. (1995) - Moedas hispano-romanas do Monte Figueiró. *Conimbriga*. XXXIV: Instituto de Arqueologia da Universidade de Coimbra p. 191-204.
- CRAVINHO, G. (2018) – A iconografia de Minerva através da glíptica. In PEREA YÉBENES, S.; TOMÁS GARCÍA, J. (Edit.) *Glyptós. Gemas y Camafeos Greco-romanos: Artes, Mitologías, Creencias*. Signifer Libros. Thema Mundi. 10: Madrid-Salamanca, p. 41-82.
- CRAVINHO, G.; ENCARNACÃO, G.; DIAS, V. (2017) - Uma Peça Glíptica proveniente do Sítio Arqueológico do Moinho do Castelhinho, (Amadora). *Al-madan Online*. Almada: Centro de Arqueologia de Almada. II.ª série. 21: II, p. 28-32.
- CRAWFORD, M. H. (1974) – *Roman Republican Coinage*. 2 Vols. Cambridge. Cambridge University Press.
- CUADRADO, E. (1977-1978) – Unguentarios cerâmicos en el mundo ibérico: aportacion cronológica. *Archivo Español de Arqueología*. 50-51. Madrid, p. 389-404.
- CUNHA, P. P.; MARTINS, A. A.; GOUVEIA, M. P. (2016) – As escadarias de terraços do Rodão à Chamusca (Baixo Tejo) – Caracterização e interpretação de dados sedimentares, tectónicos, climáticos e do Paleolítico. *Estudos do Quaternário*. 14. APEQ. Braga, p. 1-24.
- CURRÁS REFOJOS, B. (2019) – *Las Sociedades de los Castros entre la Edad del Hierro y la Dominación de Roma*. Estudio del paisaje del Baixo Miño. Biblioteca Praehistorica Hispana. Vol. XXXV. Consejo Superior de Investigaciones Científicas.
- CUSTÓDIO, J. (2002) – O Tejo e Santarém. In ARRUDA, A. M.; VIEGAS, C. ALMEIDA, M.J. (ed.). *De Scallabis a Santarém*. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia, p. 11-26.
- DAVEAU, S. (1980) - Espaço e Tempo: Evolução do ambiente geográfico de Portugal ao longo dos tempos pré-históricos. *Clio-Revista do Centro de História da Universidade de Lisboa*. 2, p. 13-37.
- DAVEAU, S. (1994) - A Foz do Tejo, Palco da História de Lisboa. In *Lisboa Subterrânea*. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia, p. 24-30.
- DAVEAU, S. (1995) - *Portugal geográfico*. Lisboa: Edições João Sá da Costa, 2ª edição.
- DAVEAU, S. (2000) – A rede hidrográfica no Mapa de Portugal de Fernando Álvaro Seco. *Finisterra*. XXXV. 69, p. 11-38.
- DAVIS, S. (2006) – *Faunal remains from Alcáçova de Santarém (Portugal)*. Lisboa: IPA. Trabalhos de Arqueologia n.º 43.
- DE FRANCISCO MARTÍN, J. (1989) - *Conquista y romanización de Lusitania*. Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca.
- DELGADO, M. (1970) – Elementos de sítulas de bronze de Conímbriga. *Conímbriga*. IX: Instituto de Arqueologia da Universidade de Coimbra, p. 15-40.
- DELGADO, M. (1971) – Cerâmica Campaniense em Portugal. In *II Congresso Nacional de Arqueologia*. Coimbra, p. 403-421.
- DELGADO, M. (1981–1982) - Acerca da cerâmica da época romana do Cabeço da Bruxa, Alpiarça. *Portugalia*. Porto. Nova Série. 2-3, p. 71–82.
- DESBAT, A. (1998) – L'arrêt des importations de Dressel 1 en Gaule. In *Actes du Congrès d'Istres*. Marseille: Société Française d'Étude de la Céramique Antique en Gaule, p. 31–35.
- DESBAT, A.; LEMAITRE, S. (2001) - Les premières importations d'amphores de Bétique à Lyon. *Actas del Congreso Internacional Ex Baetica Amphorae. Conservas, Aceite y Vino de la Bética en el Imperio Romano (Écija-Sevilha 1998)*. Vol. III. Écija: Editorial Sol, p. 793-816.
- DESBAT, A.; MARTIN-KILCHER, S. (1989) - Les amphores sur l'axe Rhône-Rhin à l'époque d'Auguste. *Amphores Romaines et Histoire Économique: Dix Ans de Recherches (Actes du Colloque de Siena, 1986)*. Collection de L'École Française de Rome 114 : Roma, p. 203-213.

- DESCHLER-ERB, E. (1999) – *Ad Arma ! Römische Militär des 1. Jahrhunderts n. Chr. In Augusta Raurica*. Augst: (Forschungen in Augst, 28).
- DETRY, C. (2015) – Os restos faunísticos recuperados. O Sítio Arqueológico de Monte dos Castelinhos – Vila Franca de Xira- em busca de Ierabriga. Museu Municipal de Vila Franca de Xira, p. 123-124.
- DETRY, C.; ARRUDA, A. M. (2013) – A fauna da Idade do Ferro e Época romana de Monte Molião (Lagos, Algarve): continuidades e rupturas na dieta alimentar. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. 15, p. 215-227.
- DETRY, C.; CARDOSO, J. L.; CORREIA, V. (2014) - What did the Romans and Moslems eat in Conimbriga? The animal bones from the 1990's excavations. In DETRY, C. ; DIAS, R. (Edit.). *Proceedings of the First Zooarchaeology Conference in Portugal* British Archaeological Reports, Vol. 2662, p. 97-110.
- DETRY, C.; SILVA, C. T.; SOARES, J. (2017) – Estudo zooarqueológico da ocupação romano-republicana do Castro de Chibanes (Palmela). *Revista Portuguesa de Arqueologia*. 20, p. 113–127.
- DIAS, Í. (2018a) - *O Bronze Final na Serra do Socorro (Mafra, Torres Vedras)*. Dissertação apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa para a obtenção do grau de Mestre. Disponível em <http://hdl.handle.net/10451/32774>
- DIAS, Í. (2018b) - *O Bronze Final na Serra do Socorro*. A colecção de Gustavo Marques. *Ophiussa: Revista do Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa*. 2, p. 59-74.
- DIAS, Í.; PEREIRA, C.; SOUSA, E.; ARRUDA, A. M. (no prelo) - Aspectos del cotidiano romano en Algarve. Los artefactos de hueso de Monte Molião (Lagos, Portugal).
- DIAS, M. I.; PRUDÊNCIO, M. I.; ROCHA, F.; ALBERGARIA, J.; JORGE, A.; RAMOS, A. C.; MELRO, S. (2005) – “Baris ibéricos” no Sudoeste Peninsular. Resultados preliminares de um estudo arqueométrico. *O Arqueólogo Português*. Série IV. 23: Museu Nacional de Arqueologia, p. 265-281.
- DIAS, M. M.; GASPAR, C. (2001) – *Epigrafia Latina do Museu Municipal Hipólito Cabaço (Alenquer)* [Epigrafia do Território Português I]. Lisboa. Centro de Estudos Clássicos / Faculdade de Letras de Lisboa.
- DIAS, V. (2011) – *A Cerâmica campaniense de Monte Molião, Lagos*. Lisboa: Faculdade de Letras de Lisboa. 2 Volumes, Dissertação de Mestrado. Disponível em <http://repositorio.ul.pt/handle/10451/3020>.
- DIAS, V. (2013) - A cerâmica campaniense proveniente dos sítios arqueológicos da cidade de Lisboa. Uma abordagem preliminar. In *Arqueologia em Portugal 150 Anos*, Associação dos Arqueólogos Portugueses, p. 717- 726.
- DIAS, V. (2015) – A cerâmica campaniense do Monte Molião, Lagos. Os hábitos de consumo no litoral algarvio durante os séculos II a.C. e I a.C./ the Campanian ceramix of Monte Molião, Lagos. Consumption patterns in algarve coastline during the second century and first BC. SPAL. 24: Universidade de Sevilha, p. 99-128.
- DIAS, V. (2016) - A cerâmica campaniense do Teatro romano de Lisboa. In *Al-Madan Online* n.º 20. tomo 2, p .34-42. https://issuu.com/almadan/docs/al-madanonline20_2.
- DIAS, V. S. (2002) – *A cerâmica comum romana da casa da porta sul de Idanha-a-Velha*. Dissertação de Mestrado em Arqueologia especialização em Arqueologia Romana. Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Disponível em <http://hdl.handle.net/10316/9776>
- DIAS, V. S. (2013) - Notícia sobre a ceramica comum da cidade de Ammaia: almofarizes de importacao betica. In Arnaud. J. M, Martins, A. & Neves C. (Eds.), *Actas do I Congresso da Associacao dos Arqueologos Portugueses. Arqueologia em Portugal 150 anos*. Lisboa: Associacao dos Arqueologos Portugueses, p. 821-825.
- DIAS, V. M. da S. (2014) – *A cerâmica comum de Ammaia*. Dissertação de Doutoramento apresentada à Universidade de Évora. Disponível em <http://hdl.handle.net/10174/16490>
- DÍAZ ARIÑO, G. (2005) - *Glandes inscriptae* de la Península Ibérica. *Zeitschrift für Papyrologie und Epigraphik*. Köln. 153, p. 219-236.
- DÍAZ ARIÑO, G. (2008) - *Epigrafía latina republicana de Hispania*. Barcelona: Universitat. Col.lecció Instrumenta. N.º 26.
- DÍAZ GARCÍA, M. (2000) – Tipocronología de os contextos cerâmicos tardo-republicanos en Tarraco. *Empuries*. 52. Gerona, p. 201-260.
- DÍAZ GARCÍA, M. (2009) - *El Castellum de Puigpelat*. Biblioteca Tàrraco D'Arqueologia: Fundació Privada Liber.
- DIEGUES, A. J. de V. (1989) – *Relatório dos trabalhos arqueológicos no Castro de São Martinho*. Campanha de 1989. Policopiado. Arquivo Arqueologia Portuguesa: DGPC.
- DIEGUES, A. J. de V. (1991) – *Carta Arqueológica de Rio Maior*. Alguns materiais metálicos recolhidos no Concelho de Rio Maior. Campanha de Prospeção do C.A.R.M. 1986. Policopiado. Arquivo Arqueologia Portuguesa: DGPC.

- DIOGO, A. M. D. (1984) - O material romano da 1ª Campanha de Escavações da Alcáçova de Santarém. *Conimbriga*. XXIII. Coimbra: Instituto de Arqueologia da Universidade de Coimbra, p. 111-141.
- DIOGO, A. M. D. (1987b) - Quadro tipológico das ânforas de fabrico lusitano. *O Arqueólogo Português*. Série IV. N.º 5: Museu Nacional de Arqueologia, p. 179-191.
- DIOGO, A. M. D. (1987-88) - Notícias de dois vestígios romanos no Concelho de Vila Franca de Xira. *Boletim Cultural da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira*. 2, p.107-112.
- DIOGO, A. M. D. (1993) - Ânforas pré-romanas dos Chões de Alpompe (Santarém). In *Estudos Orientais IV - Os Fenícios no território Português*. Lisboa: Instituto Oriental da Universidade Nova de Lisboa, p. 215-227.
- DIOGO, A. M. D. (1999a) - Ânforas romanas de Miróbriga. *Arquivo de Beja*. Beja. Série 3, 10, p. 15-27.
- DIOGO, A. M. D. (1999b) - Ânforas provenientes de achados na costa marítima portuguesa. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. 2.1, p. 235-248.
- DIOGO, A. D.; ALVES, F. (1988-89) - Ânforas provenientes do meio fluvial nas imediações de Vila Franca de Xira e Alcácer do Sal. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. 4ª série. N.º 6-7: Museu Nacional de Arqueologia, p. 227-240.
- DIOGO, A. M. D.; FARIA, J. C. L. (1990) - Elementos para a caracterização e periodização da economia do Baixo Sado durante a época romana. *Arqueologia Hoje*. I. Etno-Arqueologia. Faro. Universidade do Algarve, p. 92-106.
- DIOGO, A. M. D.; COSTA, C. H. (2005) - Materiais arqueológicos provenientes da Lapa da Serra. *Boletim Cultural* 2004. Mafra: Câmara Municipal de Mafra, p. 412-420.
- DIOGO, A. M. D.; PAIXÃO, A. C. (2001) - Ânforas de escavações no povoado industrial romano de Tróia, Setúbal. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 4:1, p. 117-140.
- DIOGO, A. M. D.; TRINDADE, L. (1993-94) - Materiais Provenientes dos Chões de Alpompe (Santarém). *Conimbriga*. 32-33: Instituto de Arqueologia da Universidade de Coimbra, p. 263-281.
- DIOGO, A. M. D.; TRINDADE, L. (1998) - Uma perspectiva sobre Tróia a partir das ânforas. Contribuição para o estudo da produção e circulação de ânforas romanas em território português. *O Arqueólogo Português*. N.º 16. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia, p. 187-220.
- DJAOUI, D. (2014) – Découverte d'un pot mentionnant la société des DD *Caecilii* dans un context portuaire entre 50-140 apr. J.-C. (découverte subaquatique à Arles, Bouches-du-Rhône, France). In *Atas II Congresso Internacional da SECAH – Ex Officina Hispana. As produções cerâmicas de imitação na Hispana*. Realizado de 3 a 6 de Abril, Museu de arqueologia D. Diogo de Sousa – Braga. Vol. 2, p. 161-178.
- DJAOUI, D. (2016) – Les céramiques hispaniques du dépotoir portuaire d'Arles-Rhône 3 (50-140 apr. J.-C.). Fouilles subaquatiques à Arles (Bouches-du-Rhône, France). In Ramon Járrega y Piero Berni (editors) *Amphorae ex Hispania: paisajes de producción y consume. Monografías Ex Officina Hispana III. III Congreso Internacional de la Sociedad de Estudios de la Cerámica Antigua* (SECAH) – Ex Officina Hispana. Tarragona, 10-13 de Dezembro de 2014, p. 962-975.
- DOBSON, M. (2008) - *The Army of the Roman Republic. The Second Century BC, Polybius and the Camps at Numantia, Spain*. Oxbow Books: Oxford.
- DOHRENWEND, R. E. (2002) - The Sling. Forgotten Firepower of antiquity. *Journal of Asian Martial Arts*. 11(2), p. 28-49.
- DOMERGUE, C. (1970) – Un témoignage sur l'industrie du plomb dans la région d'Azuaga (Badajoz). In *XI Congresso Nacional de Arqueologia*. Mérida, 1968: Saragoça, p. 608-626.
- DOMERGUE, C. (2002) – 10. Les objets en metal. In BLÁZQUEZ MARTÍNEZ, J. M.; DOMERGUE, C. SILLIÈRES, P. (Dir.). *La Loba (Fuenteobejuna, Cordoue, Espagne). La Mine et Le Village Minier Antiques*. Institut Ausonius. Mémoires. Bordeaux, p. 333-369.
- DOMERGUE, C.; SILLIÈRES, P. (2002) – La Loba: le village de mineurs et de métallurgistes d'époque romaine. In BLÁZQUEZ MARTÍNEZ, J. M.; DOMERGUE, C. SILLIÈRES, P. (Dir.). *La Loba (Fuenteobejuna, Cordoue, Espagne). La Mine et Le Village Minier Antiques*. Institut Ausonius: Bourdeaux, p. 85-143.
- DOMINGOS, J. B. B.; GOMES, J. J. F. (1994) - Objectos Histórico-Arqueológicos de Alenquer no Museu da Associação dos Arqueólogos Portugueses. In *Actas das V Jornadas Arqueológicas (Lisboa, 1993)*. Associação dos Arqueólogos Portugueses: Lisboa, p. 229-237.
- DOMINGOS, J. B.; GOMES, J. F. (2005) – Castro de Pragança. In *Construindo a Memória. As Coleções do Museu Arqueológico do Carmo*. Arnaud, J. M.; Fernandes, C. V. (Coord). Associação dos Arqueólogos Portugueses. Museu Arqueológico do Carmo. Lisboa, p. 121-126.
- DOMINGUEZ PEREZ, J. (2005) - Materiales punico-gaditanos en los confines del Extremo Occidente atlántico. *Antiquitas*. 17, p. 5-11.

- DOMINGUEZ PEREZ, J. (2006) - La ruta punica hacia el Extremo Occidente Noratlantico. *Gallaecia* 25, p. 45-63.
- DOMINGUEZ PEREZ, J. (2011) - *Hippii* en los confines del mundo: los limites noratlanticos de la talassocracia de Gadir. In DOMINGUEZ PEREZ, J. (ed.), *Gadir y el Circulo del Estrecho revisados. Propuestas de la arqueología desde un enfoque social*. Cadiz, p. 281-303.
- DRESSEL, E. (1899) – *Lucernae formae*, C.I.L. XV, vol. II: 1, Lam. 3.
- DUARTE, M.J.G. (1972) – *Vestígios romanos do concelho do Concelho de Alenquer*. Dissertação para Licenciatura em história Arqueologia. Faculdade de Letras da universidade de Lisboa.
- DURÁN CABELLO, R. M. (2004) – *El teatro y el anfiteatro de Augusta Emerita*. BAR International Series nº 1207.
- DURÁN CABELLO, R. M. (2019) - La madera en la arquitectura civil romana: opus craticium. In MORILLO CERDÁN, A.; HEINRICH HERMANN, M.; SALIDO DOMÍNGUEZ, J. (Eds.). *Ephemeral Archaeology Arqueología Efímera*. Terra Arqueos, Museos Arqueológicos de Gijón (Beitrag 11, Abb. 5.3), p. 39-50.
- DUVAL, A. (1974) – Un type particulier de fibule gallo-romaine précoce, la “Fibule d’Alésia”. *Antiquités nationales*. 6, p. 67-76.
- EDMONDSON, J. (2009) – New light on doctors, medical training and links between Augusta Emerita and Olisipo in the mid-first century A.D. In Espacios, usos y formas de la epigrafía hispana en épocas Antigua y Tardoantigua: homenaje al Dr. Armin U. Stylow. *Anejos de AEspA XLVIII*, p. 117-129.
- EDMONDSON, J. (2014) - Hispania capta: Reflexiones sobre el proceso e impacto de la conquista romana en la Península Ibérica. In BRAVO, G. & GONZALEZ SALINERO, R. (Edit.). *Conquistadores y conquistados: relaciones de dominio en el mundo romano*. Actas del XI Coloquio de la Asociación Interdisciplinar de Estudios Romanos. Signifer. 43. Monografías y Estudios de la Antigüedad Griega e Romana: Madrid – Salamanca, p. 19-44.
- EDWELL, P. (2013) – Definitions of Roman Imperialism. In HOYOS, D. (Eds.). *A Companion to Roman Imperialism*. Leiden-Boston, p. 39-52.
- EHMIG, U. (2010) - *Dangstetten IV. Die Amphoren. Untersuchungen zur Belieferung einer Militäranlage in augusteischer Zeit und den Grundlagen archaologischer Interpretation von Fund und Befund*. Forschungen und Berichte zur vor- und Frühgeschichte in Baden-württemberg Band 117: Stuttgart.
- EMPEREUR, J.Y. ; HESNARD, A. (1987) - Les amphores hellénistiques. *Céramiques hellénistiques et romaines II* (Leveque, P. y Morel, J.-P. Eds.). *Annales littéraires de l’Université de Besançon* 331: Paris, p. 9-72.
- ENCARNAÇÃO, G.; DIAS, V. (2015) – *Moinho do Castelinho. Um sítio a descobrir*. Catálogo da Exposição. Amadora: Câmara Municipal.
- ENCARNAÇÃO, G.; DIAS, V. (2019) – *Reflexos da vida e da morte no Moinho do Castelinho*. Jornal da Exposição temporária, 12 Janeiro de 2019 – 5 Janeiro de 2020. Museu Municipal de Arqueologia. Câmara Municipal da Amadora.
- ENCARNAÇÃO, J. D’ (2005) – *A presença romana em Cascais: um território da Lusitânia ocidental*. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia. Cascais: Câmara Municipal de Cascais.
- ENGEL, A.; PARIS, P. (1906) - Une forteresse ibérique à Osuna. Fouilles de 1903. *Nouvelles Archives des Missions scientifiques*. 13. Paris, p. 357-487.
- ERICE LACABE, R. (2007) – La vajilla de bronce en Hispania. In FERNÁNDEZ IBÁÑEZ, C. (Ed.) – *Metalisteria de la Hispania Romana*. Sautuola, XIII. Santander: p.197-216.
- ESTRELA, S. (2010) – Os Níveis Fundacionais da Idade do Ferro de Mesas do Castelinho (Almodôvar): os Contextos Arqueológicos na (Re) Construção do Povoado. Tese de Mestrado em Arqueologia. Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Disponível em <http://hdl.handle.net/10451/3009>
- EZQUERRA LEBRÓN, B. (2005) - La ciudad romana de «La Caridad» (Caminreal, Teruel). In A. CHAÍN GALÁN y J. I. de la TORRE (coords.). *Celtíberos. Tras la estela de Numancia*. Soria, Junta de Castilla y León, p. 205-212.
- ÉTIENNE, R.; FABRE, G.; LEVEQUE, P.; LEVEQUE, M., (1976) – *Épigraphie. Fouilles de Conímbriga*. Vol. II. Paris: Diffusion Bocard.
- ETTLINGER, E. (1973) – *Die römischen Fibeln in der Schweiz. Handbuch der Schweiz zur Römer – und Merowingerzeit*. Bern: Francke.
- ETTLINGER, E.; HEDINGER, B.; HOFFMANN, B.; KENRICK, P.; PUCCI, G.; ROTHUBI, K.; SCHNEIDER, G.; SHNURBEIN, S.V.; WELLS, C.M.; ZABEHLICKY-SCHEFFWNEGGER, S. (1990) – *Conspectus Formarum Terrae Sigillatae Italico Modo Confectae*. Dr. Rudolf Habelt GMBH, Römische-Germanische Kommission des Deutschen Archäologischen Instituts zu Frankfurt A.M., Materialien zur römischen germanischen Keramik. 10: Bona.
- FABIÃO, C. (1987) - *Ânforas romanas republicanas de um depósito de Mértola*, no Museu Nacional de Arqueologia e Etnologia. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. Série 4. N.º 5: Museu Nacional de Arqueologia, p. 125-148.

- FABIÃO, C. (1989) - *Sobre as ânforas do acampamento Romano da Lomba do Canho (Arganil)*. Lisboa. UNIARQ / INIC, p. 162.
- FABIÃO, C. (1992) - A romanização do actual território português. In *História de Portugal*. Direcção José Mattoso. Lisboa. Círculo de Leitores. Vol. I, p. 202-299.
- FABIÃO, C. (1996) - O Povoado Fortificado da Cabeça de Vaiamonte (Monforte). *A Cidade*. 11. (Nova Série): Portalegre, p. 31-80.
- FABIÃO, C. (1998a) – *O Mundo Indígena e a sua Romanização na área Céltica do território hoje Português*. Lisboa. Dissertação de Doutoramento em Arqueologia apresentada a Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Policopiado. Disponível em <http://hdl.handle.net/10451/44209>
- FABIÃO, C. (1998b) - O vinho na Lusitânia: reflexões em torno de um problema arqueológico. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. Vol. 1. N.º 1, p. 169-198.
- FABIÃO, C. (1999) - A propósito do depósito de Moldes, Castelo de Neiva, Viana do Castelo: a baixela Romana tardo-republicana em bronze no extremo ocidente peninsular. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. Vol. 2. N.º 1, p. 163-198.
- FABIÃO, C. (2001a) – Sobre as mais antigas ânforas romanas da Baetica no Ocidente Peninsular. *Actas del Congreso Internacional Ex Baetica Amphorae. Conservas, Aceite y Vino de la Bética en el Imperio Romano (Écija-Sevilha 1998)*. Vol. II. Écija: Editorial Sol, p. 665-682.
- FABIÃO, C. (2001b) - O Sul da Lusitânia (Algarve português) e a Baetica: concorrência ou complementaridade? In *Congreso Internacional Ex Baeticae Amphorae: conservas, aceite y vino de la Bética en el Imperio Romano*, Actas. Vol. II. Écija: Gráficas Sol, p. 717-730.
- FABIÃO, C. (2001c) - Importações de origem mediterrânea no interior do Sudoeste peninsular na segunda metade do I milénio a.C.: materiais de Cabeça de Vaiamonte, Monforte. In TAVARES, A. e TAVARES, M. F. - *Os Púnicos no Extremo Ocidente*. Actas do Colóquio Internacional. Lisboa, Universidade Aberta, outubro de 2000: Lisboa, p. 197-227.
- FABIÃO, C. (2001d) – Mundo indígena, romanos e sociedade provincial romana: Sobre a percepção arqueológica da mudança. *Era arqueologia*. N.º 3, p. 108-131.
- FABIÃO, C. (2002a) - Chões de Alpompe. In Arruda, AM.; Viegas, C.; Almeida, M.J. (ed.). *De Scallabis a Santarém*. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia, p.149-152
- FABIÃO, C. (2002b) – Os Chamados Castella do Sudoeste: Arquitectura, cronologia e funções. *AEspA*. 75, p. 177-193.
- FABIÃO, C. (2004a) – El ejército romano en Portugal. In *El ejército romano en Hispania*. Guía Arqueológica. Universidad de León, p. 113-134.
- FABIÃO, C. (2004b) – Arqueología Militar romana da Lusitania: textos e evidências materiais. In *Actas Arqueología Militar Romana en Europa*. Coords César Pérez-González e Emilio Illarregui. Salamanca, p. 53-73.
- FABIÃO, C. (2004c) - Centros oleiros da Lusitânia. Balanço dos conhecimentos e perspectivas de investigação. *Figlinae Baeticae. Talleres Alfareros y Producciones Cerámicas en la Bética Romana (ss. II a.C. - II d.C.)* (Cádiz, 2003) (Bernal Casasola, D. y Lagóstena Barrios, L. Eds.). B.A.R. International Series 1266: Oxford, p. 379-410.
- FABIÃO, C. (2006b) – The Roman army in Portugal. In: MORILLO, A.; AURRECOECHEA, J. (eds.) *The Roman army in Hispania an archaeological guide*. Leon: Univ. de Leon, p. 107-126.
- FABIÃO, C. (2008) - Las ánforas de Lusitania. *Cerámicas hispanorromanas: un estado de la cuestión* (Bernal Casasola, D. y Ribera i Lacomba, A. Eds.): Cádiz. Universidade de Cádiz, p. 725-745.
- FABIÃO, C. (2009) – O ocidente da Península Ibérica século VI: Sobre um pentanummiu de Justiniano I encontrado na unidade de produção de preparados de peixe da Casa do Governador da Torre de Belém, Lisboa. *Aparentamentos de Arqueologia e Património*. 4, p. 25-50.
- FABIÃO, C. (2011) – *Uma História da Arqueologia portuguesa*. Edição do Clube do Coleccionador dos Correios.
- FABIÃO, C. (2013) – Romanos no baixo Tejo. In *Catálogo Exposição Monte dos Castelinhos (Castanheira do Ribatejo) Vila Franca de Xira e a conquista romana no Vale do Tejo*. Museu Nacional de Arqueologia e Museu Municipal de Vila Franca de Xira, p. 61-68.
- FABIÃO, C. (2014) – Por este rio acima: a bacia hidrográfica do Tejo na conquista e implantação romana no ocidente da Península Ibérica. In FABIÃO, C. e PIMENTA, J. eds. *Atas do Congresso “Conquista e Romanização do Vale do Tejo”*. CIRA Arqueologia. 3: Vila Franca de Xira, p. 9-24.
- FABIÃO, C. (2021) - Sobre as mais antigas mós circulares rotativas no ocidente da Península Ibérica: os trabalhos de Santos Rocha nos povoados da Idade do Ferro do baixo Mondego (Santa Olaia e Crasto de Tavarede). In MARGARIDA FERREIRA, A.; VILAÇA, R. (Eds.). *Santos Rocha. Arqueologia e Territórios da*

- Figueira da Foz. Figueira da Foz / Coimbra: Câmara Municipal da Figueira da Foz / Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, p. 108-125.
- FABIÃO, C.; GUERRA, A. (1987) – Considerações preliminares sobre a cerâmica comum do acampamento militar romano da Lomba do Canho, Arganil. In *Da Pré-História à História. Homenagem a Octávio da Veiga Ferreira*. Lisboa: Delta Ed. p. 287-308.
- FABIÃO, C.; GUERRA, A. (1994) - As ocupações antigas de Mesas do Castelinho (Almodôvar). Resultados preliminares das campanhas de 1990-92. In *Actas das V Jornadas Arqueológicas da Associação dos Arqueólogos Portugueses*. Lisboa, p. 275-290.
- FABIÃO, C.; GUERRA, A. (1996) – A cerâmica campaniense do acampamento romano da Lomba do Canho (Arganil). *Ophiussa*. N.º Zero, p. 109-131.
- FABIÃO, C.; GUERRA, A. (2004) - Epigrafia anfórica lusitana: uma perspectiva. In REMESAL RODRÍGUEZ, J. (Ed.). *Epigrafia Anfórica* (Workshop, Barcelona, 9-10 Mayo de 2003). Col.lecció Instrumenta, 17. Barcelona: Publications de la Universitat de Barcelona, p. 221-243.
- FABIÃO, C.; GUERRA, A. (2008) – Mesas do Castelinho (Almodôvar) um projecto com vinte anos. *Al-madan*. II.ª Série. 16. Dezembro de 2008. Centro de Arqueologia de Almada, p. 92-105.
- FABIÃO, C.; GUERRA, A.; ALMEIDA, J.; ALMEIDA, R. R.; PIMENTA, J.; FILIPE, V. (2016) - *Marcas de ânforas romanas na Lusitânia (do Museu Nacional de Arqueologia de Lisboa ao Museo Nacional de Arte Romano de Mérida)*. Union Académique Internationale / Academia das Ciências de Lisboa. Corpus Internationale des Timbres Amphoriques (Fascicule 19). Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa (UNIARQ).
- FABIÃO, C.; NORTON, J.; CARDOSO, J. L. (1997) – O recinto fortificado romano de Casa Branca. *Al-madan*. II Série. N.º 6, p. 38-42.
- FABIÃO, C.; PEREIRA, T. R.; PIMENTA, J. (2015) – Coleção de metais do sítio arqueológico dos Chões de Alpompe – Santarém. *CIRA Arqueologia*. N.º 4. Museu Municipal de Vila Franca de Xira, p. 110-150.
- FABIÃO, C.; PIMENTA, J. (Coord.) (2014) – *Atas do Congresso Internacional de Arqueologia Conquista e Romanização do Vale do Tejo*. CIRA Arqueologia. N.º 3. Museu Municipal de Vila Franca de Xira.
- FABIÃO, C.; PIMENTA, J. (2015) – Escudo de Hierro (Scutum) In *Lusitania Romana. Origen de dos pueblos. Origen dois povos*. Museo Nacional de Arte Romano. ÁLVAREZ MARTÍNEZ, J. M.; CARVALHO, A., FABIÃO, C. (Eds.) Mérida 23 de Marzo-30 de Septiembre, p. 77.
- FARIA, A. M. (1984-1985) – As moedas do Acampamento Romano da Lomba do Canho (Arganil). *Nummvs*. 2.ª Série. 7-8, p. 37-42.
- FARIA, A.M. (1987) – Guerras e conflitos no Vale do Tejo na antiguidade: O testemunho dos tesouros monetários. In *Catálogo de Exposição Arqueologia no Vale do Tejo*. Departamento de Arqueologia do Instituto Português do Património Cultural, p. 60-61.
- FARIA, A. M. de (1989) – A numária de *CANTNIPO. *Conimbriga*. 28, p. 71-99.
- FARIA, A. M. de (1991-1992) – Achados monetários em Idanha-a-Velha. *Nummus*. 2.ª Série. XIV-XV, p. 121-149.
- FARIA, A. M. de (1992) – Ainda sobre o nome pré-romano de Alcácer do Sal. *Vipasca*. 1, p. 39-48.
- FARIA, A. (1997) – Moedas de época romana cunhadas no actual território algarvio. *Noventa séculos entre a serra e o mar*. IPPAR: Lisboa, p. 361-371.
- FARIA, A.M. (1999) - Colonização e Municipalização nas províncias Hispano- Romanas: Reanálise de alguns casos polémicos. In *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa: Vol. 2. N.º 2, p. 29-50.
- FATÁS CABEZA, G. (1967) - La colección de pesas de telar del Museo Arqueológico de Zaragoza. *Caesaraugusta*. Zaragoza. 29-30, p. 203-208.
- FERNANDES, L. (2007) - Teatro romano de Lisboa – os caminhos da descoberta e os percursos da investigação arqueológica. *Revista Al-madan*. Centro de Arqueologia de Almada. IIª Série, 15, Almada, p. 27 – 39.
- FERNANDES, L.; FILIPE, V. (2007) – Cerâmicas de engobe vermelho pompeiano do teatro romano de Lisboa. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Vol. 10. N.º 2, p. 229-253.
- FERNANDES, M.; CORREIRA, M. (Coord.) (2005) – *Arquitectura de terra em Portugal*. Argumentum.
- FERRER ALBELDA, E.; GARCÍA FERNÁNDEZ, F.J. (2008) - La cerâmica turdetana. *Cerámicas hispanorromanas. Un estado de la Cuestión* (D. Bernal, A. Ribera, eds.): Cádiz, p. 202-219.
- FERNÁNDEZ GÓMEZ, F. (1986) - Excavaciones arqueológicas en El Raso de Candeleda, Ávila: Diputación Provincial, Institución “Gran Duque de Alba”.
- FERNÁNDEZ GÓMEZ, F., (2008) – Anatomía de un castro vettón: El Raso de Candeleda (Ávila)”. *Arqueología Vettona. La Meseta Occidental en la Edad del Hierro*. Zona Arqueológica. 12, p. 182-201.

- FERNÁNDEZ GÓMEZ, F. (2012) – *El poblado fortificado de “El Raso de Candelada” (Ávila): o núcleo D. Un poblado da III Edad del Hierro na Meseta de Castilla*. Universidad de Sevilla. Institución Gran Duque de Alba. Real Academia de La Historia. Sevilla.
- FERNÁNDEZ GÓMEZ, F.; LÓPEZ FERNÁNDEZ, M.^a (1990) - Secuencia cultural de El Raso de Candeleda (Ávila). *Numantia III*, p. 95-124.
- FERNÁNDEZ IBÁÑEZ, C. (2002) - Metalistería bélica de la Legio IIII Macedonica procedente de su campamento em Herrera de Pisuerga (Palencia, España). *Arqueología Militar Romana en Hispania*. MORILLO CERDÁN, A. (Coord.). *Gladius: Anejos*. 5, p. 381-393.
- FERNÁNDEZ IBÁÑEZ, C. (2005) - Objetos metálicos del asentamiento militar romano de Herrera de Pisuerga (Palencia). Excavaciones de A. García y Bellido (1960-61). In BENDALA (coord.). *La Arqueología Clásica peninsular ante el tercer milenio en el centenario de A. García y Bellido (1903-1972)*. *Anejos del Archivo Español de Arqueología*. XXXIV, p. 187-202.
- FERNÁNDEZ IBÁÑEZ, C. (2006) – *Post vestigium exercitus. Militar romana en la región septentrional de la Península Ibérica durante la época altoimperial*. In MORILLO CERDÁN, J. Á. (Edic.): *Arqueología militar romana en Hispania II. Producción y abastecimiento en el ámbito militar*. León: Universidad de León/ Ayuntamiento de León, p. 257-308.
- FERNÁNDEZ IBÁÑEZ, C. (2007a) – La metalistería militar de Hispania en época altoimperial. In *Metalistería de la Hispania Romana*. FERNÁNDEZ IBÁÑEZ, C. (Edic.) Sautuol. XIII. Consejería de Cultura y Deporte del Gobierno de Cantabria, p. 403-425.
- FERNÁNDEZ IBÁÑEZ, C. (2007b) – “Sistemas mecânicos y otros ingenios de seguridade”: Llaves y cerraduras. In FERNÁNDEZ IBÁÑEZ, Carmelo (Edic.) – *Metalistería de la Hispania Romana*. Sautuola. XIII. Consejería de Cultura y Deporte del Gobierno de Cantabria, p. 217-236
- FERNÁNDEZ IBÁÑEZ, C. (2008) - Dagas del ejército altoimperial en Hispania. *GLADIUS*. Estudios sobre armas antiguas, arte militar y vida cultural en oriente y occidente. XXVIII, p. 87-176.
- FERNÁNDEZ IBÁÑEZ, C. (2010) – Restos del armamento de la Legio IIII Macedonica hallados en su campamento de Herrera de Pisuerga (Palencia, España). *GLADIUS*. Estudios sobre armas antiguas, arte militar y vida cultural en oriente y occidente. XXX, p. 99-116.
- FERNÁNDEZ IBÁÑEZ, C.; KAVANAGH DE PRADO, E.; VEJA AVELARIA, T. (2012) – Sobre el origen de la daga en el ejército de Roma. Apreciaciones desde el modelo bidiscoidal hispano. In CORTÉS, J., FERNÁNDEZ IBÁÑEZ, C., BOHIGAS ROLDÁN, R. (Edit.). *In durii regione romanitas: estudos sobre la romanización del Valle del Duero*. Homenaje a Javier Cortes Álvarez de Miranda. Palencia/Santander: Diputación de Palencia. Instituto Sautuola de Prehistoria y Arqueología, p. 201-209.
- FERREIRA, O. da V. (1963) – Notícia de algumas estações Pré-históricas e objectos isolados, inéditos ou pouco conhecidos. *Boletim Cultural da Junta Distrital de Lisboa*. II Série. 59-60, p. 149-166.
- FERREIRA, O. da V. (1977) – Notícia de algumas estações pré e proto-históricas e objectos isolados inéditos ou pouco conhecidos. *Boletim Cultural da Assembleia Distrital de Lisboa*. Lisboa. Série III, 83, p. 203-218.
- FERREIRA, J, R. (1992) – *Orla Marítima Avieno*. Textos Clássicos – 23. 2.^a Edição. Instituto Nacional de Investigação Científica. Centro de Estudos Clássicos e Humanísticos da Universidade de Coimbra: Coimbra.
- FERREIRO LOPEZ, M. (1988) - La campana militar de César en el año 61. In MENAUT G. P. (ed.) - *Actas 1er. Congreso Peninsular de Historia Antigua*. Santiago de Compostela: Universidad de Santiago de Compostela. II, p. 363-372.
- FERRO, J.P. (1996) – *Alenquer medieval (séculos XII-XV): subsídios para o seu estudo*. Cascais: Patrimonia.
- FEUGÈRE, M. (1985) – *Les fibules en Gaule Méridionale, de la conquête à la fin du Ve s. ap. J.-C.* Revue Archeologique de Narbonnaise. Supplément 12. Paris: Éditions C.N.R.S.
- FEUGÈRE, M. (1991a) – Les gobelets. M. Feugère y C. Rolley (eds.). *La vaisselle tardo-républicaine en bronze*. Actes de la table ronde du CNRS, Publications du Centre des recherches sur techniques gréco-romaines 13: Dijon, p. 47-52.
- FEUGÈRE, M. (1991b) - Les simpulums à manche vertical. In FEUGÈRE, M.; ROLLEY, C. (eds.). *La vaisselle tardo-républicaine en bronze*. Actes de la table ronde du CNRS, Publications du Centre des recherches sur techniques gréco-romaines. 13: Dijon, p. 72-87.
- FEUGÈRE, M. (1992) – Les instruments de chasse, de pêche et d’agriculture. *LATTARA* 5. Éditions de l’Association pour la recherche archéologique en Languedoc Oriental, Librairie Monique Mergoïl, p. 136-162.
- FEUGÈRE, M. (1994) – L’équipement militaire d’époque républicaine en Gaule. *Journal of Roman Military equipment studies*. 5, p. 3-23.
- FEUGÈRE, M. (2002a) – *Les armes de romains*. Paris: Errance.

- FEUGÈRE, M. (2002b) – Militaria de Gaule méridionale, 19. Le mobilier militaire romain dans le département de l'Hérault (F)". *GLADIUS. Estudios sobre armas antiguas, arte militar y vida cultural en oriente y occidente*. XXII, p. 73-126.
- FEUGÈRE, M. (2015) – L'arc ajouré des fibules d'Alésia, d'Aucissa et de Bagendon: liens typologiques et culturels. In S. Lemaître, C. Batigne Vallet (dir.). *Mélanges Armand Desbat. Archéologie et Histoire Romaine*. 31, p. 65-71.
- FEUGÈRE, M.; POUX, M. (2001) – Gaule pacifiée, Gaule libérée? Enquête sur les militaria en Gaule civile. *Jahresbericht - Gesellschaft Pro Vindonissa*: Brugg, p. 79-95.
- FEUGÈRE, M. ; PRÉVOT, P. (2008) - Les matières dures animales (os, bois de cerf et ivoire) dans la vallée de l'Hérault : production et consommation. In BERTRAND, I. (Dir.), *Le travail de l'os, du bois de cerf et de la corne à l'époque romaine: un artisanat en marge?* Monographies Instrumentum 34. Montagnac, p. 231-268.
- FEUGÈRE, M.; ROLLEY, C. (1991) - *La vaisselle tardo-républicaine en bronze. Actes de la table ronde du CNRS. Publications du Centre des recherches sur les techniques gréco-romaines* 13: Dijon.
- FLETCHER VALLS, D. (1957) - Toneles cerámicos ibéricos. *Archivo de Prehistoria Levantina*. VI, p. 113-147.
- FIGUEIRA, A. A. (2018) – *A cerâmica comum da Villa romana da Quinta da Bolacha (Amadora, Portugal)*. Dissertação de Mestrado em Arqueologia. Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Policopiado. Disponível em <http://hdl.handle.net/10451/32182>
- FIGUEIREDO, E.; MELO, A. A. de; ARAÚJO, M. de F. (2007) – Artefactos metálicos do Castro de Pragança: um estudo preliminar de algumas ligas de cobre por Espectrometria de Fluorescência de Raio X. *O Arqueólogo Português. Série IV. Vol. 25*: Museu Nacional de Arqueologia, p. 195-215.
- FILIPPE, I. M.B. (2011) – *Casa do Governador da Torre de Belém: o caso de uma unidade de produção de preparados de peixe no âmbito da economia romana*. Dissertação de Mestrado em Pré-História e Arqueologia apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Disponível em <http://hdl.handle.net/10451/6121>
- FILIPPE, I.; FABIÃO, C. (2010) – Uma unidade de produção de preparados de peixe de época romana na Casa do Governador da Torre de Belém (Lisboa): uma primeira apresentação. *Arqueologia e História*. N.º 58-59: Associação dos Arqueólogos Portugueses, p. 103-118.
- FILIPPE, V. (2008a) - *As ânforas do teatro romano de Lisboa*. Dissertação de Mestrado em Pré-história e Arqueologia, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Disponível em <http://hdl.handle.net/10451/471>
- FILIPPE, V. (2008b) - Importação e exportação de produtos alimentares em Olisipo: as ânforas romanas da Rua dos Bacalhoeiros. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Vol. 11.N.º 2, p. 301-324.
- FILIPPE, V. (2015) - *As ânforas do teatro romano de Olisipo (Lisboa, Portugal): campanhas 2001-2006*. *Spal. Revista de Prehistoria y arqueologia*. 24: Universidade de Sevilha, p. 129-163.
- FILIPPE, V. (2016) - Haltern 70 (Lusitania Occidental)", *Amphorae ex Hispania. Paisajes de producción y de consumo* (<http://amphorae.icac.cat/amphora/haltern-70-western-lusitania>). 21 julio, 2016. (Consulta 15-XI-2017).
- FILIPPE, V. (2019) - *Olisipo, o grande porto da fachada atlântica. Economia e comércio entre a República e o Principado*. Tese de Doutoramento em História especialidade de Arqueologia. Orientado pelo Professor Doutor Carlos Fabião. Disponível em <http://hdl.handle.net/10451/38619>
- FILIPPE, V. (2020) – Las ánforas romanas más antiguas del occidente peninsular en Olisipo (Lisboa): contribución a su estudio. *Spal* 29. 2: Universidade de Sevilha, p. 179-204. DOI: <https://dx.doi.org/10.12795/spal.2020.i29.23>
- FINGERLIN, G., (1986) – *Dangstetten: Katalog der Funde* I. Stuttgart: Theiss.
- FONTENLA BALLESTA, S. (2005) – Glandes de honda procedentes de la batalla de Asso. *Alberca* 3, p. 67-84.
- FONTE, J. (2015) – *Paisagens em mudança na transição entre a Idade do Ferro e a época Romana no alto Tâmega e Cávado*. Tese de Doutoramento apresentado à Faculdade de Santiago de Compostela. Disponível em <http://hdl.handle.net/10347/13786>
- FONTE, J.; PIMENTA, J.; PEREIRA, C.; ARRUDA, A. M. (2020) – Revisitando os Chões de Alpompe com técnicas de detecção remota: novas evidências sobre os sistemas defensivos Romano-Republicanos. *Cuadernos de Prehistoria y Arqueología de la Universidad Autónoma de Madrid - CUPAUAM*. N.º 46: Madrid, p. 215-238.
- FOWLER, E. (1960) – The origins and developments the Penannular Brooch in Europe. *Proceedings of the Prehistoric Society*. Cambridge. 26, p. 149-177.

- FRAGOSO, V. (2009) (Coord.) – *Carta arqueológica Município de Loures*: Câmara Municipal de Loures. Disponível em <https://www.cm-loures.pt/Media/Microsite/Cultura/assets/cartaarqueologica.pdf>
- GALAMBA, U.F. (2008) - A colecção de armas do Museu de Évora. *Cenáculo*. N.º 3: Boletim Online do Museu de Évora, p. 3-46.
- GAMITO, T. (1983) - Os “barris ibéricos” em Portugal. *Conimbriga*. 22: Instituto de Arqueologia da Universidade de Coimbra, p. 195-208.
- GAMITO, T. J. (1987) - O castro de Segóvia (Elvas, Portugal), ponto fulcral na primeira fase das Guerras de Sertório. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. IV série. N.º 5: Museu Nacional de Arqueologia, p. 149-160.
- GANDRA, M. J.; CAETANO, A. (1995) – Subsídios para a Carta Arqueológica do Concelho de Mafra. *Boletim Cultural*. N.º 94. Câmara Municipal de Mafra, p. 243-306.
- GARCIA Y BELLIDO, A. (1951) - Algunos problemas relativos a las invasiones indoeuropeas en Espana. *Archivo Espanol de Arqueología*. 23, p. 487-496.
- GARCÍA Y BELLIDO, A. (1959) – Del caracter militar activo de las colonias romanas de la Lusitania y regiones inmediatas. *Trabajos de Antropología y Etnología*. 17. Porto, p. 299-305.
- GARCÍA Y BELLIDO, A. (1976) – El Ejercito romano en Hispania. *AEspA*. 49: Madrid, p. 59-101.
- GARCÍA-BELLIDO, M. P.; BLÁZQUEZ, C. (2001) - *Diccionario de cecas y pueblos hispánicos, II. Catálogo de cecas y pueblos*. Madrid: CSIC.
- GARCÍA-BELLIDO, M. P. (2004) - *Las legiones hispánicas en Germania. Moneda y ejército*. Madrid.
- GARCÍA-BELLIDO, M. P. (2010) – Etnias y armas en Hispania: Los Escudos. In QUESADA, F., NAVARRO, M. E CA-DIOU, F. (Eds.): *De armas, de hombres y de dioses. Gladius*. Estudios sobre armas antiguas, arte militar y vida cultural en oriente y occidente. XXX. Madrid, p. 155-170.
- GARCÍA DÍEZ, F. (2002) – Las catapultas de Azaila. In *Arqueología militar romana en Hispania*. MORILLO CERDÁ, A. (Edic.). *Anejos de Gladius*. 5, p. 293-302.
- GARCÍA FERNÁNDEZ, F. J.; GARCÍA VARGAS, E. (2010) – Entre gaditanización y romanización: Repertorios cerâmicos, alimentación e integración cultural en Turdetania (siglos III-I a.C.). *Sagvntvm*. Papeles del Laboratorio de Arqueología de Valencia Extra-9. De La Cuina a la Taula. IV Reunió d'Economia en el primer mil·lenni a.C.: Departament de Prehistòria i Arqueologia Universitat de València, p. 115-134.
- GARCÍA JIMÉNEZ, G. (2011) – *El armament de influencia La Tène en la Península Ibérica (siglos V-I a. C.)*. Vol. I-II-III. Universitat de Girona. Disponível em <https://www.tesisenred.net/handle/10803/51613>.
- GARCÍA JIMÉNEZ, G.; QUESADA SANZ, F. (2014) – Los umbos bivaldos de Scuta y la cuestión céltica. *VII Simposio sobre los Celtiberos. Nuevos Hallazgos, nuevas interpretaciones*. (F. Burillo Mozota; M. Chordá Pérez, Eds.). Fundación Segeda, p. 213-221.
- GARCÍA MORÁ, F. (1990) - *Quinto Sertorio*. Tesis Doctoral presentada a Universidad de Granada. Disponível em <http://handle.net/10481/6477>
- GARCÍA MORÁ, F. (1993) - Sertorio frente a Metelo (79-78 a.C.). *Actas II Congreso peninsular de História Antiga*. Coimbra, 1993, p. 375-398.
- GARCÍA MORÁ, F. (1994) - El conflicto sertoriano y la provincia *Hispania Ulterior*. *Historia Antigua: Actas del II Congreso de Historia de Andalucía*. Córdoba. 1991, p. 271-286.
- GARCÍA VARGAS, E. (1996) - La Producción anfórica en la Bahía de Cádiz durante la República como índice de romanización. *Habis*. 27, p. 49-62.
- GARCÍA VARGAS, E. (1998) - *La producción de ánforas en la bahía de Cádiz en época romana (siglos II A.C. - IV D.C.)*. Ecija: Gráficas Sol.
- GARCÍA VARGAS, E. (2009) – Las ánforas republicanas de hispalis (Sevilha) y la “cristalización” del repertorio anfórico provincial. In CRUZ-AUÑON BRIONES, R.; FERRER ALBELDA, E. (Coords.). *Estudios de Prehistoria y Arqueología en homenaje a Pilar Acosta Martínez*: Sevilha, p. 437-464.
- GARCÍA VARGAS, E. (2001) - La producción de ánforas “romanas” en el sur de Hispania. República y Alto Imperio. *Actas del Congreso Internacional Ex Baetica Amphorae. Conservas, Aceite y Vino de la Bética en el Imperio Romano (Écija-Sevilla 1998)*. Vol. I. Écija: Editorial Sol, p. 57-174.
- GARCÍA VARGAS, E. (2010) - Formal Romanisation and atlantic projection of amphorae from the Guadalquivir Valley. *The Western Roman Atlantic Façade. A study of the economy and trade in the Mar Exterior from the Republic to the Principate* (Carreras Monfort, C. y Morais, R. Eds.). *BAR Int. Ser.* 2162: Oxford, p. 55-65.
- GARCÍA VARGAS, E. (2012) - Producciones anfóricas tardorrepublicanas y tempranoaugusteanas del valle del Guadalquivir. Formas y ritmos de la romanización en Turdetania a través del artesanado cerámico. *Cerâmicas Hispanorromanas II. Producciones Regionales* (Bernal Casasola, D. y Ribera i Lacomba, A. Eds.). Cádiz: Universidad de Cádiz, p. 177-206.

- GARCÍA VARGAS, E.; ALMEIDA, R. R.; GONZÁLEZ CESTEROS, H. (2011) – Los tipos anfóricos del Guadalquivir en el marco de los envases hispanos del siglo I a.C. Un universo heterogéneo entre la imitación y la estandarización. *SPAL. Revista de Prehistoria y arqueología*. N.º 20. Universidad de Sevilla, p. 185-283.
- GARCÍA VARGAS, E.; ALMEIDA, R.; GONZÁLEZ CESTEROS, H. (2016a) - Ovoid 4 (Guadalquivir Valley). In *Amphorae ex Hispania. Landscapes of production and consumption* (<http://amphorae.icac.cat/amphora/ovoid-4-guadalquivir-valley>)
- GARCÍA VARGAS, E.; ALMEIDA, R.; GONZÁLEZ CESTEROS, H. (2016b) - Ovoid 5 (Guadalquivir Valley). In *Amphorae ex Hispania. Landscapes of production and consumption* (<http://amphorae.icac.cat/amphora/ovoid-5-guadalquivir-valley>)
- GARCÍA VARGAS, E.; ALMEIDA, R.; GONZÁLEZ CESTEROS, H. (2016c) - Ovoid 6 (Guadalquivir Valley). In *Amphorae ex Hispania. Landscapes of production and consumption* (<http://amphorae.icac.cat/amphora/ovoid-6-guadalquivir-valley>)
- GARCÍA VARGAS, E.; ALMEIDA, R. R.; GONZÁLEZ CESTEROS, H.; SAÉZ ROMERO, A. (2019) – *The Ovoid amphorae in the Central and Western Mediterranean. Between the last two centuries of the Republic and the early days of the Roman Empire*. Roman and Late Antique Mediterranean Pottery 13: Archaeopress Publishing.
- GARCÍA VARGAS, E.; GONZÁLEZ CESTEROS, H.; ALMEIDA, R. R. (2019) – Ovoid amphorae as the first Roman provincial repertoire in *Hispania Ulterior* (the Guadalquivir valley). *The Ovoid amphorae in the Central and Western Mediterranean. Between the last two centuries of the Republic and the early days of the Roman Empire*. (García Vargas, E.; Almeida, R.R.; González Cesteros, H. ; Saéz Romero, A. Eds.). Roman and Late Antique Mediterranean Pottery 13: Archaeopress Publishing, p. 62-111.
- GARCÍA VARGAS, E.; LÓPEZ ROSENDO, E. (2008) - El alfar de Rabatún (Jerez de la Frontera, Cádiz) y la producción de ánforas y cerámica común en la campiña del Guadalete en época altoimperial romana. *Spal. Revista de Prehistoria y arqueología*. 17, p. 281-313.
- GARCÍA VARGAS, E.; MARTÍN ARROYO, D.; LAGÓSTENA BARRIOS, L. (2016a) – Dressel 9 (Baetica coast). *Amphorae ex Hispania. Landscapes of production and consumption* (<http://amphorae.icac.cat/amphora/dressel-9-baetica-coast>). 04 July, 2016.
- GARCÍA VARGAS, E.; MARTÍN ARROYO, D.; LAGÓSTENA BARRIOS, L. (2016b) – Dressel 10 (Baetica coast). *Amphorae ex Hispania. Landscapes of production and consumption*. (<http://amphorae.icac.cat/amphora/dressel-10-baetica-coast>). 04 July, 2016.
- GARCÍA VARGAS, E.; SAÉZ ROMERO, A. (2019) – Ovoid amphorae production in the bay of Cadiz and the southern coast of the *Ulterior/Baetica* (Late Republican and Early Imperial periods). *The Ovoid amphorae in the Central and Western Mediterranean. Between the last two centuries of the Republic and the early days of the Roman Empire*. (García Vargas, E.; Almeida, R.R.; González Cesteros, H. ; Saéz Romero, A. Eds.). Roman and Late Antique Mediterranean Pottery 13: Archaeopress Publishing, p. 112-147.
- GARRET, A. (2010) – *Viagens na minha terra*. Bertrand Editora: Lisboa.
- GASPAR, J. (1970) – Os portos fluviais do Tejo. *Finisterra*. V (10). Lisboa, p. 153-204.
- GASPAR, A.; GOMES, A. (2007) – As muralhas de Olisipo – O troço junto ao Tejo. In Colmenero, Antonio Rodríguez; Llanza, Isabel Rodá de (ed.), *Murallas de Ciudades Romanas en el Occidente del Imperio, Lvcvs Avgvsti como paradigma*. Actas del Congreso Internacional celebrado en Lugo (26-29.XI.2005). Lugo: Museo Provincial de Lugo, p. 687-697.
- GASPAR, M. A.; GOMES, A.; SEQUEIRA, M. J.; SILVA, R. B. (2000) – Arqueologia Urbana em Lisboa? Actas 3.º Congresso de Arqueologia Peninsular. Vol. 8. “Terrenos” da Arqueologia da Península Ibérica. Porto: ADECAP, p. 55-70.
- GIRÃO, A. de A. (1955) – Um novo campo fortificado romano. *Boletim do Centro de Estudos Geográficos*. 10-11, p. 101-104.
- GIRÃO, A. de A.; OLEIRO, J. M. B. (1953) - Geografia e campos fortificados romanos. *Boletim do Centro de Estudos Geográficos*. N.º 6-7, p.77-80.
- GIRAULT, J. P. (2013) – *La Fontaine de Loulié au Puy-d’Issolud. Le dossier archéologique du siège d’Uxellodunum*. Bibracte. 23.
- GIRÓN ANGUIOZAR, L. (2017) – *La Cerámica Común Romana en La Bahía Gaditana en época Romana*. Alfarería y centros de Producción. Archaeopress Roman Archaeology. 21: Oxford.
- GISBERT SANTONJA, J.A. (1999) - El alfar de l’Almadrava (Setla-Mirarosa-Miraflor) –*Dianium*–. Materiales de construcción cerámicos. Producción y aproximación a su funcionalidad en la arquitectura del complejo artesana. In Bendala, Rico y Roldán (eds.), *El ladrillo y sus derivados en época romana*. Monografías de arquitectura Romana. N.º 4: Madrid, p. 65-102.

- GOLDSWORTHY, A. (2007) – *The Complete Roman Army*. Londres: Thames & Hudson.
- GOMES, F. (2016) - *Contactos culturais e discursos identitários na I Idade do Ferro do Sul de Portugal (séculos VIII-V a.n.e.): leituras a partir do registo funerário*. Tese de Doutoramento no ramo de História, na especialidade de Arqueologia. Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Disponível em <http://handle.net/10451/25042>
- GOMES, F. (2017a) - Novos dados sobre a ocupação de Época Romana Republicana da necrópole do Olival do Senhor dos Mártires (Alcácer do Sal): o espólio metálico. In *Arqueologia em Portugal/2017 – Estado da Questão*. Associação dos Arqueólogos Portugueses, p. 1137-1148.
- GOMES, F. (2017b) - Fusayolas de la necrópolis de Olival do Senhor dos Mártires (Alcácer do Sal, Portugal): Tipología, Función y Simbolismo. *SAGVNTUM*. Papeles del Laboratorio de Arqueología de Valencia. 49: Universidad de Valencia, p. 43-59.
- GOMES, F. (2020) - Uma lucerna grega arcaica da necrópole do Olival do Senhor dos Mártires (Alcácer do Sal, Portugal). *Spal. Revista de Prehistoria y arqueología*. 29. 1. Universidade de Sevilha. DOI: <http://dx.doi.org/10.12795/spal.2020.i29.03>, p. 79-91.
- GOMES, F.; ALVES, C. (2017) – The final phases of the Olival do Senhor dos Mártires Necropolis (Alcácer do Sal, Portugal): The Roman material. *Spal* 26. Universidade de Sevilha. DOI: <http://dx.doi.org/10.12795/spal.2017i26.04>, p. 87-111.
- GOMES, J. F. (2010) - *Os materiais médico-cirúrgicos de Época Romana do Museu Nacional de Arqueologia*. Tese de Mestrado em Arqueologia. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Disponível em <http://handle.net/10451/1782>
- GOMES, J. J. F.; DOMINGOS, J. B. B. (1994) - Sítios arqueológicos representados no Museu Municipal de Hipólito Cabaço (Alenquer) 2. Complexo arqueológico de Ota. In *Actas das V Jornadas Arqueológicas (Lisboa, 1993)*. Associação dos Arqueólogos Portugueses, Lisboa, p. 7-15.
- GOMES, J. J. F.; PONTE, S. da (1984) - Três Bronzes Romanos da Região de Alenquer. *Conimbriga*. Vol. 23. Instituto de Arqueologia da Universidade de Coimbra, p. 97-101.
- GOMES, J. P. B. (2017) – *À conquista da hispania: Análise histórico-arqueológica da Campanha de Décimo Júnio Bruto, o Galaico*. Dissertação para a obtenção do grau de Mestre em História, na especialidade em História Antiga apresentado à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Orientada pelo Prof. Doutor Amílcar Manuel Ribeiro Guerra e pelo Doutor Samuel Pires Pereira. Disponível em <http://hdl.handle.net/10451/34475>
- GOMES, M. V.; CARDOSO, J. L.; ANDRÉ, M. C. (1996) – O mosaico romano de Oeiras. Estudo iconográfico, integração funcional e cronologia. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. 6: Câmara Municipal de Oeiras, p. 367-406
- GÓMEZ-PANTOJA, J.; MORALES, F. (2002) - Sertorio en Numancia: una nota sobre los campamentos de La Gran Atalaya. In: MORILLO, Á. (ed.). *Arqueología militar romana en Hispania*. (Anejos de Gladius, 5): Madrid, p. 303-310.
- GÓMEZ-PANTOJA, J.; MORALES, F. (2008) - Los etolios en Numancia. *Salduie: Estudios de Prehistoria y Arqueología*. Zaragoza. 8, p. 37-58.
- GOMES, S. (2018) – *O Chumbo no Ocidente Peninsular em época Romana: proveniência e técnicas metalúrgicas*. Dissertação de Doutoramento apresentado à Universidade Nova de Lisboa. Disponível em <http://hdl.handle.net/10362/53241>
- GOMES, S.; VALÉRIO, P.; ARAÚJO, M. de F.; SOARES, A. M. M.; GUERRA, A. (2013) – Caracterização isotópica do pb em glandes *plumbeae* do Alto dos Cacos (Almeirim). In *Arqueologia em Portugal, 150 anos*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, p. 835–839.
- GOMES, S.; ARAÚJO, M. de F.; SOARES, A. M. M.; PIMENTA, J.; MENDES, H. (2018) – Lead provenance of Late Roman Republican artefacts from Monte dos Castelinhos archaeological site (Portugal): Insights from elemental and isotopic characterization by Q-ICPMS. *Microchemical Journal*. 141, p. 337–345.
- GONÇALVES, J. L. M. (1990-1992) – Olelas e Pragança. Duas fortificações calcolíticas da Estremadura. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. Série IV. 8-10. Museu Nacional de Arqueologia, p. 31-40.
- GONÇALVES, J. L. M. (1997) - O sítio arqueológico do Castelo (Arruda dos Vinhos) – escavações 1988 a 1993. *Revista de Arqueologia da Assembleia Distrital de Lisboa*. N.º 3: Lisboa, p. 5-52.
- GONÇALVES, V. S. (2003) – *Sítios, horizontes e artefactos: leituras críticas de realidades perdidas : (estudos sobre o 3º milénio no Centro e Sul de Portugal)*. 2ª ed., rev. e aument. Cascais: Câmara Municipal.
- GONZÁLEZ CESTEROS, H.; ALMEIDA, R. R. de (2016) - Chapter 3. Amphorae from the West: Hispania (Spain and Portugal). Las ánforas de aceite de oliva béticas. De las Oberaden 83 hasta las Dressel 20 en el KopsPlateau de Nimega. *Amphorae from the KopsPlateau (Nijmegen): trade and supply to the Lower*

- Rhineland from the Augustan period to AD 69/70*. (Carreras Monfort, C. y Berg, J. van den Eds.): Oxford. Archaeopress Publishing Ltd, p. 47-60.
- GONZÁLEZ CESTEROS, H.; ALMEIDA, R. R. de; GARCÍA VARGAS, E. (2016) - Ovoide 1 (Valle del Guadalquivir). *Amphorae ex Hispania. Paisajes de producción y de consumo* (<http://amphorae.icac.cat/amphora/ovoid-1-guadalquivir-valley>). 08 julio, 2016.
- GONZÁLEZ CESTEROS, H.; BERNAL CASASOLA, D.; GARCÍA VARGAS, E. (2016) - Dressel 12 (Baetica coast). *Amphorae ex Hispania. Landscapes of production and consumption* (<http://amphorae.icac.cat/amphora/dressel-12-baetica-coast>), 08 July, 2016.
- GONZÁLEZ FERNÁNDEZ, J. (2017) - Augusto y la Hispania Ulterior. *Gerión. Revista de Historia Antigua*. Vol. 35. N.º Esp., p. 247-265.
- GONZALEZ-RUIBAL, A. (2004a) - Un askos ibicenco en Galicia: Notas sobre el character del comercio púnico en el noroeste ibérico. *Complutum* 15, p. 33-43.
- GONZALEZ-RUIBAL, A. (2004b) - Facing two sea: Mediterranean and Atlantic contacts in the Northwest of Iberia in the First Millenium BC. *Oxford Journal of Archaeology*. 23-3, p. 287-317.
- GONZALEZ-RUIBAL, A. (2006) - Past the Last Outpost: Punic Merchants in the Atlantic Ocean (5th-1st centuries BC). *Journal of Mediterranean Archaeology*. 19-1, p. 121-150.
- GONZÁLEZ-RUIBAL, A.; RODRÍGUEZ MARTÍNEZ, R.; ABOAL FERNÁNDEZ, R.; CASTRO HIERRO, V. (2007) - Comercio mediterráneo en el castro de Montealegre (Pontevedra, Galicia). Siglo II a.C. – inicios del siglo I d.C. *Archivo Español de Arqueología*. 80, p. 43-74.
- GORGES, J. G.; MORILLO CERDÀN, A.; RODRÍGUEZ MARTÍN, G.; MARTÍN HERNÁNDEZ, E. (2009) - Le campement romano-républicain du “Pedrosillo” (Casas de Reina, Badajoz, Espagne) à l’épreuve des sondages: premiers résultats de la campagne 2006. A. Morillo, N. Hanel & E. Martín Hernández. *Limes XX. Actas XX Congreso Internacional de Estudios sobre la Frontera Romana/Roman Frontier Congress*. (Anejos de Gladius 13): Madrid, p. 267-280.
- GOUDINEAU, C.; BRENTCHALOFF, D. (Eds.) (2009) - *Le camp de la flotte d’Agrippa à Fréjus: les fouilles du quartier de Villeneuve (1979-1981)*. París.
- GRADIM, A.; GRABHERR, G.; KAINRATH, B.; TEICHNER, F. (2014) - O Castelinho dos Mouros (Alcoutim): um edifício republicano do baixo Guadiana, no período de fundação da Lusitânia romana. La gestación de los paisajes rurales entre la Prehistoria y el período romano. Formas de asentamiento y procesos de implantación (Mayoral Herrera, V., Mataloto, R. y Roque, C. Eds.). Anejos de Archivo Español de Arqueología LXX, Mérida. Consejo Superior de Investigaciones Científicas, p. 45-64.
- GRAU MIRA, I. (2021) - El Cabeço de Mariola y las dinámicas complejas de la expansión romana (siglos II-I a. C.). Fortificaciones republicanas y reinterpretaciones locales en los oppida de Iberia oriental. *Archivo Español de Arqueología*, 94, e18. DOI: <https://doi.org/10.3989/aespa.094.021.18>
- GRILLO, C. (2017) - A cerâmica comum de produção local e regional do Núcleo Arqueológico da Rua dos Correeiros, Lisboa. Os contextos fabris. I Encontro de Arqueologia de Lisboa. Uma cidade em escavação. (Teatro Aberto, 26, 27 e 28 de Novembro de 2015). Câmara Municipal de Lisboa: Centro de Arqueologia de Lisboa – CAL, p. 254-271.
- GRILLO, C.; SANTOS, C. (2016-2017) - A cerâmica comum da Villa Romana de Povos, Vila Franca de Xira. *CIRA Arqueologia*. N.º 5. Centro de Estudos Arqueológicos de Vila Franca de Xira, p. 86-115.
- GUERRA, A. (1987) - Acerca dos Projectos para Funda da Lomba do Canho (Arganil). *O Arqueólogo Português. Série IV*. Vol. 5: Museu Nacional de Arqueologia, p. 161-177.
- GUERRA, A. (1995-97) - A respeito do nome de Vila Franca de Xira. In *CIRA. Boletim Cultural*. N.º 7. Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, p. 155-165.
- GUERRA, A. (1995) - *Plínio-o-Velho e a Lusitânia*. Lisboa: Ed. Colibri.
- GUERRA, A. (1998) - *Nomes pré-romanos de povos e lugares do Ocidente Peninsular*. Lisboa. Dissertação de Doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Policopiado.
- GUERRA, A. (2000) - A Península de Lisboa no I milénio a.C. uma breve síntese, à luz das fontes e dos dados arqueológicos. *TURRES VETERAS*. IV. Actas de Pré-história e História Antiga: Câmara Municipal de Torres Vedras, p. 121-128.
- GUERRA, A. (2001a) - Resistência e aculturação no Ocidente Hispânico: Defesa do território e identidade linguística. *Era arqueologia*. N.º 3, p. 150-164.
- GUERRA, A. (2001b) - Para uma reanálise das fontes escritas relativas à presença Púnica no ocidente pensinsular. In TAVARES, A. e TAVARES, M. F. *Os Púnicos no Extremo Ocidente* (Actas do Colóquio Internacional, Lisboa, Universidade Aberta, Outubro de 2000). Lisboa, p. 25-38.

- GUERRA, A. (2002) - *Omnibus Numinibus et Lapitearum*: algumas reflexões sobre a nomenclatura teonímica do Ocidente peninsular. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. Vol. 5-1, p. 147-159.
- GUERRA, A. (2003) - Algumas Notas sobre o Mundo Rural do Território Olisiponense e as suas Gentes. In A. R. Santos, N. S. Rodrigues, T. Kuznetzova-Resende e A. GUERRA (coord.). *Mundo Antigo Economia Rural*. Lisboa, p. 123-150.
- GUERRA, A. (2004) - *Caepiana*: uma reavaliação crítica da sua localização e enquadramento histórico. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 7:2, p. 217-235.
- GUERRA, A. (2010) - A propósito dos conceitos de «Lusitano» e «Lusitânia». *Serta Palaeohispanica J. de Hoz. Palaeohispanica*. 10, p. 81-98.
- GUERRA, A. (2012) - O troço inicial da Via Olisipo-Bracara e o problema da localização de Ierabriga. In *Cira Arqueologia*. N.º 1. *Atas da Mesa Redonda de Olisipo a Scallabis. A rede viária romana no vale do Tejo*. Vila Franca de Xira, p. 24-40.
- GUERRA, A. (2013) - Algumas questões sobre as escritas pré-romanas do Sudoeste hispânico. *Acta Palaeohispanica XI. Palaeohispanica* 13, p. 323-345.
- GUERRA, A. (2015) - La mirada del otro: Lusitania prerromana. In ÁLVAREZ MARTÍNEZ, J. M.; CARVALHO, A.; FABIÃO, C. *Catálogo da Exposição - Lusitania Romana. Orígenes de dos pueblos. Lusitânia Romana. Orígenes de dois povos*. Mérida. Museu Nacional de Arte Romana, p. 25-34.
- GUERRA, A. (2018) - O contributo da epigrafia de Olisipo e do seu território para estudo da mobilidade no período romano. *Meios Vias e Trajetos... Entrar e sair de Lisboa. Fragmentos de Arqueologia de Lisboa*. 2, p. 50-61.
- GUERRA, A. (2019a) - *Olisipo*: Memórias de um território nos confins do mundo romano. In CACHÃO, M.; FREIRAS, M. da C.; GUERRA, A. (Coord.). *Lisboa Romana/Felicitas Iulia Olisipo. O território e a memória*. Caleidoscópio, p. 77-79.
- GUERRA, A. (2019b) - Questões míticas, literárias, toponímicas e étnicas da Lisboa pré-romana. In CACHÃO, M.; FREIRAS, M. da C.; GUERRA, A. (Coord.). *Lisboa Romana/Felicitas Iulia Olisipo. O território e a memória*. Caleidoscópio, p. 99-111.
- GUERRA, A.; BLOT, M. L.; QUARESMA, J. C. (2000) - Para o enquadramento do sítio de Povos, um estabelecimento romano do curso inferior do Tejo. In *Catálogo da Exposição. Senhor da Boa Morte. Mitos, História e Devoção*. Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, p. 29-42.
- GUERRA, A.; FABIÃO, C. (1988). Escavações no acampamento romano da Lomba do Canho (Arganil): resultados preliminares. *Actas del 1er. Congreso Peninsular de Historia Antigua*. Vol. I. Santiago de Compostela. p. 307-328.
- GUERRA, A.; FABIÃO, C. (2010) - Mesas do Castelinho (Almodôvar): um exemplo de urbanismo falhado no sul da Lusitânia. In GORGES, J. G.; NOGALES BASARRATE, (ÉDS). VII. *Table Ronde internationale sur la Lusitanie romaine Naissance de la Lusitanie romaine (I av. I ap J.C.)*: Toulouse – Mérida, p. 459-488.
- GUERRA, A.; PIMENTA, J. (2013) - Os projéteis de funda do Monte dos Castelinhos e a dispersão destes materiais no território português. In *Catálogo Exposição Monte dos Castelinhos (Castanheira do Ribatejo) Vila Franca de Xira e a conquista romana no Vale do Tejo*. Museu Nacional de Arqueologia e Museu Municipal de Vila Franca de Xira, p. 47-58.
- GUERRA, A.; PIMENTA, J.; SEQUEIRA, J. (2014) - Conjunto de *Glandes Plumbeae* do sítio arqueológico de Alto dos Cacos – Almeirim. In FABIÃO, C. e PIMENTA, J. (Eds). *Atas do Congresso “Conquista e Romanização do Vale do Tejo”*. CIRA Arqueologia. N.º 3: Vila Franca de Xira, p. 293-321.
- GUERRERO AYUSO, V. (1987) - *La colonia de Sant Jordi (Mallorca)*. *Estudis d’Arqueologia i Epigrafia*, Palma de Mallorca, Publicacions del Centre d’Estudis Gabriel Alomar.
- GUIDOBALDI, F.; GREGORI, L. (1996) - Pavimenti a commesso di mattonelle in laterizio di età romana. Indagine preliminare. *AISCOM, Atti del III Colloquio dell’Associazione Italiana per lo Studio e la Conservazione del mosaico*. Bordighera, 6-10 dicembre 1995. Istituto Internazionali di Studi Liguri: Bordighera, p. 247-260.
- GUILLAUD, L. (2019) - *Militaria de Lugdunum. Étude de l’armement et de l’équipement militaire à Lyon (Ier s. av.-IVe s. ap. J.-C.)*. Monographies Instrumentum. 62. Série Mobiliers Lyonnais. 12: Éditions Mergoïl.
- GUILLART, J. (1976) - *Baetulo, Topografía arqueológica, urbanismo e historia*: Badalona.
- HALLIER, G. (1989) - Entre les règles de Vitruve et la réalité archéologique: l’atrium toscan. GEERTMAN, H.; JONG J. J. *Munus non ingratum. Proceedings of the International Symposium on Vitruvius De Architectura and Hellenistic and Republican Architecture*. BABech. Supp.2, p. 194-212.
- HARRIS, E. C. (1989) - *Principals of archaeological stratigraphy*. 2nd edition, London-San Diego: Academic Press.

- HARRIS, W. V. (1991) – *War and Imperialism in Republican Rome*. Oxford.
- HAUSCHILD, T.; HAUSMANN, E. (1991) - Casas romanas en Munigua. In *Actas del Congreso: La casa urbana hispanorromana*. Zaragoza, p. 329-335.
- HAWLEY, R. (2007) – Lords of the rings: Ring-Wearing, Status, and identity in the age of pliny the elder. *Bulletin of the Institute of Classical Studies. Supplement*. N.º 100, p. 103–111. JSTOR, www.jstor.org/stable/43767663. Accessed 21 May 2021.
- HELENO, M. (1935) - Jóias Pré-Romanas. Lisboa: *Ethnos*. I.P.A.H.E.. Vol. I, p. 238-245.
- HENRIQUES, E. (1987) – *Levantamento Arqueológico do Concelho de Almeirim*. Almeirim. Processo 82/1 (242) DGPC.
- HENRIQUES, G. J. C. (1997) - *Subsídios para a história do Conselho de Vila Franca de Xira*. Coleção Património Local. N.º 5. Museu Municipal de Vila Franca de Xira. Câmara Municipal de Vila Franca de Xira.
- HENRIQUES, S. (2008) – O Sítio arqueológico do Castelo (Santa Catarina, Caldas da Rainha). Do Neolítico à Idade do Ferro. *Actas IV Seminário do Património da Região Oeste*. 24 e 25 de Novembro de 2006 – Arruda dos Vinhos. Câmara Municipal Arruda dos Vinhos: Grifos – Artes Gráficas, p. 83-110.
- HERAS MORA, F. J. (2009) - El Santo de Valdetorres (Badajoz, España). Un nuevo enclave militar romano en la línea del Guadiana. *20th International Congress of Roman Frontier Studies. Anejos de Gladius*. 13. Vol. 1: Madrid, p. 315-327.
- HERAS MORA, F. J. (2014) – El campamento de Cáceres el Viejo y las guerras civiles en Hispania. In *Las Guerras Civiles Romanas en Hispania. Una Revisión Histórica desde la contestania*. Feliciano Sala Sellés y Jesús Morotalla Jávega (eds): Universitat d'Alicante. MARQ, p. 155-167.
- HERAS MORA, F. J. (2015) – *Arqueología de la implantación romana en los cursos Tajo-Guadiana (siglos II y I a.n.e.)*. Tesis Doctoral. Universitat Autònoma de Madrid. Disponível em <http://hdl.handle.net/10803/385928>
- HERAS MORA, F. J. (2018) – *La Implantación Militar Romana en el Suroeste Hispano (Siglos II-I a.n.e.)*. *Anejos de GLADIUS*. 18: Consejo Superior de Investigaciones Científicas. Ediciones Polifemo. Madrid.
- HERAS MORA, F. J.; BUSTAMANTE ALVÁREZ, M. (2007) - Contribución al estudio de las ánforas tardorrepúblicas del enclave militar de “El Santo” de Valdetorres (Badajoz, España). *Actas do III Encontro de arqueologia do Sudoeste Peninsular*. Vipasca 2/2ª Serie, Aljustrel, p. 318-324.
- HERNÁNDEZ HERNÁNDEZ, F.; MARTÍN BRAVO, A. (2017) – *Las necrópolis de El Romazal y el conjunto arqueológico de Villavieja del Tamuja (Botija/Plasenzuela, Cáceres)*: La Ergastula ediciones. Série Arqueología y Patrimonio. 12. Madrid.
- HESNARD, A. (1998) - M. Lollius Q. f. et les amphores Lamb. 2 pompéiennes. *Recueil de Timbres sur Amphores Romaines II (1989-90 et compléments, 1987-1988)* (Blanc-Bijon, V., Carre, M.-B., Hesnard, A. y Tchernia, A. Eds.): Aix-en-Provence, p. 307-312.
- HESSE, H. (2002) – *Siddhartha*. Coleção Mil Folhas. Público. Tradução Pedro Dias.
- HIPÓLITO, M. C. (1960-1961) – Dos tesouros de moedas romanas em Portugal. *Conimbriga*. II-III: Instituto de Arqueologia da Universidade de Coimbra, p. 1-166.
- HUARTE CAMBRA, R. (2003) - Las producciones de la figlina. Cerámicas comunes. In VÁZQUEZ LABOURDETTE, A., (Coord.). *Arqueología y rehabilitación en el Parlamento de Andalucía*: Sevilla, p. 220-237.
- HÜBINGER, U. (1993) - *Die Antiken lampen des akademischen Kunstmuseums der Universität Bonn*: Berlín.
- HUGUET ENGUITA, E. (2013) – 5. El material más usado por los antiguos: la cerámica común y de cocina. In RIBERA I LACOMBA, A. (Coord). *Manual de cerámica romana del mundo Helenístico al Imperio Romano*. 1ª ed. Alcalá de Henares: Museo Arqueológico Regional. Madrid: Colegio Oficial de Doctores y Licenciados en Filosofía y Letras y en Ciencias, Sección de Arqueología, p. 291-330.
- HUGUET ENGUITA, E.; RIBERA I LACOMBA, A. (2013) – Los ungüentarios. In *Manual de cerámica romana del mundo Helenístico al Imperio Romano*. RIBERA I LACOMBA, A. (Coord). 1ª ed. Alcalá de Henares: Museo Arqueológico Regional. Madrid: Colegio Oficial de Doctores y Licenciados en Filosofía y Letras y en Ciencias, Sección de Arqueología, p. 191-197.
- IBORRA ERES, M.ª; MATA PARREÑO, C.; MORENO MARTÍN, A.; PÉREZ JORDÀ, G.; QUIXAL SANTOS, D.; VIVES-FERRÁNDIZ SÁNCHEZ, J. (2010) - Prácticas culinarias y alimentación en asentamientos ibéricos valencianos. *Saguntum*. Extra 9. De La Cuina a la Taula. IV Reunió D'Economia en el Primer Mil.Lenni AC, p. 99-114.
- IMPERIAL, F. (2017) – *O sítio arqueológico de Maiorca no contexto da Conquista romana do Ocidente Peninsular*. Dissertação de Mestrado em Arqueologia. Apresentado à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Orientada por Carlos Fabião. Disponível em <http://hdl.handle.net/10451/32148>
- IÑIGUEZ BERROZPE, L.; URIBE AGUDO, P.; GUIRAL PELEGRÍN, C. (2015) – La arquitectura Doméstica Urbana Romana en el Valle del Ebro: da la Tardorrepública a la Época de Augusto. *Actes 20n Congrès Interna-*

- cional D'Arqueologia I Món Antic. August I Les Províncies Occidentals 2000 Aniversari de la Mort D'August. Tarraco Bienal. Volume 2. Tarragona, 26-29 de Novembro de 2014: Tarragona, p. 33-40.
- IZQUIERDO PERAILE, I.; ALAOUI, M. K.; BONET ROSADO, H.; MILOU, B. (2001) – Las fases púnico-mauritanas I (175/50 a 80/50 a.C.) y II (80/50 a.C.- 15 d.C.). In ARANAGUI GASCÓ, C. (Ed.). *Lixus. Colonia Fenicia y ciudad púnico-mauritana. Anotaciones sobre su ocupación medieval. Saguntum* Estra 4: Valencia, p. 141-168.
- JALHAY, E. (1946) – O monumento pré-histórico do Casal do Zambujal (Torres Vedras). Contribuição para o estudo da época do bronze. *Broteria*. Lisboa. 42: 4, p. 387-393.
- JAMES, S. (2004) – *The Arms and Armour, and other Military Equipment. Excavations at Dura-Europos. Final Report*. VII. London: British Museum Press.
- JENKINS, I. (1985) – A group of silvered-bronze horse-trappings from Xanten (*Castra Vetera*). *Britannia* XVI, p. 141-164.
- JIMÉNEZ SANCHO, A.; GARCÍA VARGAS, E.; GARCÍA FERNANDEZ, F.; FERRER ALBELDA, E. (2006) – Aportación al estudio de la Sevilla prerromana y romano-republicana. Repertorios cerámicos y secuencia edilicia en la estratigrafía de la calle Abades 41-43. *Spal. Revista de Prehistoria y Arqueología de la Universidad de Sevilla*. 15, p. 281-311.
- KALB, P. (1980) – O “Bronze Atlântico” em Portugal. *Actas do Seminário de Arqueologia do Noroeste Peninsular*. Guimarães: Sociedade Martins Sarmento. I, p. 112-138.
- KALB, P.; HÖCK, M. (1980) – Cabeço da Bruxa, Alpiarça (Distrikt Santarém). Vorbericht über die grabung im Januar und Februar 1979. *Madriider Mitteilungen*. 21, p. 91-104.
- KALB, P.; HÖCK, M. (1981-82) – Cabeço da Bruxa, Alpiarça (Distrito de Santarém). Relatório preliminar da escavação de Janeiro e Fevereiro de 1979. *Portugália*. Nova Série. Volume II e III. Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, p. 61-69
- KALB, P.; HÖCK, M. (1982) – Alto do Castelo, Alpiarça, distrikt Santarém : vorbericht über die grabung 1981. *Madriider Mitteilungen*. Mainz: Zabern. Bd. 23, p. 145-151.
- KALB, P.; HÖCK, M. (1984a) – O Alto do Castelo, Alpiarça (Distrito de Santarém). Acampamento Romano ou Fortificação Pré-romana? *Livro do 2.º Congresso Sobre Monumentos Militares Portugueses*: Lisboa, p. 239-245.
- KALB, P.; HÖCK, M. (1984b) – Alpiarça, Alto do Castelo. *Informação Arqueológica* (1981). N.º 4, p. 87-91.
- KALB, P.; HÖCK, M. (1988a) – O povoamento pré-histórico de Alpiarça. Porto. *GEAP*. 17, p. 193-200.
- KALB, Ph., HÖCK, M. (1988b) – Moron. *Conimbriga*. XXVII. Instituto de Arqueologia da Universidade de Coimbra, p. 189-201.
- KAVANAGH DE PRADO, E. (2008) – El puñal bidiscoidal peninsular: tipología y relación com el puñal militar romano (*pugio*). *GLADIUS*. Estudios sobre armas antiguas, arte militar y vida cultural en oriente y occidente. XXVIII, p. 5-85.
- KAVANAGH DE PRADO, E.; QUESADA SANZ, F. (2009) – *Pugio Hispaniensis* between Celtiberia and Rome. Current Research and analysis of the construction of the sheaths. In *Limes XX. Proceedings of the 20th Intern. Congress of the Roman Frontier Studies*. Leon – 2006. *Anejos de Gladius*. 13: Madrid, p. 339-350.
- KURTZ, W. (1986-87) – Los arreos de caballo en la necrópolis de Las Cogotas (Cardeñosa, Ávila)”. *Zephyrus*. N.º 39-40, p. 459-472.
- LAGÓSTENA BARRIOS, L. (1996a) – *Alfarería romana en la Bahía de Cádiz*. Cádiz.
- LAGÓSTENA BARRIOS, L. (1996b) – Explotación del salazón en la Bahía de Cádiz en la Antigüedad: aportación al conocimiento de su evolución a través de la producción de las ánforas Maña C. *Florentia Iliberritana*. 7, p. 141-169.
- LAGÓSTENA BARRIOS, L.; BERNAL CASASOLA D. (2004) – Alfares y producciones cerâmicas en la Provincia de Cadiz. Balance y Perspectivas. In BERNAL CASASOLA, D.; LAGÓSTENA BARRIOS, L. (Coord.). *Figliniae Baetica. Talleres alfareros y producciones cerâmicas en la Bética Romana (ss. II a.C. – VII d.C.)*. Volume I. B.A.R. International Series. 1266: Oxford, p. 39-123.
- LAMBOGLIA, N. (1950) – *Gli scavi de Albintimilium e la cronologia della cerâmica romana. Parte prima. Campagne di scavo 1938-1940*. Bordighera: Instituto Internazionale di Studi Liguri.
- LAMBOGLIA, N. (1952) – Per una Classificazione preliminare della Ceramica Campana. In *Atti del Iº Congresso Internazionale e di Studi Liguri* (Monaco-Bordighera-Genova, 1950), p. 139-206.
- LAMBOGLIA, N. (1955) – Sulla cronologia delle anfore romane de età repubblicana. In *Rivista di studi Liguri*., p. 252-260
- LAMBOGLIA, N.; BELTRÁN, A. (1952) – Apuntes sobre cronología cerâmica. In *Caesaraugusta* 3, p. 87-89.

- LAUBENHEIMER, F. (1990) - Sallèles d'Aude. Un complexe de potiers gallo-romain: le quartier artisanal. *Documents d'Archéologie Française*. 26. Paris.
- LE ROUX, P. (2015) – La Creación romana de Lusitania. In *Lusitânia Romana origem de dois povos*. Museu Nacional de Arte Romana. Mérida. *Studia Lusitana*. N.º 9, p. 109-118.
- LEEUWAARDEN, W.; JANSEN, C. R. (1985) – A preliminary palynological study of peat deposit near and oppidum in the lower Tagus valley. In *Actas da I Reunião do Quaternário Ibérico*. Lisboa. 2, p. 225-235.
- LEITÃO, J. A. (2014) – Primeiro ensaio de SIG aplicado ao acampamento romano de Antanhol (Coimbra). In OSÓRIO, M. (Coord.). *Experiências SIG na Arqueologia Portuguesa*. Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, p. 78-95.
- LOPES, F. (1945) - Crónica de D. João I. Segundo o códice n.º 325 do arquivo Nacional da Torre do Tombo. Edição prefaciada por António Sérgio. Vol I. Porto: Civilização.
- LOPES, J. (2017) – Carta Arqueológica de Arruda dos Vinhos. Câmara Municipal de Arruda dos Vinhos.
- LOPES, J.; CARDOSO, G. (2019) – Vestígios romanos no território de Arruda dos Vinhos. In CARDOSO, G.; NOZES, C. (Coord.). *Lisboa Romana/Felicitas Iulia Olisipo. O Ager Olisiponensis e as estruturas de povoamento. Caleidoscópio*, p. 30-37.
- LÓPEZ CASTRO, J. L. (1994) - *Hispania Poena. Los fenícios en la Hispania Romana*. Barcelona. Crítica /Arqueologia.
- LÓPEZ MELERO, R.; SANCHÉZ ABAL, J. L.; GARCÍA JIMENÉZ, S. (1984) – El bronce de Alcántara. Una dedictio del 104 a.C. *Gerion*. 2: Madrid, p. 265-323.
- LÓPEZ MULLOR, A. (1989) - *Las cerámicas romanas de paredes finas en Cataluña*, Quaderns Científics i Tècnics, 2, Diputació de Barcelona, Servei del Patrimoni Arquitectònic, Barcelona.
- LÓPEZ MULLOR, A. (2008) - Las cerámicas de paredes finas en la fachada mediterránea de la Península Ibérica y las Islas Baleares. In BERNAL CASASOLA, D.; RIBERA I LACOMBA, A. (Ed. Cient.). *Cerámicas hispanorromanas. Un estado de la cuestión*: Cádiz, p. 343-384.
- LÓPEZ MULLOR, A. (2013) – Las cerámicas de Paredes Finas del final de la República Romana y el período Augusto-Tiberiano. In *Manual de cerámica romana del mundo Helenístico al Imperio Romano*. RIBERA I LACOMBA, A. (Coord). 1ª ed. Alcalá de Henares: Museo Arqueológico Regional. Madrid: Colegio Oficial de Doctores y Licenciados en Filosofía y Letras y en Ciencias, Sección de Arqueología, p. 149-190.
- LÓPEZ ROSENDO, E. (2010) - Los talleres alfareros del Jardín de Cano (El Puerto de Santa María, Cádiz). La producción anfórica de Gades en torno al cambio de era. *Rei Cretariae Romanae Fautorum Acta* 41: Bonn, p. 411-419.
- LÓPEZ VILATELA, L. (2000) - *Lusitania: Historia y etnología*. Madrid: Real Academia de la Historia.
- LOURENÇO, M. A. (2012) – *Objectos do quotidiano de Bracara Augusta*. Universidade do Minho. Instituto de Ciências Sociais. Relatório de Estágio 2.º Ciclo em Arqueologia. Disponível em <http://hdl.handle.net/1822/23342>
- LUIK, M. (2002) - *Die funde aus den römischen lagern um Numantia im Römisch-Germanischen Zentralmuseum*. Mainz: Verlag des Römisch-Germanischen Zentralmuseum in Kommission bei Dr. Rudolf Habelt. Bonn.
- LUIK, M. (2010) – Los hallazgos de armas en los campamentos romanos alrededor de Numancia. In QUESADA, F., NAVARRO, M. E CADIOU, F. (Eds.): *De armas, de hombres y de dioses. Gladius*. XXX. Estudios sobre armas antiguas, arte militar y vida cultural en oriente y occidente: Madrid, p. 149-163.
- LUÍS, L. (2003a) – *As cerâmicas campanienses de Mértola*. Instituto Português de Arqueologia. Lisboa. Trabalhos da Arqueologia. 27.
- LUÍS, L. (2003b) - Ânforas republicanas de Mata-Filhos (Mértola). *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 6: 2, p. 363-382.
- LUÍS, L. (2010) – Cerâmica Campaniense, in *Castelo da Lousa – Intervenções Arqueológicas de 1997 a 2002*. *Studia Lusitana* 5. Museu Nacional de Arte Romana. Mérida, p. 111- 138.
- LUCAS, M. M. (2003) – Vila Franca de Xira: História, Urbanismo e Identidade. In *Vila Franca de Xira, Tempos do Rio, Ecos da Terra*. Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, p. 99-116.
- LUNA, I.; AMARO, C. (2009) – *Castelo de Torres Vedras. Resultados dos Trabalhos Arqueológicos*. Museu Municipal Leonel Trindade. Policopiado.
- LUNA, I.; CARDOSO, G. (2009) – *S. Tiago Torres Vedras. Resultados dos Trabalhos Arqueológicos*. Museu Municipal Leonel Trindade. Policopiado.
- LUNA, I.; CARDOSO, G. (2019) – Vestígios romanos no território de Torres Vedras. In CARDOSO, G.; NOZES, C. (Coord.). *Lisboa Romana/Felicitas Iulia Olisipo. O Ager Olisiponensis e as estruturas de povoamento. Caleidoscópio*, p. 30-37.

- LUNA, I.; ENCARNÇÃO, J. D'; BATALHA, L.; CARDOSO, G. (2019) – Pesos de tear romanos, com grafitos, provenientes de Torres Vedras. *Antrope*. N.º 11, p. 16-37.
- MACHADO, J. L. S. (1964) – *Subsídios para a história do Museu Etnológico do Dr. Leite de Vasconcelos*. *Arqueólogo Português*. Nova Série. Tomo 5. N.º 1. (1954-1964).
- MACHADO, M.J.G. (1991) – *Contribuição para o estudo da dinâmica da Bacia-vertente do Rio Grande da Pipa*. Lisboa. Provas de aptidão pedagógica e capacidade científica, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Policopiado.
- MACKINNON, M. (1999/2000) - O papel dos animais na economia rural da Lusitânia romana: zooarqueologia de Torre de Palma. *A Cidade. Revista Cultural de Portalegre*. Lisboa. 13/14, p. 129-140.
- MADEIRA, M. S. P. S. (1988) - Subsídios para o estudo do material anfórico dos “Castella” da zona de Castro Verde. *Actas do 1º Encontro de Arqueologia da região de Beja (Beja, 1986)*. Arquivo de Beja 2ª série – 3. Beja: Câmara Municipal de Beja, p. 121-138.
- MAIA, M. (1978a) - Fortalezas romanas do Sul de Portugal. *Zephyrus*. Salamanca. 28-29, p. 279-285.
- MAIA, M. (1978b) - Contributos para as cartas de distribuição em Portugal da *sigillata* luzente e *Late Roman C Ware*. In *Actas das III Jornadas Arqueológicas*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, p. 293-307.
- MAIA, M. (1978c) - Ânforas neo-púnicas do Sul de Portugal. In *Actas das III Jornadas Arqueológicas*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, p. 197-207.
- MAIA, M. (1980) - Escavações na estação romana de São Marcos, Cacém (Sintra). *Clío*. Lisboa. 2, p. 158-159.
- MAIA, M. (1986) - Os Castella do Sul de Portugal. *Madri der Mitteilungen*. Heidelberg. 27, p. 195-223.
- MAIA, M. (1988) - Os Castella do Sul de Portugal – sua integração histórica. In *Actas do 1º Encontro de Arqueologia da região de Beja (Beja, 1986)*. Arquivo de Beja. Beja. 2ª série, 3, p. 43-55.
- MANACORDA, D. Y PALLECCHI, S. (2012) - *Le fornaci romane di Giancola (Brindisi)*: Bari.
- MANDY, B.; GENIN, M.; GODARD, C.; KRAUSZ, S.; SANDOZ, G.; THIRION, P. (1987-88) - Un réseau de fossés défensifs aux origines de Lyon. *Gallia*. Paris. 45, p. 49-66.
- MANSEL, K. (2004) - Vajilla de bronce en la Hispania republicana. In OLMOS, R.; ROUILLARD, P. (Coord.). *La vajilla Ibérica en época helenística (siglos IV – III a. C. al cambio de era)*. Collection de la Casa de Velázquez 89: Madrid, p. 19-30.
- MANTAS, V. G. (1982) – Inscrições romanas do Museu Municipal de Torres Vedras. *Conimbriga*. XXI. Coimbra: Instituto de Arqueologia da Universidade de Coimbra, p. 5-99.
- MANTAS, V. G. (1985) - Três inscrições romanas do Concelho de Torres Vedras. *Conimbriga*. XXIV. Coimbra: Instituto de Arqueologia da Universidade de Coimbra, p. 125-149.
- MANTAS, V. G. (1986) - Um miliário de Adriano em Alfeizerão. *Conimbriga*. XXV. Coimbra: Instituto de Arqueologia da Universidade de Coimbra, p. 213-225.
- MANTAS, V. G. (1990) - As cidades marítimas da Lusitânia. In *Les Villes de la Lusitanie Romaine. Hiérarchies et Territoires. Table ronde internationale du CNRS*. Talence – 1988. Paris : CNRS. Collection de la Maison des Pays Ibériques. 42, p. 149-205.
- MANTAS, V. G. (1993) - As fundações coloniais no território português nos finais da República e inícios do Império. In *Actas do II Congresso Peninsular de História Antiga (Coimbra, 18 a 20 de Outubro de 1990)*. Coimbra: Universidade, p. 467-500.
- MANTAS, V. G. (2000) – A rede viária Romana e Medieval da Região de Torres Vedras. In *Turres Veteras. I. Actas de História Medieval*. Câmara Municipal de Torres Vedras.
- MANTAS, V. G. (2002a) – A população da região de Torres Vedras na época romana. *Turres Veteras, IV: Actas de Pré-história e História antiga*. Torres Vedras: Câmara Municipal de Torres Vedras /Instituto de Estudos Regionais e do Municipalismo “Alexandre Herculano”, p. 129-141.
- MANTAS, V. G. (2002b) – A rede viária de Scallabis. In *De Scallabis a Santarém*. Museu Nacional de Arqueologia. Lisboa, p. 149-152.
- MANTAS, V. G. (2003) - Indícios de Campo Romano na Cava de Viriato? *Al-Madan*. 2ª série (12). Almada: Centro de Arqueologia de Almada, p. 40-42.
- MANTAS, V. G. (2011) – As vias romanas da Lusitânia. *Studia Lusitana*. N.º 7. Museu Nacional de Arte Romano. Mérida.
- MANTAS, V. G. (2012) – A estrada romana de Olisipo a Scallabis. In *Cira Arqueologia n.º 1. Atas da Mesa Redonda de Olisipo a Scallabis. A rede viária romana no vale do Tejo*. Vila Franca de Xira, p. 7-23.

- MANTAS, V. G. (2015) - Red viaria y red urbana en la Lusitania imperial. In *Lusitânia Romana origem de dois povos*. Museu Nacional de Arte Romana. Mérida. Studia Lusitana. N.º 9, p. 109-118.
- MANTAS, V. G. (2016-2017) - O miliário da Quinta de Santa Teresa (Alenquer) e outros problemas viários associados. In *Cira Arqueologia*. N.º 5. Museu Municipal de Vila Franca de Xira, p. 76-85.
- MARABINI MOEVS, M. T. (1973) - *The roman thin walled pottery from Cosa (1948-1954)*. Roma: American Academy in Rome.
- MARÍN JORDÁ, C.; RIBERA I LACOMBA, A. (2009) - *Las termas de l época romana republicana de l'Almoina (Valencia)*. In *Quaderns de difusió arqueològica*. 7: Valencia.
- MARINÉ ISIDRO, M. (2001) - *Fibulas romanas en Hispania: la Meseta*. Anejos de Archivo Español de Arqueología. N.º 24: Madrid. Consejo Superior de Investigaciones Científicas.
- MARQUES, G. (1972) - *Arqueologia de Alpiarça. As estações representadas no Museu do Instituto de Antropologia do Porto*. Trabalhos de Antropologia Dr. Mendes Correia. N.º 13. Faculdade de Ciências do Porto.
- MARQUES, G. (1982-1983) - Aspectos da proto-história do território português. II - Povoado de Santa Eufémia (Sintra). *Sintria*. 1/2: Sintra, p. 59-88.
- MARQUES, G.; ANDRADE, G.M. (1974) - Aspectos da Proto-História do território Português: 1 - Definição e distribuição da Cultura de Alpiarça (Idade do Ferro). In *Actas do III Congresso Nacional de Aqueologia*. Porto, p. 125-148.
- MÁRQUEZ, C.; VENTURA, A. (2005) - *Corduba tras las Guerras Civiles*. In MELCHOR GIL, E.; MELLADO RODRÍGUEZ, J.; RODRÍGUEZ NEILA, J. F. (Eds.). *Julio César y Corduba: Tiempo y espácio en la campaña de Munda (49-45 a.C.)*: Córdoba, p. 429- 466.
- MARTÍN, A. (2000) - Las termas republicanas de Cabrera del Mar (Maresme, Barcelona). In FERNÁNDEZ OCHOA, C.; GARCÍA ENTERO, V. (Eds.) *Termas Romanas en el Occidente del Imperio: II Colóquio Internacional de Arqueologia de Gijón*, p. 157-162.
- MARTÍN-BUENO, M.; REKLAITYTE, I.; SÁENZ PRECIADO, C.; URIBE AGUDO, P. (2007) - *Baths and latrines in the Roman world: the case of the balneum of Domus 1 in the Thermal Baths Quarter of Bilbilis*. *Zephyrus*. 60 Universidade de Salamanca, p. 221-239.
- MARTÍN HERNÁNDEZ, E.; RODRÍGUEZ MARTÍN, G. (2008) - Paredes finas de Lusitania y del cuadrante noroccidental. In BERNAL, D.; RIBERA, A.: *Cerámicas hispanorromanas. Un estado de la cuestión*; Cádiz. p. 385-407.
- MARTÍN MENÉNDEZ, A. (2008) - Ànfores tarraconenses i bétiques em els dereclites de mitjan segle I a.C. a la costa catalana. *SFECAG, Actes du congres de l'Escala-Empuries. Les productions ceramiques en Hispanie Tarraconaise (Ile siècle avant J.-C.-VIIe siècle après J.-C.)*, p. 103-127.
- MARTIN-KILCHER, S. (1999) - Amphoren. *Römische Keramik in der Schweiz*. SCHUCANY, C.; MARTIN-KILCHER, S., BERGER, L. Y PAUNIER, D. (Edit.). Antiqua 31. Basel. Verl.Schweizerische Gesellschaft für Ur- und Frühgeschichte.
- MARTIN-KILCHER, S. (2011) - Römer und gentes Alpinae im Konflikt – archäologische und historische Zeugnisse des 1. Jahrhunderts v. Chr. In *Fines imperii –imperium sine fine? Römische Okkupations- und Grenzpolitik im frühen Principat Beiträge zum Kongress. Fines imperii – imperium sine fine?*. Osnabrück vom 14. bis 18. September 2009, p. 27-62.
- MARTÍNEZ-GONZÁLEZ, J. (2019) - Las copas carpetanas y su significado en la Edad del Hierro del Valle medio del Tajo. *Boletim Ex Officina Hispana*. N.º 10. Maio de 2019: Sociedad de Estudios de La Cerámica Antigua en Hispana, p. 20-23.
- MATA PARREÑO, C.; BONET ROSADO, H. (1992) - La cerámica ibérica. Ensayo de tipología. *Estudios de Arqueología Ibérica y Romana, Homenaje a Enrique Pla Ballester*. Serie de Trabajos Varios 89: Valencia, p. 117-173.
- MATALOTO, R. (2002) - Fortins e Recintos-torre do Alto Alentejo: antecâmara da “romanização” dos campos. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Vol. 5. N.º I, p. 161-220.
- MATALOTO, R. (2004a) - Fortins romanos do Alto Alentejo (Portugal): fortificação e povoamento na segunda metade do séc. I a.C.. In, MORET, P. E CHAPA, T. (eds) *Torres, Atalayas y Casas fortificadas*. Casa de Velázquez/Universidad de Jaén, p. 31-54.
- MATALOTO, R. (2004b) - Um “monte “ da Idade do Ferro na Herdade da Sapatoa: ruralidade e povoamento no Iº milénio a.C. do Alentejo Central. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia. Trabalhos de Arqueologia. 37.
- MATALOTO, R. (2008) - O Castelo dos Mouros (Graça do Divor, Évora): a arquitectura “ciclópica” romana e a romanização dos campos de Liberalitas Iulia Eborac. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Volume 11. N.º 1, p. 123-147.

- MATALOTO, R. (2010) – Do campo ao *ager*: povoamento e ocupação rural pré-romana do Alentejo Central e a sua romanização. In MAYORAL HERRERA, V.; CELESTINO PÉREZ, S. (Coord.). *Los paisajes de la romanización. Arquitectura y explotación del territorio*. Simposia. 1. Ed. La Ergástula: Madrid, p. 59-88.
- MATALOTO, R. (2014) – A propósito de um conjunto de *glandes plumbeae*: o Castelo das Juntas (Moura) no contexto de episódio sertoriano das Guerras Cívicas na margem esquerda do Guadiana: In FABIÃO, C. e PIMENTA, J. (Eds). *Atas do Congresso “Conquista e Romanização do Vale do Tejo”*. CIRA Arqueologia. 3: Vila Franca de Xira, p. 343-384.
- MATALOTO, R. (2016) – “Até parece que és de Beja...”: dicotomias Norte-Sul na paisagem funerária do Alentejo Interior, em meados do Iº milénio a.C. *Cadernos do Museu da Lucerna II. Actas da Mesa Redonda Turdetânea e Turdetanos*: Museu da Lucerna Castro Verde, p. 98-138.
- MATALOTO, R.; ALVES, C.; CARVALHO, C. (2004) - De Serra em Serra - instabilidade e conflito no final da Idade do Ferro do Alentejo Central. *Vipasca*. N.º 2. 2ª série. 2007. p. 242-249.
- MATALOTO, R.; ANGEJA, P. (2015) - Soeiros revisitado: aspectos da romanização do território alto Alentejano nos meados do século I a.C. In *Actas do VII Encontro de Arqueologia do Sudoeste Peninsular*. (Aroche, 2013): Aroche/Huelva: Ayuntamiento de aroche, p. 841-866.
- MATALOTO, R.; MAYORAL HERRERA, V.; ROQUE, C. (2014) – *La Gestación de los paisajes rurales entre la Protohistoria y el Período Romano. Formas de Asentamiento y Procesos de Implantación* (Reunión científica, Redondo-Alandroal, 24-25 Maio, 2012). *Anejos de AEspA LXX*.
- MATALOTO, R.; WILLIAMS, J. (2015) – *Terra Sigillata Italica* from Caladinho (Redondo, Portugal). In *Contextos Estratigráficos na Lusitânia (Do Alto Império à Antiguidade Tardia)*. Monografias AAP. 1, p. 13-24.
- MATALOTO, R.; WILLIAMS, J.; ROQUE, C. (2014) - “... e daí desceo a dar-lhe batalha...” : a ocupação pré-romana e a romanização da região da Serra d’Ossa (Alentejo Central, Portugal). In *La Gestación de los paisajes rurales entre la Protohistoria y el Período Romano. Formas de Asentamiento y Procesos de Implantación* (Reunión científica, Redondo-Alandroal, 24-25 Maio, 2012). *Anejos de AEspA LXX*, p. 17-43.
- MATALOTO, R.; WILLIAMS, J.; ROQUE, C. (2016) - Amphorae at the Origins of Lusitania: Transport Pottery from Western Hispania Ulterior. In PINTO, I.V.; ALMEIDA, R.R de; MARTIN, A. (Eds.). *Alto Alentejo. Lusitanian Amphorae: Production and Distribution*. Roman and Late Antique Mediterranean Pottery 10: Oxford, p. 139-151.
- MATALOTO, R.; WILLIAMS, J.; ROQUE, C. (2019) - Are you Local? Imported and locally produced amphorae in Alto Alentejo (Portugal) during the 1st century BC: three case studies at Soeiros, Rocha da Mina and Caladinho. In GARCÍA VARGAS, E.; ALMEIDA, R.R.; GONZÁLEZ CESTEROS, H.; SAÉZ ROMERO, A. (Eds.). *The Ovoid amphorae in the Central and Western Mediterranean. Between the last two centuries of the Republic and the early days of the Roman Empire*. Roman and Late Antique Mediterranean Pottery 13: Archaeopress Publishing, p. 376-390.
- MATEO CORREDOR, D. (2014) – *El Comercio en Hispania Ulterior durante los siglos II a.C. y II d.C. Tráfico Anfórico y relaciones Mercantiles*. Tesis Doctoral. Universidad Alicante. Disponível em <http://hdl.handle.net/10045/56121>
- MATEO CORREDOR, D. (2016) - *Comercio anfórico y relaciones mercantiles en Hispania Ulterior (ss. II a.C.-II d.C.)*, Col.Leció Instrumenta 52, Barcelona, Universitat de Barcelona.
- MATEOS LEAL, C. M.; SÁNCHEZ NICOLÁS, D. (2014) – El cuchillo afalcado. Análisis tipológico y funcional de los cuchillos de los yacimientos abulenses durante la II Edad del Hierro. In GONZÁLEZ DE LA FUENTE, F. J.; PANIAGUA VARA, E. e INÉS SUTIL, P. de (coord.) - *Investigaciones Arqueológicas en el valle del Duero, del Paleolítico a la Antigüedad Tardía: actas de las III Hornadas de Jóvenes Investigadores del Valle del Duero*, 20, 21 y 22 de noviembre de 2013. Vol. 3. Salamanca, p. 135-150.
- MATEUS, J. E. (1992) - *Holocene and present-day ecosystems of the Carvalhal Region, Southwest Portugal*. Tese de Doutoramento: Universidade de Utreque. DOI: 10.13140/RG.2.1.4700.4408
- MATIAS, A. (Coord.) (2018) - *Santarém Carta Arqueológica Municipal*. Museu Municipal de Santarém. Santarém.
- MATIAS, C. (2003) – Serra do Socorro: uma aproximação à sua caracterização arqueológica no contexto da Estremadura Atlântica. In *Boletim Cultural*. Câmara Municipal de Mafra, p. 308-358.
- MATTINGLY, D. J. (2011) – *Imperialism, power, and identity: experiencing the Roman Empire*. Oxford.
- MATTOSO, J.; DAVEAU, S.; BELO, D. (1997) – *Portugal. O sabor da terra*. Estremadura. Lisboa: Círculo de Leitores.
- MAYET, F. (1975) – *Les céramiques à parois fines dans la Péninsule Ibérique*. Paris. Diffusion De Boccard.
- MAYET, F. (1976) - *Céramiques à parois fines. Fouilles de Conimbriga VI. Céramiques diverses et verres*. Paris: Diffusion de Boccard, p. 27-37.
- MAYET, F. (1980) - *Les céramiques à parois fines dans la Péninsule Ibérique: État de la question, Céramiques Hellénistiques et Romaines, Recherches d’Histoire Ancienne*: Paris, p. 201-229.

- MAYET, F.; SCHMITT, A.; SILVA, C. T. (1996) – *Les amphores du Sado, Portugal. Prospection des fours et analyse du matériel*. Paris: Diffusion de Boccard.
- MAYET, F.; SCHMITT, A. (1997) - Les amphores de São Cucufate (Beja). In ÉTIENNE, R., MAYET, F. (Eds.). *Itinéraires Lusitaniens*. Paris: Diffusion de Boccard, p. 71-109.
- MAYET, F.; SILVA, C. T. (1998) - *L'Atelier d'amphores de Pinheiro (Portugal)*. Paris: Diffusion de Boccard.
- MAYET, F.; SILVA, C. T. (2002) - *L'atelier d'amphores d'Abul*. Paris: Diffusion de Boccard.
- MAYET, F.; SILVA, C. T. (2016) - Roman Amphora Production in the lower Sado Region. In PINTO, I.V., ALMEIDA, R.R. de; MARTIN, A. (Ed.). *Lusitanian Amphorae: Production and Distribution*. Roman and Late Antique Mediterranean Pottery 10: Oxford, p. 59-71.
- MAYORAL HERRERA, V.; SALAS TOVAR, E. (2014) – Em busca de un sujeto histórico. Construyendo y habitando los recintos ciclópeos de la Serena. In TORTOSA, T. (Edic.). *Diálogo de Identidades. Bajo el prisma de las manifestaciones religiosas en el ámbito mediterráneo (s. III a.C. – s. I d.C.)*. Reunión científica (Badajoz, España), 12-14 de noviembre, 2012. Anejos de Archivo Español de Arqueología. LXXII: Instituto Arqueología Mérida, p. 199-217.
- MELCHIOR GIL, E.; MELLADO RODRÍGUEZ, J.; RODRÍGUEZ-NEILA, J.F. (Eds.) (2005) – *Jvlio César y corduba: Tiempo y Espacio en la Campaña de Mvnda (49-45 a.C.)*. Actas del Simposio *Jvlio César y corduba: Tiempo y Espacio en la Campaña de Mvnda (49-45 a.C.)*. Córdoba – 21-25 de Abril de 2003. Córdoba: Servicio de Publicaciones. Universidad de Cordoba.
- MELLER H. (2002) - *Die Fibeln aus dem Reitia-Heiligtum von Este (Ausgrabungen 1880-1916). Studien zu den Spätlatène - Formen. Le fibule dal santuario di Reitia a Este (scavi 1880-1916) : studio delle forme del tardo La Tène*, Mainz, Philipp von Zabern Verl.
- MELLER, H. (2012) – *Die Fibeln aus dem Reitia-Heiligtum von Este 2 (Ausgrabungen 1880-1916). Studien zu den Spätlatèneformen. Il Santuario di Reitia a Este*, 2 volumes. Nünnerich-Asmus Verlag: Mainz.
- MELO, A. A. de; FIGUEIREDO, E.; ARAÚJO, M. de F.; MARTINEZ, J. C. S. (2009) - Fibulae from an Iron Age Site in Portugal. *Materials and Manufacturing Processes*, 24:9, p. 955-959.
- MELO, A.; PIMENTA, J. (2020) – Uma nova leitura do espólio das escavações de Leite de Vasconcelos no “Castro” de Pragança, Cadaval. Evidências de uma ocupação da Idade do Ferro. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. 26. Oeiras, Câmara Municipal, p. 77-104.
- MENDES, H.; PIMENTA, J. (2007) - A escavação de um troço da estrada romana *Olisipo-Scalabbis*, em Vila Franca de Xira. In *Conhecer o Património de Vila Franca de Xira Perspetivas de Gestão de Bens Culturais*. Museu Municipal de Vila Franca de Xira, p. 163-169.
- MENÉNDEZ BLANCO, A.; GARCÍA SÁNCHEZ, J.; COSTA-GARCÍA, J. M.; FONTE, J.; GONZÁLEZ-ÁLVAREZ, D.; VICENTE GARCÍA, V. (2020) – Following the Roman Army between the Southern Foothills of Castile and León (North of Spain): Archaeological Applications of Remote Sensing and Geospatial Tools. *Geosciences (Switzerland)*. 10 (12), p. 1-46.
- MIGUEZ, J.N.M. (2011) – *As fíbulas do Sudoeste da Península Ibérica enquanto marcadores étnicos. O caso de Mesas do Castelhinho*. Tese de Mestrado em Arqueologia apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. 2 volumes. Edição policopiada.
- MIGUEZ, J.N.M. (2014) – As fíbulas do tipo Schüle 4h no Sudoeste da Península Ibérica. In JIMÉNEZ ÁVILA, J.; BUSTAMANTE, M.; GARCÍA CABEZAS, M. (eds.). *Actas del VI Encuentro de Arqueología del Suroeste*. Vilafranca de los Barrios: Ayuntamiento de Vilafranca de los Barrios, p. 1303-1326.
- MINGUEZ MORALES, J. (1991) – *La cerâmica de paredes finas: generalidades*. Zaragoza. Universidade de Zaragoza.
- MIRANDA, J.; ENCARNACÃO, G.; VIEGAS, J.; ROCHA, E.; GONZALEZ, A. (1999) – *Carta Arqueológica da Amadora – do Paleolítico ao Romano*. Amadora: Câmara Municipal da Amadora.
- MOLINA VIDAL, J. (1995) - Las ánforas Lomba do Canho 67. Aportaciones al estudio de un nuevo tipo: difusión y valoración económica. *Actas del XXII Congreso Nacional de Arqueología*: Vigo, p. 419-424.
- MOLINA VIDAL, J., 1997 - *La dinámica comercial romana entre Italia e Hispania Citerior (siglos II a. C.- II d. C.)*: Universidad de Alicante.
- MOLINA VIDAL, J. (2001) - Las primeras exportaciones béticas en el Mediterráneo occidental. *Actas del Congreso Internacional Ex Baetica Amphorae. Conservas, Aceite y Vino de la Bética en el Imperio Romano (Écija-Sevilla 1998)*. Vol. II. Écija : Editorial Sol, p. 637-645.
- MOLINA VIDAL, J. (2013) - Commerce et marchés de vin italique dans le sud de l'Hispanie Citerieure (IIIe-Ier siècles av. notre ère). *Itinéraires des vins romains en Gaule, IIIe – Ier siècles avant J.-C. Confrontation de facies (Lattes 2007)* (Olmer, F. Ed.) : Lattes, p. 195-212.

- MOMMSEN, T. (1894) – *The History of Rome*. 5 vols. Trad. W.P. Dickson. Londres.
- MONTEAGUDO, L. (1977) – *Die Beile auf der Iberischen Halbinsel*. München: C. H. Beck'sche Verlagsbuchhandlung. Prähistorische Bronzefunde. Abteilung IX. 6. Band.
- MORAIS, R., (2003) - Problemàtiques i noves perspectives sobre les àmfores ovoides tardorepublicanes. Les àmfores ovoides de producció lusitana. In CARRERAS MONFORT, C., AGUILERA MARTIN, A. (eds.). *Culip VIII i les àmfores Haltern 70*, CASC: Girona, p. 36-40.
- MORAIS, R. (2004) - Os almofarizes béticos em Bracara Augusta. In BERNAL, D.; LAGÓSTENA, L., eds. - *Figlinae Baeticae. Talleres alfareros y producciones cerámicas en la bética romana (ss. II a.C. - VII d.C.)*. Actas del Congreso Internacional (Cádiz, 12-14 de noviembre de 2003). Vol. II. Oxford: Archaeopress (BAR International Series; 1266), p. 567-70.
- MORAIS, R., (2005) - *Autarcia e comércio em Bracara Augusta: contributo para o estudo económico da cidade no período Alto-Imperial*. Escavações Arqueológicas 2. Universidade do Minho.
- MORAIS, R., (2007a) - A via atlântica e o contributo de Gádir nas campanhas romanas na fachada Noroeste da Península. *Humanitas* 59, p. 99-132.
- MORAIS, R., (2007b) - Contributo para o estudo da Economia na Lusitânia romana, *Saguntum*. 39, p. 129-136.
- MORAIS, R. (2008) - Novos dados sobre as ânforas vinárias béticas de tipo *Urceus*. *Spal. Revista de Prehistoria y arqueología*. 17: Universidade de Sevilha, p. 267-280.
- MORAIS, R., (2010a) – Ânforas. In ALARCÃO, J., CARVALHO, P. C., GONÇALVES, A. (coords.). *Castelo da Lousa-Intervenções Arqueológicas de 1997 a 2002*. *Studia Lusitana* 5. Mérida, p. 181-218.
- MORAIS, R., (2010b) - Cerâmica de paredes finas. In ALARCÃO, J., CARVALHO, P. C., GONÇALVES, A. (coords.), *Castelo da Lousa-Intervenções Arqueológicas de 1997 a 2002*. *Studia Lusitana* 5. Mérida, p. 153-172.
- MORAIS, R., (2010c) – Lucernas. In ALARCÃO, J., CARVALHO, P. C., GONÇALVES, A. (coords.), *Castelo da Lousa-Intervenções Arqueológicas de 1997 a 2002*. *Studia Lusitana* 5. Mérida, p. 173-180.
- MORAIS, R. (2013) – Um naufrágio bético, datado de época de Augusto, em Rio de Moinhos (Esposende, Norte de Portugal). In *O Irado mar Atlântico, O Naufrágio Bético Augustano de Esposende (Norte de Portugal)*. Braga, p. 309-333.
- MORAIS, R. (2017) – Las ánforas altoimperiales. In FERNÁNDEZ OCHOA, C.; MORILLO, A.; ZARZALEJOS, M. (Eds.). *Manual de cerâmica romana III. Cerámicas romanas de época altoimperial III: Cerámica común de mesa, cocina y almacenaje. Imitaciones hispanas de series romanas. Otras producciones*. Alcalá de Henares: Museo Arqueológico Regional. Madrid: Colegio Oficial de Doctores y Licenciados en Filosofía y Letras y en Ciencias, Sección de Arqueología, p. 311-380.
- MORAIS, R.; FABIÃO, C. (2007) - Novas produções de fabrico lusitano: problemáticas e importância económica. In *Actas del congreso Internacional CETARIAE. Salsas y salazones de pescado en Occidente durante la Antigüedad*. Universidade de Cádiz, Noviembre de 2005. B.A.R., International Series 1686, Oxford, p.127-133.
- MORAIS, R.; FERNÁNDEZ FERNÁNDEZ, A.; MAGALHÃES, F. (2012) - El sondeo nº 8 de “as Cavalariças”: un context Augústeo. In *SFECAG, Actes du Congrès Poitiers*, p. 499-520.
- MORAIS, R.; FILIPE, V. (2016) - Ovoide Lusitana (Lusitania Occidental). *Amphorae ex Hispania. Paisajes de producción y de consumo* (<http://amphorae.icac.cat/amphora/ovoid-lusitan-western-lusitania>). 20 julio, 2016. (Consulta 12-03-2017).
- MORAIS, R.; MORILLO CERDÁN, A.; DJAOUI, D.; PEREIRA, P. (2015) – Novos paradigmas de investigação: ânforas de fundo plano e cerâmicas comuns utilizadas no transporte de produtos. In *Cerámicas de Época Romana en el Norte de Hispania y en Aquitania. Producción, comercio y consumo entre el Duero y el Garona*. Ex Officina Hispana Cuadernos de la SECAH. Monográfico. Tomo I, p. 45-58.
- MOREIRA, Á. B. (2007) – *Museu Municipal Abade Pedrosa. Coleção Arqueológica*. Câmara Municipal de Santo Tirso.
- MOREIRA, Á. B. (2016) – *Museu Municipal Abade Pedrosa. Espólio Arqueológico*. Santo Tirso: Câmara Municipal de Santo Tirso.
- MOREIRA, J. B. (2002) - *Cidade romana de Ebburobrittium Óbidos*. Vila Nova de Famalicão: Mimésis (Coleção Ciência, Arqueologia).
- MOREL, J. P. (1981) – *Céramiques Campanienne. Les Formes*. 2 Vols. Rome. Ecole Française de Rome.
- MORELL CORTÉS N. (2010) – *La Metalurgia del plom Durant el període ibèric: treball i ús del plom entre els íbers del nord*. Tese de Doutoramento. Universitat Rovira i Virgili: Tarragona. Disponível em <http://hdl.handle.net/10803/8634>
- MORENO MEGÍAS, V. (2016) – *La influencia púnica en las mesas turdetanas: Cerámica de tipo Kuass en el Valle del Guadalquivir*. Unión de Editoriales Universitarias Españolas: Diputación de Sevilla.

- MORET, P. (1999) - Casas fuertes romanas en la Bética y la Lusitania. In GORGE, J.; RODRÍGUEZ MARTÍN, F. (edit.). *Économie et territoire au Lusitanie romaine*. Madrid : Casa Velázquez, p. 55-89.
- MORET, P. (2008) – *Recherches historiques et Archéologiques sur l’Ibérie Antique. Volume 2. Architecture, Urbanisme et organisation du territoire dans l’Ibérie de l’âge du fer à l’époque républicaine (VIIe-Ier Siècle avant J.C.)*. Université de Toulouse – Le Mirail.
- MORET, P. (2016) – Les tours isolées de l’Hispanie Romaine: Postes Militaires ou Murs Fortes? In FREDERIKSEN, R.; MÜTH, S.; SCNEIDER, P. I.; SCHNELLE, M. *Focus on Fortifications. New Research on Fortifications in the Ancient Mediterranean and the Near East*. Monographs of the Danish Institute at Athens. Volume 18: Oxbow Books, p. 456-468.
- MORET, P.; CHAPA, T. (Eds.) (2004) – *Torres, Atalayas y Casas Fortificadas. Explotación y control del territorio en Hispania (S. III a. de C. – S. I d.C.)*. Universidad de Jaén.
- MORET, P.; QUESADA SANZ, F. (Eds.) (2002) – *La guerra en el mundo ibérico y celtibérico (ss.VI-II a. de C.)*. Actas del Seminario celebrado en el Casa de Velázquez (Madrid, 1997). CCV. 78: Madrid.
- MORILLO CERDÁN, A. (1991) – Fortificaciones campamentales de época romana en España. *AEspA*. 64: Madrid, p. 135-160.
- MORILLO CERDÁN, A. (1993) – Campamentos romanos en España a través de los textos clásicos. *ETF. Série II. História Antigua*. 6, p. 379-398.
- MORILLO CERDÁN, A. (1993) – Una nueva producción de lucernas en la Península Iberica: el taller militar de *Herrera de Pisuerga* (Palencia, España). In *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*. Porto: S.P.A.E. Vol. 33 (1-2), p. 351-364.
- MORILLO CERDÁN, A. (1996) – Las lucernas del tipo de ‘cabeza de ave’ (Vogelkopflampen) en la Península Ibérica. In *Madrid Mitteilungen*. 37, p. 103-120.
- MORILLO CERDÁN, A. (1999) - *Lucernas romanas en la región septentrional de la Península Ibérica*. Monographies Instrumentum 8/2. Montagnac, M. Mergoïl.
- MORILLO CERDÁN, A. (Coord.) (2002) - *Arqueología Militar Romana en Hispania*. Anejos de Gladius 5. Madrid.
- MORILLO CERDÁN, A. (Eds.) (2006a) - *Arqueología Militar Romana en Hispania II: Producción y abastecimiento en el ámbito militar*. León.
- MORILLO CERDÁN, A. (2006b) – The Roman army in Spain. In MORILLO CERDÁN, A.; AURRECOECHEA, (Eds.). *The Roman army in Hispania. An Archaeological Guide*. University of Leon, p. 85-106.
- MORILLO CERDÁN, A. (2008a) – Criterios arqueológicos de identificación de los campamentos en Hispania In *Actes de la table ronde internationale (Madrid, novembre de 2007) La Guerre et ses traces dans la péninsule ibérique à l’époque de la conquête romaine*. SALDVIE. Estudios de prehistoria y arqueología. N.º 8. Universidad de Saragoça, p. 73-93.
- MORILLO CERDÁN, A. (2008b) - Producciones cerámicas militares en Hispania. In D. BERNAL CASASOLA, D.; RIBERA I LACOMBA, A. (Eds.). *Cerámicas hispanorromanas. Un estado de la cuestión*. XXVI Congreso Internacional de la Asociación Rei Cretariae Romanae Fautores: Cádiz. Servicio de Publicaciones de la Universidad, p. 275-296.
- MORILLO CERDÁN, A. (2014a) – Arqueología Militar romana en Hispania: balance de dos décadas de investigación. In MARTÍNEZ, E.; CANTERA, J. (Eds.). *Perspectivas y novedades de la Historia Militar. Una aproximación global*: Madrid, p. 25-58.
- MORILLO CERDÁN, A. (2014b) – Campamentos y fortificaciones tardorrepublicanas en Hispania. “Calibrando a Sertorio”. In SALA SELLÉS, F., MOROTALLA JÁVEGA, J. (eds). *Las Guerras Civiles Romanas en Hispania. Una Revisión Histórica desde la contestania*.: Universitat d’Alicante. MARQ, p. 35-49.
- MORILLO CERDÁN, A. (2015) - Lucernas romanas en Hispania: entre lo utilitario y lo simbólico. In FERNÁNDEZ OCHOA, C.; MORILLO, A.; ZARZAÇEJOS, M. (Edit.) *Manual de cerámica romana II – Cerámicas romanas de época alto imperial en Hispania*. Importación y producción: Madrid, p. 321-428.
- MORILLO CERDÁN, A. (2016) – Campamentos y fortificaciones tardorrepublicanas en Hispania. Una nueva línea de investigación en arqueología militar romana. In PERA, J.; VIDAL, J. (Edit.). *Fortificaciones y control del territorio en la Hispania Republicana*. Libros Pórtico, p. 1-51.
- MORILLO CERDÁN, A. (2019) – Arquitectura Militar Romana en Hispania. In SÁNCHEZ LÓPEZ, E. H.; BUSTAMANTE-ÁLVAREZ, M. (Edit.). *Arqueología Romana en la Península Ibérica*. Colección Manuales. Major: Universidade de Granada, p. 385-407.
- MORILLO CERDÁN, A.; ADROHER AUROUX, A. (2014) – Modelos de Arquitectura Militar e implantación territorial de los campamentos republicanos en Hispania. In MATALOTO, R.; MAYORAL HERRERA, V. & ROQUE, C. (Eds.). *La Gestación de los paisajes rurales entre la Protohistoria y el Período Romano*. Formas

- de Asentamiento y Procesos de Implantación (Reunión científica, Redondo-Alandroal, 24-25 Maio, 2012). Anejos de AEspA LXX, p. 227-251.
- MORILLO CERDÁN, A.; AURRECOECHEA, J. (Eds.) (2006) - *The Roman army in Hispania. An Archaeological Guide*. University of Leon.
- MORILLO CERDÁN, A.; CADIOU, F.; HOURCADE, D. (Eds.) (2003) – *Defensa y territorio en Hispania de los Escipiones a Augusto (espacios urbanos, rurales, municipales provinciales)*. León/Madrid.
- MORILLO CERDÁN, A.; GARCÍA MARCOS, V.; HEINRICH HERMANN, M. (2019) - Estructuras de madera en los contextos arqueológicos del campamento romano de León (España). In MORILLO CERDÁN, A.; HEINRICH HERMANN, M.; SALIDO DOMÍNGUEZ, J. (Eds.). *Ephemeral Archaeology Arqueología Efímera*. Terra Arqueos, Museos Arqueológicos de Gijón (Beitrag 11, Abb. 5.3), p. 39-50.
- MORILLO CERDÁN, A.; HANEL, N.; HERNÁNDEZ, E. (Eds.) (2009) – *Actas del XX Congreso Internacional de Estudios sobre la Frontera Romana*. León 2006. Anejos de Gladius. 13. 3 vols: Madrid.
- MORILLO CERDÁN, A.; RODRÍGUEZ MARTÍN, G. (2008) - Lucernas hispanorromanas. In BERNAL CASASOLA, D.; RIBERA I LACOMBA, A. (Eds.), *Cerámicas hispanorromanas. Un estado de la cuestión*. XXVI Congreso Internacional de la Asociación Rei Cretariae Romanae Fautores. Cádiz. Servicio de Publicaciones de la Universidad, p. 291-312.
- MORILLO CERDÁN, A.; RODRÍGUEZ MARTÍN, G.; MARTÍN, E.; DURAN CABELLO, R. (2011) – The roman republican battlefield at Pedrosillo (Casas de Reina, Badajoz, Spain). New Research (2007). *Conimbriga*. L. Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, p. 59-78
- MORILLO CERDÁN, A.; SALA-SELLÉS, F. (2019) –The Sertorian wars in the conquest of Hispania: From data to archaeological assessment. In FITZPATRICK, A. ; HASELGROVE, C. (Editores). *Julius Caesar's Battle for Gaul. New Archaeological Perspectives*. Oxbow Books: Oxbow & Philadelphia, p. 49-72.
- MORÍN DE PABLOS, J.; ALMEIDA, R. R.; AZCÁRRAGA CÁMARA, S.; BARROSO CABRERA, R.; MARTÍNEZ VELASCO, A. (2013) – *Pozo Sevilla (Campañas 2008-2010) Una casa-torre en la Mancha?* MARq Audema. Serie Época Romana/Antigüedad Tardía.
- MOTA, N.; PIMENTA, J.; SILVA, R. B. da (2014) – Acerca da ocupação romana republicana de Olisipo: os dados da intervenção da Rua do Recolhimento n.º 68-70. In FABIÃO, C. e PIMENTA, J. eds. *Atas do Congresso "Conquista e Romanização do Vale do Tejo"*. CIRA Arqueologia. 3: Vila Franca de Xira, p. 149-177.
- MUCCIOLI, G. (2014) - I Kalathoi Iberici nell'Éstremo Occidente. In *Rei Cretariae Romanae Fautorum Acta* 43, p. 721-728.
- MUCCIOLI, G. (2015) - *L'insieme di monete di Monte Molião: o conjunto numismático de Monte Molião*. Tese de Mestrado em Arqueologia apresentado à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Disponível em <http://hdl.handle.net/10451/20371>
- MUÑIZ COELLO, J. (1978) – Sobre el abastecimiento al Ejército romano durante la conquista de la Hispania. *Habis*. 9, p. 243-254.
- MURILLO REDONDO, J. F.; JIMÉNEZ SALVADOR, J. L. (2002) – Nuevas evidencias sobre la fundación de Corduba y su primera imagen urbana. In *Valencia y las primeras ciudades Romanas de Hispania*. Grandes temas Arqueológicos. N.º 3. Ajuntament de Valencia, p. 183-193.
- NABAIS, A. J. (1994) – O estuário do Tejo: as duas margens do mesmo rio. In *Lisboa Subterrânea*. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia, p. 100-104.
- ÑACO del HOYO, T.; PRINCIPAL, J. (2020) - Logística militar y espacios de integración en el NE de Hispania Citerior, de Numancia a Sertorio. In REVILLA, V., AGUILERA, A., PONS, LL. Y GARCÍA M. (Eds.). *Ex Baetica Romam. Homenaje al Prof. Dr. J. Remesal Rodríguez*. Barcelona: Universitat de Barcelona, p. 287-313.
- NABBEFELD, A. (2008) – *Römische Schilde. Studien zu Funden und bildlichen Überlieferungen vom Ende der republik bis in die späte Kaiserzeit*. Ksarp. 10: Rahden.
- NETO, N.; REBELO, P.; CARDOSO, J. L. (2017) – O sítio Neo-calcolítico da Travessa das Dores (Ajuda-Lisboa). I Encontro de Arqueologia de Lisboa. Uma cidade em escavação. (Teatro Aberto, 26, 27 e 28 de Novembro de 2015). Câmara Municipal de Lisboa: Centro de Arqueologia de Lisboa – CAL, p. 24-37.
- NIVEAU DE VILLEDARY Y MARIÑAS, A. M. (2003) - *Las Cerámicas Gaditanas "Tipo Kuass"*. Bases para el análisis de la Bahía de Cádiz en época púnica. Cádiz: Universidad.
- NIVEAU DE VILLEDARY Y MARIÑAS, A. M. (2004) - La producción de barniz púnico-gaditano en el s. II a.C. Nuevos datos aportados por el conjunto alfarero de Pery Junquera (San Fernando, Cádiz). In BERNAL CASASOLA, D. E LAGÓSTENA BARRIOS, L. (eds.). *Actas del Congreso Internacional Figlinae Baeticae. Talleres alfareros y producciones cerámicas en la Bética Romana (ss. II a.C. - VII d.C.)*: Oxford, p. 677-690.
- NIVEAU DE VILLEDARY Y MARIÑAS, A. M. (2014) - El éxito de la vajilla helenística "tipo Kuass". Resultado de la adopción de una moda estética o reflejo de transformaciones culinarias y comensales?. In GARCÍA FER-

- NÁNDEZ, F. J.; GARCÍA VARGAS, E. (eds). *Comer a la moda. Imitaciones de vajilla de mesa en Turdetania y la Bética Occidental durante la Antigüedad* (s. VI a.C. – VI d.C.). Barcelona: Universitat, p. 119-174.
- NIVEAU DE VILLEDARY Y MARIÑAS, A. M.; SÁEZ ROMERO A. M. (2016) - The red slip fine wares of Punic and early Roman Gadir/Gades (4th-1st centuries BC): an updated assessment of the so-called «Kuass ware». In YAPP, S.; KOGLER, P. (eds). *Proceedings of the 1st Conference of the International Association for Research on Pottery of the Hellenistic Period. Traditions and innovations. Tracking the Development of Pottery from the Late Classical to the Early Imperial Periods*. (Berlin, 7-10 November 2013): Wien, p. 55- 68.
- NOLLA, J. M. (2000) - Las termas republicanas en Hispania. *Termas romanas en el Occidente del Imperio*: Gijón, p. 47-58.
- NOLEN, J. S. (1985) - *Cerâmica comum de necrópoles do Alto Alentejo*. Lisboa: Fundação da Casa de Bragança.
- NOLEN, J. S. (1988) - A villa romana do Alto do Cidreira (Cascais) - Os materiais. *Conimbriga*. 27. Coimbra: Instituto de Arqueologia, p. 61-140
- NOLEN, J. S. (1994) - *Cerâmica e vidros de Torre de Ares, Balsa*. Lisboa: Instituto Português de Museus: Museu Nacional de Arqueologia.
- NORTON, J. (2013) – Para a história do Monte dos Castelinhos. In *Catálogo Exposição Monte dos Castelinhos (Castanheira do Ribatejo) Vila Franca de Xira e a conquista romana no Vale do Tejo*. Museu Nacional de Arqueologia e Museu Municipal de Vila Franca de Xira, p. 9-10.
- NOVILLO LÓPEZ, M. A. (2010) - La propretura cesariana en la Hispania Ulterior: “La II guerra lusitana””. *Gerion*. 28/1, p. 207-221.
- NOVILLO LÓPEZ, M. A. (2018) - *Julio Cesar en Hispania*. La Esfera de los Libros.
- NUNES, F. M. M. (2016) – *Lucernas romanas importadas no norte de Portugal. Contributo para o seu estudo*. Dissertação de Mestrado em arqueologia. Apresentado à Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Orientada pelo Professor Rui Morais. Disponível em <https://hdl.handle.net/10216/87595>
- NUNES, G. S (2003) – Do colecionismo à programação Museológica. Percurso do Museu Municipal de Vila Franca de Xira. In *Catálogo da Exposição Vila Franca de Xira, Tempos do Rio, Ecos da Terra*. Museu Municipal Núcleo Sede. Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, p. 13-29.
- NUNES, J. C. (1959) – Fíbulas do tipo Nauheim no castro da Lomba do Canho, em Arganil. *Revista de Guimarães*. Guimarães: Sociedade Martins Sarmento. 69: 3-4, p. 397-416.
- NUNES, J.C.; FABIÃO, C.; GUERRA, A. (1988) – *O Acampamento Militar Romano da Lomba do Canho (Arganil)*. Museu Regional de Arqueologia Arganil. Arganil.
- NUNES, J. C.; FABIÃO, C.; GUERRA, A. (1990) – As Lucernas do acampamento militar romano da Lomba do Canho (Arganil). *Conimbriga*. XXIX : Coimbra. Instituto de Arqueologia da Universidade de Coimbra, p. 69-90.
- OCHARÁN LARRONDO, J. A.; UNZUETA PORTILLA, M. (2002) - Andagoste (Cuartango,Álava): un nuevo escenario de las guerras de conquista en el Norte de Hispania. In: MORILLO, Á. (Edi.). *Arqueología militar romana en Hispania*. (Anejos de Gladius, 5). Madrid, p. 311-325.
- OCHARAN LARRONDO, J. A. (2017) - Combate a muerte en Andagoste (Alava). Un enfrentamiento romanoindígena hacia el año 38 a. C.. *Desperta Ferro. Antigua y Medieval*. 44, p. 62-64.
- ODRIOZOLA, C. P.; SOUSA, A. C.; MATALOTO, R.; BOAVENTURA, R.; ANDRADE, M.; VILLALOBOS GARCÍA, R.; GARRIDO-CORDERO, J. A.; RODRÍGUEZ, E.; MARTÍNES-BLANES, J. M.; ÁNGEL AVILÉS, M.; DAURA, J. SANZ, M.; ANTONIO RIQUELME, J. (2017) – Amber, beads and social interaction in the Late Prehistory of the Iberian Peninsula: na update. *Archaeological Anthropological Science*. <https://doi.org/10.1007/s12520-017-0549-7>
- OLAIO, A. (2018) - O povoado da Quinta do Almaraz (Almada, Portugal) no âmbito da ocupação no Baixo Tejo durante o 1º milénio a.n.e.: os dados do conjunto anfórico. *Spal. Revista de Prehistória y arqueología*. 27.2: Universidade de Sevilha, p. 125-163.
- OLAIO, A.; ANGEJA, P.; SOARES, R.; HENRIQUES, F. R. (2019) – A ocupação da Idade do Ferro de Cacilhas (Almada, Portugal). *Revista Onoba*. N.º 7, p. 133-159.
- OLAIO, A.; HENRIQUES, F. R.; ANTÓNIO, T. (2020) – Singularidades de uma matriz comum: Arquitectura e urbanismo orientalizante na quinta do Almaraz (Almada, Portugal). IX Congresso Internacional de Estudios Fenicios y Púnicos. MYTRA. 5, p. 1795-1803.
- OLCESE, G. (2003) - *Ceramiche comuni a Roma e in area romana. Produzione circolazione e tecnologia. Tarda età repubblicana-prima età imperiale*. Mantova: Società Archeologica.
- OLCESE, G. (2012) - *Atlante dei siti di produzione ceramica (Toscana, Lazio, Campania e Sicilia) con le tabelle dei principali RELITTI del Mediterraneo occidentale con carichi dall'Italia centro meridionale IV secolo a.C. – I secolo d.C.* (Immensa Aequeora 2): Roma. Quasar.

- OLCINA DOMÉNECH, M.; GUILABERT MAS, A.; TENDERO PORRAS, E. (2010) - Lectura púnica del Tossal de Ma-nises (Alicante). *Los púnicos en Iberia. Proyectos, revisiones, síntesis*. Mainake. 32 (1), p. 229-249.
- OLEIRO, J. M. B. (1960–1961) - Achados arqueológicos no Porto do Sabugueiro (Muge, Ribatejo). *Conimbriga*. Coimbra: Instituto de Arqueologia da Universidade de Coimbra 2–3, p. 48–51.
- OLIVEIRA, A. C.; SILVA, A. R.; ESTÊVÃO, F.; DEUS, M. M. (2000) – *Carta Arqueológica do Município de Loures*. Loures: Câmara Municipal de Loures.
- ORTON, C.; TYERS, P.; VINCE, A. (1997) – *La cerámica en Arqueología*. Crítica Arqueología. Barcelona.
- OXÉ, A.; COMFORT, H.; KENRICK, Ph. (2000) - *Corpus Vasorum Aretinorum*: Bonn.
- PAIVA, M. (1993) - *Ânforas romanas de castros da fachada atlântica do Norte de Portugal*. Dissertação de Mestrado em Arqueologia apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Porto. Policopiado.
- PABLO MARTÍNEZ, R. de P. (2012) – El Pugio: Nuevos datos para el estudio de su origen. *GLADIUS*. Estudios sobre armas antiguas, arte militar y vida cultural en oriente y occidente. XXXII, p. 49-68.
- PAÇO, A.; BARBOSA, F.; SOUSA, J. do N.; BARBOSA, F. B. (1959) – Notas Arqueológicas da Região de Alcober-tas (Rio Maior). In 1.º Congresso Nacional de Arqueologia. *Actas e Memórias*: Lisboa, p. 281-292.
- PAÇO, A.; BARBOSA, F.; BARBOSA, F. B. (1962) – Foicinha de bronze do Castelo de São Martinho (Rio Maior). In *Congresso Luso-Espanhol para o Progresso das Ciências*. 26.º. Secção VII. *História e Arqueologia*: Porto, p. 295-300.
- PADRÓS, C.; PUJOL, À.; SALA, R. (2015) – Puig Ciutat (Oristà, Barcelona): un *praesidium* pompeïà als peus dels Pirineus? *Revista d'Arqueologia de Ponent*. N.º 25: Universitat de Lleida, p. 279-292.
- PADRÓS GÓMEZ, C. (2016) – *La implantació militar romana a Catalunya: caracterització d'espais militars al NE de la Citerior en època tardorepublicana (ss. II – I a.n.e)*. Tesi Doctoral: Universitat Rovira i Virgili. Disponível em <http://hdl.handle.net/10803/401577>
- PALAZZO, P. (2013) - *Le anfore di Apani (Brindisi)*: Roma.
- PALMA, M. F. (2009) – *Arqueologia urbana na Biblioteca Municipal de Mértola (Portugal) – Contributos para a história local*. Universidade de Huelva Departamento de Historia. Trabajo de Investigación Fin de Máster 2008/2009.
- PALMA, M. F.; RAFAEL, L. (2012) – Vidros, ossos e metais da intervenção arqueológica na Biblioteca Municipal de Mértola (Portugal). *Actas V Encontro de Arqueologia do Sudoeste Peninsular*, p. 477-496.
- PANELLA, C. (2010) - Roma, il suburbio e l'Italia in età medio- e tardo-repubblicana: cultura materiale, territori, economie. *Facta. A journal of roman material culture studies*. 4, p. 11–123.
- PARIENTE DE LEÓN, E. N.; QUESADA SANZ, F. (2000) – Una sepultura com armas de baixa época Ibérica(o época Romana Republicana) en la Necrópolis del «Cerro de las Balas» (Écija, Sevilla). *Gladius*. Estudios sobre armas antiguas, arte militar y vida cultural en oriente y occidente. XX, p. 191-220.
- PARKER, A. J. (1992) - *Ancient Shipwrecks of the Mediterranean & the Roman Provinces*. B.A.R. Internacional Series. Oxford.
- PARREIRA, J. (2009) - *As ânforas romanas de Mesas do Castelinho*. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Disponível em <http://hdl.handle.net/10451/446>
- PARREIRA, J.; MACEDO, M. (2013) – O fundeadouro romano da Praça D. Luís I. In *Arqueologia em Portugal 150 Anos*, Associação dos Arqueólogos Portugueses, p. 747- 754.
- PARREIRA, J.; MACEDO, M. (2016) – Lusitanian Amphorae and Transport Coarse from the Roman Anchorage of Praça D. Luís I (Portugal). In PINTO, I. V.; ALMEIDA, R.; MARTIN, A. (Eds.) – *Lusitanian Amphorae: Production and Distribution*. Exeter: Archaeopress (col. *Roman and Late Antique Mediterranean Pottery*, n.º 10), p.167 -171.
- PARREIRA, R. (1990) - Inventário do património arqueológico e construído de Vila Franca de Xira. Notícia da parcela 390-2. *Boletim Cultural*. N.º 4. Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, p.77-91.
- PASSELAC, M. (1993) - Dictionnaire des céramiques antiques en Méditerranée nord-occidentale. *Lattara*. Lattes. 6.
- PASSELAC, M. (2002) – 8. Le mobilier céramic de La Loba. Vaisselle de table et de cuisine, lampes eta utres objets de terre cuite. In BLÁZQUEZ MARTÍNEZ, J. M.; DOMERGUE, C. SILLIÈRES, P. (Direção). *La Loba (Fuenteobojuna, Cordoue, Espagne)*. *La Mine et Le Village Minier Antiques*. InstitutAusonius. Mémoires. Bordeaux, p. 231-288.
- PAVOLINI, C. (1981) – La lucerne nell'Italia romana. In GIARDINA, A. e SCHIAVONE, A. (eds.) – *Società romana e produzione schiavistica II. Merci, mercati e scambi nel Mediterraneo*. Bari, p. 139-184.
- PAVOLINI, C. (1987) – Le Lucerne romane fra il III sec. a. C. e il III sec. d. C. In *Céramiques hellénistiques et romaines*. Tome II. Besançon : Université de Franche-Comté, 1987. p. 139-166.

- PAVOLINI, C. (1994) – Lucerne italiane tardo-repubblicane. In *Ancien and Tradicional Ceramics*. British Library Conference Proceedings, p. 77-88.
- PAVOLINI, C. (2000) – *Scavi di Ostia. La ceramica comune. Le forme in argilla depurata dell'Antiquarium*. Roma, Istituto poligrafico e Zecca dello Stato.
- PEACOCK, D. P.; WILLIAMS, D. F. (1987) – *Amphorae and the Roman Economy. An introductory guide*. London: Longman Publications.
- PEACOCK, D. P. S. (1977) – Pompeian red ware. In *Pottery and early commerce characterization and trade in Roman and later ceramics*, p. 147-162.
- PEDRONI, L. (2000) – Produzione e diffusione della cerâmica calena “media”: problemi e ipotesi di lavoro. In *la ceramica de vernís negre dels s. II i I a.C.: centres productors mediterranis i comercialització a la Península Ibérica*: Mataró, p. 345-362.
- PEDRONI, L. (2001) – *Ceramica calena a vernice nera, produzione e diffusione*. Petrucci Editore.
- PEINADO ESPINOSA, M. V. (2010) – *Cerámicas comunes romanas en el Alto Guadalquivir: El alfar de Los Villares de Andújar*. Tesis Doctoral. Universidad de Granada. Disponível em <http://hdl.handle.net/10481/5573>
- PEINADO ESPINOSA, M. V. (2011) – *Mortaria Baeticae*. La producción de morteros en la Bética durante el Alto Imperio. *Cuadernos de Prehistoria y Arqueología de la Universidad de Granada*. 21, p. 283-301.
- PEINADO ESPINOSA, M. V. (2017) – Cerámicas comunes romanas producidas en la Bética. In FERNÁNDEZ OCHOA, C.; MORILLO, A.; ZARZALEJOS, M. (Eds.). *Manual de cerâmica romana III. Cerámicas romanas de época altoimperial III: Cerámica comum de mesa, cocina y almacenaje. Imitaciones hispanas de series romanas. Otras producciones*. Alcalá de Henares: Museo Arqueológico Regional. Madrid: Colegio Oficial de Doctores y Licenciados en Filosofía y Letras y en Ciencias, Sección de Arqueología, p. 97-141.
- PEÑA SANTOS, A. de la (1986) – *Yacimiento galaicorromano de Santa Trega (A Guarda, Pontevedra)*. Campaña de 1983, *Arqueoloxía / Memorias* 5, Santiago de Compostela.
- PERA ISERN, J.; RODRIGO REQUENA, E.; ROMANÍ SALA, N.; CARRERAS MONFORT, C. (2019) – Puig Castellar de Biosca (Lleida). Una fortificación romana del siglo II a.C. en el noreste de la Hispania Citerior. *Gladius*. Estudios sobre armas antiguas, arte militar y vida cultural en oriente y occidente. 39, p. 19-43.
- PERA ISERN, J.; CARRERAS MONFORT, C.; ROMANÍ SALA, N.; RODRIGO, E.; PADRÓS, N.; SOLÀ, G. (2016) – El proceso de implantación territorial en el NE de la Provincia Citerior en el siglo II a.C. Análisis de três modelos de ocupación: Ilturo, Can Tacó y Puig Castellar de Biosca. In PERA, J. VIDAL, J. (Edit.) *Fortificaciones y control del território en la Hispania Republican*: Livros Pórtico, p. 167-205.
- PEREA YÉBENES, S. (2017) – *Triumphathores ex Hispania (36-26 a.C.) según los Fasti Triumphales*. *Gerión. Revista de Historia Antigua*. Vol. 35. N.º Esp., p. 121-149.
- PEREIRA, A. R. (2003) – Geografia física e Ambiente – Diversidade do meio físico e recursos naturais. *Atlas da Área Metropolitana de Lisboa*. Lisboa, p. 47-65.
- PEREIRA, C. (2008) – *As Lucernas romanas de Scallabis*. Dissertação de Mestrado em pré-história e Arqueologia apresentado á Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Policopiado.
- PEREIRA, C. (2014) – *Roman lamps of Scallabis (Santarém, Portugal)*. B.A.R. International Series. 2627: Oxford.
- PEREIRA, C. (2018) – *As Necrópoles romanas do Algarve. Acerca dos espaços da morte no extremo Sul da Lusitânia*. Museu Nacional de Arqueologia: Imprensa Nacional. Suplemento 9. O Arqueólogo Português.
- PEREIRA, C. (2021) – Roman lamps in the far Western Mediterranean as evidence of cultural adoptions: between originality and (re)productions. *Revista Dissonanze*. Universidade de Cagliari, p. 1-24.
- PEREIRA, C.; ARRUDA, A. M. (2016) – As lucernas romanas do Monte Molião (Lagos, Portugal). *Roman Lamps from Monte Molião, (Lagos, Portugal)*. SPAL. *Revista de Prehistoria y arqueología*. 25. Universidade de Sevilha, p. 149-181.
- PEREIRA, C.; ARRUDA, A. M.; SOUSA, E. (2019) – Os artefactos metálicos da Idade do Ferro do Monte Molião (Lagos, Portugal). *Lucentvm*. XXXVIII, p. 77-88. <http://dx.doi.org/10.14198/LVCENTVM2019.38.03>
- PEREIRA, C.; DIAS, I. (2020) – Acciones y Reacciones: testemunhos de los conflitos civiles romanos na Extremadura. El caso de Cáceres Viejo (Casas de Millán, Cáceres, Espanha). *Archivo Español de Arqueología*. 93, p. 103-126.
- PEREIRA, C.; PIMENTA, J.; MENDES, H. (2021) – As lucernas romanas alto-imperiais de Monte dos Castelhinhos (Vila Franca de Xira, Portugal). *Oppidum*. N.º 17. Cuadernos de Investigación / IE Universidad: Unidad de Arqueología Segovia, p. 117-148.
- PEREIRA, F. A. (1914) – Estação arqueológica do Outeiro da Assenta (Óbidos). *O Arqueólogo Português*. 1.ª Série: Lisboa. 19, p. 135-146.

- PEREIRA, F. A. (1915) – Estação arqueológica do Outeiro da Assenta (Óbidos). *O Arqueólogo Português*. 1.ª Série: Lisboa. 20, p. 107-155.
- PEREIRA, I. (1999) - Circulação monetária em Mirobriga. In DE BALVÍN BEHRMANN, R.; BUENO RAMÍREZ, P. (Ed.) *Actas del II Congreso de Arqueología Península r*. Tomo IV – Arqueología Romana y Medieval. Zamora, del 24 al 27 de septiembre de 1996. Alcalá de Henares: Universidad de Alcalá. p. 289 – 305.
- PEREIRA, I.; SILVA, C. T. (2007) - *Moedas romanas do Museu Municipal do Santiago do Cacém*. Santiago do Cacém. Câmara Municipal de Santiago do Cacém.
- PEREIRA, I.; BOST, J. P.; HIERNARD, J. C. (1974) - *Fouilles de Conimbriga. III. Les Monnaies*. Paris: Ed. Boccard.
- PEREIRA, M. A. H. (1969) – 6 machados do Castelo da Ota e 1 lâmina de punhal de S. João de Abrantes ou as Culturas do Cobre e do Bronze na bacia do Tejo. *Actas das I Jornadas Arqueológicas*. Lisboa. p. 239-270.
- PEREIRA, M. A. H. (1970a) – Hipólito Cabaço. *Arqueologia e História*. 9.ª Série. Volume 2, p. 7 a 27.
- PEREIRA, M. A. H. (1970b) - O *Dolium* Cinerário, com Skypos vidrado a verde, da necrópole de Paredes (Alenquer). *Conimbriga*. IX: Coimbra. Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, p. 45-74.
- PEREIRA, M. A. H. (1975) – Objectos Egípcios do Porto do Sabugueiro (Muge). *Conimbriga*. XIV: Coimbra. Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, p. 173-176
- PEREIRA, M. (2016/2017) – Os cossoiros de Porto de Sabugueiro (Muge, Salvaterra de Magos). *Cira – Arqueologia*. Vila Franca de Xira. N.º 5, p. 55-75.
- PEREIRA, M. L. (1990) – Instrumentos cirúrgicos de Balsa (Quinta da Torre d’Ares). *Conimbriga*. N.º XXIX. Coimbra: Instituto de Arqueologia da Universidade de Coimbra, p.101-127.
- PEREIRA, T. R. (2008) – Os Artefactos metálicos do Castelo de Castro Marim na Idade do ferro e em época romana. *Metalurgia em transição: a amostra numa análise de conjunto*. Tese de Mestrado. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Disponível em <http://hdl.handle.net/10451/393>
- PEREIRA, T. R. (2013a) – Agrafo de arreio/ cingulum. In *Catálogo Exposição Monte dosCastelinhos (Castanheira do Ribatejo) Vila Franca de Xira e a conquista romana no Vale do Tejo*. Museu Nacional de Arqueologia e Museu Municipal de Vila Franca de Xira, p. 59-60.
- PEREIRA, T. R. (2013b) – Por um fio: tipologia e função do conjunto de cossoiros de Cabeça de Vaiamonte (Monforte, Portugal). In ARNAUD, J.M.; MARTINS, A.; NEVES, C. (coord.). *Arqueologia em Portugal*. 150 anos. *Actas do I Congresso da Associação dos Arqueólogos Portugueses*: Lisboa, p. 681-691.
- PEREIRA, T. R. (2013c) – As armas na romanização: o exemplo de Cabeça de Vaiamonte (Monforte/ Portugal). In JIMÉNEZ ÁVILA, J.; BUSTAMANTE ÁLVAREZ, M.; GARCÍA CABEZAS, M. (Eds.) - *Actas do VI Encontro de Arqueologia do Sudoeste Peninsular: Ayuntamiento de Villafranca de los Barros*, p. 1327-1360.
- PEREIRA, T. R. (2014) – Entre Sertório e César: As marcas do exército no sítio arqueológico de Cabeça de Vaiamonte (Monforte/Portugal). In FABIÃO, C. e PIMENTA, J. (Eds.) *Atas do Congresso “Conquista e Romanização do Vale do Tejo”*. CIRA Arqueologia. 3: Vila Franca de Xira, p. 322-342.
- PEREIRA, T. R. (2018) - *O papel do exército no processo de romanização: a Cabeça de Vaiamonte (Monforte) como estudo de caso*. Dissertação para a obtenção do grau de Doutor em Historia, especialidade em Arqueologia. Orientada pelo Professor Doutor Carlos Fabião. Apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Disponível em <http://hdl.handle.net/10451/37914>
- PEREIRA, T. R. (2021) – As Representações de Animais na Baixela Metálica Tardo-Republicana. In *Al-madan*. Online. II Série. N.º 24. Tomo 2. Junho de 2021, p. 19-32.
- PEREIRA, T.; ALVES, C.; SOUSA, E. (2014) – Metallic artifacts from the outside area of Monte Molião (Lagos, Portugal). XVIII CIAC: *Centro y periferia en el mundo clásico / Centre and periphery in the ancient world*. S. 14. Iberia y las Hispania: Mérida, p. 1751-1755.
- PEREIRA SIESO, J. (1982) - Toneles cerámicos procedentes del yacimiento de Pantoja. *Toletum: Boletín de la Real Academia de Bellas Artes y Ciencias Históricas de Toledo*. 13, p. 301-311.
- PEREIRO, T.; PIMENTA, J. (2021) – *Relatório Final dos Trabalhos Arqueológicos. Prospeção Geofísica no sítio de Monte dos Castelinhos CNS 3923 – Vila Franca de Xira*. Era Arqueologia.
- PERNET, L.; POUX, M.; TEEGEN, W.R. (2007) – Militaria gaulois et romains sur l’oppidum de Bibracte, Mont Beuvray (Nièvre). POUX, M. (Dir.). *Militaria tardo-républicains en contexte gaulois*. Actes de la table ronde du 17 octobre 2002 (Glux-en-Glenne – F. 58). Glux-en-Glenne: BIBRACTE, Centre archéologique européen. (Bibracte; 14), p. 1-40.
- PERESTRELO, M. S. G. (2005) – O Castelo dos Mouros de Cidadelhe e a Idade do Ferro no médio Côa. In *Lusitanos e Romanos no Nordeste da Lusitânia: Actas das II Jornadas de Património da Beira Interior*. Guarda: ARA/CEI, p. 67-94.

- PERESTRELO, M. S. (2008) – Cidadelhe e a proto-história e a romanização do Médio Côa. In *03 Proto-História e romanização guerreiros e colonizadores. Actas III Congresso de arqueologia trás-os montes, alto Douro e Beira Interior*. Pinhel 17 de Maio de 2006: Porto, p. 56-71.
- PÉREZ GONZÁLEZ, C.; ILLARREGUI, E. (Coord.) (2004) – *Actas de la Reunión Científica “Arqueología Militar Romana en Europa”*. Segovia 2001. Salamanca.
- PESAVENTO MATTIOLI, S. (2014) - Le produzioni di anfore vinarie nei territori adriatici: questioni di método. *Officine per la produzione di ceramica e vetro in época romana. Produzione e commercio nella regione adriática. Atti del II colloquio archeologico internazionale, Crikvenica (Croazia, 28-29 ottobre 2011)* (Lipovac Vrkljan, G., Šiljeg, B., Ozanić Roguljić, I. y Konestra, A. (eds.), Crikvenica, p. 191-198.
- PINHEIRO, H.; SANTOS, R.; REBELO, P. (2017) – Contextos romanos identificados na frente ribeirinha de Lisboa. In ARNAUD, J.; MARTINS, A. (Coord.). *Arqueologia em Portugal 2017 – Estado da Questão*. Associação dos Arqueólogos Portugueses: Lisboa, p. 1293-1298.
- PIMENTA, F. C. (1982-1983) – Subsídios para o estudo do material anfórico conservado no Museu Regional de Sintra. *Sintria*. I-II, p. 117-150.
- PIMENTA, J. (2003) - Contribuição para o estudo das ânforas do Castelo de São Jorge (Lisboa). *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 6:2, p. 341-362.
- PIMENTA, J. (2005) - *As ânforas Romanas do Castelo de São Jorge (Lisboa)*. Instituto Português de Arqueologia. Lisboa. *Trabalhos de Arqueologia*. 41.
- PIMENTA, J. (2007) – A Importação de ânforas de preparados piscícolas em Olisipo (Séculos II-I a.C.). In *Actas do Congresso Internacional de arqueologia, CETARIAE. Salsas y salazones de pescado en Occidente durante la Antigüedad*. Entre 7 e 9 de Novembro de 2005 na Faculdade de Filosofia e Letras da Universidade de Cádiz, p. 221-233.
- PIMENTA, J. (Coord.) (2012a) – *Atas Mesa Redonda de Olisipo a Ierabriga*. Revista CIRA Arqueologia. N.º 1. Museu Municipal de Vila Franca de Xira.
- PIMENTA, J. (2012b) – *Jornal da Exposição - Vila Franca de Xira há três mil anos. O Povoado de Cabanas de Santa Sofia*. Museu Municipal Vila Franca de Xira.
- PIMENTA, J. (Coord.) (2013a) – *Catálogo Exposição Monte dos Castelinhos (Castanheira do Ribatejo) Vila Franca de Xira e a conquista romana no Vale do Tejo*. Museu Nacional de Arqueologia e Museu Municipal de Vila Franca de Xira.
- PIMENTA, J. (2013b) – A Arquitetura do Monte dos Castelinhos. In *Catálogo Exposição Monte dos Castelinhos (Castanheira do Ribatejo) Vila Franca de Xira e a conquista romana no Vale do Tejo*. Museu Nacional de Arqueologia e Museu Municipal de Vila Franca de Xira, p. 31-42.
- PIMENTA, J. (2013c) – O escudo romano de Monte dos Castelinhos. In *Catálogo Exposição Monte dos Castelinhos (Castanheira do Ribatejo) Vila Franca de Xira e a conquista romana no Vale do Tejo*. Museu Nacional de Arqueologia e Museu Municipal de Vila Franca de Xira, p. 43-46.
- PIMENTA, J. (2014) – Os Contextos da conquista: Olisipo e Decimo Júnio Bruto. In FABIÃO, C. e PIMENTA, J. eds. *Atas do Congresso “Conquista e Romanização do Vale do Tejo”*. CIRA Arqueologia. 3: Vila Franca de Xira, p. 44-60.
- PIMENTA, J. (Coord.) (2015a) – *O Sítio Arqueológico de Monte dos Castelinhos – Vila Franca de Xira- em busca de Ierabriga*. Museu Municipal de Vila Franca de Xira.
- PIMENTA, J. (2015b) – Monte dos Castelinhos e a conquista romana na Ulterior. In *Catálogo da Exposição “O Sítio Arqueológico de Monte dos Castelinhos – Vila Franca de Xira- em busca de Ierabriga.”* Museu Municipal de Vila Franca de Xira, p. 113-118.
- PIMENTA, J. (2015c) – Monte dos Castelinhos no quadro da província Romana da Lusitânia. In *Catálogo da Exposição “O Sítio Arqueológico de Monte dos Castelinhos – Vila Franca de Xira- em busca de Ierabriga.”* Museu Municipal de Vila Franca de Xira, p. 119-122.
- PIMENTA, J. (2017) - Em torno dos mais antigos modelos de ânfora de produção lusitana. Os dados do monte dos castelinhos – Vila Franca de Xira. In FABIÃO, C., RAPOSO, J., GUERRA, A. Y SILVA, F. (Eds). *Actas Seminário Internacional e Ateliê de Arqueologia Experimental. A Olaria Romana (Seixal 17-20 de Fevereiro de 2010)*. Lisboa: UNIARQ – Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa / Câmara Municipal do Seixal, p. 195-205.
- PIMENTA, J. (2019) – Os primórdios da implementação romana em Olisipo. In CACHÃO, M.; FREIRAS, M. da C.; GUERRA, A. (Coord.). *Lisboa Romana/Felicitas Iulia Olisipo. O território e a memória*. Caleidoscópio, p. 112-123.
- PIMENTA, J. (2020) – Antes do teatro. A cidade de Olisipo no período romano republicano. *Scaena*. Lisboa: Museu de Lisboa. Teatro Romano, p. 45-61.

- PIMENTA, J. (no prelo) – As ânforas da *Ulterior/Bética* do sítio de Monte dos Castelinhos (Vila Franca de Xira) – Portugal. *Congresso Internacional de Arqueologia Ex Baetica Amphorae II*. Universidade de Sevilha.
- PIMENTA, J. (no prelo) – As Ânforas de Chibanes. In Monografia da ocupação romano republicana de Chibanes, Palmela. Setúbal Arqueológica.
- PIMENTA, J.; ARRUDA, A. (2014) – Novos dados para o estudo dos Chões de Alpompé – Santarém. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. N.º 21, p. 375-392.
- PIMENTA, J.; BAPTISTA, J.; MOTA, N. (2021) – O conjunto de ânforas da escavação do edifício romano republicano, do Beco do Forno do Castelo, Lote 40 (n.º 16-20) – Lisboa. *Actas II Encontro de Arqueologia de Lisboa*. CAL, p. 36-93.
- PIMENTA, J.; CALADO, M.; LEITÃO, M. (2005) – Novos dados sobre a ocupação pré-romana da cidade de Lisboa. As ânforas da sondagem n.º 2 da Rua de São João da Praça. *Revista Portuguesa de Arqueologia*, Lisboa, Vol. 8, Número 2.
- PIMENTA, J.; CALADO, M.; LEITÃO, M. (2013) - Novos dados sobre a ocupação pré-romana da cidade de Lisboa. A intervenção da Rua de São João da Praça”. In ARRUDA, A. (Ed.). *Fenícios e Púnicos, por Terra e Mar*. Volume 2. *Actas do VI th. Congress of Phoenician and Punic Studies*. Lisboa 26 de Setembro a 1 de Outubro de 2005. Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, p. 724-735.
- PIMENTA, J.; DOMINGOS, J. B. (2015) – O povoamento romano em torno do Monte dos Castelinhos. In *Catálogo da Exposição “O Sítio Arqueológico de Monte dos Castelinhos – Vila Franca de Xira- em busca de Ierabriga.”* Museu Municipal de Vila Franca de Xira, p. 125-134.
- PIMENTA, J.; FERREIRA, M.; CABRITA, C. (2016) - The Roman Kilns at Estrada da Parvoíce, Alcáçer do Sal (Portugal). In PINTO, I. V.; ALMEIDA, R. R de; MARTIN, A. (Eds.). *Lusitanian Amphorae: Production and Distribution*. Roman and Late Antique Mediterranean Pottery 10: Oxford, p. 73-79.
- PIMENTA, J.; GASPAR, A.; GOMES, A.; MOTA, N.; MIRANDA, P. (2014) – O estabelecimento romano republicano de Olisipo: estrutura e contextos do Beco do Forno do Castelo, Lote 40 (n.1620) – Lisboa. In FABIÃO, C. e PIMENTA, J. eds. *Atas do Congresso “Conquista e Romanização do Vale do Tejo”*. CIRA Arqueologia. 3: Vila Franca de Xira, p. 122-148.
- PIMENTA, J.; HENRIQUES, E.; MENDES, H. (2012) – *O Acampamento romano de Alto dos Cacos* – Almeirim. Associação de Defesa do património Histórico e Cultural do Concelho de Almeirim.
- PIMENTA, J.; MENDES, H. (2007a) – A escavação de um troço da estrada romana *Olisipo Scalabbis*, em Vila Franca de Xira. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. Vol. 10. Número 2, p. 189-228.
- PIMENTA, J.; MENDES, H. (2007b) - A intervenção arqueológica na Casa da Câmara de Alverca do Ribatejo (Vila Franca de Xira). In *Catálogo da Exposição Alverca da Terra às Gentes*. Museu Municipal de Vila Franca de Xira/Núcleo de Alverca, p. 53-70.
- PIMENTA, J.; MENDES, H. (2008) - Descoberta do povoado pré-romano de Porto Sabugueiro (Muge). *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Vol. 11. N.º 2, p. 171-194.
- PIMENTA, J.; MENDES, H. (2010-11) – Novos dados sobre a presença fenícia no vale do Tejo. As recentes descobertas na área de Vila Franca de Xira. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. N.º 18. Oeiras. Câmara Municipal, p. 591-618.
- PIMENTA, J.; MENDES, H. (2012) – Sobre o povoamento romano ao longo da via de *Olisipo* a *Scallabis*. In *Cira Arqueologia* n.º 1. *Actas da Mesa Redonda de Olisipo a Ierabriga*. A rede viária romana no vale do Tejo. Vila Franca de Xira, p. 41-64.
- PIMENTA, J.; MENDES, H. (2013a) – O projeto de Monte dos Castelinhos. In *Catálogo Exposição Monte dos Castelinhos (Castanheira do Ribatejo) Vila Franca de Xira e a conquista romana no Vale do Tejo*. Museu Nacional de Arqueologia e Museu Municipal de Vila Franca de Xira, p. 11-14.
- PIMENTA, J.; MENDES, H. (2013b) – A sequência estratigráfica de Monte dos Castelinhos. In *Catálogo Exposição Monte dos Castelinhos (Castanheira do Ribatejo) Vila Franca de Xira e a conquista romana no Vale do Tejo*. Museu Nacional de Arqueologia e Museu Municipal de Vila Franca de Xira, p. 15-30.
- PIMENTA, J.; MENDES, H. (2013c) – 1.ª Campanha de escavações arqueológicas no povoado pré-romano de Porto do Sabugueiro – Muge – Salvaterra de Magos. *CIRA Arqueologia* N.º 2, p. 195-219.
- PIMENTA, J.; MENDES, H. (2014) – Monte dos Castelinhos – Vila Franca de Xira. Um sítio singular para o estudo da romanização do Vale do Tejo. In MATALOTO, R.; MAYORAL HERRERA, V. & ROQUE, C. (Eds.). *La Gestación de los paisajes rurales entre la Protohistoria y el Período Romano. Formas de Asentamiento y Procesos de Implantación* (Redondo-Alandroal, 24-25 Maio, 2012). *Anejos de AEspA LXX*, p. 125-142.
- PIMENTA, J.; MENDES, H. (2015a) – A investigação em torno de Monte dos Castelinhos. In *Catálogo da Exposição “O Sítio Arqueológico de Monte dos Castelinhos – Vila Franca de Xira- em busca de Ierabriga.”* Museu Municipal de Vila Franca de Xira, p. 13-22.

- PIMENTA, J.; MENDES, H. (2015b) – Trabalhos realizados 2008 e 2014. In *Catálogo da Exposição “O Sítio Arqueológico de Monte dos Castelinhos – Vila Franca de Xira- em busca de Ierabriga.”* Museu Municipal de Vila Franca de Xira, p. 23-106.
- PIMENTA, J.; MENDES, H. (2015c) – Considerações em torno do faseamento da ocupação. In *Catálogo da Exposição “O Sítio Arqueológico de Monte dos Castelinhos – Vila Franca de Xira- em busca de Ierabriga.”* Museu Municipal de Vila Franca de Xira, p. 107-112.
- PIMENTA, J.; MENDES, H. (2015d) - Casal dos Pegos I e o Povoamento Orientalizante do Rio da Silveira (Vila Franca de Xira). *CIRA Arqueologia*. N.º 4. Centro de Estudos Arqueológicos de Vila Franca de Xira – CEAX, p. 19-54.
- PIMENTA, J.; MENDES, H. (2016) – *Carta Arqueológica de Vila Franca de Xira*. Câmara Municipal de Vila Franca de Xira: Centro de Estudos Arqueológicos de Vila Franca de Xira (CEAX).
- PIMENTA, J.; MENDES, H.; CORREIA, M. (2016/2017) – Cerâmicas romanas provenientes do rio Tejo, no acervo do Museu Municipal de Vila Franca de Xira. Novos e velhos dados. *CIRA Arqueologia*. N.º 5. Centro de Estudos Arqueológicos de Vila Franca de Xira – CEAX, p. 207-237.
- PIMENTA, J.; MENDES, H. (2017) – Marcas de ânfora Lusitanas do Museu Municipal de Vila Franca de Xira. In FABIÃO, C.; RAPOSO, J.; GUERRA, A.; SILVA, F. (Eds.). *Actas Seminário Internacional e Ateliê de Arqueologia Experimental. A Olaria Romana (Seixal 17-20 de Fevereiro de 2010)*. Lisboa: UNIARQ – Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa / Câmara Municipal do Seixal, p. 341-350.
- PIMENTA, J.; MENDES, H. (2018) – Novos dados sobre o urbanismo de Monte dos Castelinhos (Vila Franca de Xira). A campanha de escavações de 2017. *CIRA Arqueologia*. N.º 6. Centro de Estudos Arqueológicos de Vila Franca de Xira, p. 127-178.
- PIMENTA, J.; MENDES, H. (2019) – De Olisipo a Scallabis. O povoamento romano do Baixo Tejo e a sua articulação com o núcleo de Ierabriga. In CARDOSO, G.; NOZES, C. (Coord.). *Lisboa Romana/Felicitas Iulia Olisipo. O Ager Olisiponensis e as estruturas de povoamento. Caleidoscópio*, p. 42-53.
- PIMENTA, J.; MENDES, H.; ARRUDA, A. M.; SOUSA, E.; SOARES, R. (2014) – Do pré-romano ao Império: a ocupação humana do Porto do Sabugueiro (Muge, Salvaterra de Magos). *Magos. Revista Cultural do Concelho de Salvaterra de Magos*. Salvaterra de Magos, 1, p. 39-58.
- PIMENTA, J.; MENDES, H.; CONDE, I.; FERREIRA, N. (2019) – As dinâmicas de povoamento romano em torno de Monte dos Castelinhos: I - O sítio de Quinta de Meca. *CIRA Arqueologia*. N.º 7. Centro de Estudos Arqueológicos de Vila Franca de Xira – CEAX, p. 60-93.
- PIMENTA, J.; MENDES, H.; HENRIQUES, E. (2014) – O acampamento militar romano do Alto dos Cacos, Almeirim. In FABIÃO, C. e PIMENTA, J. eds. *Atas do Congresso “Conquista e Romanização do Vale do Tejo”*. CIRA Arqueologia. 3: Vila Franca de Xira, p. 256-292.
- PIMENTA, J.; MENDES, H.; MADEIRA, F. (2010) – O Povoado pré-romano de Castanheira do Ribatejo, Vila Franca de Xira. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. Vol. 13, p. 25-56.
- PIMENTA, J.; MENDES, H.; NORTON, J. (2008) - O Povoado Tardo-Republicano do Monte dos Castelinhos – Vila Franca De Xira. *Al-madan*. II Série. N.º 16, p. 26-37.
- PIMENTA, J.; MOTA, N.; BAPTISTA, J. (2021) – O conjunto de ânforas da escavação do edifício romano republicano, do Beco do Forno do Castelo, Lote 40 (16-20) – Lisboa. *II Encontro de Arqueologia de Lisboa*. CAL, p. 31-81.
- PIMENTA, J.; RIBERA I LACOMBA, A.; SORIA, V. (2018) – Le ceramiche a vernice nera italica dei livelli di fondazione di Olisipo e Valentia (140–130 a.C.). *Rei Cretari/E Roman/E Favtorvm*. Acta 45, p. 1-11.
- PIMENTA, J.; SEPÚLVEDA, E.; FARIA, J. C.; FERREIRA, M. (2006) - Cerâmicas romanas do lado ocidental do castelo de Alcácer do Sal, 4: ânforas de importação e de produção lusitana. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. Vol. 12. N.º 2, p. 299-316.
- PIMENTA, J.; SEPÚLVEDA, E.; FERREIRA, M. (2015) - Acerca da dinâmica económica do porto de *Urbs Imperatoria Salacia*: o estudo das ânforas. *Cira Arqueologia*, 4. Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, p. 151-170.
- PIMENTA, J.; SORIA, V.; MENDES, H. (2014) – Cerâmicas de verniz negro itálico e imitações em pasta cinzenta de Monte dos Castelinhos – Vila Franca de Xira. In FABIÃO, C.; PIMENTA, J. eds. *Atas do Congresso “Conquista e Romanização do Vale do Tejo”*. CIRA Arqueologia. 3: Vila Franca de Xira, p. 86-121.
- PIMENTA, J.; SOUSA, E.; MENDES, H.; HENRIQUES, E.; ARRUDA, A. M. (2018) - A Eira da Alorna (Almeirim): as ocupações pré e proto-históricas. *CIRA Arqueologia*. N.º 9: Centro de Estudos Arqueológicos de Vila Franca de Xira – CEAX, p. 9-49.
- PIMENTA, J.; MENDES, H.; SOUSA, E.; ARRUDA, A. M. (2020) - O sítio de Vale de Tijolos e outros dados acerca da ocupação protohistórica da margem esquerda do estuário do Tejo. *CIRA Arqueologia*. N.º 7. Centro de Estudos Arqueológicos de Vila Franca de Xira - CEAX, p. 7-32.

- PIMENTA, J.; SILVA, C. T.; SOARES, J.; PEREIRA, T. R. (2019) - Revisitando o espólio das escavações de A. I. Marques da Costa em Chibanes: os dados proto-históricos e romano-republicanos. *Ophiussa*. N.º 3. Lisboa: Revista do Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa, p. 45-79.
- PINHEIRO, H.; SANTOS, R.; REBELO, P. (2017) – Contextos romanos identificados na frente ribeirinha de Lisboa. In ARNAUD, J.; MARTINS, A. (Coord.). *Arqueologia em Portugal 2017 – Estado da Questão*. Associação dos Arqueólogos Portugueses: Lisboa, p. 1293-1298.
- PINTO, A. (2012) – Forno Romano da Pipa. *CIRA Arqueologia* N.º 1. Atas da Mesa Redonda de Olisipo a Ilerabriga. A rede Viária romana no Vale do Tejo. Vila Franca de Xira, 31 de Outubro de 2008, p. 158-167.
- PINTO, I. V. (2003) - A cerâmica comum das villae romanas de São Cucufate (Beja). Lisboa: Universidade Lusíada.
- PINTO, I. V. (2004) - Cerâmica comum de provável origem bética das villae romanas de São Cucufate. Lusíada. *Arqueologia, História da Arte e Património*. Lisboa. 2/4, p. 9-29.
- PINTO, I. V. (2006) - Cerâmica comum de provável origem bética das villae romanas de São Cucufate. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Vol. 9. N.º 1. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia, p. 167 -184.
- PINTO, I. V.; LOPES, C. (2006) - Ânforas das villae romanas alentejanas de São Cucufate (Vila de Frades, Vidigueira), Monte da Cegonha (Selmes, Vidigueira) e Tourega (Nossa Senhora da Tourega, Évora). In *Simpósio Internacional Produção e comércio de preparados piscícolas durante a Proto-História e a época Romana no Ocidente da Península Ibérica*. Homenagem a Françoise Mayet. Setúbal Arqueológica. Vol. 13, p. 197-224.
- PINTO, I. V.; MORAIS, R. (2007) – Complemento de comércio das ânforas. Cerâmica comum Bética no território português. In *Actas del Congreso Internacional Cetariae 2005. Salsas y salazones de pescado en occidente durante la antigüedad*. Cádiz, 7-9 de noviembre de 2005, p. 235-254.
- PINTO, I. V.; SCHMITT, A. (2010) – Cerâmica Comum. In ALARCÃO, J., CARVALHO, P. E GONÇALVES, A. (Coord.). *Castelo da Lousa – Intervenções Arqueológicas de 1997 a 2002*. *STUDIA LUSITANA* 5. Museu Nacional de Arte Romana. Mérida, p. 219-443.
- PINTO, R. S. (1937) – Inventário dos mosaicos romanos de Portugal. *Anuario del Cuerpo Facultativo de Archiveros, Bibliotecarios y Arqueólogos*. 1, p. 161-191.
- PIZZO, A. (Ed.) (2020) – *La arquitectura doméstica urbana de la Lusitania romana*. Mytra. Monografias y trabajos de arqueología. N.º 6: Mérida.
- PONSICH, M.; TARRADELL, M. (1965) - *Garum et industries antiques de salaison dans le Méditerranée Occidentale*. Paris: Presses universitaires de France.
- PONTE, S. da (1979a) – Les fibules. In *Fouilles de Conimbriga VII. Trouvailles Diverses Conclusions Générales*. Paris: Diffusion de Boccard, p. 109-126.
- PONTE, S. da (1979b) – As fíbulas de Miróbriga. *Setúbal Arqueológica*. V, p. 195-201.
- PONTE, S. da (1982/83) – Algumas fíbulas dos concelhos de Sintra, Cascais, Amadora e Alenquer. *Sintria*. I-II: Gabinete de Estudos de Arqueologia Arte e Etnografia Museu Regional de Sintra – Museu Arqueológico de São Miguel de Odrinhas, p. 107-116.
- PONTE, S. da (1983) – Algumas das fíbulas do distrito de Setúbal. In *O Arqueólogo Português*. Serie IV. Volume 1: Museu Nacional de Arqueologia, p. 315-322.
- PONTE, S. (1999) - Importação de produtos vinários de Sellium (Tomar, Portugal) no Alto Império. Notícia de outros bem alimentares. In GEORGES, J. G. ; RODRIGUEZ MARTIN, F. G. (ed.) - *Économie et Territoire en Lusitanie Romaine*. Collection de la Casa de Velázquez, 65. Madrid, p. 339-360.
- PONTE, S. (2006) – *Corpus Signorum das Fíbulas Proto-históricas e romanas de Portugal*. Coimbra: Caleidoscópio.
- POUX, M. (2008) - L’empreinte du militaire tardo-républicain dans les faciès mobiliers de La Tène finale. In POUX, M. (ed.). *Sur les traces de César. Actes Table Ronde*. Glux-en-Glenne, Bribacte. 14, p. 299-432.
- PRINCIPAL, J.; ÑACO del HOYO, T.; DURÁN, M.; MESTRES, I. (2017) – *Roma en la Península Ibérica presertoriana. Escenarios de implantación militar provincial*. Col.lecció Instrumenta. 56. Universitat Barcelona: Barcelona.
- PRINCIPAL, J.; RIBERA I LACOMBA, A. (2013) - El material más apreciado por los arqueólogos. La cerámica fina - La cerámica de barniz negro. *Manual de cerámica romana. Del mundo Helenístico al Imperio romano*. Alcalá de Henares, p. 43-146.
- PUERTA I LÓPEZ, C. (1989) - *Baetulo. Ceràmica de parets fines*. Museu de Badalona: Badalona.
- PUJOL, À.; FERNANDEZ-GOTZ, M.; SALA, R.; PADRÓS, C.; BLE, E.; TAMBA, R.; RUBIO-CAMPILLO, X. (2019) - Archaeology of the Roman civil wars: The destruction of Puig Ciutat (Catalonia, Spain) and Caesar's campaign in Ilerda (49 BC). In A. Fitzpatrick, & C. Haselgrove (Eds.), *Julius Caesar's Battle for Gaul: New Archaeological Perspectives*: Oxbow Books, p. 227-240.
- PY, M. (1993) – *Unguentariums*. In *Dictionnaire des céramiques antiques (VIIe s. av.n.e. – VII s. n. e.) en Méditerranée nord-occidentale*. Lattara. 6 (Lattes 1993), p. 581-584.

- QUARESMA, J. C. (1995-1997) - Os almofarizes romanos de Povos no contexto do território actualmente português. *Círculo*. Vila Franca de Xira. N.º 7, p. 25-46.
- QUARESMA, J. C. (2005) – Ânforas romanas provenientes da pesca de arrasto no Tejo, depositadas no Museu Municipal de Vila Franca de Xira. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Vol. 8. Número 2. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia, p. 403-428.
- QUARESMA, J. C. (2006) – Almofarizes béticos e lusitanos: revisão morfocronológica de alguns tipos. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Vol. 9. N.º 1. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia, p. 149-166.
- QUARESMA, J. C. (2012) - *Economia antiga a partir de um centro de consumo lusitano. Terra sigillata e cerâmica africana de cozinha em Chãos Salgados (Mirobriga?)*. Estudos & Memórias 4: Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa.
- QUARESMA, J. C.; CALAIS, C. (2005) - S. Pedro (Coruche): novos dados para o processo de romanização do Vale do Sorraia na época augustana e júlio-cláudia. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Vol 8. N.º 2. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia, p. 429-447.
- QUARESMA, J. C.; SILVA, R. B. da; BETTENCOURT, J.; FONSECA, C.; SARRAZOLA, A.; CARVALHO, R. (2017) – As ânforas romanas da nova sede da EDP (Lisboa). *Arqueologia em Portugal 2017. Um Estado da questão*. Lisboa. Associação dos Arqueólogos Portugueses, p. 1305-1315.
- QUESADA SANZ, F. (1997a) – *El armamento ibérico. Estudio tipológico, geográfico, funcional, social y simbólico de las armas en la Cultura Ibérica (siglos VI-I a.C.)*. Montagnac: Éditions Mónica Mergoil.
- QUESADA SANZ, F. (1997b) – Montefortino type and related helmets in the Iberian Peninsula: a study in archaeological context. In FEUGÈRE, M. (ed.) - *L'Équipement Militaire et l'armement de la République*. Proceedings 10th ROME. Montpellier, 26-28 September 1996. *Journal of Roman Military Equipment Studies, JRMES*. N.º 8, p. 151-166.
- QUESADA SANZ, F. (2003) – ¿Espejos de piedra? Las imágenes de armas en las estatuas de los guerreros llamados galaicos. *Madrid Mitteilungen*, 44. Madrid: Mainz, p. 87-112.
- QUESADA SANZ, F. (2005) – El gobierno del caballo montado en la antigüedad clásica con especial referencia al caso de Iberia: bocados, espuelas y la cuestión de la silla de montar. *Gladius XXV*, p. 97-150.
- QUESADA SANZ, F. (2006a) – Roman republican weapons, camps and battlefields in Spain: An overview of recent and ongoing research. In *El ejército romano en Hispania. Guía Arqueológica*. Universidad de León, p. 65-84.
- QUESADA SANZ, F. (2006b) – Armamento Indígena y romano republicano en Iberia (Siglos III-I a.C.): compatibilidad y abastecimiento de las legiones republicanas en campaña. In MORILLO CERDÁN, J. Á. (ed.): *Arqueología militar romana en Hispania II. Producción y abastecimiento en el ámbito militar*. León: Universidad de León/ Ayuntamiento de León, p.75-96.
- QUESADA SANZ, F. (2008a) - La “Arqueología de los campos de batalla”. Notas para un estado de la cuestión y una guía de investigación. *SALDVIE. Estudios de prehistoria y arqueología*: Universidad de Zaragoza. N.º 8, p. 21-35.
- QUESADA SANZ, F. (2008b) – Armamento romano y ibérico en Urso (Osuna): testimonio de una época. *Cuadernos de los amigos de los Museos de Osuna*. 10, p. 13-19.
- QUESADA SANZ, F. (2019) – La cultura Material Militar en *Hispania*. In SÁNCHEZ LÓPEZ, E. H. e BUSTAMANTE-ÁLVAREZ, M. (eds.). *Arqueología Romana en la Península Ibérica*. Universidad de Granada: Granada, p. 409-427.
- QUESADA SANZ, F.; GÓMEZ CABEZA, F.; MOLINOS MOLINOS, M.; BELLÓN RUIZ, J. P. (2015) - El armamento hallado en el campo de batalla de Las Albalas-Baecula. In BELLÓN RUIZ, J. P.; RUIZ RODRÍGUEZ, A.; MOLINOS MOLINOS, M.; RUEDA GALÁN, C.; GÓMEZ CABEZA, F. (eds) - *La Segunda Guerra Púnica en la Península ibérica. Baecula: arqueología de una batalla*. Jaén: Universidad de Jaén, p. 311-396.
- QUESADA SANZ, F.; KAVANAGH, E.; LANZ, M. (2014) – Los molinos del yacimiento del Cerro de la Cruz (Almedinilla, Córdoba): clasificación y análisis de los ejemplares de época Ibérica y emiral. *Spal. Revista de Prehistoria y arqueología*. Sevilla: Universidad de Sevilla. 23, p. 83-118.
- QUESADA SANZ, F.; LECHUGA CHICA, M.; RUIZ RODRÍGUEZ, A.; MOLINOS MOLINOS, M.; RÍSQUEZ CUENCA, C.; GENER MORET, M. (2019) - La primera cota de malla de hierro en la península Ibérica en la antigüedad: la tumba de Piquía (Arjona, Jaén). In BARTOMEU VALLORI MÁRQUEZ, B.; RUEDA GALÁN, C.; BELLÓN RUIZ, J. P. – *Accampamenti, guarnigioni e assedi durante la Seconda Guerra Punica e la conquista romana (secoli III-I a.C.): prospettive archeologiche*: Roma, p. 155-174.
- QUESADA SANZ, F.; MORALES ORDÁZ, J. (2020) – Tras las huellas de Julio César: los campos de batalla cesarianos de Ulia/Montemayor y el hallazgo de un carro de época ibérica. In *Actualidad de la Investigación Arqueológica en España II (2019-2020)*. Conferencias Impartidas en el Museo Arqueológico Nacional, p. 229-252.

- QUESADA SANZ, F.; ÚROZ RODRÍGUEZ, H. (2020) - El Armamento de época Iberorromana de Libisosa (Lezuza, Albacete). Un conjunto Excepcional. *GLADIUS*. Estudios sobre armas antiguas, arte militar y vida cultural en oriente y occidente. XL. (2020), p. 19-72.
- QUETGLAS NICOLAU, P. J. (2005) – César y el corpus *Caesarianvm*. In *Jvlio César y corduba: Tiempo y Espacio en la Campaña de Mvnda (49-45 a.C.)*. In MELCHIOR GIL, E.; MELLADO RODRÍGUEZ, J.; RODRÍGUEZ-NEILA, J.F. (Eds.). *Actas del Simposio Jvlio César y corduba: Tiempo y Espacio en la Campaña de Mvnda (49-45 a.C.)*. Córdoba – 21-25 de Abril de 2003. Córdoba: Servicio de Publicaciones. Universidad de Cordoba, p. 139-164
- QUILLON, K.; LUACES, M. (2019) - The diffusion of south-Hispanic ovoid amphorae in Gaul, between the Late Republican and Early Empire times. In GARCÍA VARGAS, E.; ALMEIDA, R.R.; GONZÁLEZ CESTEROS, H.; SAÉZ ROMERO, A. (Eds.). *The Ovoid amphorae in the Central and Western Mediterranean. Between the last two centuries of the Republic and the early days of the Roman Empire*. Roman and Late Antique Mediterranean Pottery 13: Archaeopress Publishing, p. 298-313.
- QUINTEIRA, A. J. F. (1996) – *Scallabis, análise contextual e perspectivas de estudo*. Dissertação de mestrado apresentada à Universidade do Minho. Policopiado.
- QUINTEIRA, A. J. F. (1997) – Estação arqueológica de Vale de Tijolos, Almeirim. In *Munda*. Coimbra: Grupo de Arqueologia e Arte do Centro. N.º 34, p. 23-30.
- QUINTEIRA, A. J. F. (1998) – Estação arqueológica da Azeitada (Almeirim). In *Conimbriga*. 37. Faculdade de Letras. Instituto de Arqueologia: Coimbra, p. 151 – 183.
- RAMON TORRES, J. (1995) - *Las ánforas fenicio-púnicas del Mediterráneo central y occidental*. Barcelona: Universitat.
- RAMOS, A. C. (2013) – 4.4. Caracterização da cultura material. In ALBERGARIA, J.; MELRO, S. (Coord.). *Ocupação Proto-Histórica na margem esquerda do Guadiana*. Memórias d’Odiana 2.ª Série. Estudos Arqueológicos do Alqueva, p. 211-243.
- RAMOS, R.; CARVALHO, J. F. R. (2020) - O Sítio do Rei Ramiro: Contributo para o conhecimento das ocupações antigas no Monte do Castelo (Vila Nova De Gaia). *Apontamentos de Arqueologia e Património*. 14. Era Arqueologia/Núcleo de Investigação Arqueológica – NIA: Lisboa, p. 67-81.
- RAMOS SUÁREZ, M. J. (2012) - Imitaciones de ceramic de barniz negro procedentes de las excavaciones del Patio de Banderas del Real Alcazar de Sevilla: Estudio Tipológico. *Spal. Revista de Prehistoria y arqueología*. 21. Universidade de Sevilha, p. 89-106.
- RAMOS SUÁREZ, M. J.; GARCÍA VARGAS, E. (2014) - Imitaciones de cerâmica de barniz negro en *Hispalis*: los materiales del Patio de Banderas del Real Alcázar de Sevilla. . In *Atas II Congresso Internacional da SECAH – Ex Officina Hispana. As produções cerâmicas de imitação na Hispana*. Realizado de 3 a 6 de Abril – Museu de arqueologia D. Diogo de Sousa – Braga, vol. 1, p. 139-149.
- RAPOSO, J. M. (2017) – As Olarias Romanas do Estuário do Tejo. Porto dos Cacos (Alcochete) e Quinta do Rouxinol (Seixal). In FABIÃO, C., RAPOSO, J., GUERRA, A. Y SILVA, F. (Eds.). *Actas Seminário Internacional e Ateliê de Arqueologia Experimental. A Olaria Romana (Seixal 17-20 de Fevereiro de 2010)*. Lisboa: UNIARQ – Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa / Câmara Municipal do Seixal, p. 113-138.
- RAPOSO, J. M.; SANTOS, C.; HENRIQUE, J. (2014) – Ponta do Mato (Seixal): geoarqueologia e ocupação humana da frente ribeirinha. *Actas 2.º Encontro Sobre o Património de Almada e do Seixal*, p. 17-29.
- RASTEIRO, J. (1897) – Notícias arqueológicas da Península da Arrábida. In *O Archeólogo Português*. Lisboa. 1.ª Série. Vol. 3, p. 48-59.
- REINOSO DEL RIO, M. (2002) – Ceramica de paredes finas de Mesas de Asta (Cádiz). Estudio de materiales, 1998-1999. *Anuario Arqueologico de Andalucia, Actividades Sistematicas y Puntuales, Informes y Memorias*: Sevilha, p. 88-102.
- REINOSO DEL RIO, M. (2003) – Ceramica romana de paredes finas del museu provincial de Cádiz. Estudio de materiales: 2000. *Anuario Arqueologico de Andalucia, Actividades Sistematicas y Puntuales, Informes y Memorias*: Sevilha, p. 97-110.
- REINOSO DEL RIO, M. (2004) - Ceramica de paredes finas de Baelo Claudia (Tarifa, Cádiz). Estudio de materiales, 1998. *Anuario Arqueologico de Andalucia, Actividades Sistematicas y Puntuales, Informes y Memorias*: Sevilha, p. 39-52.
- REMESAL RODRÍGUEZ, J. (2005) – La política de César y sus repercusiones en la Bética. In MELCHOR GIL, E.; MELLADO RODRÍGUEZ, J.; RODRÍGUEZ – NEILA, J. F. (Eds.). *Julio César y Corduba: Tiempo y espacio en la campaña de Munda (49-45 a.C.)*. Córdoba, p. 467- 474.
- REVILLA, V.; ROCA, M. (Edit.) (2010) – Contextos cerâmicos y cultura material de época augustea en el occidente romano. Actas de la reunión celebrada en la Universitat de Barcelona los días 15 y 16 de abril de 2007: Universitat de Barcelona. Institut Català D’Arqueologia Clàssica. Museu D’Arqueologia de Catalunya – Empúries.

- RIBEIRO, J. C. (1982-1983) - Elementos histórico-epigráficos em torno da figura de L.IVLIVS MAELO CAVDICVS. *Sintria*. Sintra. Vol. I-II, p. 151 - 476.
- RIBEIRO, J. C. (1996) – A *Ora Maritima* de Avieno e a descrição da costa atlântica entre o Cabo da Rocha e a Foz do Sado. A propósito da localização de Potanion. In *La Hispania Prerromana. Actas del VI Coloquio sobre Lenguas y Culturas Prerromanas de la Península Ibérica*. Universidade de Salamanca, p. 279-300.
- RIBEIRO, J. C. (2000) - Antroponímia e helenização cultural na Hispânia romana. In HIPÓLITO, M. C.; METCALF, D. M.; CABRAL, J.M.P.; CRUSAFONTE, M.; SABATER, M. I. (coord.). *Homenagem a Mário Gomes Marques*: Sintra. Instituto de Sintra, p. 419-454.
- RIBEIRO, J. C. (2002) (Coord.) – *Religiões da Lusitânia Loquuntur Saxa*. Museu Nacional de Arqueologia: Lisboa.
- RIBEIRO, J. C. (2007) – *Soli Aeterno Lunae*. Cultos ancestrais em época pré-romana e romana na área de influência da Serra de Sintra: um caso complexo de sincretismo? In RIBEIRO, J. C. (Coord.). *Diis Deabusque. Actas do II Colóquio Internacional de Epigrafia: Culto e Sociedade*. Sintra: Museu Arqueológico São Miguel de Odrinhas, p. 595-624.
- RIBEIRO, J. C. (2013) – Ptolomeu, *Geogr.* II 5. 6: XPHTINA ou *APHTINA? In PIMENTEL, M. C.; ALBERTO, P. F. (Edit.). *Vir bonus peritissimus aequae. Estudos de Homenagem a Arnaldo do Espírito Santo*. Lisboa: Centro de Estudos Clássicos. Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, p. 343-379.
- RIBEIRO, J. C. (2019) – *Escrever sobre a margem do Oceanus: epigrafia e religio no santuário do Sol poente (provincia Lusitania)*. *Sylloge Epigraphica Barcinonensis*. Anexos. 3. Barcelona: Universitat de Barcelona.
- RIBEIRO, M. de L. (2000) – As vésperas da modernidade: do Intendente à Rua dos Anjos (1898-1908). *Cadernos do Arquivo Municipal*. N.º 4: Câmara Municipal de Lisboa, p. 105-134.
- RIBEIRO, N. (2016) – Tesouro monetário de Ulme – Chamusca – Portugal. *Açaфа Online*. N.º 16, p. 65-68.
- RIBEIRO, O. (1994) – *Opúsculos Geográficos. Temas Urbanos*. V Volume. Fundação Calouste Gulbenkian. Lisboa.
- RIBEIRO, O.; LAUTENSACH, H. ; DAVEAU, S. (1987) – A posição geográfica e o território. In *Geografia de Portugal*. Lisboa: Sá da Costa, 1987. Vol. 1.
- RIBEIRO, O.; LAUTENSACH, H. ; DAVEAU, S. (1988) – O ritmo climático e a paisagem. In *Geografia de Portugal*. Lisboa: Sá da Costa, 1988. Vol. 2.
- RIBERA I LACOMBA, A. (1995) - La primera evidencia arqueológica de la destrucción de Valentia por Pompeyo. *Journal of Roman Archaeology*. 8, p. 19-40. <https://doi.org/10.1017/s1047759400015956>
- RIBERA I LACOMBA, A. (1998) – *La fundació de Valencia. La ciutat a l'èpocaromanarepulicana (Segles II-I a. De C.)*. Estudios Universitarios. 71. Valencia.
- RIBERA I LACOMBA, A. (2001) - Los pecios con cerámicas calenas de barniz negro: problemas y soluciones. In PEDRONI, L. *Ceramica calena a vernice nera. Produzione e diffusione*: Petrucci Editore, p. 296- 306.
- RIBERA I LACOMBA, A. (2002) - El urbanismo de la primera Valencia. In *Valencia y las primeras ciudades romanas de Hispania*. Valencia: Ajuntament, p. 299-313.
- RIBERA I LACOMBA, A. (2006) Contextos cerâmicos del siglo I a.C.: de Valentia a Magdalensberg. In *SFECAG Actes du congrès de Pèzenas (Marseille 2006)*, p. 419- 430.
- RIBERA I LACOMBA, A. (2009) – La fundación de Valentia: un apéndice de Italia y Campania en la Hispania del siglo II a.C. In *OEBALUS Studisulla Campania nell'Antichità*. 4. Scienze e Lettere Roma. Napoli, p. 46-77.
- RIBERA I LACOMBA, A. (2013) - La destrucció de Valentia per Pompeu (75 a.C.) i el problema del seu abandono. In VIDAL, J.; ANTELA, B. (eds.). *Más allá de la batalla. La violencia contra la población*. Zaragoza: Ed. Pórtico, p. 127-191.
- RIBERA I LACOMBA, A. (2014) – La destrucción de Valentia (75 a.C.) y la cultura material de la época de Sertorio (82-75 a.C.) In SALA SELLÉS, F.; MOROTALLA JÁVEGA, J. (Eds.). *Las Guerras Civiles Romanas en Hispania. Una Revisión Histórica desde la contestania*: Universitat d'Alicante. MARQ, p. 65-77.
- RIBERA I LACOMBA, A.; MARÍN JORDA, C. (2004-2005) – Las cerâmicas del nivel de destrucción de Valentia (75 a.C.) y el final de Azaila. *Kalathos*. N.º 22-23. *Revista del Seminario de Arqueología y Etnología Turolense*. Campus Universitario de Teruel, p. 271-300.
- RICCI, A. (1973) – Ceramica a pareti sottili. In *Ostia III, parte seconda. Studi Miscellanei*. 21. Roma, p. 341-363.
- RICCI, A. (1985) - Ceramica a pareti sottili. In *Atlante delle Forme Ceramiche*. Vol. II. Roma: Instituto della Enciclopedia italiana.
- RICCI, A. (1973) – Per una cronologia delle lucerne tardo-republicane. In *Revista di Studi Liguri*. XXXIX. 2-4, p. 168-233.
- RICCI, A. (2002) – Le lucerne dei relitti sottomarini. In *Revista di Studi Liguri*. LXVII-LXVIII. 2001-2002, p. 305-420.

- RICCI, A. (1985) - Ceramica a paretisottili. In *Atlante delle Forme Ceramiche*. Vol. II. Roma: Istituto della Enciclopedia italiana.
- RICCI, M. (1973) - Per una cronología delle lucerne tardo-repubblicane. In *Rivista di Studi Liguri*. XXXIX. 39, p. 168-234.
- RICCI, M. (2002) - *Le lucerne dei relitti sottomarini*, in *Revista di Studi Liguri* LXVII-LXVIII, p. 305-420.
- RIPOLLÈS, P. P.; MANUEL ABASCAL, J. (2000) - *Monedas Hispánicas*. Real Academia de La Historia. Catálogo del Gabinete de Antigüedades. Madrid: Real Academia de La Historia.
- RIPOLLÈS, P. P.; GOZALBES, M. (2016) - Imitaciones hispanas de ases romanos republicanos. *Archivo de Prehistoria Levantina*. Vol. XXXI. Valencia, p. 283-304.
- RIPOLLÈS, P. P.; BURNETT, A.; AMANDRY, M.; CARRADICE, I.; BUTCHER, M. S. (2015) - Roman Provincial Coinage. Consolidated Supplement. I-III. (1992-2015). http://rpc.ashmus.ox.ac.uk/supp/rpc_cons_supp_1-3.pdf.
- RITTERLING, E. (1901) - Die römische Niederlassung bei Haltern, B: Die Fundstücke. *Mitt. Der Altertumskommission für Westfalen II*. Münster, p. 107-114.
- ROCA ROUMENS, M.; PRINCIPAL I PONCE, J. (eds.) (2007) - *Les imitations de vaixella fina importada a la Hispania Citerior (segles I a.C.-I d.C.)*. Sèrie Documenta 6. Tarragona.
- RODRIGUES, M.; PIMENTA, J.; SOUSA, E.; MENDES, H.; ARRUDA, A. M. (2019) - A cerâmica cinzenta de Porto do Sabugueiro (Salvaterra de Magos, Portugal). *CIRA Arqueologia*. N.º 7. Centro de Estudos Arqueológicos de Vila Franca de Xira - CEAX, p. 34-59.
- RODRÍGUEZ DÍAZ, A.; PAVÓN SOLDEVILLA, I. (1999) - *El poblado proto-histórico de Aliseda (Cáceres) (Campaña de urgencia de 1995)*. Cáceres: Ayuntamiento de Aliseda.
- RODRÍGUEZ MARTÍN, F. G. (2005) - *Lucernas Vidrios Antigüedades Romanas II*. Real Academia de La Historia. Catálogo del Gabinete de Antigüedades: Madrid.
- RODRÍGUEZ MORALES, J.; FERNÁNDEZ MONTORO, J.; SÁNCHEZ SÁNCHEZ, J.; LUGO ENRICH, L. (2012) - Los *clavi caligarii* o tachuelas de cáliga. Elementos identificadores de las calzadas romanas. *Lucentum* 31, p. 147-164.
- ROLDÁN GÓMEZ, L. (2008) - El material constructivo laterício en Hispania. Estado de la cuestión. In BERNAL CASASOLA, D.; RIBERA I LACOMBA, A. (Eds.), *Cerámicas hispanorromanas. Un estado de la cuestión*. XXVI Congreso Internacional de la Asociación Rei Cretariae Romanae Fautores. Cádiz. Servicio de Publicaciones de la Universidad, p. 749-773.
- ROLDÁN GÓMEZ, L.; BUSTAMANTE ÁLVAREZ, M. (2015) - The production, dispersion and use of bricks in Hispania. In BUKOWIECKI, E.; VOLPE, R.; WULF-RHEIDT, U. (Eds.), *Il Laterizio nei Cantieri Imperiali. Roma e il Mediterraneo*. *Archeologia dell'Architettura*. XX. Atti del I Workshop "Laterizio" (Roma, 27-28 novembre de 2014): Roma, p. 135-144.
- ROLDÁN GÓMEZ, L.; BUSTAMANTE ÁLVAREZ, M. (2017) - El material laterício en Hispania. In FERNÁNDEZ OCHOA, C.; MORILLO, A.; ZARZALEJOS, M. (Eds.), *Manual de cerâmica romana III. Cerámicas romanas de época altoimperial III: Cerámica comum de mesa, cocina y almacenaje. Imitaciones hispanas de series romanas. Otras producciones*. Alcalá de Henares: Museo Arqueológico Regional. Madrid: Colegio Oficial de Doctores y Licenciados en Filosofía y Letras y en Ciencias, Sección de Arqueología, p. 435-475.
- ROLDÁN GÓMEZ, L.; BUSTAMANTE ÁLVAREZ, M.; PIZZO, A. (2019) - Nuovi dati sulle origini del laterizio in Hispania. In BONETTO, J.; BUKOWIECKI, E.; VOLPE, R. (Eds.), *Alle origini del laterizio romano. Nascita e diffusione del mattone cotto nel Mediterraneo tra IV e I sec. A.C.* Ati del Convegno Internazionale di studio. (Padua 26-28 Aprile 2016): Edizione Quasar, p. 581-586.
- ROLO, M. (2010) - *A Necrópole romana da Rouca (Alandroal, Évora)*. Dissertação de mestrado. Faculdade de Letras Universidade de Lisboa. Disponível em <http://hdl.handle.net/10451/4248>
- ROLO, M. (2018) - *O Mundo Funerário Romano no Nordeste Alentejano (Portugal) –o Contributo das Intervenções de Abel Viana e António Dias de Deus*. Dissertação de Doutoramento em História na especialidade de Arqueologia. Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Disponível em <http://hdl.handle.net/10451/31849>
- ROMEO MARUGÁN, F. (2021) - El sistema ofensivo y campo de batalla del entorno de la ciudad antigua del Cabazo de Alcalá de Azaila (Teruel). Primeros Resultados. *Gladius*. Estudios sobre armas antiguas, arte militar y vida cultural en oriente y occidente. XLI, p. 67-89.
- ROMERO CARNICERO, M.ª V. (1989) - Las lucernas republicanas de los campamentos de Numância. In BSEAA LV, p. 257-290.
- ROUX, P. Le (1999) - Briques et Tuiles Militaires dans La Péninsule Ibérique: Problèmes de production et de diffusion. In Bendala, Rico y Roldán (eds.), *El ladrillo y sus derivados en época romana*. Monografías de arquitectura Romana. N.º 4: Madrid, p. 111-123.

- ROUX, P. Le (2006) – *Romanos de España. Ciudades y política en las provincias (siglos II a.C. – siglo III d.C.)*: Bellaterra&Arqueologia. Barcelona.
- ROUX, P. Le (2015) – La creación romana de Lusitania. In ÁLVAREZ MARTÍNEZ, J. M.; CARVALHO, A.; FABIÃO, C. *Catálogo da Exposição - Lusitania Romana. Origem de dos pueblos. Lusitânia Romana. Origem de dois povos*. Mérida. Museu Nacional de Arte Romana, p. 99-108.
- RUANO RUIZ, E. (2000) – *Las cuentas de vidrio halladas en España desde la Edad del Bronce hasta el Mundo Romano*. Madrid.
- RUIVO, J. (1993-1997) – A circulação monetária na estremadura portuguesa até aos inícios do século III d.C. *Nummus*. 2.º Série. XVI/XX. Porto. SPN, p. 7-178.
- RUIVO, J. (1993-1994) – Fibulas Pré-romanas e romanas do território de Collipo. *Conimbriga*. XXXII-XXXIII: Instituto de Arqueologia da Universidade de Coimbra, p. 371-382.
- RUIVO, J. (1997) – O conflito Sertoriano no Ocidente Hispânico: o testemunho dos tesouros monetários. *Archivo Español de Arqueología*. 70, p. 91-100.
- RUIVO, J. (1999) – Moedas do acampamento romano-republicano dos Chões de Alpompe (Santarém). In CENTENO, R.; GARCIA BELLIDO, M.; MORA, G. *Rutas, Ciudades y Moneda en Hispania. Actas del II Encuentro Peninsular de Numismática antigua*. Porto. Março 1997. Madrid. Anejos de Archivo Español de Arqueología. XX, p. 101-110.
- RUIVO, J. (2001) – Um sceau militaire?. *Instrumentum* 14, dez. 2001, p.37.
- RUIVO, J. (2005) – A presença romana na região Oeste na perspectiva dos tesouros monetários. In *A presença romana na região Oeste*. Actas do Congresso: Bombarral, p. 135-147.
- RUIVO, J. (2010) – Espólio metálico. In: ALARCÃO, J.; CARVALHO, P.; GONÇALVES, A. (coords.), *Castelo da Lousa – Intervenções Arqueológicas de 1997 a 2002*. Mérida: Museo Nacional de Arte Romano, p. 481-518.
- RUIVO, J.; SALES, P.; LOURENÇO, S.; BARROS, P. (2015) – O tesouro romano-republicano do Casal Ascenso Antunes (Ferreira do Zêzere, Santarém, Portugal). *Conimbriga*. LIV. Coimbra. Instituto de Arqueologia da Universidade de Coimbra, p. 133-156.
- RUIZ LÓPEZ, I. D. (2010) – *La circulación monetária en el sur peninsular durante el período romano republicano*. Tese de Doutoramento apresentado à Universidad de Granada. Facultad de Filosofía y Letras Departamento de Historia Antigua.
- RUIZ MONTES, P.; PEINADO ESPINOSA, M.; AYERBE LÓPEZ, J.; GÓMEZ TIMON, P.; GARCIA-CONSUEGRA FLORES, J.; MORCILLO MATILLAS, J.; RODRIGUEZ AGUILERA, J.; GÓMEZ FERNANDEZ, A.; CISNEROS MORENO, J.; LÓPEZ HERNANDEZ, R.; MARCON, C.; MORENO ALCAIDE, M.; SERRANO ARNAEZ, B. (2013) – Producción de cerámica en el ager *iliberritanus* hacia fines de la República: el asentamiento productivo de Parque Nueva Granada. In *Hornos, talleres y focos de producción alfarera en Hispania: I Congreso Internacional de SECAH*. Ex Officina Hispana: Cádiz 3-4 de março de 2011. Vol. 1, p. 307-316.
- SAA, M. (1956 – 1964) – *As Grandes Vias da Lusitânia: o itinerário de Antonino Pio*: Lisboa: Tipografia da Sociedade Astória. 6 vol.
- SABIO GONZÁLEZ, R. (2019) – Las producciones Metálicas. In SÁNCHEZ LÓPEZ, E. H.; BUSTAMANTE-ÁLVAREZ, M. (eds.). *Arqueología Romana en la Península Ibérica*. Universidade de Granada: Granada, p. 767-781.
- SABROSA, A.; HENRIQUES, F. R.; CARVALHO, E.; GERMANO, A. (2012) – Os Fornos romanos da Quinta da Granja (Cachoeiras – Vila Franca de Xira) e Quinta de Santo António (Carregado – Alenquer). *CIRA Arqueologia*. N.º 1. Atas da Mesa Redonda de Olísipo a Ierabriga. A rede Viária romana no Vale do Tejo. Vila Franca de Xira, 31 de Outubro de 2008, p. 148-157.
- SÁEZ ABAD, R. (2004) – *La poliorcética en el mundo antiguo*. Tese de Doutoramento apresentado à Universidad Complutense de Madrid. Facultad de Geografía e Historia. Disponível em <https://eprints.ucm.es/id/eprint/5454/>
- SÁEZ ROMERO, A. M. (2005) – Aproximación a la tipología de la cerámica común púnico-gadirita de los ss. III-II. *Spal. Revista de Prehistoria y arqueología*. 14, p. 145-177.
- SÁEZ ROMERO, A.M. (2008) – *La producción cerámica en Gadir en época tardopúnica (siglos -III/-I)*. BAR. Int. Ser. Vol. 1812: Oxford.
- SÁEZ ROMERO, A.M. (2018) – Pucheros y Fogones. Aproximación a la evolución de la producción de «cerámicas de cocina» púnicas y tardopúnicas en Gadir. *Ophiussa*. Volume 2: Lisboa. Revista do Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa, p. 137-165.
- SÁEZ ROMERO, A. M.; BERNAL CASASOLA, D.; GARCÍA VARGAS, E.; DÍAZ RODRÍGUEZ, J. J. (2016) – Ramon T-7433 (Costa Bética). *Amphorae ex Hispania. Paisajes de producción y de consumo* (<http://amphorae.icac.cat/amphora/ramon-t-7433-baetica-coast>), 10 julio, 2016.

- SÁEZ ROMERO, A.M.; GARCÍA FERNÁNDEZ, F. J.; FERRER-ALBELDA, E.; RODRÍGUEZ-CORRAL, J.; CASTIÑEIRA REY, J. (2020) – Proyecto Estrimnides: resultados preliminares. In FERRER ALBELDA (Edic.). *La ruta de las Estrimnides Navegación y conocimiento del litoral atlántico de Iberia en la Antigüedad*. Monografías de GAHIA 4: Alcalá de Henares, p. 567-650.
- SALA SELLES, F.; MORATALLA JÁVEGA, J. (Eds.) (2014) – *Las Guerras Civiles romanas en Hispania. Una Revisión histórica desde la Contestania*: Alicante: Universidad de Alicante – MARQ.
- SALAS ÁLVAREZ, J. (2002) - *Imagen historiográfica de la antigua Vrso (Osuna, Sevilla)*: Sevilla.
- SALIDO DOMÍNGUEZ, J. (2017) – Los Dolia en Hispania: caracterización, funcionalidad y tipología. In FERNÁNDEZ OCHOA, C.; MORILLO, A.; ZARZALEJOS, M. (Eds.). *Manual de cerámica romana III. Cerámicas romanas de época altoimperial III: Cerámica común de mesa, cocina y almacenaje. Imitaciones hispanas de series romanas. Otras producciones*. Alcalá de Henares: Museo Arqueológico Regional. Madrid: Colegio Oficial de Doctores y Licenciados en Filosofía y Letras y en Ciencias, Sección de Arqueología, p. 237-309.
- SALINAS DE FRÍAS, M. (2006a) – Geografía real y ficticia de la epopeya sertoriana. In CRUZ ANDREOTTI, G.; ROUX, P.; MORET, P. (Coord.). *Actas del Coloquio internacional “La invención de una geografía de la Península Ibérica, I: La época republicana*. Madrid 2005: Madrid, p. 153-174.
- SALINAS DE FRÍAS, M. (2006b) – *Los pueblos prerromanos de la Península Ibérica*: Ed. Akal.
- SALINAS DE FRÍAS, M. (2010) – La provincia Ulterior entre Décimo Bruto y Augusto: Los precedentes republicanos de la Lusitana imperial. Los gobiernos provinciales. In GORGES, J. G.; NOGALES BASARRATE, T. (Edic.). *Naissance de la Lusitanie romaine (Ier s. av.-Ier s. ap. J.-C.) / Origen de la Lusitania romana (siglos I a.C.-I d.C.)*. VIIe Table Ronde internationale sur la Lusitanie romaine. Toulouse, les 8-9 novembre 2007: Toulouse-Mérida, p. 39-68.
- SALINAS DE FRÍAS, M. (2014) – Reflexiones sobre la guerra de Sertorio en la Hispania Citerior y sus fuentes literarias. In SALA SELLES, F.; MORATALLA JÁVEGA, J., (Eds.). *Las guerras civiles romanas en Hispania*. Alicante: Universidad; Museo Arqueológico de Alicante, p. 23-33.
- SÁNCHEZ-PALENCIA, F. J.; CURRÁS REFOJOS, B. (2015) – Campamentos Romanos en zonas mineras del cuadrante noroeste de la Península Ibérica. In CAMINO, J.; PERALTA, E.; TORRES, J. F. (Coord.). *Las Guerras Astur-Cántabras*: KRK Ediciones: Gijón, p. 273-283.
- SANGRISO, P. (2013) – Prosopografía e Produzione Ceramica: I Murrii. *Studio Classici e Orientali*. Vol. 59. Pisa University Press S.R.L., p. 207-227.
- SANGUINO TALLÓN, A.; OÑATE BAZTÁN, P.; SANGUINO VÁZQUEZ, U. (2019) – Un tonel en el yacimiento El Colegio (Valdemoro, Madrid). *Boletim Ex Officina Hispana*. N.º 10. Maio de 2019: Sociedad de Estudios de La Cerámica Antigua en Hispania, p. 17 a 19.
- SANMARTÍ GREGO, E. (1985) - Las ánforas romanas del campamento numantino de Pena Redonda (Garray Soria). *Empúries*. Barcelona. 47, p. 130-161.
- SANMARTÍ GREGO, E. (1992) - Nouvelles données sur la chronologie du Camp de Renieblas V à Numance (Soria, Castilla/León, Espagne). *Documents d'Archéologie Méridionale*. Lattes. 15, p. 417-431.
- SANMARTÍ GREGO, E.; PRINCIPAL PONCE, J. (1997) - Las cerámicas de importación, itálicas e ibéricas, procedentes de los campamentos numantinos. *Revista d'Arqueologia de Ponent*. Lleida. 7, p. 35-75.
- SANTOS, A. B.; MIRANDA, P.; MOTA, N. (2020) – Os restos faunísticos do período Romano Republicano recuperados no Beco do Forno do Castelo, n.º 14-20 (Lisboa, Portugal). *Cadernos do GEEVH*. 9 (1), p. 1-14.
- SANTOS, A. B.; PEREIRA, A.; GOMES, J.; MONTEIRO, N.; PIMENTA, J.; MENDES, H.; DETRY, C. (2018) – Estudo das faunas do período republicano do Monte dos Castelinhos (Vila Franca de Xira, Portugal). *CIRA Arqueologia*. N.º 6. Centro de Estudos Arqueológicos de Vila Franca de Xira, p. 100-126.
- SANTOS, C. R. (2011) - *As cerâmicas de produção local do centro oleiro da Quinta do Rouxinol*. Dissertação de mestrado em Pré-história e Arqueologia. Faculdade de Letras Universidade de Lisboa. Disponível em <http://hdl.handle.net/10451/6119>
- SANTOS, M. (2015) – Os pesos de tear identificados nos contextos romano republicanos de Monte dos Castelinhos. *CIRA Arqueologia*. N.º 4. Centro de Estudos Arqueológicos de Vila Franca de Xira, p. 65-109.
- SANTOS, M. F. (1972) – Moedas hispânicas recolhidas na Cabeça de Vaíamonte (Monforte, Alto Alentejo). *Anais da Academia Portuguesa de História* II.ª Série. 21, p. 493-511.
- SANZ MÍNQUEZ, C.; ROMERO CARNICERO, F.; GÓRRIZ GAÑÁN, C. (2009) – Espacios domésticos y áreas funcionales en los niveles sertorianos de la ciudad vacceo-romana de *Pintia* (Padilla de Duero / Peñafiel, Valladolid). In *L'espai domèstic i l'organització de la societat a la proto-història de la Mediterrània occidental (Ier mil.lenni aC)*. *Arqueo Mediterrània*. 11. Actes de la IV Reunió Internacional d'Arqueologia de Calafell. (Calafell – Tarragona, 6 al 9 de març de 2007), p. 253-270.

- SAQUET, J. C. (2015) – La fundación de Augusta Emerita. In *Lusitânia Romana origem de dois povos*. Museu Nacional de Arte Romana. Mérida. *Studia Lusitana*. N.º 9, p. 119-124.
- SCHIAVON, N.; SORIA, V.; ARRUDA, A. M.; BELTRAME, M.; MIRÃO, J. (2016) - “Losanga” decorated imitations of italic late republican black gloss tableware from South-Western Iberia: A multi-analytical/microchemical characterization. *Microchemical Journal*. Volume 124, p. 712-718.
- SCHUBART, H. (1971) – Acerca de la cerámica del Bronce Tardío en el sur y oeste peninsular. *Trabajos de Prehistoria*. 28, p. 153-182.
- SCHULTEN, A. (1922-52) – (Ed. e Com.) *Fontes Hispaniae Antiquae*. Barcelona.
- SCHULTEN, A. (1927) - *Die Lager des Scipio*. München.
- SCHULTEN, A. (1926) – Sertorio. Reed. 2013: Sevilha.
- SCHULTEN, A. (1929) – Numantia. *Die Ergebnisse der Ausgrabungen 1905-1912. Band IV. Die Lager bei Renieblas*: München.
- SCHÜLE, W. (1969) – *Die Meseta-Kulturen der Iberischen Halbinsel: Mediterrane und Eurasische Elemente in frühelisen Kulturen südwest europas*. Berlin: Walter de Gruyter & Co.
- SEPÚLVEDA, E.; SANTOS, P. A.; FARIA, J. C.; FERREIRA, M. (2007) - Cerâmicas romanas do lado ocidental do Castelo de Alcácer do Sal, 5: almofarizes de produção bética, pesos e cossoiros. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Vol. 10. N.º 2. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia, p. 255-284.
- SEPÚLVEDA, E.; SOUSA, V. R. (2000) – *Lucernas romanas*. Catálogo. Torres Vedras: Câmara Municipal de Torres Vedras. Museu Municipal Leonel Trindade
- SEPÚLVEDA, E.; SOUSA, V. R. (2001) – Cerâmicas finas romanas do museu municipal de Torres Vedras: As Lucernas. In *Conímbriga*. vol. XL: Coimbra. Instituto de Arqueologia da Universidade de Coimbra, p. 237-280.
- SEPÚLVEDA, E.; SOUSA, É. M.; FARIA, J. C.; FERREIRA, M. (2001) - Cerâmicas romanas do lado ocidental do castelo de Alcácer do Sal, 2: “cerâmicas de verniz negro” e cinzentas. *O Arqueólogo Português*. Série 4. N.º 19. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia, p. 199-233.
- SEPÚLVEDA, E.; SOUSA, É.; FARIA, J.; FERREIRA, M. (2003) – Cerâmicas romanas do lado ocidental do Castelo de Alcácer do Sal, 3: paredes finas, pasta depurada, engobe vermelho pompeiano e lucernas. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Vol. 6. N.º 2. Lisboa, p. 383-399.
- SEPÚLVEDA, E.; BOLILA, C. (2018) – Cerâmica de paredes finas e lucernas. In SILVA, C. T. (Coord.). *Caetobriga. O sítio arqueológico da Casa dos Mosaicos* (Setúbal Arqueológica, 17). Setúbal: Associação de Municípios da Região de Setúbal/Museu de Arqueologia e Etnografia do Distrito de Setúbal, p. 119-142.
- SERRANO RAMOS, E. (1978) – La cerámica común romana del alfar de Cartuja (Granada). *Baetica*. 1, p. 243-272.
- SERRANO RAMOS, E. (1995) - Producciones de cerâmicas comunes locales de la Bética. In ROCA, M.; AQUILUÉ, X. (Eds.) - *Cerâmica comuna romana d'època alto-imperial a la Península Ibèrica. Estat de la qüestió*. Empúries: Museu d'Arqueologia de Catalunya (Monografies Emporitanes; 8), p. 227-249.
- SERRANO RAMOS, E. (2000) - *Cerâmica común romana: siglos II a.C. al VII d.C.: materiales importados y de producción local en el territorio malacitano*. Málaga: Universidad.
- SIEVERS, S. (1997) - Alesia und Osuna: Bemerkungen zur Normierung der Spätrepublikanischen Bewaffnung und Ausrüstung», *L'équipement militaire et l'armement de la République*. *JRMES*, 8, p. 271-276.
- SIEVERS, S. (2001) – Les armes d'Alesia. In REDDÉ, M.; VON SCHNURBEIN, S. (Ed.). *Alesia. Fouilles et recherches franco-allemandes sur les travaux militaires romaines autor du Mont-Auxois (1991-1997)*. II. Le Matériel: Paris. Diffusion De Boccard, p. 121-241.
- SILLIÈRES, P. (2002) – Architecture et urbanisme à La Loba. In BLÁZQUEZ MARTÍNES, J. M.; DOMERGUE, C.; SILLIÈRES, P. (Dir.). *La Loba (Fuenteovejuna, Cordoue, Espagne)*. *La Mine Et Le Village Minier Antiques*. Institut Ausonius. Ausonius – Publications. Mémoires. 7: Bourdeaux, p. 145-162.
- SILVA, A.C.F. (1986) - *A cultura Castreja no Noroeste de Portugal*: Paços de Ferreira. Museu Arqueológico da Citânia de Sanfins, Paços de Ferreira.
- SILVA, A.R.; SANTOS, S.P. (2009) - Acompanhamento de obra revela eventual Villa e Assentamento Proto-histórico (Via T5- Unhos a Sacavém) Loures. *Actas das Jornadas de Arqueologia do Vale do Tejo, em Território Português*. Realizadas entre os dias 3 e 6 de Março de 2008. Lisboa: Centro Português de Geo-História e Arqueologia, p. 13-27.
- SILVA, C. T. (1978) – Ocupação da II Idade do Ferro da Pedra da Atalaia (Santiago do Cacém). *Setúbal Arqueológica*. Volume IV. Museu de Arqueologia e Etnografia de Setúbal. Assembleia Distrital de Setúbal, p. 117-132.

- SILVA, C. T. (1996) - Produção de ânforas na área urbana de Setúbal: a oficina romana do Largo da Misericórdia. *Ocupação romana dos estuários do Tejo e do Sado. Actas das Primeiras Jornadas sobre Romanização dos Estuários do Tejo e do Sado* (Filipe, G. y Raposo, J. M. C. Eds.), Seixal, Câmara Municipal / Lisboa, Dom Quixote, p. 43-54.
- SILVA, C. T. (2018): Ânforas Romanas. In SILVA, C. (Coord.). *Caetobriga. O sítio arqueológico da Casa dos Mo-saicos* (Setúbal Arqueológica, 17). Setúbal: Associação de Municípios da Região de Setúbal/Museu de Arqueologia e Etnografia do Distrito de Setúbal, p. 161-174.
- SILVA, C. T.; COELHO-SOARES, A. (1980-1981) - A Praça do Bocage (Setúbal) na Época Romana. Escavações arqueológicas de 1980. *Setúbal Arqueológica*, 6-7. Setúbal: MAEDS/ADS, p. 249-284.
- SILVA, C. T.; COELHO-SOARES, A. (2014) - Preexistências de Setúbal. A ocupação da Época Romana da Travessa de João Galo, nºs. 4-4B. *Setúbal Arqueológica*, 15. Setúbal: MAEDS/ADS, p. 305-338.
- SILVA, C. T.; COELHO-SOARES, A. (2006) - Produção de preparados piscícolas na Sines romana. In *Produção e comércio de preparados piscícolas durante a Proto-História e a época Romana no Ocidente da Península Ibérica*. Homenagem a Françoise Mayet. *Setúbal Arqueológica*, 13. Setúbal: Museu de Arqueologia e Etnografia do Distrito de Setúbal, p. 101-122.
- SILVA, C. T.; SOARES, J. (1986) - *Arqueologia da Arrábida*. Lisboa: Serviço Nacional de Parques, Reservas e Conservação da Natureza.
- SILVA, C. T.; SOARES, J.; SANTOS, M. F. (1973) – Moedas hispânicas do povoado do Pedrão (Setúbal). In *Actas das II Jornadas Arqueológicas da Associação dos Arqueólogos Portugueses*. Lisboa. Vol. I, p. 311-312.
- SILVA, C. T.; SOARES, J. (1993) - *Ilha do Pessegueiro. Porto romano da costa alentejana*, Lisboa: Instituto para a Conservação da Natureza.
- SILVA, C. T.; SOARES, J. (1997) - Chibanes revisitado: primeiros resultados da campanha de escavações de 1996. *Estudos Orientais VI, Homenagem ao Professor António Augusto Tavares*. Lisboa, p. 33-66.
- SILVA, C. T.; SOARES, J.; BEIRÃO, C. M.; DIAS, L. F.; COELHO SOARES, A. (1980-81) – Escavações arqueológicas no Castelo de Alcácer do Sal (campanha de 1979). *Setúbal Arqueológica*. Setúbal, 6-7, p. 149-218.
- SILVA, C. T.; SOARES, J.; DIAS, L. F.; COELHO-SOARES, A. (1984) – Escavações arqueológicas na Ilha do Pessegueiro (Sines). Notícia da 2ª campanha (1981). *Arquivo de Beja*. Volume 1. II.ª Série: Beja, p. 11-45.
- SILVA, C. T.; SOARES, J. (2012) - Castro de Chibanes (Palmela). Do III milénio ao século I a.C. In FERNANDES, I.C. – SANTOS, M.T. (Eds.). *Palmela Arqueológica no Contexto da Região Interestuarina Sado-Tejo*. Palmela, p. 67-87.
- SILVA, C. T.; SOARES, J.; DUARTE, S.; PEREIRA, T. R.; COELHO-SOARES, A.; SORIA, V. (2019a) – *Castro de Chibanes (Palmela). Trabalhos arqueológicos de 2012 a 2017*. In SOARES, J., PINTO, I. V., SILVA, C. (Eds.). *Do Paleolítico ao Período Romano Republicano* (Setúbal Arqueológica, 18). Setúbal: MAEDS/AMRS, p. 215- 246.
- SILVA, C. T.; SOARES, J.; PIMENTA, J.; DUARTE, S.; COELHO-SOARES, A.; PEREIRA, T. R. (2019b) – Ocupação do período romano Republicano dos setores ocidentais do Castro de Chibanes (Palmela): um balanço. In CARDOSO, G.; NOZES, C. (Coord.). *Lisboa Romana/Felicitas Iulia Olisipo. O Ager Olisiponensis e as estruturas de povoamento*: Lisboa. Caleidoscópio, p. 134-149.
- SILVA, J. C.; BATISTA, A.; GASPAR, F. (1999) - *Carta Arqueológica de Abrantes*. http://sic.cm-abrantes.pt/carta_arqueologica/carta.html
- SILVA, R. C. (2015) - *O Museu Nacional de Machado de Castro - um ensaio de arqueologia urbana em Coimbra: do fórum augustano ao paço episcopal de Afonso de Castelo Branco*. Tese de doutoramento. Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Disponível em <http://hdl.handle.net/10316/29447>
- SILVA, R. C.; FERNÁNDEZ FERNÁNDEZ, A.; CARVALHO, P. C. (2015) - Contextos e cerâmicas tardo-antigas do fórum de Aeminium (Coimbra). *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Vol. 18, p. 237-256.
- SILVA, R. C.; ALMEIDA, S. O.; PEREIRA, I. (2021) – A face romana de Santa Olaia (Figueira da Foz, Portugal) – uma leitura possível a partir da cultura material. *OPHIUSSA*: Lisboa. Revista do Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa. N.º 5, p. 183-206.
- SILVA, R. B. (2005) - *As “marcas de oleiro” em terra sigillata da Praça da Figueira: uma contribuição para o conhecimento da economia de Olisipo (séc. I a.C.-séc. II d.C.)*. Dissertação para a obtenção do Grau de Mestre em Arqueologia (Especialização em Arqueologia Urbana). Instituto de Ciências Sociais Universidade do Minho. Braga. Versão Policopiada.
- SILVA, R. B. (2012) – *As “marcas de oleiro” na terra sigillata e a circulação dos vasos na Península de Lisboa*. Dissertação para a obtenção do grau de Doutor em História, especialidade em Arqueologia, orientada pela Professora Dr.ª Rosa Varela Gomes, apresentada a Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Disponível em <http://hdl.handle.net/10362/9472>

- SILVA, R. B. da (2014) – Intervenção arqueológica urbana de 1993 na Fundação Ricardo Espírito Santo Silva/ Largo das Portas do Sol (Lisboa): As evidências do período romano. In *Atas do Congresso Internacional de Arqueologia Conquista e Romanização do Vale do Tejo*. Vila Franca de Xira: Museu Municipal de Vila Franca de Xira. CIRA Arqueologia. 3, p. 178-198.
- SILVA, R. B. (2015a) – O contexto alto-imperial da Rua dos Remédios (Alfama – Santa Maria Maior, Lisboa): Vidros, cerâmicas e análise contextual. In *Contextos Estratigráficos na Lusitânia (Do Alto Império à Antiguidade Tardia)*. Monografias AAP. 1, p. 41-67.
- SILVA, R. B. (2015b) – Um almofariz itálico com “marca de oleiro” de M. Cimonius Saturninus, de Lisboa. *Estudos e Relatórios de Arqueologia Tagana*. N.º 4, p. 1-12.
- SILVA, R. B. da (2018a) – O sítio do Cemitério dos Prazeres (Lisboa): um assentamento romano no espaço rural de Olisipo. *CIRA Arqueologia*. N.º 6: Centro de Estudos Arqueológicos de Vila Franca de Xira, p. 179-198.
- SILVA, R. B. (2018b) – O “fácies” cerâmico de Olisipo (Lisboa) no período Júlio-Cláudio: uma primeira aproximação a partir de contextos suburbanos seleccionados. In RUIZ MONTES, P.; PEINADO ESPINOSA, M. V.; FERNÁNDEZ GARCÍA, M. I. *Estudios para la configuración de las fácies cerámicas altoimperiales en el sur de la Península Ibérica*. Archaeopress. Roman and Late Antique Mediterranean Pottery. 11, p. 3-31.
- SILVA, R. B.; NOZES, C.; MIRANDA, P. (2015) – O contexto [9033] da Praça da Figueira e a circulação de produtos oleiros em Olisipo. *Estudos e Relatórios de Arqueologia Tagana*. N.º 2. Lisboa, p. 1-16
- SILVA, R. B.; PIMENTA, J.; MENDES, H. (2013) - A Terra Sigillata do acampamento militar romano de Alto dos Cacos (Almeirim). In ARNAUD, J. M.; MARTINS, A.; NEVES, C. (Eds.). *Arqueologia em Portugal. 150 anos. Actas do I Congresso da Associação dos Arqueólogos Portugueses (Lisboa, Novembro 2013)*: Lisboa, p. 775-783.
- SILVA, R.B.; PIMENTA, J.; MENDES, H. (2017) – As «Marcas de Oleiro» na Terra Sigillata de Vale de Tijolos (Almeirim). E as dinâmicas comerciais no Ager Scallabitanvs durante o principado. In ARNAUD, J. M.; MARTINS, A. *Arqueologia em Portugal 2017 – Estado da Questão*. Associação dos Arqueólogos Portugueses, p. 1205-1217.
- SILVA, V. (1944) - *Epigrafia de Olisipo (Subsídios para a história da Lisboa Romana)*. Lisboa: Publicações Culturais da Câmara Municipal de Lisboa.
- SOARES, A. M.; ARAÚJO, M. F.; VALÉRIO, P.; PIMENTA, J. (2015) - Composição elementar de artefactos metálicos de Vale de Tijolos e da Eira da Alorna (Almeirim): A metalurgia do Bronze Final no território nacional. *CIRA Arqueologia*. N.º 4. Museu Municipal de Vila Franca de Xira, p. 11-18.
- SOARES, R. M. (2012) – *A Arrábida no Bronze Final. A paisagem e o Homem*. Dissertação de Mestrado em Arqueologia apresentado à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Disponível em <http://hdl.handle.net/10451/9928>
- SOARES, R. M. (2014) – Arrábida: episódios da investigação arqueológica regional (do séc. XVIII ao séc. XXI) In *Al-madan online*. N.º 19. Tomo 1, p. 113-122.
- SOARES, J. (2000) – Arqueologia urbana em Setúbal: problemas e contribuições. *Actas do Encontro sobre Arqueologia da Arrábida* (Trabalhos de Arqueologia, 14), p. 101-130.
- SOARES, J.; SILVA, C. T. (1973) – Ocupação do período Proto-Romano do povoado do Pedrão (Setúbal). In *Actas das II Jornadas Arqueológicas da Associação dos Arqueólogos Portugueses*. Lisboa. Volume 1, p. 245-305.
- SOARES, J.; SILVA, C. T. (1975) – A ocupação pré-histórica do Pedrão e o calcolítico da região de Setúbal. In *Seúbal Arqueológica*. Setúbal. 1, p. 53-153.
- SOARES, J.; SILVA, C. T. (1979) – Cerâmica Pré-romana de Miróbriga (Santiago do Cacém). *Setúbal Arqueológica*. Volume V. Museu de Arqueologia e Etnografia de Setúbal. Assembleia Distrital de Setúbal, p. 159-184.
- SOARES, J.; SILVA, C. T. (1986) – Ocupação pré-romana de Setúbal: escavações arqueológicas na Travessa dos Apóstolos. *Actas do I Encontro Nacional de Arqueologia Urbana, Setúbal, 1985* (Trabalhos de Arqueologia, 3), p. 87-101.
- SOARES, J.; SILVA, C. T. (2014) – O Projecto de Investigação Arqueológica “CIB” e a campanha de escavações Chibanes/2012. *Musa. Museus, Arqueologia & Outros Patrimónios*. Setúbal. 4, p. 75-98.
- SOARES, J.; SILVA, C. T. (2018) – Introdução. *Caetobriga: uma cidade fabril e polinucleada na foz do Sado*. In SILVA, C. T. (Coord.). *Caetobriga. O sítio arqueológico da Casa dos Mosaicos* (Setúbal Arqueológica, 17). Setúbal: Associação de Municípios da Região de Setúbal/Museu de Arqueologia e Etnografia do Distrito de Setúbal, p. 11-42.
- SOARES, J.; SILVA, C. T.; DUARTE, S.; PEREIRA, T. R.; SORIA, V. (2019) – Aspectos da presença militar romano-republicana no castro de Chibanes (Palmela). *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa: Direção-Geral do Património Cultural. Vol. 22, p. 79-93.

- SOEIRO, T. (1981) - Objetos em bronze do Castro de Alvarelhos. *Gallaecia*. 6, p. 237 – 243.
- SOEIRO, T. (1984) - Monte Mozinho: apontamentos sobre a ocupação entre Sousa e Tâmega em época Romana. *Penafiel - Boletim Municipal de Cultura*, 3ª série, 1.
- SORIA, V. (2013a) - Cerâmica de mesa em época tardo republicana em *Scallabis*: o contributo da campaniense. *Actas del I Congreso Internacional de la SECAH Monografías Ex Officina Hispana 1* (Cádiz, 2011). vol II, p. 249- 269.
- SORIA, V. (2013b) - Imitações em pasta cinzenta de cerâmicas de verniz negro itálicas durante o período tardo-republicano encontradas em Portugal In *VI Encuentro de Arqueología del Suroeste Peninsular* (Villafranca de los Barros- Badajoz, 4 -6 Ottobre 2012), p. 1361- 1388.
- SORIA, V. (2013c) – O conceito de “Romanização” e o panorama Académico português. *Arqueologia em Portugal. 150 anos*. In ARNAUD, J. M.; MARTINS, A.; NEVES, C. (Eds.). *Actas do I Congresso da Associação dos Arqueólogos Portugueses* (Lisboa, Novembro 2013): Lisboa, p. 711-716.
- SORIA, V. (2015) – Um conúbio de sabedoria técnica e novas modas conviviais: as taças em pasta cinzenta imitante TSI de Monte dos Castelinhos (Vila Franca de Xira). *CIRA Arqueologia*. N.º 4. Museu Municipal de Vila Franca de Xira, p. 51-64.
- SORIA, V. (2018) – *La ceramica a vernice nera italica e le imitazioni a impasto grigio in Portogallo tra il II e il I secolo a.C.: una prospettiva di studio*. Tese de Doutoramento em História especialidade em Arqueologia. Apresentado à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Orientada pela Professora Doutora Ana Margarida Arruda. Disponível em <http://hdl.handle.net/10451/35096>
- SORIA, V.; PALMA, M. (2017) - A cerâmica de tipo Kuass em Mértola (Portugal): as escavações da Biblioteca Municipal. In *Archivo Español de Arqueología*. 90: Madrid, p. 77-96.
- SOUSA, A. C. (1998) – *O Neolítico Final e o Calcolítico na área da Ribeira de Cheleiros*. Trabalhos de Arqueologia. N.º 11. Instituto Português de Arqueologia.
- SOUSA, A. C. (2007) - Novas incorporações de velhas recolhas. Fragmentos reencontrados da (Pré) História do Penedo do Lexim. *Boletim Cultural 2006*. Mafra: Câmara Municipal de Mafra, p. 287-333.
- SOUSA, A. C. (2009) – Mapear o povoamento estremenho do 4.º e 3.º milénio a.C.: Um caso de estudo e algumas reflexões sobre os processos de identificação. *Estudos arqueológicos de Oeiras*. N.º 17: Câmara Municipal de Oeiras, p. 223-235.
- SOUSA, A. C. (2010) – *O penedo do Lexim e a sequência do neolítico final e o calcolítico na Península de Lisboa*. Tese de Doutoramento em Pré-História apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Disponível em <http://hdl.handle.net/10451/2480>
- SOUSA, A. C.; LOPES, J. (2017) – O sítio do Moinho do Custódio (Arruda dos Vinhos): leituras preliminares e algumas considerações sobre o povoamento calcolítico na Península de Lisboa. *Ophiussa*. N.º 1. Lisboa: Revista do Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa, p. 51-67.
- SOUSA, A. C.; DIAS, Í.; SOUSA, E.; MIRANDA, M. (2019) – A ocupação do Bronze Final na Serra do Socorro (Mafra, Torres Vedras): Os Trabalhos arqueológicos de 2007 e 2008. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 25, p. 339-364.
- SOUSA, E. (2009) - *A cerâmica de Tipo Kuass no Algarve*. Cadernos da Uniarq. 4. Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa.
- SOUSA, E. (2010) – The use of “Kouass ware” during the republican period in Algarve (Portugal). *Rei Cretariae Romanae Fautorum Acta* .41, p. 523-528.
- SOUSA, E. (2013) – A Idade do Ferro no concelho da Amadora. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Volume 16, p. 149-165.
- SOUSA, E. (2014) - *A ocupação pré-romana da foz do Estuário do Tejo*, Lisboa. Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa. Estudos e Memórias 7. Lisboa: UNIARQ.
- SOUSA, E. (2015) – The Iron Age Occupation of Lisbon. *Madriider Mitteilungen*. 56: Deutsches Archäologisches Institut/Ludwig Reichert Verlag Wiesbaden, p. 109-138.
- SOUSA, E. (2016a) - A Idade do Ferro em Lisboa: uma primeira aproximação a um faseamento cronológico e à evolução da cultura material. *CuPAUAM*. N.º 42, p. 167-185.
- SOUSA, E. (2016b) – The Tagus estuary (Portugal) during the 8th-5th century Bce: Stage of transformation and construction of identity. In GARBATI, G.; PEDRAZZI, T. (Edit.). *Transformations and Crisis in the Mediterranean “Identity” and interculturality in the levant and phoenician west during the 8th -5th centuries Bce*. *Supplementi alla Rivista di Studi Fenici*. CNR – Instituto di Studi sul Mediterraneo Antico. CNR Edizioni: Roma, p. 279-300.

- SOUSA, E. (2017a) – Percorrendo o Baixo Tejo: Regionalização e Identidades Culturais na 2ª metade do 1º milénio a.C. In CELESTINO PÉREZ, S.; RODRÍGUEZ GONZÁLEZ, E. (Eds.). *Territorios comparados: los vales del Guadalquivir, el Guadiana y el Tajo en época tartésica*. Madrid: CSIC, p. 295-318.
- SOUSA, E. (2017b) – Algumas reflexões sobre a fase tardia da Idade do Ferro no ocidente Atlântico. *Ophiussa*. Volume 1: Uniarq – Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa, p. 91-104.
- SOUSA, E. (2019) – O povoamento na área do *ager olisiponensis* em época pré-romana. In CARDOSO, G.; NOZES, C. (Coord.). *Lisboa Romana/Felicitas Iulia Olisipo. O Ager Olisiponensis e as estruturas de povoamento*. *Caleidoscópio*, p. 17-29.
- SOUSA, E.; ARRUDA, A. M. (2011) – A gaditanização do Algarve. *Mainake*. Málaga. 32 (II), p. 95-1974.
- SOUSA, E.; ARRUDA, A. (2013) – A cerâmica de tipo Kuass de Monte Molião (Lagos). In ARNAUD, J. M.; MARTINS, A.; NEVES, C. (Coord.). *Arqueologia em Portugal – 150 Anos*. Associação dos Arqueólogos Portugueses, p. 651-659.
- SOUSA, E.; ARRUDA, A. (2014a) – A cerâmica comum romano-republicana de Monte Molião (Lagos). *Onuba*. Revista de Arqueologia y Antigüedad. N.º 2: Universidade de Huelva, p. 55-90.
- SOUSA, E.; ARRUDA, A. (2014b) – Italics and hispanics in south-west Iberia at the Dawn of the Roman-republican period. The common ware of Monte Molião (Lagos, Portugal). *Rei Cretariæ Romanæ Favtorvm*. Acta 43, p. 663-670.
- SOUSA, E.; ARRUDA, A. (2018) – A cerâmica de paredes finas de Monte Molião (Lagos, Portugal). *CuPAUAM*. N.º 44: Universidade Autónoma de Madrid, p. 201-226.
- SOUSA, E.; ARRUDA, A. (2018a) – Ceramic Unguentaria from Scallabis (Santarém, Portugal). *Rei Cretariæ Romanæ Favtorvm*. Acta .45, p. 4753.
- SOUSA, E.; ARRUDA, A. M. (2018b) - A I Idade do Ferro na Alcáçova de Santarém (Portugal): os resultados da campanha de 2001. *Onuba*. Revista de Arqueologia y Antigüedad. N.º 6: Universidade de Huelva, p. 57-95.
- SOUSA, E.; GUERRA, S. (2018) - A presença fenícia em Lisboa: novos vestígios descobertos no alto da colina do Castelo de São Jorge. *Saguntum*. N.º 50: Valência, p. 57-88.
- SOUSA, E.; FERNANDES, L. (2019) – A cerâmica de Tipo Kuass das escavações do Teatro romano de Lisboa. *Conímbriga*. LVIII. Coimbra: Instituto de Arqueologia da Universidade de Coimbra, p. 101-126.
- SOUSA, E.; PEREIRA, T.; ALVES, C. (2019) – Novos dados sobre a ocupação romano-republicana do Algarve Ocidental: Cerâmica comum e outros objectos da urbanização do Molião (Lagos, Portugal). *Conímbriga*. LIV. Coimbra: Instituto de Arqueologia da Universidade de Coimbra, p. 81-131.
- SOUSA, E.; PIMENTA, J. (2014) – A produção de ânforas no estuário do Tejo durante a Idade do Ferro. In *Atas II Congresso Internacional da SECAH – Ex Officina Hispana. As produções cerâmicas de imitação na Hispana*. Realizado de 3 a 6 de Abril – Museu de arqueologia D. Diogo de Sousa – Braga. Vol. 1, p. 303-315.
- SOUSA, E.; PIMENTA, J. (2017) – Produções Cerâmicas de Inspiração Grega no Vale do Baixo Tejo. In ARNAUD, J. M.; MARTINS, A. (Edic.). *Arqueologia Em Portugal 2017 - Estado da Questão*. Associação dos Arqueólogos Portugueses, p. 887-895.
- SOUSA, E.; PIMENTA, J.; MENDES, H.; ARRUDA, A. M. (2016/2017) – A ocupação Proto-Histórica do Alto dos Cacos (Almeirim, Portugal). *CIRA Arqueologia*. N.º 5: Vila Franca de Xira, p. 9-32.
- SOUSA, E.; PIMENTA, J.; DIAS, I.; SOUSA, A. C. (no prelo) – Ocupação da Idade do Ferro da Serra do Socorro (Mafra, Torres Vedras). *O Arqueólogo Português*. Lisboa. Série V. Vol. 8.
- SOUSA, E.; PIMENTA, J.; SILVA, I.; MENDES, H.; ARRUDA, A. M.; DORADO-ALEJOS, A. (2016/2017) – Ânforas da Idade do Ferro e de tradição pré-romana do Porto do Sabugueiro (Muge, Portugal). *Spal. Revista de Prehistoria y arqueología*. N.º 29. 1, p. 129-156. DOI: <http://dx.doi.org/10.12795/spal.2020.i29.05>.
- SOUSA, E.; SERRA, M. (2006) - Resultados das intervenções arqueológicas realizadas na zona de protecção do Monte Molião (Lagos). *Xelb*. N.º 6. Vol. 1. Actas do 3.º Encontro de Arqueologia do Algarve. Silves, 20, 21 e 22 de Outubro de 2005: Silves, p. 5-20.
- SOUSA, E.; SOUSA, A. C. (2018) – Late Bronze Age sacred landscapes in western Iberia: the case of Penedo do Lexim (Mafra, Portugal). *Trabajos de Prehistoria*. 75. N.º 2, p. 307-319.
- SOUSA, E. N. de (1996) – Cerâmicas ditas Campanienses e de imitação conservadas no Museu Regional de Sintra. *Conímbriga*. XXXV. Coimbra: Instituto de Arqueologia da Universidade de Coimbra, p. 37-58.
- STIENSTRA, P. (1986) - Systematic macroscopic description of the texture and composition of ancient pottery - some basic methods. *Newsletter of the Department of Pottery Technology*. Leiden. Vol. 4, p. 29-48.
- SUS GIMÉNEZ, M. L. de (1986) - Fusayolas del poblado celtibérico de Los Castellares (Herrera de los Navarros, Zaragoza). I. Tipología y función, *Boletín del Museo de Zaragoza* 5, p.183-208.

- TABALES RODRÍGUEZ, M. A.; GARCÍA VARGAS, E. (2021) - Las estructuras portuarias del Patio de Banderas del Alcázar de Sevilla y el emporium de Hispalis". *Archivo Español de Arqueología*. 94. e10. DOI: <https://doi.org/10.3989/aespa.094.021.10>
- THACKER, P. T.; PEREIRA, C. (2008) – *Castro de São Martinho 2005. Relatório dos Trabalhos*. Policopiado. Arquivo Arqueologia Portuguesa: DGPC.
- TCHERNIA, A. (1986) - *Le vin de l'Italie romaine*. Rome: École Française de Rome
- TCHERNIA A., POMEY P., HESNARD A. (1978) - *L'épave romaine de la Madrague de Giens (Var)*. XXXIV. Supplément à Gallia: Paris.
- TEICHNER, F. (2008) - *Entre tierra y mar/Zwischen Land und Meer Architektur und Wirtschaftsweise ländlicher Siedlungsplätze im Süden der römischen Provinz Lusitanien (Portugal)*. Studia Lusitana. 2 Vols.: Mérida.
- TEICHNER, F.; SCHIERL, T. (2010) – Assentamientos rurales en el sur de la Lusitania entre la fase tardo-república y el inicio de la época imperial romana. In MAYORAL HERRERA, V.; CELESTINO PÉREZ, S. (Coord.). *Los Paisajes de la romanización. Arquitectura y explotación del territorio*. Simposia 1. Ed. La Ergástula: Madrid, p. 89-114.
- TEXUGO, A. (2016) - *O 4º e o 3º milénio a.n.e. sítio da Ota (Alenquer) : perscrutando por entre colecções antigas e projectos recentes*. Dissertação de Mestrado em Arqueologia. Apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Disponível em <http://hdl.handle.net/10451/25959>
- TEXUGO, A.; BASÍLIO, A. C.; PINA, P.; GOYANES, G.; VIEIRA, G. (no prelo) - Through the bushes: the first glimpse of Ota Walled Enclosure's prehistoric dynamics (West Portugal). *Journal Field Archaeology*.
- TORRES, C. (1994) – Lisboa muçulmana. Um espaço urbano e o seu território. In *Lisboa Subterrânea*. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia, p. 80-85.
- TORRES-MARTÍNEZ, J.; MARTÍNEZ VELASCO, A.; PÉREZ FARRACES, C. (2012) – Augustal campaigns in the initial phase of the Cantabrian War and roman artillery projectiles from the Monte Bernorio oppidum (Villarén, Prov. Palencia). *Archäologisches Korrespondenzblatt*. 42 (4), p. 525-542.
- TORRES-MARTÍNEZ, J. F.; MARTÍNEZ VELASCO, A.; PÉREZ FARRACES, C. (2013) – Los proyectiles de Artillería Romana en el Oppidum de Monte Bernorio (Villarén, Palencia) y las campañas de Augusto en la primera fase de la Guerra Cantábrica. *GLADIUS*. Estudios sobre armas antiguas, arte militar y vida cultural en oriente y occidente. XXXIII, p. 57-80.
- TORRES ORTIZ, M. (2005) - Una colonización tartésica en el interfluvio Tajo-Sado durante la Primera Edad del Hierro? *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Vol. 8. N.º 2, p. 193-213.
- TORRES ORTIZ, M. (2013) - Fenícios y tartesios en el interfluvio Tajo-Sado durante la I Edad del Hierro. In AR-RUDA, A. M. (ed.), *Actas do VI Congresso Internacional de Estudos Fenícios e Púnicos*. Lisboa, p. 449-460.
- TORRES MARTÍNEZ, J. F.; CAMINO MAYOR, J.; PERALTA LABRADOR, E. J. (2019) – Recent research on the Cantabrian Wars: the archaeological reconstruction of a mountain war. *Journal of Roman archaeology*. Vol. 32. N.º 1, p. 421-438.
- TRIÃES, R. (2016) – *Caracterização composicional, Tipológica e Conservação de Materiais Cerâmicos da Província da Lusitânia – Materiais Industriais*. Tese de Doutoramento em Geotecnologias apresentado à Universidade de Aveiro. Coordenado pelo Professor Doutor Fernando Joaquim Taveres Rocha. Disponível em <http://hdl.handle.net/10773/15571>
- TRIÃES, R.; CORREIA, V. H.; COROADO, J. (2002) – A utilização dos materiais cerâmicos de construção em Conímbriga. *Conímbriga*. XLI. Coimbra. Instituto de Arqueologia Universidade de Coimbra, p. 153-164.
- TRINDADE, L.; FERREIRA, O. da V. (1965) – Acerca do vaso “piriforme” tartéssico de bronze do Museu de Torres Vedras. *Boletim Cultural da Junta Distrital de Lisboa*. N.º 63-64, p. 175-183.
- TRISTÃO, L. M. (2012) – *Armas e ritos na II Idade do Ferro do Ocidente Peninsular*. Dissertação de Mestrado em Arqueologia. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Disponível em <http://hdl.handle.net/10362/7893>
- UNZ, C.; DESCHLER-ERB, E. (1997) – *Katalog der Militaria aus Vindonissa*. Veröffentlichungen der Gesellschaft pro Vindonissa. Band XIV.
- ULBERT, G. (1984) – *Cáceres el Viejo. Ein Spätrepublikanisches Legionslager in Spanisch Estremadura*. Madrider Beiträge. 11. Mainz-am-Rhein.
- URIBE AGUDO, P. (2004) – Arquitectura doméstica en Bilbilis: La Domus I. *Saldvie*. Estudios de prehistoria y arqueología: Universidade de Saragoça. N.º 4, p. 191-220.
- URIBE AGUDO, P. (2006) – La construcción con tierra en la arquitectura doméstica romana del Nordeste de la Península Ibérica. *Saldvie*. Estudios de prehistoria y arqueología: Universidade de Saragoça. N.º 6, p. 213-223.

- URIBE AGUDO, P. (2007) – Los espacios reservados (*cubicula*) en las viviendas romanas urbanas del cuadrante nordeste de la Península Ibérica. *Salvieve. Estudios de prehistoria y arqueología: Universidade de Saragoça*. N.º 7, p. 93-110.
- URIBE AGUDO, P. (2008) – *La Edilicia doméstica urbana romana en el Nordeste de la Península Ibérica (ss.I A.C. – III D. C.)*. Tesis Doctoral Universidad de Zaragoza. Disponível em <https://zaguan.unizar.es/record/1890#>
- URIBE AGUDO, P. (2013) - Espacios convivales en las viviendas urbanas romanas del Valle medio del Ebro desde la etapa postnumantina hasta el conflicto sertoriano. *Aquitania*. 29, p. 19-41.
- URIBE AGUDO, P. (2014) - *Arquitectura doméstica urbana romana en el valle medio del Ebro. Siglos II a.C.- III dC.: Burdeos*
- URBINA, D.; GARCÍA VUELTA, O.; URQUIJO, C. (2004) - Plaza de Moros (Villatobas, Toledo) y los recintos amurallados de la II Edad de Hierro en el Valle Medio del Tajo. *Trabajos de Prehistoria*. 61. n 2, p. 155-166.
- URÓZ RODRÍGUEZ, H. (2012) – *Prácticas rituales, iconografía vascular y cultura material en Libisosa (Lezuza, Albacete)*. *Nuevas aportaciones al Ibérico Final de Sudeste*. Universidad de Alicante: Cajasol Obra Social. Alicante.
- URÓZ RODRÍGUEZ, H. (2016) – La vajilla de bronce romana tardorrepublicana de Libisosa. *Madrider Mitteilungen*. 56: Deutsches Archäologisches Institut Abteilung Madrid, p. 168-210.
- UROZ RODRÍGUEZ, H.; UROZ SÁEZ, J. (2014) – La Libisosa Iberorromana: un contexto cerrado de –Y por- Las Guerras Sertorianas. In SALA SELLÉS, F.; Jesús MOROTALLA JÁVEGA, J. (Eds.). *Las Guerras Civiles Romanas en Hispania. Una Revisión Histórica desde la contestania*.: Universitat d'Alicante. MARQ, p. 199-294.
- VALENZUELA, S. (2014) - Mammal remains from the Governor's House (Belém Tower, Lisbon) and Rua dos Correiros (Baixa, Lisbon) in the context of fish processing factories in Lusitania. In DETRY, C.; DIAS, R. (Eds.). *Proceedings of the First Zooarchaeology Conference in Portugal*. Bristish Archaeological Reports. Vol. 2662, p. 57-68.
- VALENZUELA, S.; FABIÃO, C. (2012) - Ciervos, ovejas y vacas: el registro faunístico de Mesas do Castelinho (Almodôvar) entre la Edad del Hierro y Época Romana. V *Encontro de Arqueologia do Sudoeste Peninsular: Almodôvar*, p. 413-432.
- VAQUERIZO GIL, D. (2005) – Arqueología de La Corduba Republicana. In MELCHOR GIL, E.; MELLADO RODRÍGUEZ, J.; RODRÍGUEZ – NEILA, J.F. (Eds.). *Julio César y Corduba: Tiempo y espacio en la campaña de Munda (49-45 a.C.)*. Córdoba, p. 165- 205.
- VASCONCELOS, F. de (1923) - Alguns subsídios para uma monografia de Almeirim. *Correio da Estremadura*, N.º 1672 de 23 de fevereiro de 1923.
- VASCONCELLOS, J. L. (1895) – Castros. *O Archeologo Português*. Lisboa Série I. Volume I. Lisboa, p. 3-7.
- VASCONCELLOS, J. L. (1895a) – Notícias várias. *O Archeologo Português*. Lisboa Série I. Volume I. Lisboa, p. 223.
- VASCONCELLOS, J.L. (1897) – *Religiões da Lusitânia na parte que principalmente se refere a Portugal*. Imprensa Nacional – Casa da Moeda. Lisboa. Tomo I.
- VASCONCELLOS, J. L. (1910) – Antiguidades romanas de Lisboa. *O Archeologo Português*. Lisboa Série I. Volume XV. Lisboa, p. 286.
- VASCONCELLOS, J. L. (1905a) – Notice sommaire sur le Musée Ethnologique Portugais, Lisbonne. *O Archeologo Português*. Lisboa Série I. Volume X. Lisboa, p. 65-71.
- VASCONCELLOS, J.L. (1905b) – *Religiões da Lusitânia*. Imprensa Nacional – Casa da Moeda. Lisboa. Tomo II.
- VASCONCELLOS, J.L. (1913) – *Religiões da Lusitânia*. Imprensa Nacional – Casa da Moeda. Lisboa. Tomo III.
- VASCONCELLOS, J.L. (1915) – *Historia do Museu Etnológico Português (1893-1914)*. Imprensa Nacional – Casa da Moeda. Lisboa.
- VAZ, J.L.I. ; CARVALHO, P.S. (2009) - A construção de um espaço urbano: do castro proto-histórico à cidade romana. In *Viseu – cidade de Afonso Henriques*: Viseu, p. 31-46.
- VÁZQUEZ PAZ, J. (2012) - Producción de lucernas altoimperiales en Hispalis: el taller de la Plaza de la Encarnación de Sevilla”. In BERNAL CASASOLA, D.; RIBERA I LACOMBA, A. (Eds.). *Cerámicas hispanorromanas II. Producciones regionales*. Cádiz. Universidad de Cádiz, p. 309-323.
- VEGAS, M. (1963-1964) - Difusión de algunas formas de vasitos de paredes finas. *RCRF*. V-VI, p. 61-83.
- VEGAS, M. (1964) - *Clasificación tipológica preliminar de algunas formas de la cerámica común romana*. Barcelona: Universidad, Instituto de Arqueología y Prehistoria.
- VEGAS, M. (1969/70) – *Munigua*. Cerámicas romanas del siglo I d.C. *Noticiario Arqueológico Hispánico*. XIII-XIV, p. 72-120.

- VEGAS, M. (1973) - *Cerámica común romana del Mediterráneo occidental*. Barcelona: Universidad, Instituto de Arqueología y Prehistoria
- VEIGA, E. da (1879) – *Antiguidades de Mafra ou relação arqueológica dos característicos relativos aos povos que senhorearam aquelle território antes da instituição da monarchia portugueza*: Memória apresenrada á Academia Real das Sciencias de Lisboa.
- VENTURA MARTÍNEZ, J.J. (1985) - La cerámica campaniense ‘C’ y pseudocampaniense de pasta gris en la provincia de Sevilla. *Lucentum* 4, p. 125-132.
- VENTURA MARTINEZ J. J. (2000) - La cerâmica de barniz negro de los siglos II- I a.C. en Andalucía Occidental. In *La ceràmica de vernís negre dels segles II i I a.C.: centres productors mediterranis i comercialització a la Península Ibèrica*. Taula rodonda, Empúries (4 i 5 de juny de 1998). Mataró: Museu de Mataró/ Museu de Catalunya (Empúries)/ Universitat Autònoma de Barcelona, p. 177- 216.
- VICENTE, J. D.; PILAR PUNTER, M.; EZQUERRA, B. (1997) - La catapulta tardo-republicana y outro equipamiento militar de “La Caridad” (Caminreal, Teruel). *Journal of Roman Millitary Equipment Studies*. 8, p. 167–199.
- VIEGAS, C. (2003) – *A Terra Sigillata da Alcáçova de Santarém – Cerâmica, economia e comércio*. Instituto Português de Arqueologia. Lisboa. Trabalhos de Arqueologia. N.º 26.
- VIEGAS, C. (2011) – *A Ocupação Romana do Algarve. Estudo do Povoamento e economia do Algarve central e oriental no período romano*. Estudos e Memórias 3. Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa Uniarq. Lisboa.
- VIEGAS, C. (2019) – La producción de cerâmicas comunes en la Península Ibérica. In SÁNCHEZ LÓPEZ, E. H.; BUSTAMANTE-ÁLVAREZ, M. (Eds.). *Arqueologia Romana en la Península Ibérica*. Universidade de Granada: Granada, p. 717-729.
- VIEGAS, C. (2020) – Late Republican and Early Empire common ware in southern Lusitania (Algarve-Portugal): The Italian Imports. *Rei Cretariae Romanae Fautorum Acta* 46, p. 571-580.
- VIEGAS, C.; ARRUDA A. M. (2013) - Ânforas romanas de época imperial de Monte Molião (Lagos): as Dressel 20. In ARNAUD, J. M.; MARTINS, A.; NEVES, C. (Eds.). *Arqueologia em Portugal. 150 anos. Actas do I Congresso da Associação dos Arqueólogos Portugueses*. Lisboa, Novembro 2013, p. 727-735.
- VIEGAS, J. R.; PARREIRA, R. (1984) – Der Schatzfund von Santana da Carnota (Alenquer/Portugal). In *Madridrer Mitteilungen*. Mainz. 25, p. 79-91.
- VILAÇA, R. (2003) – Acerca da existência de ponderais em contextos do Bronze Final / Ferro Inicial no território português. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. Série IV. 21: Museu Nacional de Arqueologia, p. 245-288.
- VILAÇA, R.; ARRUDA, A. (2004) – Ao longo do Tejo, do Bronze ao Ferro. *Conimbriga*. XLIII: Coimbra. Instituto de Arqueologia da Universidade de Coimbra, p. 11-45.
- VILAÇA, R.; CARDOSO, J. L. (2017) – O Tejo português durante o Bronze Final. *Anejos de AEspa*. LXXX. Territorios comparados: los valles del Guadalquivir, el Guadiana y el Tajo en epoca tartesica: Mérida, p. 237-281.
- VILLARONGA, L. (1994) - *Corpus Nummum Hispaniae ante Augusti Aetatem*. 2ª ed. Madrid : José A. Herrero S. A.
- VIVAR, G. (2016) – *Illa Pedrosa. Comerç marítim i xarxes de redistribució en época tardorepublicana al Mediterrani centreocidental*. Monografies del Casc. 11: Museu d’Arqueologia de Catalunya. Centre d’Arqueologia Subaquàtica de Catalunya.
- VÖLLING, T. (1990) – Funditores im römischen Heer. *Saalburg Jahrbuch* 45, p. 24-58
- WAHL, J. (1985) - Castelo da Lousa: ein Wehrgehöft caesarich-augusteischer Zeit. *Madridrer Mitteilungen*. Mainz. 26, p. 150-176.
- WILD, J.P. (1970) – Button-and-Loop Fasteners in the Roman Provinces. *Britannia*. 1, p. 137-155.
- ZBYSZEWSKI, G.; FERREIRA, O. V.; SANTOS, C. (1968) - Acerca do Campo Fortificado de “Chões” de Alompé (Santarém), *O Arqueólogo Português*. 3ª Série. N.º 2: Museu Nacional de Arqueologia, p. 49-57.
- ZBYSZEWSKI, G. ASSUNÇÃO, C. T. de (1965) - *Carta geológica de Portugal, escala de 1:50 000, notícia explicativa da folha 30-D: Alenquer*. Lisboa. Serviços Geológicos de Portugal.
- ZÊZERE, J. L. (1988) – As costeiras a Norte de Lisboa: evolução quaternária e dinâmica actual das Vertentes. *Finisterra*. Lisboa. 51 (1988), p. 27-56.

Jornais

A importante Casa Agrícola Goes du Bocage. *Vida Ribatejana*. Número Especial dedicado ao Colete Encarnado. Ano XXV. N.º 795/99 de 10 do 7 de 1941.

Fontes Antigas

APPIAN, *Civil Wars*. 1913 Loeb ed., trans. H. White. Available at <http://bit.ly/1Q148qp>

CAESAR, *Civil War*. 1914 Loeb ed., trans. A.G. Peskett. Available at <http://bit.ly/1Srt7YB>

CAESAR, *Galic War*. 1917 Loeb ed., trans. H.J. Edwards. Available at <http://bit.ly/1VxunsD>

ESTRABÃO, *Geografia*. Livro III: introdução, tradução do grego e notas. Jorge Deserto e Susana da Hora Marques Pereira trads., Universidade de Coimbra, 2016

POLYBIUS, *Histories*. 1922–27 Loeb, trans. W.R. Paton. Available at <http://bit.ly/1VumvrF>

STRABO, *The Geography*. 1917–32 Loeb ed., trans. H.L. Jones. Available at <http://bit.ly/2cngE8h>

VEGETIUS, *De Re Militari*. 1885 Lang. Available at <http://bit.ly/1Qyuz9H>

ANEXO I



I.01 – Vista aérea de Monte dos Castelinhos e do rio Grande da Pipa.



I.02 – Vista de Sul do morro dos Castelinhos.



I.03 – Vista, a partir da ponte da Couraça, dos trabalhos arqueológicos em curso na Sondagem 4.



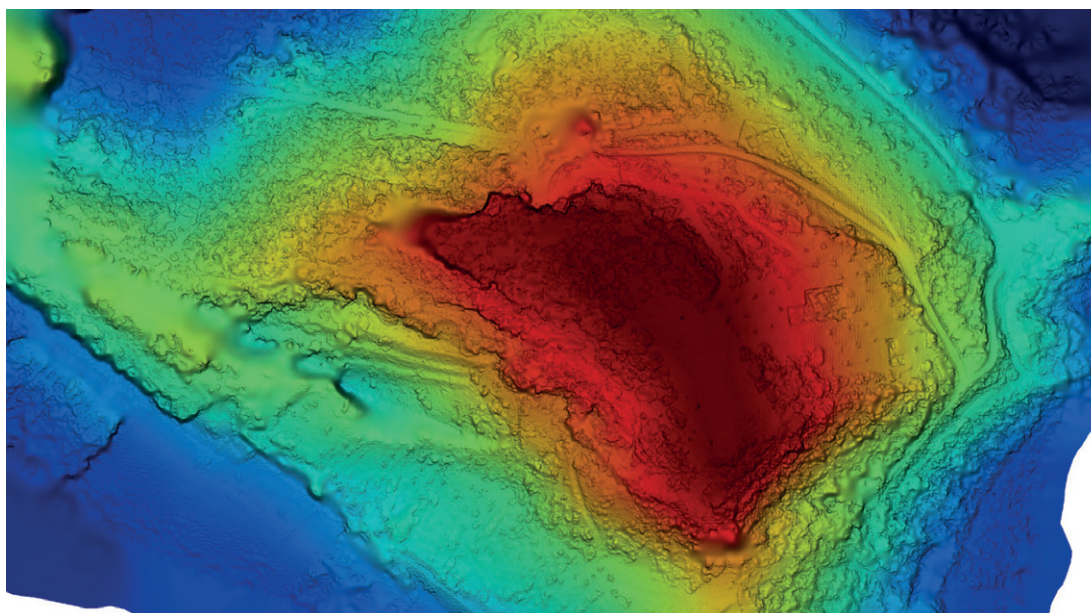
I.04 – Vista geral do morro dos Castelinhos e da várzea no seu sopé.



I.05 – Vista geral da área de implantação da Sondagem 4.



I.06 – Vale do rio Grande da Pipa, a partir do topo dos Castelinhos.



I.07 – Modelo digital de terreno do Monte dos Castelhos. Elaborado por André Texugo, em 2020.



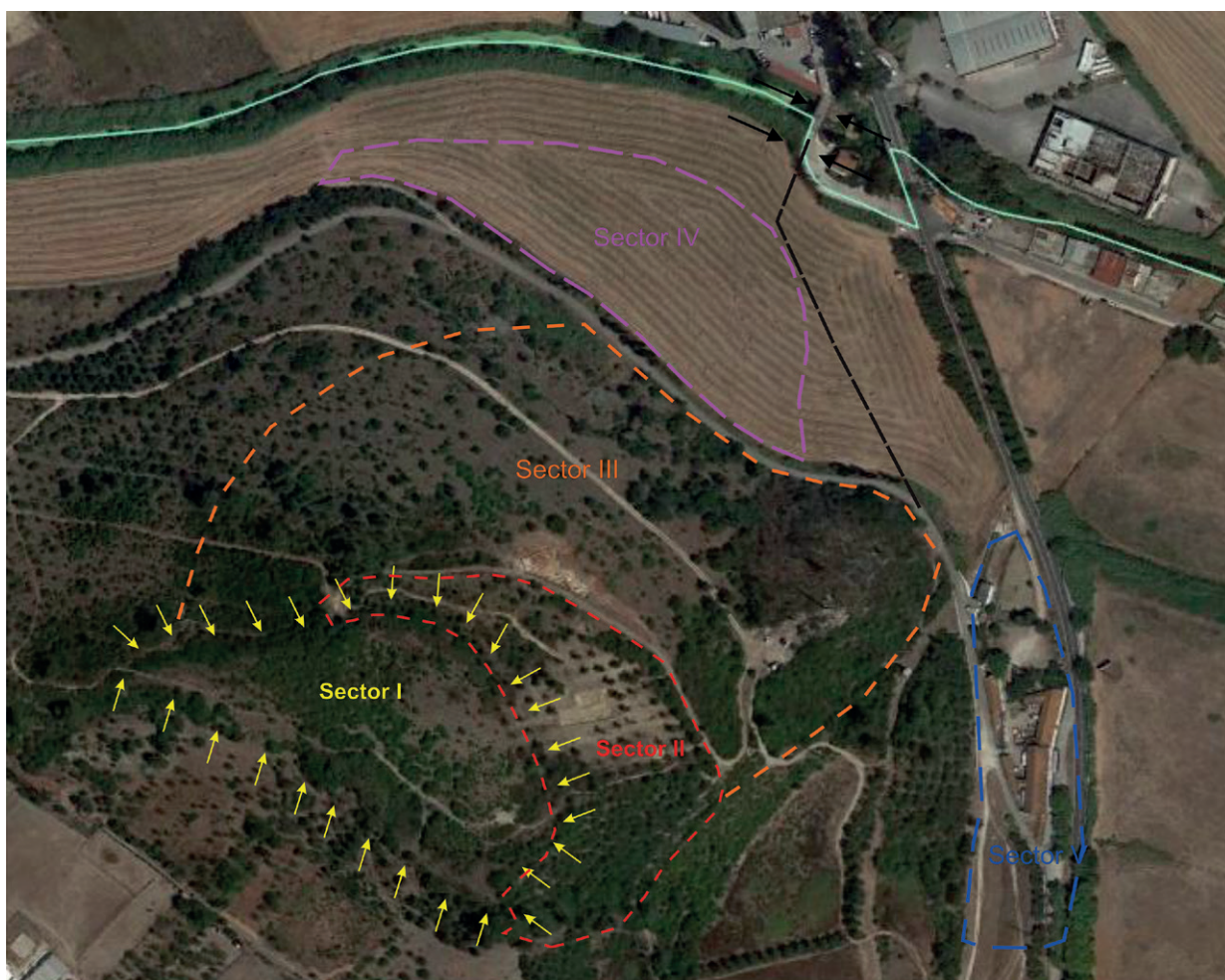
I.08 – Pormenor de um dos taludes pétreos que delimitam a plataforma superior.



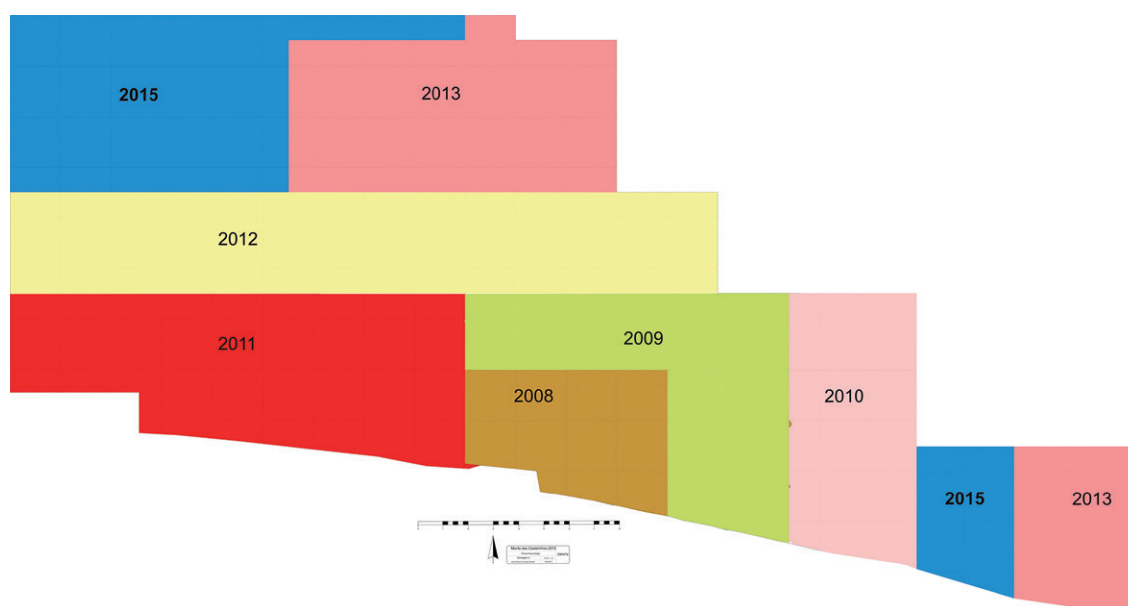
I.09 – Alçado da muralha que delimita a plataforma superior.



I.10 – Pormenor de um dos taludes da muralha.



I.11 – Identificação dos Sectores em que se dividiu o sítio. A negro, trajecto suposto da via romana *Olisipo-Scallabis*, encontrando-se a ponte medieval da Couraça indicada com setas a negro.



I.12 – Planta da área de Sondagem 4, com a distinção das diversas áreas escavadas por campanhas anuais.



I.13 – Planta de escavação da área de Sondagem 4.



I.14 – Planta da área de Sondagem 4, com a denominação dos diversos ambientes identificados.



I.15 – Vista aérea da Sondagem 4.



I.16 – Sondagem 4, no decorrer da escavação em 2013.



I.17 – Pormenor dos trabalhos de escavação em 2015.



I.18 – Ambiente 24 da Sondagem 4.



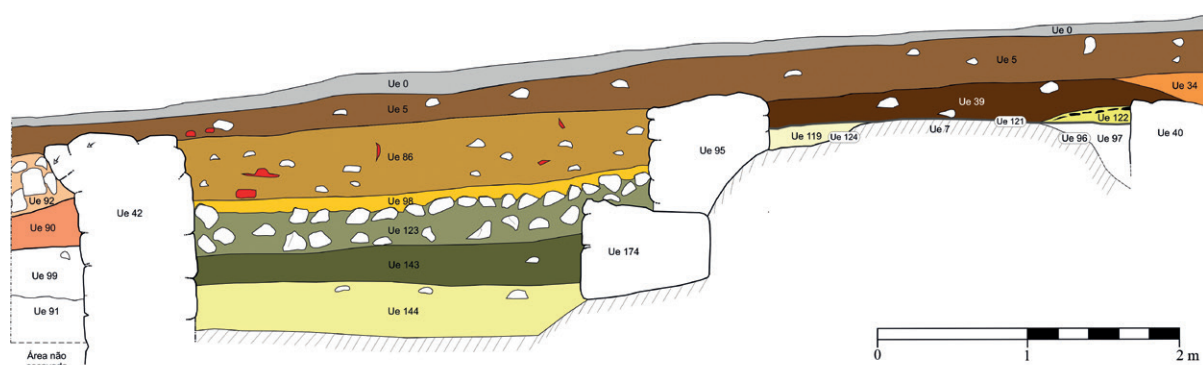
I.19 – Ambiente 6 da Sondagem 4.



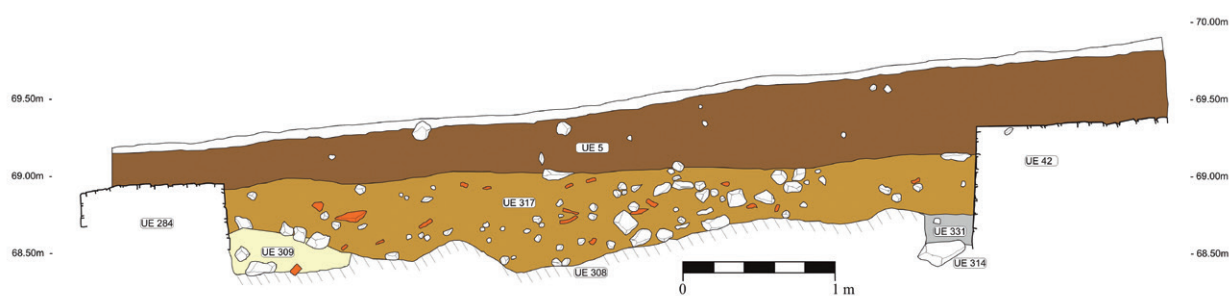
I.20 – Pormenor da ampla parede delimitadora do urbanismo, UE [51].



I.21 – Perfil Sul da área de Sondagem 4, correspondendo aos Ambientes 12, 13 e 16.



I.22 – Perfil Sul da área de Sondagem 4, correspondendo aos Ambientes 4, 7 e 9.



I.23 – Perfil Sul da área de Sondagem 4, correspondendo ao Ambiente 10.



I.24 – Ambiente 18 da Sondagem 4.



I.25 – Pormenor do pavimento em tijolos losangulares do Ambiente 18.



I.26 – Pormenor do pavimento e derrube das paredes do Ambiente 19.



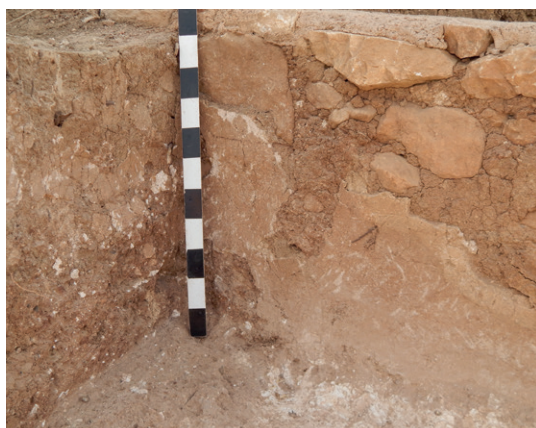
I.27 – Limpeza do pavimento do pátio, Ambiente 2.



I.28 – Alçado Oeste da estrutura UE [20].



I.29 – Vista de enquadramento do Ambiente 14.



I.30 – Pormenor do revestimento do Ambiente 14.



I.32 – Pormenor de fragmento de fundo de Verniz Negro Itálico, Ambiente 5.



I.31 – Vista aérea da Sondagem 4. Em primeiro plano, estruturas da Fase 1.



I.33 – Ânfora ovoide 6 do Guadalquivir, níveis de abandono, Ambiente 24.



I.34 – Ânfora ovoide 6 do Guadalquivir, níveis de abandono, Ambiente 10.



I.35 – Ânfora ovoide 1 do vale do Tejo/Sado, Ambiente 10.



I.36 – Ânfora ovoide do Guadalquivir, níveis de abandono, Ambiente 3.



I.37 – Ânfora ovoide 6 do Guadalquivir, níveis de abandono, Ambiente 24.



I.38 – Pormenor de escavação de grande contentor de armazenamento, níveis de abandono, Ambiente 21.



I.39 – Detalhe do decorrer da escavação do umbo de escudo romano em ferro, Ambiente 1.



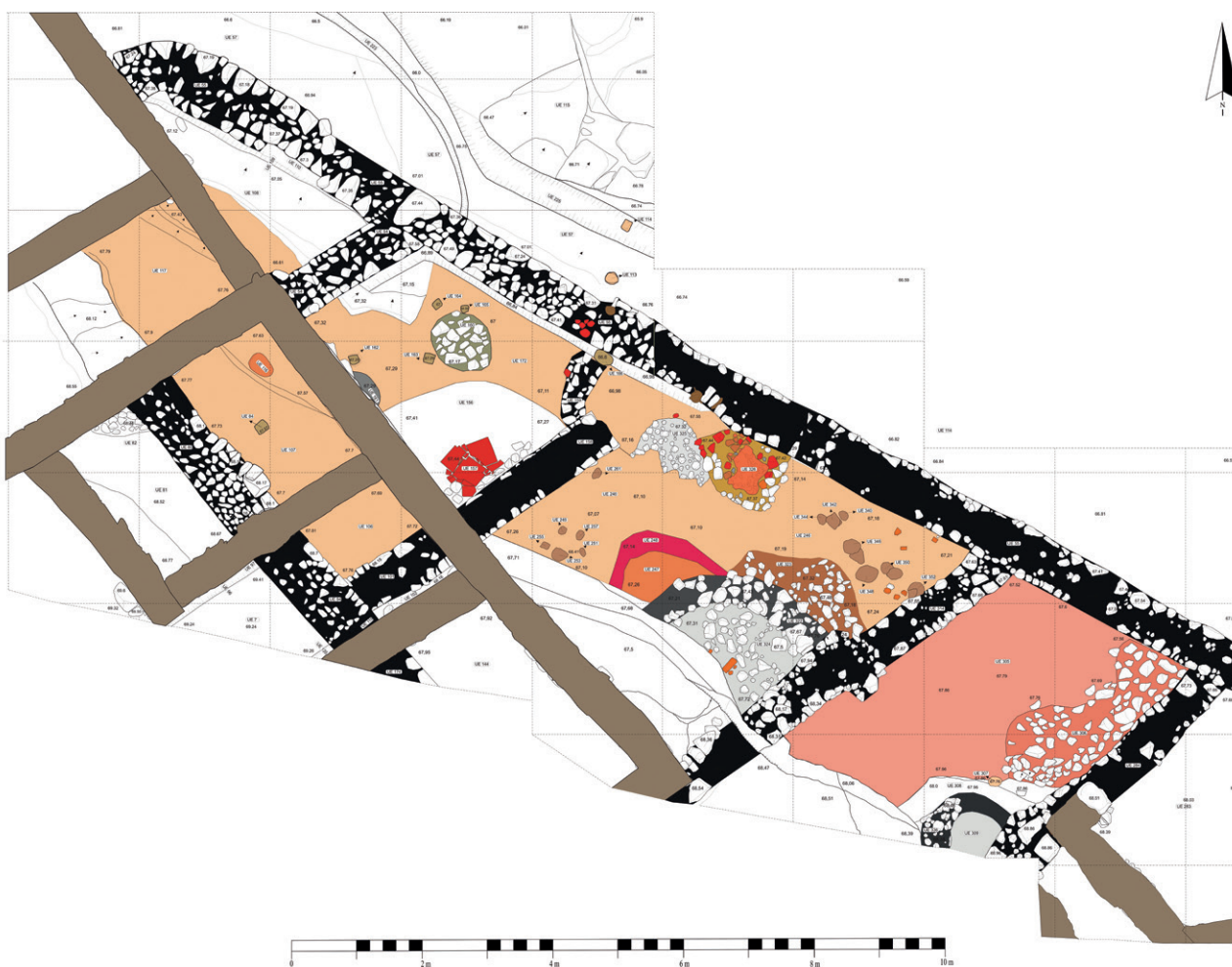
I.40 – Escudo romano em ferro recolhido nos níveis de abandono do Ambiente 1.



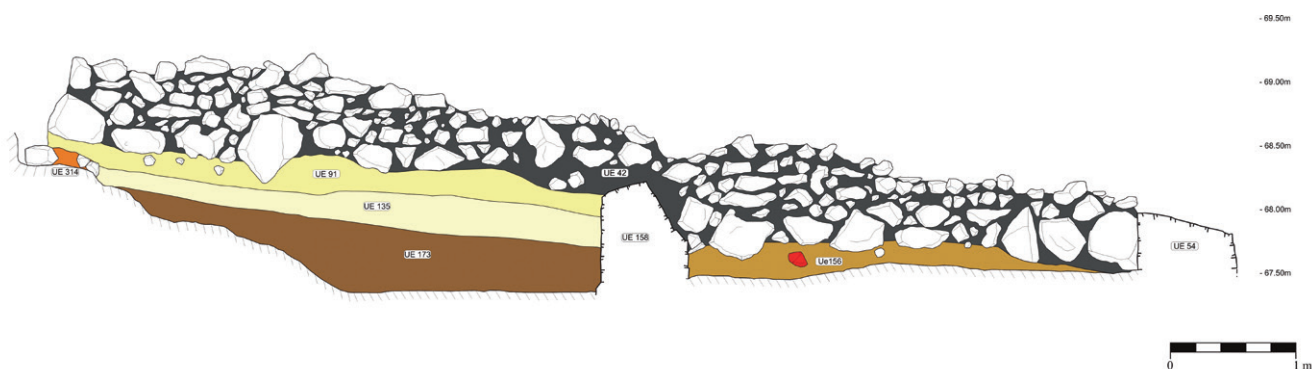
I.41 – Chave romana em ferro recolhida nos níveis de abandono do Ambiente 10.



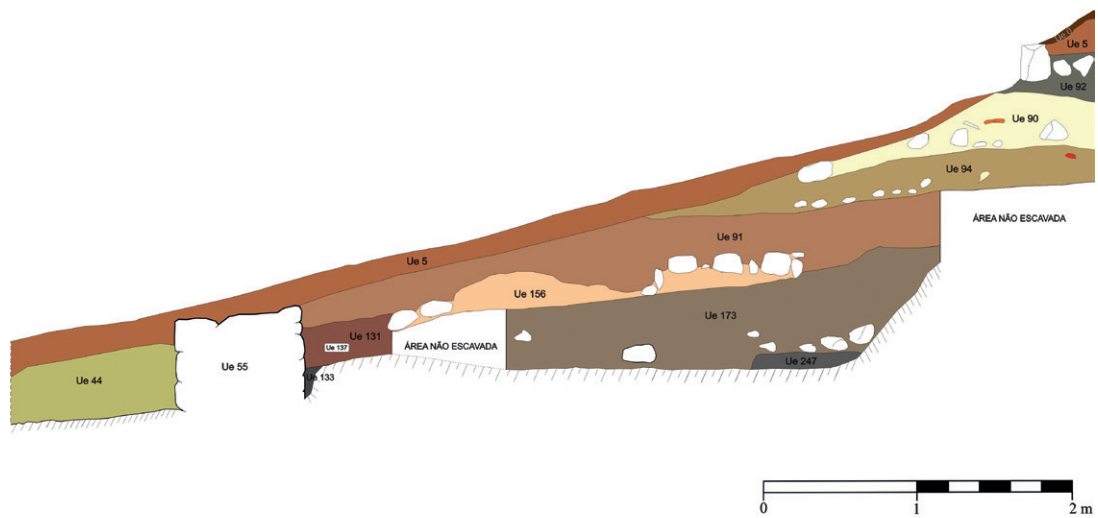
I.42 – Tacho recolhido nos níveis de abandono do Ambiente 1.



I.43 – Planta parcial da área de Sondagem 4, com um enfoque nas estruturas da primeira fase de ocupação, a negro, que se desenvolvem sob o edifício castanho, igualmente de cronologia romana republicana.



I.44 – Alçado UE [42], sendo bem visível a sobreposição desta com a estrutura UE [314], assim como a estratigrafia associada a esta e à parede UE [158].



I.45 – Perfil Oeste do Ambiente 10 da Sondagem 4.



I.46 – Níveis da primeira fase de ocupação da Sondagem 4, Ambiente 10.



I.48 – Sobreposição de estruturas das duas fases de ocupação da Sondagem 4, Ambientes 6 e 10.

I.47 – Pormenor de lareira com tégulas associadas à primeira fase de ocupação da Sondagem 4, Ambiente 10.



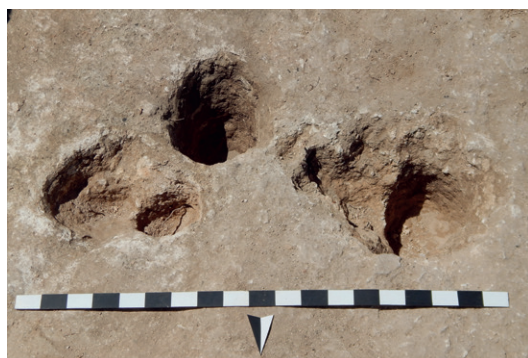
I.49 – Níveis da primeira fase de ocupação da Sondagem 4, Ambiente 10.



I.50 – Detalhe da escavação de buracos de poste, Ambiente 10.



I.52 – Conjunto de pesos de tear encontrados no decorrer da intervenção no Ambiente 10.



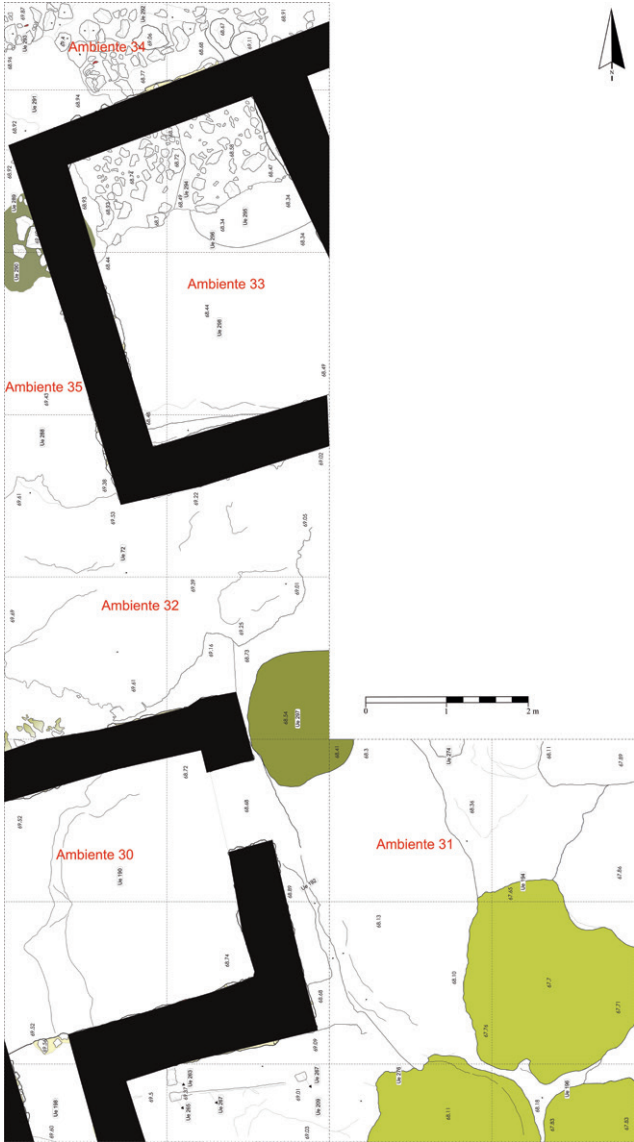
I.51 – Buracos de poste no final da escavação, Ambiente 10.



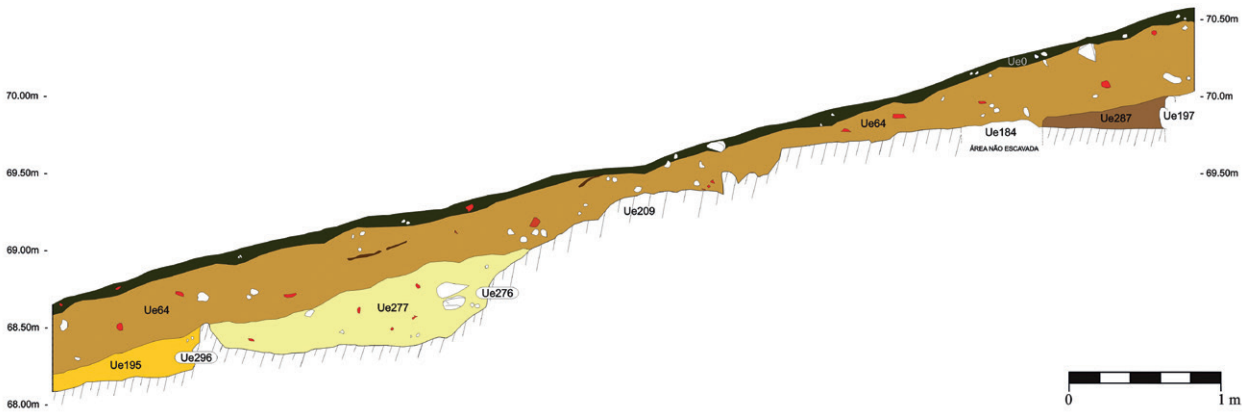
I.53 – Estrutura de combustão com base assente em fragmentos cerâmicos, Ambiente 10.



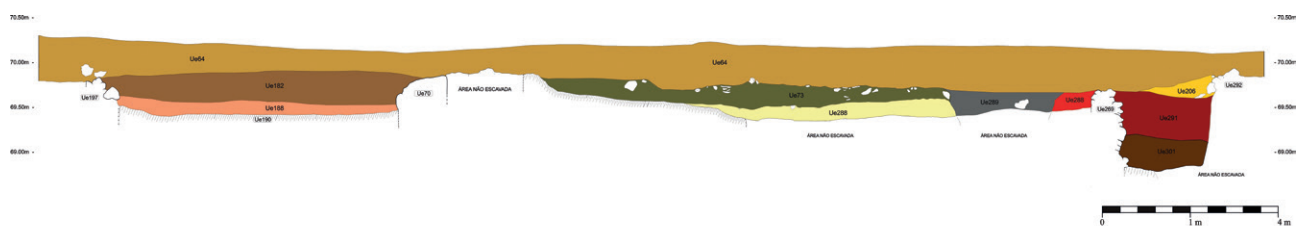
I.54 – Planta final, Sondagem 5.



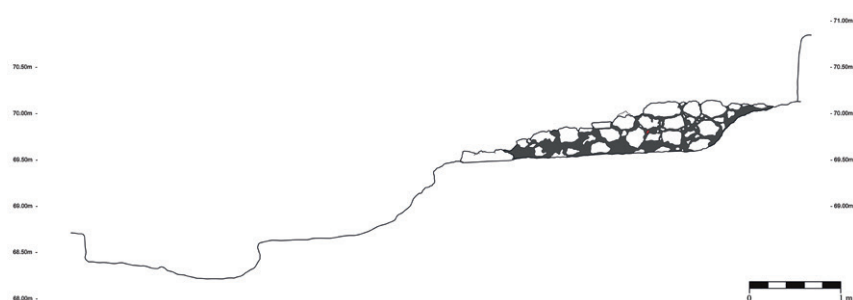
I.55 – Planta de síntese da área de Sondagem 5, com a localização dos Ambientes.



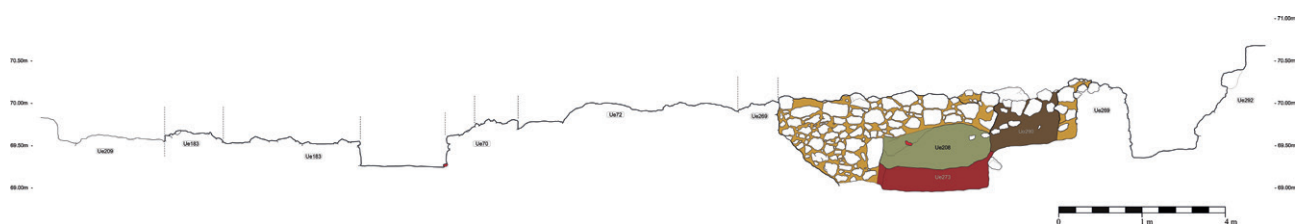
I.56 – Perfil Sul da área de Sondagem 5.



I.57 – Perfil Oeste da área de Sondagem 5.



I.58 – Corte e alçado da área de Sondagem 5, correspondendo aos Ambientes 30 e 31.



I.59 – Corte e alçado da área de Sondagem 5, correspondendo aos Ambientes 30, 32, 33 e 34.



I.60 – Vista aérea da Sondagem 5.



I.61 – Pavimento da rua, Ambiente 32, Sondagem 5.



I.62 – Enchimento fossa, Ambiente 31, Sondagem 5.



I.63 – Pormenor escavação fossa, Ambiente 31, Sondagem 5. Em primeiro plano disco de lucerna.



I.64 – Pormenor escavação lucerna, identificada no enchimento de uma fossa, Ambiente 31, Sondagem 5.



I.65 – Vista geral fossa e estruturas negativas, Ambiente 31, Sondagem 5.



I.66 – Ambiente 30, Sondagem 5.



I.67 – Ambiente 33, Sondagem 5.



I.68 – Pormenor escavação ânfora ovoide 6 do Guadalquivir, Ambiente 33, Sondagem 5.



I.69 – Pormenor escavação fibula, Ambiente 33, Sondagem 5.



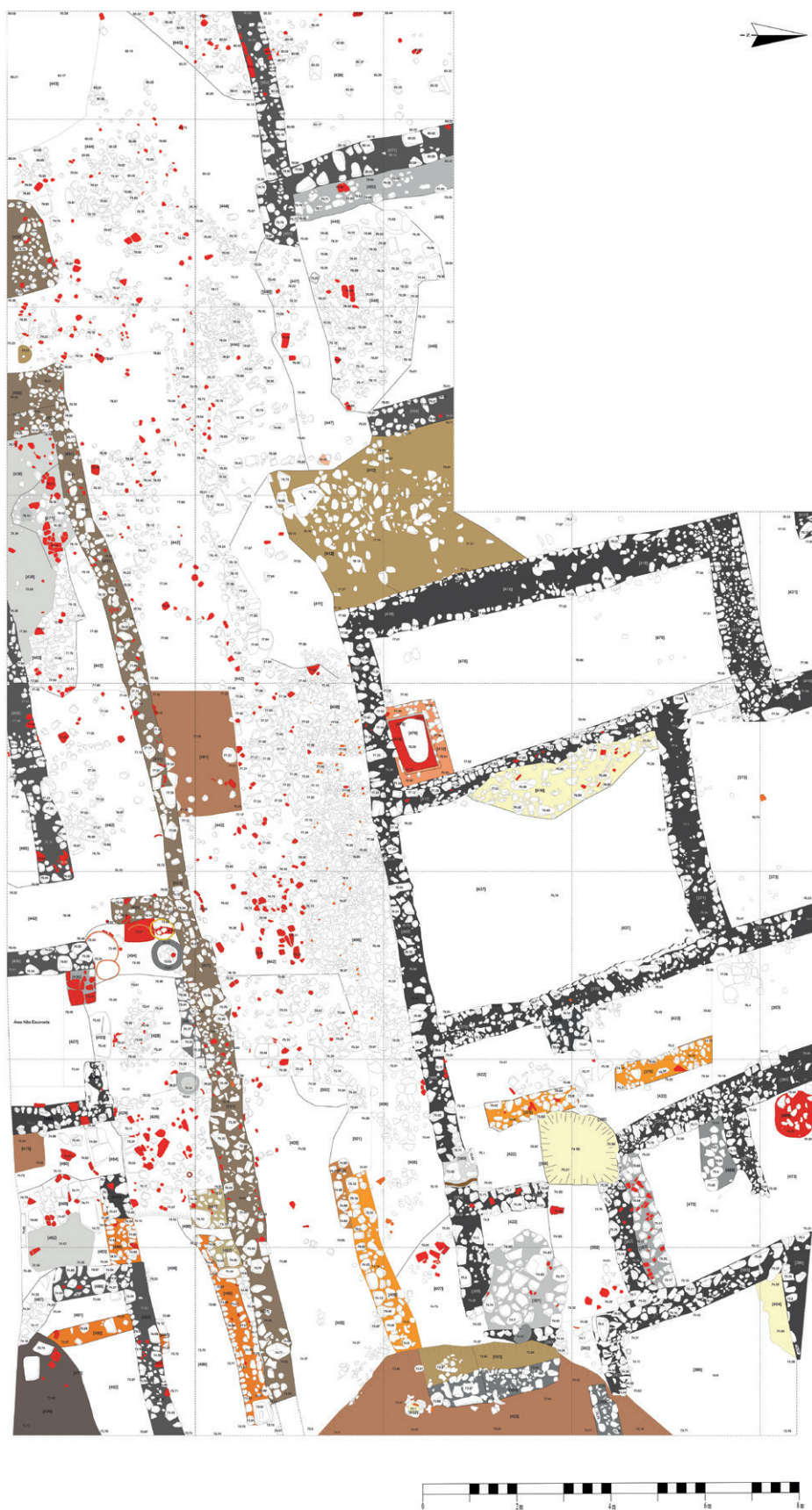
I.70 – Pormenor escavação faca afalcatada, Ambiente 30, Sondagem 5.



I.71 – Pormenor escavação ânfora ovoide 1 Gaditana, Ambiente 31, Sondagem 5.



I.72 – Pormenor alçado estrutura UE 269, Ambiente 33, Sondagem 5.



I.73 – Planta final da área de Sondagem 8. A laranja, estruturas romanas republicanas.



I.79 – Ambiente 36, Sondagem 8, visto de Este.



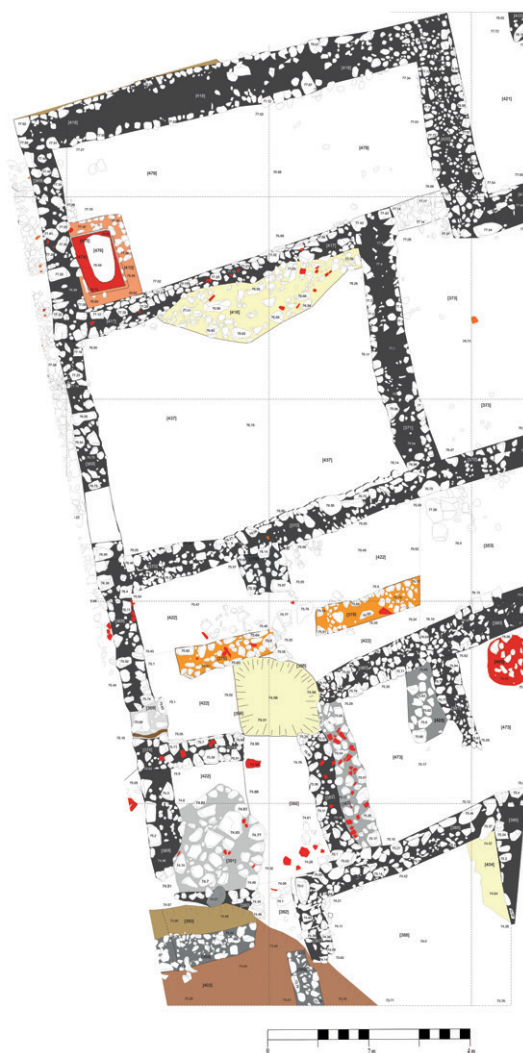
I.80 – Pormenor escavação fibula, Ambiente 36, Sondagem 8.



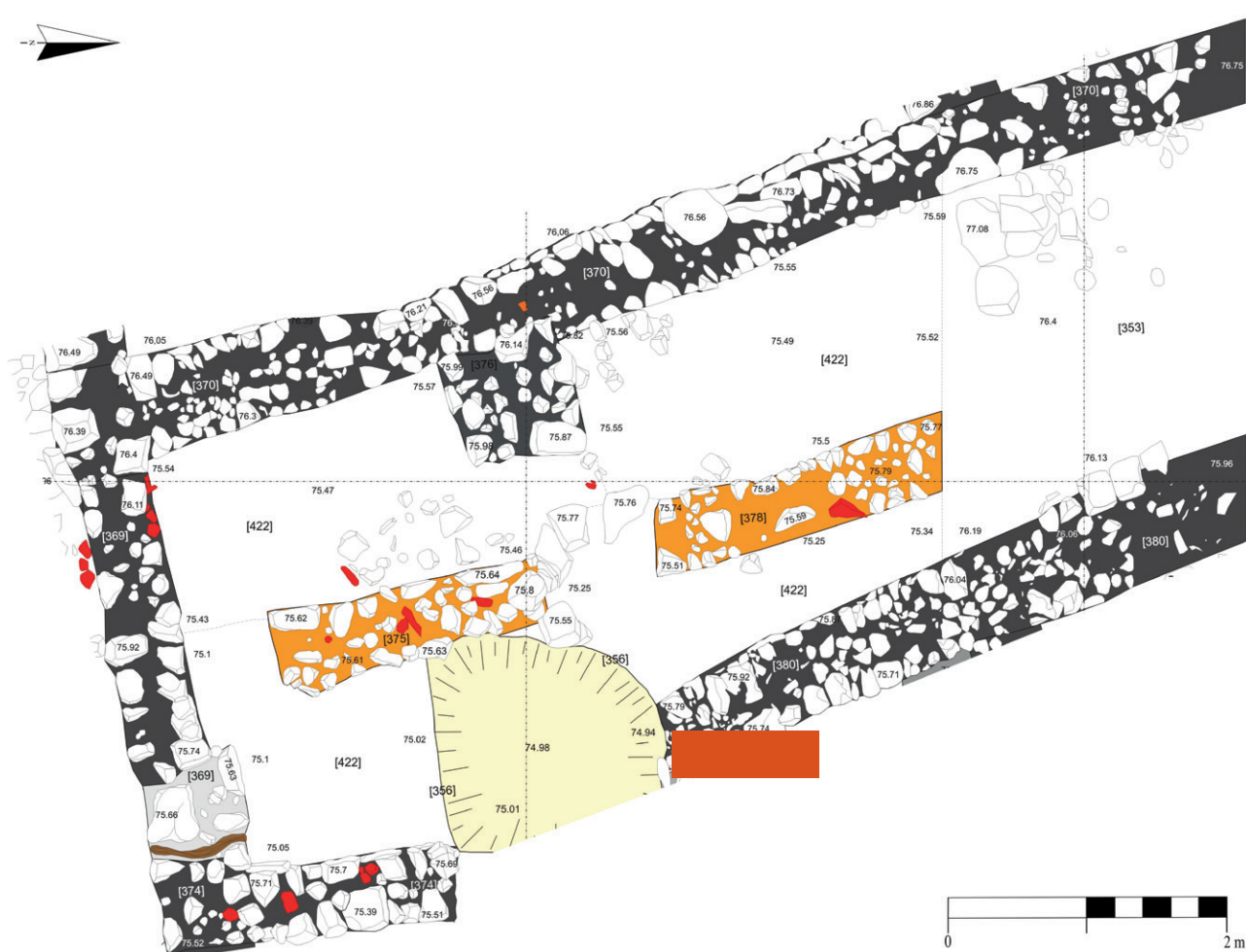
I.81 – Ambiente 38 no início dos trabalhos de escavação em 2018.



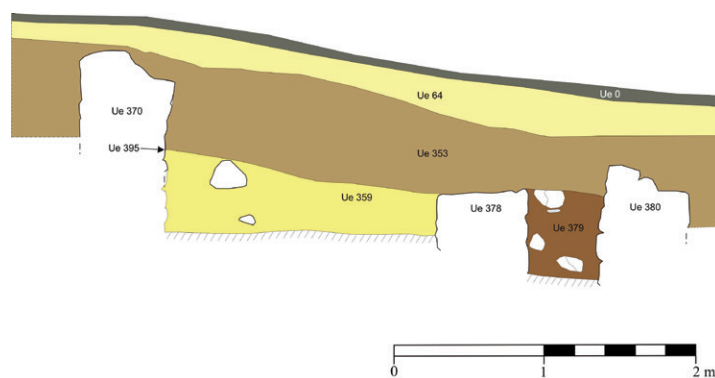
I.82 – Ambiente 40, área de rua de cronologia Augustana, Sondagem 8.



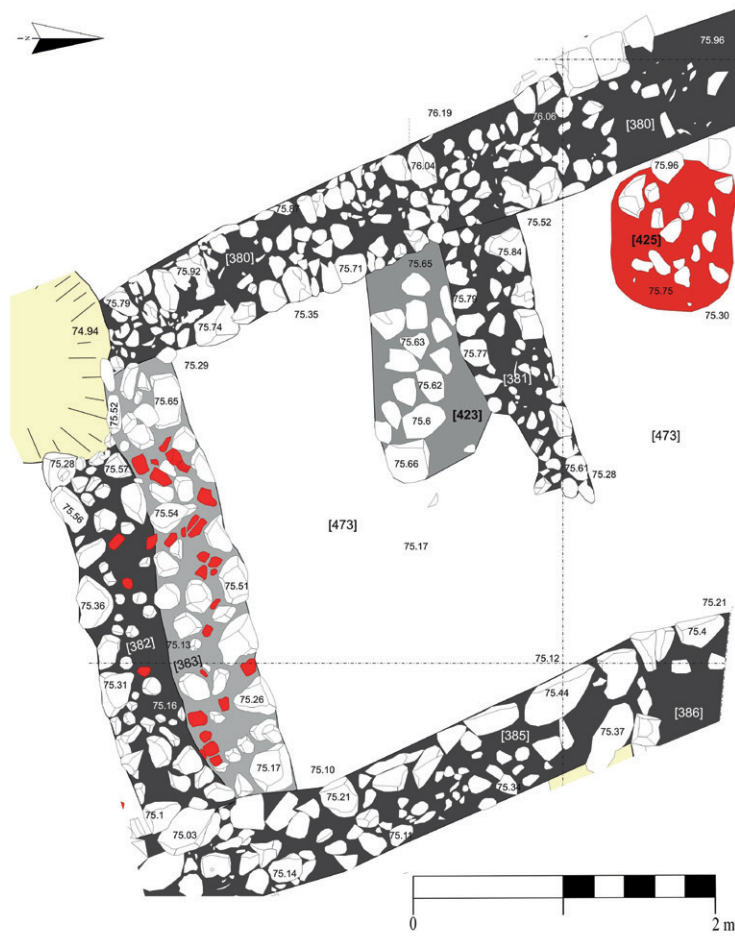
I.83 – Planta do conjunto F, da Sondagem 8, que interpretamos como uma área habitacional/oficinal.



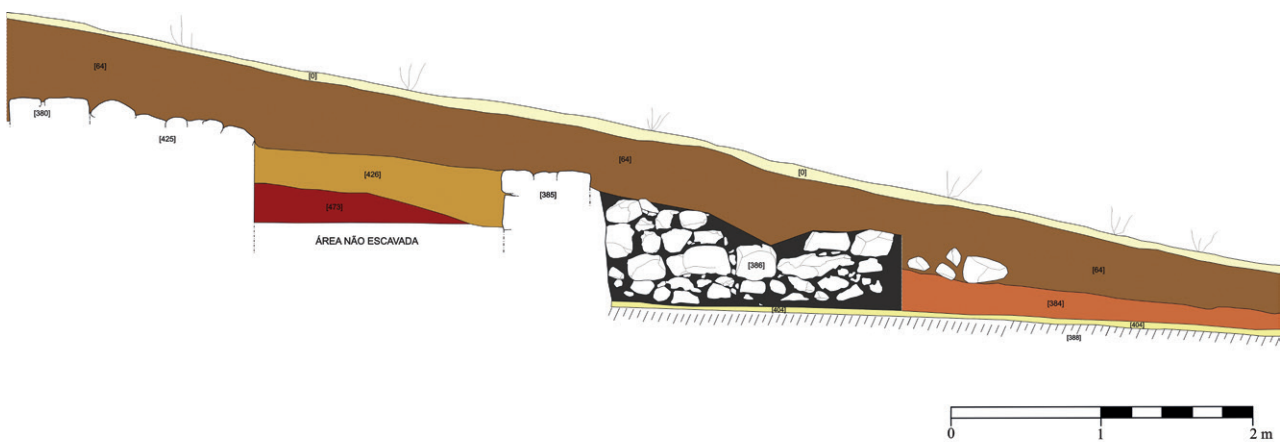
I.84 – Planta final do Ambiente 36 da Sondagem 8. A laranja, estrutura romana republicana.



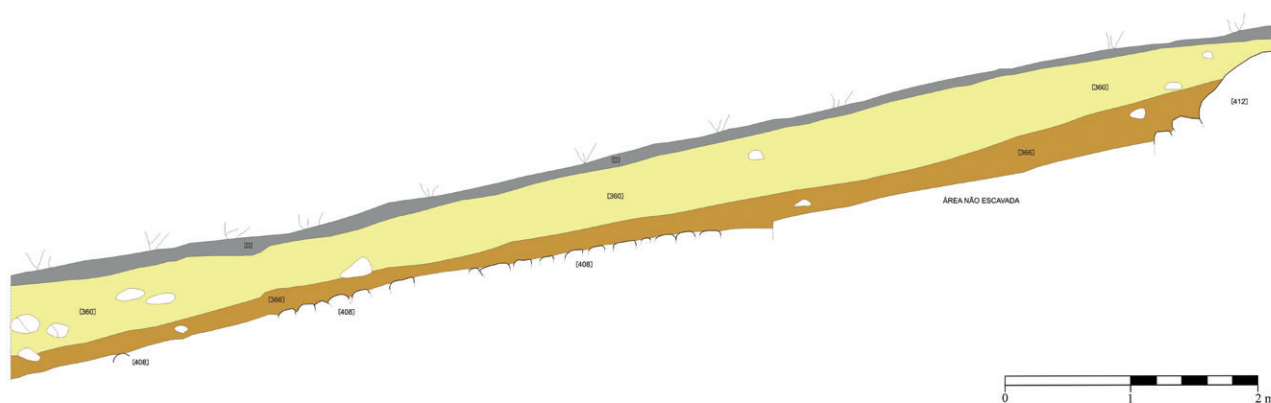
I.85 – Perfil Norte, Ambiente 36, Sondagem 8.



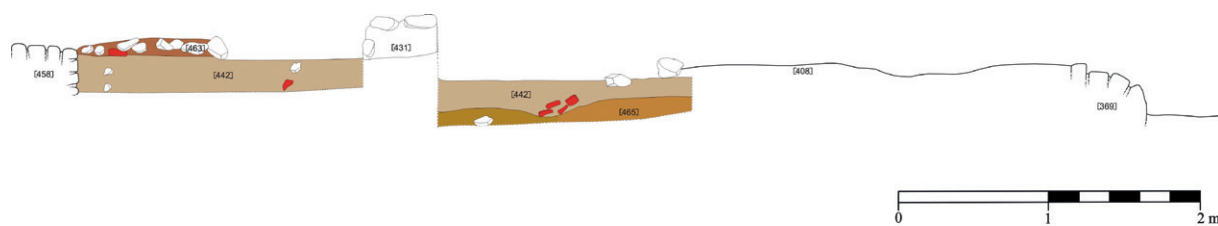
I.86 – Planta final do Ambiente 38, Sondagem 8.



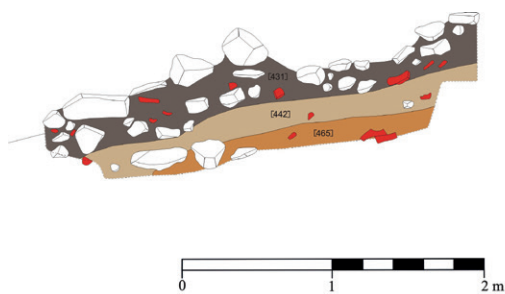
I.87 – Perfil Norte dos Ambientes 38 e 39, Sondagem 8.



I.88 – Perfil Norte, Ambientes 40, Sondagem 8.



I.89 – Perfil Norte, Ambientes 40 e 46, Sondagem 8.



I.90 – Alçado Norte, UE 431, Sondagem 8.



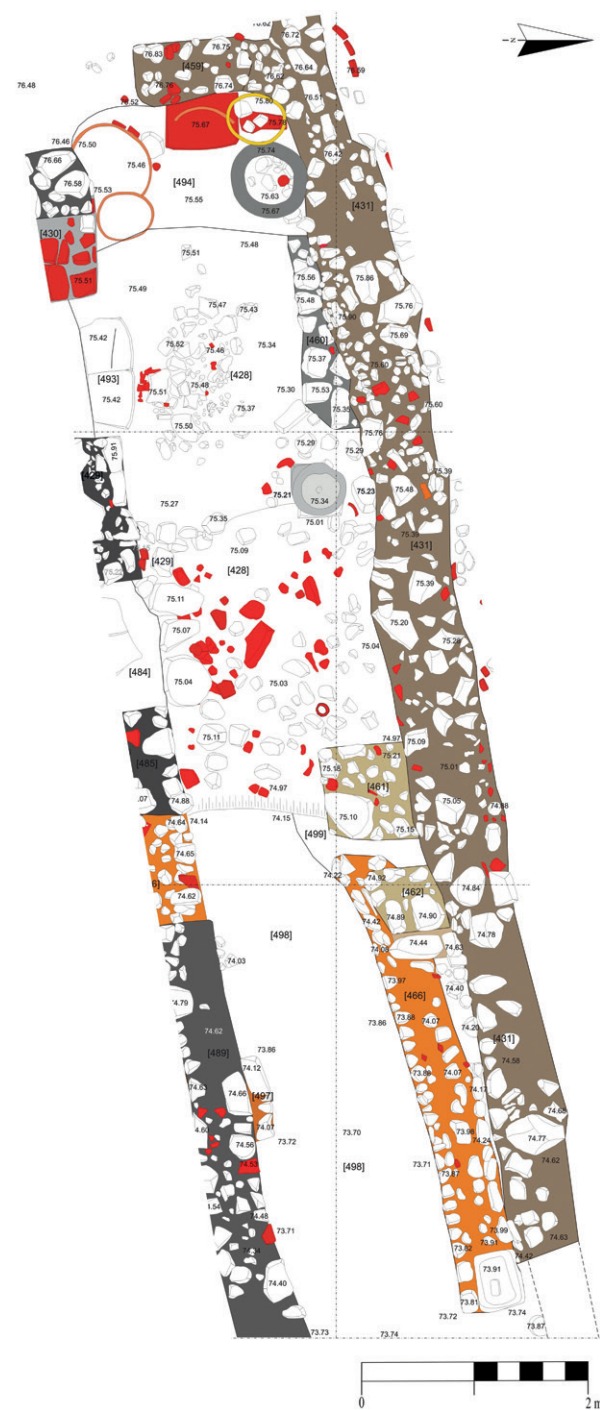
I.91 – Ambiente 40, área de rua de cronologia Augustana, em processo de escavação, em 2018.



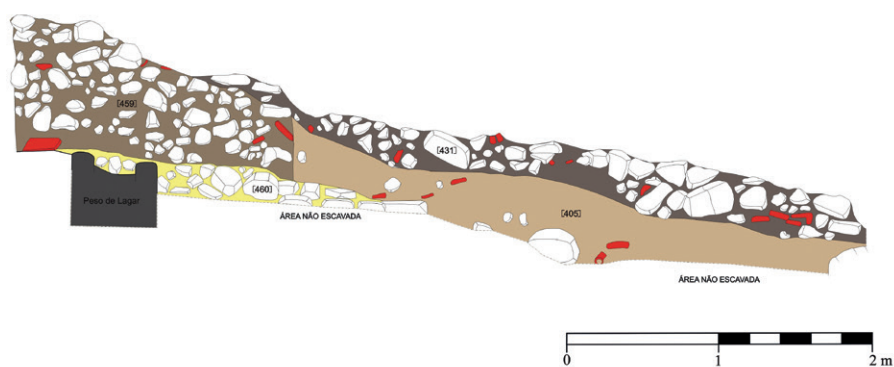
I.92 – Pormenor da sondagem realizada no Ambiente 40, Sondagem 8.



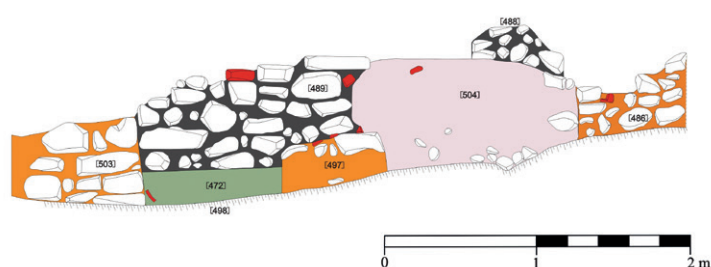
I.93 – Pormenor escavação de ânfora ovoide 6 do Guadalquivir e lâmina de punhal em ferro, sondagem realizada no Ambiente 40.



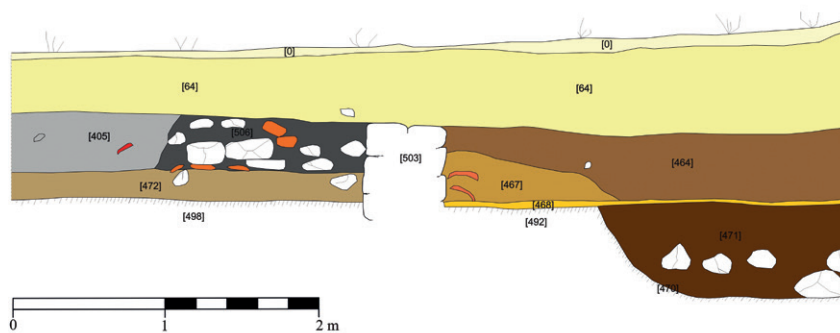
I.94 – Planta parcial do edifício G, Sondagem 8. A laranja, estruturas romano republicanas.



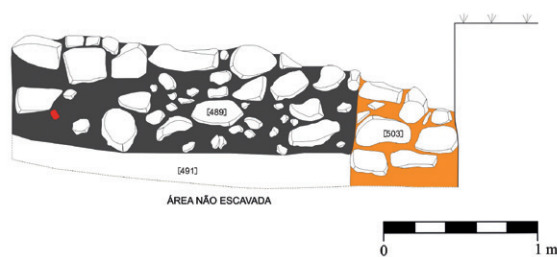
I.95 – Alçado Sul, UE [431], Ambiente 46, Sondagem 8.



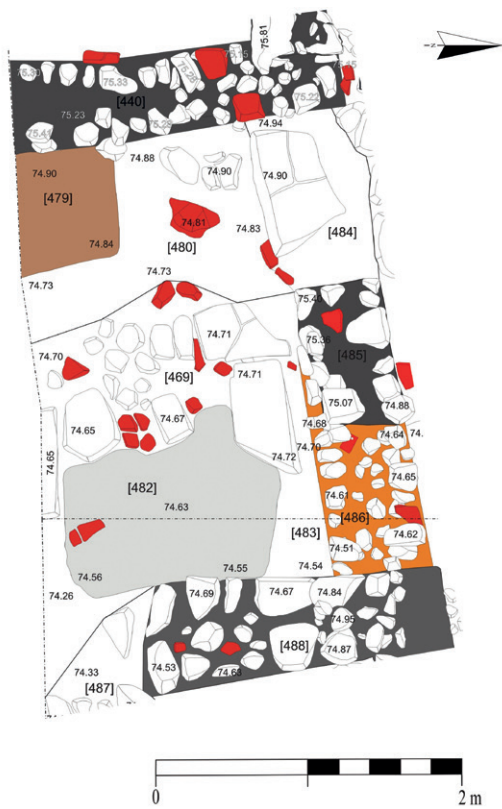
I.96 – Alçado Norte, UE [489], Sondagem 8.



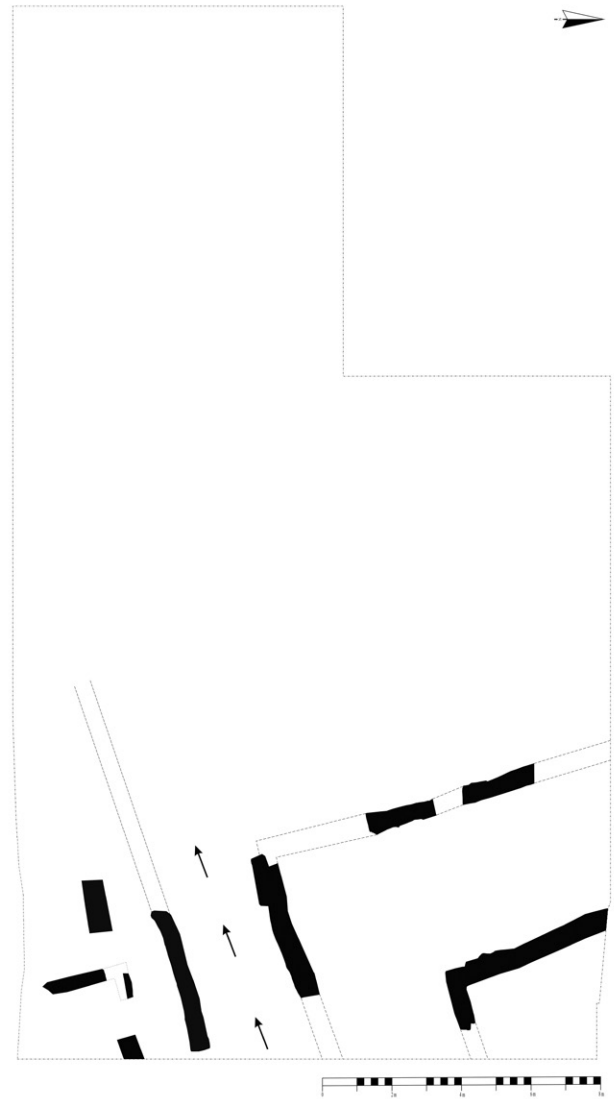
I.97 – Perfil Este, Ambientes 52 e 46, Sondagem 8.



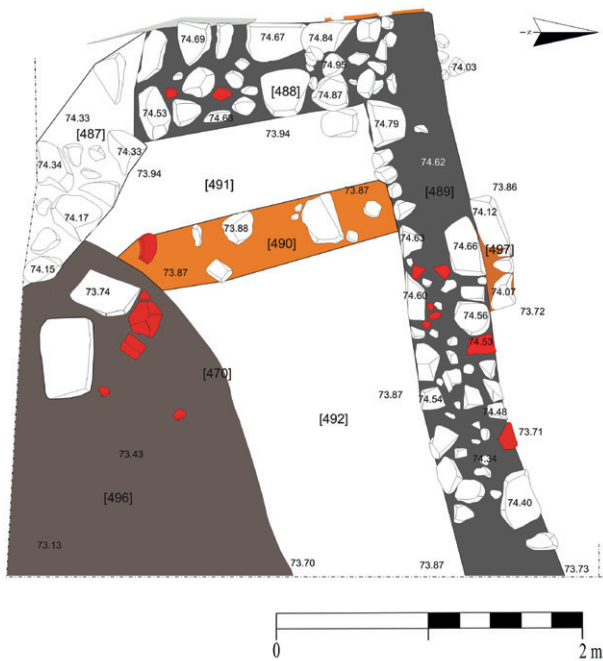
I.98 – Alçado UE [489], Ambiente 52, Sondagem 8.



I.99 – Planta do Ambiente 49, Sondagem 8.



I.101 – Planta simplificada da Sondagem 8, apenas com as estruturas da Fase 2 e com uma proposta de reconstituição das mesmas



I.100 – Planta do Ambiente 52, Sondagem 8.



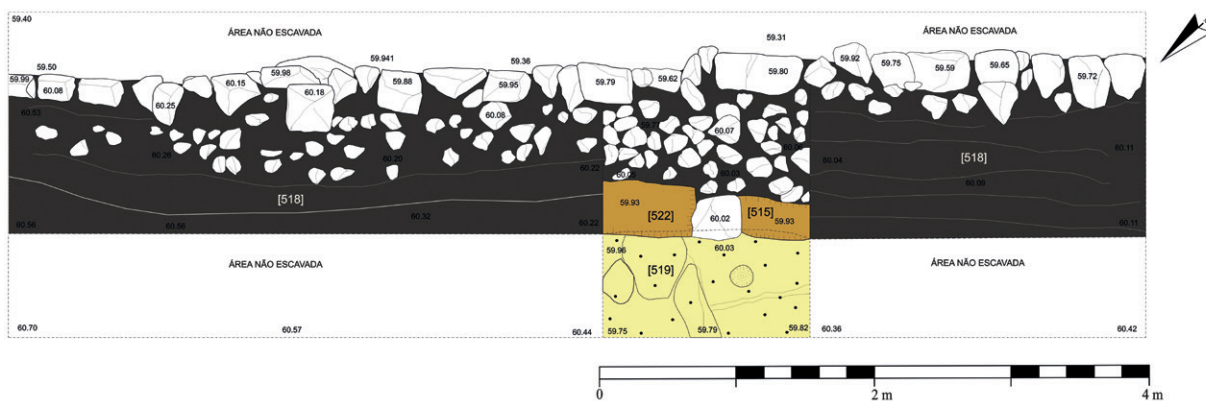
I.102 – Planta simplificada da Sondagem 8, com as estruturas da Fase 3.



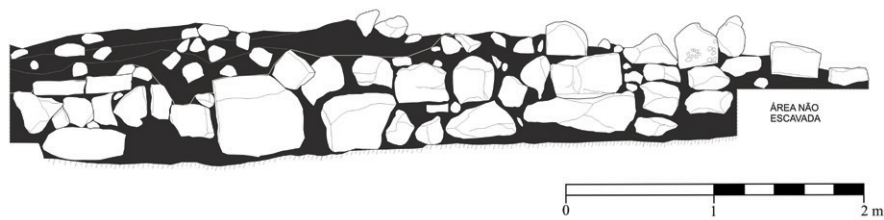
I.104 – Pormenor final dos trabalhos no Ambiente 46, com a estrutura pétrea [466], de cronologia romano republicana, tendo na extremidade um silhar almofadado.



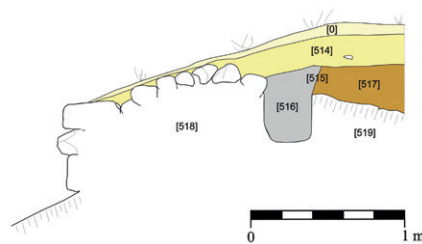
I.103 – Plano final do Ambiente 46, com os Ambientes 49 e 50 à direita. Base de pórtico de rua Augustana.



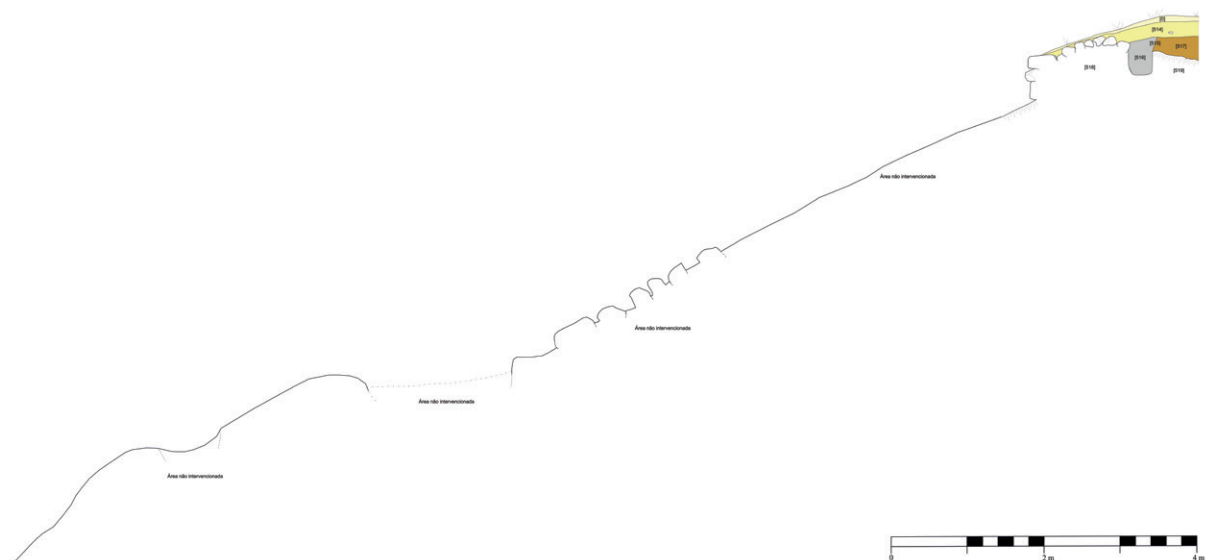
I.105 – Planta Final, Sondagem 9.



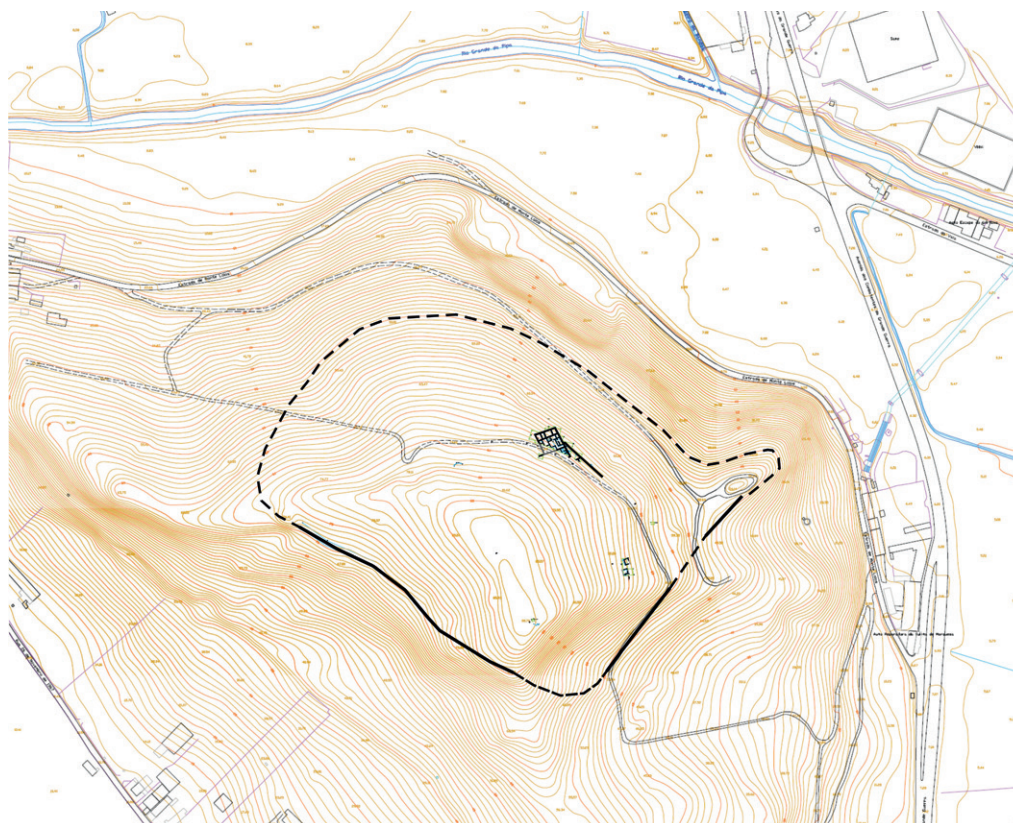
I.106 – Alçado da estrutura UE [518], Sondagem 9.



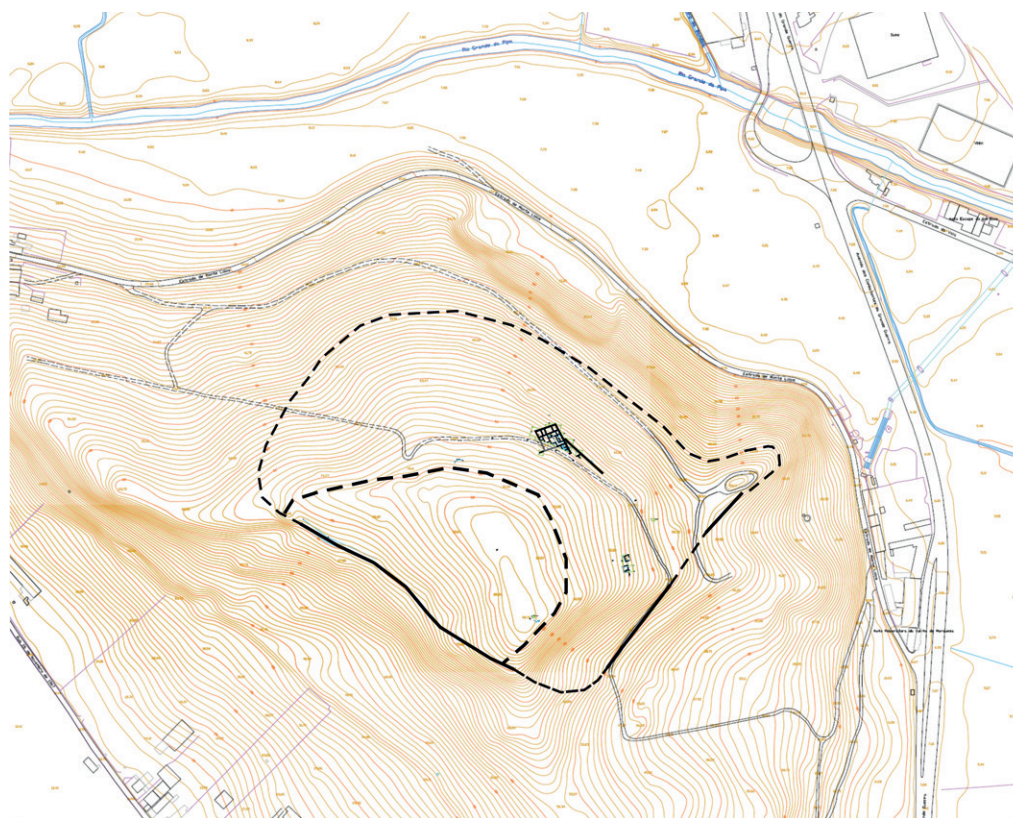
I.107 – Perfil Oeste, Sondagem 9.



I.108 – Corte Muralha, Sondagem 9.



I.109 – Levantamento topográfico do Monte dos Castelinhos, com a localização da muralha romana, a negro parte preservada, e a tracejado reconstituição provável tendo em conta os taludes ainda visíveis.



I.110 – Levantamento topográfico do Monte dos Castelinhos, com a localização da muralha externa e da possível linha defensiva interna.



I.111 – Sondagem 9. Antes do início dos trabalhos, pormenor do caminho que ainda hoje existe sobre a muralha.



I.112 – Sondagem 9. Início dos trabalhos após desmatção e limpeza da área a sondar.



I.113 – Plano da Sondagem à Muralha. Sendo visíveis o amplo domínio visual da mesma.



I.114 – Sondagem 9. Plano final da sondagem à muralha.



I.115 – Sondagem 9. Alçado externo da muralha.



I.116 – Sondagem 9. Alçado externo da muralha.



I.117 – Sondagem 9. Pormenor das unidades de roubo de pedra do alçado interno da muralha.



I.120 – Sondagem 9. Plano da Sondagem à Muralha. Pormenor do buraco de poste UE [520], antes da sua escavação.



I.121 – Pormenor do buraco de poste UE [520].



I.118 – Sondagem 9. Decorrer dos trabalhos de escavação.



I.119 – Sondagem 9. Vista geral da área do fosso paralelo à linha de muralha.



I.122 – Vista área de Monte dos Castelhos, com localização a vermelho da área de Sondagem 9 e com setas a indicar o alinhamento da muralha aí existente.



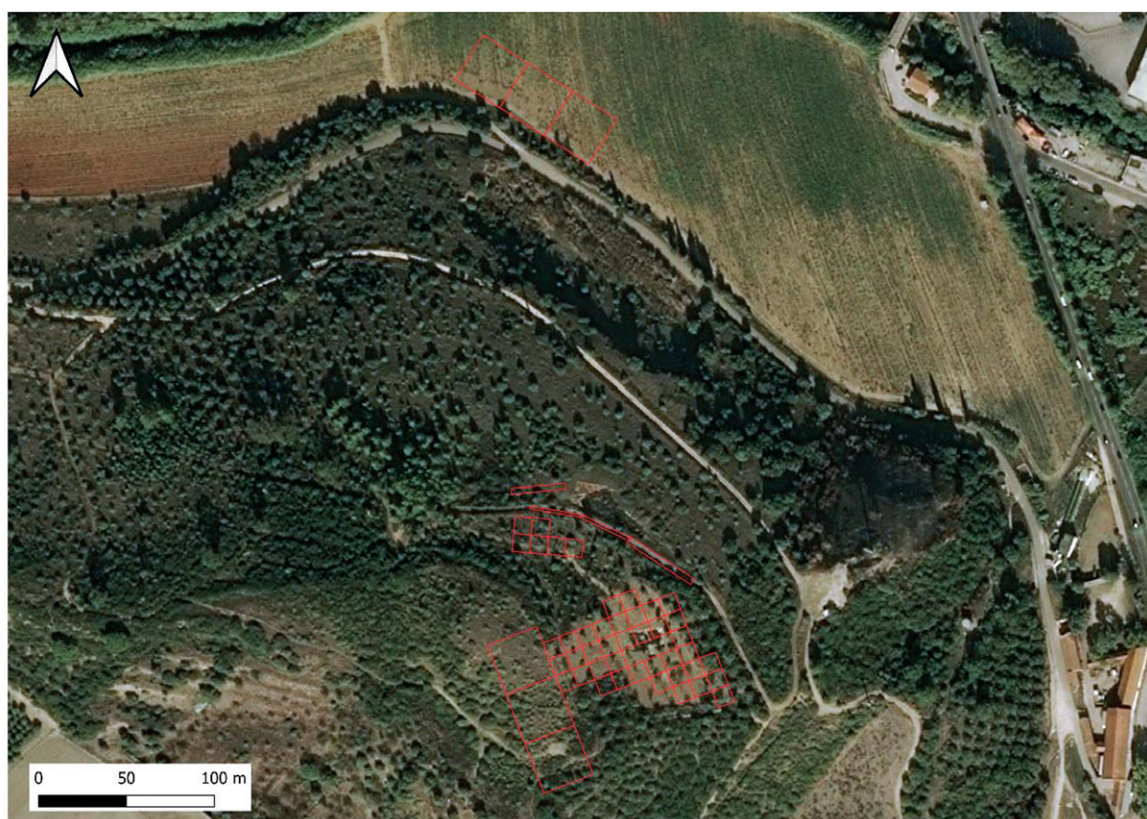
I.123 – Vista área parcial de Monte dos Castelhos, encontrando-se a vermelho assinalados os vestígios observáveis da muralha pétrea do sítio.



I.124 – Pormenor da fotografia aérea N.º 3411 da Usaf de 1958, CIGeoE. A amarelo, setas destacando a interpretação das defesas do sítio.



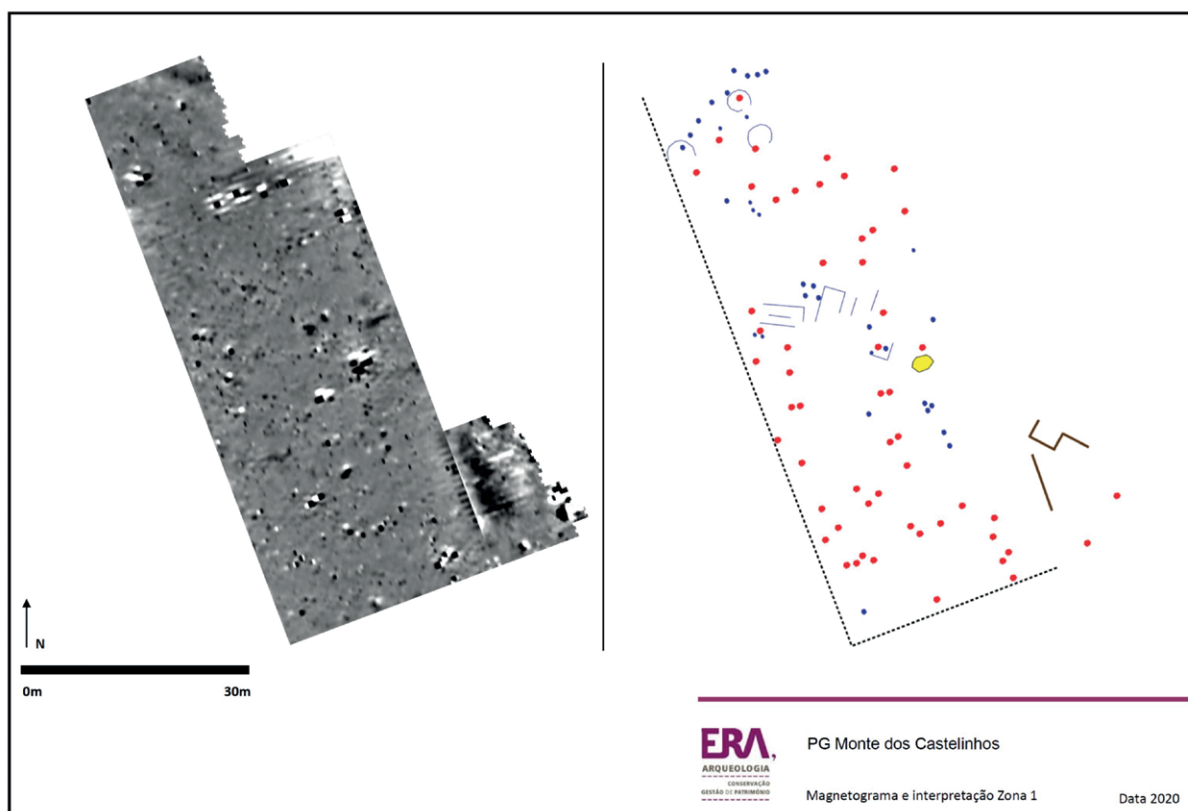
I.125 – Pormenor da fotografia aérea N.º 2730 da FAP de 1967, CIGeoE. A amarelo, setas destacando a nossa interpretação das defesas do sítio.



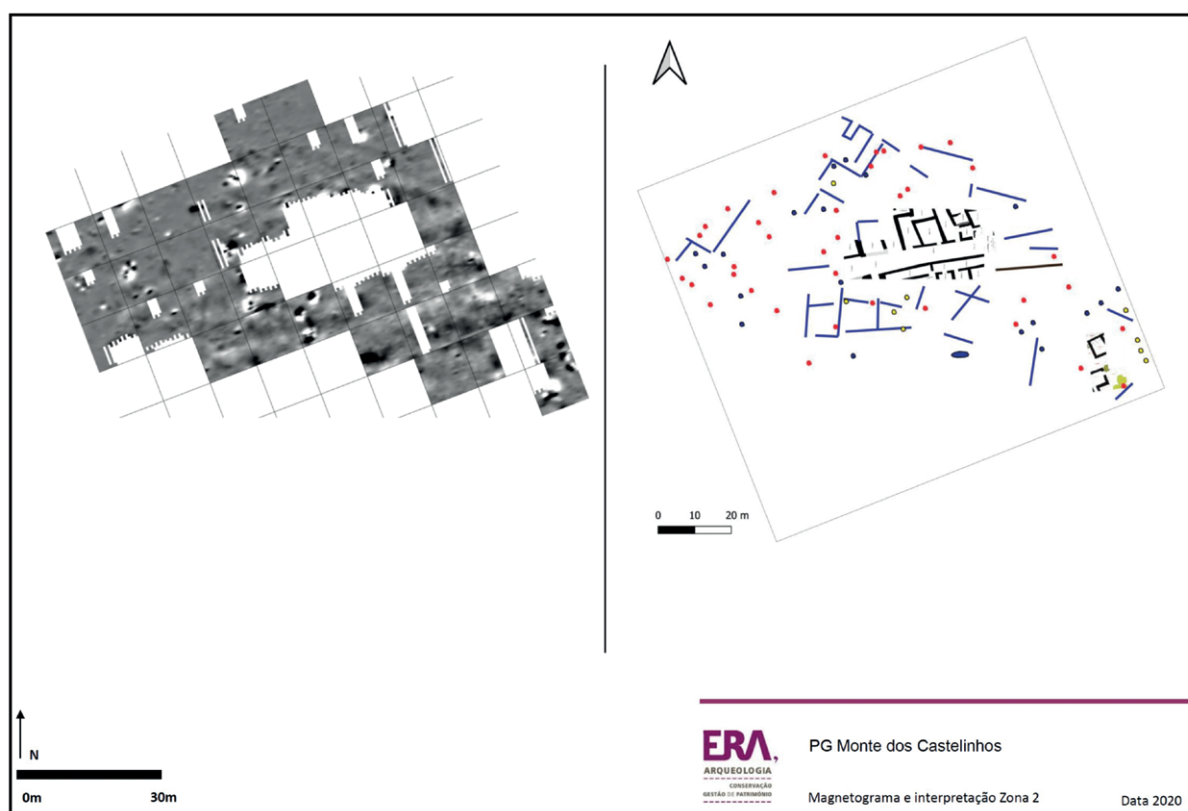
I.126 – Localização da grelha, a vermelho, das áreas intervencionadas pela leitura geofísica (segundo Pereira e Pimenta, 2021, figura1).



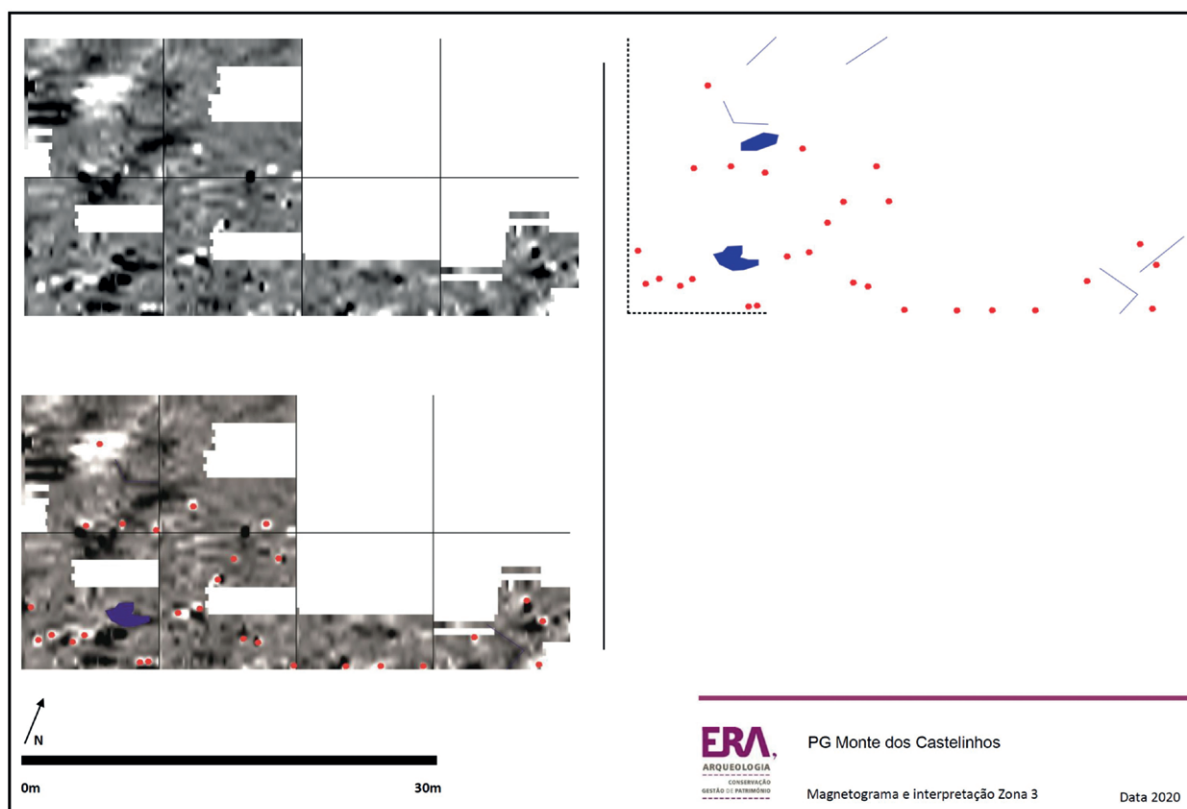
I.127 – Vista aérea de Monte dos Castelinhos, com a localização das áreas onde se efetuaram trabalhos de geofísica (segundo Pereira e Pimenta, 2021).



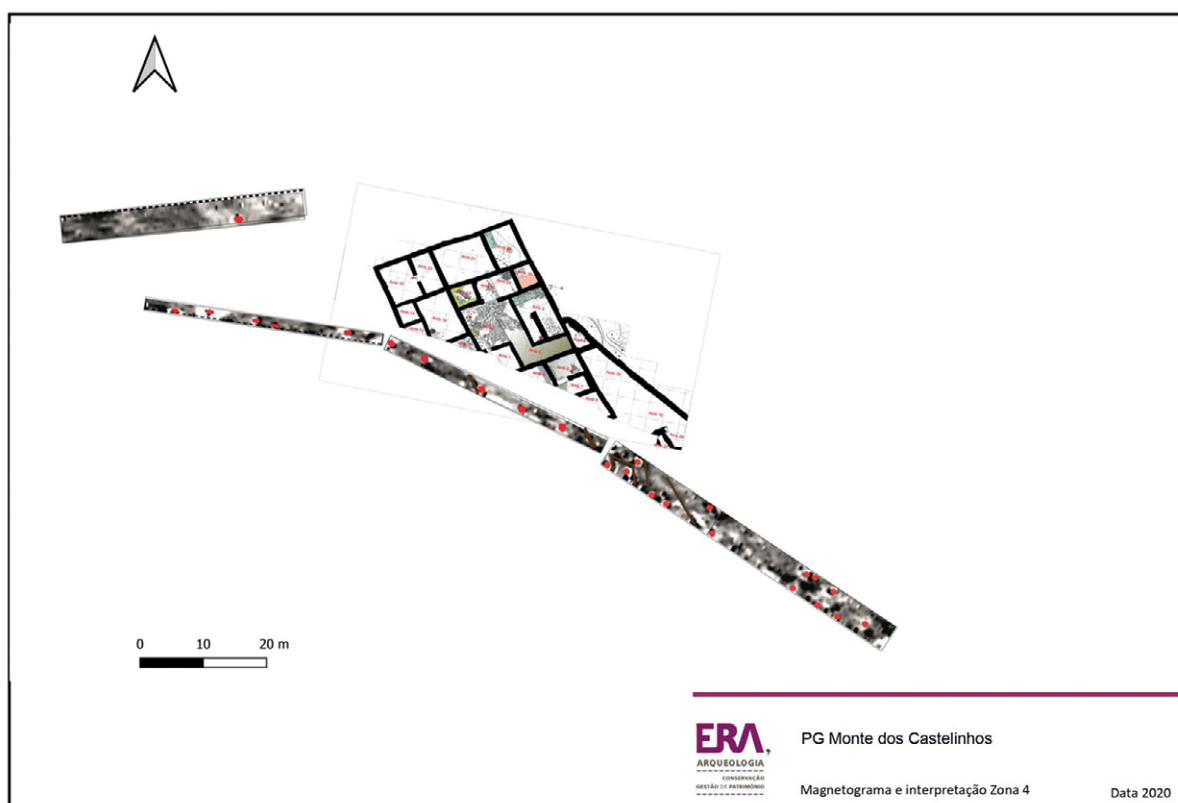
I.128 – Zona 1 dos trabalhos de geofísica realizados em Monte dos Castelinhos, correspondendo ao topo do morro (segundo Pereira e Pimenta, 2021).



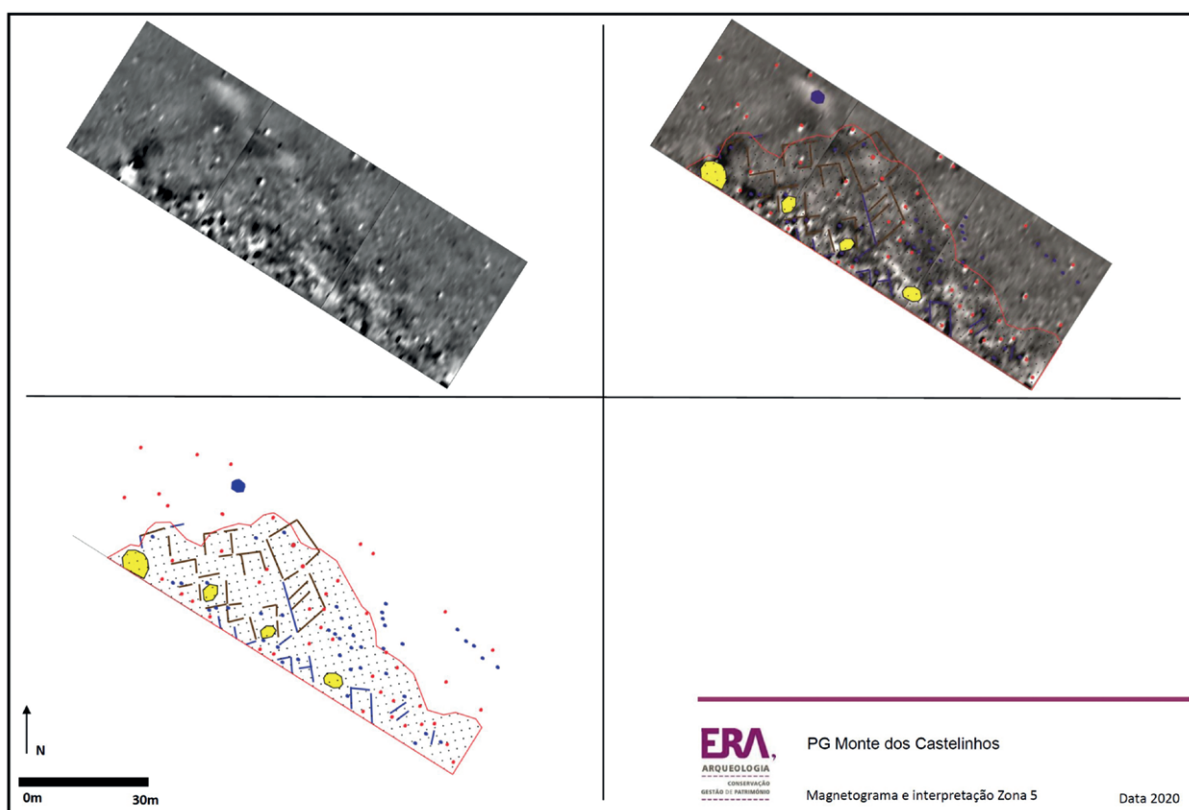
I.129 – Zona 2 dos trabalhos de geofísica realizados em Monte dos Castelinhos, correspondendo à área entre as Sondagens 8 e 5 (segundo Pereira e Pimenta, 2021).



I.130 – Zona 3 dos trabalhos de geofísica realizados em Monte dos Castelinhos, correspondendo à área entre as Sondagens 4 e 6 (segundo Pereira e Pimenta, 2021).



I.131 – Zona 4 dos trabalhos de geofísica realizados em Monte dos Castelinhos, correspondendo à área da Sondagem 4 e da estrada aí existente (segundo Pereira e Pimenta, 2021).



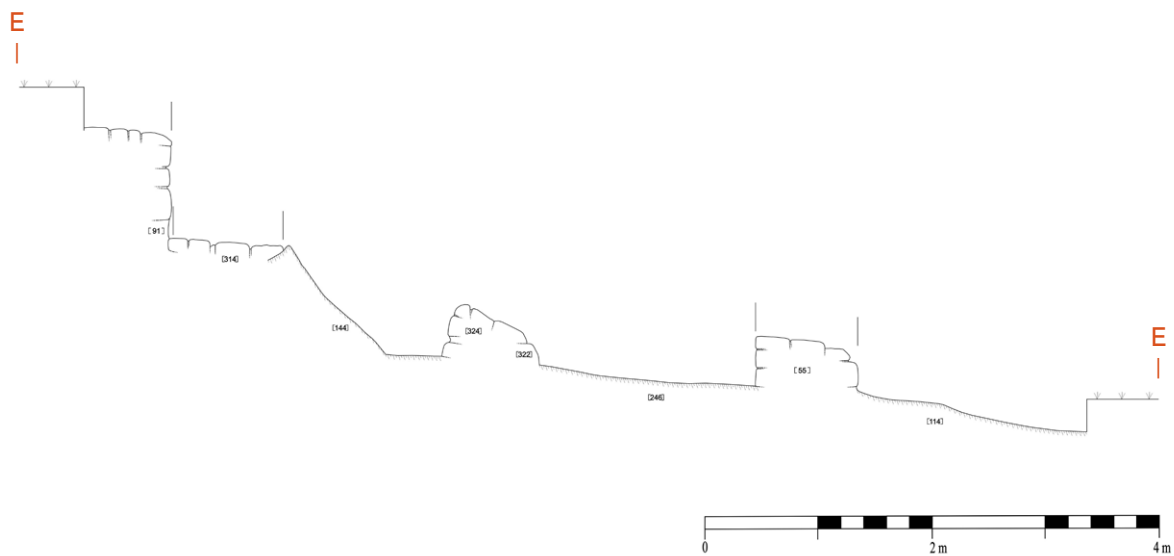
I.132 – Zona 5 dos trabalhos de geofísica realizados em Monte dos Castelinhos, correspondendo à área do sopé do morro (segundo Pereira e Pimenta, 2021).



I.133 – Planta parcial da Sondagem 4, correspondendo às estruturas da fase 1, com indicação dos cortes.



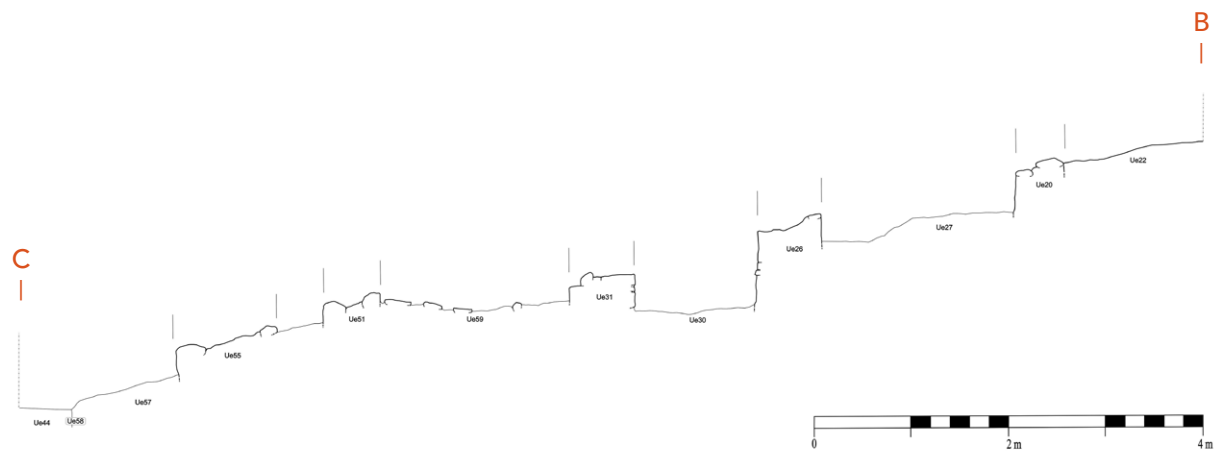
I.134 – Corte D – D, das estruturas da Fase 1 identificadas na área de Sondagem 4.



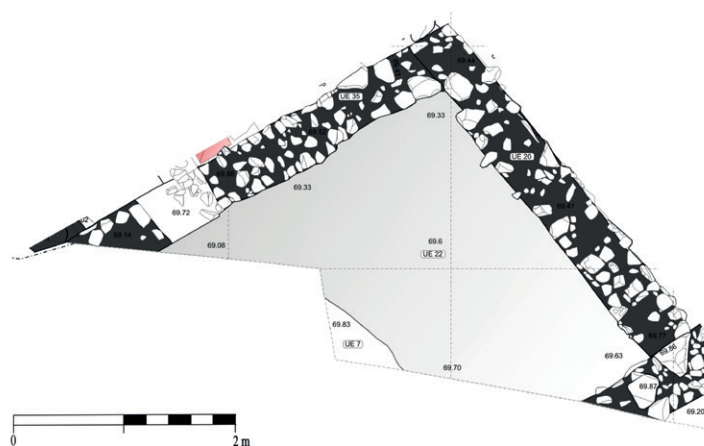
I.135 – Corte E – E, das estruturas da Fase 1 identificadas na área de Sondagem 4.



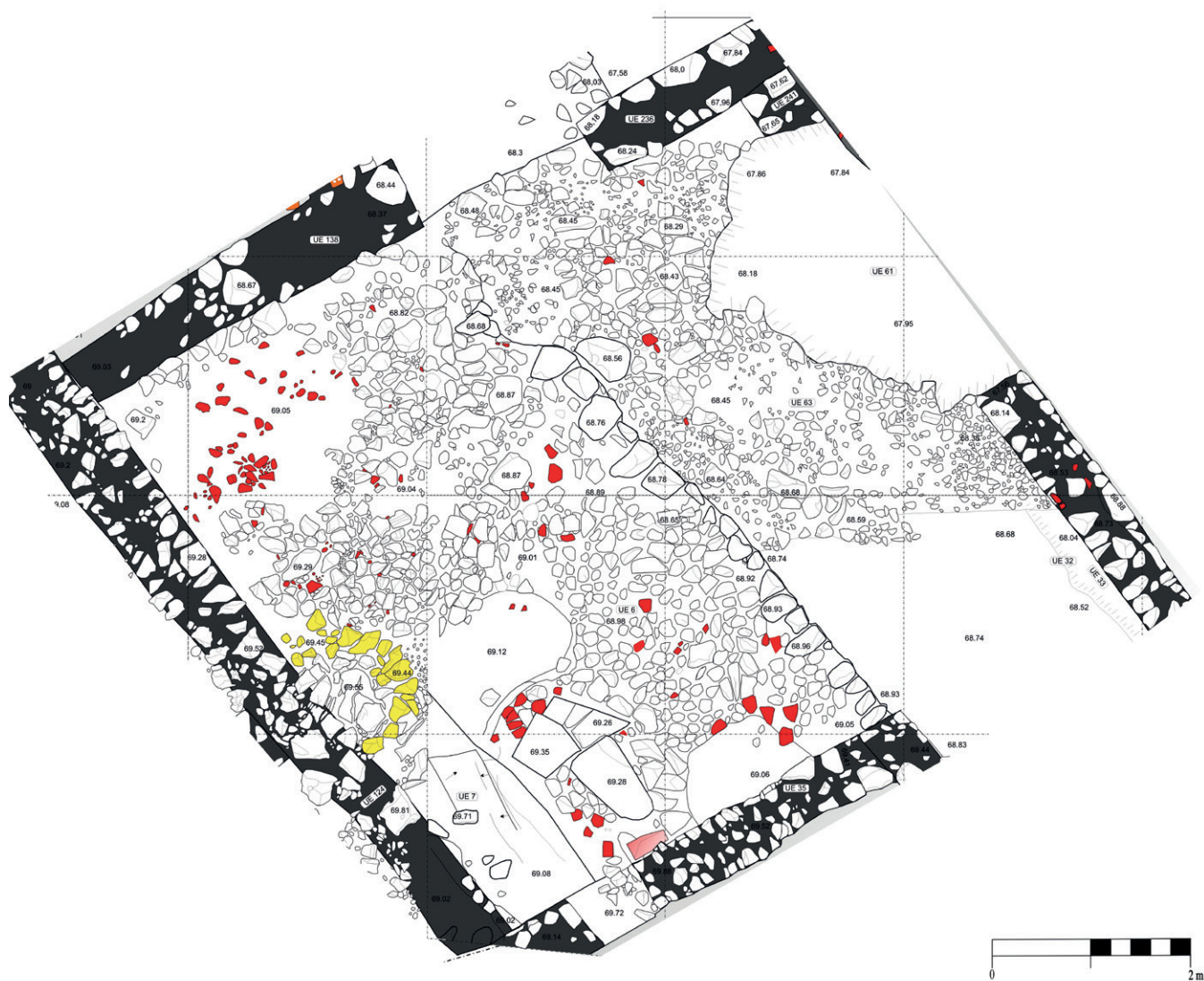
I.139 – Corte C – C, das estruturas da Fase 2 identificadas na área de Sondagem 4.



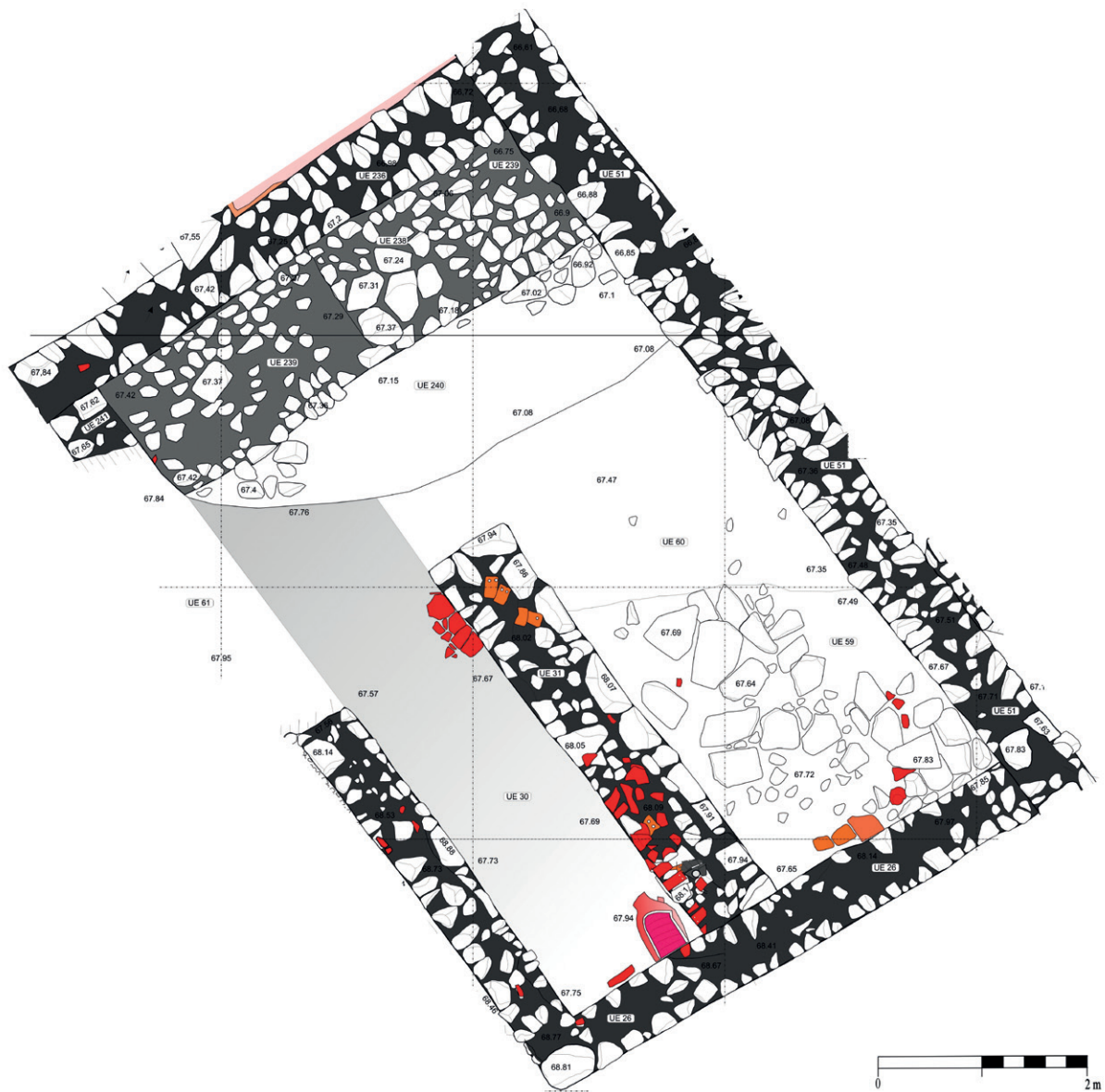
I.140 – Corte C – B, das estruturas da Fase 2 identificadas na área de Sondagem 4.



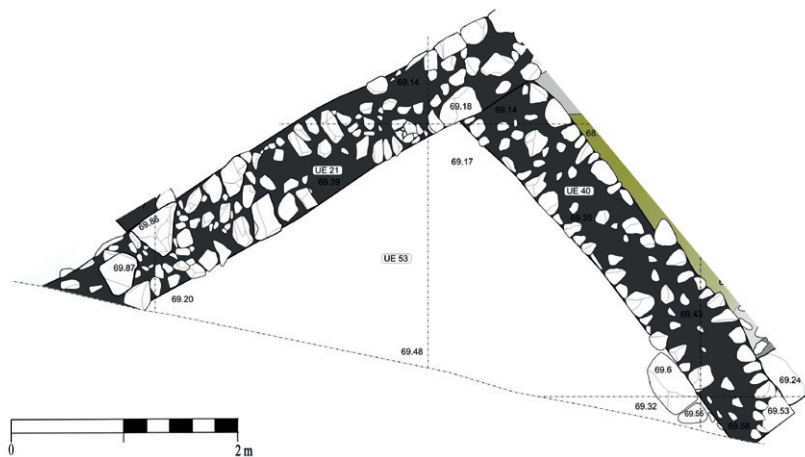
I.141 – Planta do Ambiente 1 da Sondagem 4.



I.142 – Planta do Ambiente 2 da Sondagem 4.

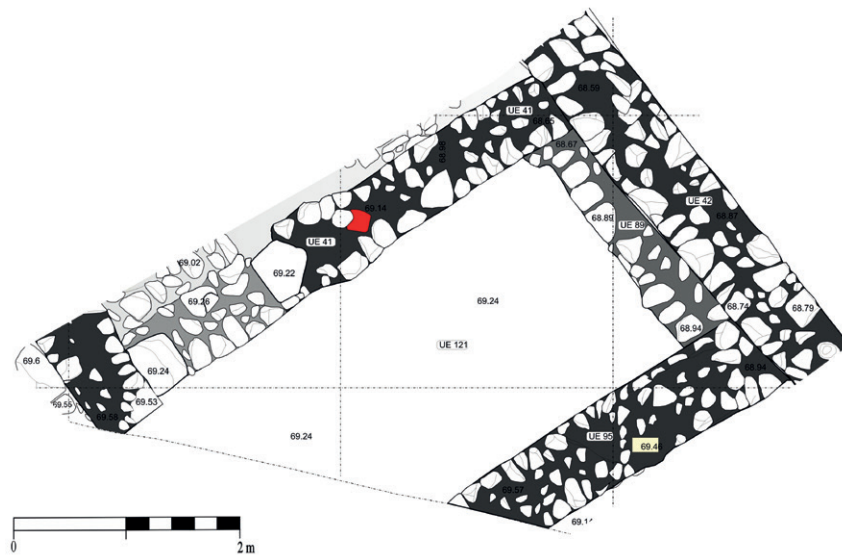


I.143 – Planta do Ambiente 3 da Sondagem 4.

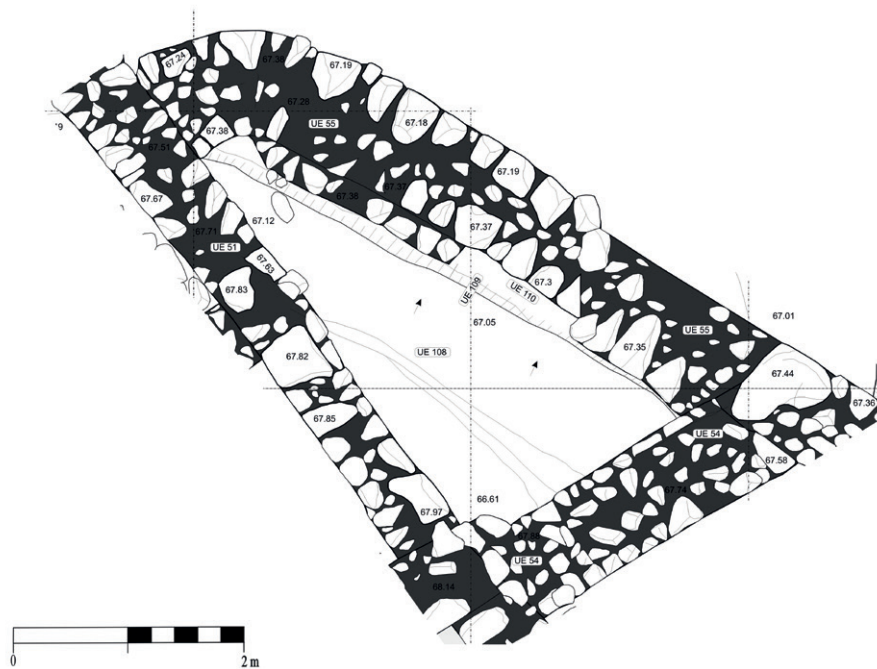


The plan view illustrates the archaeological site of Tell el-Fel, showing the layout of the fortification wall, internal structures, and various units (UE 1, UE 21, UE 41, UE 47, UE 49, UE 51). The plan includes elevation data points and a scale bar.

809



I.147 – Planta do Ambiente 7 da Sondagem 4.



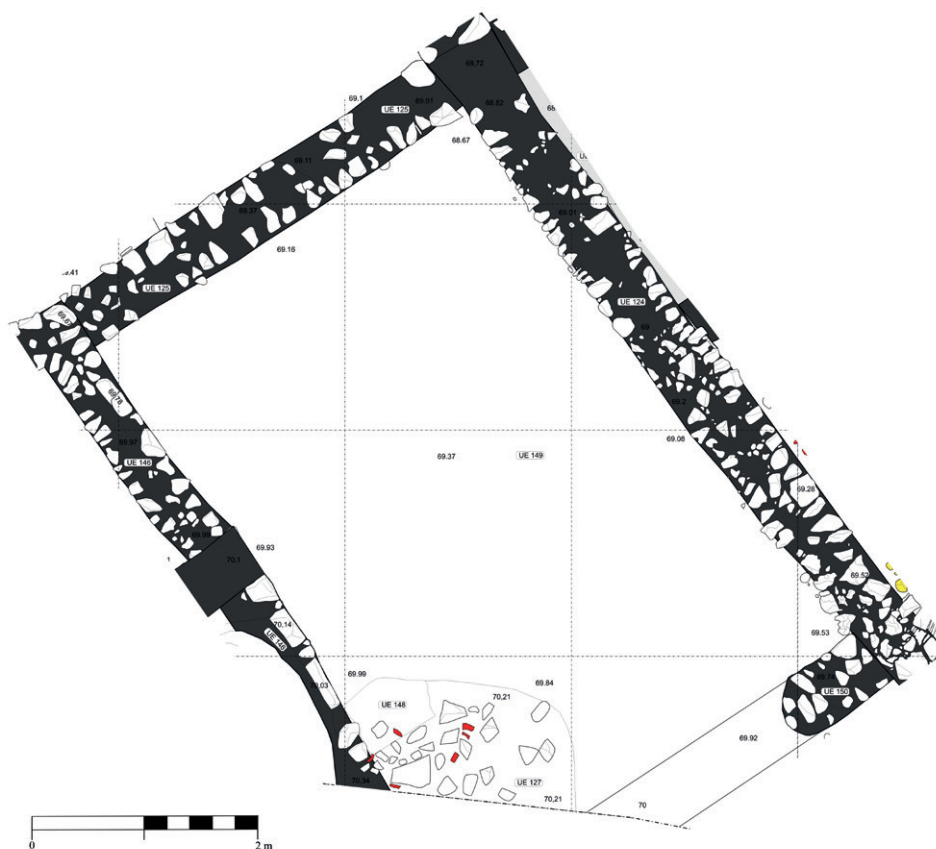
I.148 – Planta do Ambiente 8 da Sondagem 4.

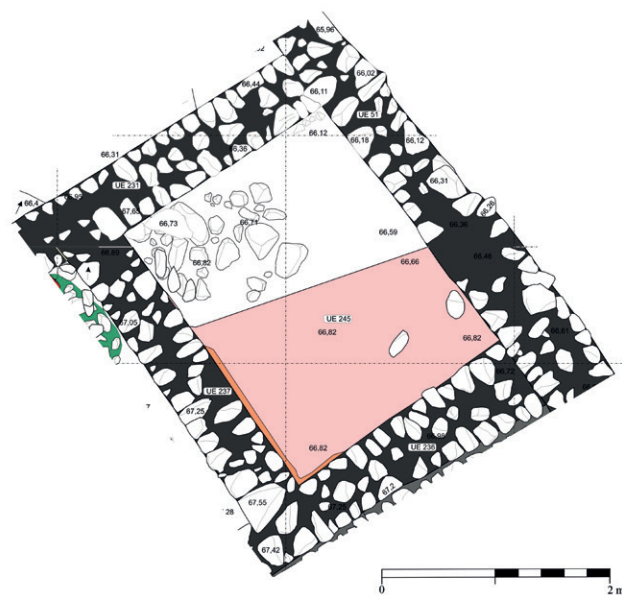


I.149 – Planta do Ambiente 9 da Sondagem 4.

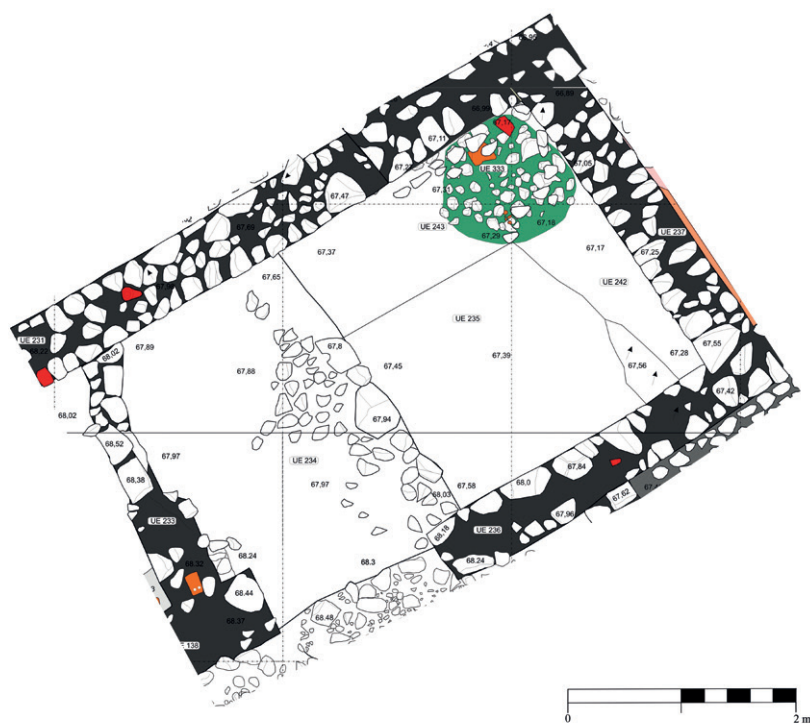


I.150 – Planta do Ambiente 10 da Sondagem 4.

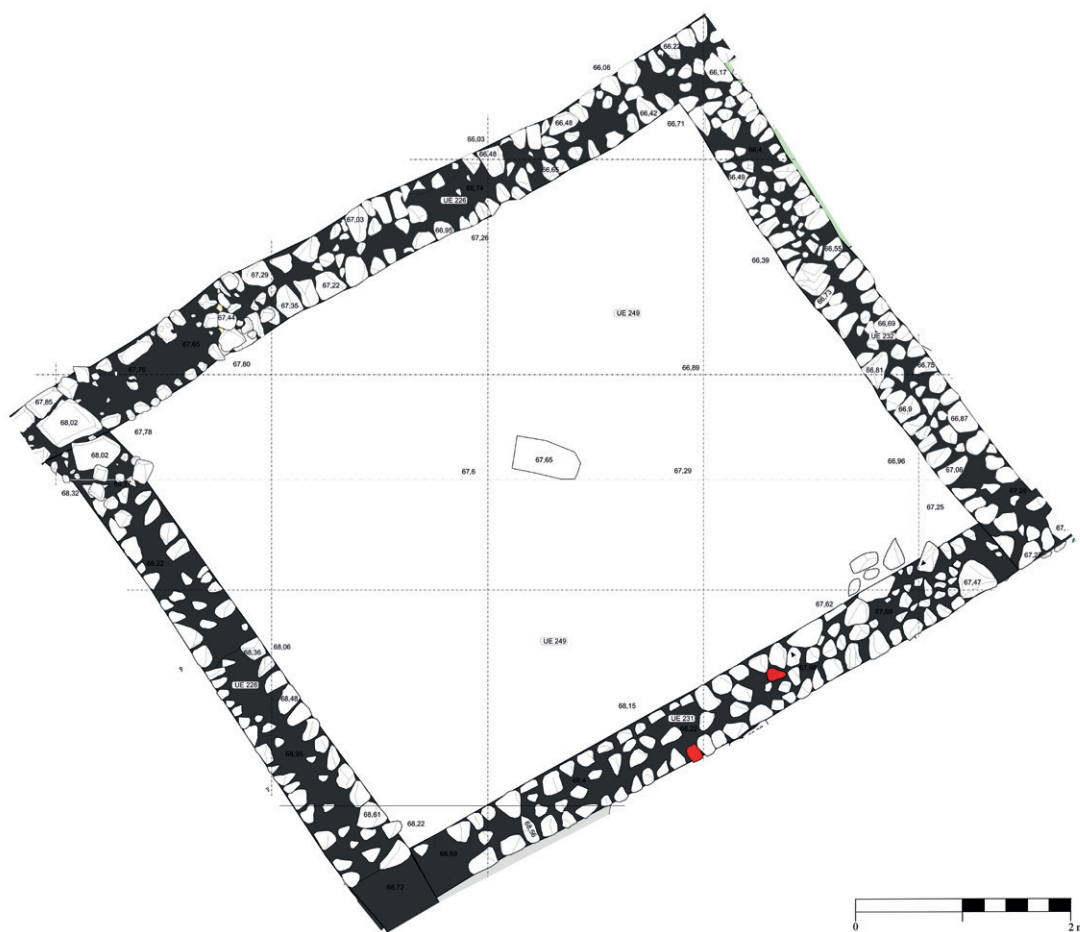




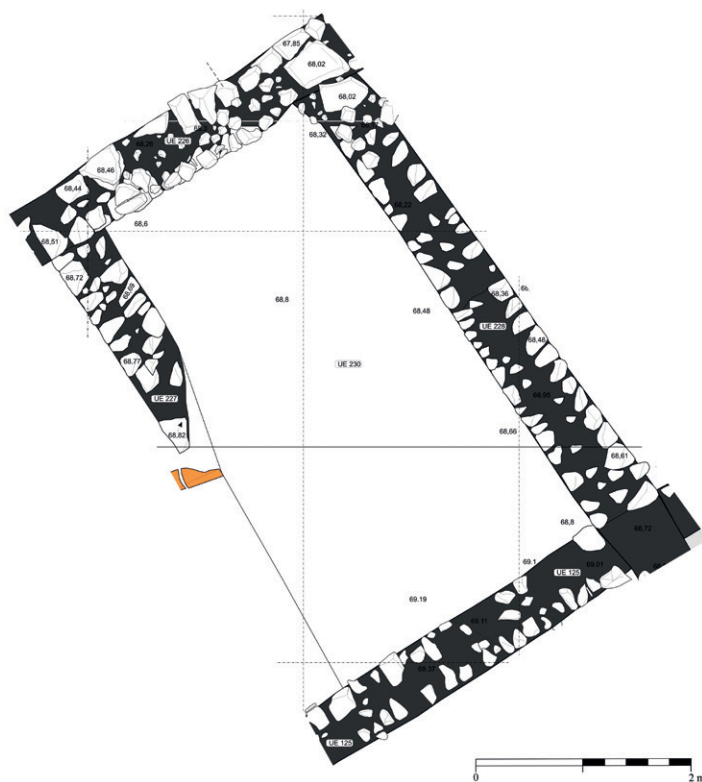
I.157 – Planta do Ambiente 19 da Sondagem 4.



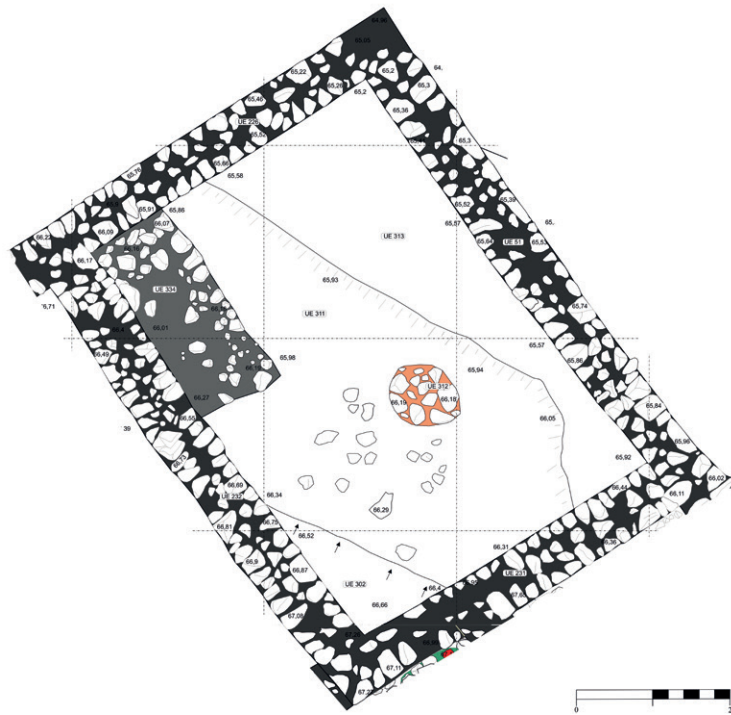
I.158 – Planta dos Ambientes 20 e 22 da Sondagem 4.



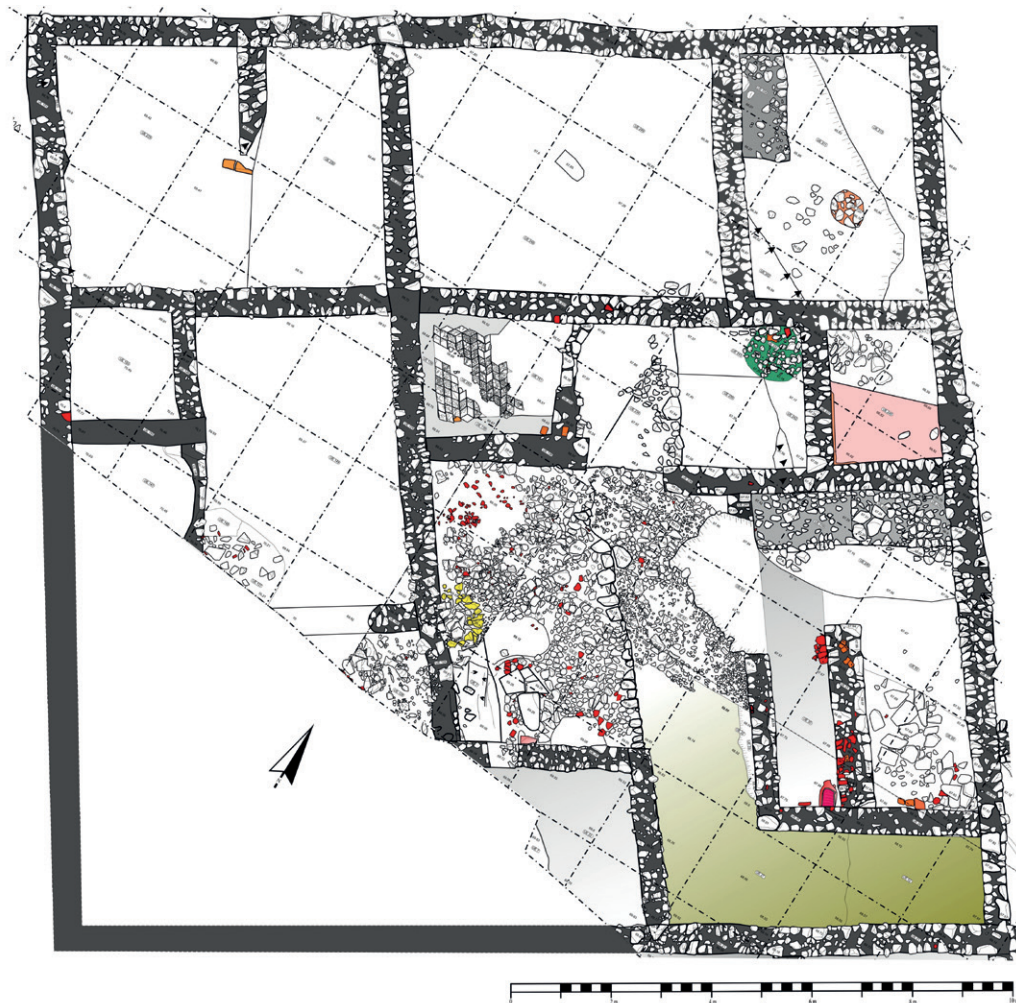
I.159 – Planta do Ambiente 21 da Sondagem 4.



I.160 – Planta do Ambiente 23 da Sondagem 4.



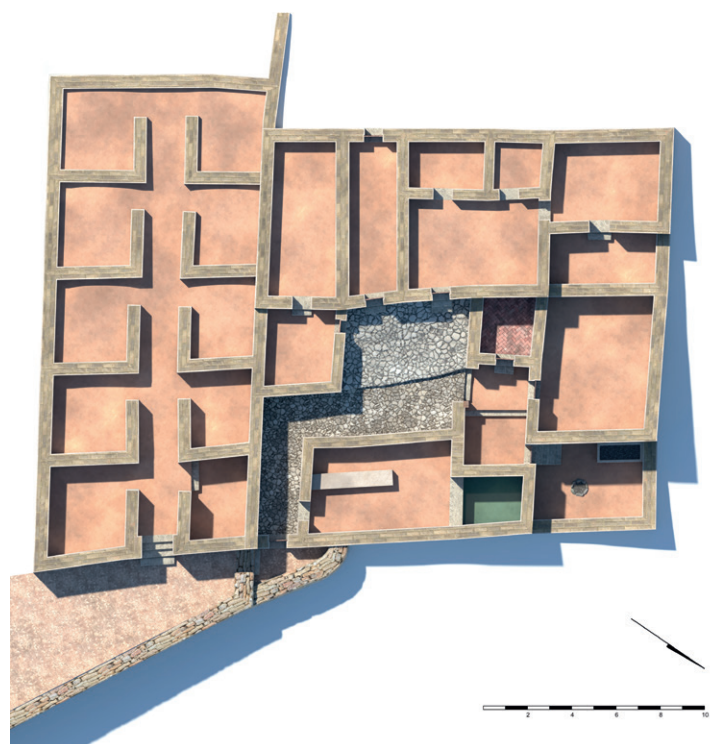
I.161 – Planta do Ambiente 24 da Sondagem 4.



I.162 – Planta das estruturas romanas republicanas da Sondagem 4, que interpretamos como edifício A.



I.163 – Planta de diversas casas do vale do Ebro com cronologias entre a segunda metade do século II a.C. e começos do século I a.C. (a partir de Iñiguez Berrozepe, Uribe Agudo e Guiral Pelegrín, 2015, fig. 1). De cima para baixo e da direita para a esquerda: Casa del Estrígilo de Segeda; La Casa de Likine (Caminreal, Teruel); casa de Contrebia Belaisca; Casa de Don Juan de Aragón; o fulcrum de Azaila e Casa 5C e Casa 2 D de Azaila.



I.164 – Vista axonométrica do conjunto arquitetónico da Sondagem 4 de Monte dos Castelinhos. Desenho César Figueiredo.



I.165 – Vista axonométrica do edifício A da Sondagem 4. Desenho César Figueiredo.



I.166 – Vista axonométrica do edifício A da Sondagem 4. Desenho César Figueiredo.



I.167 –Vista axonométrica do edifício A da Sondagem 4. Desenho César Figueiredo.



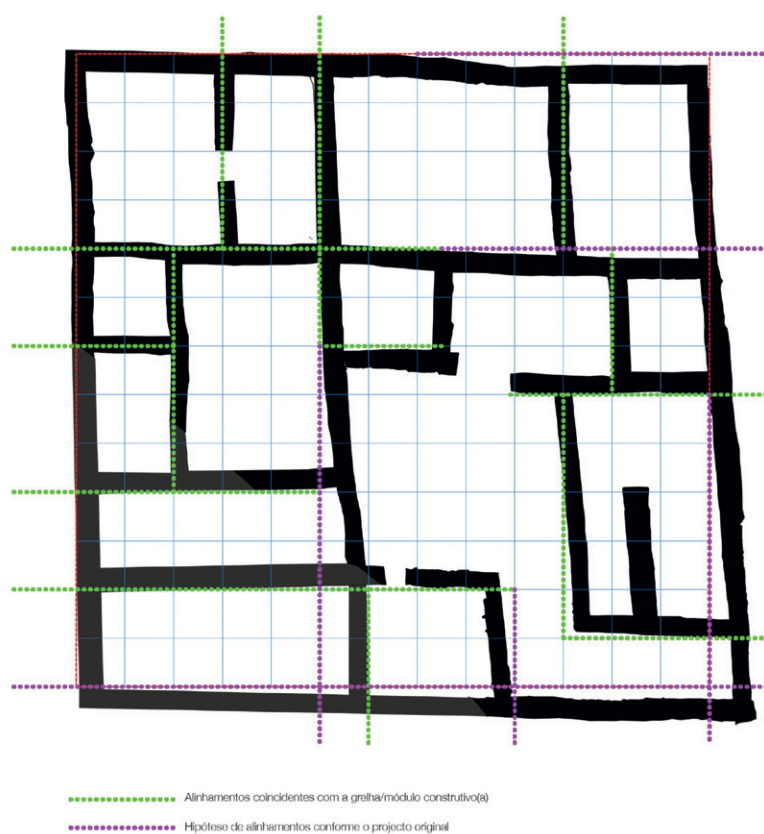
I.168 – Proposta de reconstituição do edifício A. Desenho César Figueiredo.



I.169 – Proposta de reconstituição do edifício A da Sondagem 4. Desenho César Figueiredo.



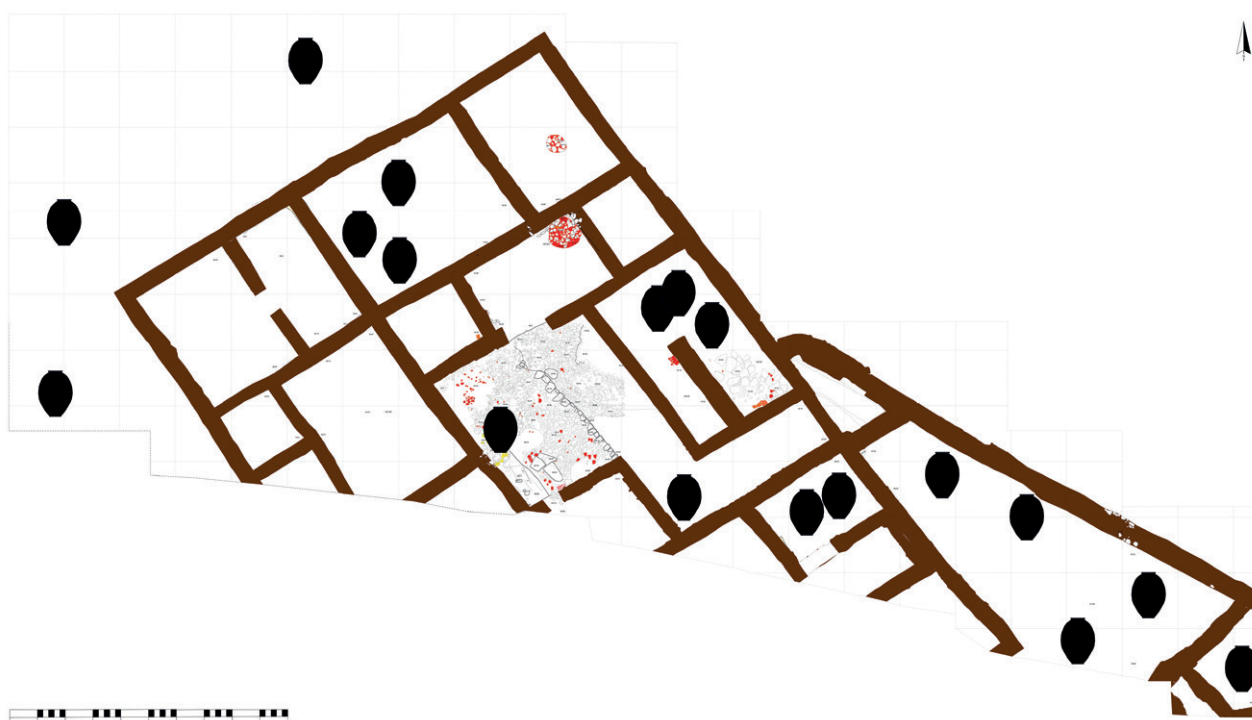
I.170 – Proposta de reconstituição do edifício A da Sondagem 4. Desenho César Figueiredo.



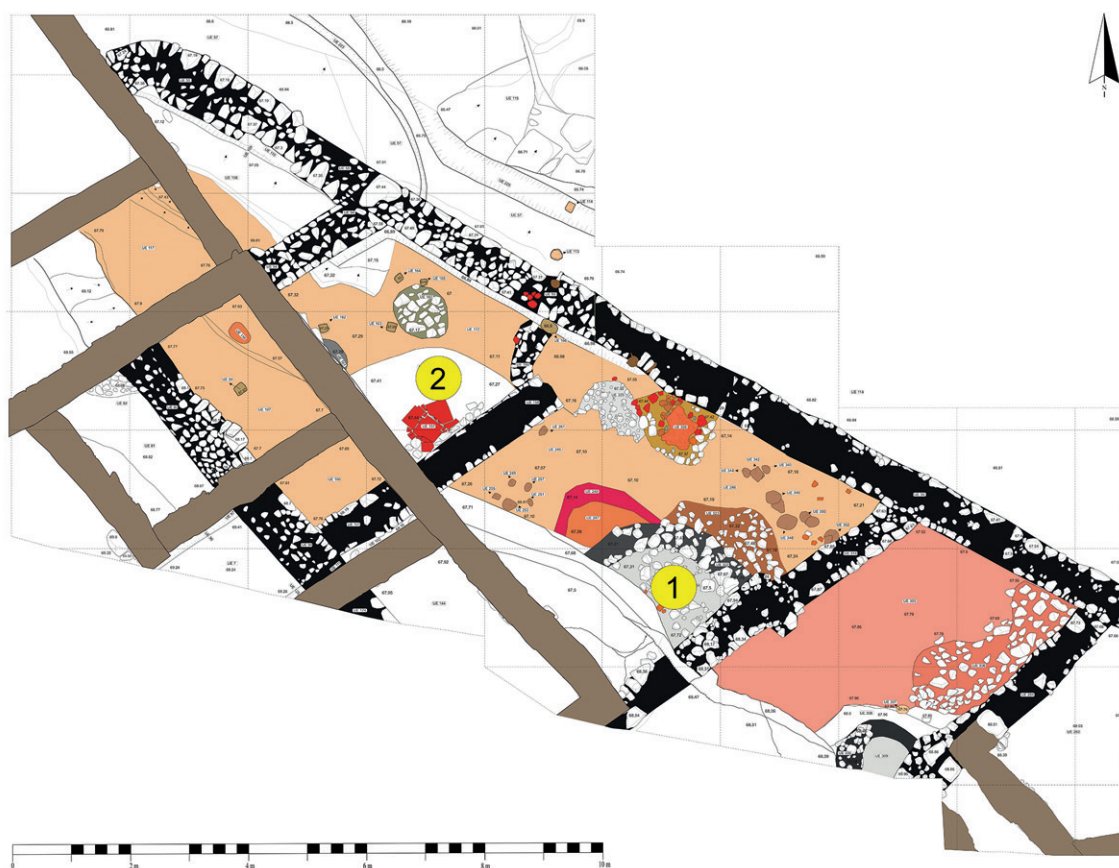
I.171 –Análise do projecto. A verde alinhamentos coincidentes com a grelha/módulo construtivo, a roxo hipótese de alinhamentos conforme o projecto original.



I.172 – Análise das proporções patentes nos diferentes Ambientes da casa da Sondagem 4.



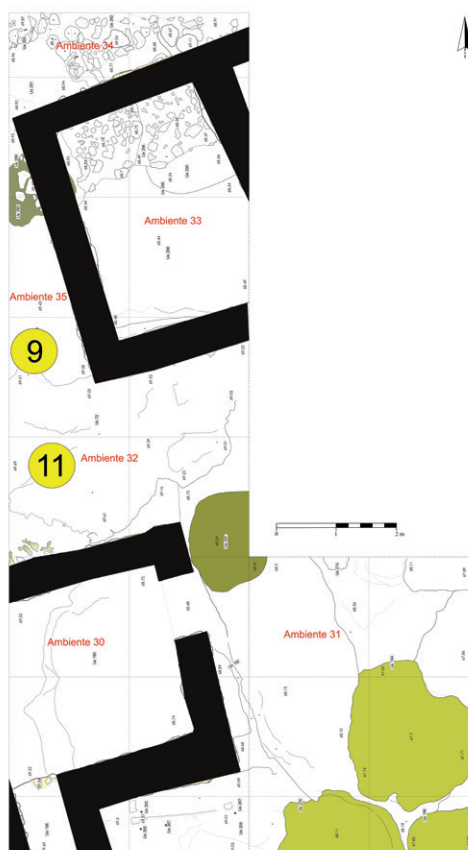
I.173 – Análise da dispersão dos contentores de tipo talha, nos níveis de abandono da Sondagem 4 de Monte dos Castelinhos.



I.174 – Planta das estruturas da Fase 1 de Monte dos Castelinhos, identificadas na área de Sondagem 4. Com a localização dos dois numismas exumados associados a esta, marcados com um círculo amarelo.



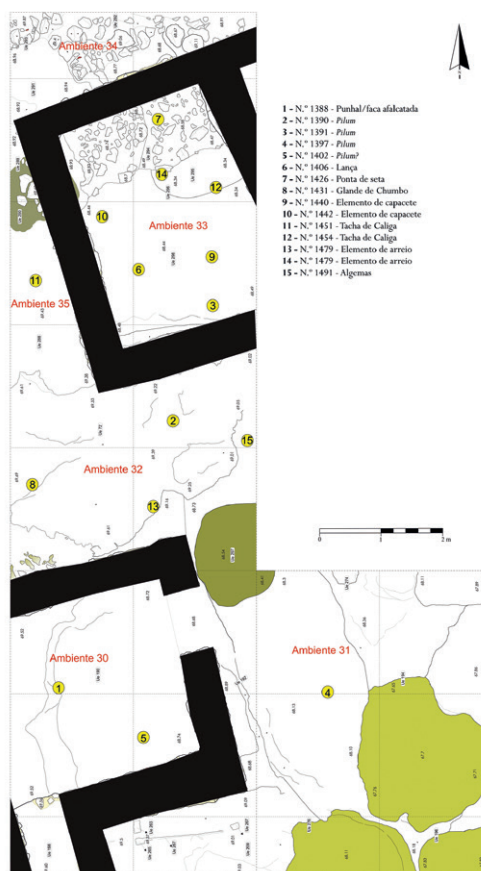
I.175 – Planta das estruturas da Fase 2 de Monte dos Castelinhos, identificadas na área de Sondagem 4, com a localização dos numismas exumados associados a esta, marcados com um círculo amarelo.



I.176 – Planta das estruturas da Fase 2 de Monte dos Castelinhos, identificadas na área de Sondagem 5, com a localização dos dois numismas exumados associados a esta, marcados com um círculo amarelo.



I.177 – Planta das estruturas da Fase 2 de Monte dos Castelinhos, identificadas na área de Sondagem 4, com a localização dos elementos de armas e *militaria* exumados.



I.178 – Planta das estruturas da Fase 2 de Monte dos Castelinhos, identificadas na área de Sondagem 5, com a localização dos elementos de armas e *militaria* exumados.



1648



1649



1650



1651



1652



1653



1654



1655





1656



1657



1658



1659



1660



1661



1662



1663



I.180 – Numismas de Monte dos Castelinhos



I.181 – Vista aérea do Castro da Curvaceira/Castro do Amaral.



I.182 – Tesouro do Casal dos Cabeços, Santana da Carnota, Alenquer. Conjunto de denários (Au 692 a Au 827). Museu Nacional de Arqueologia: Luísa Oliveira, 2013; Museus e Monumentos de Portugal E.P.E. / Arquivo de Documentação Fotográfica.



I.183 – Tesouro do Casal dos Cabeços, Santana da Carnota, Alenquer. Conjunto de colares de prata (Au 828 a Au 830). Museu Nacional de Arqueologia: Luísa Oliveira, 2013; Museus e Monumentos de Portugal E.P.E. / Arquivo de Documentação Fotográfica.



I.184 – Tesouro do Casal dos Cabeços, Santana da Carnota, Alenquer. Arrecadas em ouro (Au 840, Au 834). Museu Nacional de Arqueologia: Luísa Oliveira, 2013; Museus e Monumentos de Portugal E.P.E. / Arquivo de Documentação Fotográfica.



I.185 – Vista aérea do povoado da Ota. Fotografia André Texugo.



I.186 – Numisma Hispano Cartaginês (2023.18.1). Museu Nacional de Arqueologia: José Paulo Ruas, 2023; Museus e Monumentos de Portugal E.P.E. / Arquivo de Documentação Fotográfica.



I.187 – Vista aérea do Castro de São Salvador.



I.188 – Pormenor da muralha que rodeia o povoado de São Salvador.



I.189 – Vista geral do sítio do Castelo/Forte do Paço. Fotografia Guilherme Cardoso (Cardoso, 2014, fig. 39).



I.190 – Vista aérea do Castro de Pragança.



I.191 – Vista aérea de Pragança e da portela natural de travessia da Serra de Montejunto.



I.192 – Tesouro de Pragança: Lúnula em Ouro (Au 207); colar de prata (Au 211); Lúnulas em prata (Au 208, 209 e 210); vasos de prata (Au 212 A e 212 B). Museu Nacional de Arqueologia: José Pessoa, 2001; Museus e Monumentos de Portugal E.P.E. / Arquivo de Documentação Fotográfica.



I.193 – Imagem aérea do Monte do Senhor da Boa Morte.



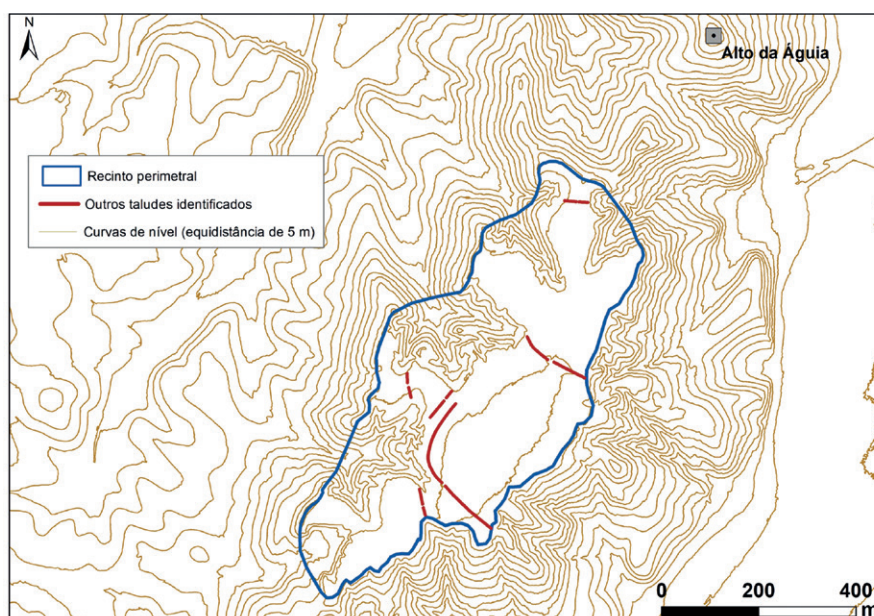
I.194 – Fotografias da fortificação do Castelo dos Mouros, Setúbal.



I.195 – Vista da Alcáçova de Santarém e do seu franco domínio sobre o curso do rio Tejo. Fotografia de Henrique Mendes.



I.196 – Lucerna de Chões de Alompé (segundo Matias, 2018, CD anexos Fichas, modificado).



I.197 – Planimetria das novas evidências arqueológicas identificadas no planalto dos Chões de Alompé relacionadas com a existência de dois possíveis recintos militares romanos (segundo Fonte et al., 2020, fig. 19).



I.198 – Elemento de cinturão militar / *balteum militare* do Outeiro da Assenta (986.104.151). Museu Nacional de Arqueologia: José Pessoa, 2000; Museus e Monumentos de Portugal E.P.E. / Arquivo de Documentação Fotográfica.

estudos & memórias

Volumes anteriores:

DINIZ, M.; MARTINS, A.; NEVES, C.; ARNAUD, J. (2024) - *Vila Nova de S. Pedro e o Calcolítico no Ocidente Peninsular I*. estudos & memórias, 23. Lisboa: UNIARQ/FL-UL. 280 p.

DINIZ, M.; MARTINS, A.; NEVES, C.; ARNAUD, J. (2024) - *Vila Nova de S. Pedro e o Calcolítico no Ocidente Peninsular I*. estudos & memórias, 22. Lisboa: UNIARQ/FL-UL. 417 p.

NEVES, C. (2023) – *O Neolítico Médio no sul de Portugal. O Sítio da Moita do Ourives (Benavente), no quadro do povoamento do 5o e 4o milénios AC*. estudos & memórias 21. Lisboa: UNIARQ/FL-UL. 420 p.

FILIPPE, V. (2023) – *Olisipo (Lisboa). O grande porto da fachada atlântica. Economia e comércio*. estudos & memórias, 20. Lisboa: UNIARQ/FL-UL. 640 p.

VALENTE, M. J.; DETRY, C.; COSTA, C. Eds. (2022) – *New Trends in Iberian Zooarchaeology*. estudos & memórias, 19. Lisboa: UNIARQ/ FL-UL. 216 p.

VIEGAS, C.; BUSTAMANTE-ÁLVAREZ, M. Eds. (2021) – *South Gaulish sigillata in Southwest Hispania. circulation and consumption*. estudos & memórias, 18. Lisboa: UNIARQ/ FL-UL. 242 p.

GOMES, F. B. (2021) – *A necrópole do Olival do Senhor dos Mártires (Alcácer do Sal, Portugal). Práticas funerárias, Cultura Material e Identidade(s) na Idade do Ferro do Baixo Sado (séculos VII – II a.n.e.)*. estudos & memórias, 17. Lisboa: UNIARQ/ FL-UL. 560 p.

GONÇALVES, V. S., ed. (2021) – *Terra e Sal. Das antigas sociedades camponesas ao fim dos tempos modernos. Estudos oferecidos a Carlos Tavares da Silva*. estudos & memórias, 16. Lisboa: UNIARQ/ FL-UL. 440 p.

PEREIRA, C.; ALBUQUERQUE, P.; MORILLO, A.; FABIÃO, C.; CHAVES, F, eds. (2021) – *De Ilipa a Munda. Guerra e conflito no Sul da Hispânia*. estudos & memórias, 15. Lisboa: UNIARQ/ FL-UL. 338 p.

SOUSA, A. C.; BRAGANÇA, F.; TORQUATO, F.; KUNST, M. (2020) – *Georg e Vera Leisner e o estudo do Megalitismo no Ocidente da Península Ibérica. Contributos para a história da investigação arqueológica luso-alemã através do Arquivo Leisner (1909-1972) / Georg und Vera Leisner und die Megalithgräberforschung im Westen der Iberischen Halbinsel. Beiträge zur portugiesisch-deutschen Forschungsgeschichte der Archäologie im Spiegel des Leisner-Archivs (1909-1972)*. estudos & memórias, 14. Lisboa: UNIARQ/ IAA/ DGPC. 704 p.

ARRUDA, A. M.; FERREIRA, D.; SOUSA, E. (2020) – *Cerâmicas Gregas do Castelo de Castro Marim*. estudos & memórias, 13. Lisboa: UNIARQ/ FL-UL. 113 p.

MORÁN HERNÁNDEZ, M. E. (2018) – *El Asentamiento Prehistórico de Alcalar (Portimão, Portugal). La organización del territorio y el proceso de formación de un estado prístino en la Bahía de Lagos en el Tercer Milenio A.N.E*. estudos & memórias, 12. Lisboa: UNIARQ/ FL-UL. 312 p.

GONÇALVES, V. S.; SOUSA, A. C. (2018) – *Casas Novas, numa curva do Sorraia (no 6.º milénio a.n.e. e a seguir)*. estudos & memórias, 11. Lisboa: UNIARQ/ FL-UL, 280 p.

GONÇALVES, V. S., ed. (2017) – *Sinos e Taças. Junto ao oceano e mais longe. Aspectos da presença campaniforme na Península Ibérica*. estudos & memórias, 10. Lisboa: UNIARQ/ FL-UL. 370 p.

SOUSA, A. C.; CARVALHO, A.; VIEGAS, C., eds. (2016) – *Terra e Água. Escolher sementes, invocar a Deusa. Estudos em Homenagem a Victor S. Gonçalves*. estudos & memórias, 9. Lisboa: UNIARQ/ FL-UL. 623 p.

GONÇALVES, V. S.; DINIZ, M.; SOUSA, A. C., eds. (2015) – 5.º Congresso do Neolítico Peninsular. *Actas. estudos & memórias*, 8. Lisboa: UNIARQ/ FL-UL. 661 p.

SOUSA, E. (2014) – *A ocupação pré-romana da foz do estuário do Tejo*. *estudos & memórias*, 7. Lisboa: UNIARQ. 449 p.

ARRUDA, A. M., ed. (2014) – *Fenícios e púnicos, por terra e mar*, 2. *Actas do VI Congresso Internacional de Estudos Fenícios e Púnicos*. *estudos & memórias*, 6. Lisboa: UNIARQ. 698 p.

ARRUDA, A. M., ed. (2013) – *Fenícios e púnicos, por terra e mar*, 1. *Actas do VI Congresso Internacional de Estudos Fenícios e Púnicos*. *estudos & memórias*, 5. Lisboa: UNIARQ. 506 p.

QUARESMA, J. C. (2012) – *Economia antiga a partir de um centro de consumo lusitano. Terra sigillata e cerâmica africana de cozinha em Chãos Salgados (Mirobriga?)*. *estudos & memórias*, 4. Lisboa: UNIARQ. 489 p.

VIEGAS, C. (2011) – *A ocupação romana do Algarve. Estudo do povoamento e economia do Algarve central e oriental no período romano*. *estudos & memórias*, 3. Lisboa: UNIARQ. 670 p.

GONÇALVES, V. S. (1989) – *Megalitismo e Metalurgia no Alto Algarve Oriental. Uma aproximação integrada*. 2 Volumes. *estudos & memórias*, 2. Lisboa: CAH/ Uniarch/ INIC. 566+333 p.

LEISNER, G.; LEISNER, V. (1985) – *Antas do Concelho de Reguengos de Monsaraz*. *estudos & memórias*, 1. Lisboa: Uniarch/ INIC. 321 p.

João Pimenta “mergulhou” nesses tantas vezes esquecidos mananciais de informação que são os depósitos e colecções de museus, nacionais, regionais e locais, bem como, na extensa bibliografia de menor entidade, das pequenas notas, das pequenas notícias, e, progressivamente, compôs um mais complexo e sofisticado mapa das ocupações de época romana republicana na Península de Lisboa, atestada por materiais de clara adscrição cronológica, em vários casos sustentada pelo cruzamento com o registo gerado na escavação do Monte dos Castelinhos. Uma extensa constelação de sítios que, presentemente, não são muito mais do que pontos no mapa, sumariamente descritos e caracterizados, mas constituem também um notável roteiro para investigações futuras.

Do prefácio, por Carlos Fabião

*Prémio de Arqueologia Eduardo da Cunha Serrão 2023, 8ª edição,
na categoria de Doutoramento - Menção Especial,
atribuído pela Associação dos Arqueólogos Portugueses.*



C Â M A R A
M U N I C I P A L

